

MARCELO HERNÂNI DE TEVES BORGES

PARA UMA MUSEALIZAÇÃO DO CONVENTO DE CHELAS

Tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Museologia no Curso de Doutoramento em Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Manuel Serafim Pinto

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Lisboa
2019

Agradecimentos

Ao longo dos meses tive a necessidade de justificar algumas afirmações e interpretações que fiz, principalmente no âmbito do simbólico. Para isso, recorri a uma das fontes mais importantes, a Palavra do Pai (Bíblia) onde encontrei o que necessitava. Neste trabalho de pesquisa fui contactando com pormenores que anteriormente me escapavam, pelo que, através dela, fui também conhecendo-O melhor, permitindo-me reconhecer que dias de chuva e dias de sol são perfeitos, por serem criações Suas, pois Ele nada fez que não tivesse razão e utilidade. Assim, e cumprindo a Sua vontade (I Tessalonicenses 5: 18): "Em tudo dai graças", começo por agradecer-Lhe os bons e piores momentos com que me deparei na elaboração desta tese, por estar sempre comigo, dando-me a sabedoria e ânimo para esta etapa marcante da minha vida.

Depois, agradeço:

Ao meu Querido Amigo e Professor Doutor Manuel Serafim Pinto, por ter acreditado em mim e no meu projecto, disponibilizando-se para ser o meu Orientador, assim como pela liberdade total que me concedeu para que eu desenvolvesse tudo quanto lhe tinha falado que desejava fazer; pelas orientações técnico-metodológicas que permitiram que este trabalho fosse científico, mas e, sobretudo, pela amizade que foi cimentado ao longo destes anos. Recordo que, no final de um dos meus mestrados, apelidei-o de 'Pai Científico'. Na verdade, foi graças às suas orientações do passado que me deram a capacidade para 'levar a carta à Garcia'.

Ao Professor Doutor Manuel Antunes, meu Professor e Amigo desde 1992, pois graças ao seu desafio para fazer este Doutoramento e à sua disponibilidade para me ouvir e falar sobre este ou aquele tema, que me permitiram a realização deste trabalho.

A mi querida amiga Henar González, que el destino continúa no permitiéndome que nos conocimos personalmente, por las horas sin cuenta que me dispensó para 'hablar por el teclado', pues vive en Santander, en la que la mayor parte de ellas me fueron para me "escuchar" hablar sobre este convento, sobre la tesis, sobre los avances, sobre los descubrimientos que fui haciendo y también para dar apoyo moral, cuando sentía que yo estaba mal o desmotivado, impulsándome para nunca parar y, en modo alguno, desistir. Por las varias veces que me dijo sentir orgullo por mí y veces sin cuenta que yo podría contar con ella para ayudarme, como también lo hizo con opiniones a favor y contra las mías, permitiéndome enriquecer mi conocimiento; 'K'.

Ao meu Chefe de trabalho, Senhor Tenente-Coronel Fernando Felício, porque pacientemente me ouviu falar desta investigação vezes sem conta e ter sempre uma palavra de solidariedade que me dava força para cumprir a 'missão' que me propunha fazer.

Aos meus colegas de trabalho, pelas sempre agradáveis palavras sobre estar a frequentar o Doutoramento e sobre o tema que trabalhava, os quais me faziam sentir 'importante'.

Ao Magnífico Reitor, Professor Doutor Mário Moutinho, pelo seu interesse no meu tema e pela visita ao 'meu' convento, que representaram muito para mim.

À Professora Doutora Judite Primo, pela forma sempre agradável como, durante as suas aulas, me foi transmitindo informações fundamentais que me permitiram compreender a Sócio-museologia. Pelas suas palavras de solidariedade sobre as intensões do meu tema e, assim, ter sido um farol para a elaboração desta tese.

Ao meu amigo Padre Andrei Ciobanu, quem sempre considerou ser importante que eu escrevesse sobre o 'meu' convento de Chellas, pois apesar de ele estar lá há relativamente pouco tempo, sente e diz que eu já faço parte dele.

Ao meu amigo Padre Miguel d'Aguiar, por me apoiar na realização deste trabalho e pela disponibilidade para me conceder entrevistas que deram sentido a esta tese.

E, muito particular e especialmente, quero agradecer ao meu Querido Amigo Tenente-Coronel Fernando Frederico o *apoio* incondicional que *sempre* me tem dado desde que iniciei os meus estudos no ensino superior. Concedeu-me as suas opiniões, correcções, revisões de texto, desenhos, esquemas (*mind-maps*) e um sem-número de ajudas que não só me enriqueceram como valorizavam tudo quanto eu escrevi. É um Amigo com quem sempre contei e que incansavelmente me tem ajudado. Por tudo isto, merece o meu mais sincero reconhecimento público.

À minha família, Inês, meu pai e Lúcia e o Teco, que demonstraram apoio e entusiasmo neste novo caminho que decidi trilhar, merecem um agradecimento especial por estarem fortemente privados da minha atenção que esta caminhada lhes negou, mas, sobretudo pela compreensão demonstrada.

E a todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que levasse o 'barco a bom porto', o meu profundo agradecimento.

A todos, muito obrigado!

Dedicatória

Desde que me conheço, recordo sempre que em todos os meus sucessos, pequenos ou grandes, tinha a meu lado a minha mãe, para me elogiar e para partilhar as minhas alegrias; e o orgulho que demonstrava sempre que comunicava algo sobre mim a todos quantos privava. E, sempre que eu tinha insucessos, ela estava a meu lado para me dar alento e suavizar as minhas mágoas.

Lamentavelmente, quis o destino que aos meus maiores sucessos não os vivesse e partilhasse com aquele orgulho que era seu apanágio.

Por tudo quanto ela me ensinou e por todo o seu amor é, de toda a justiça, digna que eu dedique esta minha tese.

À minha queridíssima MÃE, *in memoriam*, que merecia estar fisicamente presente neste dia tão especial.

MB

ÍNDICE

	Pág.
Resumo	1
Introdução	4
Abreviaturas e siglas	9
Índice iconográfico	10
Índice de gráficos	12
I – Estruturação teórica e metodológica	13
1 – Arquitectura conceptual	15
1.1 – No encontro da Museologia	19
1.2 – Património – uma conceptualização	34
1.3 – A construção da Identidade	47
1.4 – Entre a memória e a história	58
2 – Entre o símbolo e o simbólico	70
2.1 – Signo e símbolo	70
2.2 – A simbologia na heráldica	75
2.3 – A simbologia na religião	76
2.4 – O espaço social e o espaço simbólico – uma articulação conceptual	78
2.5 – O símbolo e o simbólico na arquitectura religiosa católica	81
3 – Registos sobre a história dos azulejos	85
4 – O mosteiro, o convento e a não unanimidade teórica	88
5 – Metodologia de investigação	90
5.1 – O caminho metodológico	91

5.2 –A problematização	98
5.3 – A construção do modelo conceptual	100
5.4 – No encontro do modelo de análise empírica	105
II – O Convento de Chelas - Património Religioso e Militar	109
1 – Apresentação do monumento	109
2 – Da História religiosa à historicidade militar	140
2.1 – História do monumento	140
2.2 – As Cónegas Regrantes de Santo Agostinho do Convento de Chelas	150
2.3 – Património religioso	154
2.3.1– Espaço religioso actual	156
2.3.1.1 – Diferenças entre as Igrejas Católica e Ortodoxa	157
2.3.1.2 – Rituais que se mantêm na igreja de São Félix	160
2.3.2 – O espaço simbólico conventual – uma descodificação	173
2.4 – A clausura conventual	181
2.5 – Património Militar	190
2.5.1 – A Fábrica da Pólvora Sem Fumo	190
2.5.2 – O convento como Lar	204
2.5.3 – O Batalhão de Serviço de Transportes	205
2.5.4 – O Arquivo Geral do Exército	207
2.5.4.1 – Bosquejo histórico	207
2.5.4.2 – Acervo da Memória e da Cidadania	211
2.6 – O valor do património para os visitantes do Convento	215
2.6.1 – Análise de conteúdo das entrevistas	219
2.6.2 – Análise estatística e de conteúdo dos questionários	222

III – Proposta de musealização dos espaços do Convento de Chelas	239
1 – Preâmbulo	240
2 – Objectivo da Proposta	243
3 – Fundamentação	246
4 – Construção do modelo de análise da potencialidade museal	247
4.1 – Análise SWOT	248
4.2 – A análise SWOT para a proposta de musealização do monumento	250
4.3 – Cenarização	260
4.4 – A cenarização para a construção da proposta	261
5 – Visitas guiadas – programa dos percursos	265
6 – Serviços museais	273
6.1 – Serviço educativo	273
6.2 – Outros serviços	275
7 – Estruturação sintética da proposta de musealização	276
Conclusões	281
Bibliografia	288
Apêndices	i
Anexos	xvii

Resumo

É nos *lugares de memória* que mais nos encontramos connosco próprios, porque se entendem como sendo espaços que convidam as pessoas à reflexão, e onde a memória assume o seu carácter pedagógico, pois temos a capacidade de aprender com os erros do passado para que eles não sejam reproduzidos no futuro. São lugares em que cada geração procura o conhecimento; e, é neles que se adicionam os progressos obtidos. Por esta razão, cada monumento, é um património cultural, insubstituível e único, cuja preservação e gestão garantem que as memórias individuais e colectivas não se perdem, antes se mantêm disponíveis de geração em geração, desempenhando um papel de sedimento da cultura e de comunhão de gerações que não pode ser menorizado na evolução da sociedade.

Perante qualquer monumento, como este antigo convento de São Félix e Santo Adrião, o que nos vem à cabeça não é tanto saber o uso social que agora existe ou venha a ter, mas sim qual foi e o que teve ao longo da sua antiga existência. É a história que estas paredes testemunharam que nos encanta e nos dá uma sensação de paz e de conforto, de pertença a uma comunidade que já cá estava antes de nós.

Hoje pisamos as mesmas lajes do claustro e, amanhã, forçosamente, continuar-se-á a acrescentar história à história deste lugar e desta cidade, pelo que é indispensável sustentar sempre um compromisso com os valores sociais, que são o suporte de toda a cultura e de toda a identidade. Neste sentido, a museologia permitirá, então, o uso de instrumentos que permitem compreender o social como objecto museológico, numa relação com as pessoas onde se conjugam o património, a identidade e a memória cultural.

A elaboração da presente tese, "Para uma Musealização do Convento de Chelas", é fruto de um antigo desejo: o de se dotar com mais e com melhores elementos informativos este espaço antiquíssimo, um património ignorado, principalmente durante o último século, e criar parcerias com outras instituições de cultura, com o estabelecimento de estratégias de trabalho que permitam disseminar o conhecimento produzido.

Assim, importa finalmente propor a musealização do espaço do Convento de São Félix e Santo Adrião, garantindo, deste modo, a preservação e a continuidade do devir histórico e cultural do monumento.

Palavras-chave: Convento de Chelas, Identidade, Memória, Museologia, Património, Simbólico.

Abstract

It is in the *places of memory* where the more we find ourselves, because they are understood as being spaces that invite people to reflect, and where the memory assumes its pedagogical character, since we have the ability to learn from the mistakes of the past so that they do not be reproduced in the future. They are places where each generation seeks knowledge; and it is in them that we add the progress obtained. For this reason, each monument is a unique and irreplaceable cultural heritage, whose preservation and management ensure that the individual and collective memories cannot be lost but last available generation by generation, performing a role of sediment of culture and of communion of generations that cannot be minimized in the evolution of society.

In face of any monument, such as this old convent of St. Felix and St. Adrião, what comes to mind is not to know what social use exists now or will exist if the project were done in this direction, but rather, what the use it has throughout its ancient existence. It is the history that these walls have witnessed that enchants us and gives us a sense of peace and comfort, of belonging to a community that was here before us.

Today we tread the same slabs of the cloister and tomorrow, necessarily, we will continue to add history to the history of this place and of this city, so it is indispensable to always observe a commitment to social values, which are the support of our whole culture and identity. In this sense, museology will allow, then, the use of the instruments that allow to understand the social as a museological object, in a relationship with the people where the patrimony, the identity and the cultural memory go together.

The elaboration of this thesis, "Para uma Musealização do Convento de Chelas" is the fruit of an old desire of endowing with more and better informative elements this very ancient space, this ignored patrimony, mainly during the last century, and to create partnerships with other cultural institutions, with the establishment of work methodologies that allow dissemination of the knowledge produced.

So, it's important to propose the musealization of the space of the Convent of St. Felix and St. Adrião as guarantor of the preservation and continuation of the historical and cultural becoming of the monument

Key words: Convent of Chelas, Identity, Memory, Museology, Patrimony, Symbolic.

Resumen

Es en los lugares de la memoria donde más nos encontramos con nosotros mismos, razón por la que se entienden como espacios que invitan a la reflexión, y donde la memoria asume su papel pedagógico, ya que, tenemos la capacidad de aprender de los errores del pasado para que se no se reproduzcan en el futuro. Son lugares donde cada generación busca el conocimiento y es en ellos donde se añaden los progresos obtenidos. Por esta razón, cada monumento es un patrimonio cultural, insustituible y único, cuya preservación y gestión aseguran que las memorias individuales y colectivas no se pierden porque todavía están disponibles de generación en generación, jugando un papel de sedimentos de la cultura y de la comunión de generaciones que no puede ser menor en la evolución de la sociedad.

En presencia de cualquier monumento, como este antiguo convento de San Félix y San Adrián, lo que nos viene a la cabeza no es tanto el saber del uso social que ahora existe o venga a tener si el proyecto se realiza en ese sentido, sino que, fue lo que tuvo a lo largo de su antigua existencia. Es la historia que estas paredes testimoniaron lo que nos encanta y nos da una sensación de paz y de consuelo, de pertenencia a una comunidad que ya estaba aquí antes que nosotros.

Hoy pisamos las mismas lajas del claustro y mañana, forzosamente, se continuara a añadir historia a la historia de este lugar y de esta ciudad, por lo que es indispensable que se observe siempre un compromiso con los valores sociales, que son el soporte de toda nuestra cultura e identidad. En este sentido, la museología permitirá, entonces, utilizar las herramientas que ayudan a entender lo social como objeto de museo, en una relación con la gente donde se combinan el patrimonio, la identidad y la memoria cultural.

La preparación de esta tesis, "Para uma Musealização do Convento de Chelas", es el resultado de un viejo deseo: el de proporcionar más y mejores elementos de información a este antiguo espacio, a este patrimonio que se ignoró, sobre todo durante el siglo pasado y crear asociaciones con otras instituciones de cultura, con el establecimiento de metodologías de trabajo que permitan diseminar el conocimiento producido.

Así pues, es importante proponer la musealización del espacio del Convento de San Félix y Santo Adrián como una garantía de preservación y de continuidad del devenir histórico y cultural del monumento.

Palabras clave: Convento de Chelas, Identidad, Memoria, Museología, Patrimonio, Simbólico.

Introdução

"Eu sei que o meu trabalho é como uma gota no oceano, mas, sem ela, o oceano seria menor".

Stª Madre Teresa de Calcutá

Quando nos referimos ao Convento de Chelas como algo a ser preservado, podemos pensar neste espaço como mero património histórico, pela sua reconhecida antiguidade; mas também como património religioso e conventual, pelos diferentes usos religiosos que foi tendo ao longo dos tempos, principalmente como convento cristão, desde o século em que foi construído, por dizer respeito ao que foi passando de geração em geração nessa qualidade; e ainda como património militar, pelas Unidades e Órgãos¹ do Exército que aqui têm estado instaladas e pelo Órgão que ainda hoje a ocupa, preserva e anima: o Arquivo Geral do Exército (ArqGEx).

Quer a ênfase seja posta na sua condição militar quer se dê maior relevo ao seu uso e passado religioso, avultam no Convento de Chelas as suas características de reclusão, de disciplina e de meditação, que sempre aqui marcaram presença, fizeram história e foram também o reflexo da história, numa notável integração com o meio ambiente que o cerca, apesar ser, por definição, algo hermético e um mundo à parte do mundo.

No convento ou no quartel, os factores religioso e militar podem ser motores de progresso. Mesmo quando parecem ser demasiado conservadores ou destruidores, estão apenas a influir e a serem influenciados pela História e pela Memória. Esta contém os factos, conduzindo-os até ao olhar científico, registando-os indelevelmente para que constituam padrões de Identidade que permanentemente ditam as regras, dentro e fora das suas paredes, aos que nele habitaram e aos que o habitam, aos que o visitavam e aos que ainda hoje o visitam, bem como aos que, diariamente, dentro dele trabalharam e aos que aqui trabalham, num devir histórico que liga o passado ao presente e o tempo se encarrega de homogeneizar, apesar das mudanças e de alguns saltos bruscos, que perdem significado quando são vistos de longe. Todos, portanto, promoveram a sua história, quer seja no Convento pela devoção e fé que deixaram as suas marcas, quer do que resta da Fábrica de Pólvora sem Fumo que ali laborou e do ArqGEx, que hoje aqui labora, acumulando a história daqueles que estiveram ao serviço da Pátria e preservando memórias que são de todos nós.

¹ Chamam-se Unidades militares àqueles espaços que se caracterizam pela vertente operacional, como são os quartéis, e Órgãos aos que trabalham mais na área administrativa, como é o caso do Arquivo Geral do Exército.

No caso religioso, o Convento de Chelas assemelhar-se-ia a uma redoma isoladora, colocada entre as freiras reclusas e o meio exterior, para as não “conspurar” com as ideias que fervilhavam na sociedade dos seus dias. É um erro pensar-se que podem existir “ilhas” dentro de uma comunidade sem que existam fluxos de história e de memória, entrando e saindo dela, numa troca que acaba enriquecendo tanto a comunidade insular quanto a que a rodeia; e foi o que aqui aconteceu e culminou com um macaréu de liberdade invadindo as escuras celas freiráticas, que hoje são visitadas com reverência e urge divulgá-las ainda mais.

Também no caso militar, se compreende que tenha existido uma vida interna com algum secretismo, no que respeitava à composição e fabrico das pólvoras, nesta pequena aldeia fechada sobre si própria, com obreiros silenciosos debruçados sobre a alquimia do seu produto; e também se aceita e compreende que o acervo de informação à guarda do ArqGEx se tenha de manter reservado por uma centena de anos, garantido sigilo às pessoas a que respeitam, ao mesmo tempo que se abre para os titulares requererem certidões dos seus registos; mas nada disto deve impedir um estudo científico, anónimo e estatístico dos dados, que uma sala própria de um museu pode proporcionar.

Seja para uns, o cumprimento dos votos e de ritos religiosos ou de segurança, seja para outros, o ganha pão no trabalho fabril ou a mera visita social ou de trocas comerciais, onde se incluem os trabalhos de ampliação e das suas sucessivas reconstruções, ou até mesmo na demanda de conhecimentos e de documentos antigos, seja qual for o motivo, tudo se entrelaça, emaranha e resplandece neste monumento: o património, a história, a memória e a identidade.

O Convento de Chelas está pejado de marcas que contêm em si memórias, que trazem raízes longínquas da permanência religiosa, da sua interacção com a sociedade envolvente, quer na direcção popular com o ensino, a moralização e o conforto espiritual oferecido às camadas humildes, quer apontada às elites, através da influência sobre os dirigentes e inclusive do asilo de personalidades, de que sempre se terá de destacar a Marquesa d’Alorna. As memórias da sua vertente militar, materializada nas sucessivas instituições militares que ali se foram fixando e desaparecendo, também deixaram marcas da sua passagem que, igualmente, se pretende que sejam preservadas como testemunho de um passado sobre o qual estamos vivendo o nosso presente e construindo o nosso futuro.

Ao longo dos últimos vinte anos, tem havido um notório e crescente interesse por parte dos cidadãos em visitar o convento de Chelas, não só para ver a sua actual igreja, como para conhecer o claustro e para “espreitar” o local onde viveu a Marquesa d’Alorna ou, ainda, simplesmente para conhecer, consultar e solicitar documentação no Arquivo do Exército.

Face a estas solicitações, a chefia do Arquivo compreendeu a importância que este monumento tem para a sociedade envolvente, não só por ser um repositório de memórias relativas àqueles que serviram a pátria, envergando um uniforme, nas 1ª e 2ª Guerras Mundiais, assim como nos demais teatros de guerra que Portugal foi tendo ao longo das décadas desde 1900, uma vez que este Arquivo, por ser um arquivo intermédio, apenas detém à sua guarda documentação a partir desta data, porque a documentação mais antiga poderá ser pesquisada no Arquivo Histórico Militar, como também pelo deslumbramento que os visitantes têm quando entram no seu claustro e se deparam com os diversos aspectos simbólicos preservados tanto na azulejaria como nas construções das colunas e nos bancos em volta do interessantíssimo e simbólico tanque central. Por essa razão, chefia do Arquivo não só tem permitido que se realizem visitas como até incentiva a que cada vez mais pessoas visitem este espaço que, apesar de ser um espaço militar e, logo, reservado apenas à função militar, é disponibilizado, segundo regras bem definidas, para que a comunidade em geral disfrute do encanto que ainda ali permanece, quase desconhecido.

Para além do “efeito socializador” que este monumento provoca nas pessoas, há ainda as marcas que tem deixado na cidade e as que recebe dela. Cada pérola do património monumental de uma cidade é, assim, um espaço em que podem ser reconhecidos elementos da história e da identidade de quem os produziu.

Uma vez que o convento tem duas grandes potencialidades, a de arquivo e a de monumento, ambas detentoras de memórias e com história, procurar-se-á despertar o interesse institucional para proporcionar o acesso do público, em geral, para que visite e que tenha uma experiência de (con)vivência com o passado e, assim, obter a consciência da necessidade de preservar este património cultural. Não só em relação à potencialidade por ser arquivo o que, na linha de pensamento de Certeau quer dizer que “[...] o arquivo é [...] um lugar físico, espacial, mas também um lugar social” (1975: p. 185), o que reforça o valor dos arquivos para a sociedade, mas também por ser um monumento que, enquanto lugar de memória, como herança colectiva, nos permite hoje estabelecer uma linha condutora entre o nosso passado e o nosso presente. Por isso, perante esta herança patrimonial, é que todos nós temos a responsabilidade de a preservar, usufruir e valorizar; e devemos conhecer melhor este monumento a fim de podermos intervir e interagir com ele da melhor forma e, sobretudo, permitir que os vindouros também possam fazer o mesmo.

Para cumprir este objectivo, esta tese foi estruturada da seguinte forma:

A primeira parte, ‘Estruturação teórica e metodológica’, cujo trabalho teórico, de acordo com a prática epistemológica, suportará toda a análise empírica, tendo-se baseado, maioritariamente, em revisões bibliográficas e com a sua respectiva orientação metodológica.

Na segunda parte, ‘O Convento de Chelas - Património Religioso e Militar’, será mostrada a estruturação do monumento descrito pelos edifícios que o compõem, dizendo o que neles existe ou o que poderia ter contido no passado, antes de ser usado pelo Arquivo Geral do Exército as pessoas que o habitava, nomeadamente a ordem religiosa que esteve no convento séculos. Dar a conhecer a componente arquitectónica e as suas variações a fim de se apresentar as possíveis ideias dos construtores para a concepção dos seus espaços, sabendo que, ao longo dos séculos, as ideias se foram alterando em função de uma combinação de variáveis como a situação socioeconómica e política do país e as directrizes da própria igreja, como organização, porque poderia ser entendida como o ‘corpo de Cristo’, igreja católica, igreja ortodoxa ou templo, entre outras possibilidades.

Apresentar as diversas instituições de cariz militar que vieram a ocupar o convento e terrenos envolventes, com as suas respectivas funções, cuja importância para a população e para o país foi e continua ser relevante.

Na terceira parte, ‘Proposta de musealização dos espaços do Convento de Chelas’, pretende-se mostrar, academicamente, o quão importante e urgente é a necessidade de se providenciar que aquele monumento seja musealizado, pelo que será apresentado um conjunto de objectivos que se constituem como uma proposta de musealização dos espaços, contendo as análises da sua exequibilidade, das vantagens da conservação do Património e das dificuldades que se adivinham em levar a ‘bom porto’ uma iniciativa de cariz cultural, numa altura em que o país ainda não se libertou completamente da crise económica em que mergulhou num passado bem recente e o monumento, neste momento, tanto quanto parece, é um elemento potencialmente apetecível para outros anseios.

Por outras palavras, esta tese pretende ser um ponto de partida para uma reflexão quanto à possibilidade de se musealizar, num mesmo espaço físico, um arquivo intermédio militar e um lugar de culto religioso, com uma componente de arqueologia industrial. É, no fundo, uma ‘proposta’ para vir a ser transformada num projecto exequível que resulte na possibilidade de salvaguardar, no tempo futuro, um património histórico-militar e religioso, sob a tutela da Direcção de História e Cultura Militar e assim, para todos os efeitos, de âmbito.

Neste sentido, procurar-se-á identificar o processo de construção dos patrimónios que reflectem os valores e os padrões de vida que, ao longo dos tempos, tiveram continuidade na história, nas lendas e que construíram as respectivas identidades.

Perante esta realidade, constituir-se-á num desafio, no qual se inserem a comunidade local, autárquica e académica (escolar e universitária) para que, já para além dos fins escolares que a presente tese é elaborada, portanto num futuro, que se deseja próximo, possa ser efectuado um projecto real articulado e globalizante, o qual permita sensibilizar a sociedade e as entidades públicas, da necessidade da junção do património, militar, industrial e religioso, através da musealização de todos os espaços.



Abreviaturas e siglas

ArqGEx	Arquivo Geral do Exército
DDN	Dia da Defesa Nacional
DGPC	Direcção Geral Património Cultural
DDHM	Direcção de Documentação e História Militar
DHCM	Direcção de História e Cultura Militar
EME	Estado Maior do Exército
FNMAL	Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras
ICOM	Conselho Internacional de Museus
MINON	Movimento Internacional para a Nova Museologia
PCI	Património Cultural Imaterial
ULHT	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Índice iconográfico

	Pág.
Fig.1: Estratégias de raciocínio	14
Fig. 2: Articulação estrutural dos conceitos	16
Fig. 3: Azulejos enxaquetados de azul e branco	86
Fig. 4: Tapetes de azulejos com padrão geométrico	87
Fig. 5: Modelo teórico	103
Fig. 6: Modelo analítico, empírico	104
Fig.7: Do modelo teórico ao modelo analítico	105
Fig. 8: O Convento de Chelas	112
Fig. 9: Lado ocidental do convento, mostrando a janela da cela onde vivia a Marquesa d'Alorna	115
Fig. 10: Vista parcial do tanque	116
Fig. 11: O Aqueduto	116
Fig. 12: Brasão de Armas do Arquivo Geral do Exército	117
Fig. 13: Azulejos ponta de diamante	118
Fig. 14: Entrada para a igreja	118
Fig. 15: Varandim: coro alto	120
Fig. 16: Imagem de N ^a S ^a da Atalaia	121
Fig. 17: O Crucifixo	122
Fig. 18: Imagem de S. Félix	122
Fig. 19: Urna de mármore	122
Fig. 20 - Cruz orbicular (Foto do autor)	123
Fig. 21: Vista do altar católico romano	124
Fig. 22: Sepulturas	126
Fig. 23: Vista do altar católico ortodoxo	123
Fig. 24: Tecto da Sacristia	127
Fig. 25: Reservatório para a água	127
Fig. 26: Pormenor da porta das confissões	128
Fig. 27: Interior do relógio (esq), martelo e gancho onde estava pendurado o sino (dir)	130
Fig. 28: Suporte em escápula no local onde se encontrava e sino	130
Fig. 29: Cruz sobre a porta de saída	131

Fig. 30: Colunas dos claustros	132
Fig. 31: Murete azulejado com desenho geométrico	132
Fig. 32: Possíveis campas de freiras	133
Fig. 33: Tanque	135
Fig. 34: Imagem piso térreo obtida por digitalização de uma planta do ArqGEx	135
Fig. 35: Coluna de mármore prismática de base quadrangular do centro do tanque	136
Fig. 36: Imagem do 1º piso obtida por digitalização de uma planta do ArqGEx	137
Fig. 37: Granadas flamejantes	139
Fig. 38: Placas de mármore com referência às Vestais e ao rei Bamba	142
Fig. 39: Marco miliário do Conventinho de Loures	145
Fig. 40: Cofres dos santos Mártires sobre os altares, lado evangelho	155
Fig. 41: Viaturas estacionadas em quarta linha e igreja cheia	161
Fig. 42: Nossa Senhora da Atalaia	166
Fig. 43: Embarque da Nossa Senhora da Atalaia em Lisboa	167
Fig. 44: Imagem da Nossa Senhora da Atalaia, da igreja de S. Félix, e dos peregrinos, no ano 2016	168
Fig. 45: Peregrinos em louvor	168
Fig. 46: Na margem sul: Montijo: Encontro de embarcações e de peregrinos	169
Fig. 47: Recepção de boas-vindas pelo Reverendo Padre	170
Fig. 48: Os vários círios prontos para dar início à procissão	170
Fig. 49: O cumprimento de promessa em voltas ao cruzeiro	171
Fig. 50: Já no Santuário da Atalaya	171
Fig. 51: Regresso à Igreja de S. Félix em Chelas	172
Fig. 52: Encosto do banco com azulejos do tipo albarrada	177
Fig. 53: Costas dos bancos azulejados	179
Fig. 54: AM com coroa e três Anjos	180
Fig. 55: Imagem do Google Maps	192
Fig. 56: Chaminé da Fábrica para o gerador	193
Fig. 57: Gerador de energia eléctrica Krupp-Bosch	194
Fig. 58: Chapa de matrícula do gerador Krupp nº 2766	195
Fig. 59: Ferramentas de manutenção do Gerador	195
Fig. 60: Ferramenta de manutenção do Gerador, com uma moeda de 1 euro para comparação	196
Fig. 61: Painel de controlo de corrente eléctrica	196

Fig. 62: Vestígios da Fábrica, área das escorvas	196
Fig. 63: Mapa dos PM 19 e 20	198
Fig. 64: Brasão de Armas da Companhia de Formação de Praças C. F. P. do Batalhão do Serviço de Transportes	207
Fig. 65: Visita de sua Excelência o Ministro da Cultura	218
Fig. 66: Mesa com exposição documental do Arquivo Geral do Exército	218
Fig. 67 - Análise SWOT	251

Índice de Gráficos

	Pág.
Gráfico 1: Espaço social	79
Gráfico 2: Percentagem de Homens e de Mulheres que responderam ao questionário de satisfação	234
Gráfico 3: Questão 2 - Como se sentiu com esta visita?	235
Gráfico 4: Questão 5 - Qual é a sua opinião sobre a importância do Arquivo Militar aqui instalado?	236



I – Estruturação teórica e metodológica

Ao pretender-se colocar em prática um conjunto de ideias que permitam uma análise científica no sentido de concretizar os objectivos idealizados, tem-se em primeiro lugar de ter a humildade de reconhecer que nem nós nem ninguém pode criar do nada a sua prática e que para cada momento e para cada caso, não existe uma “fórmula” única, uma matriz única, como se fosse uma solução ímpar e perfeita. Na verdade, nunca se é original, uma vez que se reproduz, de alguma forma, o conhecimento adquirido pelas práticas anteriores, as quais, *ipso facto*, também não são inteiramente nossas, porque as aprendemos, ao longo das múltiplas experiências com os outros e pela leitura do trabalho dos outros.

Depois, devemos reflectir sobre o nosso próprio trabalho por forma a que se cumpra a missão de acrescentar conhecimento e transmiti-lo também para os outros. É uma materialização do adágio popular de "quem conta um conto, acrescenta um ponto", significando que é obrigação de todos acrescentar mais um ponto, por muito pequeno que seja, ao conhecimento já existente e reconhecer que, no conhecimento, uma prática ou um saber-fazer já definidos podem sempre ser ponto de partida para outros trabalhos.

Assim sendo, este capítulo centra-se na exposição da determinação teórica e metodológica relativa à problemática que se pretende abordar, onde se inclui a importância que os lugares de memória têm para a sociedade. Isto implica realçar as ideias principais que concorrem para a identificação e construção dos conceitos estruturantes e para a criação de um “modelo conceptual”, que terá uma projecção lógica na parte empírica da presente investigação, criando um “modelo empírico” que possibilite estudar a realidade e encontrar a verdade que se pretende descobrir. Deste modo, será construída uma base teórica para suporte de todo o trabalho empírico, o qual será conduzido com a coerência e a lógica que fazem parte da prática epistémica que valida o trabalho científico.

Para esta tese, foi criado um esquema que reflecte a estratégia de raciocínios, conforme a figura 1 que abaixo se apresenta.

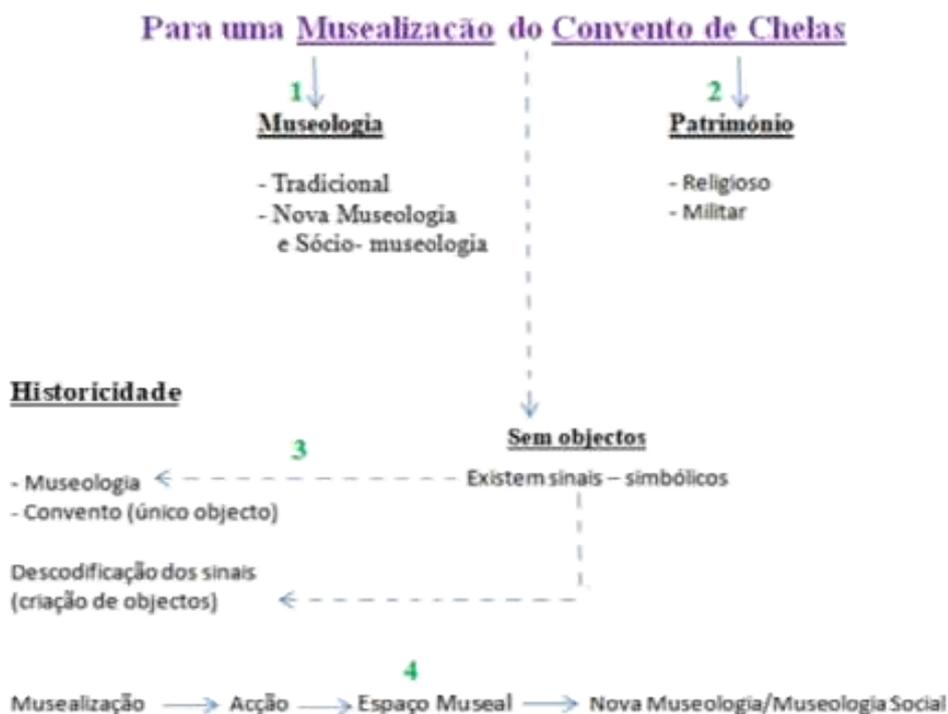


Fig. 1 – Estratégia de raciocínio (Fonte: Construção do autor)

Para a musealização do Convento de Chelas, tal como referido na introdução, começa-se por criar uma proposta académica susceptível de vir a ser transformada num projecto real, a qual terá por suporte as metodologias da museologia. Neste aspecto, deverá ter-se em consideração que, enquanto os espaços do monumento em questão, o Convento de Chelas, não forem musealizados, não poderá haver uma definição precisa e definitiva de que corrente de pensamento da museologia deverá ser adoptada: a museologia tradicional ou a sócio-museologia.

Por outro lado, o convento, em si mesmo, é um património que contém uma dimensão religiosa e outra militar e é nesta última dimensão que está dividida em um arquivo e um antigo espaço industrial, entre outros aspectos de menor visibilidade, mas igualmente pertinentes e adjuvantes da necessidade de musealização do monumento.

Este convento, despido de tudo quanto poderia ter tido no passado, excepto do que está dentro da igreja, que são a imagem de Nossa Senhora da Atalaia, um crucifixo, a imagem do padroeiro da igreja e uma urna de mármore recentemente encontrada nos terrenos do convento, é agora, ele mesmo, o único objecto susceptível de ser apresentado. No entanto, há nele, aqui e ali nas paredes do claustro e dos bancos do tanque situado no claustro, assim como em outros locais dos pisos superiores, sinais simbólicos que urge serem descodificados e, deste modo, serem também objecto de ‘exposição permanente’, muito à semelhança das

ruínas romanas de Conímbriga, da necrópole pré-histórica do Vale de São Martinho em Sintra, da necrópole da Idade do Bronze do Pinhal dos Cochos, também em Sintra, entre outros espaços que se apresentam a eles mesmos.

Portanto, para que se cumpra a proposta de musealização daqueles espaços, há que agir de acordo com os métodos da museologia, para que venha a ser um espaço museal. Depois da proposta ser validada, poder-se-á pensar num projecto em que a sócio-museologia poderá ser o caminho a adoptar, mas isso será tema para uma outra tese.

1– Arquitectura conceptual

Quando se pretende fundamentar um trabalho, recorre-se muitas vezes ao que se denomina ‘estado da arte’, que é uma das partes fundamentais do trabalho, porquanto faz referência não só ao que já foi feito como aos seus autores, evitando que cada vez que se inicia um trabalho académico, por exemplo uma tese, se faça trabalho de investigação desnecessário, sobre assuntos que já foram trabalhados, evitando, desta forma, a perda de tempo. Por outro lado, um trabalho só é entendido como científico se contribuir para criar e desenvolver o conhecimento.

Nesse sentido, procurar-se-á definir os conceitos que estão na base do desenvolvimento do estudo que se pretende aqui fazer e apresentar, com sustentação em teóricos reconhecidos dentro de cada área do conhecimento a que cada conceito porventura pertença. Começando já pela própria noção de conceito, a qual vem do latim “*conceptus*” (do verbo *concipere*), e se refere à percepção pelo entendimento; aquilo que concebe. Conceito é uma construção mental com origem numa ideia abstracta, a qual possibilita o conhecimento e o entendimento sobre qualquer "coisa", como fruto da interacção entre os sentidos, a linguagem e os factores culturais do ser humano com a sociedade envolvente (Pinto, 2016).

Esses conceitos, que dão corpo a toda a investigação, são os conceitos estruturantes, os quais se articulam segundo o esquema representado abaixo que patenteia a relação lógica entre eles.



Fig. 2 - Articulação estrutural dos conceitos (Fonte: Construção do autor)

Para melhor compreensão deste esquema teórico, dir-se-á que o estudo é feito, tendo como "objecto de estudo" o Convento de Chelas, enquanto monumento, segundo os pilares da museologia, e mais tarde, da própria sócio-museologia.

Este pilar é composto pelos conceitos que formam o eixo central, os quais são o Património, a História, a Memória e a Identidade. Repare-se nas relações que existem entre todos eles. Verifica-se que o Património influencia a História, nas suas componentes Militar e Religiosa, que aqui se aliam, distinguem e simultaneamente se confundem, neste monumento como noutros do mesmo tipo e época. Curioso é observar que são estes elementos do pilar que constituem o cerne que revela o "objecto de estudo", dando coerência ao estudo centrado consistentemente na museologia como "objecto científico".

A História e a Memória, sendo conceitos diferenciados, influenciam-se mutuamente - mesmo quando se contrariam - e também se aliam para construção da Identidade de uma comunidade ou de um lugar.

Por outro lado, do "objecto de estudo", sobressai que a sua identidade está fortemente marcada pelas suas duas valências, a clerical e a castrense, (só aparentemente antagónicas), acabando por influenciar, em termos simbólicos a memória. E, através desta, emerge a

influência na própria história e a historicidade, devolvendo a ambas o que delas recebe em prestígio e património.

São estes conceitos estruturantes, que se articulam entre si e que suportam teoricamente a investigação empírica.

É do conhecimento geral que a vertente militar sempre teve, em todas as sociedades, uma forte influência na construção da história, ao mesmo tempo que era moldada pela própria história. De facto, as sociedades foram-se construindo e os países foram modificando a geografia, conforme o factor militar ia escrevendo, alterando a própria história, com as intervenções em que sempre se envolveu, tanto no plano da guerra quente como no plano da dissuasão e até no plano político e diplomático com a procura da paz.

Sem necessitar de apresentar muitos exemplos, pense-se apenas no Império Romano e como ele cresceu e se reduziu até deixar de ser Império, e como definiu não só os limites de países, que ainda hoje têm algo de comum entre elas, a língua, de base latina, como o português, castelhano, italiano, francês e romeno, e sempre escorado pelo domínio da força militar. Para referir um exemplo mais próximo, repare-se como os acontecimentos da Segunda Grande Guerra alteraram a geografia mundial e deixaram marcas profundas que definiram as sociedades e que a história não pode permitir que se percam, até para que os mesmos erros não se repitam, como foram os campos de concentração, o Muro de Berlim e a Cortina de Ferro. Quer isto dizer que, neste aspecto, as sociedades foram sofrendo mudanças sob a influência militar. Pelo sentido oposto, a vertente militar tem evoluído em função da própria história, enquanto agente e objecto de mudança, num movimento permanente onde cada sociedade não quer perder as descobertas mais recentes no domínio bélico, da estratégia e princípios da guerra e da paz.

Mas também há o campo religioso que, de igual forma, tem sido um poderoso agente de transformação do mundo, quer positiva quer negativamente. Veja-se o caso do cristianismo, (como exemplo que no ocidente é mais familiar), ora pela evangelização, que transformou o panorama religioso do mundo ao ponto de, por exemplo, alguns países do Oriente, de cariz religioso Xintoístas e Budistas, actualmente praticarem também o cristianismo católico ou, pelo lado negativo, o caso dos missionários, tantas vezes mártires como os que foram para o Japão, no ano 1603, e que "o governo de Tokugawa, começou uma forte perseguição contra os cristãos que custou a vida de milhares deles"² (<https://martiresdojapao.wordpress.com/>), ou ainda, o religioso associado ao poder militar,

² A este respeito, foi feito um filme em 2016, de Martin Scorsese, intitulado "Silence", sobre cristãos portugueses jesuítas que foram 'assassinados' no Japão pela intolerância religiosa.

pela imposição da sua crença aos povos que dela não eram seguidores, como foi exemplo a Guerra Santa e as Cruzadas.

Ainda hoje se continua a verificar que este campo molda as sociedades pela tentativa desta ou daquela vertente religiosa se querer impor a outras - pela violência, ou mesmo, com algum cinismo e radicalismo - usando o sentimento religioso para veicular sentimentos e objectivos que nada têm a ver com a religião, senão apenas pelo uso da sua bandeira.

No esquema apresentado também pode então ser observado, a partir da coluna central, na linha vertical, que o Património, sob as suas diversas formas, onde também se pode incluir o monetário, contribui para a História. Por exemplo, graças ao vasto património arquitectónico que alguns países têm que influenciam no tipo de fonte de riqueza, como sendo o turismo e, conseqüentemente, esta riqueza escreve a história de cada um deles, como é o caso de Paris e Londres; ou graças ao património religioso, com os mesmos efeitos, turismo religioso, como Meca, a Terra Santa, Fátima, Lourdes, entre outros.

No mesmo esquema, verifica-se que a História contribui para a Memória. Um exemplo para explicitar esta afirmação e que é do conhecimento geral lusitano que, no tempo dos Descobrimentos, havia um lugar no fim (sul) de África, onde actualmente é a Cidade do Cabo, que era denominada como Cabo da Tormentas, que seria o fim do mundo, guardado por um terrível 'Mostrengo' em cujos mares habitavam vis sereias. Apesar de estar situado no plano da memória, está registado na história dos Descobrimentos e a importância que isso teve para o despertar da coragem dos então navegadores. Por outro lado, e como fonte de investigação por parte de historiadores, há as lendas, os contos populares, as descrições da evolução de tribos pela palavra guardadas pela memória dos anciões, em que usam como medida de tempo as 'luas', que depois de trabalhadas cientificamente fornecem elementos para a História e outras ciências.

No esquema verifica-se que o convento, que obviamente tem memórias, até pela sua idade e como será visto na segunda parte, da mesma forma que as unidades militares que por ali passaram e que, no final do pilar no esquema, contribuem para o desenho da Identidade, como sendo o resultado do somatório destas variáveis todas.

1.1 – No encontro da Museologia

A museologia e, por consequência, o museu, teve a sua nascença desde quando o ser humano guardava objectos, que são documentos³, para mais tarde recordar e para deles se servir como testemunho. No entanto e em breves pinceladas, para dar uma panorâmica, o nome museu teve início nas musas, deusas inspiradoras das artes, cantoras de maravilhosos hinos que alegravam Zeus e os imortais; e deste termo nasceram o termo museu, que seria o local onde viviam as musas e onde elas transmitiam as artes. Delas veio o termo música, como o resultado da sua actividade sonora. Já na Antiguidade, na Acrópole de Atenas, existiu a famosa pinacoteca onde eram expostas pinturas notáveis; entre elas as mais famosas eram as de Alexandria e as de Roma (com objectos gregos trazidos após a sua conquista); na Idade Média, eram as catedrais que expunham quadros, pinturas e estátuas; no Renascimento, essa actividade recolectora estendeu-se às mansões e aos palácios dos príncipes da igreja, onde recolhiam para si obras de arte que hoje têm um valor incalculável; em 1750, em França nasceu o primeiro museu público, com pinturas e, em 1793, o Museu do Louvre passa a apresentar objectos ‘trazidos’ de diversos pontos da Europa e do Egipto pelas tropas de Napoleão.

Pode dizer-se que os museus sempre perseguiram os mesmos objectivos desde os alvares da civilização, de promover a acumulação e a preservação de ‘documentos’ para servirem de prova e de recordação para os que virão, ou como ‘casas’ de cultura destinadas, assim, à recolha e classificação dos objectos. O reconhecimento de que estes objectivos, ainda que meritórios, eram insuficientes, só terá surgido nos finais do séc. XIX, porque, na verdade, o museu pode e deve ser entendido como algo alargado à comunidade e enquanto instituição organizada. Mário Chagas disse que deve pensar-se no museu como um “espaço de relação e não de acumulação [e não como aquele que] só pensa em museus em termos de raridades. Das preciosidades históricas. De requintes estéticos”. (Chagas, 2017: p. 111).

Aqui, quando se fala em museologia, assim sem qualquer adjectivo, pretende-se somente referir a museologia tradicional, distinguindo-a da sócio-museologia, museologia social e nova-museologia. Mendez, a respeito de museologia, a tradicional, declara que é “aquella que se hace desde arriba, sólo por especialistas, con discursos museográficos propuestos y autorizados por las instituciones culturales oficiales, quienes generan los

³ Segundo a Union Française des Organismes de Documentation, o termo documento diz respeito a “toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova” seja ele escrito, desenhado, seja uma rocha ou um fóssil. É qualquer suporte do qual se pode extrair informação.

espacios museológicos para un pueblo pasivo” (Méndez, 2007: 266), mas não se confunda a museologia com a museografia, dois termos que muitas vezes considerados idênticos, porquanto esta designa o conjunto de práticas ligadas à museologia. A museologia é, segundo Desvallées, “o estudo do museu” e não a sua prática – que remete à “museografia” (Desvallées, 2013: p. 61).

Segundo Georges Henri Rivière, foi um museólogo francês e o primeiro Director do Conselho Internacional de Museus (ICOM), figura incontornável da Museologia, entre os finais da década de 1950 e início da de 1960, quando sentiu a necessidade de distinguir teoricamente esses termos, que se propôs a Museologia como sendo “a ciência que tem como fim o estudo da missão e organização do museu” e a Museografia como “o conjunto de técnicas em relação com a Museologia”. Aqui começou a ideia de que os museus deveriam abandonar as velhas funções e os velhos costumes, devendo os museus, como instituições, estar ao serviço do homem assim como das sociedades, no presente e no futuro e, igualmente se proclamou o alargamento das antigas funções museológicas que se limitavam apenas a coleccionar, conservar, restaurar, investigar e comunicar. Foi o começo de uma série de transformações, ainda hoje em curso, que passam pela criação de novas actividades e de novas respostas, centradas na educação, na acção cultural e no desenvolvimento da comunidade que devem servir.

Estas mudanças passam também pelo profissional dos museus que tradicionalmente tem uma preparação da mesma área disciplinar que o museu, *id est*, se o museu for de história, ele é historiador, se for de arqueologia o profissional é arqueólogo, se de engenharia, idem, e assim por diante, razão porque até o seu nome era de curador, curador de museu e conservador de museu, mas não era um museólogo de formação. Assim, tornou-se extremamente importante que se formassem museólogos com competências accionalistas de novas ideias e metodologias de como bem “curar” um museu, tal como se depreende das orientações da *ICOM* quando diz que os profissionais de museus devem ter uma formação universitária, técnica e profissional apropriada.

E, de facto, esta questão tem sido tomada em consideração, tendo sido realizada formação museológica, a nível académico, com o "Curso de Especialização em Museologia Social", seguido do "Mestrado em Museologia Social", no início da última década do século passado, por iniciativa de Mário Moutinho. Actualmente, há inclusive doutoramentos em museologia, em algumas universidades portuguesas, destacando a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que foi pioneira em Portugal e no espaço lusófono.

Bruno diz que a museologia, em sendo uma disciplina, tem a capacidade de relacionar-se com a sociedade e com ela colaborar na implementação de processos comunicacionais que contribuam com a educação formal (Bruno, 2006: p. 7). É uma nova disciplina académica que envolve a pesquisa e possibilita pensar-se sobre questões como a memória e a sociedade, envolvendo a integração entre outras disciplinas.

O facto desta área do conhecimento, museologia, ter sido adoptada nesta tese como sendo o ‘objecto científico’, não impede que se fale noutras perspectivas e mais recentes da museologia como a nova museologia, a sócio-museologia e a museologia social.

Começando desde logo pelas duas formas como são referidas a sócio-museologia e a museologia social, que para alguns teóricos são iguais ou equivalentes e para outros estudiosos são diferentes. Quer o autor aqui dizer que esta equiparação não é aceite por todos, pois há quem defenda serem duas formas de museologia diferentes.

Numa entrevista de Carvalho a Mário Moutinho, Magnífico Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, subordinada ao tema *Decifrando Conceitos em Museologia: Entrevista a Mário Caneva Moutinho*⁴, pode-se ler que “se pudermos ainda fazer [o paralelo], a Museologia Social é um pouco a Nova Museologia [e a] Sociomuseologia é a área dentro das ciências sociais que [...] tem um conjunto de características, uma delas, talvez a mais importante, que é a de assumir a interdisciplinaridade como base para esta reflexão” (Carvalho, 2015: p. 258). Assim, a museologia social “traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (Moutinho, 2009: p. 7). Este autor diz que

o que caracteriza a Sociomuseologia não é propriamente a natureza dos seus pressupostos e dos seus objectivos, como acontece em outras áreas do conhecimento, mas a interdisciplinaridade com que apela a áreas do conhecimento perfeitamente consolidadas e as relaciona com a Museologia propriamente dita. [São, estas as] preocupações fundamentais da Sociomuseologia [...] que se encontram descritas em numerosos documentos elaborados dentro e fora da Museologia. (Moutinho, 2007: p. 1)

Ora, o conceito da Nova Museologia, com fundamento em alguns documentos, como a Declaração de Santiago do Chile (1972), numa mesa redonda promovida pelo *ICOM* e consagrado em 1984 na Declaração de Quebec (*MINOM*) onde é reconhecida a importância do papel social do museu, na Convenção sobre a protecção e promoção da diversidade das expressões culturais (*UNESCO*) de 2005 e noutros documentos/certames igualmente

⁴ In: *Museologia & Interdisciplinaridade*, Vol. IV, nº 8.

importantes, já trazia, desde a primeira hora, a concepção da museologia mais ligada às ciências sociais e à interdisciplinaridade de ciências. Ela foi como que um gatilho para a transformação do pensamento sobre a museologia no mundo. A percepção de que as sociedades estão continuamente em mudança, implica que a museologia as acompanhe, sob o risco de se transformar em algo inerte ou ‘morto’. Tal como ficou expresso na Declaração de Córdoba, XVIII Conferência Internacional do MINOM em 2017 que “A museologia que não serve para a vida, não serve para nada”. Portanto, para o autor deste trabalho, que entende que tanto um termo como outro servem para os mesmos objectivos, considera que ambas são versões de uma mesma realidade, logo, sinónimas, até porque o adjetivo “social” foi acrescentado, ora como prefixo ora como sufixo, ao termo substantivo “museologia” para, de algum modo, e tão-somente isso, sublinhar a mudança operada nos objectivos e métodos perseguidos pela museologia.

Em relação à mudança de mentalidades, estes documentos permitiram pensar a museologia como uma actividade humana que deve conter o carácter social, em oposição ao antigo pendor coleccionista, mas que, para tanto, é preciso ter a consciência de que deve haver uma museologia em que a investigação seja de cariz social e procure identificar os problemas para encontrar as soluções possíveis, com vista ao desenvolvimento comunitário, isto é, à aceitação óbvia da necessidade de se conjugar a participação da comunidade nos processos museológicos.

Ora, para se fazer uma apresentação do que tem sido e do que é actualmente a museologia, torna-se imprescindível que se passe em revista alguns dos diplomas resultantes de Reuniões Internacionais que influenciaram não apenas o pensamento museológico actual, mas também toda a prática contemporânea em uso nos museus, um pouco por todo o mundo, porquanto eles tiveram profundas implicações na Museologia ao ponto de alguns países, nomeadamente Portugal, Brasil e Canadá entre outros da América Latina, criarem "leis específicas para a gestão da sua política cultural, preservacionista" (Primo, 1999: p. 5). Aliás, os conteúdos destes documentos permitem entender a lógica que sustenta a Museologia Social, impulsionando, por exemplo, a criação de cursos universitários na área da museologia, como sendo uma ciência social, tanto mais merecida até porque a Museologia Social tem fundamentos teóricos não só na História como na própria Sociologia.

Estes documentos começaram a ser produzidos, (sucintamente expostos aqui por ordem cronológica), no Seminário Regional da *UNESCO*⁵ sobre a Função Educativa dos

⁵ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Esta agência foi fundada em 4 de Novembro de 1946 e está sediada em Paris.

Museus, ocorrido no Rio de Janeiro em 1958; na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972; no I Atelier Internacional da Nova Museologia em Quebec, realizado em 1984; na Reunião de Oaxtepec, México no mesmo ano e na Reunião de Caracas na Venezuela em 1992. São trabalhos desenvolvidos no seio do International Council of Museums (*ICOM* – Conselho Internacional de Museus), e que têm uma importância relevante para a evolução do conceito e da prática da museologia no século XX. (Primo, 1999: pp. 5-6).

Começando pelo *ICOM*, que nasceu em 1946 sob o alto patrocínio da *UNESCO*, quando vários profissionais reflectiram sobre os diversos atentados que foram infligidos ao património cultural durante a guerra, como os saques e destruição de obras de arte. Estas preocupações fizeram pensar, por exemplo, na função educativa dos museus, tendo-se concluído que os museus são lugares efectivos para a acção educativa formal.

Seguindo para o Seminário Regional da *UNESCO* de 1958, que marcou decisivamente os museus da América Latina e versou sobre a função Educativa dos Museus, como sendo extensão das escolas, e sobre o objecto museológico como um "objecto artístico, histórico e tridimensional" (Primo, 1999: p. 9), logo ali se fez prova do enorme carácter didáctico que advinha da exposição museográfica.

Algo que era inovador no pensamento museológico de então, até porque, logo em 1960, os museus estavam a ser entendidos como centros culturais e intelectuais, em que foram atendidas as recomendações constantes daquele documento que orientariam os museus, enquanto instituições de cultura, para manterem entre si e em conjunto com outras organizações, uma relação de cooperação no sentido de propiciarem a quem os visita mais e melhores serviços. Em Portugal que os Museus Nacionais já começaram a dar resposta a esta recomendação com a criação de uma rede: a Rede Nacional de Museus.

O facto de se pensar nos museus, como entidades prestadoras de serviços, que devem estar voltados para a sociedade, foi o tema do International Council of Museums de Portugal (*ICOM*) - Conselho Internacional de Museus, quando ali definiu, em 2009, o Código Deontológico que contém as orientações e os recursos disponibilizados para os profissionais de museus (*ICOM – PT*, 2009: pp. 1-19), e que mudaria tanto o pensamento como a prática da museologia, porquanto nela se começou por estabelecer o conceito de Museu Integral, que teve por base o reconhecimento da necessidade dos museus terem em conta os problemas do meio rural e urbano, bem como o desenvolvimento técnico-científico e a educação permanente onde o seu acervo sai das paredes limitadoras, características do antigo museu, indo ocupar posições nas ruas, nos centros comerciais, jardins e noutros espaços públicos jamais imaginados anteriormente.

Judite Primo, Professora e Coordenadora do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e actualmente Investigadora, titular da Cátedra, diz que, antes daquela altura, "a educação no museu ainda [era] vista como uma extensão da escola e não como uma agente de transformação social" (Primo, 1999: p. 18) porquanto apenas se reflectia a preocupação com a exposição e com os recursos utilizados pelos museus na comunicação com o público. Todavia, e apesar daquele conceito de então vir hoje a ser considerado como ultrapassado, reconhece-se que o intuito de alongar até aos museus o âmbito da escola já foi algo de fundamental na altura em que foi criado.

Em relação ao Museu Integral, a Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972, embora estivesse mais voltada para os países da América Latina, apresentava já esse conceito, o que proporcionaria uma visão abrangente do ambiente cultural e material, como sendo de maior relevância para a Museologia e que deu um enorme impulso no campo teórico para a definição do que viria a ser a Museologia Social, tendo enorme importância e consequência em todo o mundo, passando por Portugal.

Desta Declaração sobressai a importância da interdisciplinaridade no contexto museológico, alargando o leque das disciplinas para que acompanhe o desenvolvimento social, político, socioeconómico e tecnológico.

A apresentação da questão da interdisciplinaridade foi verdadeiramente revolucionária no pensamento museológico, cujos objectivos seguiam no sentido de relacionar o museu com a sociedade, ou seja, o ser humano com o seu património cultural. O museu começou então a ser "entendido como instrumento e agente de transformação social" (Primo, 1999: p. 19).

Tinha-se, por conseguinte, começado a dar uma atenção especial relativamente aos novos processos pedagógicos, pelo que se procurou adaptá-los às acções educativas e culturais; e, os museus passaram então a ser procurados como extensões das escolas, instituições onde era também possível transmitir-se oficialmente conhecimentos o que permitiu o avanço decisivo para a integração total dos museus na sociedade.

Mais de quatro décadas volvidas sobre a Mesa Redonda de Santiago do Chile, ela continua a servir de referencial para a criação de outros documentos. Pois, mesmo naquela altura, já se vislumbrava que o museu iria "ter um papel decisivo na educação da comunidade e ser um agente de desenvolvimento" (Primo, 1999: p. 20) com uma acção educativa que visava, e que continua a visar, a "libertação" e a fundamentação da democracia. Foi o início do que se pode chamar de museu do nosso tempo, de sociedades em permanente movimento e mutação. Enfim, museus vivos em sociedades vivas.

Não foi por acaso que Chagas falou de museus rizomáticos, pois eles podem estabelecer ligações com outros e estes outros com mais outros numa rede rizomática (Chagas, 2014: p. 49). Esta noção de rede rizomática, com inspiração na botânica, é usada na filosofia, e pretende dar uma imagem semelhante a algumas plantas cujos rebentos podem ramificar-se em qualquer ponto, sem haver a necessidade da existência de raízes; e os museus, tal como aquelas plantas, ramificam-se indefinidamente e em permanente ligação uns com os outros.

Então, a Declaração de Quebec, que apresentou os princípios fundamentais da Nova Museologia, ao estabelecer a diferença entre a Nova Museologia e a Museologia Tradicional, reafirma a existência de uma nova forma de se pensar a museologia, frisando que é de carácter social, a qual se encontra numa posição quase oposta à outra museologia, a tradicional, de colecções, fundamentada na preservação dos artefactos materiais de civilizações passadas.

Dos princípios basilares para a Nova Museologia, destacam-se a integração da população na sua actividade, sendo esta, efectivamente interdisciplinar, o que rompe com o modelo de museu estático. Diria mais, no âmbito cronológico, o museu deixou de ser considerado como uma instituição eterna.

De facto, isto era denotativo de que seria necessário que a museologia fosse mais além, que se preocupasse com questões de carácter social, cultural e económico. Este documento era já um prenúncio do que viria a ser falado e formalizado um ano depois, em Lisboa, durante o II Encontro Internacional – Nova Museologia/ Museus Locais, em 1985, cuja importância foi a de

aprofundar as questões da interdisciplinaridade no domínio da museologia, facto que contrariava o saber isolado, absoluto e redutor da museologia tradicional instituída, deixando desta forma espaço para uma maior reflexão crítica. (Primo, 1999: p. 12)

e, por conseguinte, elegendo como seu principal objectivo, o desenvolvimento comunitário e não apenas a preservação.

Voltando à questão de interdisciplinaridade, que Primo fez questão de frisar, Chagas reforçou-a, dizendo que

cabe ao sociólogo ou ao antropólogo sociocultural procurar apresentar as verdadeiras dimensões e as reais perspectivas de passados com que passem a coexistir presentes e futuros, através de tempos túbios. Cabem a museus dar exemplos de tais interpenetrações. (Chagas, 2017: p. 156)

A Declaração de Quebec que, portanto, preconizou o *Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM)*, criada em 10 de Novembro do ano seguinte em Lisboa, afiliada ao *Conselho Internacional de Museus*, movimento que se criou, portanto, a partir "de um antagonismo entre a Museologia Tradicional e a Nova Museologia, passando a falar-se da existências de duas museologias que se revela serem antagónicas" (Primo, 1999: p. 22). Na verdade, "a museologia tradicional opta pela exposição em vitrinas, [...] no sentido em que o equipamento expositivo, formado por armários, prontos e painéis [...]" (Roque, 2011: p. 141) versus a Nova Museologia, de cariz social, que patenteia os seus objectos fora das 'redomas' que impedem o contacto com os visitantes. Mas, no fundo, e bem pelo contrário, entende-se que ambas são muito consequentes e, à semelhança de todas as outras ciências, estas evoluem com base no conhecimento que adquirem do passado e não se aniquilam, nem são duas museologias separadas. Isto quer dizer que uma, a tradicional,

preocupa-se basicamente com questões administrativas, documentais e preservacionistas do objecto; e a outra, cuja forma de actuação está mais voltada para as necessidades e anseios sociais, trabalha com a ideia de património entendido na sua globalidade e as acções de preservação, conservação, documentação e pesquisa são feitas a partir dessa noção mais global do património. (Primo, 1999: p. 24)

De facto o *MINOM* nasceu da necessidade emergente de uma mudança de paradigma da museologia e dos museus. Teve dentro dos seus objectivos fornecer orientações a fim de que tivessem um comprometimento com o ser humano e para com a melhoria da sua qualidade de vida, o que passa pela necessidade de ampliar a prática museológica e de integrar nessas acções as populações e os seus desejos de compreensão, de desenvolvimento e de justiça social.

Assim, a Museologia, seja Social ou Tradicional, deve conseguir fazer com que a pessoa se veja confrontada com a realidade por intermédio de "elementos tridimensionais, representativos e simbólicos" (Primo, 1999: p. 13) o que implica o diálogo permanente e aberto entre a instituição e a comunidade. E o novo modelo de museologia, o da Museologia Social, tem por objectivo, lutar a favor das minorias sociais e explicitar as realidades sociais, todas, de uma forma clara e insofismável, para que os actores potenciadores das mudanças sociais se consciencializem das necessidades e das ambições da sua comunidade.

No mesmo ano de 1984, foi elaborado um novo documento, a Declaração de Oaxtepec - México, produzida no Encontro "Memoria del Seminario Territorio-Patrimonio-

Comunidade", que reafirma muito do que foi expresso nas Declarações de Santiago e de Quebec. Versa sobre as questões de Território - Património - Comunidade.

Hugues de Varine, outra figura igualmente incontornável da Museologia, que teve vários cargos de relevo na gestão de instituições, entre eles, talvez o

mais conhecido tenha sido o lugar de director do ICOM (Conselho Internacional de Museus), cargo que ocupou durante vários anos, primeiro como adjunto de Georges Henri Rivière e depois como seu sucessor. Tem tido uma relação de proximidade com Portugal desde a década de oitenta, altura em que esteve à frente do Instituto Franco Português (1982-1984), em Lisboa⁶,

disse, a respeito deste modelo tríptico, Território - Património - Comunidade, que são três os conceitos indissociáveis que configuram a estrutura da museologia contemporânea e a função social do museu. O sistema garante que o museu possa ser um poderoso instrumento para o desenvolvimento comunitário, por ser constituído pelos capitais social, cultural e económico (Bourdieu, 2011).

Georges Rivière, juntamente com Varine, criou o termo "ecomuseu", que apareceu "publicamente em 1971 em Dijon na 9ª Conferência Geral do ICOM"⁷.

A Declaração de Caracas, de 1992, como resultado do Seminário de Estudos Museológicos, apresentou um conjunto de medidas teórico-práticas que deram continuidade à teoria da função social dos museus. Este documento contém uma análise da situação dos Museus da América Latina, apresentando características que expressam as mudanças sócio/políticas, económicas e tecnológicas "assim como a transformação conceptual e operacional nas instituições museológicas" (Primo, 1999: p. 15), servindo, por conseguinte, como facilitador nas relações da sociedade com os desafios quer do presente quer do futuro que lhe estão reservados (Horta, 1995: pp. 32-35).

Nela é abordada a questão da participação das comunidades na actividade museológica e é melhor entendido e redefinido o conceito de Museu Integral trabalhado na Mesa Redonda de Santiago, para o Museu Integrado na Comunidade, em que "os museus [...] têm como desafio a relação [...] com a Comunicação, o Património, a Liderança, a Gestão e os Recursos Humanos" (Primo, 1999: p. 15). É a passagem da ideia do museu detentor de certezas, o museu mestre, para uma instituição como "espaço dinâmico que propicia e estimula a consciência crítica, [...] um instrumento para o desenvolvimento e afirmação da identidade" (Primo, 1999: pp. 25-26).

⁶ <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5585>.

⁷ <https://globalherit.hypotheses.org/1250>.

Lorena Querol, Doutora em Museologia Social, pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em 2012, afirmou ter sido nos anos 90 do século passado que a Nova Museologia deu origem à Sócio-museologia (Querol, 2013). Disse, referindo Mário Moutinho, que a Sócio-museologia poderá "contribuir para o desenvolvimento sustentável da humanidade, com base na igualdade de oportunidades e na inclusão social, cultural e económica" (Querol, 2013: p. 167) em que se juntam diversas Ciências Sociais.

Ora, pensar-se em museologia é também pensar-se nos museus, como entidades prestadoras de serviços, os quais naturalmente devem estar voltados para a sociedade, cabendo-lhes a obrigação da criação de conteúdos com formas que os aproximem aos seus públicos, como aliás foi esse um dos princípios insertos no Código Deontológico do *ICOM* para Museus em 2009, ao definir as responsabilidades dos profissionais de museus que

devem observar as normas e a legislação vigentes, manter a dignidade e honrar a sua profissão. Devem proteger o público contra comportamentos profissionais ilegais ou antideontológicos. Todas as oportunidades devem ser aproveitadas para educar e informar o público sobre os objetivos, finalidades e aspirações da profissão a fim de desenvolver uma melhor compreensão a respeito das contribuições que os museus oferecem à sociedade. (ICOM, 2009: p. 15)

Compreende-se, portanto, que os museus são responsáveis pela preservação e pela correcta divulgação do património natural e cultural, material e imaterial. As autoridades de tutela e todos os responsáveis pela orientação estratégica e pela supervisão dos museus têm como primeira obrigação "proteger e promover este património, assim como prover os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para este fim" (ICOM, 2009: p. 7). "A missão de um museu é a de adquirir, preservar e valorizar suas coleções com o objetivo de contribuir para a salvaguarda do património natural, cultural e científico" (Código de Ética do *ICOM*, 2006). Ficando claro o princípio de que os museus devem manter acervos em benefício da sociedade e do seu desenvolvimento, cumprindo uma função social. A sócio-museologia tem apostado nesta dimensão e, por isso, propõe o desenvolvimento de projectos que congreguem a realização de acções com a sociedade e para ela, tanto na perspectiva individual como na colectiva, no sentido de poderem dar relevância aos conteúdos dos seus próprios objectos, comunicando as suas mensagens eticamente.

De facto, esta questão da função social dos museus é fundamental. Pedro Leite, numa entrevista publicada *No Mundo dos Museus*⁸, referiu-se à função social dos museus, na sua

⁸ <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/tag/funcao-social-do-museu>.

ligação aos profissionais que devem entender a sociedade onde vivem e actuarem no sentido de a tornar melhor. Isto é, mais justa, mais digna, promovendo o crescimento cultural das pessoas. Ou seja, a função social dos museus, tal como ela é entendida na actualidade, em Portugal e nos países que se interessam pela preservação do seu passado com projecção no presente, é

[...] reconhecer-se que os museus nem sempre foram eficazes na representação e promoção da diversidade e do diálogo intercultural, [pelo que] é preciso esclarecer que não se trata apenas de uma questão de representação, mas também de uma questão de para quem os museus se dirigem, falamos, portanto, de públicos. Um dos grandes desafios dos museus no séc. XXI é, sem grande margem para dúvidas, o aumento, mas sobretudo a diversificação dos públicos.

Com isto, Pedro Leite realçava a importância de se

trazer para os museus os aportes de diferentes grupos e comunidades, então o enfoque está também na forma como se envolve, ou seja, no encontrar de formas de participação mais éticas e adequadas que viabilizem processos de consulta, negociação e participação implicando todas as partes interessadas.⁹

Deste modo, os museus e os profissionais devem ter o compromisso de cooperação com a comunidade, trabalhando em prol do seu público, da memória que representam, sendo assim um lugar que realce o valor da vida e a própria vida. Nesse sentido, de se evidenciar o museu como aquela instituição que deve procurar a vida versus apresentar um passado morto, está de acordo com a Declaração de Córdoba, XVIII Conferência Internacional do MINOM, realizado na Argentina em 2017, que realça veementemente que “A museologia que não serve para a vida, não serve para nada”, e em sintonia com esta posição, a assumida por Mário Chagas, nas suas palestras, como foi o caso do Seminário “Memória das Olimpíadas: “múltiplos olhares”, realizado em Dezembro de 2016 no Auditório da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, cujo título foi exactamente *A museologia que não serve para a vida, não serve para nada*.

De facto, a sócio-museologia pretende mostrar que o museu deve ser entendido como um lugar de memória e de poder, cabendo-lhe, sem qualquer margem de dúvida, a obrigação de "mostrar a verdade" para que não se corra o risco de se repetirem, pela falta de conhecimento e de reflexão, os mesmos erros do passado, como o racismo, os campos de concentração e a destruição de monumentos, entre muitos outros erros que ainda se vão repetindo. Pois o simples acto de guardar objectos só por guardar, em vez de guardar algo que sirva, não é caminho; e só esta última maneira é que faz sentido porque serve para aumentar a

⁹ Idem.

comunicação e para que a museologia possa ter a sua acção, verdadeiramente, em proveito da vida. Por isso mesmo, como bom exemplo, na sociedade brasileira actual, o museu tem espaço “exatamente porque se opõe ao frenesi moderno, mas a garantia desse espaço não poderá ser feita através do enclausuramento, e sim pela via da abertura do museu para a vida, para o tempo presente.” (Chagas, 1994: p.60).

A ideia de que os museus são armazéns de coisas mortas que de alguma forma recordam determinado acontecimento num determinado tempo histórico, tem vindo a ser, se não abandonada, pelo menos muito alterada para algo melhor, por forma a que os acontecimentos façam sentido no contexto em que se produziram e que os ensinamentos deles obtidos sejam úteis para a vida quotidiana da comunidade. Daí que se depreende que quando Chagas se referiu que "há museus que celebram a morte, porque não são capazes de celebrar a vida [e que] já se foi o tempo que quem dissesse «museu» dizia uma colecção de relíquias que despertassem, no visitante, ternura ou curiosidade pelo passado: um passado morto sem ligação com a vida" (Chagas, 2017: p. 24), queria sugerir que aquela corrente de museologia que colecciona os restos mortais, “objectos sem vida” era uma corrente em que os museus dedicavam-se a uma museologia "necrófita", em vez de uma museologia que se pretende viva e actuante, a que se pode chamar de "biófita", que não minimiza as recordações que identificam um povo, antes as inserem na vivência da comunidade como elementos presentes e vívidos dos seus comportamentos, das suas situações e dos seus anseios. A esse respeito, de vida e da morte, afirma ainda Chagas que

o museu é, no Ocidente, cada dia menos necrófita e mais vivente e convivente com os visitantes. O estudante ou o estudioso vai, atualmente, a museus, para informar-se, de maneira agradável, acerca de objetos não expostos a seu olhos, como revelados, explicados e esclarecidos, à sua inteligência. Peça de museu já não significa retalho de antiguidade morta mas pretexto para maior conhecimento do conjunto que ele representa. (Chagas, 2017: pp. 78, 166)

Um bom exemplo desta “museologia biófita”, parecendo um tanto paradoxal, pois fala de morte e para quem ainda tenha dúvidas, é a realidade actual na Polónia, onde se mantém musealizado e aberto ao público, o Campo de Concentração em Oświęcim, Auschwitz, para que nunca se possa esquecer os horrores ali praticados. E, num dos pavilhões há um letreiro de um filósofo espanhol, George Santayana, que diz “Those who do not remember the past are condemned to repeat it”¹⁰. Esta curta frase, cumpre a sua função primordial de preservar a História e de obrigar a que se assuma o compromisso de não

¹⁰ Aqueles que não recordam o passado estão condenados a repeti-lo.

esquecer tal brutalidade. É nisto que reside a grande diferença entre a “*museologia para*” e a “*museologia com*” assim como das “*museologias biófita e necrófita*”.

Portanto, é fundamental que se empreenda na acção museológica o sentido que esteja envolvido na vida, a museologia "biófita" e que, em todos os pontos de memória se desenvolvam práticas que permitam mudanças. É esse o objectivo primordial do *MINOM* pelo que é evidente que a tudo isto subjaz a memória, pois sem ela não há criatividade e sem criatividade a memória "estagna", dando continuidade à “museologia necrófita”.

O museu deve, portanto, ser considerado como um espaço de convivência, de relação, como elemento de conexão entre o 'eu' e o 'outro', entre o 'outro' e o 'passado', entre o 'presente' e o 'futuro'; ser um museu social, que poderá ser expresso segundo a equação matemática ‘*Museus (memória + criatividade) = mudança social*’, que permite a existência de *mudança social*; missão que os chamados *museus tradicionais* não estão a conseguir, porque não conseguem articular-se com este novo paradigma da museologia social.

No Brasil e como exemplo, alguns museus considerados tradicionais têm demonstrado ter a capacidade de resposta para esta nova visão, e estão a conseguir desempenhar essa missão de agentes de mudança social, pois trabalham a favor da dignidade humana. É esta concepção que os museus enquanto instituições de cultura entendem que têm a responsabilidade da construção e transmissão do conhecimento com base no património cultural que detêm; e, por isso, são responsáveis por representar a realidade sociocultural, e têm cometida a necessidade de acompanhar o movimento de mudanças ocorridas na sociedade com as rápidas transformações sociais, económicas e culturais, pelo que, repetindo para reforçar, devem indubitavelmente, estar ao seu serviço.

Tem-se vindo a considerar até aqui que os museus estão, de facto, a começar a ter novas funções para as quais a museologia tem tido atenção. Mas, agora ao rever-se a Declaração do Quebec, cuja tradução foi de Mário Moutinho, verifica-se que ela, já naquela altura, apresentava como estão patentes na sua introdução os motivos do novo movimento para a museologia. Neste movimento são reafirmados a função social do museu e o carácter global das suas intervenções. Foi então devidamente formalizada a função social dos Museus como marca da “Nova Museologia” que tinha, como princípios básicos reconhecidos a ampliação dos objectivos tradicionais do museu; a integração da população na sua acção e um maior recurso à interdisciplinaridade.

A questão da necessidade de envolver as comunidades e mobilizar a sua participação nos processos museológicos chega, por via do intenso debate de vários museólogos de todo o mundo sobre experiências em ecomuseus, já em 1992, em Caracas, quando foi dada como

função museológica a relevância dos processos de comunicação, com a qual se pode assegurar a participação das comunidades nos processos museológicos.

Segundo as palavras de Hugues de Varine, numa entrevista de Ana Carvalho, em 19 de Abril de 2013, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, em Lisboa, e publicada no Mundo dos Museus, refere que "a função social do museu, [...] implica participação, porquanto cada pessoa tem uma competência, tem um saber, [...] de vida que é necessário utilizar senão somos vítimas do saber dos outros"¹¹.

Na realidade, um museu cumpre a sua função social quando contribui para a formação de consciências e quando estimula o livre pensamento e a consciência política como prática corrente para o exercício da cidadania, para o espírito de iniciativa e para a ampla participação das comunidades em assuntos fundamentais da vida em sociedade, como a valorização e a promoção da diversidade cultural no âmbito do desenvolvimento local. E a museologia deve celebrar a vida, pelo que os museus têm, para além da *dimensão expositiva e social*, uma *dimensão poética*; e que um dos maiores desafios que os museus enfrentam no futuro, é terem de converter-se em espaços mais humanos e confortáveis que potenciem os valores da democracia e da cidadania, com exposições mais próximas dos visitantes, apresentando conteúdos compreensíveis e atractivos para públicos diversificados. É nessa direcção que o *MINOM* aponta, para novas tipologias de museus que tenham uma maior capacidade de sensibilizar os poderes públicos para a valorização de iniciativas locais, para serem realmente '*museus com*' estabelecendo como instituições participativas e activas na configuração de uma sociedade plural e não apenas '*museus para*'. Os museus cuja missão é mostrar o que nem sempre está evidente nas peças expostas, antes fazendo sobressair em cada acervo o sentido, o sentimento ou a sua 'alma', isto é possível através do mecanismo instintivo que a aculturação produz na comunidade, formando-se no mais profundo do ser humano a ideia produzida pelo objecto. Ao ser assim assimilada, instila o sentimento de pertença, de continuidade, de calma e até de amor. Ou seja, a imagem poética de que cada pessoa é a continuidade de um devir que se produziu antes de dela e que vai prevalecer até depois de ter desaparecido.

Por fim, deve frisar-se, que a museologia social, "cuja característica fundamental é a valorização do homem como sujeito participativo, crítico e consciente da sua realidade, facto que transcende a valorização da cultura material desvinculada da realidade social" (Primo, 1999: p. 35), também deverá preocupar-se com as questões do património, da memória e da

¹¹ <http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/tag/hugues-de-varine>.

educação. Estes são os vectores fundamentais que eram já 'sentidos' nos anos 90, como produtos da sociedade que carregavam tanto o “fazer” como os “saberes” que devem preencher o pensamento dos museólogos e dos profissionais de museus, a fim de se cumprir o desígnio de servir bem que deve andar associado a toda a Museologia. Neste sentido, a sócio-museologia tem ou deve ter compromissos com a cidadania e com os Direitos Humanos, pois trabalha com esse objectivo. Aliás, foi aprovada pela *UNESCO* uma carta que tem por eixo a questão da educação, cidadania e diversidade cultural, devendo, por isso, sem dúvida, articular-se Educação, Diversidade Cultural e Cidadania.

De facto, está-se a verificar com as escolas em Portugal, nas últimas décadas, que têm lutado para que exista uma filosofia de inclusão. “Somos”, como diz o ‘slogan’, “todos diferentes todos iguais”, beneficiando a sociedade da diversidade e com a diferença. A cidadania é um desafio que solicita práticas que evitem as exclusões, racismos, machismos, sexismos e outros -ismos.

A Nova Museologia tem a possibilidade de criticar as práticas conservadoras que reproduzem as antigas práticas baseadas, como é o caso português, em nome de Deus, Pátria e Família. Práticas que reflectiam aspectos discriminatórios como do género e raça.

E, com a Museologia Social consegue-se encorajar a consciência política, o exercício da cidadania, a participação comunitária e o espírito de iniciativa, ao serviço da realização do ser cultural, enfim, do ser humano (Antunes, 2015), sendo fundamental para a sócio-museologia o reconhecimento da diversidade cultural para que se possa entender a sociedade. Por isso, os espaços são, ou devem ser, ditados pelas pessoas em conformidade com as suas memórias, a fim de que possam tornar-se livres, abertos, como verdadeiros espaços de memória. Por conseguinte, uma vez que são instituições para servir culturalmente as suas populações, devem estar em sintonia com elas e ouvir, discutir e responder aos seus problemas, comprometendo-se a agir como elementos dinamizadores capazes de contribuir para a transformação da sociedade. Deste modo, os museus seriam, como referiu Hein, “vistos como um tipo de instituição de entre as várias que poderiam proporcionar educação para as massas” (Hein, 1998: p. 4).

Esta forma de pensar, até como a possibilidade de se conhecerem os públicos que visitam os museus, facilita as tomadas de decisão sobre os destinos a dar a cada museu para que estejam cada vez mais em sintonia com a sociedade e com as instituições de educação, embora independentes.

Em suma, poder-se-á pensar que, qualquer museu que apenas tem em vista os aspectos expositivos de objectos como a sua razão única, está descontextualizado da

sociedade em que está integrado, mantendo-se indiferente a novas realidades em permanente mudança, é obsoleto e “necrófito”, e, para ser vivo, deve mudar juntamente com a sociedade a que pertence.

Como estas mudanças são sempre de médio e de longo alcance, os museus não podem, por conseguinte, concentrar-se exclusivamente nas suas colecções sob pena de negligenciarem os seus cidadãos e a abertura à sociedade, tornando-se instituições incapazes de estabelecer diálogos a fim de darem respostas aos novos desafios sociais. Antes sim, serem como os ‘guardadores’ de histórias da vida real e espaços de memória, das memórias das pessoas e das sociedades, dos lugares e dos acontecimentos. Para tal missão, e como considerações finais sobre o conceito de museologia, emerge a noção de que os museus deverão pensar a sua organização a fim de serem também uma escola preocupada com as questões de cidadania, servindo, desta forma, as escolas e os seus alunos assim como os adultos, pela promoção de ensinamentos de valores sociais como a liberdade e a democracia.

1.2 – Património – uma conceptualização

Relativamente ao conceito de património, cabe dizer, apesar de já ser um lugar comum, que o termo teve origem no latim, que significa recebido (*monium*) do pai (*pater*), ou seja, herança passada de pais para filhos, a qual deve ser preservada; mas é inevitável que se deva explicar mais detalhadamente o seu significado, referindo, nomeadamente, as suas implicações culturais e museológicas.

Porém, deve-se ter em conta que a este termo, património, normalmente vem associado um outro que o adjectiva como cultural, intelectual, histórico, conventual, militar, industrial, entre vários outros. Há também outras classificações para o património, desde ‘património material’, como são os objectos e os monumentos que guardam o registo da passagem do tempo, das relações da humanidade com o espaço e das relações sociais e culturais, até ‘património imaterial’, como prática de uma representação que tem essa característica, como o fado e as procissões, entre outros e também ‘património cultural’, como um bem (i)material associado a um grupo ou a uma sociedade.

Considera-se, nesse sentido, a cultura como um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais que inclui todo o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral e os costumes aprendidos de geração em geração através da vida em sociedade.

Independentemente da designação e do modelo de implementação, o património é sempre um bem que merece e precisa ser preservado para que os vindouros possam ter

contacto com ele, e, para que os traços identitários de determinados grupos não desapareçam, como a nacionalidade.

Em contabilidade, por exemplo, o conceito “património” é definido como o conjunto de valores utilizados por qualquer instituição, a preservar no exercício da sua actividade.

Jorge Custódio, Comissário Científico do Instituto de Gestão do Património e Arqueologia, figura de referência no estudo do Património e Museologia industriais, que tem dedicado a sua atenção à história do património português, falou sobre as questões do património na Exposição *100 anos de Património, memória e identidade*, dizendo que “o Património é a herança cultural que o Homem transmite de época em época para o futuro! É aquilo que o futuro adquire, assimila o que lhe foi dado para continuar a persistir, na senda da defesa da humanidade”¹².

Este comissário acentuou que em Portugal, até ao período da Revolução de 1974, a sociedade ainda não estava sensibilizada para a protecção do seu património. Apenas na década seguinte é que começaram a aparecer associações com "ideias" de soluções e de modos de agir para a sua preservação. Tendo sido a partir destas associações assim como da *UNESCO*, da Nova Museologia e, inclusive da presença da globalização, que emergiu uma reflexão com carácter científico relativo ao património de inclusão associado à ciência. Estes factos foram, portanto, o marco de partida para a museologia social.

Castells entende que os diferentes modos de vida e de expressão dos seres humanos, as manifestações materiais e imateriais que afirmam e promovem a identidade cultural de um povo, são património cultural (2000: p. 24). Este património é composto pelos "elementos culturais conformados pelas manifestações materiais e imateriais criadas pelos sujeitos que nos precederam" (Zanirato, 2009: p. 137) e "a mercantilização da cultura [é uma das] grandes ameaças à sobrevivência do património cultural [...]" (Zanirato, 2009: p. 139). Assim, cabe ao poder político a missão de tomar a iniciativa na adopção de políticas de protecção do património. O problema é que, para esse efeito, o próprio poder precisa de ter "clareza quanto aos usos sociais do património [que] correspondem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade" (Zanirato, 2009: p. 39), passando pela identificação, conservação, estudo e difusão dos bens. Isto é tanto mais importante quando se consegue que o património reflecta a identidade da população a que pertencem esses bens, mas também quanto mais esta população se sinta identificada com eles o que, só por si, constitui uma maior garantia de que estarão mais protegidos.

¹²<https://www.youtube.com/watch?v=FvTfPBW9Ytk>.

Há situações em que elementos de uma determinada sociedade, por exemplo de uma freguesia, não revelam qualquer interesse num objecto ou monumento por dizerem que não lhes diz respeito ou que não se sentem identificados por ele. Todavia, e curiosamente, quando e se esse objecto ou monumento for pilhado ou for alvo de cobiça estrangeira à freguesia, logo o povo, incluindo aqueles que supostamente nada teriam que os relacionasse, se unirá em sua defesa. É que as pessoas não reagem todas da mesma forma em relação aos bens culturais, como em relação aos materiais. E, tal como as pessoas, também as sociedades são todas diferentes umas das outras, até pela forma como cada uma entende e acede ao que é considerado como bem, logo "a apropriação dos valores se faz de modo desigual" (Zanirato, 2009: p. 139). O envolvimento com os bens é igualmente diferente e o que é acarinhado por uma sociedade pode muito bem ser desprezado por outra, como foi o caso das estátuas de Buda destruídas pelos talibãs, em 2001 no Afeganistão.

É por isso que o papel dos poderes políticos deve ser esclarecido e informado, quer nas acções de manutenção dos bens públicos, quer na educação da comunidade para a recolha e preservação dos bens culturais produzidos no passado e no presente, enquanto testemunhos de identidade e continuidade da comunidade.

Nesta linha de pensamento, sobre a perda do património, Tolentino diz que

[...] no século XV ocorreram as primeiras medidas de preservação, mas durante os três séculos seguintes a preservação de monumentos se manifestava basicamente em iniciativas isoladas. Prédios antigos (vinculados a culturas pagãs) eram ressemantizados e retraduzidos em termos cristãos. Muitos eram reutilizados ou tinham seus elementos aproveitados em outras construções. Foi a ideia de nação que veio garantir o estatuto ideológico à constituição dos patrimônios históricos e artísticos e coube ao Estado nacional assegurar a sua preservação. A noção de monumento, no seu sentido moderno, ou seja, formulada enquanto monumento histórico e artístico, é que fez com que a noção de património se convertesse em uma categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada. Foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda de monumentos (já então valorizados como expressões históricas e artísticas), como o vandalismo da Reforma e o da Revolução Francesa, além da mística do culto à nação, para que a preservação dos monumentos se tornasse um tema de interesse público e, podemos acrescentar, a prática preservacionista também por meio dos museus. (Tolentino, 2016: p. 23)

E é também por este motivo, que os estados, em termos políticos, não dão valor aos seus monumentos ou os transformam sem qualquer preocupação de identidade e sem que as sociedades se possam envolver. Por isso, Zanirato diz que é necessário que se entenda porque é que há um fraco envolvimento da população e, depois, se busquem formas de se corrigir

esse cenário a fim de que a salvaguarda dos bens patrimoniais seja compartilhada pelo maior número de pessoas possível. Diz, ainda, que esse envolvimento é fraco, em muitos casos, porque decorre de se estar a viver uma era em que se apregoa e valoriza o progresso ao mesmo tempo em que se rejeita o que é "entendido como expressão do arcaico" (Zanirato, 2009: p. 140), e não como elementos considerados de valor de arte, de antiguidade e de representação da comunidade. E isso traz consequências, como o não reconhecimento pela maioria da população e a falta de entendimento de que o "bem patrimonial é aquele dotado de monumentalidade, que expressa ou os feitos importantes de uma história oficial, ou a arte em seu estado puro" (Zanirato, 2009: p. 141).

Por exemplo, a questão da modernidade, no que concerne à conservação, era "considerada como um obstáculo ao progresso" (Zanirato, 2009: p. 144), porque reflectia o mau gosto de quem pensava em conservar, conduzindo mesmo ao empobrecimento, por desvio de verbas que seriam mais bem aplicadas na preparação do futuro do que na preservação do passado. Então, focando-se no ambiente natural, a autora explica que, numa perspectiva mercantilista, o progresso era feito pela dominação do natural e não pela conservação *ad eternum* da natureza, daí o "pouco envolvimento de parte significativa da população com a conservação patrimonial" (Zanirato, 2009: p. 144). Deste modo, para haver conservação, há que lutar pela mudança de concepção, de mentalidade e de ideologia, por forma a que se valorize a memória de um povo como esteio do seu desenvolvimento, sem adjectivo, e não como um obstáculo ou uma sangria do erário público.

Contudo, se se tiver em conta a existência de uma crise económica que torna insuficientes todas as verbas orçamentadas, facilmente se deduz que é preciso evitar a alocação do investimento público à criação de espaços destinados apenas à contemplação ou exploração, para passar a promover o surgimento de espaços para usufruto de toda a população que, afinal, por ser formada pelos contribuintes, faz deles, a um só tempo, patrocinadores e beneficiários da coisa comum, despertando-os para a necessidade de a conservar e usufruir.

Numa postura crítica que pende sobre a governação, a autora adianta que toda a actividade conducente à centralização em órgãos restritos da administração pública "contribui para a continuidade da desmobilização da sociedade na defesa do património" (Zanirato, 2009: p. 145). Por isso, há a necessidade de mudar os critérios de valoração dos bens a serem conservados, o que passa pela capacitação dos sujeitos à participação na política patrimonial e pelo fortalecimento da representação nos concelhos comunitários, "implementando a

definição constitucional que reconhece como património cultural" (Zanirato, 2009: p. 146) tanto os bens (i)materiais como os modos de os recriar e fazer viver.

Zanirato reforça ainda o aspecto imperioso da preservação, dizendo que "a capacitação da população é fundamental, tanto para superar os entraves ainda existentes em relação às concepções do passado [...] quanto para não correr o risco que a sociedade seja considerada incompetente para participar das instâncias competentes" (Zanirato, 2009: p. 149).

Para mostrar a importância que o património sempre teve para a sociedade (Lage, 2002), sugere que se revise a lei do património, pois ela própria já contempla a importância do património cultural ao nível mais alto, o nacional. De facto, e apesar de Lage ter baseado o seu discurso na lei brasileira sobre património quando produziu esta informação, o mesmo discurso é extensível a Portugal, pois também existe legislação sobre esta temática, dentro do espírito que ele procurou mostrar para aquele país. Convém, por isso, apresentar aqui os conteúdos de alguns documentos legais portugueses sobre o património, até porque se pretende que este estudo seja orientado para o caso português, pese embora a universalidade dos conceitos e a influência que sobre os portugueses exercem os países mais atentos à sócio-museologia.

A Constituição da República Portuguesa, no seu art.º 66.º, ponto 2 c), apresenta disposições atinentes ao tema do património cultural, estabelecendo a tarefa do Estado de "classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico", tendo em vista assegurar o direito ao ambiente e qualidade de vida; e está assegurado o direito à educação, cultura e ciência (art.º 73.º n.º 1), definindo que cabe ao Estado promover

a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social e recreio, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais (art.º 73.º n.º 3).

Relativamente ao direito à fruição e criação cultural, o mesmo diploma reflecte que "Todos têm direito à fruição e criação cultural," e acrescenta: "bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural" (art.º 78.º), isto é, reforça uma vez mais, a responsabilidade do Estado, em colaboração com todos os agentes culturais de "[...]

Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum”.

No nível seguinte da hierarquia das normas jurídicas, tem-se as leis e, entre elas, a Lei 107/2001 de 8 de Setembro onde se estabelecem as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura e que “todos os bens que, sendo testemunhos como valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização” (art.º 2.º, n.º 1).

Aqui já surge um esboço de conceito de património cultural composto, além da língua, que neste caso concreto é a portuguesa, também pelos documentos.

Neste conceito reflectem-se os “valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade” (art.º 2º, nº3).

Fazem também parte do património cultural os bens imateriais que "constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.” (art.º 2.º, n.º 4) e que “Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa” (art.º 2.º, n.º 6). Pela Lei n.º 13/85, de 6 de Julho frisa-se que “todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” (art.º 1.º).

Mais recentemente foram criados outros dois diplomas, o Decreto-Lei 138/2009 de 15 de Junho, o Decreto-Lei 149/2015 de 4 de Agosto que é um desenvolvimento da já citada Lei 107/2001, que estabelece o Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Imaterial, com a Criação do Fundo de Salvaguarda do Património, a Nova Lei de Bases do Património – Lei 197/2001 de 8 de Setembro – que veio substituir a Lei do Património.

Para além do consignado nos diplomas agora citados, Ana Carvalho na sua obra *Os Museus e o Património Cultural Imaterial (PCI)* aborda, em sintonia com a lei, a questão do património cultural imaterial e considera que este conceito de Património Cultural Imaterial não rompe com os antigos conceitos sobre o património, antes os continua e alarga, trazendo à sua antiga natureza relectora e maioritariamente testemunhal uma nova dimensão política e sociológica, dinamizadora da divulgação cultural e potenciadora da integração da comunidade nas tarefas museológicas. Isto é o mesmo que dizer-se da sua integração com as sociedades

antecessoras, pelo usufruto do seu espólio e com as vindouras pelos acréscimos que podem trazer ao acervo museológico.

Também para Zanirato, para quem todos os objectos são dotados de valor cultural, é importante preservá-los como garantia para o testemunho dos valores culturais e simbólicos, gravando nas leis e nas mentalidades as medidas convenientes a essa finalidade. Assim, quando se fala nos riscos do desaparecimento do património, como se tem vindo, lamentavelmente assistido com alguma frequência preocupante nos monumentos, como as pontes romanas destruídas no Alentejo em Junho de 2019 para dar lugar a amendoeiras, e as florestas portuguesas consumidas pelos fogos, a sociedade é impelida a pensar que o maior risco surge se não houver uma participação interessada da comunidade, no sentido da preservação dos objectos; e, havendo-a, logo se descobre ter existido previamente uma educação patrimonial como "meio para a identificação social com os símbolos que expressam as memórias e as histórias vividas [...]" (Zanirato, 2009: p. 139).

Ao analisarem-se os monumentos, na perspectiva do património cultural neles contido, ou seja, visto como património de cariz imaterial – no mesmo sentido em que Carvalho defende a ideia de que o património deveria estar "focado nos monumentos e sítios [...], passando por um processo evolutivo que introduz novas dimensões ou novos patrimónios" (Carvalho, 2011: p. 21) o que "compreende um conjunto de expressões e tradições que as comunidades e os grupos vão transmitindo de geração em geração" (Carvalho, 2011: p. 21), constata-se que estes monumentos estão na base da identidade das comunidades.

Recentemente, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (PCI), realizada em Paris, em 17 de Outubro de 2003, no seu nº1 do artigo 2º, definiu o conceito de "património cultural imaterial" como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural.

Este património cultural, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e conferindo-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo, assim, para promover o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. Nesta Convenção, só foi tomado em consideração o património cultural imaterial que fosse compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos, bem como a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e

do desenvolvimento sustentável. Do seu nº 2, retira-se que o "património cultural imaterial" se manifesta nas "práticas sociais, rituais e actos festivos."¹³ Destarte, como referiu Montaner, relativamente aos objectos singulares, "que podem ser vistos ordenadamente pelo público" (1990: p. 34), as questões de ligação de dois patrimónios num só monumento, não só é possível como recomendável.

Em relação à salvaguarda do património cultural imaterial, Carvalho afirmou que "era um campo tradicionalmente restrito aos antropólogos e sociólogos, mas [...] expandiu-se com a participação de museólogos, historiadores, arquitectos, urbanistas [...]" (Carvalho, 2011: p. 21). Para a autora, os museus são como agentes importantes na salvaguarda do património imaterial. Aliás, os museus são, segundo ela, pelas competências e procedimentos no domínio do património que têm instituído, considerados como actores privilegiados no palco cultural da preservação da memória e da definição da identidade. No que diz respeito à museologia, refere que o próprio *ICOM*¹⁴ "reconhece o papel dos museus na salvaguarda do PCI" (Carvalho, 2011: p. 23).

Todavia, nessa linha de pensamento, a autora questiona se, de facto, os museus estarão capacitados para contribuir para a salvaguarda do património cultural imaterial. No caso positivo, em que alguns poderão reunir condições que lhes permitam trabalharem nesse sentido, "importa reflectir sobre as possíveis estratégias que permitam dar visibilidade ao PCI através das diversas funções" (Carvalho, 2011: p. 23).

Da *UNESCO* também sobressaem contribuições para a protecção do património cultural imaterial. Carvalho faz a apresentação de um "quadro normativo" criado por aquela Organização, que serviu de estímulo à Convenção de 2003, pois reconhece como importante a protecção do património cultural imaterial como uma forma de reforço para complementar os objectivos da *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972*, porquanto versava com mais acuidade sobre o património monumental.

Carvalho fez também uma análise articulada com o contexto político, apresentando a Lei n.º 13/1985 de 6 de Julho, que tem um carácter inovador, porque o seu conceito de património cultural contempla os bens materiais e os imateriais. Como exemplo deste tipo de património que acompanha os cidadãos por toda a vida, como o fado, o folclore e a música, o canto alentejano, o estilo arquitectónico Manuelino, as paisagens e até as tradições gastronómicas, para citar apenas os mais recentes e mediáticos.

¹³ www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf.

¹⁴ *International Committee for Museums*.

Sobre esta lei que entretanto foi revogada pela Lei n.º 107/2001 e ajustada pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, estabelecendo o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, que diz no seu artigo 1.º que "O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo".

Este reconhecimento relativamente ao Património Cultural Imaterial não é novo, pois

está ligado também a uma tendência que se verifica sobretudo a partir dos finais do séc. XX, e que reflecte a necessidade de reavaliar os efeitos causados pela globalização, dominando neste sentido uma preocupação centrada na questão das identidades em contextos locais (Carvalho, 2011: p. 28).

Na verdade, as várias normas jurídicas que a autora apresenta, em matéria de património, são importantíssimas, cabendo aqui acrescentar que, à semelhança do Japão, país "pioneiro na criação de legislação específica sobre esta matéria – a Lei de Protecção das Propriedades Culturais, de 1950, revista em 1954" tem por objectivo evitar o desaparecimento da cultura tradicional japonesa e reforçar a identidade cultural; em Portugal foi criado um sistema de tesouros nacionais vivos que, por um lado, protege os detentores de técnicas e saberes tradicionais e, por outro, sensibiliza as comunidades para a importância deste património. (Carvalho, 2011: pp. 29-30) e também, obviamente, perseguindo as orientações dadas pela *UNESCO* - Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore, em 1989, o Programa das Línguas em Perigo e o Programa Tesouros Humanos Vivos, em 1993 e o Programa da Proclamação das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade, em 1999 -, de que se destaca a sua 32ª Conferência Geral, realizada em Paris em 2003, que foi assinada por trinta Estados e entrou em vigor três anos mais tarde, quando foi "adoptada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial [...] e pode dizer-se que este tem sido um processo bem sucedido" (Carvalho, 2011: p. 50-51).

Muito embora a legislação sobre o património cultural imaterial seja "para muitos países um assunto relativamente recente [...], o Japão e a República da Coreia desde muito cedo tomaram consciência da importância do PCI, aplicando-lhe legislação específica" (Carvalho, 2011: p. 67).

Dir-se-á então, voltando, novamente, ao enquadramento normativo de Portugal, que acerca da protecção e salvaguarda do património cultural imaterial, a legislação "vai assumindo uma ideia mais alargada de património cultural, [...]. Assim, o enquadramento

normativo nacional revela-se favorável a uma abordagem integrada do património, reconhecendo-lhe uma dimensão imaterial" (Carvalho, 2011: p. 67).

A autora voltou a falar na já referida lei 13/1985, apresentando o artigo 1º que diz que “O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” e também o art.º 43º que diz que

promover o respeito dos valores gerais da cultura e a defesa de identidade e memória colectiva portuguesa, protegendo, em particular, os valores da integridade, verdade e autoria das obras do engenho humano de todas as criações culturais, sejam quais forem as formas e meios por que se manifestem e corporizem (alínea a), “Prosseguir a protecção dos valores linguísticos nacionais, preservando a unidade, a autonomia e o rigor ortográfico da língua portuguesa” (alínea b), “Assegurar a defesa dos valores culturais, etnológicos e etnográficos da língua portuguesa” (alínea c), “Apoiar a revitalização e a conservação das tradições culturais populares em vias de desaparecimento” (alínea d) [e] “Promover a recolha, conservação e fruição popular do património fotográfico, fílmico, fonográfico, bem como de outros domínios do património imaterial.” (alínea e)

Carvalho, referindo-se também à Lei 107/2001 de 8 de Setembro, disse que é "mais ambiciosa que a anterior, procurando alcançar uma postura mais centrada no que deve ser uma Lei de bases da política cultural do país" (Carvalho, 2011: p. 70), porquanto já aborda conceitos e procedimentos da Nova Museologia. Deixa também um apontamento sobre a cultura tradicional popular que deverá, na sua opinião, ser objecto de nova reflexão por parte do legislador, pois esta lei não distingue nitidamente o que são ‘bens imateriais’ de ‘cultura tradicional popular’.

O Decreto-Lei n.º 139/2009, que aqui assume especial relevo, estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

Carvalho prossegue, referindo-se à Portaria n.º 196/2010, relativamente ao procedimento de inventário, dizendo que Portugal também ratificou a Convenção de 26 de Março de 2008, "passando a inscrever-se na lista de países com obrigações e deveres em matéria de salvaguarda do PCI" (Carvalho, 2011: p. 88). Toda esta evolução normativa, centrada nos bens (i)materiais, demonstra que "o Governo português começa agora a dar os primeiros passos em direcção a uma política cultural que inclua orientações para a salvaguarda do PCI" (Carvalho, 2011: p. 100).

Este conceito, e já sob orientações da *UNESCO*, evoluiu no sentido de se

reconhecer que o património cultural é o resultado de um processo de valorização social da diversidade cultural de um coletivo, através da participação dos seus membros e tendo em vista a sua salvaguarda a longo prazo no âmbito do desenvolvimento local" (Querol, 2013: p. 168).

Relativamente ao património cultural imaterial, na realidade, ele só começa a ter preponderância com a aprovação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial sobre a “patrimonialização da diferença” (Querol, 2013: p. 168).

A *UNESCO* reconheceu e estabeleceu que o valor do património é dado pelas próprias comunidades que manifestam a passagem "eurocéntrica, monumental, elitista del patrimonio a una visión antropológica y omnicompreensiva de la cultura" (Querol, 2013: p. 169); e que, ao equiparar as dimensões material e imaterial se pode compreender um novo paradigma patrimonial, onde o conceito de património está "aberto e em constante construção, e resulta da união das manifestações materiais e imateriais. Por isso e porque põe a tónica no sujeito" (Querol, 2013: p. 169) é importante para a definição, preservação e legitimação das identidades colectivas e, conseqüentemente, haver "a necessidade de assumir, compreender e integrar nos novos modelos de gestão patrimonial [...]" (Querol, 2013: p. 169) que nos encaminha para a sócio-museologia. Esta marcha, ainda segundo esta autora, cria um fosso entre a museologia tradicional, considerada até ao final da II Grande Guerra, e a que surgiu posteriormente, vislumbrando-se a estrutura do museu contemporâneo, como sendo composto por território, património cultural e comunidade. Conceitos que estão na base dos princípios da Nova Museologia e da Sócio-museologia. Daqui resulta o estabelecimento do museu, com a Declaração de Santiago, em 1972, através da função social do museu, estar aberto à participação das comunidades centrando-se no conceito de "'museu integral' baseado na interdisciplinaridade" (Querol, 2013: p. 170).

Por seu turno, Pedro Manuel Cardoso, num artigo publicado nos Cadernos de Sociomuseologia, 41 de 2011 intitulado "*A Estrutura do Valor Patrimonial*", refere-se à evolução do conceito museológico de desenvolvimento ao longo dos tempos, desde Junho de 1974, em que entra na definição de museu pela primeira vez, até Agosto de 2007.

O objecto, visto em combinação com os seus usos, só é entendível quando enquadrado com o 'valor patrimonial'. Porque tanto o objecto se encontra refém da sua aparência e materialidade, como os seus usos são inseparáveis da sua história.

O valor patrimonial, segundo Cardoso, é "reduzido [...]" da existência de um famoso 'instinto de coleccionar'" (Cardoso, 2011: p. 147). Ora, esse instinto não depende nem do objecto nem dos seus usos porque é biológico; e é por isso que o fundamento teórico da museologia pôde ser criticado. Os objectos devem ter valor enquanto vistos na perspectiva da

troca e da dádiva, devendo por isso, tanto os objectos como os seus usos, serem "guardados" (Cardoso, 2011: p. 147) por conterem o valor intrínseco de uma informação pertinente e não porque recebem alguma afectividade do "guardador" ou porque possuem algum valor venal.

Afirma Cardoso que não faz qualquer sentido pensar no objecto se no percurso museal as perspectivas da dádiva e da troca forem apenas centradas na questão do valor ou no humano "instinto de coleccionar"; mas só quando estas três variáveis – objecto, usos e valor – se conjugam para constituir o Património, razão por que não se devem separar, o que equivaleria "a cortar-lhe a possibilidade de ser um ramo autónomo do saber sobre o Património" (Cardoso, 2011: p. 148). Por causa dessa separação é que se criaram, por exemplo, em Portugal, cursos superiores de museologia e de património, querendo o segundo significar conservação e restauro; e ambos se inseriam na "ciência do património" (Cardoso, 2011: p. 148).

A Estrutura do Valor Patrimonial – outro conceito – tem de ter em conta tanto os objectos com os seus usos, o que põe termo ao impasse entre 'materialidade' e 'narrativa' (Cardoso, 2011: pp. 148-149). Isso permitiu, portanto, que se estabelecesse uma linha de investigação que visa encontrar os elementos dessa Estrutura do Valor Patrimonial.

Agora, mais particularmente relacionado com a musealização do espaço religioso, de um monumento enquanto monumento religioso, em que se inclui nesse processo a questão do simbólico, Roque acrescenta que

A musealização do objecto religioso ocorre em museus de arte, geralmente de tutela laica, tesouros anexos a igrejas e museus de religião, geralmente sujeitos à entidade eclesiástica. Qualquer que seja a tipologia [...], o museu impõe ao objecto uma alteração do sentido e da função que lhe eram intrínsecos. Existe, de forma inequívoca, uma quebra entre o contexto original e a inclusão num percurso expositivo que, por natureza, é artificioso e ficcional. A descontextualização tem sido paradigma de toda a prática museológica, envolvendo fenómenos de ganhos e perdas particularmente relevantes no processo de transferência do contexto sagrado para o museal (Roque, 2011: p. 139).

Em suma, o conceito de património tem vindo a modificar-se através dos tempos, desde uma feição mais materialista e relectora até ao reconhecimento das suas vertentes culturais e imateriais, culminando hoje com uma valorização e junção de todos esses aspectos para se formular como um conjunto harmonioso – material cultural e imaterial – capaz de redefinir a museologia e promover o papel dos museus como elementos fundamentais de ensino da sociedade e de preservação das suas memórias e da sua identidade, explicadas e

aceites pelos seus criadores e utentes, reflectindo-se também, cada vez mais, na legislação e no estudo científico de todo o mundo civilizado.

Porém, para cumprir esse papel tem-se de preservar, tanto o património como as suas memórias o que passa também pela questão da difusão patrimonial.

Para que este manancial de informação possa ser disponibilizado, há que identificá-lo e descrevê-lo antes de se investir na criação de meios de difusão. Entendendo-se por difusão a realização de um conjunto de actividades destinadas a dar a conhecer o (bem patrimonial) objecto museal, valorizado pela sua disponibilização cultural. A difusão estabelece a ligação entre o património e a sociedade. Primeiro, porque o disponibiliza a todos, permitindo a transmissão de memórias e histórias que ele tem; depois, porque demonstra que o património é vulnerável, correndo constantemente riscos de se perder. O património museal é pertença de todos, isto é, apesar de ser do museu, ele pertence à sociedade e deve manter-se para as gerações vindouras. É o conceito de perdurabilidade a ideia de que o património deve legar-se às gerações vindouras (Martin, 2007: pp. 3-4).

A obrigação social de disponibilizar, de difundir o património, como forma de manutenção de identidade cultural, de acordo com o artº 3º, da citada lei portuguesa sobre o património, começa pelo Estado que deve assegurar “a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular. [...]”.

Rocha-Trindade fez um estudo dos métodos e das técnicas apropriadas para museus, dizendo que a Museologia

estuda os métodos e as técnicas apropriadas para recolher, para classificar, para conservar e para exhibir [os objectos nos museus, procurando] despertar novos interesses e mais eficazes processos de comunicação entre museus e os seus públicos [onde os objectos] não são apenas mostrados, mas também explicados (Rocha-Trindade, 1993: p. 17) .

Os métodos e técnicas vivem, portanto, por si só. Propõe a autora a adopção de novas técnicas de exibição museológica, a fim de se atingir o objectivo educacional e social a que os museus devem ter, que permitem apresentar o “som ambiental, música de fundo, a rotação de peça, a variação da luz” (Rocha-Trindade, 1993: p. 17) que contrasta como a técnica passada do imobilismo das peças. Não significa isto que as antigas formas não cumpram a sua missão, mas sim afirmar que todas estas novas técnicas visam, segunda Rocha-Trindade, alargar o “gosto pela preservação de tudo o que esteja em risco de perder-se [...] em termos de património material cultural” (Rocha-Trindade, 1993: p. 17). Ainda no âmbito destas técnicas,

foca um aspecto muito importante, que é, dentro das possibilidades, fazer a exposição do objecto no local de onde é pertença, de onde serviu enquanto objecto de utilidade. Todavia, se não for possível, deverá estar inserido no contexto com outros objectos porque o deslocamento do lugar ou contexto pode significar o ‘desaparecimento’ do seu significado e da sua identidade. (Rocha-Trindade, 1993: p. 18).

Em forma conclusiva, entende-se que o termo património, muito para além da soma de dois outros termos, o *patris* e o *nómio*, que quer dizer o que vem do pai, é algo que, neste caso concreto e para este trabalho se pretende, isso sim, passar de geração em geração para o futuro, que é o monumento¹⁵, e que é aquilo que contém intrinsecamente história, memória e que dá significado à sociedade que por ele passou e identidade à que é hoje e, talvez, à de futuro.

O património aqui é, portanto, o somatório das realidades materiais e das imateriais, neste caso, contidas no monumento, sendo o que se pretende estudar, defender, preservar e comunicar à sociedade como algo que é dela.

1.3 – A construção da Identidade

Desde os tempos longínquos até hoje que o ser humano se interroga sobre as suas origens, a sua existência e o seu papel na comunidade, na família, na tribo, na aldeia, na cidade, na nação; mas também se interroga na raça, no género e na fé. A interrogação alarga-se, nos ‘nossos’ dias, à existência de classe social, sobre o poder económico, a orientação sexual, à insatisfação dos partidos políticos e às divergências de clubes desportivos. O que não tem faltado são características que simultaneamente servem de forças atractivas conducentes à coesão dos grupos, mas também de forças repulsivas que separam um grupo de outro grupo e contribuem na concentração das forças atractivas, para a identidade de cada grupo.

Mas afinal o que é a identidade? Em termos etimológicos, “identidade” deriva do latim *idem*, de *identitas*, termo muito semelhante também ao termo grego *auto*, que quer dizer o “mesmo”. Parece transmitir a ideia de algo que é sempre igual a si mesmo, não obstante de toda e qualquer pressão externa, sendo o conjunto de características permanentes relativas ao indivíduo¹⁶ ou a uma comunidade, que o distingue dos demais. É o conjunto de características que marca o indivíduo ou cada sociedade, diferenciando de todos os outros indivíduos ou de

¹⁵ Que nesta tese, será o Convento de Chelas.

¹⁶ Indivíduo termo de origem latina, composto por duas palavras ‘*in* + *dividuo*’, aquele que não se divide, ou seja, único.

todas as outras sociedades. De uma forma geral, essas características referem-se ao indivíduo, isolado do contexto social ou à sociedade como algo afastado dos seus elementos constituintes, indivíduos também, ambos existindo pela interação com e pelo reconhecimento do outro.

Mas dada a sua abrangência e importância, o termo foi mais além do que a simples definição etimológica pode fazer supor, já que pretende explicar a continuidade identitária de cada pessoa, do grupo ou da sociedade, através de um percurso em permanente mudança. É por isso que se pode encontrar a identidade em diferentes ramos do conhecimento, principalmente nas Ciências Sociais, mas também nos ramos da Física e da Matemática. Assim, e para que se possa analisar as diversas identidades ou as diferentes perspectivas da identidade, dever-se-á fazer, como diz José Manuel Sobral, "um esforço de distanciação e de flexibilidade, pois ela, (a identidade) como parte integrante da nossa existência individual e colectiva, está implícita no que pensamos ou fazemos [...]" (Sobral, 2013: p. 13).

Veja-se então o conceito identidade, segundo a perspectiva de algumas áreas do conhecimento, começando pela filosofia que coloca interrogações. Quem sou eu? Qual é o meu 'lugar' neste mundo/sociedade? O que quero e para onde vou? São questões em que se está claramente a falar de identidade, não só da individual mas também da social, pois o ser humano é ele mesmo e as suas circunstâncias, mas também o seu espírito e as suas emoções.

A filosofia tenta responder à questão de como se pode assegurar o conhecimento sobre pessoas e objectos que se mantêm sempre os mesmos, ou mudam ao longo dos tempos, por forma a que sejam reconhecidos como sendo eles, ou como se pode reconhecer uma pessoa ou um objecto em relação a outro na diferença e na mudança. Para não falar só em pessoas, pense-se num qualquer objecto como paradigma. Seja um telemóvel. Como se podem distinguir dois telemóveis, que têm 'praticamente' todas as suas propriedades comuns: mesmo formato, cor, marca, modelo, etc.? A resposta imediata seria que tais objectos podem ser distinguidos entre si porque sempre apresentam qualquer coisa diferente, um arranhão, uma amolgadela, ou qualquer outra marca exterior facilmente detectável como uma capa 'clubística' ou um autocolante personalizado. Ou seja, para além de eventuais deficiências involuntárias ou do fabricante, sempre se pode sinalizar um telemóvel para que se distinga de outro ou dos outros da mesma marca e modelo, a fim de o tornar diferente. Dito de outra maneira, um telemóvel, (ou qualquer objecto), pode ser diferenciado porque ou há diferenças intrínsecas ou porque é possível criar diferenças. Daqui é fácil depreender duas suposições implícitas. Primeiramente, a de que podem receber neles (pelo menos em princípio) marcas, ou rótulos de modo a diferenciá-los de quaisquer outros, por mais similares que possam ser. A

segunda é uma posição metafísica, pois "não há dois objetos indiscerníveis; se são dois, necessariamente apresentam uma diferença" (Jammer, 1966: p. 340), nem que seja no número.

Ora a identidade humana comunga do mesmo princípio. Imaginem-se dois gémeos idênticos à nascença de tal forma que nem a mãe os distinga. Admita-se até que um deles já traz dentro de si uma malformação congénita que, a prazo, lhe vai encurvar a coluna vertebral. Aquilo a que se pode assistir é que, desde cedo, um qualquer laçarote, uma pulseira colorida e, logo que possível, um nome próprio, começam a definir-lhes a identidade, mais tarde reforçada pelos gostos pessoais, pelos relacionamentos, até pela sorte e pelo azar, e pelas oportunidades perdidas e aproveitadas. Tudo se conjuga para que cada uma destas pessoas se diferencie das outras e ganhe a sua própria identidade.

Como depois se atraem e associam já é do campo da sociologia; mas os grupos humanos fazem questão de se diferenciarem uns dos outros, colocando a si mesmo as questões: Quem somos nós? Qual é o nosso 'lugar' neste mundo/sociedade? O que queremos e para onde vamos?

Pela perspectiva do direito, a identidade está, desde logo, ligada ao conjunto de caracteres que, delimitados legalmente, tornam a pessoa única e particular, diferente das demais, como as impressões digitais, a íris, o cabelo, a cor da pele, a complexão física e outros elementos antropomórficos de natureza congénita, mas também pelos adicionados número de bilhete de identidade ou de cartão de cidadão, número de identificação fiscal, a sua fotografia nestes documentos, a assinatura, as tatuagens etc., detalhes identitários indispensáveis à afirmação da pessoa. Mesmo no acesso à Justiça, a sua identidade determinará a maneira como poderá beneficiar do tratamento que lhe é devido, para já não referir a tão divulgada ideia de haver uma Justiça para ricos e outra para pobres.

Já na psicanálise, a identidade é vista como um processo estruturo-funcional que integra numerosas experiências do indivíduo ao longo de toda a sua vida. A identidade é construída no meio de redes interactivas, nas quais o indivíduo se define face aos outros. É nessa rede de relações estabelecida com os outros, que o indivíduo aceita ou refuta as imagens de si, sabendo, assim, quem ele é. Em termos funcionais, cada indivíduo sabe se é o chefe, o presidente, o ponta-de-lança, o escriturário, o que quer que seja dentro da sociedade onde se insere e quais os papéis que representa. E, em termos estruturais ele sabe quem é, onde está e o que os outros esperam dele. Já Brandão diz a esse respeito que a identidade é o somatório dos significados dados às pessoas em relação às outras e que se reflectem nas expectativas dumas em relação às outras (Brandão, 1986: pp. 10-35). É a relação entre o "nós" e o "eles".

É como olhar-se num espelho e reconhecer que há quem seja como ele ou eles e quem não seja, definindo quem e o que são. A identidade é construída à custa das características que se vão aceitando como sendo ‘nossas’ e também pelas que se repudiam. Logo, como afirma Ortiz, “toda identidade é uma construção simbólica [...], o que elimina [...] as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido” (Ortiz, 1996: p. 8).

Pelo lado da psicanálise, o conceito de identidade serve

para designar o traço ou conjunto de traços que são próprios a uma determinada coisa; a razão pela qual dizemos que ela é ela. Assim, por exemplo, definimos a classe dos mamíferos pelo traço mama, na medida em que ele permite distingui-los dos outros animais. No campo do sujeito, a identidade é determinada por aquilo que nele é singular. [...]. É por ser singular, por ser distinto dos outros que o sujeito pode reconhecer-se enquanto o mesmo ao longo do tempo. Se a investigação da identidade tangencia a esfera da singularidade, devemos buscar a via pela qual o sujeito se singulariza, e aí somos levados ao tema da identificação. Ela é o mecanismo responsável por conferir ao sujeito seu estatuto singular. Nesse sentido, será necessário recorrer a esse conceito para uma abordagem psicanalítica da questão da identidade. (Lima, 2014: p. 49).

Neste mesmo sentido, do primado da singularidade, E. Goffman (1988: pp. 11-12, 67) apresentou o conceito identidade como se fosse uma marca gravada sobre o indivíduo, tal como na antiga Grécia se chegou a praticar, (dando origem à palavra estigma), quando se fazia um sinal no corpo das pessoas para lhes salientar alguma particularidade, boa ou má, em termos morais, que as identificava e retirava do anonimato, expondo-as ao opróbrio e ao louvor da sociedade, ao mesmo tempo que as votava ao ostracismo ou catapultava para lugares privilegiados, praticamente para toda a vida.

Para se avaliar a importância e a "injustiça" deste procedimento, basta pensar como na Idade Média se marcavam com ferro quente os condenados, os bruxos e os homossexuais; e, ainda, como no período execrável do comércio de escravos se marcavam as pessoas como se de animais se tratassem. Tudo isto para alimentar a necessidade de identificação individual e comunitária.

Na História, como referia Bauman, os estudos sobre identidade têm-se focado essencialmente nas sociedades contemporâneas e, por isso, ela é considerada como resultado da globalização do mundo actual (Bauman, 2005: p. 11).

Na psicologia, a identidade é igualmente o conjunto de caracteres que distingue o indivíduo dos outros. Aspectos como o género, o tempo e o espaço e território onde nasceu e vive (local, regional, ou nacional), o dia de nascimento, contribuem para essa distinção. Por exemplo, Santo António de Lisboa que, de facto, nasceu em Lisboa, (15 de Agosto de 1195),

acabou por ser conhecido por Santo António de Pádua por ter vindo a falecer (e, segundo alguns, por ter feito vários milagres) nessa cidade italiana.

Outros aspectos que a psicologia também considera, muito semelhantes aos da medicina e do direito, são os sinais antropomórficos como as impressões digitais e a íris. Refere ainda a psicologia que, tal como a sociologia que será vista mais adiante, a identidade depende da diferenciação que cada indivíduo faz entre o seu “eu” e o do “outro”. Isto é, pelo lado do indivíduo, ele descobre-se na relação de comparação das suas características que estabelece com os outros, permitindo que ele se reconheça no grupo, sociedade onde se integra. É, por conseguinte, a consciência que um indivíduo tem sobre si e sobre outrem que o torna diferente dele. As pessoas têm a ideia de si pela comparação com o que os outros são. E, pelo lado dos outros, a identidade de um indivíduo é percebida como tendo uma continuidade inquestionável, com sentido, tendo construções relativamente estáveis num processo contínuo da actividade social com origem na necessidade de controlo por parte dos indivíduos e grupos do espaço social e físico circundante. Estas diferenças permitem que reconheçam o indivíduo como sendo ou não do seu grupo (Cuche, 1999: p. 177).

A noção de identidade é igualmente objecto de estudo da psicologia social “ao ocupar um lugar central, porque se insere numa das preocupações principais da disciplina, qual seja, a relação entre o individual e o coletivo” (Sá, 2009: p. 9) em que se poderia dizer que a identidade é simplesmente aquilo que se é. Isto é, se é português, homem ou mulher, novo ou velho, branco ou negro, etc. Pode-se dizer então, nesta área do conhecimento, que a identidade é “aquilo que eu sou” em confronto com “aquilo que o outro é”. As definições de identidade e de diferença, na psicologia social, são 'criadas' pela relação de oposição entre identidade social e pessoal.

Relativamente à identidade social, encontra-se referência "a um sentimento de semelhança com (alguns outros), enquanto a identidade pessoal se refere a um sentimento de diferença em relação a esses mesmos outros” (Deschamps & Moliner, 2009: p. 14). Essa distinção explica a identidade e a diferença pela relação entre o indivíduo e a sociedade, ou, entre aspectos colectivos e pessoais.

Na antropologia, a identidade é definida como sendo uma combinação de elementos da história de vida, que ficam ligadas ao indivíduo desde que ele nasce até à sua morte. Pode, inclusive, aparecer mesmo antes do nascimento, por exemplo, nos preparativos dos futuros pais e de outros familiares para o dia do seu nascimento, nomeadamente a roupa que irá vestir após o nascimento, a cor das paredes do quarto, a escolha do seu nome, que o acompanha até ao fim da vida e até mesmo após a sua morte. Ainda outro exemplo, é a gravação de lápides

funerárias evocativas da sua memória colocadas no lugar onde está sepultado, recebendo as visitas dos familiares e de amigos; as missas que mandam rezar ou ainda a colocação, em lugares de destaque da casa, das suas fotos entre muitas outras. Portanto, a identidade é algo que o ser humano constrói para si próprio acrescentando características novas às que, porventura, já traz do berço, construídas pelos demais elementos da sociedade.

Até na matemática a identidade é falada, como no princípio que foi pensado e enunciado por Parménides (530 a.C. - 460 a.C.) nas suas reflexões sobre a lógica da matemática. A título de curiosidade, a lógica matemática assenta em três princípios: o da identidade em que $(a) = (a)$; o da não contradição, em que não é possível uma coisa ser igual ao seu oposto, à sua negação: $(a) = \sim(a)$, é impossível; e o meio-termo ou terceiro excluído, em que não há outra hipótese de algo ser, ou é ou não é, ou a luz está acesa ou apagada sem haver meio-termo.

Parménides postula que uma coisa ou um indivíduo é “o que é” e assim tem mesmo de ser, não se confundindo com “o que não é” que, por não existir, nunca pode ser o que for, ou seja, é uma não-identidade.

Mas quem tenha feito alguma leitura, sobre esta matéria, decerto se recordará da identidade $(x + y)^2 = x^2 + 2xy + y^2$ ou, noutro patamar, da matriz identidade, que é aquela que tem só o “1” na diagonal principal e “0” em todas as outras posições. Para quem não está familiarizado com esta área, a matriz é um conjunto ordenado de elementos dispostos em linhas e colunas, representados por m e n, respectivamente (números naturais).

Na matriz de identidade, o 1 está para o cálculo matricial, à semelhança do que está para o cálculo equacional, nas equações.

$$I_5 = \begin{pmatrix} 1 & 0 & 0 & 0 & 0 \\ 0 & 1 & 0 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 1 & 0 & 0 \\ 0 & 0 & 0 & 1 & 0 \\ 0 & 0 & 0 & 0 & 1 \end{pmatrix}$$

Até na informática se fala em identidade, a identidade digital, como sendo a que permite que o utilizador use no meio digital para uma variedade de transacções electrónicas, como sejam no e-commerce, transferências electrónicas, etc.

Ora, a identidade digital, é aquela forma de autenticar um documento, que permite que seja confirmada a identidade pessoal de um utilizador quando faz um registo, como é o caso da assinatura digital que só ele utiliza.

Madureira Pinto, neste artigo, fala também na economia, como sendo uma outra área do conhecimento que se debruça sobre a questão de identidade sem se alongar muito neste campo, referindo que os economistas consideram as construções das identidades "no e pelo trabalho" e "quando ao analisar as práticas sociais [...] [como] os consumos de bens económicos e culturais aos modos de utilização do tempo de lazer [...]" (Pinto, 1991: p. 221).

Na antropologia forense, a identidade é o conjunto de atributos que caracterizam o indivíduo e que fazem que ele seja único, como a raça, o sexo, a estatura, idade, dentição, peso, má-formações, cicatrizes, tipo sanguíneo, etc.

A identidade, ainda na medicina, seja qual for a especialidade, pode ser classificada em objectiva, quando se refere ao conjunto de traços anatómicos da pessoa como a altura, a cor dos olhos, o peso, os sinais, as cicatrizes, as amputações, tatuagens, sinais profissionais, mutilações, etc. e, subjectiva, quando se refere à forma como cada pessoa se vê a si própria: o coxo, o careca, o baixinho, o gordo, etc., características estigmatizantes que podem mesmo não serem reais; e, se acaso o forem, servem também para que a comunidade identifique o indivíduo.

Uma outra perspectiva da identidade, e já no âmbito da sociologia, uma vez que esta área do conhecimento é suporte da museologia social, é saber-se quando é individual ou quando é colectiva, porque quando se fala em identidade fala-se obrigatoriamente de sociedade, até porque a pessoa forma a sua identidade com a influência da sociedade onde está inserida, e esta, por seu lado, está sujeita às mudanças criadas por essa pessoa. É, portanto, o resultado da relação biunívoca pessoa-sociedade.

A identidade, a ser pensada no seu relacionamento com o social, a identidade social, pode ser expressa pelo conjunto de vínculos que o indivíduo tem com o sistema social em que está inserido e que o definem enquanto desempenha algum papel em particular na sociedade, permitindo-lhe saber quem ele é nessa sociedade; e, por seu turno, esta mesma sociedade, que "aparece em diversas ocasiões incorporada à problemática da memória social" (Nobre, 2009: p. 44) permite conhecer o indivíduo. Nesse sentido, Nobre, diz que Pollak "considera a identidade [...] um sentimento de pertença ou de identificação com uma coletividade" (Nobre, 2009: p. 45). Esta noção, a identidade social, no fundo é um elemento que facilita o reconhecimento de uma pessoa no âmbito social, designando o seu posicionamento na sociedade. A identidade pode ser construída de forma individual ou colectiva, mas sempre enculturando o indivíduo no grupo e moldando o grupo à medida do indivíduo.

Para Harrison White, a identidade é um facto social que pode ser apreendido, por um processo de socialização ou por opção, e que exerce efeito em relação a processos sociais que

estão a decorrer, quer haja ou não um suporte subjectivo de identidade por parte dos indivíduos. Isto significa que os indivíduos são derivados da acção social, tendo em conta as tendências históricas e as transformações culturais. Erving Goffman interpreta a identidade em duas dimensões interagindo entre si: a real e a virtual. A identidade real é o conjunto de características que um indivíduo tem efectivamente; a identidade virtual é o conjunto de características que os outros acham que ele deve ter; e, é na dialéctica entre a afirmação pessoal e a aceitação social que se dirime o laço de identificação do indivíduo com a sociedade e desta com ele.

É neste quadro de interacção que o simbolismo (Goffman, 1993) ganha foros de cidadania, porque toda a marca identitária é um símbolo, é um 'estigma', a assinalar o carácter flexível e dinâmico das identidades. É flexível e dinâmico uma vez que as identidades emergem dos processos interactivos que os indivíduos experimentam na sua realidade quotidiana, feita de trocas reais e simbólicas entre os que estão classificados em grupos, separados por fronteiras que as situações sociais ditam.

A identidade do indivíduo, enquanto realidade emocional, procura gerir os impulsos e as respostas conflituantes pela manipulação de signos e símbolos, dando a descrição da imagem que cada um dá aos demais elementos do seu grupo ou sociedade, conforme quer ser julgado, considerado e reconhecido por eles (Goffman, 1967: pp. 5-45).

As características individuais constituem um complexo formado pelas influências da sociedade e pelas escolhas individuais, ao mesmo tempo que essa mesma sociedade é fruto do conjunto de acções destes indivíduos.

Pinto, ao referir-se às identidades sociais, diz que são construídas por "integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas [...], feito de complementaridades, contradições e lutas [...]" (Pinto, 1991: p. 219). Por tudo o que cada pessoa vai vivendo e vivenciando, ao longo da sua vida, cria uma breve imagem que constrói "ao longo de experiências de trocas com outros [...] sujeitos investidos de seus sentimentos, outras pessoas investidas de seus nomes, posições e regras sociais de atuação" (Brandão, 1990: p. 37).

Portanto, por um lado, a identidade, enquanto pessoal, a identidade pessoal, quando é concebida dentro da relação com o outro, no quadro de uma comunidade de sentido, ou genética, quando é um substrato fundamental da identidade pessoal que, por sua vez, "é a expressão da dignidade do ser humano" (Teixeira et. al, 2000: p. 98) e que imprime uma concepção dinâmica, porque se relaciona com as características pessoais de cada indivíduo, características que são mais ou menos constantes, sendo a informação transmitida pelo

próprio indivíduo, reflexiva e incorporada. Mas, por outro lado, a identidade, agora social, quando se refere ao conjunto de atributos pessoais e estruturais, que derivam dos contextos sociais onde decorre a interacção. "As identidades sociais se constroem na integração e por diferenciação" (Pinto, 1991: p. 218), acções que os indivíduos protagonizam com 'outros significativos', portadores de expectativas em torno das exposições que os primeiros ocupam no espaço social,

com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de confirmação e de práticas de distinção classistas e estatuárias, e que todo este processo, feito de complementaridade, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes. (Pinto, 1991: pp. 218-219).

É preciso "procurar entender o que constitui uma identidade social, [e] como aqueles vínculos se relacionam com a sociedade" (Burke, 2009: p. 3). Como são mutuamente influenciáveis, como diz este autor, que é necessário reconhecer que o indivíduo não é apenas o resultado das coerções da sociedade, nem a sociedade é apenas uma colecção de indivíduos. É a identidade legitimadora, de Castells, por ter as instituições dominantes como centro elaborador e difusor da sociedade, pois garante a expansão e a racionalização da sua dominação em relação aos demais segmentos na sociedade, (Castells, 1999: pp. 24-27), num jogo de forças entre a dominação, que pretende dar legitimidade à sua posição social pela imposição dos seus próprios valores; e a resistência que procura 'contrariar' a acção dominadora.

O indivíduo é, de facto, moldado pela sociedade e esta por ele. A identidade, como resultado da interacção do indivíduo e da sociedade, "passa a ser qualificada como identidade pessoal (atributos específicos do indivíduo) e/ou identidade social (atributos que assinalam a pertença a grupos ou categorias)" (Jacques, 1998: p. 161). Sobral diz que a identidade não é opcional a não ser para quem voluntariamente deseje, mas é algo que se vai criando desde o nascimento, uma vez que o indivíduo está inserido na sociedade, sendo o seu desenvolvimento feito paulatinamente na relação da pessoa com a sociedade (Sobral, 2012).

A identidade do indivíduo, para Dubar (1997), é inseparável da identidade para o outro, muito ao jeito da interpretação proposta por Goffman, pois a primeira é correlata à segunda: cada pessoa "reconhece-se pelo olhar do outro". Porém, essa relação entre ambas é problemática, pois não se pode viver directamente a experiência do outro, e ocorre dentro do processo de socialização. Dubar afirma que a "identidade nunca é dada, é sempre construída"

(Dubar, 1997: p. 104). Essa afirmação aproxima-o de Ciampa (1987), quando diz que a identidade se constrói na e pela actividade social.

Dubar (1997) entende a identidade como o resultado inequívoco da socialização, incluindo nesta todos os processos relacionais, ou seja, o sujeito, ao mesmo tempo que analisa o outro, é por ele analisado, dentro dos grupos em que ambos se acolhem e que ambos constroem, quer os grupos sociais sejam de cariz religioso, político, desportivo, vicinal, etc. nos quais ambos os sujeitos estão integrados. Não se perca de vista que um único indivíduo pode estar inserido em todos estes grupos ao mesmo tempo, contribuindo para a identidade de cada um e recebendo deles elementos de caracterização com que molda a sua própria identidade.

Não se julgue, contudo, que a identidade se resume à interacção do indivíduo com os seus pares, em grupos próximos e mais ou menos estanques, pois há grupos que se incluem em comunidades mais alargadas e até longínquas, quase abstractas na sua formulação, mas igualmente influenciadoras e influenciáveis pelo sujeito. Assim, percebe-se melhor quando se lhe juntam adjectivos como: nacional, europeia, ocidental, cósmica, científica, linguística, etc. É impossível enumerar todos os adjectivos que ampliam o âmbito social com que o sujeito se identifica.

Como refere Medeiros, a "identidade nacional é [...] um conjunto de crenças e representações simbólicas que dão sentido ao conceito individual de cidadania". (Medeiros, 2002: p. 98). Por exemplo, Espanha em que dentro do seu território há zonas com culturas tão distintas que fazem com que a identidade nacional não seja tão forte, como é o caso do País Basco ou da Catalunha que, por se sentirem diferentes e não se identificarem com o resto do país, pretendem obter a independência, o que indicia que não se identificam com a nacionalidade espanhola. Muitos bascos e catalães nem tampouco aceitam serem chamados de espanhóis.

De entre esta variedade de áreas do conhecimento, constata-se que, de uma forma geral, as diversas áreas do conhecimento referem que a identidade diz respeito ao indivíduo, ao sujeito, pode ser individual ou colectiva e que é sempre uma construção, e que a Identidade constitui-se com o conhecimento consciente do que se é, e é também a ligação que prende o sujeito à sociedade. Sociedade esta que é, igualmente, uma construção a qual, por sua vez, constrói o "indivíduo" que o domina, mas dá segurança; e, que é tanto parte do ser como o ser é parte dela.

Assim, a identidade de cada indivíduo é construída ao longo da sua vida, em função das suas necessidades de 'sobrevivência' na rede de relações sociais, tendo em conta o contexto de espaço e tempo em que ele está inserido. O pensamento de Martins acentua que,

as identidades só ganham pleno sentido quando sejam abertas e disponíveis para dar e receber, e para assegurarem um permanente diálogo entre a tradição e a modernidade. Tradição significa transmissão, dádiva, entrega, gratuidade. Modernidade representa o que em cada momento acrescentamos à herança recebida, como factor de liberdade e de emancipação, de autonomia e de criação. A novidade resulta sempre desse diálogo entre o que recebemos e o que criamos. E a cultura situa-se nesse ponto de encontro e saída - não em confronto com a natureza, mas completamente a ela. As casas, os lugares, as regiões, os povos, as nações têm um espírito, sempre feito de diferenças e interdependência (Martins, 2011: pp. 24-25).

Neste sentido a identidade contribui também para a distinção da etnia, da posição socioeconómica (classe social) e da religião a que o indivíduo pertence, mas também do seu nome e do apelido, que representam a sua pertença como descendente de uma família, definindo assim, em quase todas as sociedades, uma posição, que o distingue dos demais. Assim é fácil verificar que o filho do rei não é tratado de igual forma que o filho de um cidadão anónimo, nem um milionário tem o mesmo tratamento de um pedinte muito embora, no caso português, a Constituição da República deixe bem claro que todos são iguais perante a lei. (nº 1 do artigo 13º - Princípio da igualdade).

Por último, José Madureira Pinto, num artigo publicado na Revista Critica de Ciências Sociais sobre as questões de produção social da identidade, diz que, para se falar em identidade, há que se fazer "algumas considerações prévias de epistemologia" (Pinto, 1991: p. 217) porque "o uso do conceito identidade conduziu demasiadas vezes a uma precipitada psicologização [...]" (Pinto, 1991: p. 218). Por outro lado, a produção da identidade social "implica a imbricação de dois processos": a interacção dos actores e o "processo através do qual os agente tendem a [...] diferenciar-se socialmente, fixando em relação a outros, distâncias e fronteiras [...]" (Pinto, 1991: p. 218).

Em suma, do que foi referido, pôde-se verificar, que a identidade é objecto de estudo multidisciplinar. Na maioria das disciplinas, o conceito de identidade refere-se à caracterização de um indivíduo ou de uma sociedade, num jogo de comparações, pelas semelhanças e diferenças, face ao outro ou à outra sociedade. Ou seja, por se ser como os outros, pertence-se ao mesmo grupo (sociedade) que os outros pertencem, mas o "eu" é único

por não ser como o "outro", logo é diferente. Quando o "eu" é semelhante ao "outro", a identidade dá corpo ao "nós".

Relacionando a identidade com a memória, que será mais bem analisada a seguir, Nobre diz que,

a identidade [...] como um componente da memória social [...] ambos os conceitos se encontram mutuamente relacionados e relacionando o indivíduo com o meio social, seja esse próximo ou distante. A identidade social de um indivíduo ou de um grupo é caracterizada pelo conjunto de pertencimentos do seu sistema social. Quanto ao indivíduo, esse as encontra na classe sexual, na classe etária, numa classe social, numa nação, etc. Quanto ao grupo, também ele é dotado de uma identidade e de uma definição social negociada, que o permite situar num conjunto social onde a memória representa fator de coesão indispensável. Sendo assim, podemos dizer que a identidade e a memória social são conceitos que freqüentemente se embaralham e se entrelaçam, provocando interferências um sobre o outro. (Nobre, 2009: pp. 46-47)

Este entrelaçar, embaralhar que Nobre fala sobre a identidade e a memória, e que provoca interferências um sobre o outro, vai ser encontrada também na memória e no esquecimento e neste com a história.

Em forma conclusiva, a Identidade pode ser expressa como sendo o conjunto de características próprias e exclusivas de cada pessoa e que permitem que ela, a pessoa, se entenda como única, ou seja, que tenha consciência de si mesma como diferente. A identidade, portanto, depende da diferenciação que cada um faz entre o seu "eu" e o "outro", pela comparação entre os dois descobre que tem características que o outro não tem e o inverso também.

1.4 – Entre a memória e a história

Blanché diz que "na ciência assim como em todos os assuntos humanos, o presente apenas se compreende bem através do passado" (1988: pp. 45-46) e o passado só é entendido no presente se e só se houver algo que ligue os humanos a ele.

Esse algo, o elo, o elemento que liga, é a memória, a qual é muito mais importante do que possa pensar que seja. É do senso comum dizer-se que "só o passado é que é nosso, porque o presente passa a correr e o futuro ainda não chegou".

De facto, desde as sociedades mais recuadas que o ser humano vem colecionando memórias que se materializam na cultura e são fonte de aplicação na ciência. No seu conjunto, estruturam o corpus da identidade, ligando ou reunindo grupos de pessoas com características distintas. Os anciãos eram (e ainda são em muitos casos), verdadeiros repositórios de

acontecimentos, decisões, acções, venturas e desventuras de um povo que, passando de uma geração a outra, permitem evitar os mesmos erros e aumentar o conhecimento em cima do conhecimento herdado.

O estonteante progresso a que hoje se assiste está assente em descobertas e factos que constituíram inovações no passado, no seu tempo próprio e que hoje são a memória desse mesmo passado.

Em boa verdade, esta questão da memória tem sido o 'objecto' de investigação científica já desde o século XIX, quando a corrente do pensamento positivista tentava, debalde, banir o dogmatismo da equação da vida, substituindo-o pela escolástica, ciência pura e dura que, sem grande surpresa, tão boas provas tinha dado. Daí que vem sendo reflectida por filósofos e cientistas de diferentes áreas do saber, nomeadamente, biólogos, informáticos, psicólogos, sociólogos, museólogos, etc.

Os especialistas de todas estas disciplinas ou áreas do conhecimento, concordam que a memória é a capacidade de reter, recuperar, armazenar e evocar informações disponíveis, seja internamente, no cérebro (memória humana), seja externamente, em dispositivos artificiais (memória artificial). Ambas são formas para possibilitar a sua recuperação para que a informação possa ser recebida dos diversos âmbitos da vida e da natureza, ou pelas histórias vividas, pelos objectos museológicos, pelas experiências pessoais e colectivas. Enfim, em todas as manifestações de humanidade e em todos os cenários onde ela se desenvolve.

A biologia procurou saber os fundamentos da sua 'criação', na sua área de estudos, apurando que o cérebro humano é composto por um número fantástico de células especiais denominadas neurónios¹⁷ que estabelecem, entre si, uma rede infindável de comunicações por meio de um processo químico chamado sinapse. A cada nova aprendizagem, o cérebro cria novas combinações entre os neurónios os quais, por sua vez, são alterados sempre que se vivencia uma experiência ou se assimila uma informação. Em função dessas alterações na actividade dos circuitos nervosos é que se gera a memória, que pode ser visual, auditiva, ou olfactiva, mas, também táctil e do paladar. Isto só para falar nos cinco sentidos, enquanto portas abertas ao mundo e origens de quase todas as sensações que o ser humano pode armazenar em memória, pois existem ainda afloramentos de “pseudo-sensações”, vindas não se sabe bem de onde e residentes permanentes da memória humana, que se manifestam em momentos críticos de grande tensão.

¹⁷ O número encontrado é de aproximadamente 86 'biliões'. (http://www2.uol.com.br/vivermente/noticias/recontando_neuronios.html).

Em informática, sem querer alongar muito este conceito particular de memória, poder-se-á dizer que ela está relacionada com os dispositivos, componentes electrónicos, que permitem aos computadores armazenar, de forma temporária ou mesmo permanente, dados e programas. Esta memória é mensurável em *bits* e em *bytes*, codificada em combinações sequenciais de zeros e de uns (0, 1). Esta noção de memória segundo a informática não seria aqui citada se não fosse a sua singular semelhança com os processos de memorização e recuperação de informação. Tal como a memória humana, esta também pode ser volátil, (quer seja dinâmica ou estática), e não volátil.

O que importa reter desta ciência sobre a memória é que a informação armazenada pode ser temporária, para depois ser 'esquecida', ou ser permanente, para ser 'recordada' sempre que se precise dela; e também deve reter-se que os suportes de armazenamento são diversos, desde os discos internos ao computador aos discos externos e às disquetes, *CDs*, '*pen drives*' etc.

Em geologia há processos que permitem a datação de eventos significativos, definidos em períodos de longa duração, em relação ao tempo de vida do homem, em milhões de anos. Para além do processo do Carbono 14, que é laboratorial, há outros que permitem que se diga que este ou aquele estrato (camada de terra) é dum período determinado em função dos fósseis ou das suas marcas ou que este fóssil é daquele período porque foi encontrado naquela camada que é do período conhecido. Com isto quer-se dizer que o planeta guardou essas marcas e que hoje são 'memória' de um passado longínquo. Do mesmo modo, é possível saber-se como era a atmosfera no planeta ao longo dos milhões de anos, através do ar congelado nos glaciares ou ainda como foram as alterações climáticas pelos anéis de crescimento de árvores ou pelas rochas que compõem as placas tectónicas, etc. Todos estes indícios congelados ao longo dos tempos, constituem-se como memórias preservadas pelo próprio planeta. Aliás há um ramo da geologia denominado geo-história, que estuda e descreve a história da Terra pelos elementos que são memória dela.

Por outro lado, agora em geografia, e só a título de exemplo da existência de memória até nos elementos da natureza, há uma regra relativamente às linhas de água, que é o caminho por onde a água corre quando chove, com o nome científico de talvegue. Muitas vezes são construídas casas sobre essas linhas, mas, como diz o ditado popular, "a água não esquece o seu caminho" e, em tempos de grande pluviosidade, ela "recorda" esse caminho e arrasa tudo o que esteja a enterrar a sua passagem.

Na psicologia, a memória permite identificar imagens, sons, cheiros, sensações tácteis e gostos assim como possibilita articular as informações que a pessoa foi adquirindo ao longo da vida, ou seja, a memória é uma outra capacidade que permite agir e compreender o mundo.

Sternberg, professor de psicologia na Yale University e presidente da American Psychological Association diz que “a memória é o meio pelo qual nós recorremos às nossas experiências passadas a fim de usar essas informações no presente” (Sternberg, 2000: p. 45). A memória é, por conseguinte, a capacidade do homem aprender e até de aplicar o passado no presente.

Como a memória humana tem limitações, não é possível reter-se tudo aquilo que já se viveu. Diz-se então que “nos esquecemos”. Ainda assim, basta por vezes que algo sirva de estímulo, para voltarem ao consciente os factos há muito esquecidos; e não deixa de ser interessante reconhecer que, perante um qualquer testemunho do passado, apareça a sensação de já se ter vivido algo relacionado com ele, ainda que fique na mente do indivíduo a ideia difusa de que talvez esteja a ser influenciados de alguma forma.

Nesta ciência ainda, a memória é definida como o processo cognitivo que recebe, consolida e recupera, toda a informação que a pessoa vai recebendo ao longo da sua vida. Por outras palavras, só a memória permite aprender, porque a aprendizagem, tal como o conhecimento, é sempre feita por comparação com os registos guardados nela, e neles fundindo-se em novas e intrincadas ligações, que são os fios condutores por onde se evoca o que já não está presente. Mas não é só para “aprender” que a memória é importante, pois é ela que permite dar a continuidade do passado no presente porquanto também permite manter um diálogo que se tornaria impossível se, de cada vez que se inicia a fala, já se tenha esquecido da fala do interlocutor precedente.

Foram classificados quatro tipos básicos de memória: a sensorial, a de curto prazo, a de longo prazo e ainda uma especial: a memória selectiva. A memória sensorial age para uma capacidade de armazenamento limitada a pequenas quantidades de informação e por períodos breves. É ligeiramente diferente da memória de curto prazo cujos períodos são um pouco mais longos. Enquanto a primeira serve para a pessoa recorde onde estacionou o carro, a segunda é o plano de acção para todo o dia, que traz na cabeça desde que sai de casa. Já a memória de longo prazo, diz respeito ao armazenamento de informação que é de longa duração e a quantidade é ilimitada ou tem limites ainda desconhecidos, que variam muito de pessoa para pessoa. Esta última contém as informações que se utilizam na vida quotidiana, como recordar os nomes dos interlocutores, a elaboração de planos, as boas e as más experiências, as indicações de perigo iminente, entre outros.

A memória selectiva é a mais curiosa e intrigante porque raramente se dá por ela. No meio do ruído urbano, que é ignorado enquanto se pensa noutras coisas e se orientam os passos, ou quando alguém chama pelo nome e esse som, mesmo vindo de uma voz

desconhecida, é seleccionado e apresentado ao consciente para aquilatar da sua pertinência, pois o chamamento pode ser ‘connosco’ ou não ser.

Todas essas informações passam por um processo que visa garantir a sobrevivência, e desenvolvem-se em três fases: codificação, armazenamento, (pela permanente estruturação das redes neuronais) e recuperação, que consiste em recordar o que está guardado.

Na filosofia, olhando a história, a questão da memória é referida como sendo a invocação do passado e a capacidade que se tem de reter e guardar o tempo passado, resguardando-o do esquecimento. E a lembrança é uma evocação individual do passado que o indivíduo viveu, mesmo sendo partilhado com outros. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. Schopenhauer fala precisamente na loucura como uma disfunção da memória em que os buracos vazios deixados pela memória seriam preenchidos com conteúdos irrealis.

Para os filósofos a memória é a garantia da própria identidade. Nesta área do conhecimento, a memória está classificada em dois tipos: a memória-hábito, em que o que se conhece foi adquirido pela repetição constante, como por exemplo, uma representação coreográfica só sai bem se for treinada muitas vezes; e, a memória-pura (a memória em si) que é aquela que não precisa de ser repetida para ser conservada, como é o caso de um acidente sofrido, que é recordado sem necessitar de ser repetido e está sempre presente pelo impacto que teve na pessoa.

Na sociologia, Maurice Halbwachs (2004), afirma que a memória é uma ferramenta estruturante dos sistemas sociais, porquanto ela encerra em si lembranças, sentimentos, regras sociais e normas e até o próprio conhecimento científico e tecnológico; e que há pontos de referência que a estruturam, como são exemplos os monumentos, que se inserem na memória, como memória da colectividade a que se pertence, decorrente do processo de construção da história.

A memória, seja a de uma pequena colectividade ou a de uma nação, “contribui para a constituição de sua identidade cultural e testemunha um passado que representa uma etapa da sua vida social” (Campello, 2006: p. 4), sendo a sua manutenção o garante da evolução cultural. Ora essa manutenção é da responsabilidade de quem tem, por exemplo, de manter um monumento 'vivo', para além da missão implícita de cuidar dos lugares de memória, que, segundo Nora, “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (Nora, 1993, p.13), por isso é que se entendem como tal os arquivos, bibliotecas e museus, monumentos e as cerimónias públicas evocativas de efemérides (10 de Junho, dia de Portugal, 5 de Outubro,

dia da implantação da República Portuguesa, entre outras) que, não se cingindo a preservar a existência do monumento, lhe insuflam periodicamente novo fôlego.

Halbwachs faz a distinção entre memória individual/pessoal e memória de grupo/colectiva/social, ou ainda, memória autobiográfica e memória histórica. E diz que há motivos

para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. À primeira caberia ajuda da segunda, já que, afinal de contas, a história de nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresenta dele um panorama bem mais contínuo e mais denso. (Halbwachs, 2004: p. 73)

Para este autor, portanto, a memória é relevante para a coesão de grupos e, conseqüentemente, a memória individual como reflexo das interações do indivíduo com o(s) grupo(s) ou sociedade a que pertence está sujeita à memória do grupo, da sociedade. É a memória colectiva, até porque, muitas vezes exprime os ideais desse grupo. Ou seja, para Halbwachs, a memória individual existe sempre, mas ela é o resultado da ajuda da memória colectiva e é por ela enriquecida, uma vez que a história pessoal está contida na história do grupo. Vai mais longe, dizendo que a memória individual está mais ligada aos factos vivenciados que à memória histórica, escrita nos manuais. Este autor afirma que é a capacidade cognitiva de evocar elementos materiais ou simbólicos ausentes porque todas as recordações são criadas dentro de um grupo, seja ele qual for, desde um grupo de amigos, de trabalho até às sociedades, como resultado de uma 'inspiração' desse grupo relativamente às ideias, aos sentimentos e até às paixões que os indivíduos, como elementos do grupo, acreditam serem deles. Na sua opinião, a memória humana apega-se mais ao facto vivido do que aquele com que a pessoa entra em contacto através da literatura. A menos que tenha alguma relação dinâmica com o tempo vivido, a história não relembrada assemelha-se para o autor como uma espécie de cemitério, "tão pobre e vazio de sentido como as inscrições nas lápides dos túmulos" (Halbwachs, 2013: p. 79).

A memória colectiva, como construção, quer dos grupos sociais, ou de toda a sociedade, provoca nas pessoas um sentimento de pertença a esse grupo ou sociedade por terem vivenciado os mesmos 'momentos históricos' e, é esse sentimento, de recordar experiências em comum, que lhe permite fazer a distinção de uma geração da outra, mas sempre com continuidade.

Então, a memória individual diz respeito à memória colectiva, porque é construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo. O elemento que permite a coesão, ou seja, o instrumento socializador da memória é a linguagem. Na verdade, quando algum facto passado no grupo é reconhecido como sendo mesmo dele, a memória colectiva actua como elemento constituinte de uma identidade social pois, a consciência, a lembrança do que esse grupo foi e até do que é agora, permite criar cenários e objectivos para um futuro que se deseja construir.

Maurice Halbwachs pretende demonstrar que há um processo de "negociação" para conciliar a memória colectiva com as memórias individuais, dizendo que

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (Halbwachs, 1968: p. 12).

Esta relação das memórias individual e colectiva permite o entendimento que a memória, vista apenas como fenómeno humano e individual em interacção com as memórias individuais de outros, dê origem a uma memória colectiva, porque, não obstante ser particular, juntamente com as memórias dos outros, constitui-se como uma das referências para o entendimento da identidade. Para este autor, a memória, como fenómeno social, é colectivamente construída e reproduzida ao longo do tempo.

A “memória social” é dinâmica, mutável e selectiva. É selectiva porque nem tudo o que é importante para o grupo fica gravado na memória do indivíduo.

Pode-se analisar a questão da memória sob uma perspectiva metodológica durkheimiana, em que os factos sociais são tratados como coisas e sobre eles seria então possível adoptar-se um método semelhante ao das ciências naturais, em que se constata que a memória colectiva de uma sociedade é um facto social, com as suas hierarquias, que permite à pessoa diferenciar uma sociedade de outra, pelos pontos comuns e diferentes, apresentando o que dá fundamento ao 'sentimento de pertença' àquela sociedade e delimitando as fronteiras socioculturais. Por exemplo, D. Afonso Henriques foi um importante rei, para os portugueses, pois foi o fundador do país, mas será que a sua importância é sentida de igual forma no país vizinho? Ou quando se fala no cozido à portuguesa ou na sopa de pedra, será que o estrangeiro tem ideia do que se trata verdadeiramente? Porém, como afirma Halbwachs, tratar a memória como um facto social, como "coisa", já não é importante. O importante agora é

analisar como a memória se torna coisa, como e por quem ela é cimentada, duradoura e estável.

Halbwachs faz também, (um pouco na linha de pensamento de Bourdieu), a distinção entre “memória oficial”, como é o caso da “memória nacional”, e a “memória subterrânea”, que é parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, vivendo em oposição uma com a outra, num *campus* de disputa entre memórias.

Da análise das perspectivas destes dois sociólogos, poder-se-á dizer que existe uma dupla relação entre memória colectiva e memória individual em que, como se viu em Halbwachs, a memória individual existe como resultado da memória do grupo, a colectiva, mas esta é igualmente o resultado da soma das memórias individuais. Ou seja, não há uma sem a outra, numa existência biunívoca e ambas permitem caracterizar o indivíduo num grupo/sociedade a que ele pertence em relação aos outros que não são daquele grupo/sociedade e o grupo/sociedade em relação aos outros grupos/sociedades.

Relativamente a este facto de se encobrir partes do passado, há um outro aspecto relacionado com a memória, que é importante referir: o esquecimento que, tal com a moeda, tem duas faces, por um lado é mau, mas por outro, é também bom, porquanto não se pode recordar tudo.

Normalmente, associa-se o esquecimento a uma falha mental ou até a uma patologia, o que é, realmente, mau; mas, sem o esquecimento também seria humanamente impossível continuar a memorizar informação, pelo que esquecer é igualmente uma forma de garantir a vida mental saudável, porque o esquecimento serve como que um filtro daquilo que ainda é importante. Este processo é designado por função selectiva e adaptativa.

É curiosa esta questão do esquecimento que já havia sido tratado por Myrian Santos quando disse que tão importante como ter memórias, recordações de 'quase' tudo o que se passou connosco ou com o mundo, é esquecer muito do que se passou, apesar de que, para ela, a perda da memória "aparece [...] como uma das grandes ameaças do mundo moderno, [pois] se perde no mundo da informação. [...]. O tempo se desvincula de experiências da vida [...] e passa a exercer controlo sobre os passos de cada um" (Santos, 2012: p. 23). A mesma autora, Myrian Santos disse ainda que

o esquecimento coletivo faz parte do processo de constituição social, uma vez que memória é compreendida a partir de um processo seletivo que envolve tanto o lembrar quanto o esquecer. [...] a memória que temos do passado é aquela que existe em instituições e estruturas coletivas, enquanto para outros o que temos do passado são atos de lembrar e esquecer enquanto práticas sociais (Santos, 2002: p. 141).

Aliás, Myrian Santos afirma mais, que

não existem memórias individuais ou sociais, mas atos de lembrar e esquecer, que devem ser considerados práticas ou ações humanas construídas socialmente. (Santos, 2002: p. 127).

Ora, se para esta autora, realmente a perda de memória é uma ameaça, o esquecimento, que é diferente de amnésia, que também é perda de memória, já tem um valor inestimável, sendo talvez, por vezes, mais importante do que lembrar, porquanto não seria possível viver de forma saudável se as pessoas se lembrassem de tudo o que fizeram ou vivenciaram. Imagine-se recordar todas as caras que vêm ao longo do dia todo, todos os sons, o cambiar de intensidade de luz com o passar das horas, todas as vozes do local onde se almoça ou trabalha, das sensações de todos os passos dados e até do próprio vestuário. Realmente muita da informação que chega a cada um diariamente do mundo que o rodeia, tem forçosamente de ser esquecida, sob pena de não se conseguir viver.

Sobre a memória e o esquecimento, para Mário Chagas, diz que eles

não estão nas coisas, mas nas relações entre os seres, entre os seres e as coisas e as palavras e os gestos etc. É preciso a existência de uma imaginação criadora para que as coisas sejam investidas de memória ou sejam lançadas no limbo do esquecimento. (Chagas, 2003: p. 19).

Em suma, a memória como um processo que conecta pedaços de conhecimentos a fim de gerar novas ideias. Ajuda a tomar decisões diárias. Enfoca aspectos específicos, pelo que consome uma grande quantidade de energia mental e, com a idade, vai-se perdendo, provocando o progressivo esquecimento, cuja importância já foi referida.

A memória, é a forma de aceder ao passado a partir da subjectividade objectivada. É uma representação do passado, preservação, evocação e actualização da informação desse passado; é a afirmação de uma 'lembrança'¹⁸, de presença de algo ausente.

Em museologia, a memória é tratada numa perspectiva relacional com o social, com a história, com a identidade e com o património. É uma questão fundamental no trabalho museológico, a qual deve ser considerada como algo dinâmico e em constante evolução, num permanente processo de lembrar e de esquecer.

Sobral diz que a memória não é "uma simples reconstrução [...] a partir da actualidade [...] é um guia insubstituível para podermos recuperar emoções e experiências, para as quais não existe registo" (Sobral, 2012: p. 22), sendo essas recordações as que produzem e reproduzem a identidade através de comemorações e da narrativa histórica.

¹⁸ A lembrança é o resultado de algo que cada pessoa viveu, enquanto a memória pode não ter sido vivida.

Halbwachs fala na construção da identidade com fundamento na memória colectiva, pois esta reforça o sentimento de pertença identitária e garante a coesão e continuidade histórica do grupo.

A memória 'histórica', que diz respeito ao passado vivido e que é constituído pela sucessão de acontecimentos significativos da vida do grupo social, permite que se construa uma narrativa sobre esse passado. Mas, mais do que é conveniente, recordando, por exemplo, algumas personagens e olvidando outras, em conformidade com os interesses do grupo ou de acordo com quem tem o poder da narrativa¹⁹. Portanto, a narrativa do passado é uma selecção, em que a memória é, reforçando, selectiva, pois, como se viu, a memória total não é possível, o que implica a existência do esquecimento necessário daquilo que não se consegue reter.

O processo da construção da memória implica, por conseguinte, que se façam escolhas entre os eventos do passado que interessem ao grupo, esquecendo os que não interessam. Por isso, é necessário pensar-se no que se quer 'esquecer' e porquê o que ajuda a entender as relações de força na disputa pela memória no jogo de poder simbólico político ou económico.

Dada a importância da memória na vida humana na construção das identidades, importa que, quando se trabalha com objectos a expor, para manutenção de memórias, eles consigam transmitir uma mensagem, uma história que fale de quando, onde, como e por quem foram usados.

Essas mensagens partem de memórias que se afirmam no presente, que guardam o tempo que se foi, mas que também permite que criar planos para o futuro. Sem memória não se poderia ter consciência do tempo, muito menos da identidade. Essa é a verdadeira razão que importa em museologia relativamente aos objectos que expõe, que se façam estudos exaustivos a fim de não se perder esse potencial de afirmação que reside na memória.

Em todas estas disciplinas científicas ou áreas do conhecimento referidas, a memória é, portanto, uma capacidade humana de codificar a informação, fazer o seu armazenamento e permitir a sua recuperação por forma a que a informação possa ser recebida dos diversos âmbitos da vida e da natureza, ora pelas histórias vividas, ora pelas marcas da natureza, ora pelas experiências pessoais e colectivas, ora nos objectos museológicos, em tudo.

Em boa verdade, a memória, muito subjectiva, que apesar de encerrar uma interpretação no presente relativa ao passado, não pode, por isso mesmo, ser considerada ciência tal como a história, que analisa e critica o passado com um método científico.

¹⁹ A este respeito, veja-se o poder simbólico de Pierre Bourdieu.

A História, por seu turno, era entendida como o estudo das sociedades após o aparecimento da escrita, depois como sendo uma ciência social que estuda o passado da humanidade, que investiga o seu passado, inserido num modelo de tridimensional de vectores: lugar; tempo (uma época e evolução); e pessoas (grupos ou sociedade). Por exemplo, a História de Portugal, estudo do seu território em termos de sociedade, evolução ao longo do tempo e o local geográfico onde está (Península Ibérica).

A História é uma área do saber que estuda e interpreta no presente elementos ligados ao passado. É uma narrativa criada pela análise documental (documentos e fontes) e que orienta o ser humano do presente a ter contacto com elementos do passado. Portanto, a história é um acumulado de conhecimento disciplinado sobre eventos realmente acontecidos, metodologicamente organizado, como garante da validade dos conhecimentos obtidos, confirmado pelo julgamento e apreciação dos que fazem estudos naquele domínio.

Para além de ser uma forma de aceder ao passado a partir de elementos do presente, a história, como o acumulado de conhecimento científico, trata de elementos ligados ao passado, sendo uma narrativa criada a partir da análise de documentos, descritivos de factos que levam o indivíduo do presente a levantar questões sobre o passado. Actualmente o domínio da história, já inclui o presente, a história do presente, constituindo-se como a relação das pessoas do presente com o passado recente, a partir de construções do presente.

Portanto, a História, apesar de ser muito semelhante à memória que também é uma interpretação no presente sobre factos do passado, é um trabalho intelectual que vai mais além que restaurar memórias, pois tem de se basear em fontes que usa e criticá-las, e criar teorias para fundamento do estudo. Daí que a sua função não é ficar a glorificar o passado, mas reportar factos passados, com base documental, reconstruindo esse passado de forma crítica, com respaldo teórico e metodológico, além de passar pelo escrutínio de outros académicos. De modo semelhante ao que Bauman diz sobre a sociologia, que é a sua área científica, e, por extensão, as ciências sociais, que ela é uma disciplina, ou um conjunto disciplinado de práticas. E que qualquer processo não possibilita conhecer o objecto em si pelo que é necessário que se façam perguntas, mais, que o que se obtém após o trabalho realizado seja questionado pelos pares 'cientistas' e, por último, seja aprovado (Bauman, 2010: pp. 11-12), ou seja, com esta frase dá o seu conceito de Ciência. A História é, portanto, uma ciência social cujo domínio interessa à museologia e particularmente à sócio-museologia pois traz potencialidades para a sociedade. Daí que os resultados de uma pesquisa histórica não mudam apenas porque um grupo não gosta deles, mas esclarecem ou devem esclarecer com verdade e isenção.

Blanché, falando sobre a história, diz que só se entende o presente pelo passado (Blanché, 1988: pp. 45-46), e Palmer, em relação à história, diz que

Não há uma visão ou uma compreensão pura da história, sem referência no presente. Pelo contrário, a história é vista e compreendida apenas e sempre através de uma consciência que se situa no presente. Contudo, o conceito de historicidade, mesmo quando afirma isto, simultaneamente afirma a operacionalidade do passado no presente: O presente só é visto e compreendido através das intenções, modos de ver e preconceitos que o passado transmitiu. (Palmer, 1969: p. 180).

Concluindo, se se comparar a história com a memória, entende-se que esta última está sempre vulnerável às mudanças culturais e políticas do presente. E que é um constante olhar do presente em direcção ao passado, selectivo e condicionado por grupos que a disputam. Muito embora ela possa ser confundida com a história, a memória contém o conhecimento empírico do passado orientado pelo presente. De facto, esse conhecimento depende das lembranças individuais, mas também do jogo de poder e de conveniência e interesse do grupo, da colectividade ou da sociedade, por isso ela exorta parte do passado e esconde elementos quando não servem a narrativa que se quer defender. Ao passo que a História, como área do conhecimento científico, para ser considerada como científica tem de ter um método. As suas reflexões, do presente sobre os factos ocorridos, deverão não só estar suportadas em documentos, mas também serem validadas pelos pares.



2 – Entre o símbolo e o simbólico

Muito embora já tenham sido referidos aqui e ali, os termos signo, símbolo e simbólico, importa que sobre os quais se apresente um apontamento. À semelhança dos termos anteriores, há igualmente uma diversidade de áreas do conhecimento que sobre eles se debruçam, desde a psicologia, a filosofia, a sociologia, até à linguística, passando por outros com menor relevo.

O ser humano teve sempre a necessidade de criar símbolos. Desde o alvor dos tempos pré-históricos, antes mesmo de ter uma língua falada, já comunicava através de símbolos. Nesse sentido, os símbolos são tão antigos quanto a humanidade. E a criação de símbolos é característica da espécie humana.

O condensar numa abstracção o que necessitaria de muitas palavras para ser definido, tanto quanto a ciência conseguiu apurar, só os seres humanos para comunicarem conseguem passar uma grande quantidade de informações, bastando-lhe uma simples figura. Ou seja, símbolos, os quais constituíam e constituem um meio pictórico privilegiado de identificação quer de pessoas, quer de grupos quer de ideias.

2.1 - Signo e símbolo

Nos primórdios da humanidade, o homem pintou representações de animais nas paredes das suas cavernas, talvez com a intenção mágica de preitear os deuses para obter deles o favor de lhes facilitar a caça, ou apenas como registo de alguns momentos de glória capazes de servir de exemplo e incentivo às novas gerações. Também quando inventou a escrita, foram ainda os símbolos, codificados, que permitiram o registo das suas ideias, primeiro de uma maneira absoluta – cada símbolo correspondendo a cada ideia – depois, forçando a abstracção, representando cada fonema por um símbolo reconhecível dentro de cada comunidade. Cassier disse que "o homem descobriu [...] um novo método para adaptar-se ao seu ambiente. Entre o sistema receptor e o efetuator, que são encontrados em todas as espécies animais, observamos no homem um terceiro elo que podemos descrever como o sistema simbólico." (Cassier, 1994: pp. 47 e 48).

Karl Jung²⁰ refere-se ao simbólico na sua obra *The Man and his Symbols*, dizendo que tudo pode assumir uma significação simbólica, desde os objectos naturais, onde se incluem animais, plantas, pessoas, rochas, etc., passando pelos fabricados pelo homem que

²⁰ Psicanalista do século passado, conhecido por ser fundador da psicologia analítica.

podem ser concretos, como casas, pinturas, armas, e outros, e abstractos como figuras geométricas e números.

A palavra símbolo vem do grego *symbolon* (σύμ + βολον), (junto + trazer), trazer para junto²¹. Assim, todo símbolo tem por função trazer à reflexão, de quem comunica, por escrito, por palavras²², o que pretende representar, transformando, inclusive, em algo mais complexo do que concreto, pois para que tenha simbolismo deve possuir um nível de abstracção que permita entender que substitui a ideia, mas não é a ideia em si.

A respeito da língua e do simbólico, Norbert Elias diz que é a "imensa capacidade humana para armazenar na memória e para recordar a partir dela, se necessário, as experiências pessoais, que é uma das condições para aprender a usar uma língua, [...]" (Elias, 2002: p. 27) e que, em termos de linguagem, "o carácter e a função dos sons humanos [...], enquanto representação simbólica dos factos e das funções de um mundo realmente existente, é apenas um dos diversos aspectos distintamente únicos da comunicação humana" (Elias, 2002: p. 35). Este autor afirma, ainda, que a natureza humana disponibiliza o potencial suficiente para que se reproduza a rede de padrões sonoros que fazem parte de uma determinada língua, para que se compreendam os dados que eles simbolicamente representam. E, "para adquirir uma língua, é necessário activar o potencial linguístico que faz parte da herança genética de um ser humano" (Elias, 2002: p. 38). Obviamente que os símbolos, escritos, orais, gestuais ou outros, com os quais um grupo se comunica, podem ser completamente diferentes ao ponto dos elementos de dois grupos não se entenderem, a não ser que estejam na posse dos códigos que os regem (Elias, 2002: p. 38).

No âmbito da semiótica, o signo é a representação de algo a que se atribui valor, um sentido e um significado, pela percepção (que diz respeito ao aspecto sensorial) e pelo seu entendimento (que diz respeito ao 'nosso' entendimento). Segundo Ferdinand Saussure, o 'signo = significante + significado'. Por exemplo, "O signo árvore [...] relaciona-se com dois dados de sua memória: uma imagem acústica, correspondente à lembrança de uma seqüência de sons - o significante - e um conceito, um dado do conhecimento humano sobre o mundo - o significado"²³.

Os símbolos são signos, mas vão mais além que os signos em si. Enquanto os signos têm uma relação de semelhança com o representado, os símbolos não mantêm qualquer

²¹*Sim* ou *sum*, palavra grega que exprime a ideia de união. Por exemplo, na língua portuguesa há várias palavras com esse prefixo e com essa ideia: sinfonia, sintonia, simpatia, sumário, súmula, síntese, entre outras. Este termo opõe-se a *dia*, também de origem grega, que significa, separar. Palavras portuguesas com este prefixo: diagonal, diâmetro, diapedese, diálogo, diabólico. Simbólico em oposição ao diabólico, que leva à separação, ao caos.

²² O que pressupõe haver um código a que se dá o nome de língua.

²³<http://uegsemiotica.blogspot.com/2013/03/signo-significante-e-significado.html>.

relação de semelhança com o que pretendem representar, sendo, por conseguinte, tal como Charles Peirce transmitiu, “o símbolo seria uma relação puramente convencional entre o signo e seu significado”²⁴. E como é uma convenção, poderá diferir de grupo para grupo, de sociedade para sociedade, conforme a sua cultura. Por exemplo, o dragão, muito usado na heráldica ou em pinturas, que para o ocidente representa algo de mal, um demónio, no Oriente é algo de fantástico. O luto, no mundo ocidental é representado pela cor preta, no oriental é pela branca. Neste caso, para uma mesma realidade, são usados dois símbolos diferentes. Também há símbolos aceites universalmente, como são os símbolos usados na matemática ou na física e química.

Para melhor compreensão, eis alguns exemplos de signo e de símbolo: o sinal de trânsito que contém a imagem de um carro com linhas sinusóides como rasto dos pneus, remete logo para o tipo de pavimento que é escorregadio e que pode levar a viatura ao despiste. É um signo pois mostra claramente a viatura e o movimento descontrolado face ao tipo de pavimento. As letra 'Ag', já são símbolo, pois só é entendível para quem conhece química, não parece ter qualquer relação com a prata, mas convencionou-se, pela origem desta palavra de *argent*, o significado de prata.

Vejam-se as letras usadas na escrita desta tese, que correspondem a sons que, por sua vez, formam palavras, ou os números que marcam as páginas, que são igualmente símbolos por representarem ideias, uma vez mais, estabelecem ligação com o som da palavra correspondente ao número, fazendo com que se entenda o que está escrito e também a quantidade do que está escrito. A língua japonesa escrita, com um código bem diferente do português, é formada por ideogramas, que são isso mesmo, ideias desenhadas em forma de símbolos, compreensíveis para quem domina o código que pretende transmitir ideias. Quem diz ideograma, diz também que é símbolo a palavra, que só quem está dentro do código linguístico entende pois ela nada tem que a ligue ao significado. Um outro exemplo desta ideia, お元気ですか, que se lê: O-genki desu ka, não faz qualquer sentido no ocidente, mas que traduzido significa: Como estás? ou estás bem?. "Assim, uma palavra ou uma imagem é simbólica quando implica alguma coisa além do seu significado manifesto e imediato." (Jung, 1977: p. 20).

Portanto, os sinais de trânsito, os logótipos e os símbolos cabalísticos, mais ou menos secretos ou reservados a grupos sociais específicos, são tudo formas simbólicas de comunicar ideias. Plotino, nascido no Egito por volta do ano 205 e falecido cerca de 66 anos mais tarde,

²⁴ <https://ensaiosnotas.com/2016/11/08/o-signo-elementos-semioticos-de-peirce/>.

autor de *Enéadas*, foi um dos maiores filósofos em língua grega, e disse que “tudo é símbolo. E sábio quem lê tudo”. A criatividade leva os homens a inventar cada vez mais instrumentos repletos de símbolos para comunicarem na vida diária.

Repetindo, os símbolos são signos cuja interpretação vão mais além que a do signo em si. Daí que, poder-se-á ainda ter duas possibilidades de interpretar o símbolo enquanto tal ou enquanto signo, isto é, o símbolo, pode ter a interpretação de signo, no seu sentido primário e, ao mesmo tempo, num outro nível de percepção, fazer apelo a uma ideia que nada tem a ver com o signo. Por exemplo, quando se fala em flor, e se se quer dizer exactamente flor, trata-se de um signo mas, no seu sentido menos imediato quando está relacionado com a experiência singular de cada indivíduo, quando se pensa na pessoa que se ama, já é um símbolo.

Outros exemplos deste segundo sentido é a expressão “pomba branca” que pretende transmitir a ideia de uma pomba que é branca, como signo, mas também quer dizer, em sentido simbólico descodificado, que representa a paz. Na verdade, biologicamente não representa nada mais que uma pomba branca, mas os humanos, na sua comunicação, também associam a 'pomba branca' ao conceito de paz; assim como a balança que tanto pode querer dizer aparelho de avaliação de pesos, como Justiça, uma vez que já se convencionou representar a Justiça como uma senhora segurando uma balança para avaliar comportamentos.

Foi acima referida a pomba, algo de material e físico, como exemplo de um símbolo material, mas outros há como as jóias, adornos e amuletos que cumprem o seu papel simbólico e que traduzem intenções ou pensamentos na comunicação, quer ela seja verbal ou não, pois são sinais sociais²⁵ com que se pretende mostrar o papel social que o indivíduo representa na sociedade. Nesta condição, empareceiram com os símbolos abstractos usados na matemática ou mesmo os da química, em que os elementos patentes na Tabela Periódica, são representados por letras, como por exemplo, o hidrogénio por H e oxigénio por O; e na matemática, cujo desenvolvimento intelectual está baseado em símbolos, muitos dos quais dizem respeito a 'coisas' que não são materiais, como os números imaginários ou as figuras formadas apenas com uma ou duas dimensões, (por exemplo, rectas e quadrados), que neste mundo real, tridimensional, só conseguem existir graças ao raciocínio que se faz sobre eles, e assentando sempre no pensamento simbólico. E, como dizia Pitágoras, a Evolução é a Lei da Vida, o Número é a Lei do Universo, a Unidade é a Lei de Deus.

²⁵ A este respeito veja-se *"As representações do Eu na vida quotidiana"* de Erwing Goffman, sobre interaccionismo simbólico.

Com esta finalidade, desde sempre, os arquitectos, os engenheiros e os artistas recorrem frequentemente a símbolos, para realizarem as suas obras; e é neste sentido que ganha relevo toda a simbologia patente nas paredes de monumentos, para os construtores comunicarem com os seus contemporâneos e, por extensão do que eles, provavelmente, nunca idealizaram, para comunicar com os vindouros, tantos séculos volvidos sobre as suas obras.

Alguns gestos humanos, podem ser considerados como símbolos, pois nada têm que os relacione com o significado, tendo sido meramente convencionados socialmente, como o gesto de união do dedo polegar com o indicador, que tanto pode querer dizer 'zero, nada' como 'bom', dependendo do contexto. Ou, imagine-se uma pessoa sentada, muito à vontade, na sua cadeira no local de trabalho. Quando seu chefe entra nesse local, essa pessoa altera a sua postura para uma mais correcta, não porque lhe tenham mandado, mas para mostrar respeito. Logo, esse gesto é simbólico, querendo dizer "eu tenho respeito por ti". A este respeito, Bruce-Mitford (1996), apresenta vários gestos simbólicos, como o 'V' feito com os dedos significando vitória, o acenar com a cabeça, vertical ou horizontalmente, para dizer 'sim' ou 'não', assim como elenca na sua obra outros símbolos como as runas, as bandeiras, as sectoriais como as nacionais, os triângulos da alquimia, as alianças e anéis, amuletos com 'poder' mágicos, até as máscaras e as danças. Um quase sem-número de símbolos através dos quais as pessoas e as sociedades se relacionam.

Portanto, a este respeito da simbologia, e relacionando com o património imaterial, merece ainda a pena dizer-se que, de facto, é inerente aos humanos, o guardar e preservar memórias para rever e reviver. E isto verifica-se já desde o alvor da humanidade, na pré-história, em que o homem desenhava na rocha (pintura rupestre) cenas da vida diária, para todos os efeitos simbólicas, para mais tarde recordar, o que posteriormente veio também a acontecer com a escrita e com a arquitectura, onde ficou mais evidente esse princípio. Depois, para distinguir, estudar e reconhecer todo o manancial de testemunhos preservado desde sempre, e que chegaram até ao presente. É premente que se continue a preservar essas memórias para os vindouros, como a herança que se recebeu dos antepassados e que se deverão deixar para os que virão: um património material e imaterial, como campos de observação e de ocupação do passado, do presente e para o futuro, sendo esta, inclusivamente, uma preocupação da sócio-museologia.

2.2 – A simbologia na heráldica

Nos séculos XV e XVI o analfabetismo atingia quase a totalidade da população, incluindo a nobreza mas, sobretudo, os populares, já que a literacia era apanágio do clero e das poucas profissões liberais, como cronistas, legistas e contabilistas. Sabendo isso, facilmente se conclui que a simbologia, onde se inclui a heráldica, era um meio privilegiado de transmitir as ideias.

Desta forma, a simbologia na heráldica saltou dos escudos e dos frisos das salas de armas para a utilização comum e socialmente reconhecida, dando sentido ao colorido das vestes, das flâmulas, dos dosséis dos cavalos ou, mais recentemente, dos clubes desportivos e dos partidos políticos, com todo o seu folclore e parafernália de adeptos e de *merchandising*.

Na época medieval a heráldica era muito usada na identificação quer dos cavaleiros quer dos cavalos que participavam em torneios desportivos de cavalaria, onde tanto uns como os outros, por estarem quase totalmente cobertos, eram difíceis de serem identificados. Mas, pelas cores²⁶ e símbolos, tal como hoje se vê nas equipas desportivas, sendo, desta forma, mais fácil e rápido de se fazer a identificação. Ou, se se pensar que no campo de batalha era imperioso que os combatentes fossem todos, assim, simples e rapidamente identificados por todos, pois evitava-se o risco de serem combatidos pelos seus parceiros. Entende-se aqui quão importante foi e é a heráldica. Aliás, imagine-se um jogo actual de futebol, ou de qualquer outra modalidade, entre duas equipas A e B²⁷. Face aos símbolos que estas apresentam assim como das suas 'claques', como sejam as cores das suas vestes e pelos emblemas dos clubes, logo se reconhece rapidamente quem são e/ou de quem são os seus adeptos na assistência. Por aqui se pode entender que a popular ideia de que a heráldica era apenas pertença da nobreza está incorrecta.

A simbologia na heráldica, por exemplo, patenteia-se nas diversas moradias em que se ostentam brasões de família. Por isso se forravam as paredes dos palácios e das igrejas,

²⁶ Estas cores eram em si mesmas simbólicas, pois representavam e ainda representam algo, como as das bandeiras nacionais com significados atribuídos.

²⁷ Mas já que se falou num jogo de futebol, que se realiza dentro de um campo em que ambas as equipas procuram a vitória, tentando, cada uma, dominar a outra, ressalta a ideia de Bourdieu, na sua obra *O Poder Simbólico*, em que aborda os principais conceitos sociológicos característicos da ascensão social, como a violência simbólica, o *habitus* e o *campus*, entre outros, desenvolvendo uma análise profunda sobre o Poder Simbólico, procurando identificá-lo nas diversas instituições e, por analogia, interpretando as relações que se estabelecem entre o que é singular e o que pertence ao domínio do colectivo, dentro dos grupos sociais. Naquela sua obra, logo no seu primeiro capítulo, começa por dizer que num mundo "em que se vê o poder por toda parte" (Bourdieu, 1989: p. 7), o poder simbólico "é invisível e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que [lhe] estão sujeitos" (Bourdieu, 1989: p. 8) e que a "tradição neo-kantiana trata os universos simbólicos, mito, língua, arte, religião, ciência, como instrumentos de conhecimento e construção do mundo dos objectos" (Bourdieu, 1989: p. 8).

bem como dos fontanários importantes, de algumas torres e de pontes, com painéis de azulejos que contam episódios religiosos de reconhecida importância, identificando a propriedade, o mecenas ou apenas os limites administrativos entre autarquias.

Os brasões, cuja principal característica era a hereditariedade, deram lugar a todo o tipo de simbologia que, passando de geração em geração, constituem também um património cultural que os grupos preservam e a sociedade em geral acata.

Instituições como a Associação Humanitária da Cruz Vermelha ou o Crescente Vermelho, que são identificadas pela acção humanitária relevante que desenvolvem têm uma cruz vermelha ou um crescente vermelho como sinal identificativo e, assim, como símbolo da sua acção humanitária. A Boina Azul daqueles que estão ao serviço da Organização das Nações Unidas, entre variadíssimas outras, são símbolos que identificam rapidamente aquelas instituições ligadas ao serviço da saúde, da segurança e da paz.

Veja-se ainda a utilização de objectos para distinguir estratos sociais como as divisas, galões e estrelas nos militares ou, no tempo de D. João I, a cor das esporas que distinguia os cavaleiros que, se "tinham de ser de boa linhagem [...] eram os cavaleiros de espora dourada para distinguir os que haviam sido armados segundo os ritos da Ordem da Cavalaria [...] das outras pessoas que pudessem andar a cavalo [...]" (Sucena, 2008: p. 16).

Mais recentemente, fazendo parte do quotidiano, encontra-se imensa simbologia nos aparelhos das modernas tecnologias como o popular “gosto”, decalcado do gesto da mão com o polegar levantado, com que os Césares, detentores de poder, poupavam algumas vidas. Aliás, a mão humana é um manancial para a construção de gestos simbólicos, desde o simples desculpe até à ameaça de agressão promovida pelo punho fechado que, noutro contexto e posição, assume conotações políticas.

2.3 – A simbologia na religião

Entre a enorme diversidade de símbolos, há uns particularmente curiosos: os símbolos religiosos. Os símbolos são usados na religião como meio de expressão espiritual como é o caso da cruz e do peixe²⁸ para o cristianismo, da estrela de seis pontas para o judaísmo, do símbolo Yin/Yang para o taoísmo, do crescente vermelho para o Islamismo, da roda do dharma para o Budismo, etc. Merecem destaque os painéis como os que são usados

²⁸ Peixe em grego é 'ΙΧΘΥΣ, que se lê ICHTHUS. Fazendo corresponder a cada letra uma palavra, tem-se IESOUS - CHRISTOS - THEOU-(H)YIÓS - SOTER, Jesus Cristo, de Deus, Filho, Salvador.

em quase todas as igrejas católicas, dentro e fora delas, para apresentar as catorze estações da via-sacra, onde, em muitos casos, foram desenhadas imagens – algumas estilizadas – não sendo necessário escrever uma única palavra para que o fiel entenda a mensagem que se pretende que seja transmitida passo a passo²⁹. A intenção, no fundo, " [...] era um princípio moralizador [...] ao transmitir e ensinar a narrativa bíblica, utilizando uma linguagem visual e gráfica, apropriada a uma sociedade iletrada" (Rocha, 2011: p. 72).

Considera-se símbolo religioso quando um qualquer objecto, desenho, ícone ou até letras como o A e o Ω ³⁰, é usado como parte da realização do culto, para mais simples entendimento ou por ser mais familiar aos fiéis, dentro da igreja cristã católica e como parte integrante da liturgia. O símbolo religioso é assim reconhecido pelo fiel ou pelo grupo de fiéis para ser parte da sua experiência religiosa. Por exemplo, uma vela, que poderá ser apenas um objecto destinado a fornecer iluminação, quando experienciado numa liturgia, é um símbolo religioso, pois é um objecto que vai mais além que a sua realidade material de vela, já que expressa uma fé, o que a transcende e dá ao fiel uma visão que a relaciona de maneira muito especial com o seu mundo sentimental, dando-lhe significado e vida. É um objecto de veneração que, por sua vez, traz unidade ao grupo de crentes que comungam a mesma religião.

Um outro símbolo, que é um clássico nestas coisas do simbólico no âmbito religioso, é o 'pão'. O pão é aquilo que é preparado pelos padeiros, usando farinha, sal, água e fermento. Algo banal que constitui o alimento que acompanha quase todas as refeições dos portugueses e é conhecido e consumido em todo o mundo. Mas o 'pão', do 'Pão nosso de cada dia', sendo algo sagrado e codificado pelos cristãos na oração cristã do 'Pai Nosso'³¹, já é o corpo de Cristo, é um símbolo de devoção. Pense-se agora em se dividir uma bolacha ou uma barra de chocolate com outra pessoa. Isso pouco diz, por ser algo banal, mas se for o 'pão', qualquer que seja de ambos os casos anteriores, o significado é mais profundo, pois encerra um processo de codificação/descodificação o que reflecte a fraternidade e a partilha.

É inegável a vantagem de ensinar aos jovens como os símbolos 'X' negro e uma 'caveira' representam perigo e que devem evitar tocar nos objectos que os contêm. Também desde muito cedo, quando a criança sai à rua pela mão dos pais, se habitua a reconhecer os sinais onde os peões atravessam, onde param os meios de transporte colectivo, como acendem

²⁹ Actualmente ainda se usa a numeração romana para marcar cada uma das estações da via-sacra e qualquer católico frequentador, pelo menos durante a Páscoa, entende o que ali se pretende dizer.

³⁰ A - Alfa e Ω - Ómega, do abecedário grego, e tal como vem expresso na Bíblia em Apocalipse 1:8, "Eu sou o Alfa e o Ómega, o princípio e o fim [...]" quando se refere a Jesus.

³¹ Lucas 11:2-4, Mateus 6: 9-13 e João 6: 35.

e apagam os semáforos e também, pela porta da sua curiosidade, o que significam os sinais reguladores do trânsito como aqueles que têm uma bicicleta ou uma vaquinha. Mais tarde, explorando o mundo por sua conta, o jovem aprende a escolher o WC adequado, a encontrar a farmácia, o multibanco, o cesto para papéis, as escadas de incêndio ou outra qualquer saída; mas também a moldar comportamentos para em determinados lugares, como hospitais e igrejas ou nas salas de aula, manter o silêncio, para ceder o lugar a deficientes, grávidas e idosos, para desligar o telemóvel e outras condicionantes que a vida em sociedade lhes impõe para ordenar a vida em comum. Depois, durante toda a vida, descobre que a roupa pode ser lavada com lixívia e a quente, a que legislação obedece um produto embalado, que deve conter símbolos que esclarecem o consumidor; onde deve usar o capacete de protecção, onde pode abastecer a viatura, trocar de pneus, apostar no euro-milhões, evitar piso escorregadio e, bem assim, também aprende a reconhecer os produtos pelos pictogramas das empresas que os comercializam, tudo isto apresentado sob a forma de símbolos.

Em suma, nesta área do simbólico, compreende-se que os símbolos têm uma existência quase da mesma idade do homem no planeta, e pretendem, sobretudo, comunicar ideias, tendo igualmente uma função integradora por serem transmitidos pela educação de gerações em gerações, sofrendo, todavia, adaptações e evoluções ao longo dos tempos e que, como Schewarz, citando Eliade, diz que “ao compreender o símbolo, o homem consegue viver o universal, ou seja consegue transformar a sua experiência particular” (Schewarz, 2018: p. 63).

2.4 - Espaço social e o espaço simbólico – uma articulação conceptual

Pierre Bourdieu postula no seu *O Poder simbólico*, que o espaço simbólico, sendo determinado pelo campo social, é por excelência, o local de socialização, onde interagem os diferentes agentes. Nas palavras deste sociólogo, os seres humanos, desde que nascem até que morrem, participam em diversos espaços sociais, como o trabalho, a universidade, o clube desportivo, a igreja, etc., interagindo uns com os outros e estabelecendo relações sociais. Define também o espaço social como sendo sinónimo de espaço simbólico, resultante da interpenetração dos planos das posições sociais, composto pelas propriedades relativas aos estilos de vida, cujos recursos devem ser entendidos como um capital económico ou capitais económicos para ser mais preciso, uma vez que há mais do que um e são de várias naturezas.

Bourdieu descreve o campo social como o

espaço multidimensional de posições em que qualquer posição pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas [e que] os agentes distribuem-se [...] no campo segundo o volume global de capital e segundo a composição do seu capital (Bourdieu, 1989: p. 135)

Dentro desta perspectiva, o espaço simbólico será um conjunto de práticas e preferências constituidoras dos “signos distintivos” por meio dos quais os agentes sociais se reconhecem.

Para melhor se entender este conceito de espaço social, imagine-se um espaço tridimensional em que A e B são os pontos centrais das esferas que ocupam duas posições inseridas nesse espaço, cujos eixos seriam os capitais apresentados por Bourdieu³². A escolha da correspondência dos nomes dos eixos aos capitais é aleatória. Portanto, para esta breve explicação, teremos para x - a cultura, para y - a economia e para z - o social. Em boa verdade, o espaço deveria ser tetra-dimensional, em que o eixo em falta seria ‘w’ para o capital simbólico. Porém, porque o desenho iria tornar-se complicado quer para se entender quer para ser explicado, fica-se por este simples esquema tridimensional

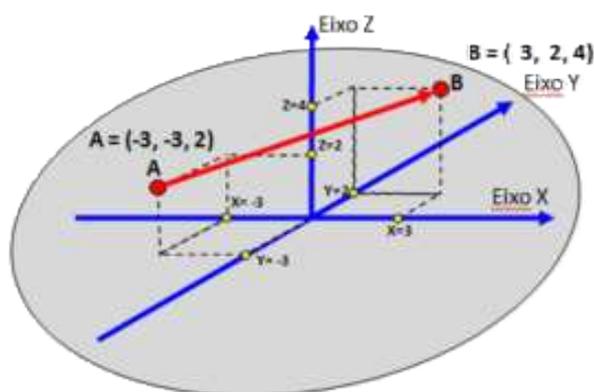


Gráfico 1: Espaço social (Construção do autor baseado em *O Poder Simbólico*)

Ora, a posição da esfera A será (-3, -3, 2), o que significa que é definida (referenciada) por estar, a (-3) na dimensão (capital) cultural, e a (-3) na económica, a (2) na social, pelo que podemos compará-la com a posição da esfera B (3, 2, 4); em que todos os capitais são maiores do que zero, isto é, são positivos.

Matematicamente, é possível encontrar-se a 'distância' entre estes pontos, materializada no vector que os une; e, nesta teoria, esse vector será o que distingue quem está

³² Capitais - económico, dado pelo salário, propriedades e recursos financeiros; cultural, dado pelos diplomas que reflectem os conhecimentos e saberes; social, pelo círculo de influências; e simbólico, pelo prestígio, reputação e fama.

em posição que lhe permite dominar (dominante) e quem está na posição de dominado, numa ou em mais dimensões. Note-se que quem é dominado num determinado parâmetro, pode eventualmente ser dominante noutra. Daí que, com base no conhecimento do “espaço de posições”, encontra-se o termo classes, que significa os conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e sujeitos aos mesmos condicionamentos. Por outro lado, cada esfera tem a mesmas dimensões, variando ligeiramente dentro dela, o que quer significar que outros pontos têm as mesmas relações uns com os outros tais como os A e B entre si, de dominante e de dominado.

Pretende-se com este esquema dar a entender que cada esfera é uma grupo de agentes muito semelhantes que definem, por exemplo, uma classe social, ou seja, estatisticamente, os elementos de cada classe têm, com "toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes" (Bourdieu, 1989: p. 136), ou seja, cada campo tem uma lógica sua com uma hierarquia estabelecida entre os diferentes tipos de capital e das possibilidades de agir dos seus agentes. Também existe um espaço de relações em que é possível 'mudar' de posição ou lugar, mercê do trabalho que realiza, ou, como Bourdieu diz, que "as mudanças de lugar se pagam em trabalho" (Bourdieu, 1989: p. 137).

As categorias de percepção do mundo social são, por conseguinte, o produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social, o que "leva os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, e a aceitarem-no como natural" (Bourdieu, 1989: p. 141); daí que o “sentido de realidade [implica a determinação do] que se pode ou não se pode «permitir a si mesmo» implicando uma aceitação tácita da sua posição" (Bourdieu, 1989: p. 141) no mundo social.

Concluindo, se o poder simbólico "é invisível e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que [lhe] estão sujeitos" (Bourdieu, 1989: p. 8), então é fundamental conquistar essa cumplicidade, desde tenra idade, com a integração do indivíduo na sociedade, enculturando-o nos valores e na simbologia vigentes. Este processo decorre informal e continuamente, seja consciente ou inconscientemente, pois que a assimilação de valores, símbolos, palavras, etc. é essencialmente feita através da imitação, no seio familiar e no grupo social, e pela instrução ministrada em organismos oficiais de ensino. Ou seja, todas as pessoas, desde o nascimento até ao derradeiro dia, participam no mundo social que as rodeia, aprendendo, ensinando e agindo de acordo com regras impostas pelo ou pelos espaços sociais que vão ocupando.

Nos relacionamentos, na interação de uns com os outros, segundo Goffman, são adoptados símbolos e representações simbólicas com que se identificam e indicam à sociedade quem são.

Assim, a inculturação não é algo de laboratorialmente puro, antes alia alguma nebulosidade ao seu papel fundamental de integração do individual no colectivo e toda a simbologia pressupõe uma aprendizagem prévia.

2.5- O símbolo e o simbólico na arquitectura religiosa católica

Já no século XVI, como reacção da igreja católica à Reforma, a chamada Contra-Reforma, o pensamento científico era influenciado pelas suas regras dogmáticas, pelo que a arquitectura seguia não só as novas técnicas de construção como também a linha do pensamento religioso, tendo como bases a matemática e o texto bíblico, que procurava transmitir mensagens, através de símbolos, de acordo com a encomenda do dono da obra. A própria sensibilidade dos mestres levava-os a introduzir sub-repticiamente as suas próprias convicções, num misto de religiosidade e de esoterismo que escapava aos coevos não iniciados, mas que não resistem à curiosidade dos actuais estudiosos da matéria.

Gracián, matemático, refere, “à parte do contexto religioso, que não há nada mais natural que um número natural [...] que estiveram sempre presentes como parte da natureza que nos rodeia” (Gracián, 2017: p. 16). Este autor dizia, a respeito da matemática, que

A introdução de um sistema de numeração implica um forte processo de abstracção, a ponto de muitos especialistas considerarem que, a par da aprendizagem da linguagem, é um dos maiores esforços mentais que o ser humano realiza ao longo da sua vida. (Gracián, 2017: p. 17)

Gracián reforça esta ideia, explicitando que

Os números [...] foram objeto não só de investigação matemática, mas também de investigação filosófica e, sobretudo, de culto religioso [...] [e] Quando [os números] começaram a fazer parte do tecido cultural, fizeram-no sob formas muito diferentes: encontramos-los na Bíblia, [...] nas somas mágicas, na concepção filosófica da escola pitagórica, em que as figuras geométricas e os números são o princípio de todas as coisas. (Gracián, 2017: p. 49)

Este autor fala ainda de um outro aspecto curioso, que é a possibilidade de se fazer a ligação da matemática à própria Bíblia. Por exemplo, o número 1, para ele, significa Deus (Gracián, 2017: p. 50). Ele refere que a Bíblia tem um livro exactamente com o nome de Números onde estão expressas as quantidades de chefes, de tribos, de cabeças de gado, de

coisas muito concretas, mas também acompanhadas de outras coisas muito herméticas, como mensagens secretas destinadas apenas a iniciados. Para além desse livro dos Números, outros mais existem na Bíblia que têm referências da matemática, como da soma e da multiplicação/divisão. Por exemplo, em Levítico 27:27,31 que fala nas fracções $1/5$ ou em Génesis, no capítulo 5, onde são apresentadas somas de idades e de descendentes sempre num contexto matemático ou ainda, em I Crónicas 3:24, que apresenta os filhos de Elioenai: "Hodavias, Eliasibe, Pelaías, Acube, Joanã, Delaías e Anani; sete ao todo". Também na I Reis, capítulo 6, se faz a descrição das medidas com que se deveria construir o templo de Salomão. Daqui, pode-se depreender que as questões arquitectónicas já naquele tempo estavam intimamente ligadas à Bíblia. Veja-se que neste livro, I Reis, todos os versículos começam com indicações metrológicas: "O templo que o rei Salomão edificou ao Senhor tinha sessenta côvados de comprimento, vinte de largura e trinta de altura. O pórtico, à entrada do templo, tinha vinte côvados de comprimento, o que igualava a largura do templo, e dez côvados de largura na frente do edifício", etc.

O matemático alemão, Leopold Kronecker, (1823 – 1891), também relacionava a matemática com a Bíblia quando se referia aos números naturais, necessários para contar, dizendo que Deus deu à humanidade os 10 primeiros números, os inteiros, e que tudo o resto era obra do homem.

Sobressai de Isaac Newton a frase "Deus criou tudo por número, peso e medida" e Galileu, que afirmou que "A Matemática é o alfabeto que Deus usou para escrever o Universo".

Pitágoras de Samos, a quem se deve o seu famoso teorema sobre triângulos rectângulos, cuja contribuição foi incontestável para a evolução da matemática, disse que "A Evolução é a Lei da Vida, o Número é a Lei do Universo, a Unidade é a Lei de Deus". Ele defendia que todas as coisas eram números, baseando a sua teoria em concepções místicas, típicas da época em que viveu.

Para Pitágoras, o Número era a substância de todas as coisas. Dominava o Universo e, por extensão, a Geometria³³ que era o conhecimento da existência de Deus. Para este matemático e para os pitagóricos, "Deus não era um matemático, a matemática era Deus!".

³³ Geometria, palavra de origem grega, *γεωμετρία*, que significa 'medição da terra'. Recorde-se as relações entre os elementos da geometria, em jogos de ângulos, orientações segundo os pontos cardeais, proporções, entre outros, cujas operações, antes do pensamento cartesiano, tinham fundamento filosófico, em que se atribuíam significados simbólicos. A arquitectura religiosa, a chamada 'geometria sagrada', que era usada para a construção de templos, igrejas e outros monumentos, estava baseada na crença de que Deus criou o universo com formas e proporções matemáticas.

Para Johannes Kepler, (1571-1630) que foi um importante matemático e astrónomo, responsável por desenvolver as leis do movimento planetário, conhecidas como as Leis de Kepler, “o principal objetivo de todas as investigações do mundo exterior deve ser descobrir a ordem racional e a harmonia que tem sido imposta por Deus e que ele nos revelou na linguagem da matemática”³⁴. Portanto, os fundamentos científicos, matemáticos, deveriam respeitar as directrizes bíblicas.

Esvreveu Álvarez, um físico, que “os pitagóricos atribuíam grande importância mística aos números perfeitos [...] os três primeiros [...] tinham significado místico importantes (unicidade, dualidade e trindade [...])” (Álvarez, 2018: p. 64). Na opinião de Gracián, e num contexto matemático,

os números têm uma simbologia mais ou menos precisa, que adoptam diferentes versões, de acordo com a corrente mística que os apadrinha. A maior parte destes símbolos, pelo menos no mundo ocidental, tem um tronco comum na Bíblia e também nas escolas pitagóricas [...], [e] Todo o cognoscível tem um número, pois não é possível que sem número algo possa ser concebido ou conhecido, afirmava Filolau (Crotona, n. 480 a. C.), matemático e filósofo grego que foi discípulo de Pitágoras. (Gracián, 2017: p. 92)

Ferreira referiu que

qualquer dificuldade em reconhecer que os números fazem parte da grandeza infinita divina; será um prazer ilegítimo se, pelo contrário, os números forem tomados como uma pluralidade de unidades válidas em si ou no seu conjunto restrito, sem qualquer reconhecimento da referência ao plano divino; (Ferreira, 2012: p. 130)

razão essa porque nos templos cristãos são encontrados elementos não só ligados à construção, como colunas e arcos nos claustros, como à decoração, como o número de moedas, quinas e castelos dos brasões de armas e em outros painéis, que são em número de três, cinco, sete, oito, dez ou doze, cada um com um seu significado simbólico. Por isso, e apesar da interpretação ser pessoal, logo, subjectiva, não impede que se procure explicar o que os arquitectos de então poderiam ter criado e, quem sabe, pretendido, criando as suas obras com estes símbolos a fim de que fossem interpretados, tendo como fundamento a matemática. Neste sentido, Pinto refere, em relação às catedrais, que

Durante toda a Idade Média, a matemática [...] andou lado a lado com simbologias místicas. Círculos, esferas, cubos e quadrados são elementos

³⁴ https://pt.wikibooks.org/wiki/Deus_e_a_Matem%C3%A1tica/Introdu%C3%A7%C3%A3o.

primordiais na construção de toda a sacralidade e simbologia ao espaço devocional cristão. (Pinto, 2014: p. 90)

Roque, por exemplo, diz que

O objectivo fulcral, independentemente da tutela laica ou eclesiástica, é garantir que o património religioso se mantenha vivo através da memória que elabora, sem outros limites para lá da correcção exigida à investigação, à exposição e à divulgação, reconstruindo o universo simbólico, litúrgico ou devocional que lhe é inerente (Roque, 2011: p. 143),

daí que todo o esforço para (re)interpretar o simbólico é uma justificada tentativa de preservação das memórias e da identidade de uma sociedade. Ora, como no ocidente, como referiu Maria Albuquerque, “A Igreja Católica era a grande responsável pelo pensamento social e cultural na época, o seu poder era tão grande que influenciava até a própria monarquia”³⁵, logo, todo o pensamento dito científico teria de estar orientado por ela, pelo que a arquitectura seguia a linha de pensamento religioso, tendo, obviamente, como base a Bíblia. Portanto, os fundamentos científicos e matemáticos respeitariam as directrizes bíblicas; e com eles estariam os aspectos simbólicos, tais como os que reflectem números ou outros, como os conceitos e os ensinamentos, todos alinhados com a Bíblia.

E, nesta encruzilhada de matemática pitagórica e de dogmática bíblica, o artista, o arquitecto, descrevia os seus pensamentos sem correr riscos de se expor como herético nem como submisso. Teriam de trabalhar de acordo com o pensamento do *status quo* para transmitir as suas mensagens inseridas num contexto definido, neste caso de um convento, de um modo católico, num tempo em que o simbólico na arquitectura estava no seu auge, como foi no estilo gótico, em Portugal, escapando, assim, de comprometer a sua vida profissional (reputação) ou até, possivelmente, de provocar a sua morte na fogueira. Desta forma, na procura de estabelecer uma linguagem geradora de símbolos e significados, em que o arquitecto teria de trabalhar com base na arquitectura, como ciência, ou seja, com suporte na matemática, e sempre em atenção às questões das mensagens a deixar expressas, ancorando-se, portanto, nas passagens dogmáticas da Bíblia, e, através da sua experiência de trabalho com duas perspectivas, conseguiria dar um sentido existencial ao homem.



³⁵ <http://www.estudopratico.com.br/igreja-catolica-na-idade-media/>.

3 – Registos sobre a história dos azulejos

Antes de se dar início à parte II, onde será feita a apresentação do Convento de Chelas, e uma vez que se vai falar também sobre os seus azulejos, que são o seu elemento decorativo mais significativo, e por isso merecem um especial destaque, cabe aqui fazer uma brevíssima apresentação sobre azulejos e azulejaria. Alerta-se para o facto de que todas as imagens de azulejos que estão neste trabalho são de azulejos que existem no Convento de Chelas.

O termo azulejo teve origem no árabe *al zuleycha*, que significa pequena pedra polida ou cintilante, não tendo nenhuma relação com azul, apesar de haver quem o associe à palavra azul, não só porque em persa se liga ao azul (لاژورد - *lazward*, que significa lápis-lazúli) mas também porque grande parte da produção azulejar portuguesa se caracteriza pelo emprego maioritário desta cor. Portanto, pode-se conceptualizar aqui o azulejo como "uma placa de forma regular, quadrada ou retangular"³⁶, feita em barro cozido, com uma das faces esmaltada ou vitrificada e dotada de motivos decorativos de uma ou mais cores. "Utiliza-se no revestimento de pisos e paredes"³⁷.

O uso do azulejo é bastante antigo em Portugal, onde conta com mais de seis séculos de fabrico e comercialização. Por essa razão, os actuais portugueses, que sempre viveram com eles, não se apercebem da sua presença, por tão vulgar que ela é, mas que não escapa à atenção de qualquer estrangeiro que, ao visitar Portugal, constata essa realidade bastante diferente daquela que está habituado a ver no seu país, onde as decorações murais são bastante menos exuberantes. Cabe aqui abrir uma excepção para os turistas espanhóis cuja origem peninsular os irmana aos portugueses no que toca à influência recebida da cultura árabe; e outra excepção aos oriundos de países de expressão portuguesa, para onde este pequeno país exportou o gosto e o estilo pela utilização do azulejo.

No mundo oriental, o uso do azulejo expandiu-se com o Islão, difundindo-se por diversos lugares a partir do Egipto, passando pelos territórios islâmicos até chegar ao Extremo Oriente, como foram a China e a Índia, países que rapidamente adaptaram a azulejaria às suas porcelanas, bem conhecidas no Ocidente como loiça chinesa.

O azulejo chegou à península Ibérica por influência 'moura', tendo Portugal recebido a técnica e incorporado o seu uso. A sua variedade cromática depende do tempo em que foram fabricados.

³⁶ Actualmente são encontrados azulejos com formas diversas, mas quase sempre geométricas.

³⁷ <http://gesseiroemsp.com.br/arte-e-historia-do-azulejo/>

Em Portugal, já nos finais do século XV, foi incentivada a produção do azulejo com carácter repetitivo, para decoração de monumentos, cobrindo-lhes as superfícies murais completamente. Com essa finalidade decorativa, ao longo dos séculos, foram encomendados azulejos para exportação para vários países.

No século XVI, chegaram de Espanha, principalmente das cidades de Sevilha e Talavera e também do Flandres, não só o azulejo em si, mas o respectivo método de fabrico e a técnica de pintura de faianças com composições figuradas.

Num 'sítio' do Instituto Camões consta que foi

fixado em Portugal o gosto por revestimentos cerâmicos monumentais em igrejas e palácios, era dispendiosa a encomenda de grandes composições únicas, adequadas a cada espaço, optando-se, de modo mais frequente, por azulejos de repetição. Entre finais do século XVI e inícios do XVII realizaram-se composições de enxaquetados³⁸, azulejos de cor lisas que, na sua alternância, iam criando malhas decorativas nas paredes. Apesar de serem baratos os azulejos, a sua aplicação era complexa e lenta, factor que tornava o processo dispendioso, levando ao seu gradual abandono.



Fig. 3 - Azulejos enxaquetados de azul e branco (Foto do autor)

Estes grandes painéis de azulejos, denominados por tapetes, com padrão geométrico, estavam normalmente limitados por barras que constituíam a sua cercadura, também ela em azulejo, e eram pintados de azul e amarelo sobre fundo branco, tal como se apresenta na figura 4. Começaram a aparecer no século XVII, registando-se as primeiras utilizações como revestimento monumental das paredes, tal como fora recebido da influência hispano-mourisca.

Carvalho refere-se aos tapetes de azulejos, como sendo "composições azulejares portuguesas com uma guarnição, a qual pode assumir as formas de barra (dois ou mais azulejos), de cercadura (um azulejo), ou de friso (um terço ou um quarto de azulejo)"

³⁸ São azulejos de repetição que formam uma composição em xadrez.

(Carvalho, 2012: p. 441). A respeito de repetições, reforça Carvalho, que esta prática "tem influência islâmica, importada do país vizinho, passando para as mais recuadas produções portuguesas que os procuravam imitar, evoluindo depois para os esquemas dos enxaquetados, e conhecendo um especial destaque no século XVII no envolvimento dos azulejos de padrão".



Fig. 4 - Tapetes de azulejos com padrão geométrico³⁹ (Fotos do autor)

No mesmo século, chegou, do lado oriental da China, um tom azul escuro, muito usado na porcelana, o azul-cobalto, tendo sido aplicado ao azulejo, mas já sem o carácter repetitivo. Antes pelo contrário, apresentava composições cheias de imagens dinâmicas que contavam histórias ou transmitiam mensagens que ainda cobrem as paredes e outras superfícies⁴⁰.

E já nos finais do século XVII, princípios do século XVIII, chegou também a Portugal, mas vindo da Holanda, azulejos com grande qualidade, apresentando padrões multicolores, sugerindo linhas diagonais em oposição às verticais e horizontais da arquitectura. Com essa influência foi criada a necessidade de existir a especialização de pintores azulejares.

Mas já no século XX, em Portugal, um tanto por questões políticas, do tempo do então Presidente do Conselho Dr. Oliveira Salazar, ou por cedência ao gosto pela monumentalidade, o azulejo foi dando lugar ao mármore⁴¹.

Centrando agora um pouco a atenção neste convento, a ser tratado na segunda parte desta tese, logo se verifica que o apreciável bom estado de conservação que os azulejos mais antigos apresentam, comparativamente aos mais modernos, só pode ficar a dever-se à grande

³⁹ Estes dois dos tapetes que decoram as paredes dos claustros do convento de Chelas.

⁴⁰ Este tipo de azulejos, tal como as 'histórias aos quadradinhos', pretendem descrever uma história. Podem ser vistos exemplos deste tipo de azulejaria, por exemplo, na Quinta da Regaleira em Sintra e no claustro do Conventinho em Loures.

⁴¹ <https://www.vortexmag.net/historia-e-origem-do-azulejo-em-portugal/4/>.

qualidade técnica usada no seu fabrico por gerações de artesãos e manufacturas que souberam desenvolver as técnicas recebidas, ficando muito perto da perfeição que, infelizmente, depois se foi perdendo, pela banalização da produção massiva e da redução de custos.



4 - O mosteiro, o convento e a não unanimidade teórica

Não há unanimidade de opiniões sobre os significados de mosteiro e de convento, razão que motiva a fazer-se aqui um apontamento a esse respeito, pois é uma questão ainda para ser resolvida e, logo, para ser discutida.

De facto, existem semelhanças e diferenças entre os conceitos de convento e de mosteiro. Ambos são lugares de acolhimento de religiosos cristãos.

No dicionário de língua portuguesa da Porto Editora, de 1979, mosteiro é o mesmo que convento. Segundo o sítio digital do ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa,

no mosteiro vive-se a vida em solidão [geralmente]; no convento, vive-se a vida em comunidade [e o] mosteiro dá-nos a ideia de solidão. Sabemos até que havia mosteiros em que os monges levavam vida contemplativa, e eram construídos fora dos povoados [com votos solenes obrigados a estrita clausura] e o Convento é o edifício habitado por pessoas religiosas que vivem em comum e como irmãos. Chamam-se frades [irmãos] e freiras [irmãs]⁴².

Há também a versão de que a diferença está relacionada com a sua fundação, ou seja, os frades vivem desde o início em Convento e os monges vivem em Mosteiro.

A vida no interior dos mosteiros é estável, dedicada à contemplação e clausura, e com carácter de permanência, ao passo que nos conventos, os frades, e por extensão as freiras,

⁴² <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/mosteiro-e-convento/818>.

que têm uma vida itinerante, reúnem-se para orar e partilhar os trabalhos internos. O convento é, portanto, e nesta óptica,

um abrigo, aonde o frade (o que habita em conventos, porque mendicante) se recolhe depois do seu dia de trabalho ou ação. O ofício divino no convento em comunidade é reduzido e a vida comum também, embora haja liturgia das horas, biblioteca, refeitório, claustro e dormitório comuns. Nos conventos, (porque ligados aos mendicantes), o que existe é de quase todos, ou dele se servem todos, pois não há posse individual ou coletiva de bens⁴³.

Uma outra forma de os distinguir baseia-se na localização. Se for dentro da urbe, da cidade, dos muros da cidade, então é convento e, se for no exterior, é mosteiro. Mas esta classificação não parece ser a mais exacta uma vez que existem vários mosteiros dentro das cidades e conventos construídos em lugares isolados no exterior das cidades.

Outras opiniões assentam que a diferença se baseia apenas na tradição oral e local. Outra consideração, ainda, relaciona-se com a origem do termo, sendo convento, termo latino, que significa "assembleia" porquanto não estava relacionado com a sua utilização religiosa, mas essencialmente administrativa ou judicial. Eram exemplos de conventos as divisões administrativas das províncias romanas, o *conventum juridicum* como era o caso do *Conventus Scallabitanus*, Santarém. Todavia, o sentido actual, de cariz religioso, remonta apenas ao séc. XIII, aplicando-se às casas onde viviam comunidades religiosas.

Outros ainda fazem a diferença pelo tipo de vida e o tipo de ordem que neles se segue, em que os mosteiros “agrupam monges e monjas, que pertencem às ordens monásticas. São pois o edifício e anexos onde habitam os referidos monges ou monjas [e nos conventos] vivem frades, das ordens mendicantes (Franciscanos, Dominicanos, Agostinhos e Carmelitas)”⁴⁴. Por outras palavras, no mosteiro, os religiosos vivem em recolhimento e clausura e nos conventos têm vida comunitária.

Dada à diversidade de propostas de distinção entre estes dois termos, com base em quem vive dentro do espaço do ‘monumento’, ou do modo como ali se vive, se é de clausura ou itinerante, do local onde foi ou está construído, etc., pelo que não há um consenso.

Por exemplo, é usual, quando se refere a quem vivia naquele espaço, utilizarem-se os dois termos juntos, como aqui se apresenta o exemplo do mosteiro de Alcobaça, que

a população conventual do mosteiro beneditino de Alcobaça era de mais de 300 monges...: tal quer dizer, neste sentido, que o termo "convento" expressa a comunidade, aqueles que, sejam monges ou frades, vivam em conjunto de um espaço religioso fechado que tanto pode ser um mosteiro como um convento.

⁴³ [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$convento](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$convento).

⁴⁴ Idem.

Na Idade Média dizia-se até: "o convento do mosteiro", o que significa, a comunidade do mosteiro.⁴⁵

Desta forma, não sendo possível esclarecer completamente a polémica, opta-se, nesta tese, por usar os dois termos, convento e mosteiro, como sendo sinónimos.



5 – Metodologia de investigação

É vulgar que, durante a elaboração de qualquer trabalho científico, o pesquisador defina os objectivos orientadores do seu trabalho. O que pretende alcançar com a sua investigação. Todavia, não raras vezes, a sua investigação diverge para outros objectivos. Ora, para cumprir esses objectivos, o investigador escolhe ou cria a metodologia mais apropriada até porque a parte empírica não se resume à simples aplicação interpretativa de uma só teoria, porque não existe uma teoria simultaneamente única e verdadeira. Por este motivo, importa dar uma nota de que, do mesmo modo, a metodologia é uma construção teórica com aplicação prática que só se pode dar por concluída no fim do trabalho.

Assim, para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados os seguintes passos metodológicos: após a delimitação do tema dos objectos e dos modelos procedeu-se à busca directa de informação, essencialmente, em fontes primárias, como foi o caso de documentos individuais de antigos funcionários da Fábrica da Pólvora à guarda do ArqGEx, mapas e plantas ainda em uso e outros documentos mais antigos à guarda em arquivo, bem como o próprio monumento que fala por si; a escolha das fontes secundárias para a recolha de informações técnicas recaiu sobre outras teses, dissertações e livros sobre este convento, devidamente citados e constantes da bibliografia.

Porque o processo de pesquisa é uma actividade baseada no emprego de processos científicos que visam a solução de problemas, cabe assim ao investigador formular questões,

⁴⁵ Idem.

para além de ter de escolher qual o método que, face ao fenómeno que pretende estudar e explicar, melhor sirva o trabalho a realizar sobre o “objecto de estudo”.

Relativamente às questões que o cientista deve levantar, Bachelar dizia que “[...] para o espírito científico, todo [o] conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído” (Bachelar, 1996: p. 18).

Reforçando a importância da pergunta principal, Pinto (2016) afirmou que é a pergunta de partida, que se constitui como o farol de todo o trabalho de pesquisa, onde são manifestadas as principais preocupações ou intensões. Complementarmente a esta pergunta, poderão surgir outras perguntas derivadas, sendo as respostas a essas perguntas, as peças fundamentais para se compreender exactamente o que se pretende saber quando se vai fazer a tese, no seu conjunto é, o que se entende por problemática. Igualmente importante é o avançar de hipótese de trabalho que poderão, após colocadas em acção, ser validadas ou não.

Por vezes as hipóteses de um trabalho científico não são verificáveis, não perdendo por isso o seu interesse, pois constituem passos que outros investigadores posteriores não precisarão de repetir, daí a importância do estado da arte.

As questões levantadas, assim como as hipóteses de trabalho, estão descritas na parte destinada à Problemática.

5.1 – O caminho metodológico

Nas ciências sociais e humanas, onde se inclui a museologia, há diversos métodos e técnicas de investigação que os investigadores podem utilizar para obterem informação a respeito de uma determinada matéria.

As técnicas constituem níveis de etapas práticas de operação analítica, ligadas a elementos concretos e adaptadas a uma finalidade determinada. Elas são os processos práticos que têm por objectivo a pesquisa, a recolha e o tratamento da informação, das quais foram adoptadas para esta tese as seguintes:

i) Recolha documental (temática – documentos, livros, revistas, mapas etc.) e respectiva análise de conteúdo, que permite que se definam os conceitos a serem tratados, pelo que foram realizadas leituras e análises comparadas de artigos, teses, directrizes técnicas, legislação nacional e internacional assim como outras fontes ligadas aos conceitos

Museologia, Património, Identidade, História e Memória a fim de se estabelecer a clarificação dos conceitos a serem usados num trabalho científico, no qual se procura conhecer o que tem sido feito até ao presente. É o levantamento do “estado da arte”, o *“survey”*, que no fundo se destina tão-só a documentar, leia-se, a dar fundamento teórico ao que está a ser feito por forma a que quem lê entenda o que o autor pretende demonstrar. Isto implica que se organizem também os raciocínios teóricos dos diversos autores e se promova a capacidade de os transmitir, correlacionando-os, reconstruindo-se ou seja, “que se organizem em conceitos” mais actuais, em termos de consistência teórica.

ii) Observação participante realizada na procissão de Nossa Senhora da Atalaia, que implica saber ouvir e “ver as coisas de dentro” (Lindeman apud Haguette, 1999: p. 72). Esta observação é a que mais se ajusta ao papel do investigador enquanto ele próprio é elemento da instituição onde foca o seu “olhar”. Um olhar, obrigatoriamente, distanciado porque tem, (para além de observador, é um participante na actividade desenvolvida no dia-a-dia), de incluir uma acuidade científica que advém da capacidade técnica de se distanciar, mesmo quando utiliza o conhecimento anteriormente adquirido. Na verdade, a “observação participante” constitui-se numa “poderosa técnica da metodologia qualitativa” (McCracken, 1991: p. 7) de pesquisa; e, num poderoso instrumento, isto porque, na “observação participante”, o investigador trabalha em contacto directo, frequente e prolongado com os actores sociais inseridos nos seus contextos, ou seja, com os seus clientes internos e externos. A observação participante foi escolhida porque pode ser feita de acordo com o planeamento do observador, gerindo, simultaneamente, o alcance do conhecimento e o tempo do trabalho. E também a observação directa realizada, no dia-a-dia no Convento de Chelas em permanente contacto com este património há cerca de vinte e cinco anos.

iii) Entrevistas a informantes privilegiados, elegendo-se as realizadas com guião aberto e em profundidade;

Esta técnica, qualitativa, permite explorar um ou mais temas, daí que as suas questões sejam encaminhadas para esse fim, ou seja, são perguntas que possibilitam uma codificação posterior. Por conseguinte, e não obstante, esta técnica qualitativa tem um guião de entrevista. Porém, o mesmo não é vinculativo, uma vez que o entrevistador pode variar as questões, adaptando-as ao discurso do entrevistado, permitindo-lhe entender a realidade que procura. É verdade que preparar um conjunto de questões sobre um tema que se desconhece é arriscado, mormente sobre questões que podem ferir as eventuais susceptibilidades de quem

vai responder ou porque se sente coagido para responder de alguma forma que seja contrária ao seu verdadeiro entendimento, ou porque pense que poderá parecer mal ao entrevistador esta ou aquela afirmação, podendo por isso, levar o entrevistado a não responder, mas essa questão só se ultrapassa com a experiência. A verdade é que também é eficaz, pois permite que, com pouco esforço temporal, se consiga ter informações a respeito de um determinado tema. Pois, para além das informações que directamente se obtêm, ainda se consegue conhecer atitudes e posicionamentos do entrevistado relativamente à realidade que se estuda através da observação dos gestos, variações do tom de voz, das pausas que transmitem a informação dita de surda.

Esta técnica tem a vantagem de se poder explorar temas sobre os quais não se tem conhecimento prévio e de aprofundar o conhecimento num determinado tema específico, o que a torna eficaz relativamente às outras técnicas que eventualmente se usem.

O objectivo da análise de conteúdo, quer para as entrevistas levadas a cabo sobre a procissão quer para os questionários que foram aplicados às visitas efectuadas ao convento, "Es un método de investigación para hacer referencias válidas y confiables a base de su contexto" (Krippendorff, 1990: p. 30) e define a tendência dos entrevistados, utilizando a técnica de pesquisa qualitativa cujo objectivo é permitir que se transcrevesse o seu conteúdo. Bardin diz que a análise de conteúdo é um "conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais em constante aperfeiçoamento" (2004: p. 11). Disse ainda Bardin, que a análise de conteúdo é mais que uma simples descrição do conteúdo das mensagens, pois esta deve ter os fundamentos científicos que se ache por bem referir, relativamente ao modo, tempo e lugar em que as mensagens foram produzidas, para que resulte numa interpretação com significado. Por isso, a análise de conteúdo é, naturalmente, um trabalho intelectual para organizar metodicamente toda a informação recolhida a fim de que esta interpretação tenha lógica e coerência segundo a prática da epistemologia.

Como ao longo da elaboração desta tese foram aparecendo questões que urgiam serem explicadas, foram efectuadas algumas entrevistas em profundidade para o encontro do que se pretendia saber. Os dados foram categorizados, tratados e utilizados com base nas respostas dadas.

Foram entrevistados três de quatro peregrinos que tomaram parte na procissão da Nossa Senhora da Atalaia, escolhidos por transportaram o andor da santa.

Também foram entrevistados, embora com questões diferentes, os Reverendos Padres da Igreja de São Félix (ortodoxo) e do Santuário da Atalaia (católico).

Por último, foi entrevistado, com entrevista aberta, o senhor Raul 'Valada'⁴⁶ que nasceu e foi criado em Chelas, não lhe tendo sido colocada qualquer questão segundo um guião aberto, atendendo à sua idade, sendo apenas solicitado que falasse de tudo quanto lhe viesse à memória sobre o Convento e a fábrica. Para este caso concreto e porque a memória humana é traiçoeira, teve o entrevistador de procurar tirar apontamento de tudo quanto ouviu e viu durante a entrevista, incluindo o período anterior à entrevista, (o texto preparatório).

Os três primeiros foram escolhidos porque era importante saber quais foram as suas motivações para aderirem à procissão, com o Círio de Chelas, uma vez que a paróquia de Chelas, enquanto católica, já não funciona ali, e eles são de outras paróquias, algumas bem afastadas de Chelas, como Pinhal Novo, Santa Iria da Azóia e Barcelos.

Foi elaborado um guião de entrevista para ser aplicado apenas a três dos quatro peregrinos que participaram na procissão do Círio de Chelas de 2017, pois o quarto peregrino, por ser familiar do autor deste trabalho, por motivos éticos, não foi entrevistado.

Destes três, dois cumpriram serviço militar como oficiais milicianos e um ainda está ao serviço na mesma qualidade, actualmente denominado oficial contratado.

Convém dizer que um destes três peregrinos que transportaram a imagem, não pôde responder por escrito, porque, infelizmente, por motivos de saúde, (fraca visão) e por ser morador em Santa Iria da Azóia, não lhe é fácil deslocar-se até ao Convento nem, por seu turno, o entrevistador conseguiu contornar algumas dificuldades em contactá-lo na sua habitação. E, porque tais dificuldades não deviam impedir, de forma alguma, que a entrevista se realizasse, esta foi feita telefonicamente, sendo registada *ipsis verbis*.

Foram-lhes colocadas as seguintes questões principais:

- Porque é que ele aceitou o convite para participar no evento.
- Qual foi a razão por que se disponibilizou para transportar o andor com a imagem?
- Que relação tem com o Convento e que visão tem sobre ele - já que dois deles foram militares e um ainda é. Um dos ex-militares prestou serviço no ArqGEx tal como o que ainda é militar?

⁴⁶ O Sr. Raul tem 75 anos e dada à sua dicção, entendia-se que o seu apelido seria Valada, mas sem certeza, pelo que será apresentado apenas como Sr. Raul.

O caso merece referência porque terá sido durante o tempo em que prestaram serviço nesta Unidade que terão tomado conhecimento do valor religioso desta tradição e, também, do testemunho histórico que o monumento encerra.

Em relação aos dois párocos, o Reverendo Padre Miguel Soares de Albergaria d'Aguiar, Reitor do Santuário de Nossa Senhora da Atalaia, no Montijo, católico, e o Reverendo Padre Andrei Ciobanu (ortodoxo) pároco da igreja de S. Félix, foram-lhes colocadas questões diferentes.

Ao Reverendo Padre Católico, Reitor do Real Santuário da Senhora da Atalaia, a entrevista foi registada em suporte magnético, transcrita para texto e remetida para que o confirmasse, por escrito, as suas declarações. Nessa entrevista foi-lhe solicitado que falasse sobre questões de história e de tradições, cujo guião foi o seguinte:

- 1 - Há uma ligação entre os conventos e as populações, pois os conventos não viviam sozinhos nem as populações estavam de costas voltadas para eles. Como é que se dava a emergência dos conventos e essa ligação à população?
- 2 - Qual é importância da Santa (Sr.^a da Atalaia) na região do Montijo?
 - Isto é, porquê esta Santa e não outra? (Critérios, motivações e outros)
 - Qual tem sido o seu percurso da Invocação no tempo (história)?
 - É facto que ainda existe uma procissão no Montijo (800 anos, creio) e outras, em que uma delas vem de Chelas - Lisboa?
 - Como se articulavam e se articulam os vários Círios que se juntam à Procissão no último domingo de Agosto?
 - Existe uma razão desta data?
 - E porque era e é realizada a procissão, com a travessia do Tejo, em embarcações?
 - Qual é a sua opinião sobre a travessia do Tejo ainda se fazer em embarcações, excepto quando as marés não permitem?
 - Havia algum motivo para que os peregrinos partissem de Chelas para o Montijo?
- 3 - Se bem que a primeira pergunta se encontre na generalidade do aparecimento dos conventos, como se pode entender a construção e posteriores melhoramentos do nosso Convento de Chelas?

- 4 - Refira-se, por favor, à importância deste convento na ligação com o Santuário da Nossa Senhora da Atalaia e para as comunidades de ambas as margens do Tejo.
- 5 - A Igreja de S. Félix, católica até há poucos anos, agora é ortodoxa. Como entende esta cedência em termos sociais?
- 6 - O espaço, hoje, ocupado pelo Exército tem vantagens para o espaço conventual?
- 7 - Na sua opinião, acredita ser possível vir a existir uma musealização do convento de Chelas que promova os espaços numa ligação à população local, escolas, Junta de Freguesia, etc.?
- 8 - Por favor, fale de quaisquer outros temas relativos ao património e à religiosidade que queira mencionar, no contexto deste monumento.

Ao Reverendo Padre Ortodoxo foi-lhe solicitado que falasse sobre o modelo actualmente seguido pela igreja ortodoxa, complementando-o com uma comparação ao modelo católico.

Procurou-se conhecer quais eram as suas perspectivas, sobre o espaço que outrora foi católico e onde, apesar da mudança, se continua a entender e a respeitar a Procissão Anual da Senhora da Atalaia, dado que é o responsável pelo uso e preservação da igreja de S. Félix.

Convém esclarecer, antes de apresentar os resultados da entrevista, que foi transmitido ao Reverendo Padre Andrei que esta se destinava unicamente a ser usada na presente tese e apenas nela seria publicitada, sem direito de cópia ou de divulgação por qualquer outro meio. O Reverendo Padre autorizou esta utilização e foi-lhe ainda garantido que se respeitaria a sua decisão de não responder a algumas perguntas. A entrevista não foi gravada. Foi efectuada a 26 de Dezembro de 2017 no interior da igreja e informalmente.

iv) recolha de testemunhos de visitantes;

Desde que o Arquivo Geral do Exército se instalou no Convento de Chelas, recebe cidadãos que o procuram para tratar de assuntos relacionados com a sua vida militar ou da vida militar de familiares ou amigos, e que são, por dia, cerca de trinta presencialmente e cerca de cento e cinquenta por via *mail*, carta e fax⁴⁷. Uma vez que estas pessoas não se dirigem ao convento, enquanto monumento, mas ao Arquivo Militar; por isso, e sem qualquer intenção de tornar estes cidadãos excluídos, pelo que não lhes é solicitado que falem sobre o

⁴⁷ A título de curiosidade, no ano 1999, foram questionadas cerca de oitocentas pessoas de nacionalidade guineense, para ser elaborada uma tese de licenciatura em sociologia cujo título era *Outra vez Português*, em que se pretendia conhecer as suas motivações para escolherem Portugal para emigrar e as suas identidades.

convento, da mesma forma que não se entrevistam os fiéis da igreja, que procuram aquele espaço para a realização da sua devoção e não como visitantes do monumento. Poder-se-á, no futuro, mas com vista a encontrar o grau de satisfação dos clientes do ArqGEx, relativamente ao trabalho produzido por este e com vista a melhorar os seus serviços, elaborarem-se questionários de e para o Arquivo.

Na realidade, pretende-se tão-só conhecer as opiniões daqueles que realmente o procuram como monumento, uma vez que a intenção é de se criar um projecto de musealização do monumento e espaços contíguos.

Assim sendo, cabe referir que ao longo dos anos, este monumento tem sido visitado por diversos grupos de cidadãos que manifestaram o desejo de o conhecer nas suas valências militar e religiosa.

Como desde que se começaram a realizar visitas não houve a preocupação de se conhecerem as motivações dos visitantes. Só agora, por motivos da realização do presente trabalho, tal questão revelou-se importante conhecer, isto é, tornou-se necessário fazer um estudo sobre a satisfação dos visitantes.

Assim, sempre que são realizadas as visitas, no final, é entregue a cada visitante um questionário de satisfação a fim de se conhecer qual é o seu grau de satisfação e que comentários deseja tecer sobre aquilo que viu e ouviu, sendo esses questionários tratados estatisticamente e com análise de conteúdo. Pela análise estatística, dos dados mensuráveis quantitativamente, permite obter indicadores capazes de descrever comportamentos e apontar tendências futuras para a população alvo, futuros visitantes do monumento, e pela análise de conteúdo, é possível ter uma percepção mais completa da possível satisfação dos visitantes.

Por serem questionários que se destinam ao estudo da satisfação do público visitante, não carecem de terem a identificação de cada cidadão que responde.

Dificuldades e soluções:

Na aplicação deste questionário foram encontradas algumas dificuldades que se prendiam com limitações de visão ou de capacidade de leitura de quem respondia. Tal problema foi ultrapassado pela delegação destas pessoas com limitações noutras, que entretanto já tinham terminado o preenchimento do seu questionário, para escrever o que o cada um respondia.

Foram também encontradas algumas dificuldades na implementação das entrevistas, das quais já se referiu o caso de um entrevistado com problemas de visão. Este cidadão, para além da natural dificuldade na leitura e na escrita, e por esse motivo, também tem dificuldade

na mobilidade. Este constrangimento, foi ultrapassado, tendo-lhe sido feitas as questões por telefone, registadas e mais tarde lidas para confirmar que estavam de acordo com o que tinha respondido. Outro dos entrevistados foi submetido a uma intervenção cirúrgica que o impossibilitou de responder durante um largo período; mas, sabendo do objectivo da entrevista, comprometeu-se que mais tarde, quando já estivesse em condições para responder, fá-lo-ia por *mail*.

Para além destas limitações de ordem física, convém referir que, dada a dificuldade do Reverendo Padre Andrei, de nacionalidade moldava, em expressar-se em português, o texto que se apresenta, o qual está em apêndice, não é a reprodução textual das suas palavras, mas sim o resultado de uma posterior análise do seu conteúdo, pelo que, depois de passado para o papel, foi-lhe apresentado novamente para que confirmasse ou infirmasse tudo quanto nele ficou registado. Portanto, tudo que o que se segue foi por ele confirmado.

Outra dificuldade sentida, prende-se com o espaço do convento e território envolvente, pois há pouca informação sobre a antiga Fábrica da Pólvora sem Fumo, nomeadamente sobre aqueles que ali prestaram serviço, sobretudo daqueles que faleceram na sequência do grande incêndio que ali deflagrou nos anos vinte do século passado e num outro em meados do mesmo século. No entanto, e porque no monumento encontra-se em funções o Arquivo Geral do Exército que detém à sua alguns processo individuais de ex-funcionários daquele estabelecimento fabril, cabe referir que após pesquisados os tais documentos, foi possível criar-se uma tabela, contendo as funções, habilitações literárias, datas de ingresso na fábrica e os seus vencimentos, que permite fazer-se um retracto daquela população fabril de então. E, pela entrevista realizada e gravada ao Sr. Raul, foram obtidas algumas informações relativas a alguns funcionários.

É igualmente importante referir, não por ser uma dificuldade, mas por ser um pormenor técnico, todas as imagens, foram obtidas pelo autor, sem prática em fotografia, mas que fez questão de ser ele a produzi-las, utilizando apenas a sua Camera Digital de modelo Casio QV-R300, 16,1MP, 5x Optical Zoom.

5.2 – A problematização

Este trabalho pretende, em primeiro lugar, mostrar esse património encerrado dentro das paredes do Convento de Chelas. Na verdade, emergem neste monumento classificado,

dois espaços patrimoniais que pela sua importância social interessa evidenciar, salvaguardar e tornar acessível a toda uma sociedade que não os conhece.

Este património está intimamente ligado ao conceito de memória, pelo que é fundamental conhecê-lo nas suas vertentes militar e religiosa, que residem, por um lado, tanto na documentação à guarda do arquivo militar instalado no convento, o ArqGEx, como, por outro, no monumento em si, o Convento de Chelas, que contém a vertente religiosa, uma vez que integra a antiga igreja de São Félix e de Santo Adrião, que tem sido, até muito recentemente apenas consagrada a São Félix e, agora, é de devoção ortodoxa. Neste sentido, procurar-se-á identificar o processo de construção dos patrimónios que reflectem os valores e os padrões de vida que, ao longo dos tempos, tiveram continuidade nas tradições e se materializaram nas respectivas identidades e, elaborar-se uma proposta de musealização para o Convento de Chelas.

Uma vez que o método adoptado é o “método hipotético dedutivo” (método de todo o trabalho), que se caracteriza por ser um estudo de caso, o investigador levanta uma questão – a questão central, que comporta, em si, o principal objectivo do seu estudo e, eventualmente, possa conduzir, perante objectivos secundários, a outras questões de carácter secundário.

O Convento de Chelas é um monumento que está a ser utilizado por um órgão do exército, o qual se encontra na dependência da Direcção de História e Cultura Militar/EME⁴⁸, onde, por ser militar, a presença de visitantes, estranhos ao arquivo, habitualmente não é recomendável. Ainda que se admita que uma futura musealização possa vir a prever espaços públicos de circulação e de acesso, adoptando inclusive meios informáticos para aceder a determinada informação não classificada nem invasiva do sigilo dos titulares.

Assim, para este "estudo de caso", foi criada a seguinte questão de partida:

QP – Será possível musealizar o espaço do convento, congregando as suas duas valências, a militar e a religiosa, sem as prejudicar no exercício das suas funções?

E a questão derivada que acabou por ser encontrada no sentido da lógica foi:

QD – Que passos devem ser seguidos para atingir o objectivo?

E como hipóteses de trabalho/resolução foram determinadas as seguintes:

⁴⁸ Esta Direcção do Exército tem na sua dependência, além de uma biblioteca e dois arquivos – Arquivo Geral do Exército e o Arquivo Histórico Militar -, os museus militares de Elvas, o de Lisboa, do Porto e Bragança, e ainda, sob dependência técnica, os museus dos Açores e o da Madeira.

Hip1 – Consegue-se, abrindo criteriosamente ao público o espaço conventual mais exemplar, vedando áreas reservadas ao exercício das funções militar e religiosa actualmente instaladas e promovendo no seu interior as actividades típicas dos museus.

Hip2 – Consegue-se, adoptando os métodos da museologia à formatação e fruição do espaço, o que passa pelo reconhecimento da importância cultural do convento para a sociedade.

5.3. – A construção do modelo conceptual

Atendendo ao facto da Museologia social ser um ramo do conhecimento científico faz todo o sentido referir Pierre Bourdieu que em *O Poder Simbólico* indica algumas orientações que o cientista social deve ter perante o fenómeno a estudar. Este autor aponta para o circuito de uma pesquisa com as suas estratégias e características dizendo que, para que um trabalho seja científico, é necessário que se tenha uma atitude perante o que se pretende estudar e transmitir.

Bourdieu define o *habitus*⁴⁹ científico (que é um *modus operandi*) como forma de interacção para que o cientista faça o que é preciso fazer no momento próprio, atendendo que no campo científico há uma separação entre teoria e metodologia, mas que só funcionando em conjunto é que servem como orientadoras do trabalho a fazer-se.

Porém, e porque o investigador pertence a um determinado campo, naturalmente é influenciado por ele, necessitando sempre de uma teorização prévia e de uma observação profunda, isto é, "construir um objecto supõe também que se tenha, perante os factos, uma postura activa e sistemática" (Bourdieu, 1989: p. 32) pelo que a construção de um objecto científico é a ruptura com o senso comum, ou seja, desligar-se das representações comuns e das noções pré-construídas.

Porque Bourdieu falou em objectos científicos, dizendo que "um dos instrumentos mais poderosos da ruptura é a história social dos problemas, dos objectos e dos instrumentos de pensamento [...]" (Bourdieu, 1989: p. 36), cabe aqui referir que, segundo Pinto (2016), há "quatro objectos" a considerar na elaboração de um trabalho científico, criados a partir do que se quer investigar.

⁴⁹*Habitus*, termo latino usado para exprimir a ideia de *hexi* que Aristóteles usou para se referir às características que a alma e o corpo adquiriam com a aprendizagem.

Deve-se começar pelo “objecto real” que “corresponde à matéria-prima, encontrando-se, por isso, definido no tema que se pretende estudar” (Pinto, 2016: p. 57), o que não é mais do que o título do trabalho. Neste caso é “Para uma Musealização do Convento de Chelas”. Depois, faz-se a “delimitação do ‘objecto de estudo’ que é um ‘objecto construído’, directamente retirado do ‘objecto real’” (Pinto, 2016: p. 59) – “O Convento de Chelas”. É este objecto que permite estudar o real, a realidade que se encontra como que velada e que, mesmo depois de bem determinada, é sempre parcelar (Pinto, 2016). Uma realidade que, sendo decorrente de uma abstracção, tem obrigatoriamente de se objectivar por forma a conseguir-se analisar a temática e alcançar o objectivo principal. Neste trabalho, o objectivo principal consiste na criação de uma proposta de projecto de musealização do monumento, incluindo o espaço envolvente, o que exige a aplicação dos instrumentos teóricos concernentes à Museologia. Neste sentido, emerge em terceiro lugar, aplicando o raciocínio lógico, o “objecto científico” – a museologia – que não é mais do que a área científica condutora da teoria para se realizar a análise empírica (Pinto, 2016). Este objecto é escolhido, dentro da área das ciências, por ser conceptualmente o mais adequado ao estudo que se quer realizar, tendo presente a coerência da investigação sobre o “objecto real”. Deste modo, assegura-se a interligação lógica e a coerência interpretativa entre os conceitos científicos e a empírea. Por último, determina-se o “objecto empírico”, sobre o qual recai a investigação empírica com a recolha de dados que, para este trabalho, corresponde ao “processo de construção do património e da memória”.

Na continuidade da determinação dos objectos, esboça-se a construção dos modelos analíticos. Começa-se por, dentro da Museologia, criar o “modelo conceptual”, com uma representação geométrica cujos vértices são definidos pelos conceitos estruturantes. Na sequência deste modelo constrói-se o “modelo empírico”, uma outra representação, como se fosse a sombra esbatida do primeiro. Deste modo, produz-se uma forma geométrica isomorfa do primeiro e, com este processo, estabelece-se uma ligação epistémica entre os dois modelos (teórico/conceptual e analítico/empírico), correspondendo a cada conceito do modelo conceptual um campo de investigação empírica no modelo empírico. Estes dois modelos constituem o “modelo científico” que, em coerência, conduz todo o trabalho de investigação.

Esta necessidade da reificação, diz Pinto, citando Nunes (2005), tem origem no próprio conhecimento, porque “[...] é de facto abstracção e construção, cuja dificuldade encontra-se até pela relação íntima entre o ‘sujeito’ e o ‘objecto’” (Pinto, 2016: p. 60), pois uma é a imagem da outra, uma isometria resultante de uma translação.

Em suma, um "modelo corresponde à formalização lógica sobre um determinado fenómeno, é um sistema racionalmente estruturado e estruturante da razão da investigação científica no encontro da realidade" (Pinto, 2016: p. 68) que, para este caso particular, está representado por um triângulo, "cujos vértices são definidos pelos conceitos que, depois de serem arquitectados segundo a coerência da sua interligação, ficarão articulados pelo seu encadeamento lógico no sentido de possibilitarem o estudo empírico a partir da análise do 'modelo empírico'." (Pinto, 2016: p. 69)

Pinto justifica esta arquitectura conceptual, pela modelização, que permite a criação de modelos segundo os "objectos", citando Fernandes (1998), "porque a ciência é também uma actividade de enformação. Dar forma às coisas, uma forma racional que as tire da realidade amorfa em que parecem existir para a claridade do conhecimento, é um objectivo central da pesquisa " (Pinto, 2016: p. 70). É o modo de olhar o fenómeno, ou "da coloração dos 'óculos científicos' com os quais se observa o fenómeno, porque "se a arte se exprime em diferentes estilos, a ciência conhece vários paradigmas" (Pinto, 2016: p. 71).

A construção de um modelo conceptual, qualquer que ele seja, implica a tarefa de definir com detalhe não apenas o fim a que o modelo está destinado mas, essencialmente, localiza os conceitos estruturantes que lhe dão forma para, deste modo, criar uma articulação conceptual, onde as realidades do "objecto de estudo" encontram o escopo científico sem o qual o trabalho de análise se resumiria a uma descrição do que é unicamente visível.

Neste caso, trata-se de criar um modelo, teórico, que permita reflectir a partir da museologia, cuja generalidade conceptual rompa com o senso comum baseado na visão imediata e simplista, conferindo-lhe o carácter científico que a epistemologia exige. Na realidade, e como habitualmente o Professor Manuel Pinto diz nas suas aulas, a epistemologia é a observância da prática das operações conceptuais e metodológicas com a finalidade de efectuar um estudo de uma determinada área científica.

De resto, a "modelização", na perspectiva de Fortin (2003: p. 372), constitui uma estratégia para o estabelecimento da lógica e da coerência na investigação empírica, não só pela construção teórica das unidades conceptuais que terão lugar, como pela condução da própria investigação empírica que se reproduz num "trabalho de investigação empírica, teoricamente orientada" (Pinto, 2016).

Por outras palavras, só é possível construir um modelo conceptual se se juntarem os conceitos estruturantes representados em completa observância das regras epistemológicas, tendo em vista a maneira como se articulam entre si, cuja configuração é a seguinte:



Fig. 5 - Modelo conceptual (Construção do autor)

A atenção recairá em dar consistência e validade aos conceitos estruturantes da presente tese, partindo de um “modelo conceptual” que se compõe de um triângulo cujos vértices são ocupados pelos conceitos Identidade, Memória, Património e obedecendo à Museologia, que é a área científica de suporte.

Explicitando: pelo modelo vê-se que há uma relação entre os três conceitos, em primeiro lugar o Património é explicado por conter em si elementos que caracterizam a sociedade, o meio onde está inserido e a respectiva relação entre estes dois, dando lugar à Identidade. De igual modo, o Património encerra em si Memórias que são passadas de pai para filho (conceito de património). Pelo lado da Memória e Identidade, estes dois conceitos estão intimamente ligados porquanto cada indivíduo, grupo ou sociedade identifica-se pela Memória colectiva/individual como foi demonstrado na conceptualização.

O modelo conceptual é, portanto, uma composição lógica de conceitos com a qual se pretende raciocinar. Por isso deverá ser o mais generalista possível a fim de que, pela dedução, se realize uma projecção, para se obter o "modelo analítico", dando, deste modo, fundamento científico para encontrar o que da realidade se pretende extrair.

Quando é encontrada a lógica e a coerência da articulação conceptual, comandada pela epistemologia, traduzida no modelo conceptual, obtém-se um raciocínio válido, isto é, objectivo e impessoal, aplicável em qualquer estudo que contenha estes conceitos.

Assim, dentro desta área científica, a Museologia, pretende-se, fundamentado nestes conceitos, analisar o Património relacionado com a Comunidade, construindo um sistema que permita ao espaço onde está situado o Convento de Chelas que se reconheça o monumento e as suas potencialidades enquanto testemunho de um passado a ser preservado para o futuro e que, por isso, seja elaborada uma proposta de musealização.

Portanto, uma vez validado o modelo conceptual, cabe então construir o modelo empírico que deverá ser, conforme já foi dito, um modelo isomorfo do teórico, isto é, um outro triângulo, formado por três dimensões, derivadas da projecção do modelo anterior. Toda a articulação teórica será estruturante do trabalho que se pretende realizado com cientificidade.

O modelo analítico, seguindo a lógica do modelo conceptual anteriormente referido, cumprindo o raciocínio lógico, tem como dimensões, o Convento de Chelas, a Sociedade e o Espaço Museal onde agrega a vertente religiosa e a militar e a industrial.



Fig. 6 - Modelo analítico, empírico (Construção do autor)

Elaborado o “modelo analítico - empírico”, (figura 6), coerentemente criado a partir da projecção do “modelo conceptual” delineado anteriormente e representado pela figura 5, o qual resulta da passagem de um “nível macro”, generalista e conceptual do “modelo conceptual”, que pode servir para conter diferentes realidades para um nível micro, muito específico e centrado na realidade que se pretende estudar, ou seja, o “modelo analítico” ou “modelo empírico” o qual serve, unicamente, para um caso concreto. Este modelo decorre de um isomorfismo relativamente ao “conceptual ou teórico”, pelo que tem de existir entre eles a homologia suficiente para, por exemplo, não exigir mudança, na forma que corresponde à delimitação do campo empírico.



5.4. – No encontro do modelo de análise empírica

Para que possamos entender a articulação entre estes dois modelos, é necessário que se compreenda como cada conceito, do modelo conceptual, se liga às demais dimensões do mesmo modelo. Depois, é preciso perceber como é que cada conceito aplicado ao modelo empírico se liga à determinação dos conceitos do modelo conceptual.

No "estado da arte" foi possível retirar e compreender o conceito de Património como sendo a herança dos nossos antepassados, o legado a ser passado para os que virão depois de nós, razão pela qual a museologia, que é accionalista, procura que os museus, enquanto espaços de memória, sejam elementos fundamentais de ensino da sociedade e de preservação das suas memórias e da sua identidade. Entendendo-se a Identidade, que é estudada por diversas áreas do conhecimento, mas que no fundo e de forma muito sintética, pode considerar-se como o conjunto de características que definem um indivíduo ou uma sociedade, características essas que são criadas na e pela sociedade, quer pelas semelhanças quer pelas diferenças, na incorporação de valores, face aos outros indivíduos ou outras sociedades; a Memória, por seu turno, é vista como um processo fundamental na vida humana, para a construção das identidades. Eis a razão principal porque a museologia se debruça com estudos exaustivos para que tal potencial humano nunca se desapareça. Se se ligar a memória à história, podem criar-se narrativas do passado que permitem à sociedade indagar-se de qual é a relação das pessoas do presente com o passado. Porque, sendo importante que se consiga transmitir a mensagem de que, quando se preservam as memórias do passado, estamos a entender o presente e a abrir portas para o entendimento do futuro.

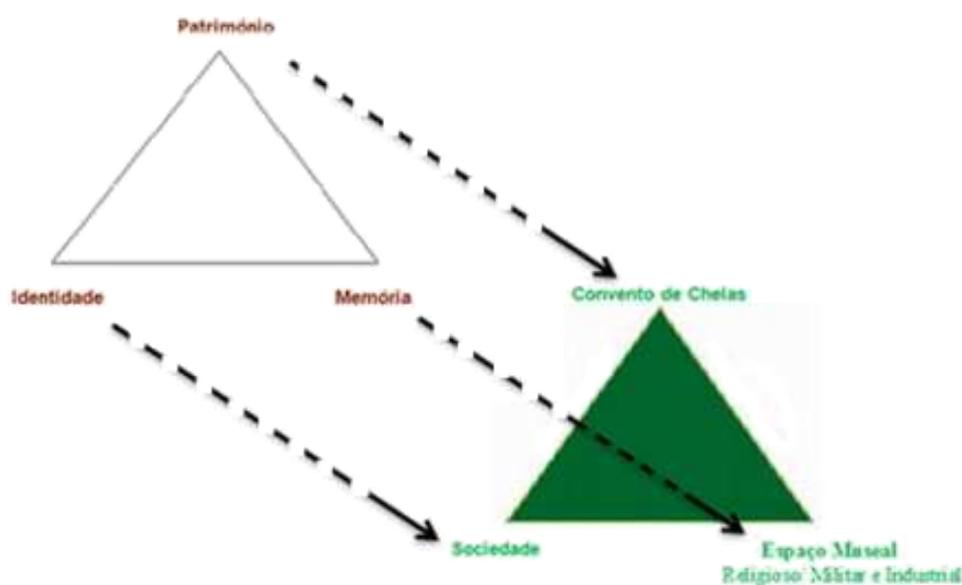


Fig. 7 - Do modelo conceptual ao modelo analítico (Construção do autor, baseado em Pinto, 2016)

Resumidamente, para o que se propõe estudar, agora na posse de um instrumento de análise formado pelos conceitos fundamentais, determinados e criado especialmente para o presente 'modelo conceptual', projectado sobre a realidade, conseguindo compreender que o 'Convento de Chelas' é um monumento nacional, ainda não classificado como tal, mas que poderá vir a ser, com todos os aspectos que serão apresentados mais adiante como a sua história, as suas memórias, as suas práticas religiosas do passado e do presente, entre outros atributos.

Então, após realizado esse estudo, logo, conhecidas as dimensões religiosa e militar do monumento, seguir-se-á a criação de uma proposta de musealização conjunta de todo o espaço a fim de que seja dado a conhecer um 'património', um *pater monio*, um legado dos antepassados para que este seja passado aos vindouros. É um espaço que tem todas as possibilidades de vir a ser visitável como lugar de memória, sendo este lugar de memória daqueles que nele viveram ou nele prestaram culto ao divino.

Portanto, neste trabalho, o 'modelo conceptual', constitui-se com a forma triangular em cujos vértices se encontram os conceitos Património, Identidade e Memória, deste modelo sairá a estrutura, como um espelhamento, sobre uma determinada parte da realidade que se pretende estudar. Pelo que, ao fazer-se a projecção deste triângulo, ter-se-á, como sombra, outro triângulo cujos vértices agora não são mais os conceitos, mas sim dimensões correspondentes da realidade a estudar.

Condiz, no fundo, a um modelo isomorfo, a que se dá o nome de 'modelo analítico - empírico'. As suas dimensões - unidades empíricas - são encontradas, portanto, na correspondência dos conceitos do modelo conceptual.

Assim, ao conceito de “Identidade”, que foi tratada no estado da arte e que, repetindo, se entende por ser o conjunto de características quer do indivíduo quer do grupo ou sociedade, que o fazem único e diferente dos outros; reconhecimento que se obtém pela comparação com o outro. Este conceito será então aqui projectado sobre a realidade “Sociedade”, pois são inseparáveis até porque todos os indivíduos e todas as sociedades têm a sua identidade.

Ao conceito de “Memória”, que é uma interpretação actual de factos ocorridos no passado e que intervêm na sociedade, corresponde a dimensão "Espaço Museal", que abrange todo o espaço que contém as dimensões secundárias militar, religiosa e industrial, cada uma delas contendo as suas memórias que se pretendem preservar.

Por último, ao conceito de Património, que é tudo o que foi herdado dos antepassados e que se pretende transmitir aos vindouros, corresponde ao próprio monumento,

o Convento de Chelas, cujo "património material" composto pelos seus edifício e terrenos envolventes onde ficavam as hortas e a fábrica da pólvora; e "imaterial" nas suas histórias e memórias. No fundo, é sobre este património que se fará um projecto de musealização daquele monumento, com base na museologia, como objectivo final deste trabalho.

Existe, portanto, uma ligação lógica e coerente entre os conceitos estruturantes e a delimitação das unidades empíricas que constituem os capítulos seguintes.



II – O Convento de Chelas - Património Religioso e Militar

“Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo.”

(Bourdieu, 2001: p. 31)

No último ponto do capítulo anterior, acerca de conceitos, foram vistas as questões dos azulejos e dos termos convento/mosteiro, havendo agora a dizer, relativamente ao monumento, e que é ponto assente, que ele tenha sofrido alterações ao longo dos tempos, acompanhando as mudanças de realidades políticas e sociais, com implicações sobre a arte e a arquitectura, através de adaptações sucessivas aos interesses de cada momento.

Os conventos daquele tempo, século VII e seguintes, tinham uma forma, que se pode chamar genérica, tal como Matela referiu, dizendo que todos os que eram destinados às comunidades de clausura tinham elementos comuns, independentemente da ordem a que pertenciam, pois em todos havia, no piso térreo, uma igreja com coro, refeitório e claustro; no piso superior, as celas individuais; e, à sua volta, os terrenos onde produziam os seus bens agrícolas e a cerca limitadora do seu espaço (Matela, 2009: p. 31). Este convento de Santo Adirão também foi construído e remodelado em obediência a esses padrões. Assim, mais adiante neste trabalho, durante a apresentação do monumento, serão disponibilizadas imagens de plantas do convento para uma melhor compreensão dos seus espaços.

1 – Apresentação do monumento

O Convento de Chelas é dos mais antigos conventos católicos do país. No local onde se encontra estiveram, ao longo dos séculos, outras crenças religiosas: pagãs, romanas, muçulmana, cristã católica e, actualmente, cristã ortodoxa.

É um monumento cristão que foi começado a ser edificado no século VII dC, segundo uma lenda, por ordem do rei Vamba, tendo sido objecto de alterações, construções e reconstruções até ao presente.

Foi convento de clausura feminino, mas com um cariz particular e especial, pois nele habitaram senhoras, cujos berços eram da classe alta e de todos os tempos, como é o exemplo

mais conhecido de uma das figuras de maior destaque nacional, a Marquesa de Alorna que esteve aqui reclusa.

Dada a sua longa existência, naturalmente foi alvo de construções e reconstruções ao longo dos séculos, tal como referiu o Cronista Padre D. Nicolao de S. Maria, que deixou escrito: "depois do anno 1224 [...] depois do Mosteiro de Chellas ser edificado, & acrescentado em edificios pello Bispo de Lisboa Dom Soeiro Viegaz" (Maria, 1668: p. 561). Realmente, ao longo dos tempos, o convento foi crescendo, principalmente a seguir ao terramoto de 1755. Deste modo, foi recebendo influências arquitectónicas e artísticas de acordo com as correntes que predominavam a cada momento, em Portugal e até na Europa. Por isso, ao longo dos tempos foi perdendo a sua importância como monumento, tendo esta sido reconhecida apenas no século XX, quando foi classificado, mas só em parte, como monumento nacional pelo Decreto n.º 17954, de 11 de Fevereiro de 1930, Diário do Governo, I Série, n.º 34⁵⁰. Sobre a possibilidade de poder vir a ser classificado todo o monumento como património nacional ou a toda a área, uma vez que é o único convento que ainda tem a sua cerca intacta, sem construções ou outras edificações que a impeçam de ser vista, está em curso um estudo conjunto, para a sua concretização. Sobre isto falar-se-á mais adiante.

Há, de facto, diferenças visíveis de estilos arquitectónicos entre os claustros e o portal da igreja, nomeadamente nos azulejos que forram as paredes de ambos lugares.

Situado na actual freguesia de Marvila, servido pela estrada de Chelas, a cerca de um quilómetro da margem ribeirinha do Tejo em Lisboa e muito próximo do extinto apeadeiro de comboios de Chelas, o Convento de Santo Adrião tem à sua volta, além dos terrenos que outrora eram do cultivo que alimentava as enclausuradas, os testemunhos, embora escassos, de uma fábrica militar de pólvora dos finais do século XIX.

Aquele apeadeiro ferroviário, enquanto esteve activo, recebia comboios para carregar e descarregar material de e para a Fábrica da Pólvora Sem Fumo que ali estava colocada; mas foi também usado para o transporte de passageiros, trabalhadores das muitas indústrias e serviços sediados nesta zona, até há pouco menos de dez anos.

Toda a freguesia fervilhava de actividade, conforme descrito num 'sítio' da Junta de Freguesia de Marvila⁵¹, onde consta que

No século XX, continuou a instalação de unidades fabris desde a rua do Açúcar até Braço de Prata. São deste período as tanoarias da rua Capitão Leitão e os armazéns de vinhos de Abel Pereira da Fonseca (que, pouco antes de morrer

⁵⁰ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2518.

⁵¹ http://www.jf-marvila.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=2.

disse a seus descendentes “enquanto o Tejo tiver água, nunca deve faltar vinho a Lisboa.

Depois, o monumento foi quartel de formação de praças na área da condução auto e também foi lar de viúvas e de órfãos de militares, nos tempos da monarquia e da 1ª República. Hoje, por último, é um arquivo militar que aí se instalou e se mantém desde o último quartel do século XX.

A linha férrea separa o espaço urbano oriental, de nome Chelas, território da freguesia de Marvila, do território a ocidente, de nome Olaias, da freguesia do Areeiro. Relativamente ao lado ocidental, as Olaias, além linha férrea, pouco há a referir que possa ter grande influência sobre o convento uma vez que o movimento de pessoas em trânsito para ambos os lados da linha férrea, se tornou muito residual, após o encerramento do apeadeiro. Não obstante, há muito próximo da linha, uma escola secundária, da qual alguns alunos, enquadrados pelos seus professores, já vieram visitar o monumento. De facto, após o encerramento do apeadeiro, a passagem de nível adjacente foi igualmente encerrada ao movimento de veículos, transformando o que resta da calçada da Picheleira numa via sem vida, o que, por sua vez, torna aquele espaço pouco apetecível para ser frequentado.

Em termos da história recente deste lugar, naquele ‘sítio’ da Junta de Freguesia de Marvila⁵², que mostra como este território, Chelas, e que já foi parte do “concelho dos Olivais”, em 7 de Fevereiro de 1959, passou a ser uma Freguesia de Lisboa, com 38.102 habitantes (2011), numa superfície de 6,29 km², o que resulta numa densidade populacional de 6.057,6 habitantes por km²”; e também pode ler-se que esta freguesia “tem origens essencialmente rurais, sendo um local onde proliferavam quintas e hortas [e que] estas propriedades eram exploradas, na sua maioria, por gentes originárias do norte do País”⁵³.

A comunidade numerosa e diligente que outrora se foi fixando em torno do Convento de Chelas foi desaparecendo, dando lugar a espaços vazios com aspecto de abandono. Dessa população envelhecida, restam ainda algumas pessoas que se mantêm a morar junto ao mercado, a cerca de meio quilómetro a sul do convento; e nota-se que estão distribuídas por pequenos núcleos, à semelhança de ilhas. Os habitantes daquela área procuram fazer as suas compras num centro comercial a cerca de quinhentos metros a norte do convento, utilizando para isso, o autocarro, uma vez que fazer um quilómetro a pé não é habitual em pessoas idosas. Assim, o convento apenas fica visível para estas pessoas ‘*en*

⁵² http://www.jf-marvila.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=2.

⁵³ *Idem*.

passant' e de autocarro, pois nem a igreja é procurada por elas, por já não ser do culto católico romano.

Contudo, na década de 60 do século passado, começaram a fixar-se na zona de Chelas pessoas oriundas de diversos locais do país e, mais recentemente, de outras nacionalidades, animando-a um pouco mais e tornando-a num empório de comunidades heterogéneas.

Próximo do convento, a cerca de 150 metros para norte, há um edifício que foi construído para albergar os moradores deslocalizados da zona onde veio a ser montada a Expo 98, o actual Parque das Nações. As pessoas que viviam naquele edifício, idosas na sua esmagadora parte, foram desaparecendo, natural e biologicamente, até à última que faleceu vítima de uma explosão. O edifício está muito degradado e sem qualquer tipo de intervenção quer para o demolir quer para o recuperar, o que não abona em favor do espaço envolvente do convento e prejudica, de alguma forma, o valor que o monumento tem.

Relativamente à composição dos edifícios do monumento, reproduz-se abaixo, na Figura 8, a imagem retirada do 'google maps', onde pode ver-se a partir de uma fotografia aérea, que o convento é composto por cinco partes, facilmente referenciáveis. O edifício de maior volumetria (1) fica situado a sul, tem cinco pisos e está disposto quase perpendicularmente à igreja (2). Do lado ocidental, situa-se o antigo refeitório das monjas (3) e, do lado oriental, teria sido a zona da chefia do convento (4).

Todos estes edifícios têm o telhado de cor vermelho-barro. O outro bloco a norte, referenciável pelo telhado branco, é o que resta da antiga Fábrica da Pólvora Sem Fumo (5). Num dos pavilhões, o mais oriental deles, permanece ainda um enorme gerador de energia eléctrica.

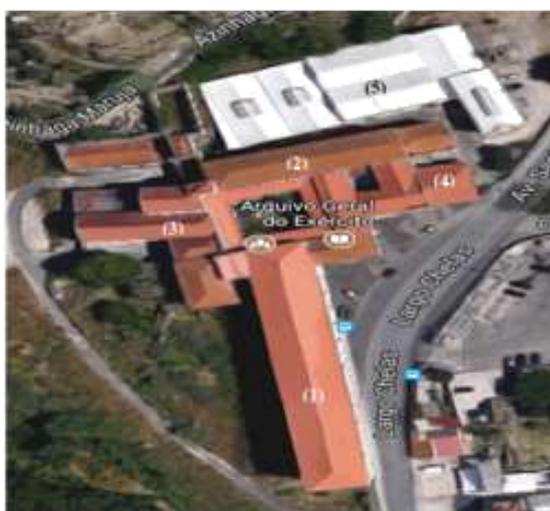


Fig. 8 - O Convento de Chelas (Imagem da google maps)

O edifício (1), de cinco pisos⁵⁴, contém naves com cerca de 100 metros de comprimento, antigamente divididas em celas que serviam de dormitórios às mulheres internadas no convento, uma por cada cela⁵⁵, dispostas regularmente ao longo das naves. Cada cela era separada das outras por paredes de alvenaria, delimitando um espaço muito reduzido e de condições precárias de habitabilidade.

O convento foi espaço de clausura para mulheres em que umas optaram por entrar voluntariamente, com plena consciência de que jamais sairiam dali, ou seja, encerraram-se por voto e devoção; e outras, a entrada foi involuntária, por imposição, ou por motivos políticos, como foi o caso da Marquesa d'Alorna ou dos familiares, pois havia essa prática de mandar para o convento uma filha, até porque era a tradição de que qualquer família de bem deveria ter, pelo menos, uma freira ou um padre.

A título de curiosidade e porque tem sido o motivo de perguntas frequentes a este respeito por quem visita o monumento, surgiu a necessidade de se saber onde era a sua cela da Marquesa; e, partindo das palavras proferidas no dia do lançamento do livro *Marquesa d'Alorna do cativo de Chelas à corte de Viena*, pela autora, Maria João Lopo de Carvalho, procurou-se reconstituir o campo de visão da marquesa, desde a sua janela para os quatro elementos enunciados nas suas cartas, a que a autora do livro teve acesso e transcreveu, dizendo que aquela enclausurada apenas conseguia ver da sua janela, as encostas das Olaias, o tanque onde lavavam a roupa, o aqueduto e o cemitério feminino. Procurada a janela que proporcionaria tal linha de vista, achou-se uma na primeira metade da nave, que permite observar o conjunto destes elementos. Na verdade, actualmente, esses quatro elementos podem ser avistados de outras janelas daquele piso, porque no lado ocidental já não existem os dois edifícios ligados às naves que, naquele tempo, impediriam a visibilidade, limitando assim as probabilidades apenas àquela janela que, com muita probabilidade de ser confirmada, se crê ter pertencido à sua cela.

A janela em questão é a que está assinalada com uma seta ténue vermelha na (Figura 9). Actualmente, essas longas naves, já sem as divisórias das celas, estão dotadas com estruturas metálicas preparadas para suportar as toneladas de documentação do ArqGEx, em estantes ocupadas que se estendem por mais de trinta e sete quilómetros.

⁵⁴ Alerta-se para o facto deste bloco ter cinco pisos e os outros, a norte deste, terem apenas dois, sendo que o 1º andar dos que estão à volta do claustro se encontram ao nível do 4º piso destas naves e o piso do solo, piso 0, está ao nível do terceiro das naves.

⁵⁵ Depreende-se que era uma por cela porque uma das habitantes destas celas, nas suas cartas, que serviram de referência para a elaboração de um livro, sempre se referiu “à minha cela” e nunca à nossa.

Repare-se ainda na figura 9 onde, na base da imagem, se pode ver um arco que corresponde a uma passagem para o lado oriental do convento, agora fechada por um portão metálico. Esse túnel seria, então, o único ponto de contacto, (interface), entre o convento e o meio exterior, uma vez que quem entrava no convento, no espaço destinado à clausura, jamais teria contactos com o exterior, excepto nos dias agendados para visitas, em circunstâncias rigorosamente vigiadas e em local apropriado. Trata-se, portanto, de um túnel que teria sido usado pelos comerciantes e outros moradores locais para trazerem os bens necessários ao convento e para levarem fruta e vegetais da produção conventual ou mesmo alguns restos de comida para os seus animais e, mais recentemente, no tempo da Fábrica da Pólvora, um local com comércio.

O portão que encerra o túnel está actualmente fechado e aquela zona não tem qualquer utilidade, uma vez que há outros acessos mais apropriados para entrar e sair do monumento; mas no século passado, como referiu o Sr. Raul, na sua entrevista, que naquele lugar funcionou uma cantina, (onde o seu pai trabalhava), a 'Cooportina'⁵⁶, cujos trabalhadores, que se ficou sem saber quem eram, isto é, se eram da fábrica ou se eram das lojas e se estas eram, de igual forma, da fábrica ou alugadas.

Segundo o entrevistado, ali havia espaço para fanqueiros, uma Caixa de Crédito da Cantina da Fábrica de Pólvora de Chelas adega, secretaria da direcção da cooperativa, uma padaria⁵⁷, uma mercearia, uma loja que vendia petróleo e uma taberna. Apesar de parecer que havia muitas lojas, se o Sr. Raul o diz, é porque deveria ter mesmo havido ou a memória de quem tem mais de setenta anos o começa a atraiçoar.

⁵⁶ Este termo deveria ser a forma como as pessoas naquele tempo designavam a cooperativa e a cantina dos lojistas.

⁵⁷ Disse o nosso entrevistado, com um esboço de sorriso, talvez porque a recordação lhe trouxe um bom momento, que antes de haver padaria, aquele lugar era usado pelo seu pai para guardar a sua bicicleta.



Fig. 9 - Lado ocidental do convento, mostrando a janela da cela onde vivia a Marquesa d'Alorna (Foto do autor)

Disse o Sr. Raul que, logo a seguir ao túnel, já no lado ocidental, havia um largo que dava acesso às hortas do convento, num recinto onde também estavam as cocheiras, onde estavam um macho uma mula e um coche, que era conduzido pelo Sr. António do 'trem', para uso da esposa e dos filhos do Director, para irem às compras e ao colégio.

Ainda a ocidente, havia um pomar e uma horta onde estava um tanque grande no qual as criadas, tanto do tempo das freiras como da fábrica, lavavam as roupas.

Este tanque parecia ser alimentado por um aqueduto por onde a água corria; e achou-se pertinente descobrir onde poderia estar a nascente que alimentava esse caudal. Em conversa informal com a arquitecta-mestranda Camila Oliveira, ficou a dúvida se a água viria de norte para ali ou se de sul. Ou seja, se o tanque era abastecido pela água que vinha pelo aqueduto desde o lado da Bela Vista, a norte, ou do lado da estação da CP, a sul. Era certo que a água escorria pelo aqueduto, mas muito incerta a sua origem. Contudo, o Sr. Raul deixou bem claro que conhecia a sua origem e o seu destino. Disse que o tanque era abastecido e as hortas eram regadas com a água que vinha, nem do norte nem do sul, mas sim de um poço local⁵⁸ que existia mesmo junto do tanque. A água era puxada por uma bomba manual colocada sobre o poço, e seguiria depois pelo aqueduto para o convento e para a horta. Portanto, não vinha pelo aqueduto, mas ia por ele até outros destinos distantes do tanque.

⁵⁸ Esse poço já não existe, pois foi destruído pela colocação de um sistema subterrâneo de manilhas de esgoto para águas pluviais e domésticas.



Fig. 10 - Vista parcial do tanque (Foto do autor)



Fig. 11 - O Aqueduto (Foto do autor)

Do lado oriental, assinalado com (4) na Figura 8, está o edifício de dois pisos que têm acesso à igreja pelo interior, onde actualmente estão, no primeiro, alguns gabinetes, a biblioteca, a sala de consulta e outras salas que no passado deveriam ser, além dos aposentos da priora, salas de trabalho administrativo e de direcção, o claviculário de todo o monumento e também o local onde o padre que presidiria as missas e outros elementos institucionais do clero ou do reino se reuniam com o corpo dirigente do convento.

No piso do solo, no passado, era o acesso reservado aos ilustres visitantes do convento. Este acesso, em escada de madeira, tem no piso superior um painel de azulejos do século passado alusivo ao brasão de armas do ArqGEx (Figura 12), que é composto pelo escudo e elmo e, sotoposto a este, um listel ondulado com os dizeres '*verba volant scripta manent*'⁵⁹, querendo referir-se ao valor probatório do que está escrito versus 'as palavras levam o vento'.

⁵⁹ As palavras voam, a escrita permanece.



Fig. 12 - Brasão de Armas do Arquivo Geral do Exército (Foto do autor)

Passando para a galilé⁶⁰, esta é abobadada e abre-se ao exterior por uma arcada serliana⁶¹, composta na sua estrutura por três arcos apoiados em colunas toscanas, que assentam em base circular e estas por sua vez assentes em degraus de cantaria, ostentam algum ar majestático. Estas colunas têm os fustes lisos e sem caneluras, e são encimadas por capitéis simples, aos quais correspondem três abóbadas de berço revestidas a azulejos seiscentistas policromos assim como as paredes, de ambos os lados da entrada principal, que são revestidas de azulejos do tipo "ponta de diamante"⁶² e os restantes são enxaquetados.

⁶⁰ Trata-se de uma construção arquitectónica, situada no exterior do edifício que é constituída por telhado ou cobertura, protegendo a entrada da Igreja.

⁶¹ Significa, em arquitectura, que há uma sequência de três vãos, sendo o central em arco de volta perfeita e mais alto que os laterais, estes de verga recta. Verga recta, segundo o Dicionário Arquitectura, é a "Peça disposta horizontalmente sobre o vão de portas ou janelas, que sustenta a alvenaria e se apoia, em suas extremidades, sobre as ombreiras". (http://www.arkitekturbo.arq.br/dicionario_por/busca_por.php?letra=verga). Consultado em: 16 de Abril de 2017.

⁶² Tem este nome devido à forma como foram pintados, em quadrados divididos por duas diagonais cujos triângulos resultantes são pintados, uns com sombra e outros não, dando um efeito de relevo, que não passa, portanto, de uma ilusão de óptica.



Fig. 13 - Azulejos ponta de diamante (Foto do autor)

É dentro da galilé, no seu lado norte, que se encontra a porta principal da igreja, virada para o lado sul, que servia, e ainda serve, os fiéis. Esta porta tem duas folhas de madeira que conserva ainda as antigas ferragens. Ela dá acesso directo ao interior da nave da igreja.

A envolver esta porta principal, há um portal de estilo manuelino, construído nos primórdios do século XVI, composto por um arco central lavrado e apoiado por dois colunelos com base saliente poligonal e superiormente decorados com folhas estilizadas em forma de repolho, o que em arquitectura se chama de 'cogulho'⁶³.



Fig. 14 - Entrada para a igreja (Foto do autor)

Esta porta é ladeada por duas outras portas que enquadram um átrio rectangular que se abre ao exterior: a do lado esquerdo, a ocidente, dava acesso à casa mortuária, onde já

⁶³ Este termo é muito usado na heráldica, referindo-se à folhagem que sai do elmo e serve de ornato ao escudo. Também conhecido por cogólio.

funcionou o Centro Social de Chelas, que exercia aqui algumas actividades destinadas às crianças, em regime de jardim-escola⁶⁴ e que actualmente a igreja ortodoxa utiliza como sala de apoio, convívio e até de refeições ágapes; e a do lado direito, a oriente, é a entrada para a sacristia.

A igreja foi dedicada a São Félix⁶⁵, a Santo Adrião e à sua esposa D. Natália, e está orientada no sentido Oeste-Este, na direcção da Cidade Santa de Jerusalém e do Santo Sepulcro, como era normal desde os tempos paleocristãos em que as igrejas deveriam ser orientadas para esse local sagrado⁶⁶.

É do interior da sacristia que o celebrante da Eucaristia acede à nave da igreja, através de mais uma porta discreta e modesta. Hoje, tanto a ex-casa mortuária como a sacristia são usadas como lugares de apoio à igreja ortodoxa.

A presença da Igreja Ortodoxa é importante para a "vida" da igreja como local sagrado porque, como referiu Roque, citando o Catecismo da Igreja Católica, "Os lugares sagrados perdem a dedicação ou a bênção, se tiverem sido destruídos em grande parte ou se forem permanentemente reduzidos a usos profanos [...]" (Roque, 2011:70) e este lugar esteve sem actividade religiosa durante alguns anos, sendo apenas visitado para limpeza, desinfestações periódicas e para ser apresentada às visitas do monumento e, mais recentemente para a realização da procissão de Nossa Senhora da Atalaia. Mas, uma vez que voltou a ser usada como igreja ortodoxa, a questão simbólica do sagrado mantém-se. Tem outro visual, sim, típico daquela denominação cristã, mas continua a ser um lugar de culto, logo, sagrado.

Como o tempo contribui para a deterioração do monumento, alguns fiéis da "igreja ortodoxa moldava", voluntária e graciosamente têm realizado algumas acções de manutenção, até porque sentem ser pertença daquele "lugar escolhido por Deus para eles poderem adorá-lo"⁶⁷, como repor vidros que estavam quebrados, rebocar e pintar paredes, cobrir o chão com carpetes para não gastar as lápides que ali estão, concertar as instalações sanitárias, etc. Por isso se lhes deve agradecimento pois, de alguma forma, têm garantido, com estas suas intervenções, retardar as naturais degradações.

⁶⁴ Conforme se pode ler na cópia da 'nota' - nome da correspondência elaborada por uma entidade do Estado - nº 1534 de 20 de Maio de 1970, da Fábrica da Pólvora Sem Fumo para o Presidente da Associação do Serviço Social, obtida no Arquivo Histórico Militar pela Arquitecta mestrande Camila Oliveira, da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, que amavelmente cedeu para esta tese.

⁶⁵ A título de curiosidade, as relíquias de São Félix, encontram-se num Sacrário que está exposto no museu da Igreja de S. Roque em Lisboa.

⁶⁶ <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium27/20.htm>.

⁶⁷ Frase pronunciada por um fiel na noite de Vigília Pascal de 2018 quando lhe foi perguntado o que pensava desta igreja. A ideia era saber a sua opinião sobre uma igreja antiga e que foi católica, mas a resposta foi essa.

Sabe-se que a igreja tinha um espaço próprio destinado às freiras, denominado por “coro alto” e sem comunicação directa com a nave, onde elas assistiam à missa e entoavam hinos religiosos. Este espaço foi completamente destruído pelo incêndio que ocorreu no primeiro quartel do século passado, na antiga Fábrica da Pólvora e que se alastrou até à igreja, com tal dimensão e sanha destruidora, que só ficaram os varandins⁶⁸ e o “coro baixo”, que agora serve também de apoio e de arrecadação de material.

Foi referido que o tal incidente aconteceu no primeiro quartel daquele século, porquanto Fraga (2010) diz que o incêndio ocorreu em Agosto de 1915; o jornal diário, *A Capital*, diz 5 de Outubro de 1916 e Ana Paula Pinto et al. (2011: p. 4) dizem "Num incêndio, ocorrido em 1923, quando servia como armazém de algodão, muita da sua riqueza foi destruída"; Filipe Ribeiro de Meneses, na sua obra *A Grande Guerra de Afonso Costa*, dá a entender que o incêndio foi uma acção dos serviços secretos alemães para destruir a fábrica, levada a cabo pelo agente Carlos Khun de Escosura e que tal veio a acontecer no dia 5 de Outubro do ano 1915. Assim sendo, o que se pode afirmar é que houve um incêndio na Fábrica instalada no convento de Chelas que ocorreu naquele período.



Fig. 15 - Varandim - coro alto (Foto do autor)

O incêndio destruiu ainda e totalmente o tecto, que mais tarde foi reconstruído, mas que não ostenta, hoje, nada da decoração pictórica que o cobria anteriormente; e a mesma desgraça atingiu quase toda a decoração interior da igreja, bem como as alfaias religiosas e os paramentos cerimoniais. Apenas escaparam ao fogo alguns pormenores, mas que merecem referência, tal como acima estão citados.

Mas, perante tanta destruição, ainda mais avulta o caso da imagem de Nossa Senhora da Atalaia, (Figura 16), de grande valor simbólico, e que alguns crentes acreditam ter sido um

⁶⁸ Conjunto de pequenas colunas e corrimãos em madeira pintado a dourado que limitava o coro alto.

milagre pois, para além de ser a mais antiga que ali estava, (e está), é também a imagem que constitui o Círio da Senhora da Atalaia, (que em capítulo próprio será referida neste trabalho).



Fig. 16 – Imagem de N^a S^a da Atalaia (Foto do autor)

A Imagem de Nossa Senhora da Atalaia de Chelas, tem mais de quinhentos e cinquenta anos, apresenta-se sem o Menino ao colo, porque desapareceu durante aquele fogo ocorrido na igreja. O seu rosto e as suas mãos⁶⁹ são de porcelana, cabelo natural de cor castanha com cerca de 20 centímetros de comprimento. Está vestida a seda pérola, que lhe cobre o corpo todo até aos pés, sobreposto por uma capa bordada a ouro semicircular com raio de 53 centímetros, apresentando algum desgaste pelo tempo. No alto da cabeça, tem uma coroa em prata encimada de uma cruz cristã. A sua base é de madeira oca em cujo interior suspende um arame que a fixa a uma placa de fabrico muito recente - 2006 - em acrílico que é a base de uma caixa do mesmo material mandada fazer para a proteger não só dos agentes naturais dentro da igreja, mas como também, quando vai em procissão, do vento e da água do rio ou mesmo da chuva.

Relativamente à possibilidade desta imagem vir a ser restaurada, para além dos custos, é opinião do actual presidente do Círio, que ela deve mostrar a idade que tem com todo os defeitos que o tempo lhe foi dando, pois essa é a sua história e o seu valor. Repare-se que resistiu ao fogo que destruiu praticamente tudo o que havia no interior da igreja e essas "cicatrices" são testemunho de um contexto de caos.

Porque a Imagem, estranhamente, não se queimou e, como foi referido, apenas perdeu o menino que trazia ao colo. Acasos e coincidências que estimulam a imaginação e a fé dos crentes.

⁶⁹ Faltam as falanges e falangetas dos dedos indicador, médio e mindinho da mão direita.

Embora danificados, também resistiram ao fogo, e permanecem expostos, o grande Crucifixo, (Figura 17) e a imagem do Santo Padroeiro, S. Félix, (Figura 18).



Fig. 17 – O Crucifixo (Foto do autor)



Fig. 18 - Imagem de S. Félix (Foto do autor)

Estas imagens foram escolhidas e fazem parte das condições impostas à nova igreja que ali professa, pelo que devem manter-se sempre expostas. Está colocada junto da parede oriental da igreja, em destaque, uma pequena urna em mármore, (Figura 19), que continha as relíquias⁷⁰ de Santo Adrião, da sua esposa e dos mártires⁷¹ com os seguintes dizeres: *Sancti martires orate pro nobis - Santos mártires orai por nós*. Havia no interior da igreja, até há cerca de dez anos, dois relicários que foram levados para o Patriarcado de Lisboa, uma vez que a Igreja católica romana já não ia realizar aqui quaisquer acções ou culto.



Fig. 19 - Urna de mármore (Foto do autor)

⁷⁰ A "Relíquia é a coisa deixada, a parte que resta de quem deixou de existir, que lhe pertenceu, que por esse alguém foi usada, tendo feito parte da sua vida e da sua morte, tornando-se elemento raro e precioso, sagrado, e assumindo, entre os cristãos [católicos], foros de veneração e mesmo de intermediação da graça divina" (Gomes, 2009: 59).

⁷¹ Alguns historiadores que vieram visitar o convento referem a existência de vinte e quatro mártires, ao passo que outros dizem que são apenas treze e a Junta de freguesia do Beato no seu 'sítio' sobre o Património Histórico, diz vinte e seis santos "padroeiros do mosteiro foram colocadas, em 1604, em esculturas mandadas fazer por D. Luiza de Noronha, que as colocou nos altares da capela principal da igreja".

Há uma lenda que conta que os restos mortais de Santo Adrião “chegaram ali no século IX, juntamente com os de sua esposa Santa Natália e ainda os de mais onze cristãos, todos martirizados na cidade de Nicomédia, por ordem do Imperador Romano, Maximiano, no século IV depois de Cristo”.⁷² A urna que continha os restos mortais de Santo Adrião, foi encontrada durante as demolições de edifícios devolutos da antiga Fábrica da Pólvora Sem Fumo e, em cerimónia religiosa, regressou ao interior da igreja onde está exposta.

Também é importante registar que as paredes laterais, de construção e reconstrução muito antigas, se mantiveram de pé perante o desastre, bem como algumas imagens sagradas que nelas estavam colocadas e que puderam ser restauradas das queimaduras sofridas.

Com a cedência do templo à Igreja Ortodoxa, quase todas aquelas imagens foram substituídas por ícones, com excepção das duas imagens, da urna e do crucifixo como acima foi referido.

Coladas às duas paredes laterais da igreja existem duas capelas de pequena profundidade, uma por parede, onde estão, numa, o grande crucifixo e, noutra, o mobiliário para a realização dos cultos actuais.

Embutidas nas paredes há ainda quatro cruces orbiculares⁷³ (Figura 20), demonstrando que o convento foi entregue aos templários, tal como está referido num ‘sítio’ da Direcção Geral do Património Cultural que diz que “D. Afonso Henriques manda reconstruir o edifício e, após nova sagração, doou-o aos Templários”⁷⁴, cuja memória chega, por esta via, aos nossos tempos.



Fig. 20 - Cruz orbicular (Foto do autor)

⁷² De Chelas à Póvoa de Santo Adrião (<http://odivelas.com/2010/01/15/de-chelas-a-povoa-de-santo-adriao/>).

⁷³ A construção destas cruces é feita a partir do jogo geométrico de cinco círculos que se interceptam. Estas cruces pretendem transmitir um significado simbólico.

⁷⁴ “http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2518. e “D. Afonso Henrique ordenou a sua reedificação sendo entregue aos Templários” (<https://lifecooler.com/artigo/comer/igreja-e-convento-de-chelas-so-flix/350490>).

Sabe-se que nessas paredes havia pintadas "tábuas da autoria de Bento Coelho da Silveira"⁷⁵, e que agora estão a forrar as paredes do Seminário de Cernache do Bonjardim, por que a 6 de Junho de 1882, pela "Carta de Lei que sanciona o decreto das cortes gerais de 17 de Maio que autoriza o governo a aplicar definitivamente o extinto Convento de Chelas e a sua dotação para nele ser instalado um colégio filial do de Cernache do Bonjardim"⁷⁶ razão pela qual estas obras de arte foram para aquele Colégio/Seminário que foi classificado como monumento de interesse público. O mesmo destino teve um "núcleo de livros vindos do Mosteiro de Chelas de Lisboa"⁷⁷ que se juntou a outros documentos de outras proveniências, que estão na biblioteca daquele Seminário (Parecer 1280 DRCC, nº 25)⁷⁸, entre outros objectos que daqui foram levados, como está referido noutra 'sítio' governamental sobre património, em que se diz: "destacam-se as telas dos retábulos principal e laterais, pintadas em 1804 por Pedro Alexandrino, e as tábuas da autoria de Bento Coelho da Silveira, provenientes do Mosteiro de Chelas"⁷⁹

Na zona do altar, com vitrais coloridos, agora separado por um tabique de madeira, estavam o ambão⁸⁰ e o altar em mármore (que ainda se mantém). O chão, que actualmente está protegido com um estrado de madeira, é de mármore de duas cores, rosa e branco.



Fig. 21 - Vista do altar católico romano - (Foto de Pedro Mestre)

⁷⁵ Bento Coelho da Silveira foi um dos mais conceituados artistas portugueses do século XVII.

⁷⁶ (<https://beiranews.pt/2015/02/seminario-de-cernache-do-bonjardim-classificado-como-monumento-de-interesse-publico/>).

A título de curiosidade Cernache de Bonjardim é a terra do actual Santo, D. Nuno Álvares Pereira, nascido a 24 de Junho de 1360.

⁷⁷ <https://beiranews.pt/2015/02/seminario-de-cernache-do-bonjardim-classificado-como-monumento-de-interesse-publico/>.

⁷⁸ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/despachosdeabertura/ERmissoesII.pdf>.

⁷⁹ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/18044967>.

⁸⁰ É uma espécie de púlpito onde se fazem as leituras do evangelho no decorrer da missa.

No solo, ao longo da igreja estão as sepulturas de Dona Juliana de Noronha⁸¹, Dona Maria da Silva⁸², Madre Isabel dos Anjos e de Madre Filipa do Espírito Santo, personagens importantes do convento por terem-no governado e reformado.

Aquelas sepulturas têm inscrições gravadas, de acordo com o português em uso em cada uma das épocas, que se reproduz (Figura 22).



NESTA SEPVLTVRA ESTÁ O CORPO DE DONA IULIANA DE NORONHA QUE GOVERNOR ESTE MOSTRO DES ANOS E TRÊS VEZES Q FOI PRIORESA DELLE FALESEO A 18 DE MAIO NA ERA DE 1639 ANOS



NESTA SEPULTURA ESTÁ O CORPO DE DONA MARIA DA SILVA QUE REFORMOU ESTE MOSTEIRO E FOI PRIORESA NELE XXXXII ANOS FALECEU A XXI DE JANEIRO DE MDLXXXVIII PEDE POR AMOR DE DEUS UMA AVÉ MARIA

⁸¹ Pesquisado um 'sítio' de genealogia, foram obtidos os seguintes dados: filha de Vasco Moniz, Senhor de Angeja e de Violante de Menezes; esposa de Nasceu Pedro de Noronha, 9º Senhor de Vila Verde dos Francos; teve irmãos e uma meia-irmã. Nesse 'sítio' pode ver-se a data de nascimento em 1590, mas não a de sua morte. Todavia, pela campa da igreja, sabemos que foi em 18 de Maio de 1639. (<https://www.geni.com/people/Juliana-de-Noronha/6000000012824065174>). Esta dona era irmã de João Peculiar, que nasceu em data incerta, por volta de 1100 e faleceu no ano de 1175. Foi Bispo do Porto em 1136, e Arcebispo de Braga. O qual, graças à sua actividade, em 1143, conseguiu que se realizasse uma reunião entre D. Afonso Henriques com o rei Afonso VII de Leão e Castela, de onde resultou a assinatura do Tratado de Zamora, dando a independência de Portugal. Reza a história que este nobre foi a Roma mais de uma dezena de vezes para falar com o então Papa, Inocêncio, a fim de conseguir que ele reconhecesse D. Afonso Henriques como rei. Diz-se que foi ele quem teria coroado como rei D. Afonso Henriques em 1143, mas não há registos escritos que provem que algum rei português tenha alguma vez sido coroado.

⁸² Priora do mosteiro, da Ordem de Santo Agostinho, desde 06 de Dezembro de 1546, data da confirmação da sua eleição, conforme consta num pergaminho com vestígios de selo pendente à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo (<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=1383576>) até à data do seu falecimento em 21 de Janeiro de 1589, perfazendo 42 anos.



NESTA SEPVLTVRA ESTÁ O CO(R)PO
DA MADRE ISABEL DOS ANJOS
FALECEO A 18 DIAS DO MÊS DE MAIO
DA ERA DE 1638

A QVI IAZ A MADRE FILIPPA DO
SPÍRITO SANTO FALECEO A 16
DE IANEIRO 1617

Fig. 22 - Sepulturas (Fotos do autor)



Fig. 23- Vista do altar católico ortodoxo - (Foto do autor)

Entrando na sacristia, encontra-se um chão forrado com mármore de três cores; mas é na decoração do tecto (Figura 24), que a vista mais se demora a apreciar os doze painéis pintados, sobre madeira de tola, segundo se crê, que circundam o painel central, num grande

conjunto pictórico floral e humano, com grande significado simbólico, que ficam bem iluminados pelo lustre de cinco velas.



Fig. 24 - Tecto da Sacristia (Foto do autor)

Na parede oriental pode-se hoje encontrar um armário de madeira que foi colocado onde antes havia uma outra saída (da sacristia para o espaço próximo dos portões de ferro a oriente). Nesta dependência, ainda se conserva um pequeno reservatório para a água que mantinha 'purificado' o relicário do santo padroeiro, abrigado num singelo nicho forrado de azulejos com motivos florais, onde sobressaem as cores azul e amarela, (Figura 25).



Fig. 25- Reservatório para a água (Foto do autor)

Entre a sacristia e a igreja há um espaço quadrangular vazio, em forma quadrangular. É um espaço escuro convidativo ao silêncio, limitado de ambos lados por portas, uma dupla do lado da sacristia e outra simples do lado da igreja.

A porta interior, a do lado da igreja, tem uma abertura rectangular pequena tapada com uma placa metálica, (Figura 26), com o desenho de uma cruz feita em furos, através dos quais o padre e o fiel podiam dialogar, naquilo a que se chama confissão. Desta forma, ficavam impedidos de terem contactos físicos ou de realizarem a troca de objectos como cartas e presentes. Este pequeno espaço quadrangular é suficientemente escuro para não se ver quem é o padre e, pelo outro lado, se o fiel assim entendesse, afastar-se-ia da área de visão do padre e também não seria visto, o que garantiria o seu anonimato. Este pequeno facto é bastante para que houvesse maior confiança daquele que se confessa.

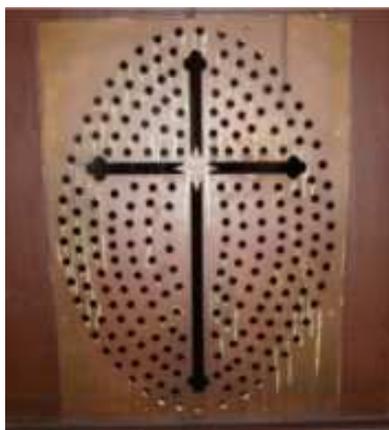


Fig. 26 - Pormenor da porta das confissões (Foto do autor)

Tem-se vindo a descrever as serventias de três portas da galilé para a igreja. Mas há ainda uma outra porta, a do ocidente, logo a seguir à grande entrada, que dá acesso ao claustro⁸³ do convento a qual tem os portões de ferro, mandados colocar naquele lugar pelo Director do Arquivo Geral do Exército a fim de evitar que o convento continuasse a ser alvo de furto de azulejos que, no espaço de uma semana foram subtraídos por duas vezes numa parede.

Mas antes convém tentar perceber a razão pela qual esta entrada se encontra numa reentrância da fachada do edifício, uma vez que seria de honra pois era a entrada do convento, pela sua importância e como era usual na arquitectura da época, pelo que lhe competiria estar bem destacada. Tal eventual e considerado 'desprestígio' ter-se-á ficado a dever às muitas alterações que ao longo dos tempos foram sendo realizadas, adequando o imóvel às necessidades ascéticas dos seus ocupantes, mais preocupados com a dimensão espiritual do que com o conforto e a estética. Não será, pois, difícil imaginar que, inicialmente, a galilé ocuparia o lugar que é seu de direito, mas que foi perdendo destaque à medida que os outros

⁸³ Claustro é um elemento da arquitectura religiosa muito comum em conventos, catedrais, mosteiros e abadias. Um claustro típico é "formado por quatro corredores formando um quadrilátero com um jardim ou pátio em seu centro" (<http://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-claustro.html>).

corpos do edifício foram sendo acrescentados. Estes detalhes clamam por um estudo de quem tenha competência nesta matéria e possa provar aquilo que aqui e agora apenas se pode deduzir. De facto, há alguns estudos que apontam para a evolução das construções e reconstruções do convento. Por exemplo, a Arquitecta Camila Oliveira é de opinião que a primeira parte a ser construída teria sido uma capela ou ermida, logo após a ocupação visigótica, sobre antigas ruínas romanas, que corresponde agora à zona do altar da igreja, seguida do resto da nave antes dos espaços que seriam o coro-alto e coro-baixo, a que foi reconstruída a mando do rei D. Afonso Henriques. E que no século XIV, teria sido construída toda a igreja, edifício a ocidente, a sul e a oriente, que fariam o claustro e, no século XVI, uma ampliação da galilé dando origem ao pequeno claustro quadrado entre a igreja e o actual portão de ferro da grande entrada do convento. Nesse mesmo século, mas já nos finais, teria sido edificada a primeira metade das naves, sendo a outra metade construída entre o século XVII e seguinte.

Na opinião do autor do presente trabalho, a primeira construção poderia ter sido a ermida, mas logo seguida da igreja e galilé com o pequeno claustro que termina na grande porta gradeada, seguindo-se os restantes edifícios. Senão veja-se que no interior da igreja há, entre outras, uma placa de mármore, que será apresentada no capítulo seguinte, que tem escrito “vestígios das pedras que estão na crasta⁸⁴ velha”. E quando aqui se refere ao claustro velho quer, certamente, dizer que é o espaço quadrangular em frente à galilé e, se é velho, é porque já haveria outro que seria novo. Daí que se creia que foi construído este espaço antes do outro interior ao convento que tem, igualmente um claustro, maior que este e, obviamente, mais novo.

No fundo da igreja, no lado ocidental, há ainda a torre sineira, sem o seu sino de que se desconhece o paradeiro, mas que há rumores de que foi levado para uma outra igreja de Lisboa. Seja essa a verdade, espera-se que tenha uma boa utilização.

Nessa torre, antes do terramoto de 1755, havia um mecanismo que fazia trabalhar um relógio, (Figura 27), ligado a um sistema de alavancas que, nas horas ou das missas ou do sistema horário, levava uma espécie de martelo a bater no sino.

⁸⁴ O mesmo que claustro.



Fig. 27 - Interior do relógio (esq), martelo e gancho onde estava pendurado o sino (dir) (Fotos do autor)

Na falta daquele sino, foi colocado um outro sino, quiçá de menores dimensões, na parte sul do convento, acima da grande entrada, destinado às mesmas funções do anterior desaparecido. A localização dele está confirmada, porquanto havia uma estrutura metálica em forma de escápula que foi colocada na parede, à saída do convento e bem próxima do tecto, para o suportar, do qual pendia uma corda destinada a fazê-lo tanger.

Num 'sítio' da Câmara Municipal de Lisboa⁸⁵ há uma fotografia antiga do convento onde se pode ver o sino suspenso naquela estrutura metálica.

A estrutura metálica de suporte do sino encastrada na parede, como se pode ver (Figura 28) completamente rodeada dos andaimes levantados em Janeiro de 2018 por ocasião das obras de restauro, já foi extraída da parede. Porém, todo esse material foi salvo de ter ido para o entulho ou reciclagem.



Fig. 28 - Suporte em escápula no local onde se encontrava e sino (Fotos do autor)

Sob estes elementos, ao nível do solo, encontra-se a grande entrada, a tal que agora tem um portão de ferro fundido que protege a galilé.

Após se ter subido os referidos quatro degraus de mármore e se ter passado aqueles portões de ferro, logo ali à esquerda, há uma porta dupla de madeira, que dá acesso a um

⁸⁵ <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/igreja-e-convento-de-chelas>.

espaço que seria a interface entre o mundo exterior e o mundo interior, e que permite o ir até ao claustro, agora o novo. Essa interface é um pequeno vestíbulo rectangular que está totalmente azulejado, tendo sobre essa porta, mas agora vista pelo lado interior, um painel de azulejos de fundo enxaquetado de camélias, o qual é carregado de uma cruz de Cristo encimada pelas letras INRI que estão acima e fora dos limites do próprio painel, e a cruz colocada sobre um par de tíbias cruzadas com um crânio sobre elas e, sotaposto a estas imagens a data 1667, (Figura 29).



Fig. 29 - Cruz sobre a porta de saída (Foto do autor)

Do lado esquerdo, em relação a essa porta de entrada, há uma pequena sala cujo solo é de mosaicos brancos e pretos. Ela tem uma arcada sobre a porta que lembra as entradas dos monumentos hispano-árabes, talvez com essa influência.

Seguindo no sentido Oriente-Occidente, encontra-se então o claustro novo, a que será chamado apenas por claustro dado que o velho foi já falado, que é composto por um edifício de dois pisos com um espaço térreo de forma quadrangular limitado por quatro muretes azulejados sobre os quais assentam sete colunas em cada um (seis inteiras e duas metades), formando entre si sete arcos que recordam igualmente a arquitectura hispano-árabe com os seus arcos de volta perfeita. Esta forma de construção com grandes arcos, tem a finalidade fazer circular o ar a fim de garantir a manutenção de temperatura no interior do convento e permitir que seja usado como zona de lazer, uma vez que é um espaço interior arejado e sobretudo com luz natural assim como um intensão simbólica ligada ao número de colunas. Cada murete possui uma abertura ao centro que dá acesso ao espaço ajardinado e a céu aberto (Figura 30).



Fig. 30- Colunas dos claustros (Foto do autor)

Os muretes, que suportam as colunas e limitam todo aquele espaço interior do claustro, estão forrados de azulejos do século XVI, com desenhos geométricos de losangos verdes e brancos, sendo azul o do centro (Figura 31).



Fig. 31- Murete azulejado com desenho geométrico (Foto do autor)

As paredes do claustro, em ambos os pisos, também são forradas por tapetes de azulejos, com motivos marianos (rosas do Japão - camélias) datados dos séculos XVIII, XIX e XX. Muitos destes azulejos já são cópias com pouco mais de trinta anos – por sinal, são estes que apresentam mais indícios de degradação acentuada, deixando muito mal colocada a imagem que se tem da tecnologia azulejar hodierna.

O chão, à volta deste espaço entre as paredes e os muretes, está revestido de placas de cimento limitadas por lajes de lióz⁸⁶ (Figura 32). Acredita-se que estas placas sejam para cobrir as campas de freiras. Assim sendo, certamente que seriam freiras de estatuto menos relevante que as que estão na igreja e, por isso, descansam anónimas, sepultadas à volta do

⁸⁶ É um tipo de calcário, vulgar na região do concelho de Sintra, Pêro Pinheiro, rico em fósseis marinhos, geralmente de cor rosa e bege.

claustro, muito à semelhança do que se pode observar noutros conventos de clausura, como o do Conventinho de Loures⁸⁷, apesar deste ser da Ordem dos Franciscanos e pertencer aos frades, logo masculino, ou como o de Setúbal, que semelhantemente era feminino.



Fig. 32 - Possíveis campos de freiras (Foto do autor)

Para se ter a certeza se ainda tem alguém sepultado ou quem eram, seria necessário fazer-se o levantamento destas placas. Porém, isso implicaria uma série de procedimentos de cariz legal, religioso e a ser efectuado por técnicos de antropologia, entre outros, que neste momento podem não ser justificáveis uma vez que este espaço é militar e usado pelo ArqGEx com funções diferentes de um espaço museal.

Em cada uma das quatro paredes do claustro abrem-se várias portas que dão acesso a edifícios cujas dependências estão hoje adaptadas a usos diversos de interesse militar e algumas dão acesso aos pisos superiores e às traseiras do convento. Melhor dizendo, uma das portas da parede sul dá para um átrio interior de onde se pode aceder a um salão que foi uma das capelas do convento no passado⁸⁸ e conduz ao edifício de cinco pisos que tem as naves, onde se encontra grande parte do acervo arquivístico do ArqGEx, merecendo aqui destacar a nave do quarto piso, por ser aquela onde esteve a cela da Marquesa d'Alorna, bem como as celas das religiosas e de outras reclusas. Ainda no átrio, abre-se uma escadaria de mármore que leva aos andares superiores.

Na parede ocidental, uma das portas permite ir para as traseiras do convento, através de um corredor que passa entre o que antes era uma cozinha e agora são instalações sanitárias e um dos dois grandes salões que serviram de refeitórios e se situam, um sobre o outro. O salão térreo, de grandes proporções, serve actualmente de sala onde são tratados e guardados

⁸⁷ Museu Municipal Quinta do Conventinho de Loures.

⁸⁸ Que agora é o refeitório do pessoal do ArqGEx.

os Processos Individuais. Este espaço estava ligado a uma outra cozinha que ali funcionava por uma escada de dois lanços que desapareceu com as obras realizadas em 2002, para aproveitamento do espaço dessa cozinha, que é actualmente uma sala destinada à gestão de documentação das ex-Províncias Ultramarinas.

Sobre este salão do piso térreo, como atrás ficou dito, está outro semelhante, no primeiro piso, que era um refeitório, e que foi transformado numa sala onde, durante dois anos, após a saída da Lei 9 de Fevereiro de 2002 (Lei do Combatente) e para cumprimento do seu preceituado, cerca de uma centena de pessoas trabalharam na elaboração de certidões, a pedido dos cidadãos que, naquele ano, rondavam os seiscentos mil pedidos.

É curioso registar que as paredes deste salão, então refeitório, do primeiro piso, estejam azulejadas desde o chão só até meia altura. A ausência de azulejos a cobrir totalmente as paredes, situação que se afasta do que se verifica nas outras partes do convento, pode ter ficado a dever-se, segundo o 'sítio' governamental, ao facto de ter havido uma transferência de painéis dos azulejos "azul e branco, com caça ao veado e cenas campestres e do séc. XVII, provenientes do Mosteiro de Chelas"⁸⁹, para o Instituto de Odivelas, estabelecimento militar de ensino, que terminou as suas funções recentemente.

Acredita-se, portanto, que este salão, pelos painéis que ainda foram as suas paredes e pelo facto de estar junto da cozinha deste piso, tenha servido de refeitório para utilização do corpo de freiras e, talvez, das senhoras nobres, sendo também na cozinha que se preparavam todas as refeições nomeadamente as das doentes, que estavam na enfermaria, na sala ao lado; e que o salão do piso inferior, por não ter quaisquer vestígios dessa cobertura ornamental, seria utilizado como arrecadação.

Um pouco mais à frente, ainda dentro do claustro e nesta parede ocidental, existe outra porta, mais próxima da retaguarda da entrada para o coro baixo, que dá acesso a uma pequena sala que em tempos foi um oratório. Este oratório tem uma escadaria de mármore para aceder ao claustro superior e à torre sineira do convento.

Na parede do lado norte do oratório, há apenas uma porta que dava acesso ao coro baixo da igreja e ao lado norte do edifício. Hoje serve apenas a pequena sala destinada a arrecadação de material diverso, em que foi transformado uma parte do coro baixo e limitado por uma parede que separa estes dois lados.

Na área descoberta, mesmo no centro do jardim, encontra-se um tanque quadrado ladeado por quatro bancos azulejados, cujos encostos têm cerca de um metro de altura e,

⁸⁹ http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4067.

estando virados para o centro, marcam um espaço de convívio onde não falta sequer um pequeno repuxo (Figura 33).



Fig. 33- Tanque (Foto do autor)

Os lados do tanque e os bancos estão rodados de quarenta e cinco graus relativamente às paredes do claustro, o que não deixa de ser curioso, porquanto o melhor aproveitamento do espaço e como era expectável, aconselharia a alinhar este espaço com as paredes do claustro; mas, desta forma, os acessos que partem das aberturas a meio dos muretes, ficam alinhados com os vértices do tanque e com as quatro entradas para o espaço de convívio, desenhando-lhe as diagonais (a roxo figura 34) que são, simultaneamente, as medianas dos lados do claustro, e estas alinhadas no sentido dos quatro pontos cardiais.

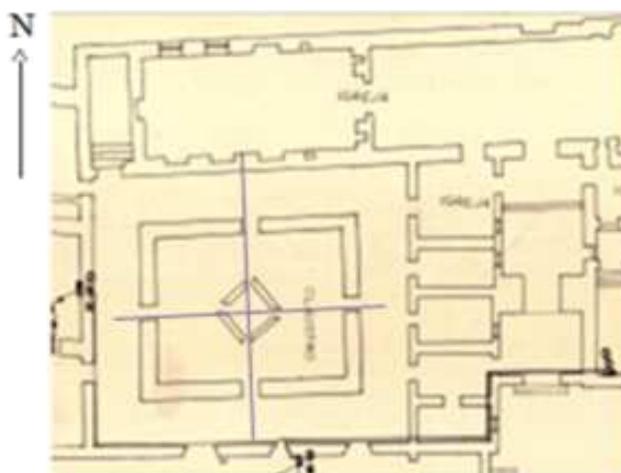


Fig. 34 - Imagem piso térreo obtida por digitalização de uma planta do ArqGEx

Esses acessos, cruzam-se exactamente no centro do tanque, onde há uma coluna de mármore, prismática, de base quadrangular, encimada por uma ara também em mármore, ligeiramente maior que a base, à qual se sobrepõe hoje uma taça feita de uma liga de cimento,

com vários furos junto ao rebordo para escoar a água do repuxo para o tanque (Figura 35). Esta taça foi encontrada durante umas obras realizadas na década de noventa do século passado e não pertencia a este tanque, mas foi aqui colocada para não se perder e, talvez, para cumprir a finalidade para que terá sido feita, apesar de ser achada noutra local.

Sob a ara, em cada um dos quatro lados, existe um furo por onde antigamente brotava a água que alimentava o tanque (assinalada pela seta vermelha). Seria também expectável que cada furo estivesse exactamente a meio da face do prisma, mas não está; fica ligeiramente afastado do centro para o lado esquerdo, a cerca de um quinto da largura da face.



Fig. 35 - Coluna de mármore prismática de base quadrangular do centro do tanque (Foto do autor)

Partindo do princípio que a simetria coadjuva a estética, pode-se interrogar sobre a razão que justifique esta descentralização dos furos de alimentação do tanque.

Estes furos de escoamento de água não estão ao meio de cada lado porque deve ter havido, por parte do autor que projectou a obra, uma clara intenção relativa ao efeito que pretendia produzir na água que está no tanque. Isto é, imagine-se que os furos afinal estavam no meio da ara. O fluxo de água, ao tocar na água que está no tanque, criaria ondas circulares concêntricas que se deslocariam para os dois lados e, ao baterem nas paredes do tanque, regressariam ao centro, num constante movimento elástico e pendular que anularia a força cinética criada. Oxigenaria a água, sim. Mas, veja-se agora com este sistema de furos desfasados para a esquerda: a água cai igualmente sobre a água do tanque, fazendo também ondas concêntricas que se propagam para ambos lados. Enquanto a onda que vai para a direita, faz o caminho da quase totalidade da largura do tanque, a outra viaja muito pouco para o encontro da parede do seu lado, atingindo-a rapidamente e, invertendo a sua direcção, o que

acaba por reforçar as ondas que estão à sua frente, no sentido da outra parede, empurrando-as ainda mais, não permitindo que regressem. Isto implica que o movimento da água do tanque deixa de ser elástico e passa a ser feito apenas no sentido da esquerda para a direita o que garante uma melhor oxigenação da água do tanque, o que é excelente para a manutenção da vida existente na água⁹⁰e, ainda, desta forma, toda a água do tanque mantém-se num permanente movimento circular e em acordo com o movimento de rotação do planeta o que ajuda o ar a ter um movimento helicoidal ascendente, o qual, ainda que seja suave, é como uma brisa que envolve quem se senta nos bancos. Na realidade, é possível sentir-se, em qualquer dia do ano e a qualquer hora, esse movimento ascendente do ar fresco, que se distribui pelos quatro lados do claustro. Esse movimento de ar ajuda a manter a temperatura e a humidade nas diversas dependências do convento.

Subindo pelas escadas do átrio que acede ao refeitório, chega-se ao primeiro piso (Figura 36), onde se encontra, logo a ocidente um espaço com duas janelas viradas para sul, das quais se pode observar o comprimento das naves, pelo lado exterior.



Fig. 36 - Imagem do 1º piso obtida por digitalização de uma planta do ArqGEx

Ainda nesse espaço onde estão essas janelas, do lado ocidental, há outra porta que dá acesso ao que era a enfermaria do convento. Era na enfermaria que se recolhiam as mulheres doentes física e mentalmente. Actualmente está ligada ao que era uma cozinha, tal como já houve oportunidade de se referir, que foi modificada, e que agora tem uma pequena escadaria para compensar o desnível entre estes dois espaços, abertura mandada fazer em 2002. Este espaço que, por sua vez, está separado pela porta do já referido refeitório que foi o lugar onde

⁹⁰ Sempre teve peixes nele, mas porque o tanque perde água, precisando de ser reparado, de momento não os possui.

estiveram os cerca de uma centena de jovens contratados a elaborar aquele enorme volume de certidões pedidas pelos cidadãos.

Voltando à escadaria que vem desde o nível do solo. Esta prolonga-se mais para cima, para o piso mais alto, onde se encontra a funcionar mais uma secção documental, que é composta por uma sala e pela respectiva nave. Esta nave, crê-se, seria onde habitavam as mulheres que pertenciam a posições sociais mais baixas como, por exemplo, as aias e as serviçais que acompanhavam as damas em reclusão. Neste nível, no cimo das escadas de mármore que lhe dão acesso, encontra-se um tapete de azulejos, contendo imagens de anjos e uma coroa ao centro⁹¹.

Passando para o lado oriental do convento, encontra-se um edifício de dois andares, com acesso à igreja pelo interior.

No exterior do Convento, nas zonas consideradas como as traseiras do edifício, na parte mais ocidental, há um pequeno parque para viaturas e, junto à parte contígua às naves, um túnel que faz a ligação com a estrada de Chelas.

O que importa referir desta zona é a pequena dimensão do terreno onde eram sepultadas as mulheres que entravam no convento e aí faleciam. Segundo informações que se foi recolhendo junto dos guias de grupos de visitantes que por aqui passaram, este era o espaço de inumação das criadas e das 'escravas' das senhoras que entravam no convento por opção ou por ordem de alguém.

Uma das saídas dos terrenos envolventes do convento, a oriente, para a estrada de Chelas é feita através de um portão largo, de ferro fundido, por onde dantes se acolhiam os fiacres e as cadeirinhas dos visitantes do convento, que serviu mais tarde a Fábrica da Pólvora e ainda hoje permite o acesso de viaturas ao parque das traseiras.

Segundo o Sr. Raul, este era o portão secundário da fábrica, uma vez que havia um portão principal, uns metros mais a sul deste, aberto no muro que circundava a fábrica. Disse o Sr. Raul que junto deste portão, que já não existe mais, havia uma casa da guarda à sua esquerda e, do lado direito, havia uma esquadra de polícia e a barbearia da polícia.

Hoje, para além de ser a única entrada para viaturas, testemunha a presença anterior do Batalhão do Serviço de Transportes, da Fábrica da Pólvora e da Arma de Artilharia, com duas granadas flamejantes em mármore (Figura 37), sobrepostas a duas colunas prismáticas quadrangulares onde se fundem os gonzos do portão.

⁹¹ No capítulo seguinte este painel será explicado segundo uma perspectiva simbólica.



Fig. 37 - Granadas flamejantes (Foto do autor)

No lado oriental e meridional, no exterior, ficava antigamente o espaçoso Largo de Chelas, que perdeu a classificação de Largo porque foi aberta uma moderna artéria que, dividindo o espaço da fábrica em duas partes, segue para a Avenida Santo Condestável, arrasando com o espaço aberto onde em tempos houve muitos arraiais populares, muito procurados pela população local.

Em relação ao longo vale 'verdejante' de Chelas, que terminava junto ao Tejo, passando entre o Mosteiro da Madre de Deus, (onde está instalado o Museu Nacional do Azulejo) e a antiga Fábrica dos Tabacos de Xabregas, pode dizer-se que é nesse vale que se crê ter havido um pequeno braço do Tejo que acabaria por secar, deixando sedentos os terrenos muito férteis em que predominavam os olivais e as hortas verdejantes, da vizinhança do convento.



2 – Da História religiosa à historicidade militar

Neste capítulo será feita uma descrição do monumento em termos cronológicos e patrimoniais e serão apresentadas as duas perspectivas pelas quais se pode estudar o mesmo património: a perspectiva militar e a perspectiva religiosa.

2.1 – História do monumento

As origens do que é actualmente o Convento de Chelas perdem-se no tempo, e como não tem sido possível realizar-se uma intervenção arqueológica, nem tal parece que venha a acontecer, pelo menos a curto ou médio prazo, teme-se que um estudo desta natureza saia prejudicado ou seja já completamente impossível, uma vez que os terrenos à volta do convento já foram limpos pela Câmara Municipal de Lisboa, para ali ser criado um parque municipal. Segundo as palavras de um representante daquela instituição pública que ali se dirigiu disse, entre outros assuntos, que havia a hipótese da Câmara expropriar aquele espaço para fazer a continuação da área verde do parque da Bela Vista⁹². Mas, o que pode dizer-se, nesta altura, é que há "vestígios com motivos visigóticos, descobertos em escavações, que se encontram no Museu Arqueológico do Carmo"⁹³ e que se acredita serem do século VII d.C.

Na verdade, muito antes de aqui existir este convento, ou sequer um templo romano, já seria casa religiosa, possivelmente um templo dedicado à deusa grega Tétis⁹⁴, que foi criada por Hera, a deusa esposa de Zeus, ninfa do mar e mãe de Aquiles.

Eduardo Sucena⁹⁵, citando o poeta António de Sousa Macedo, diz que havia um "templo de Minerva, [...] no Vale de Chelas" (Sucena, 2006|2007: p. 168). Terá sido aqui também que, segundo a lenda, Ulisses⁹⁶ encontrou Aquiles refugiado na casa da sua mãe, entre séculos XIV a.C. e XIII a.C., depois da Guerra de Tróia, onde outros garantem que ele pereceu. O peso daquela lenda era de tal forma grande que ainda no ano de 1753 "sendo rei e

⁹² Muito embora, no presente se comece a pôr em causa tal hipotética vontade.

⁹³ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2518. Também se encontra no Museu Arqueológico do Carmo, entre outros objectos, nomeadamente algumas rochas calcárias gravadas e uma colecção de azulejos que pertenciam a este convento. (<http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/igreja-e-convento-de-chelas>).

⁹⁴ https://www.e-cultura.sapo.pt/patrimonio_item/6484.

⁹⁵ Escritor, especialista na história do Fado e dos Templários em Portugal, sobre os quais publicou algumas obras e, sobretudo, foi um grande amigo do autor desta tese. Lamentavelmente partiu em Dezembro de 2017.

⁹⁶ "Rei de Ítaca, uma ilha grega do mar Iónio [...]. Quando Páris [...], preparou-se uma expedição contra Tróia, [...] Ulisses tomou parte cativa, nomeadamente ao garantir que Aquiles os acompanharia e aceitaria contribuir com o seu valor guerreiro para o sucesso da guerra" (<http://www.olimpvs.net/index.php/mitologia/a-historia-de-ulisses/>).

senhor D. José e já assente no poder o sacerdote da Razão, o capitão Luís Marinho escreveu [...]: - Dificultosa coisa será querer provar que Aquiles estivesse nestas partes Ocidentais escondido em Chelas, sendo templo de Virgens Vestais [...]" (CML, 1995: p. 25).

Uma curiosidade em relação ao topónimo de Chelas. Este topónimo vem de Chellas, que por sua vez vem de Achellis⁹⁷ (Aquiles) o que, segundo a lenda, parece querer dizer que aquele herói teria estado escondido por estes lugares de Lisboa, talvez disfarçado de mulher, entre as vestais de um templo, uma vez que nesse tipo de templos a entrada de homens era fortemente proibida e rigorosamente punida, porque da virgindade das sacerdotisas dependiam as boas colheitas e a vitória nas guerras. Mesmo aqui, o mítico aparece para criar um topónimo.

Também há a possibilidade do topónimo ter origem na etimologia latina ‘planella> chaela’, que significa pequena planície. Mas que não parece ser muito convincente, atendendo ao relevo deste lugar que é de um vale apertado entre elevações. Há, todavia, uma outra opinião de que o topónimo Chelas pode ser de origem inglesa (shell), porque esta zona é rica em calcários coníferos; mas esta parece ser a menos plausível porque o lugar com o nome Chelas, é bem mais antigo que as relações da Península com os povos da língua inglesa.

Relativamente à questão de ser templo de Vesta, numa obra do século XVII, do Padre D. Nicolao de S. Maria, intitulada *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, diz que,

como se pode ver na Historia Ecclesiastica de Lisboa [...] o Illustrissimo Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha o affirma, [...] que bem podia o mosteiro de Chellas ser de Christo, & de resolver que a Igreja de Chellas foi hũa das primeiras que em Portugal se edificaraõ ou conuerteraõ de Templo profano a diuino (Maria, 1668: p. 555).

Em relação a ser templo profano, referindo-se, talvez, a ser de Virgens de Vestais que, segundo o Padre Maria

neste mesmo anno de 1604 se descobrio hũa pedra de seis palmos de comprido, & tres de largo, que estaua detraz da Capella mòr do Mosteyro ao lôgo da terra, cõ a leitura seguinte em letras Romanas

IVLIA F. Q FVVS

As quaes letras interpretaraõ alguns doutos Antiquarios, & as leraõ por ordem da dita Senhora D. Luiza de Noronha Prioressa de Chellas, & viraõ que diziaõ assim: Iulia filha de Quinto Flaminea virgem Vestal Sacerdotissa. E esta pedra, & outras, que se descobriraõ na Claustra velha do mesmo Mosteiro hauer sido de virgens Vestaes antes da vinda de Christo" (Maria, 1668: p. 564).

⁹⁷ http://www.e-cultura.sapo.pt/patrimonio_item/6484.

No interior da igreja existem duas placas rectangulares de mármore, situadas bem no alto, sobre os altares colaterais de ambos os lados do espaço que dão acesso ao altar, fazendo referência tanto ao uso do convento pelas Cónegas Regrantes de Santo Agostinho como à construção da igreja pelo rei Bamba que viveu e reinou na Península nos séculos VII e VIII.



ESTE CONVENTO E DE CONEGAS REGRANTES DE STO AGOSTINHO POR ESCRITVRAS ANTIQVISSIMAS E FOI CASA DAS VESTAES ANTES DA VINDA DE CHRISTO NSOQSEVEPO LOS VESTIGIOS DAS PEDRAS Q ESTÃO NA CRASTA VELHA E POR O CIPO DE IVLIA A FLAMINEA E ARA DAS VESTAES CÕ O BVRA CO DAVRNA DO IGNE PERPETVO ASSI Q SE ACHA SERREEDIFICADA ESTA CAPELLA IIII VEZES HVÂ EM TEMPO DAS VESTAES OVTRA NA PRIMITIVA IGREIA DESPANHA E DVAS DEPOIS

Este convento é de Cónegas Regrantes de Sto Agostinho por escritura antiquíssima e foi casa de vestais antes da vinda de Cristo NS (Nosso Senhor) o que se vê pelos vestígios das pedras que estão na crasta velha e por o cipó de Júlia a Flaminia e ara das vestais como o buraco da urna do igne⁹⁸ perfeito assim que se acha ser reedificada esta capela quatro vezes uma em tempo de vestais outra na primitiva igreja de Espanha e duas depois.



ESTA CAPELLA SE REDIFICOV EM TPODO ILMOS D MIG DE CASTRO ARCEBISPO DE LIX PRELADO DESTA CASA CÕ GVIO GO VERNOV FOY SEMPRE ADMINISTRADA ANTES DOS REIS DE PORTV GAL COMO SE VE DVM CIPO FEITO NA ERA DO SDEM E DAS ARMAS DEL REY BAMBA Q REPART IO OS BISPADOS EM HESPANHA C Q TV DOSE ACHOV NESTA REEDIFICACAÕ RVINAS DE HVM CAIS DE ENXELHARIA A ONDE DESMBARCARAO ESTES SANTOSM ARTIRES POR ESTE VALLE SER MAR

Esta capela se reedificou em tempo do Ilustríssimo D. Miguel de Castro Arcebispo de Lisboa Prelado desta casa como guiou governou foi sempre administrada antes dos reis de Portugal como se vê dum cipó feito na era do S Dem e das armas do rei Bamba que repartiu os bispados de Espanha como tudo se achou nesta reedificação ruínas de um cais de enxilharia⁹⁹ aonde desembarcaram estes santos mártires por este vale ser mar.

Fig. 38 - Placas de mármore com referência às Vestais e ao rei Bamba (Fotos do autor)

⁹⁸ Igne de ígnea. Termo de origem grega que significa fogo. Exemplo, Ignição - que tem 'início (ignicio) no fogo, por exemplo, a ignição de um motor de explosão feita pela faísca; rochas ígneas, etc.

⁹⁹ "Alvenaria semelhante a cantaria, mas com as juntas entrecruzadas, sem formar fiadas". In Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2018:(<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/enxilharia>).

Como se pode ler, numa dessas placas consta como tendo sido o rei Bamba quem realmente a mandou reedificar a capela (Figura 38). O rei Bamba, também conhecido por Vamba ou Wamba, teria nascido na Egitânea, actual freguesia de Idanha-a-Velha¹⁰⁰ e apesar do seu nome estar registado naquelas placas, a Direcção Geral do Património Cultural diz que não existiu pois era um rei mítico. Quer tenha existido ou tenha apenas sido mítico, a verdade é que há uma torre em Idanha-a-Velha que se mantém e que se diz ter sido sua que, segundo a DGPC, deve ter pertencido à Ordem do Templo¹⁰¹.

O facto é que, sendo lenda ou realidade, naquela cidade há um salgueiro, que ainda vive, do qual se diz ter sido o varapau do rei, quando ainda era agricultor, que reverdeceu ao espetá-lo na terra, como prova divina que ele deveria ser rei. Se em Portugal pouco se diz sobre este verdadeiro ou mítico rei, em Valladolid - Espanha, há uma estátua, homenageando-o.

Então, o nome do fundador continuará envolto em mistério, até que seja feito um estudo científico que possa lançar alguma luz sobre este passado longínquo que tem influência sobre o Convento de Chelas.

Voltando à outra placa, relativamente às Vestais, tendo em conta que na mudança de civilizações, o respeito pelos lugares religiosos sempre incutia nos vencedores o desejo de os manter sagrados, mudando ou não o seu orago, consta que elas estiveram neste convento antes de Cristo.

De facto, é um assunto controverso. Eduardo Sucena descreve esta discussão de ser ou não ser verdade que as Vestais estiveram em Chelas, dizendo que

Frei Luis de Sousa [...] [é] contra a hipótese de ter ali existido um templo de vestais por, segundo ele, as não ter havido fora de Roma. Da mesma opinião não é D. Rodrigo da Cunha, que admitia ter ali havido o culto do fogo perpétuo, já praticado por Caldeus, Medos, Assírios, Egípcios e Persas, e que sacerdotisas desse culto – as vestais – já as havia em Tróia, Lavinio e Alba Longa antes da fundação de Roma [...]. (Sucena, 2006|2007: p. 169)

Confirmam esta hipótese de ter estado ali e antes de Cristo, não só o que o Padre Maria escreveu – o “Mosteiro hauer sido de virgens Vestaes antes da vinda de Christo” (Maria, 1668: p. 564) – mas também o que está patente numa das placas do interior da igreja onde consta que “POR ESCRITVRAS ANTIQVISSIMAS E FOI CASA DAS VESTAES

¹⁰⁰Idanha-a-Velha é uma povoação do concelho de Idanha-a-Nova, na província da Beira Baixa.

¹⁰¹Castelo de Ródão e Capela de Nossa Senhora do Castelo, também denominado «Castelo do Rei Vamba». (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/72989/>).

ANTES DA VINDA DE CHRISTO NS [...] O BVRACO DA VRNA DO IGNE PERPETVO”. Logo, é plausível que esta igreja tenha sido pagã antes de ser templo cristão, e que, realmente, tenha sido dedicado a Vesta, deusa do fogo sagrado, uma vez que os gregos e os romanos a levavam consigo para todas as colónias que fundavam, como símbolo da ligação com a terra materna¹⁰².

Qualquer que seja a verdade, de ter ou não ter havido Vestais neste lugar e, caso positivo, se foi antes ou depois de Cristo, a discussão mantém-se em aberto.

Para o autor deste trabalho, porque também exerce a sua actividade profissional no arquivo instalado no convento, cujo lema refere-se ao valor probatório do que está escrito e, estando escrito no documento do Padre Maria e na placa de mármore colocada no interior da igreja, a sua opinião é de que as vestais estiveram ali antes da vinda de Nosso Senhor Cristo. E, até que seja provado o contrário, devidamente fundamentado, assim se manterá. Para reforçar a ideia da presença romana em Chelas, e porque eles, como acima referido, adoravam Vesta, foi encontrado na zona da actual estrada de Chelas um marco miliário¹⁰³ dedicado ao imperador Adriano, o que "provava ter sido aquela via uma antiga estrada militar romana"¹⁰⁴ que ligava Braga a Lisboa, na variante para Lisboa por Sacavém e Chelas pela margem direita do Tejo. Essa estrada, conforme "lápide honorífica a Trajano Adriano no antigo convento de Xabregas; lápide na Quinta da Bela Vista; a via seguia pela Estrada de Chelas, passando junto do Convento de S. Félix, onde apareceu um miliário a Magnêncio (CIL II 4631), [...], referido por Marinho de Azevedo no ano de 1652 *in* «Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa», entretanto foi perdida".¹⁰⁵

Presume-se então, que depois de ter sido templo romano, mais tarde se tenha convertido ao Cristianismo quando este se tornou a religião oficial de Roma, continuando como cristão durante a ocupação visigótica e, muito possivelmente, cristão deverá ter ficado, mesmo sob a dominação muçulmana, a partir do séc. VIII d.C.

¹⁰² Na Grécia, nas principais cidades, esta deusa era representada como uma jovem que estava coberta com uma larga túnica e com um véu sobre a cabeça e ombros. Curiosamente, dentro dos templos romanos ela não tinha imagem, estando em seu lugar, o fogo inextinguível. As suas sacerdotisas eram chamadas "vestais" que juraram virgindade e devoção àquela deusa, estando ao seu serviço no templo por um período de trinta anos, só depois podiam escolher continuar a servir ou libertar-se do juramento.

¹⁰³ Eram blocos em pedra colocados ao longo das estradas do Império Romano para marcar as distâncias desde o Fórum Romano até ao local e tinham cerca de mil e quatrocentos metros entre eles. A fim de se conhecer o que é um marco miliário, na foto está um exemplo que foi encontrado junto ao Conventinho de Loures onde está preservado no seu museu, o Museu Municipal Quinta do Conventinho de Loures.

¹⁰⁴ <http://www.jf-beato.pt/beato/patrimonio/>.

¹⁰⁵ http://www.viasromanas.pt/#braga_lisboa, a estrada romana.

A figura abaixo é de um marco miliário encontrado na área do Conventinho de Loures, aqui apresentado para elucidar como era o seu aspecto, uma vez que, como já referido, o que foi aqui encontrado está no museu do Carmo.



Fig. 39 - Marco miliário do Conventinho de Loures (Foto do autor)

O que torna o Conventinho de Loures especial para ser várias vezes aqui apontado é porque era um convento de clausura que tem igualmente um claustro quadrado com paredes azulejadas e com uma fonte ao centro, diferindo no tipo de azulejos que, enquanto o de Chelas apresenta aspectos simbólicos, nele estão histórias descritas por imagens como se fossem as actuais histórias aos quadrinhos. Por ele também passava uma estrada militar romana que iria encontra-se com a que passa pelo Convento de Chelas, tinha igualmente um rio, o de Frielas, por onde escoava os seus produtos agrícolas. Tinha uma cerca com uma horta e, sobretudo, é um museu sem exposição permanente, mas que realiza visitas guiadas e eventos que contam a história do concelho, do monumento etc., permitindo que o público participe, tal como se pretende que venha a acontecer com este.

Continuando com o convento de Chelas, o Santo Mártir Félix esteve na origem do templo no século VII, conforme conta a lenda, após ter navegado três séculos, conforme um ‘sitio’ da Junta de Freguesia do Beato, quando se refere que no tempo do rei visigodo Recesvinto,

apareceram nos terrenos fronteiriços ao largo de Chelas os dois grandes caixões em mármore contendo as relíquias de S. Félix e dos seus doze companheiros, martirizados na Catalunha, no ano de 301. Os caixões navegaram durante três séculos no Atlântico, vindo parar ao local onde depois seria erigido o convento sob a invocação de S. Félix.

E que, já no século IX, chegaram também àquele templo as relíquias dos outros dois santos, como se lê que “mais tarde, em 804, o conde Servando depositou no convento as relíquias de Santo Adrião e de Santa Natália. Desde essa data, o convento de Chelas passou a chamar-se de Santo Adrião e de S. Félix”¹⁰⁶.

Mas há também quem, narrativamente, conte que o convento

teria recebido as relíquias de São Félix, martirizado em Gerona no ano 30 e trazido numa barca pelo esteiro que na época ocupava o Vale de Chelas. São desse período as pedras com finos lavores visigóticos pertencentes ao antigo templo, recolhidas actualmente no Museu Arqueológico do Carmo. No séc. IX, Afonso III de Leão tomou Lisboa aos mouros e por essa ocasião ofereceu as relíquias do mártir Santo Adrião ao convento.¹⁰⁷

O Padre D. Nicolao de S. Maria, na *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*, afirmou que

com segurança podemos proceder a dar relação do Mosteiro de Saõ Felix de Chellas depois da restauraçam de Espanha, deixando sua primeira fundaçãõ que foi pellos annos de Christo de 666 em que foraõ alli trazidas a Reliquias do glorioso martyr S. Felix Diacono, que padeceo martyrio em Girona de Catalunha com outros doze companheiros no 1, de Agosto do anno de 301 em tempo dos emperadores Dioclesiano, & Maximiniano, & por vario casos vieraõ suas santas Reliquias por mar aportar ao valle de Chellas onde chegaua o mar naquelle tempo, entrando pela boca do valle, reynando em Espanha Recensuinto Principe Catholico, em cujo tempo dedicaraõ os Christaõs naturaes de Lisboa no dito valle hũa Igreja à honra de S. Felix, cuja inuocaçãõ se conservou sempre na mesma Igreja em suas reedificaçoens (Maria, 1668: p. 554).

Em documentos diferentes, relativamente à questão do número de companheiros martirizados com S. Félix, no documento da junta de Freguesia do Beato consta como sendo doze e, segundo Sucena, diz que “dessa igreja paleocristã, pré-existente ou construída para acolher as relíquias de S. Félix e dos seus onze companheiros, restaram algumas pedras trabalhadas entre as que o Ministério da Guerra enviou em 1898 para o Museu Arqueológico do Carmo, onde estão expostas” (Sucena, 2006|2007: p. 172).

Júlio de Castilho¹⁰⁸ escreveu, relativamente ao esteiro do rio Tejo, por onde teriam chegado ao Convento de Chelas as relíquias de Santo Adrião, que “a água entranhava-se por

¹⁰⁶ <http://www.jf-beato.pt/beato/patrimonio/>.

¹⁰⁷ http://www.e-cultura.sapo.pt/patrimonio_item/6484.

¹⁰⁸ Júlio de Castilho foi poeta, escritor, jornalista e político. Nasceu em Lisboa a 30 de Abril de 1840 e faleceu a 8 de Fevereiro de 1919. Foi Visconde de Castilho. De entre as suas obras, destaca-se *Lisboa Antiga, Bairros Orientais*. (<https://toponimialisboa.wordpress.com/2016/04/11/o-largo-julio-de-castilho/>).

Enxobregas acima [...]; seguia a Chelas e desaguava no vale [...] da Paiã”¹⁰⁹. Este rio, que se juntava ao rio de Sacavém, actual rio Trancão, era muito importante pois era navegável¹¹⁰ e chegava até à actual Póvoa de Santo Adrião¹¹¹. Há histórias da sua utilização pela população em embarcações para transporte dos seus produtos hortícolas até Lisboa.

A ideia de que o rio é uma barreira, no passado era o oposto, era um caminho. Não era por acaso que os romanos construíssem as suas estradas ao longo dos rios, tal como neste caso que passava junto ao Convento de Chelas indo até Scalabita (Santarém).

Portanto, pode-se prosseguir, dizendo que as relíquias daqueles santos chegaram a este lugar, Chelas, via fluvial, e que, desde então, o convento passou a "designar-se convento de S. Félix e Santo Adrião"¹¹².

“As primeiras evidências materiais que subsistem são do século X, altura em que a activa comunidade moçárabe de Lisboa patrocinou uma reconstrução, pelo menos, da igreja”¹¹³, por especial tolerância dos conquistadores muçulmanos¹¹⁴ e pela vontade daquela comunidade que, apesar das vantagens políticas, nunca se converteu ao islamismo. Ora, se patrocinaram a ‘reconstrução’ é porque já havia sido construída antes, e de acordo com as palavras do Padre Nicolau Maria que disse que as relíquias tinham vindo em 666 (Maria, 1668: p. 554), tudo leva a acreditar que a exposição do ‘sítio’ da Junta de Freguesia do Beato quando refere que no século VII “seria erigido o convento sob invocação de S. Félix”¹¹⁵, é válida.

Em 1154, o templo foi reconstruído por D. Afonso Henriques, conforme testemunha também o Padre D. Nicolao, referindo-se à importância do então mosteiro:

[...] he de saber, que lançados os Mouros de Lisboa pello braço, & valor del-rey Dom Affonso Henriquez, & entrada a Cidade em 25 de Outubro dia dos Santos Martyres Crispim, & Crispiano do anno de 1147. Com hũa solemne Procisaõ em acçaõ de graças, tratou logo o Religioso Principe de mandar purificar as Igrejas que ainda hauia eem pê na dita Cidade, & seus arredores, & foi hũa a Igreja de S. Felix de Chellas ao Norte da mesma Cidade em distancia de quasi hũa legoa pello Tejo assima em hum valle mui fresco, & apraziuel, chamado

¹⁰⁹ Paiã, um amplo vale que fica entre Amadora, Pontinha e Odivelas. É lá que se encontra a Escola Profissional Agrícola D. Dinis.

¹¹⁰ Era navegável, até pelo menos meados do século XVIII, quando se iniciou um lento processo de assoreamento do rio, que tem, desde então, impedido a sua navegabilidade. Aliás, hoje dificilmente se reconhece que por ali tenha passado um rio.

¹¹¹ Crê-se que as relíquias do Santo Adrião foram levadas para aquela povoação, por este rio, dando-lhe, por isso o seu nome.

¹¹² https://groups.google.com/forum/#!topic/tradicional/U_bs_fCAXlo.

¹¹³ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70587/>.

¹¹⁴ No entanto, há a referência de que "Terá sido profanado após a ocupação muçulmana". (<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=1437475>).

¹¹⁵ <http://www.jf-beato.pt/beato/patrimonio/>.

Achellas, no remate do qual estaua a sobredita Igreja, a qual foi logo purificada pello nosso Arcebispo de Braga Dom João Peculiar, que El-Rey se achou no certo, & tomada de Lisboa (Maria, 1668: p. 554).

Durante a sua existência marcada por reconstruções e melhoramentos, quer durante os períodos da Antiguidade Clássica, dos Gregos e dos Romanos, entrando pela Idade Média (séc. V d.C.), quer nos tempos mais próximos da actualidade, de que se conhece uma intervenção do arquitecto Nicolau de Frias¹¹⁶, surgiram em Portugal vários 'estilos' arquitectónicos como o românico, o gótico e o manuelino¹¹⁷.

Já no reinado de D. Manuel I o convento foi aumentado e a sua igreja foi reconstruída. Em 1604, realizaram-se novas obras de reconstrução, remodelação e ampliação, "por ordem da abadessa D. Luísa de Noronha"¹¹⁸. Em consequência do Terramoto de 1755, a igreja foi praticamente toda reconstruída e enriquecida com talha dourada e azulejos, obra que viria a ser concluída em 1757¹¹⁹. "Apesar de bastante modificado depois da extinção das ordens religiosas [...] o convento mantém as características essenciais da reforma executada nos primeiros anos do século XVII"¹²⁰ de que se destacam o claustro com o tanque e, os bancos de espaldar inclinados forrados de azulejos azuis e brancos¹²¹ de padrão, de albarrada¹²² e de "figura avulsa"¹²³, isto "para além de todo o património azulejar do séc. XVIII, que ainda se conserva no Museu Arqueológico do Carmo."¹²⁴

¹¹⁶ Arquitecto do século XVI que, "para além de outros cargos que ocupou, foi mestre das obras da cidade". (<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/62.pdf>).

¹¹⁷ Resumidamente, pode dizer-se que o estilo românico se caracteriza por paredes muito espessas com contrafortes, poucas ou nenhuma aberturas, arcos redondos nas portas e uma rosácea para enfeitar e dar alguma claridade ao interior. O estilo gótico é mais leve e pontiagudo, tendo janelas, vitrais e arcos em ogiva, nervuras a sustentar os tectos abobadados que antigamente era todo suportado por madeiramento. Finalmente, o estilo manuelino é todo cheio de pedra talhada, estatuária, rendilhados e cordame.

¹¹⁸ http://www.e-cultura.sapo.pt/patrimonio_item/6484.

¹¹⁹ <https://lifecooler.com/artigo/atividades/igreja-e-convento-de-chelas-sao-felix/350490/>.

¹²⁰ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70587>.

¹²¹ http://www.e-cultura.sapo.pt/patrimonio_item/6484.

¹²² As albarradas são painéis de azulejos que representam um vaso ou uma jarra de flores que é acompanhado de outros elementos figurativos a ladear, tais como, crianças, pássaros ou flores. Começaram a aparecer já no século XVII e continuaram a ser usados, como painéis independentes ao longo dos séculos XVIII e XIX. No III Volume da dissertação de mestrado de Carina Fabiana Henriques Bento de 2019, da Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, subordinado ao tema "Azulejaria da Colecção Berardo, Estudo, Criação de um Sistema de Inventário e Gestão da Colecção, e Proposta de Museu Virtual", na sua página 4, aparece o conceito de albarrada, como tendo sido "usado, sobretudo, no revestimento de espaços conventuais, tendo a sua produção coexistido com a dos painéis narrativos pintados pelos artistas mais qualificados". Adianta mais, dizendo que este "motivo chegou ao nosso azulejo no decorrer do século XVII, onde foi, algumas vezes, utilizado com uma intenção simbólica".

¹²³ <https://lifecooler.com/artigo/comer/igreja-e-convento-de-chelas-so-flix/350490>.

¹²⁴ <http://www.cm-lisboa.pt/en/equipments/equipment/info/portal-e-galile-da-igreja-de-chelas>.

A vida conventual no país teve os seus momentos de crise provocados pelo poder político. Ainda no tempo do rei D. José I e do Senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, o poder religioso, principalmente o dos jesuítas, era de tal modo influente na política do país que o rei e o seu ministro procuraram arranjar motivos que servissem para os expulsar do país. E, como muitos "mosteiros apoiaram o absolutismo miguelista, derrotado na guerra civil, contra os ímpios e blasfemos liberais". (Marques, 1991: pp. 117-118), foi mais uma razão para terminar de vez com todas as ordens. Assim, no dia 30 de Maio de 1834, data em que foi assinada a capitulação de D. Miguel, e com o alvará de 1 de Abril de 1815¹²⁵ e o decreto datado de 28 de Maio de 1834, assinado por Joaquim António de Aguiar, que foi uma das primeiras medidas apresentadas a D Pedro IV pelo novo governo de Duque da Terceira e pela mão de Joaquim António de Aguiar, ministro da pasta da justiça, deu-se então a extinção das ordens religiosas que abrangiam toda a rede religiosa formada

por «[...] conventos, mosteiros, collegios, hospícios, e quaesquer casas religiosas de todas as ordens regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra». Ao serem considerados como extintos os conventos de freiras, muitos [...] foram abandonados e pilhados, culminando com a sua expropriação (Matela, 2009: p. 34).

Apesar de todo este ambiente político hostil à vida religiosa e, de um modo mais concreto, à vida conventual, este convento manteve-se em actividade até à morte da última freira, o que denota algum respeito e consideração por parte do poder político, se não pelas freiras propriamente ditas, pelo menos pelas senhoras da nobreza que ali viviam; e é preciso considerar que entre 1820 e 1878¹²⁶ Portugal teve governos de várias tendências, mais ou menos radicais, durante os muito conturbados primeiros anos da Monarquia Constitucional.

A data que marca o encerramento definitivo deste convento feminino coincide, como se disse acima, "por morte da madre vigária e última religiosa, D. Maria Augusta de São José que morreu em 13 de Junho. Nesse ano, o Mosteiro tinha seis pupilas e oito criadas"¹²⁷ que, naturalmente, terão sido dispensadas, depois do falecimento da priora. Depois, a posse do edifício reverteu para o Estado, que veio a instalar ali a fábrica de produção de pólvora.

De facto, em 1898, foi instalada a Fábrica da Pólvora sem Fumo nos terrenos envolventes do monumento, construindo ali edifícios e paióis apropriados, de que restam os assinalados com o número (5) na figura 8. Já no período da Primeira Guerra Mundial,

¹²⁵ <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/extincao-das-ordens-religiosas/>.

¹²⁶ De acordo com <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224429>, que diz que ela nasceu em 1858 e morreu em 1859, o que parece ter sido gralha e deveriam querer dizer 1878; tendo sido a madre escritã.

¹²⁷ <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1437475> e <http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=609>.

aproveitaram-se os espaços não fabris para os converter em albergue de viúvas de militares (Caeiro, 1989: 47); e, no último quartel do século passado, foi aqui instalado o ArqGEx¹²⁸, que tem vindo a utilizar e a preservar o convento, até aos dias de hoje.

Em forma conclusiva, refira-se então que o convento com a sua igreja, como local de culto cristão, foi sempre católico desde o século VII d.C. Mas depois de tantos desaires e pelo facto de todo o espaço do convento e área envolvente ser pertença do Exército, incluindo a igreja, o Patriarcado de Lisboa assinou um acordo com o Exército para que a igreja continuasse a realizar os seus cultos em 1955. Desde então, assim se manteve até à primeira década do presente século, XXI, em que passou a ser ortodoxa, como será visto mais adiante no capítulo Espaço religioso actual.



2.2 – As Cónegas Regrantes de Santo Agostinho do Convento de Chelas

Têm sido encontradas referências de que este convento, ou mosteiro, foi de cónegos¹²⁹, mas também um misto de cónegos e cónegas, tal como o cronista Padre Frey Luiz pretendeu mostrar, e como Caeiro (1989) que afirmou que o mosteiro foi duplex, mas as suas duas comunidades estavam separadas, até ao ano de 1290 em que D. Soeiro Viegas, Bispo de Lisboa, o entregou às freiras regrantes de Santo Agostinho.

Segundo opinião da Arquitecta Camila Oliveira, em conversa informal, o convento foi habitado por uma 'comunidade masculina' e, em 1290, ficou na posse da Ordem de Santo Agostinho, para albergar as monjas ou freiras regrantes daquela Ordem, tal como Campos refere, que "terá passado aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, para constituição de uma comunidade feminina que terá tomado posse do mosteiro não antes de 1162" (Campos, 2013: p. 16 [anexo I]). Mais tarde, esta doação terá sido confirmada por D. Afonso II.

¹²⁸ <http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/historia>.

¹²⁹ Segundo o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DigitArq), o mosteiro “[...] pertencia aos Cónegos Regulares de Santo Agostinho, e esteve sujeito, sucessivamente, ao bispo, arcebispo e ao cardeal patriarca de Lisboa” (<https://pt.scribd.com/document/188884675/2013-11-25-Mosteiro-de-Chelas-Arq-Nac-Torre-Do-Tombo-5p>). E, cónegos são padres que fazem parte da direcção da igreja.

Todavia, o Padre Nicolao Maria disse que Martim Affonso defendia que eram só cónegas, segundo

as palauras formaes estas: *Vt Ordo Canonicus, qui fecundum Deum, [...] Augustim Regulam in codem loco institutus esse dignoscitur*¹³⁰. Em outros Breues¹³¹ se acha serem Freiras de santo Agostinho [...] assi o diz hum Breue de Gregorio Vndecimo dado no segundo anno de seu Pontificado & outro de Martinho Quinto passado em Roma nos idos de Outubro no anno nono de seu pontificado. [...] [e] lhe chamaõ os Summos Pontifices: Conegas de S. Agostinho (Maria, 1668: pp. 553-554)

Aquele Padre acrescenta que nenhum dos autores anteriores a ele estavam bem seguros, (nem, pelos vistos, os seus contemporâneos), até porque, segundo a sua pesquisa,

escreueraõ às cegas, & como a aduinhar por falta de Escrituras authenticas por onde governassem, as quaes deuiaõ faltar no Cartorio depois do anno de 1604 porque neste anno affirma o Padre D. Theotonio de Mello nas suas escritas [...] [A verdade, segundo o autor], Mostrase por varias Escrituras ser o Mosteiro de Chellas sempre de Conegas Regrantes. (Maria, 1668: p. 556-557)

Ainda, segundo mesmo Padre, as Cónegas deste Mosteiro vieram de Coimbra, do Mosteiro de Santa Cruz, para fundar o Mosteiro de Chelas, que Caeiro diz que é "considerado para muitos a mais antiga clausura de Lisboa e arredores" (Caeiro, 1989: p. 47). No mesmo sentido, Soares (2015) afirma que "em 1147, segundo rezam as crónicas religiosas, foi o mosteiro de Chelas reedificado e ali se estabeleceram monjas vindas de Santa Cruz de Coimbra, sendo a irmã Justa Rabaldes a primeira priora de Chelas" (Caeiro, 1989: p. 47). Para além disso, e mesmo depois, partindo deste convento de Chelas, elas conseguiram alargar a sua influência até outras cidades como Santarém e Abrantes. E em cada um dos seus respectivos conventos, eram também conhecidas e tratadas por 'Donas'¹³². D. Tareja Fagundes em 1291, como priora de Chelas, D. "Esteuinha", como mestra das Noviças juntamente com D. Maria Mendez, saíram de Chelas para fundar o Mosteiro das Donas de Santarém. E para Abrantes, segundo o Padre Maria, fundaram um Mosteiro em 1384 (Maria, 1668: pp. 569-570). Estas 'Donas' de Chelas, igualmente, fundaram o Mosteiro de Nossa Senhora do Couto "em 1551 [...] no termo da vila de Gouveia, nas imediações de Melo."¹³³

¹³⁰Como a ordem canónica da luz de Deus, [...] a regra de Augusto é reconhecida a ser estabelecida no mesmo lugar.

¹³¹Breves eram documentos oficiais da igreja, que poderiam, inclusive, serem papais.

¹³²O nome de Donas, termo com origem na palavra latina *Dominas*, deve-se, segundo o Padre Maria, ao "Padre Santo Theotonio" que em Portugal começou a recolher no Mosteiro de Santa Cruz mulheres nobres, donzelas ilustres em perpétua clausura, pelo que, por cortesia, assim ficaram conhecidas (Maria, 1968: p. 566).

¹³³<https://digitalq.arquivos.pt/DetailsForm.aspx?id=1375569>.

Portanto, e de acordo com o Padre Maria, este Convento foi sempre governado por senhoras, as Cónegas Regrantas de Santo Agostinho, em regime de clausura, até porque, no interior da igreja estão as sepulturas que são de Dona Juliana de Noronha, Dona Maria da Silva, Madre Isabel dos Anjos e Madre Filipa do Espírito Santo, não se tendo encontrado nenhuma com um nome masculino, donde se depreende que, realmente, o Padre Maria tinha razão.

Há, inclusive, um nome que se destaca quando se fala no Convento de Chelas: o da Madre Justa da Cruz

que foi a primeira planta delle, & a primeira Priora de Chelas. Veyo esta Senhora [...] do Mosteiro de Saõ Ioaõ de Santa Cruz pera primeira Priora de Chellas; & ou por memoria de hauer sido das primeiras Conegas daquelle Mosteiro, ou por dar demaõ ao apelido do nobre Rabaldes, chamandole de antes Iusta Rabaldes, porque verdadeiramente foi Iusta, naõ so de nome, mas de obras, & muy deuota da sacratissima Cruz de nosso Redemptor. Sua sepultura se descobriu na Claustra antiga do mesmo Mosteiro de Chellas no anno de 1117 e a que o Bispo de Lisboa Dom Soeiro Viegas vindo de Roma começou a restaurar, & reedificar o Mosteiro, pera melhor recolhimento das religiosas Conegas, & tinha o Epitafio seguinte:

Iusta à Cruce; Iusta nomine, & vita Iacet hic à nece extincta.

Prima faudatrix; & opima contemplatrix.

*At nunc in Caelo est pio nobis auxiliatrix.*¹³⁴ (Maria, 1668: p. 562)

Estas linhas reforçam a ideia de que o convento apenas foi de senhoras e tal facto está confirmado num 'sítio' do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde diz que foi inicialmente governado em 1191 por D. Justa Rebalde, irmã de D. João Peculiar¹³⁵.

Outras, como Maria Magdalena que aqui viveu com a sua irmã Martha, dedicando o seu tempo ao divino, Dona Maria Sylva¹³⁶, filha de João Fogaça Deça, tinha uma irmã, fora do convento, Dona Joana Deça que era Camareira-mor da Rainha D. Catarina. Outra virtuosa Dona foi a Madre Soror Elena Espírito Santo¹³⁷ que veio a falecer no ano de 1596.

Segundo Morujão, nele estiveram abadessas ou prioras¹³⁸ de Chelas, como foram "D. Domingas Anes, D. Catarina Domingues, D. Aldonça Pereira, D. Maria Pereira [e as] sub-prioras, Clara Gonçalves, Ana Martins Alvernaz, e Brites da Paixão [assim como] a

¹³⁴ Do latim que quer dizer: Justa Cruz, Justa no nome e na vida, a quem a morte levou, apagando a luz de sua exemplar vida; foi primeira Fundadora deste Mosteiro e mui contemplativa e que agora não lhe custa de ser nossa intercessora no Céu.

¹³⁵ Arcebispo de Braga.

¹³⁶ Esta Religiosa Cónega, cantava no coro. (Maria, 1668: p. 563).

¹³⁷ Sobrinha do Arcebispo de Évora, D. João de Mello.

¹³⁸ Abadessa é a superiora de um mosteiro, que pode dispor de monjas com votos solenes, sendo esse mosteiro, também conhecido por abadia; e priorado quando é governado por uma priora e esta é a superiora de conventos.

Soror Juliana de Jesus que dirigiu o Convento, onde morreu com cem anos, a 18 de Maio de 1639" (Morujão, 2011: p. 47).

Portanto, e sem qualquer margem para dúvida, este Convento, foi habitado pelas Donas Cónegas Regrantes de Santo Agostinho. Tal facto foi também confirmado por uma bula de Bonifácio VIII, onde se pode ler que as

amadas filhas em Christo, a Prioressa, & mais conegas de Santo Agostinho do Mosteiro de S. Felix de Chellas desse Bispado de Lisboa [e ainda] o Mosteiro das Donas de Santarém, & o das Freiras de Corpus Christi de Vilanoua do Porto, foraõ em seus principios de Conegas de Santo Agostinho, aquelle fundado por duas religiosas Conegas de Chellas; & este por hũa Senhora illustre por nome Dona Maria Mendes Perita, tambem pera Conega de Santo Agostinho, como diz o Papa Innocencio VI. (Maria, 1668: p. 560-161)

Esta ‘Donas’ foram, de facto, personagens importantes quer do convento, por terem-no governado e reformado, quer da própria sociedade. Em todas estas citações, verifica-se que estas pessoas, as Donas, eram de famílias nobres ou que estavam ao serviço directo da alta nobreza, como de rainha Catarina, ou parentes que pertenciam a um clero elevado socialmente.

Pode-se, portanto, depreender que estas Senhoras estavam neste convento porque era um “espaço especial”. Segundo Rêpas,

desde 1257, impunha-se que a abadessa tivesse, no mínimo, 30 anos de idade, o que nos remete para a importância atribuída à experiência, predicado fundamental para aquela que seria a responsável e representante máxima do mosteiro. [...] Era [...] essencial que a abadessa fosse «boa dona» e pessoa «hidonya» [...] «boom linhagem» (Rêpas, 2005: p. 72)

Por isso, seguindo um raciocínio lógico, faz todo o sentido que o marquês de Pombal, ao ordenar o cativoiro da Menina e Marquesa d’Alorna, decidisse que seria no convento de Chelas e não noutra, tal era a sua importância na sociedade portuguesa.

O efectivo feminino do convento, segundo Caeiro, em 1551, era de 48 freiras de véu preto, 12 noviças e 25 serviçais para serviços comuns (Caeiro, 1989: p. 47). O número de pessoas dentro do convento deveria ser mais ou menos aquele ao longo de toda a sua existência como lugar católico, muito à semelhança de outros conventos como o de Setúbal. Até porque para ser uma abadessa, implicava a existência de um grupo de freiras superior a quinze, pois enquanto for inferior, era liderado por uma prioressa.



2.3 – Património religioso

O lugar onde se encontra o convento de Chelas foi, conforme apresentado no subcapítulo anterior, num passado longínquo, um lugar de culto religioso. Sem querer alimentar o diferendo, nem tampouco tomar uma posição rígida entre as opiniões que sobre as Vestais recaem, mas somente para seguir um raciocínio, poder-se-á dizer então que começou por ser um templo dedicado a Vesta, mudando sucessivamente de crença e de culto, até ser actualmente um templo católico ortodoxo. De todas estas mudanças, fica sempre algum património, quer seja material ou imaterial. Esse património deve ser preservado e passado à geração seguinte, por conter histórias e memórias que definem a identidade dos que foram, dos que são e, quiçá, dos que serão.

Pode-se considerar, portanto, que o património religioso do convento de Chelas integra em si uma expressão material e outra imaterial. A expressão material é a que engloba as imagens católicas romanas de santos, de que se destacam a imagem de São Félix, de Nossa Senhora da Atalaia, datada em cerca de quinhentos e cinquenta anos, o grande crucifixo, desconhecendo-se ainda a sua proveniência e idade e a urna de mármore que continha as relíquias dos santos Mártires, mais os túmulos de prioras do convento que estão no solo da igreja e ainda, o que pertence à igreja ortodoxa moldava que são todos os outros objectos, os ícones e os artefactos; mas também fazem parte desta expressão material do património, o claustro e as paredes de todo o convento, enquanto testemunhos históricos palpáveis. Pelo lado da expressão imaterial, ele é constituído pelas mensagens insertas nos diversos espaços usados pela ordem religiosa que habitou o convento e pelas mensagens em forma simbólica deixadas pelos construtores que, muito resumidamente, ainda serão objecto de reflexão neste trabalho.

Relativamente àquela urna referida acima, o Padre Maria escreveu o seguinte na sua Crónica, chamando-lhe “arca”, o que quer dizer o mesmo:

Entre as Prioras illustres, & zelosas do culto diuino, que houue no insigne Mosteiro de Chellas, foi hũa Madre Dona Luiza de Noronha, a qual leuada da deuastação dos santos Martyres Saõ Felix, & Santo Adriam, & seus companheiros Padroeiros do mesmo Mosteiro, ordenou se lhes fizesse hũa solene tresladaçam das suas arcas de pedra em que estauaõ em seus cofres pera cima dos Altares collaterais. Esta tresladaçam se fez com grande aparato, & solemnidade em primeiro de Agosto de 1604, no qual dia se collocaraõ as sagradas Reliquias dos gloriosos Martyres em vinte & seis meyo corpos, com os quaes se enriquecêraõ os ditos altares collaterais, ficando S. Felix ao do Euangelho com dozes companheiros, & Santo Adriaõ ao da Epistola com outros doze que todos fazem hum vistoso, & deuoto Santuario, que se descobre ao pouo em varias festas do anno (Maria, 1668: p. 561).

Esta urna ou arca que, segundo o Padre Maria, seriam duas, esteve desaparecida durante séculos, sendo encontrada já neste século nos terrenos do lado ocidental do convento. Regressou à igreja, com cerimónia solene, constituindo-se como um objecto de reflexão sobre aqueles que, por devoção e fé, foram Mártires e deram nome a esta igreja e ao convento.

Os espaços sobre os altares colaterais, estão duas placas de mármore, cujas imagens se apresentam abaixo¹³⁹ que ainda apresentam inscrições em latim, de difícil leitura, atendendo ao seu estado de erosão, que contém uma citação que diz que as relíquias estão ali guardadas. Caso ainda lá estejam os cofres, seria desejável, para o confirmar, que fossem abertos, trabalho que caberia a uma equipa de antropólogos devidamente credenciados para o efeito. Não se crê que nesses cofres estejam as relíquias de São Félix pois estas estão num relicário na igreja do Carmo.



BEATISSIMO CHRISTI DOMINI MAR
TYRI FOE LICI DIACONO ALLI ISV
XII MARTYRIB SOVI IMEORVM
GLADIIS SVB OCEF TANO OC
CVBVERVNT QVORAMI CORPO
HIC IACEM ANTI ALFONSV I
PORTUGALLI REGEM HOC
ALTAR EST DEDICATVM



FIDELISSIMO ATO INVICTISSIMO
CHRISTI MARTYRI ADRIANO
ETN LUXOR IESVS ALTISO
XIS SVB MAXIMINIANO
VARIO MOMENTORVM GENERE
OCCVBERE QVORVM CORPORA
ANTI ALFONSV I PORTVGAL
REGEM HIZ QVIES CVNT
HOC ALTERE DEDICATVM EST

Fig. 40 - Cofres dos Santos Mártires sobre os altares,
lado evangelho (S. Félix) e lado epístola (Santo Adrião)

Depois tem-se o património religioso imaterial, composto de toda a história desta igreja e do próprio convento, enquanto lugar religioso e de vida de clausura das gerações de mulheres que por ele passaram ao longo dos séculos, assim como as práticas e rituais cristãos duma e de outra igreja (missas).

¹³⁹ Sob as imagens dessas placas estão reproduzidas as palavras e letras, que se conseguiram ler. Em algumas partes é apresentado um vazio que corresponde às partes das placas que já não têm letras dado o desgaste do mármore.

2.3.1– Espaço religioso actual

O convento, como espaço religioso, manteve-se activo como católico séculos até ao incêndio dos anos vinte do século passado, ficando fechado durante cerca de trinta anos. Em 1955, o Patriarcado de Lisboa manifestou interesse em que se voltasse a celebrar missa na Igreja Paroquial de São Félix, tendo realizado um acordo com o Exército Português para que a igreja voltasse ao serviço do culto da comunidade paroquial. Esse acordo foi sendo sucessivamente actualizado,

A reabertura do culto à população constituiu um apreciável sucesso, pois esta ocorreu em grande número aos ofícios divinos e às demais actividades da liturgia católica, sendo a celebração da Páscoa o seu maior expoente. A esse respeito o Sr. Raul disse que, em meados do século passado, quando ele tinha cinco ou seis anos, num evento religioso, que ele crê ter sido a Páscoa, a igreja encheu-se de fiéis de tal forma que "no meio daquela multidão tive me pôr às cavalitas para não morrer sufocado".

Todavia, a realidade social foi mudando com a expansão urbanística, mais precisamente com a criação de novos bairros envolventes e com o realojamento da população; e o velho casario foi sendo demolido, por força do progresso e da pressão urbana pelo que, durante algum tempo, apenas se realizaram missas aos domingos e no Natal (Missa do Galo), com pouco mais de dez pessoas e sempre com tendência a diminuir, uma vez que as que restavam, dada à sua idade avançada, receavam vir até a um local quase ermo e com fraco policiamento. Desta forma, a desertificação do lugar teve como implicação uma diminuição considerável de fiéis frequentadores do culto e em pouco tempo a igreja deixou de funcionar. E, por isso, fechou, sendo apenas usada para visitas ocasionais e para a realização de uma procissão anual.

Com estas condições, os fiéis optaram por frequentar outras paróquias mais próximas das suas novas residências como é o caso da paróquia de Santa Beatriz da Silva, de Santa Clara, de São Maximiliano Kolbe e do Espírito Santo.

Ora, uma vez que a igreja estava considerada deserta para efeitos de culto, mas não para a realização da procissão de Nossa Senhora da Atalaia, (de que se falará mais adiante), e porque já por muitas vezes o Sr. Embaixador da Ucrânia havia pedido a cedência de uma igreja em Lisboa para a comunidade emigrante, o P. Pavlinciuc Panteleimon¹⁴⁰ solicitou autorização para que a Igreja de São Félix fosse utilizada para o culto da comunidade moldava

¹⁴⁰ Secretário particular de S. Excelência Reverendíssima o Bispo Nestor, Ordinário para as Paróquias do Patriarcado de Moscovo em França, Espanha, Portugal, para as questões da diáspora moldava.

de São Baptista de Lisboa da Igreja Ortodoxa Russa. A este pedido, juntou-se também o Patriarcado de Lisboa que entrou em contacto com o Exército no sentido deste espaço, agora livre, ser cedido àquela igreja ortodoxa, ficando o Patriarcado, conforme declarou em ofício dirigido ao General Chefe do Estado Maior do Exército, “disponível para facilitar um acordo directo entre o Exército e a referida Igreja [...]”¹⁴¹ naquele sentido. As negociações foram bem sucedidas e desde então a Igreja Ortodoxa tem realizado os seus cultos em Chelas na antiga igreja paroquial de São Félix, tendo um considerável número de fiéis em Lisboa, com inteira satisfação de todas as partes envolvidas.

2.3.1.1 – Diferenças entre as Igrejas Católica e Ortodoxa

Uma vez que a igreja de S. Félix deixou de ser católica romana e passou a ser ortodoxa, nasceu o interesse de se conhecer melhor esta igreja, até de se entender quais as diferenças que apresenta em relação à católica romana.

Sobre estas questões e aproveitando a presença do Reverendo Padre Andrei, cuja entrevista se encontra em apêndice, foi-lhe solicitado que falasse sobre essa temática. Cabe aqui referir que a relação entre o autor deste trabalho e o Padre Andrei é excelente, desde que a igreja ortodoxa ali se instalou, pelo que tem havido, naturalmente, conversas sobre diversos assuntos onde se incluem as características daquela expressão religiosa. Assim, de acordo com conversas informais com o Padre, ficou a saber-se que há várias igrejas ortodoxas, como são a Copta, a Síria, a Eritreia, a Indiana, a Grega, etc. A igreja ortodoxa que está instalada no convento de Chelas segue o modelo russo, ao serviço da Comunidade Moldava residente na Grande Lisboa.

Disse o Padre Andrei que entre as duas igrejas há "muitas semelhanças e algumas diferenças, sendo a primeira grande semelhança, o acreditarem em ambas que Jesus é o Salvador da Humanidade" (E4, 2018). Para apresentar a sua versão das diferenças entre ambas as igrejas, teria primeiro de referir que mesmo do "lado das ortodoxas há diferenças entre si, nomeadamente das gregas em relação às russas, e nem por isso deixam de estar irmanadas no mesmo propósito de difundir a fé cristã" (E4, 2018).

¹⁴¹ Ofício SG 32/10 de 31Jan2011, do Vicariato Geral.

Posto este apontamento, prosseguiu, dizendo que os católicos romanos¹⁴² e os ortodoxos¹⁴³ têm uma história comum, por isso mesmo, têm como fundamento as Santas Escrituras, a Bíblia, como texto principal e fonte da doutrina e fé. Mesmo em relação à Bíblia, existem algumas diferenças. A Bíblia ortodoxa que se mantém igual à grega dos setenta livros, a *Septuaginta*¹⁴⁴, mas que no fundo, tem setenta e oito livros, o que difere da católica, que tem setenta e três.

Inicialmente havia apenas uma igreja, que se dividiu em duas, e que se foram distanciando entre elas ao longo dos séculos, dando origem a desigualdades culturais e políticas. Facto que culminou na separação formal entre as Igrejas Romana e Ortodoxa em 1054, no que ficou conhecido como Cisma do Oriente¹⁴⁵.

Um dos motivos do afastamento era o líder máximo das igrejas ser o Papa e este ser um homem, considerado infalível da igreja. Ainda é assim considerado nas igrejas católicas romanas. Para os ortodoxos, todavia, o verdadeiro líder é Cristo como a autoridade máxima¹⁴⁶.

O Padre Andrei, disse haver

diferenças e semelhanças e que alguns aspectos eram diferentes no raciocínio *à priori* e semelhantes na prática *à posteriori*. Ou seja, cada um tem uma razão de origem diferente, mas ambas caminham pelo mesmo caminho e para o mesmo destino. Se usarmos os termos cristãos de ovelhas, podemos considerar que, de facto, num rebanho, interessa pouco a cor da lã ou o caminho percorrido, desde que todas se dirijam ao mesmo redil (E4, 2018).

Para demonstrar esta perspectiva, o Padre Andrei cita uma passagem da Bíblia:

a parábola do Bom Pastor, em que Jesus Cristo, referindo-se às ovelhas que se encontravam fora do seu aprisco, disse: "[...] é preciso que eu as traga e elas ouvirão a minha voz, e haverá um só rebanho e um só pastor" (João 10, 16). Este versículo do livro de João é tão abrangente e claro, que tem servido de ponto de partida para fundamentar a evangelização promovida por ambas as igrejas.

E enquanto que a católica tem por base que Cristo, com aquelas palavras, ofereceu a Pedro o poder eclesiástico, exprimindo assim o Seu desejo de que todos se submetessem aos Seus ensinamentos, tendo a orientação de um só

¹⁴²A actual Igreja Católica Apostólica Romana tem muito pouco da Igreja de Roma do primeiro milénio. Contudo, e para facilitar a explicação das diferenças, e dado que ambas têm a mesma origem católica, a do ocidente será apresentada como católica e a do oriente como ortodoxa. Até porque os próprios padres de ambas as igrejas, em conversa informal, assim se referem a elas.

¹⁴³ O termo Ortodoxo vem do grego 'orto' que quer dizer recto, certo e 'doxo' que significa glória. Assim, chama-se Ortodoxa à igreja que se 'manteve recta e fiel à Verdadeira e gloriosa doutrina Cristã'.

¹⁴⁴Palavra latina que significa setenta, ou ainda LXX.

¹⁴⁵ <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/cisma-oriente-divisao-catolicismo.htm>.

¹⁴⁶ É muito semelhante esta posição crítica em relação ao Papa, e considerar-se Cristo como o Cabeça da Igreja, pelas igrejas evangélicas.

pastor, que seria Pedro. Para os ortodoxos, segundo as palavras de João, Jesus queria demonstrar que era Ele o cabeça da igreja e, em Mateus, seria Paulo o líder da igreja. Foi, portanto, para os ortodoxos, a fé de Pedro que lhe deu o poder porque "Simão Pedro, respondendo, disse: Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo" (Mateus 16:16). Esse é um fundamento da sua igreja, pelo que Cristo lhe respondeu: "Bem-aventurado és tu porque to não revelou a carne e o sangue, mas meu Pai, que está nos céus" (Mateus 16:17) e sobre aquelas palavras de fé iria fundar a igreja e ela não cairia, dizendo que "tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela" (Mateus 16: 18).

É provável que Jesus se referisse a si próprio, enquanto pastor no abrigo do Pai, e como apelo de que todos deveríamos andar unidos, sendo para isso necessário, antes de tudo, professar a mesma e única doutrina por Ele ensinada. Portanto, o caminho é convergente (E4, 2018).

Outra diferença que existe entre ambas, são as imagens de santos que as igrejas católicas usam e as ortodoxas não. Em vez de imagens, são usadas pinturas em quadros, os ícones. Também há outra diferença, na cruz que, vulgarmente entre os ortodoxos, tem sobre a haste central (vertical), três travessas horizontais, diferente da cruz usada pela católica, que possui uma só travessa. No entanto, referiu o Padre Andrei que

na tradição grega tem três barras: a de cima foi acrescentada por acreditarem que teria servido para a inscrição INRI (Jesus de Nazaré, Rei dos Judeus) e a terceira, em baixo, que teria recebido os pés de Cristo, pregados em separado e não juntos como é credo dos católicos. Todavia, esta comunidade aceita qualquer cruz, pois seguem o pensamento de São Basílio, o Grande, que disse que enquanto dois paus fizerem uma cruz ele lembrar-se-á do sacrifício de Jesus. (E4, 2018)

Outra grande diferença é a possibilidade de, por opção, os padres ortodoxos poderem casar, pois o voto de castidade é somente obrigatório para os bispos, enquanto para os sacerdotes católicos, terão de ser celibatários.

O Padre Andrei terminou esta questão das diferenças, dizendo com grande emoção: "Na fórmula da absolvição dos pecados no Sacramento da Confissão, o sacerdote ortodoxo absolve não em seu próprio nome, mas em nome de Deus - Deus te absolve de teus pecados; na Romana, o sacerdote absolve em seu próprio nome, como representante de Deus, dizendo Ego absolvo a *peccatis tuis*.... (E4, 2018).

Quem nunca assistiu a missas nas duas igrejas, poderá pensar que as diferenças são de "pormenor". Mas, na verdade, são mais profundas. Por exemplo, nas liturgias, a igreja ortodoxa pretende cumprir rigorosamente a Tradição e, por isso, tem sido muito constante nas suas práticas, já há mais de mil e quinhentos anos, ao passo que a igreja católica tem vindo a introduzir alterações nos seus procedimentos, por forma a aproximar-se à evolução das sociedades. Segundo o Padre Andrei,

A Igreja Ortodoxa realiza as suas missas segundo a tradição de S. João Crisóstomo¹⁴⁷ e a Católica, é mais dedicada ao culto Mariano, nomeadamente quando se trata do Imaculado Coração de Maria, Senhora do Rosário, assim como mantém as comemorações do Corpus Christi e do Sagrado Coração de Jesus, que não existem na Ortodoxa. Por outro lado, os católicos dão mais ênfase à Tradição enquanto que os ortodoxos dão aos ensinamentos da Bíblia e à Tradição porque antes de haver Bíblia já havia sacerdotes que pregavam. (E4, 2018)

Por exemplo, na igreja católica actual, normalmente, o sacerdote 'diz' a missa virado para o povo quando, há cerca de meio século, a dizia de costas viradas para este; mas na igreja ortodoxa, o sacerdote tem-se mantido sempre de costas para os fiéis. Na católica, o povo tem longos bancos para se sentar, na ortodoxa está de pé. O baptismo católico é feito por aspersão da água, enquanto o ortodoxo é por tripla imersão completa do corpo na água; a Eucaristia na Igreja Ortodoxa é ministrada, desde sempre, segundo as duas espécies: pão e vinho. A

consagração do pão e do vinho em que, na liturgia católica, são repetidas as palavras pronunciadas por Nosso Senhor na última Ceia, sendo celebrada com vinho e com pão, a hóstia, que não tem levedura, ao passo que na ortodoxa se celebra com vinho e com pão com levedura. (E4, 2018)

Segundo a igreja católica, "quem comungar apenas sob uma das espécies, do pão ou do vinho consagrados, comunga totalmente o Corpo, o Sangue, a Alma e a Divindade de Cristo"¹⁴⁸, pelo que não é relevante que se comungue nas duas espécies¹⁴⁹.

Contudo, por muito irreduzíveis que as diferenças possam ser, uma coisa é certa e comum em ambas as igrejas: é que acreditam num só Deus e numa igreja "una, santa, e apostólica", quando professam a oração do "credo". Desta forma, podemos dizer, como o Padre Andrei, que ambas caminham pelo mesmo caminho e para o mesmo destino.

2.3.1.2 – Rituais que se mantêm na igreja de São Félix

A igreja de São Félix, que foi durante séculos católica romana e é agora ortodoxa, o que tem garantido que este espaço continue ao serviço de Deus. Tendo deixado de se celebrar todo o serviço religioso segundo os modelos católicos romanos, pelos motivos apontados, segue agora segundo os modelos ortodoxos.

¹⁴⁷ Nascido no século IV e falecido no seguinte, ficou famoso pelo seu dom de comunicar a "Palavra de Deus" e pelos trabalhos escritos, destacando-se as suas homilias proferidas quer nas igrejas de Antioquia quer de Constantinopla. Dele são as palavras que resumem a sua vida: "Glória seja dada a Deus em tudo!"

¹⁴⁸ <http://www.universocatolico.com.br/index.php?comunhaoduas-especies-concomitancia.html>.

¹⁴⁹ No entanto, no período pascal, a comunhão é feita com a hóstia embebida no vinho e dada directamente na boca do fiel.

Rituais ortodoxos

Muitas pessoas foram baptizadas e casadas nesta igreja, tanto no passado na prática católica como já com a nova igreja, no rito ortodoxo. De facto, já se assistiu à realização de casamentos neste templo, de cristãos oriundos do Leste europeu que optaram por deixar os seus países para virem viver em terras lusas; assim como se tem assistido a baptizados como o que se realizou num dia de semana no mês de Novembro de 2017, com crianças filhas de famílias imigrantes que, nascendo em território nacional ganham o direito a ser portugueses.

São também realizadas, com grande regularidade, "missas" dominicais e outras, em dias especiais, como feriados religiosos dos países de onde são oriundos os fiéis.

No ano de 2018, nas cerimónias da Páscoa Ortodoxa, que normalmente se realizaram uma semana após as católicas, embora haja anos em que coincidem, reuniram-se na igreja do convento mais de quinhentas pessoas. O número de pessoas era de tal forma elevado que estacionaram as suas viaturas em quarta linha, (Figura 41), e muitos fiéis, inclusive, não conseguiram entrar na igreja. Os ofícios pascais começaram no sábado pelas 22:00 horas, vindo a terminar pelas 4:00 horas da manhã de domingo. Em 2019, voltou a registar-se a mesma afluência, provando que a comunidade ortodoxa está viva e actuante, o que só pode agradar a quem, sendo ortodoxo ou romano, nutre respeito pelos patrimónios material e imaterial presentes nesta igreja e neste convento.



Fig. 41 - Viaturas estacionadas em quarta linha e igreja cheia (fotos do autor)

O cerimonial da missa, além de ter sido realizado em língua moldava¹⁵⁰, foi sempre acompanhado de velas acesas. As velas usadas na igreja ortodoxa têm uma forma diferente das tradicionais velas católicas: são moldadas em espiral.

No final da celebração, o Reverendo Padre passou por todos os presentes, abençoando-os e aspergindo com água benta os cestos que cada crente trouxe com alimentos. Este pormenor dos cestos com alimentos é muito semelhante ao dia da espiga realizado em Portugal, sobretudo, nas cerimónias católicas do mundo rural que pretende que o lar seja abençoado e que nele não falte alimento no ano todo.

Dentro deste espírito de cooperação, para além dos portugueses que professam a ortodoxia ou o catolicismo romano e que estiveram naquela noite a participar da celebração da Páscoa, o ArqGEx aliou-se à cerimónia, disponibilizando os seus espaços sanitários para apoiar aquele elevado número de fiéis.

Apesar de ortodoxa, mantém-se ainda a prática de um ritual católico romano que importa apresentar e que revela a cooperação e espírito de fraternidade que existe entre os fiéis de ambas as igrejas.

Ritual católico - Procissão anual de Nossa Senhora da Atalaia

Pelo lado das tradições católicas, esta igreja, que deixou de ser católica, mantém ainda um ritual com uma forte ligação às tradições ancestrais e com importante influência sobre o meio social: a procissão anual do Círio de Chelas para o Santuário da Nossa Senhora da Atalaya¹⁵¹ até ao Montijo onde se realiza a Procissão de Nossa Senhora da Atalaia. A devoção a Nossa Senhora da Atalaia encontra-se documentada desde 1409. Local de peregrinação e culto muito antigo. O Santuário é constituído por três cruzeiros, pela Fonte Santa, pela Igreja e pela escadaria delimitada pelo casario que a ladeia. A Igreja situa-se num local elevado, oferecendo uma bela panorâmica de toda a região circundante e do estuário do Tejo até Lisboa¹⁵².

Ana Paula Pinto, repetindo as palavras do Professor Doutor Carvalho Rodrigues¹⁵³, refere-se à origem deste Círio, como tendo início no ano 1503, ano em que a imagem e os peregrinos, com o Círio de Chelas, atravessaram para a margem sul do rio Tejo. Levavam os

¹⁵⁰ O Padre Andrei, por vezes, proferia palavras em português em consideração por alguns portugueses que decidiram acompanhar esta celebração.

¹⁵¹ É como aparece muitas vezes escrito este antigo topónimo.

¹⁵² <https://www.nauticapress.com/procissao-nossa-senhora-da-atalaia-uma-tradicao-antiga/>.

¹⁵³ É um cientista português com um vasto currículo, tendo contribuído para o avanço do conhecimento científico e técnico dos sistemas de comunicações, electrónica, *intelligence* e teoria da informação. Está ligado ao primeiro satélite português e, que na sua faceta religiosa, é Membro da Irmandade Militar de Nossa Senhora da Conceição, Lamego, desde 2005.

círios acesos e, em oração, foram depois até ao Real Santuário de Nossa Senhora da Atalaia, Diocese do Montijo¹⁵⁴.

O próprio Professor C. Rodrigues, durante uma das procissões, confirmou que o Círio de Chelas, situado na Igreja de São Félix e de Santo Adrião do Convento de Chelas e o círio da Moita “[...] juntamente com o da Alfândega [...] retoma uma tradição que remonta ao ano de 1503 [...]”, com o nome de “Círio da Fundação”. E, nas suas palavras, este círio, Nossa Senhora da Atalaia do Círio de Chelas, era também das Alfândegas e “da maior procissão do Tejo, de todos os círios da margem Norte [...]”.

Por seu turno, o reverendo Padre Miguel também disse que "a romaria do final de Agosto se chama a *Festa Grande*. Não havia, até ao princípio do séc. XX festa maior em toda a Estremadura e Alentejo" (E5, 2018), porque havia vários círios organizados como

os Círios de Alhos Vedros, Arrentela, Azóia, que era dos mais antigos, desde o séc. XIII, e ainda activo, Barreiro, Cacilhas, Canha, que havia dois organizados, Carregueira, Coia, Lavradio, Moita, Olhos d'Água, Palmela, Quinta do Anjo, Sarilhos Grandes, Sarilhos Pequenos, Seixal, Sesimbra, Vila Fresca de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão e, finalmente, o Círio Novo. Actualmente, destes, só sete se mantêm activos; outros círios de mais longe, se organizaram como os Círios da Herdade de Palma, de Cabrela e de Samora Correia, todos extintos. Há indícios da existência de romarias organizadas, vindas de Benavente e de Vendas Novas. E relativamente à outra banda, quer dizer, margem norte do Tejo, existiram os Círios de Oeiras, Sobre o qual apenas se sabe que em 1505 já existia, mas que teve um papel importante naquilo que hoje é a procissão da Nossa Senhora da Atalaia e de Sacavém, e de Lisboa que chegaram a ser dezanove e estes também já extintos, com excepção do de Chelas, que esteve considerado extinto, mas que regressou e foi reactivado em 2005.

Também de Espichel, perante as várias pestes de séc. XIII as pessoas vinham pedir à Senhora para serem livres delas. Portanto, Círios organizados que concorriam, em tempos, à Atalaia, eram, no mínimo, cinquenta e cinco. Isso para não falar de uma enorme multidão de peregrinos que aqui rumavam sem se integrarem em nenhum destes Círios (E5, 2018).

O Círio de Chelas fazia parte de um grupo de Círios da margem norte do Tejo, como

os Círios de Oeiras e de Sacavém, e de Lisboa nada menos do que 19, todos eles já extintos, com excepção do de Chelas, que foi reactivado em 2005.

Eram, assim, no mínimo, 55 os Círios organizados que concorriam, em tempos, à Atalaia, para não falar de uma enorme multidão de peregrinos que aqui rumavam sem se integrarem em Círios.

Era por isto que a romaria do final de Agosto se chama Festa Grande. Não havia, até ao princípio do séc. XX festa maior em toda a Estremadura e Alentejo. (s/d: p. 7)¹⁵⁵

¹⁵⁴ <http://www.ancruzeiros.pt/Informacao2011/CulturaAvieiraFI-24-2011.pdf>.

¹⁵⁵ In Resumo histórico de Santuário de Nossa Senhora da Atalaia - Diocese de Setúbal.

No ano de 1569, Lisboa foi vítima de uma enorme epidemia de peste, que matou cerca sessenta mil pessoas. E isso foi o principal motivo para as pessoas fazerem peregrinações a fim de pedir ajuda divina no sentido de terminar aquela tragédia. Lisboa, três séculos mais tarde, já nos anos de 1855 e 1856, veio a ser alvo de nova epidemia, a *cólera-morbo*¹⁵⁶. Nessa altura um grupo de romeiros, devotos do Beato António, vieram do lado norte do Tejo, estabelecendo-se no Convento de Chelas de onde saíam em romaria até à igreja da Atalaia acompanhados pela imagem da Nossa Senhora da Atalaia. Esta festa era realizada, e ainda é, no último domingo de Agosto.

Segundo declaração do Reverendo Padre Miguel d'Aguiar, em conversa informal, quando se refere à ordem de entrada no cortejo, diz que no ano 1856 foi o segundo a estar presente, e ainda que, citando o Padre Manuel Frederico Ribeiro da Costa¹⁵⁷, o Círio de Chelas, depois de 1874, ocupava o décimo primeiro lugar no cortejo de Atalaia.

Já o *Jornal Expresso do Oriente*, de Agosto de 2012, conta que o Círio de Chelas deixou de se realizar até a Atalaia há cerca de quinhentos os anos, mas, na verdade, foi em 1879. A procissão esteve suspensa desde aquela data até 2005, o que na realidade corresponde a mais de um século de interrupção. O motivo deste interregno, não está bem esclarecido, mas, e mais recentemente, um dos factores que alimentou essa suspensão foi o incêndio que deflagrou na fábrica da pólvora instalada nos terrenos do Convento, cuja dimensão afectou seriamente a igreja e as alfaias religiosas, obrigando a cerimónia a simplificar-se e a confinar-se ao seu interior.

Após aquele longo período de estagnação, na primeira vez que se realizou a procissão, excepcionalmente, foi a imagem do Santuário da Nossa Senhora da Atalaia que, por iniciativa da *Marinha do Tejo*¹⁵⁸, fez a peregrinação até Chelas, no dia 3 de Junho de 2007, onde permaneceu um fim de semana em vigília e oração, regressando ao Santuário via fluvial.

¹⁵⁶ A cólera-morbo é uma doença mortal de origem bacteriana muito contagiosa, epidémica. Caracteriza-se por vómitos, diarreia e câibras.

¹⁵⁷ Padre Manuel Frederico Ribeiro da Costa, foi Capelão do Santuário de Atalaia e que escreveu em 1887, *Narrativa Histórica da Imagem de Nossa Senhora de Atalaya que se venera na capella sita no monte d'Atalaya do concelho de Aldea gallega do Ribatejo*.

¹⁵⁸ Segundo o preâmbulo do Despacho n.º 6010/2009, DR 2ª Série n.º 37 de 23 Fevereiro, refere-se ao "significado histórico-cultural da Marinha do Tejo, reflexo da nossa identidade nacional e do que há de mais genuíno nas nossas populações ribeirinhas, conduziu a que através do meu Despacho n.º 15898/2008, de 11 de Junho, estabelecesse alguns princípios orientadores, considerados adequados para a preservação e valorização desta parte da história do Tejo através da constituição de um pólo vivo do Museu de Marinha. De facto, "Este nome "pelo qual ficaram conhecidas as embarcações e a comunidade de marítimos das zonas ribeirinhas que tiveram um papel relevante na defesa do país, contribuindo de forma determinante para a protecção da cidade de Lisboa no início do século XIX, especialmente por ocasião da terceira invasão francesa". (<https://www.diariodaregiao.pt/2018/06/21/dia-da-marinha-do-tejo-comemora-se-no-cais-da-moita-este-sabado/>)

Esse foi o ponto de partida para que a tradição voltasse a ser revivida pela igreja de São Félix e a ser continuada pelo Círio de Chelas. Desde então, por vontade indómita de um grupo de crentes, foram retomadas as peregrinações com o Círio de Chelas, tal como outrora se fazia, a bordo de embarcações típicas do estuário do Tejo.

Tradicionalmente, a procissão realiza-se no último domingo de Agosto, no Santuário de Nossa Senhora da Atalaia, localizada no Montijo, para onde confluem os diversos Círios das diversas localidades da região e o da margem norte do Tejo, o Círio de Chelas. Este Círio, normalmente, faz a sua peregrinação na companhia dos da Fundação do Centro Náutico Moitense e o da Alfândega de Lisboa. Esta acção de devoção ao culto da Nossa Senhora da Atalaia é vivenciada por todo o estuário do Tejo até Samora Correia, prolongando-se, também, até Setúbal.

É curioso verificar que o Círio de Chelas, desde a sua reactivação, tem um grupo de peregrinos quase sempre formado, na actualidade, por devotos naturais de vários cantos do mundo: de Portugal, de Moçambique, da Moldávia e da Bulgária. E, oriundos de várias paróquias católicas nacionais como: Chelas, Amadora, Pinhal Novo, Olivais, Flamenga e até Oeiras. Torna-se interessante verificar que já estiveram presentes, com particularidade, também algumas igrejas ortodoxas. Constitui, portanto, um grupo muito diversificado de peregrinos com vários idiomas, reunidos numa só devoção à Mãe de Jesus Cristo.

Esta procissão tem sido realizada praticamente todos os anos, excepto num, quando sobrevieram alguns problemas de saúde ao então organizador e mentor deste evento: o Professor Carvalho Rodrigues. Desde esse ano, de 2014, o presidente do círio tem sido o autor da presente trabalho, com o apoio e compreensão dos peregrinos participantes, bem como do Padre ortodoxo Andrei Ciobanu e do Padre católico Miguel Soares de Albergaria d'Aguiar.

Em 2016, apesar da procissão ser do foro da igreja católica, o próprio padre Andrei, que naquele domingo, (o último do mês de Agosto), estava a celebrar a sua missa em homenagem à Senhora da Conceição, segundo o calendário litúrgico ortodoxo, não se coibiu de interromper a celebração para vir até à porta da igreja de S. Félix a fim de abençoar os peregrinos, no momento em que iam dar início à peregrinação. De forma semelhante, um ano depois, no decorrer de uma missa habitual, veio até à galilé proferir uma mensagem a todos quantos integravam a procissão.

De sublinhar-se que esta atitude do reverendo Padre Andrei Ciobanu, ultrapassando, com ecumenismo, as diferenças entre ambas as confissões religiosas, tem servido para criar um grande espírito de fraternidade que, neste trabalho, apraz exaltar por contribuir, de

sobremaneira, não só para a convivência pacífica de todos os crentes, mas também para a conservação dos patrimónios material e imaterial do Convento de Chelas.

Durante todo o ano, a imagem da Nossa Senhora da Atalaia permanece guardada num nicho situado na parede norte da igreja (Figura 42), local onde sempre esteve com a única diferença que, *in hoc tempore*, está preservada com algum cuidado, dentro de uma caixa de acrílico transparente que lhe serve de resguardo, quer contra as diferenças de temperatura e pó, quer, quando em procissão, (como será referido), para a defender dos ventos, de uma eventual chuvada e dos salpicos de água salgada que ressaltam da proa da embarcação. Devido às excelentes relações entre estas igrejas, a imagem encontra-se agora acompanhada por alguns ícones da igreja ortodoxa. Esta acção, no seu todo, constitui um processo de musealização que, com este trabalho de levantamento sobre a realidade cultural, simbólica, ideológica (religiosa e política) e económica, envolvente à imagem, prepara o "objecto" para ser musealizado e compreensivelmente participado no âmbito da museologia.

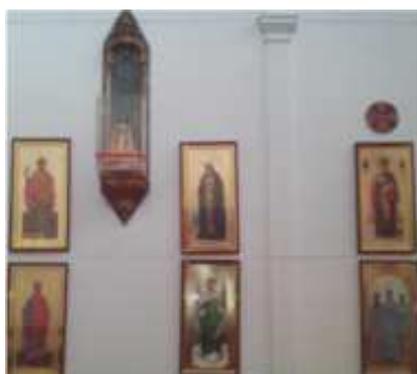


Fig. 42 - Nossa Senhora da Atalaia (Foto do autor)

No dia da procissão, o Círio de Chelas sai da Igreja do Convento de Chelas e parte rumo à marina do Parque das Nações. Atravessa o Tejo numa embarcação tradicional em procissão; desembarca no Montijo e segue para o Santuário da Senhora da Atalaia situado na Atalaia - Montijo, fundado em 1623 e reedificado no séc. XVIII, onde concorriam os círios mais importantes dos arredores de Lisboa e alguns da margem sul do estuário, onde fica, em vigília, de sábado para domingo e regressa depois de terminada a procissão.

Aqui está uma óptima oportunidade para ver e ficar a conhecer as belas embarcações características do Tejo, assim como os fantásticos monumentos de onde partem os Círios rumo ao Montijo pelo rio Tejo. Até porque estas embarcações típicas daquele rio como as fragatas, varinos, faluas, catraios entre outros, são elas mesmas exemplos de um museu vivo e dinâmico, em que as pessoas vêm reinventar as tradições, 'cumprir' e reviver as suas práticas dentro de um espírito religioso que anseiam anualmente por recordar e manter. São memórias

colectivas que permitem a identificação de portugueses cristãos, o que ilustra a identidade nacional.

Na verdade, essas embarcações, muito decoradas de cores vivas que ainda navegam, como é exemplo o varino “O Boa Viagem”¹⁵⁹, atendendo à memória que guardam de outros tempos da relação que havia entre as populações ribeirinhas com o estuário do Tejo, são candidatas a serem classificadas como património da UNESCO.

Em 2015, quando por motivos logísticos, não foi possível fazer-se a procissão em embarcação, fez-se nas viaturas dos fiéis que partilharam os espaços com os "irmãos na fé", via ponte Vasco da Gama, indo a viatura com a imagem à frente, seguida pelas outras com aqueles peregrinos que não aceitaram que se perdesse o sentido de peregrinação.

O embarque da Nossa Senhora é feito segundo a tradição. O presidente do Círio pede autorização ao arrais¹⁶⁰ para que a Santa e os peregrinos subam a bordo. Após a autorização a Santa é a primeira a subir, indo para a dianteira do barco, colocada num local que permita ser contemplada pelos fiéis e, simbolicamente, iluminar o caminho para todos os peregrinos de outras embarcações que se juntam à procissão, seguindo-se da subida a bordo de todos os peregrinos e por último o presidente do círio.



Fig. 43 - Embarque da Nossa Senhora da Atalaia em Lisboa (Fotos do autor)

Uma vez que a igreja ortodoxa está na antiga paróquia de Chelas, deixou de haver fiéis católicos. Todavia, mesmo assim, o número de peregrinos tem vindo a aumentar. São pessoas que vão sabendo desta peregrinação e que desejam juntar-se a ela.

¹⁵⁹ Por um registo de 1900, “leva a crer que tenha sido construído no decorrer do século XIX” (Santos, 2013: p. 26). Este varino foi adquirido pela Câmara da Moita em 1980.

¹⁶⁰ Também conhecido por patrão do barco.



Fig. 44 - Imagem da Nossa Senhora da Atalaia, da igreja de S. Félix, e dos peregrinos, no ano 2016 (Foto do autor)

Durante a travessia do rio, os peregrinos entoam hinos de louvor. E, às eventuais passagens de outras embarcações, recebem acenos de saudação à Santa e aos devotos que estão nesta embarcação, como forma de manifestação de fraternidade.



Fig. 45 - Peregrinos em louvor (Fotos do autor)

De facto e porque, normalmente, a chegada deste círio e do da Moita, (que andam sempre juntos), é feita por via fluvial, podem eventualmente chegar com algum atraso, porque a velocidade das embarcações está dependente quer das marés quer dos ventos.

Este atraso já aconteceu, mas, mesmo assim, o Reitor do Real Santuário de Nossa Senhora da Atalaia - Diocese de Setúbal, Padre Miguel Soares de Albergaria d'Aguiar que, amavelmente preside uma missa em honra dos recém-chegados, sempre espera por todos os peregrinos junto ao Cruzeiro para os acompanhar até ao Santuário em forma de boas-vindas.



Fig. 46 - Na margem sul - Montijo - Encontro de embarcações e de peregrinos (Foto do autor)

O desembarque do círio é feito pela mesma ordem que embarcou, passando, a Nossa Senhora, no seu andor, de mão em mão até ao cais onde é esperada pelos fiéis que foram nas suas viaturas. No ano, 2018, quando as embarcações da procissão fluvial se aproximavam da doca do Montijo, o arrais do barco da Moita deu sinal para que a embarcação que transportava o Círio de Chelas ficasse acostado ao lado da dele e a dele, por sua vez, ao lado da que estava em primeiro lugar junto à doca, ficando, portanto, a do Círio de Chelas em terceira posição. A razão desta posição, que até poderia ser quarta ou quinta, acaso houvesse mais embarcações para acostar no cais lado a lado, prende-se com a intenção dos arrais de todas as embarcações envolvidas de que a Senhora da Atalaia mais idosa, a de Chelas, ter de passar de mão em mão e de embarcação em embarcação, abençoando, assim, todos os navegantes e todas as embarcações.



Fig. 47 - Recepção de boas-vindas pelo Reverendo Padre (Foto do autor)

A procissão realiza-se, com o percurso habitual com o cumprimento das "promessas antigas", que consiste em executarem-se de uma a três voltas ao cruzeiro, transportando o guião e a imagem de Nossa Senhora da Atalaia e o regresso à igreja onde termina a procissão.



Fig. 48 - Os vários círios prontos para dar início à procissão (Foto do autor)

No ano 2016, assim como nos que antecederam, tudo correu na perfeição. O Círio da Moita veio juntar-se ao de Chelas e, igualmente, cumpriu a mesma prática das “promessas”.

O cumprimento das promessas à Virgem, por parte dos crentes, era a forma de reconhecimento e de agradecimento das respostas da Mãe de Jesus às suas súplicas dos momentos mais difíceis das suas vidas, nomeadamente a sobrevivência à fome e às doenças, como a peste, que arrebatavam muitas pessoas diariamente. Também era o reconhecimento da protecção em relação aos perigos daqueles que faziam do rio Tejo o seu modo de vida.



Fig. 49 - O cumprimento de promessa em voltas ao cruzeiro (Fotos do autor)

Após cumprir a “promessa” os círios vão para o Santuário onde são recebidos com umas palavras de boas-vindas por parte do Reverendo Padre seguidas de uma oração..



Fig. 50 - Já no Santuário da Atalaia (Fotos do autor)

Terminada a procissão, cada Círio regressa a "sua casa" em paz, segundo os intervenientes. Quando o percurso de regresso está realizado, fazem-se votos para que no próximo ano, as cerimónias possam decorrer de igual ou de melhor forma do que decorreu no presente ano. É com esta forma de sentir, que esta devoção, no cumprimento da tradição centenária, mantém acesa a fé popular e o desejo de cumprir a memória que identifica todos os participantes como crentes ribeirinhos, sujeitos às variações de "temperamento do rio", que só a divindade pode amenizar.



Fig. 51 - Regresso à Igreja de S. Félix em Chelas (Fotos do autor)

É graças a este relacionamento inter-fiéis, em que se reúnem 'irmãos' das duas linhas cristãs, numa peregrinação de fé comum e de alegria, constituindo-se como um corpo coeso, onde se consegue garantir que valores como o humanismo, o respeito mútuo, a tolerância e a fraternidade que se mantêm, e actuanes a fé e a tradição, que junta as pessoas em redor de objectivos comuns.

Este património, memória renascida e revivida, constituindo-se enquanto património imaterial, é suficientemente forte e visível para que não se dissipem estes valores com o passar do tempo.

Enquanto património material, com a presença desta ou daquela denominação cristã, desde que se continue a realizar acções de manutenção e de restauro, consegue-se sobreviver à tirania do tempo, sem esquecer, contudo, que quanto mais tempo o monumento permanecer desconhecido, mais precisa de atenção e dedicação para assim continuar a cumprir a sua função de lugar de memória, respeitando a história e salvaguardando a identidade.



2.3.2 - O espaço simbólico conventual - uma descodificação

Nada há de encoberto que não venha a ser descoberto, nem de oculto que não venha a ser revelado.

Marcos 4:22

Tendo o convento de Chelas sido habitado por diversas mulheres, de diferentes estratos sociais¹⁶¹, interagindo segundo os seus capitais social, cultural, económico e simbólico, em momentos diferentes ao longo dos séculos, marcaram a forma de viver em cada momento e em cada espaço, sendo, portanto, fruto do seu *genius loci*¹⁶².

Acreditando que todas e cada uma delas eram, como qualquer humano, o resultado das suas escolhas, ou a contra vontade, para integrarem a vida de reclusão, seriam também o resultado desses espaços conventuais. Espaços que as moldavam e influenciavam no seu *modus vivendi* no interior do convento, quer por lhes dar o isolamento desejado, quer pelas mensagens, umas vezes claras outras simbólicas, embutidas aqui e ali no monumento.

Ora, na verdade, neste espaço conventual, a simbologia existe e está patente, embora um tanto velada, nos azulejos das paredes e do tanque que não revela aportes oriundos da diversidade dos seus ocupantes, antes obedece ao sentimento religioso que foi o traço de união entre todos os estratos sociais da época. Assim, uma interpretação cuidada desses símbolos pode surpreender quem para eles olha pelos diversos elementos que os artistas sempre incluíam no espaço subliminar das suas obras, que apesar de ser para todos verem, eram criados de tal forma que apenas por alguns eram entendidos.

Alexandre Pais, investigador do quadro do Instituto Português de Conservação e Restauro, num artigo publicado na *Revista de História da Arte*, que abordou a temática do simbólico, por sinal, na produção azulejar da primeira metade do século XVIII, e apresentou algumas propostas interpretativas, cruzando, para o efeito, a leitura da Bíblia com "o testemunho escrito que dela fizeram místicos e comentadores" (Pais, 2007: p. 182), e Gomes dizia que o "Cristianismo valorizou sempre os círculos metafísicos, reais e simbólicos de integração e de proximidade dos crentes" (Gomes, 2009: p. 61).

¹⁶¹ Maria Filomena Andrade, citada por <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1437475>.

¹⁶² Espírito do lugar. Este termo é muito importante, como diz Martin que se deve "[...] entender o 'espírito dos lugares', e de transformar essa compreensão num modo de nos enriquecermos culturalmente a partir do diálogo entre o que recebemos dos nossos antepassados [...] e o que criamos de novo" (Martins, 2011: p. 24). Portanto, nesta curta frase, estão realçados vários pontos fundamentais, deste património que passam pela memória e pela história.

Para se entender como poderiam ter sido as vidas de quem entrou no convento na condição de clausura, também é importante que se saiba que a própria construção do convento estava intrinsecamente relacionada com a ordem que nele habitava, diferente das outras na sua concepção da vida sagrada.

Por isso, este capítulo pretende tão-só apresentar uma breve perspectiva interpretativa do simbólico, que se supõe ser aquela que os arquitectos foram tendo ao longo dos tempos em que intervieram na construção e reconstrução de partes do monumento, tendo como objectivo, além de entregarem a sua obra, o convento, a quem encomendou, criarem um lugar solene, destinado à contemplação e à procura da manifestação de Deus, pela oração, pelo sacrifício e pela devoção.

Ao construir um convento como um espaço caracterizado por símbolos que possam ser interpretados, definiam cada símbolo para ser 'visto', como dizia Almada Negreiros, por quem fosse capaz de o 'ver', por estar na posse do respectivo código. Desta forma, cada símbolo que era decifrado cumpria a missão de revelar o que ocultava, transmitindo a mensagem que fora criada e nele gravada, o que permitiria ao homem, como dizia M Eliade no *O Sagrado e o Profano*, viver o universal.

Os objectivos dos arquitectos eram o fundamento do culto. Nas suas 'arquitecturas' procuraram desenhá-lo, tendo em atenção a distribuição espacial e a localização das paredes como forma de satisfazer esses requisitos. Aliás, se se olhar com alguma atenção para a organização do espaço, verifica-se que patenteia uma forma fechada, quase hermética, propícia à vida contemplativa, opção de quem desejava integrar no edifício, a ordem que dentro dele se professava.

Num sítio em língua castelhana dedicado a arquitectos, pode ler-se que

el simbolismo se refiere a la expresión de una obra arquitectónica, en el sentido de que representan un tiempo, lugar, brindándole un carácter que lo personifica y lo hace único. La Arquitectura no solo tiene que estar en el campo de lo practico-utilitario, si no que, también tiene que tener valores filosóficos, expresados en el campo simbólico, por medio de analogías, conceptos estéticos, metafísicos, etc.¹⁶³.

Dreher dizia a respeito da linguagem simbólica que era aquela pela qual “se expressa a experiência do espiritual. Quando essa forma de pensamento não-conceptual deixa de ser usada ou é ridicularizada, produz-se a destruição de uma das disposições religiosas do ser humano.” (Dreher, 2006: p. 57)

¹⁶³ <http://www.iarquitectos.com/2010/01/el-simbolismo-en-la-arquitectura.html>.

É verdade que todos esses aspectos simbólicos foram pensados e materializados num passado com muitos séculos de distância, pelo que, hoje, muito dificilmente alguém poderá afirmar com garantia ter decifrado o que pensou quem os pensou, ou seja, que mensagem estaria a querer deixar para cada presente. Porém, mesmo a esta distância temporal, em que não é possível saber-se nem quem foi cada um dos arquitectos que contribuíram para as diversas modificações, construções e adaptações do convento a cada nova realidade, em cada momento da história, nem quais eram as condições que lhes tinham sido impostas, far-se-á uma interpretação que, obviamente, conterà alguma subjectividade incontornável.

Deste modo, ao pensar-se no que os arquitectos de então pretendiam transmitir como mensagem quando se expressavam por sinais gravados nas paredes, nas pedras do solo e nos azulejos do convento e ao tentar fazer-se a respectiva interpretação, procurar-se-á imbuirmo-nos do mesmo possível espírito criativo que no passado os arquitectos poderiam ter tido, cruzando algumas passagens das Escrituras com a matemática 'pitagórica' e a heráldica, tendo sempre respeito a esse jogo entre a 'arquitectura-mensagem' e o simbólico. De facto, quando se pretende fazer uma interpretação do que está escrito ou desenhado, é importante que cada observador consiga colocar-se um pouco na pele de quem criou, para poder entender o que ele pretendeu transmitir.

Ora há dois tipos de interpretação e de leitura de qualquer obra, texto, palavra ou até expressão, muito falados quando se pretende analisar, principalmente, as Escrituras, que são a exegese e a hermenêutica. Estes dois tipos de interpretação têm sido muito confundidos um com o outro, mas têm alguma diferença entre eles.

A exegese, do grego *exégésis* ou ἐξήγησις de ἐξηγεῖσθαι, etimologicamente, significa 'interpretação', 'tradução' 'levar para fora', extrair, arrancar do texto o que ele significa, para expor e explicar. A exegese é, normalmente, utilizada para a interpretação dos textos religiosos, em que se pode dizer que quando se "elabora uma dissertação, tendo como objectivo a interpretação minuciosa, [estabelece-se] a sua relação com o universo de conceitos religiosos que lhe são intrínsecos." (Roque, 2011: p. 140), mas também é usada para a explicação de obras literárias e artísticas. Portanto, a exegese visa conceder clareza ao texto, religioso ou não, analisando o seu significado profunda e objectivamente.

O outro tipo de interpretação é a hermenêutica, palavra também de origem grega que está associada ao nome de Hermes, que também significa interpretar, explicar, expor, mas tem uma maior abrangência que a exegese, porquanto esta, a hermenêutica, analisa para além do texto, o seu contexto. E esse contexto está obviamente relacionado com o momento histórico e político em que o texto foi elaborado. E, segundo Racquet, citado por Schewarz "é a procura

do sentido, da significação ou significações que tal ideia ou fenómeno religioso tiveram através do tempo. [...] a hermenêutica é o descobrimento do sentido cada vez mais profundo [...]” (Schewarz, 2018: p. 38).

Portanto, a exegese é uma parte da hermenêutica. A exegese ajuda a interpretar os textos, principalmente os sagrados, as Escrituras, no que neles está escrito. A hermenêutica, além dessa interpretação, procura compreender o que está para além do evidente, tendo em consideração quem escreveu aquele texto, no tempo, modo e lugar em que vivia e onde estava, e o que queria dizer quando o escreveu.

Portanto, para este convento, que tem diversos elementos simbólicos ali à espera de serem lidos, procurar-se-á fazer uma interpretação que permita a sua descodificação.

Ora, para que se faça uma interpretação de alguns dos vários elementos simbólicos que se encontram no convento, para não tornar a exposição exaustiva, e pegando nas palavras de Schewarz sobre o pensamento simbólico, é necessário que se entenda que o “pensamento simbólico [...] permite aceder à livre circulação entre todos os níveis do real, e sobretudo possibilita que o homem já não se sinta um simples fragmento impermeável, mas um cosmos vivente [...]” (Schewarz, 2018: p. 36).

Assim sendo, veja-se primeiro o claustro que é um lugar destinado à contemplação. A sua forma quadrada representa os quatro cantos do mundo, (até porque o mundo era considerado plano e quadrado), mas também significa os quatro elementos: água, ar, fogo e terra; e no seu centro encontra-se um jardim, a céu aberto, composto por quatro canteiros, o que reforça a ideia. De acordo com Correia, o jardim dos claustros, na Idade Média, estava "simbolicamente conotado com o jardim paradisíaco da tradição bíblica" (Correia, 1991: p. 273) em cujo centro Deus plantou a árvore do conhecimento do Bem e do Mal, e aqui se abriu um espaço que convida à meditação espiritual e à elevação do pensamento para Deus. Os jardins simbolizam a natureza em harmonia. A harmonia do cosmos e a pureza espiritual. Com essa mesma intenção espiritual, grande parte dos conventos, principalmente os de clausura, tinham o claustro quadrado. São exemplos o Conventinho em Loures, ou o mosteiro de onde vieram as ‘Donas’, o mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, que para além do claustro ser quadrado, tem no seu centro um tanque composto por sete faces côncavas, com uma fonte.

De facto, o tanque deste convento tem incrustadas sete peças de mármore, em cada lado, sendo quatro negras e três cor-de-rosa. O seu significado simbólico é o mesmo que do tanque do mosteiro de Santa Cruz em Coimbra. Nele está, também ao centro, uma coluna prismática quadrangular, que é uma fonte com quatro furos, um por cada lado, por onde

correm os “rios de água viva”¹⁶⁴. O simbolismo deste tanque com fonte, segundo a Bíblia, em João 7: 37-38 diz que “Se alguém tem sede, venha a mim e beba. Quem crer em mim, como diz a Escritura, do seu interior fluirão rios de água viva” é que todos quantos crêem em Jesus, de onde quer que sejam, dos quatro cantos do mundo, receberão o poder que Deus tem para eles. E Chevalier, falando sobre o simbolismo da fonte de água viva, diz que “est notamment exprimé para la source jaillissant au milieu du jardin, au pied de l’Abre de Vie, au centre du Paradis terrestre, et divisant ensuit en quatre fleuves coulant vers les quatre directions de l’espace.”¹⁶⁵ (Chevalier: 1982 , p. 453)

O interior de cada banco é forrado por azulejos do tipo albarrada, cujo encosto apresenta um cesto com flores ladeado de dois *putti*¹⁶⁶ que seguram plantas (Figura 52). Nas pinturas, como é o caso dos azulejos, apresentam-se normalmente nus ou quase nus e gordinhos, podendo, por vezes e com outro significado, ter asas. Simbolizam o amor e a pureza; pois não há nada melhor para guardar as virtudes que aqueles seres simples e puros como são as crianças.



Fig. 52- Encosto do banco com azulejos do tipo albarrada (Foto do autor)

Este tipo de azulejaria, a albarrada, caracteriza-se pelas suas "jarras caprichosamente ornamentadas – ou vasos floridos [...] [que] constituem uma presença forte, embora discreta e [...] é bem provável que a sua presença fosse determinada por uma intencionalidade simbólica" (Pais, 2007: p. 184). Segundo este autor, é vulgar encontrarem-se azulejos deste tipo em claustros dos conventos; e, como diz Santos, era “comum na época a cultura da

¹⁶⁴ Estes rios representam a vida que o Espírito Santo dá, quando se aceita Jesus como Senhor e Salvador, tornando-se como uma fonte de água dentro de quem crê, enchendo-o com o Amor de Deus.

¹⁶⁵ É especialmente expressa pela fonte que jorrando no meio do jardim, aos pés da Árvore da Vida, no centro do Paraíso terrestre, e dividindo segue em quatro rios fluindo para as quatro direcções do espaço.

¹⁶⁶ *Putti* é o plural de *putto* que, em italiano, significa menino.

imagem simbólica, alegórica e emblemática, o potencial metafórico da imagem do vaso florido – como representação da condição natural das flores (com um ciclo de vida breve) associada às noções de fragilidade e brevidade da vida terrena e sua natureza ilusória [...]” (Santos, 2011: p. 48). Ainda esta autora, citando Monteiro, fez a proposta de associação deste tipo de representação, de vasos floridos, com uma "intenção simbólica conectada com a virtude teológica da Esperança pela ideia de vida eterna/ressurreição, numa associação cristológica, aproximada, portanto, à simbologia da árvore da vida [...] – interpretação que muito auxilia a leitura iconológica do tema em contextos sacros" (Santos, 2011: p. 48). A respeito das albarradas, também se referiu numa nota de rodapé que citava este autor relativamente a este tipo de azulejos existentes em outros dois monumentos, dizendo que os azulejos de vasos floridos

tiveram a sua origem numa matriz erudita comum, surgiram em dois conventos que, no século XVII, eram da mesma invocação. Naturalmente trata-se de algo mais do que uma simples coincidência e acreditamos que, em ambos os casos, o vaso florido foi investido da mesma função: simbolizar a Virtude Teológica da Esperança. (Augusto, s/d: p. 1342).

Como confirmação do sentido simbólico, o *Website*¹⁶⁷ do Museu Alberto Sampaio apresenta a albarrada como sendo um "tema recorrente na gravura europeia dos séculos XVI e XVII que teria uma função simbólica, representando a virtude teológica da Esperança". E, no próprio Museu Nacional do Azulejo, no seu website¹⁶⁸, se refere à albarrada que "Para além do seu grande valor decorativo, estas composições cumpriam uma intencionalidade simbólica, remetendo as flores para a virtude teológica da Esperança". Portanto, sem margens de dúvida, quem pensou em colocar estes azulejos, pretendia que se reflectisse sobre esta virtude.

No exterior do espaço ocupado pelos bancos, mais propriamente nas costas destes, existem também painéis de azulejos, igualmente albarradas, contendo a imagem de um cesto com flores, semelhante ao do interior, mas ladeado por um conjunto de quatro taças, em que cada taça tem outra invertida colocada sobre si (Figura 53), formando duas colunas que poderiam dar a ideia de má colocação dos azulejos, se não se soubesse que tudo isto foi intencional e que transmite uma mensagem inteligível para a época. O número dois, aqui definido pelas duas colunas, cada uma é um par de taças, segundo Jean Chevalier, corresponde “opposition, de conflit, de réflexion [...] il est la premier et la plus radicale des division (le créateur et la créature, [...] le masculin et le féminin, la matière et l’esprit, etc.)”

¹⁶⁷ http://masampaio.culturante.pt/pt-PT/exposicoes_ev/ContentDetail.aspx?id=966.

¹⁶⁸ <http://www.museudoazulejo.pt/pt-PT/ExposAct/ExpoPerm/ContentDetail.aspx?id=889>.

(Chevalier: 1982, p. 350). De facto, essas quatro taças colocadas duas a duas em simetria, isto é, duas de pé e outras duas invertidas sobre elas, pretendem transmitir a existência de “ritmos vitais complementares: um entrópico que leva ao desgaste e à desordem, e outro neguentrópico que conduz às origens regeneradoras. Estes dois aspectos complementares [...] estão simbolizados desde os tempos mais remotos [...] por duas imagens invertidas que actuam de forma complementar” (Schwarz, 2018: p. 26).

Segundo este autor, a “actualização consciente da dualidade paradoxal vida-morte permite ao Homo sapiens compreender simbolicamente o funcionamento do mundo [...]” (Schwarz, 2018: p. 26). Quer isto dizer, relativamente a estas albarradas, que elas representam a reflexão da virtude da esperança sobre a complementaridade entre a vida e a morte. E, que estas imagens contidas nas albarradas são para quem “tem olhos” para ver, para que possa reflectir sobre estas mensagens.



Fig. 53 - Costas dos bancos azulejados (Foto do autor)

No piso mais alto do convento, lá bem no cimo da escadaria, há um painel de azulejos, que foi parcialmente destruído no lado esquerdo, nos meados do século passado, para a instalação da canalização de combate a incêndios¹⁶⁹.

Este painel merece uma breve nota pelo facto de estar colocado no piso de topo, como querendo dizer que acima dele nada mais há para além do divino, o que é por si só curioso.

O painel tem, no centro, uma coroa de rainha e, sotopostas a ela, duas letras entrecruzadas AM (Figura 54) que têm sido motivo de diversas interpretações, entre elas a Ave-Maria coroada como rainha por ter sido a Mãe de Jesus, a Nossa Senhora, a Rainha;

¹⁶⁹ Entende-se que quem fez a obra não deveria ter a sensibilidade para a preservação, sendo a colocação da boca de fogo o seu único objectivo e preocupação. Tem-se assistido a casos lamentáveis como este em diversos monumentos por este país fora.

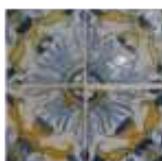
constituindo-se como o apelo a quem passa por ali, e neste caso, a quem sobe até ali, para "rezar [...] uma Ave-Maria" como refere Rodrigues (2010: p. 6) e, em cada lado dessa imagem tem um anjo e um outro sobre ela, querendo representar as virtudes teologais, em que o da destra é Caridade e o da sinistra a Esperança e o que está sobre a imagem é a Fé, e esta, "[...] não vem de vós, é dom de Deus" (Efésios 2:8), razão porque ultrapassam os limites da cercadura, estando no nível mais alto de toda a azulejaria do convento, mais próximo de Deus. Em heráldica, os objectos, imagens, colocados ou virados para a direita, têm um significado positivo, daí que à destra seja Caridade ou Amor (a virtude perfeita) e à sinistra a Esperança no que há-de vir e que ainda não tem.



Fig. 54 - AM com coroa e três Anjos (Foto do autor)

Na Bíblia pode ler-se: "Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três, mas o maior destes é o amor" (1 Coríntios 13:13). Portanto, pode-se concluir que, simbolicamente, o autor pretendia dizer que destas virtudes a mais importante é o amor ou caridade.

Em forma conclusiva, os arquitectos de então, ao construir o convento de Chelas, fizeram-no como um espaço recheado por símbolos, para que fossem interpretados. Assim, estes símbolos ainda lá estão, dentro do convento, com muitos outros exemplos, que residem em silêncio, mas bem à vista, esperando a aproximação e a sensibilidade, que não é apanágio de todos, para serem encontrados assim como esperam que venham olhos que os consigam 'Ver'.



2.4 – A clausura conventual

Este convento, como casa de clausura, não pode ser entendido apenas como um lugar, como um espaço geográfico situado na parte oriental de Lisboa, em Chelas. Deve igualmente ser entendido como uma esfera de acção social onde quem lá está dentro gera sentimentos, cria e recria relações sociais e estabelece as formas de relacionamento, dentro do seu espaço social. Por conseguinte, no convento, enquanto lugar de culto e de clausura, existiu uma construção social do espaço, com diversos significados entre cada uma das pessoas que nele habitava. As diferentes vivências no mesmo espaço geravam formas diversas de se "ler" e de viver naquele ambiente.

Assim, este convento teria tido interpretações diferentes tanto pelos que estavam do lado fora, quer tenham interagido com quem estava no interior quer não, entendendo-o como casa de clausura ou como casa de espiritualidade, com significados diferentes ou semelhantes; como pelo lado de quem viveu no seu interior, que seria entendido ou como o lugar de realização dos seus desejos religiosos ou como prisão.

Por isso interessa então compreender este espaço simbólico, pois este trabalho ficaria com alguma opacidade se não comportasse uma referência sobre o que se conhece (ou se pensa saber) da vida em clausura conventual, durante os séculos XVII e XVIII, o período considerado como “o tempo dourado” não só para o Convento de Chelas, como para muitos outros conventos.

Embora baseado nas reflexões não só de Diderot¹⁷⁰ mas também na obra de Consiglieri e num documentário da televisão portuguesa SIC, que em 7 de Março de 2010, emitiu uma reportagem subordinada ao tema *Voto de clausura: Reportagem SIC esteve 2 dias com freiras do Convento das Carmelitas, em Beja*, onde apresentou um convento actual, da Ordem das Carmelitas, mostrando como é a vida em clausura nele¹⁷¹ e no que se acredita poder ter sido semelhante no quotidiano conventual português.

O texto seguinte deve ser considerado, portanto, mais como um apontamento vocacionado para outra pesquisa, ou outra tese sobre como seria a vida no interior do

¹⁷⁰Denis Diderot nasceu em Langres, França a 5 de Outubro de 1713 e morreu a 31 de Julho de 1784. Foi escritor, filósofo, tradutor e enciclopedista. Tomou parte do Iluminismo filosófico do qual resultou na Revolução Francesa. Reformulou, ampliou e elaborou a “Enciclopédia”, junto com Jean D’Alembert, que é uma gigantesca obra do pensamento científico e filosófico do século XVIII. Para além da *A Religiosa*, Denis Diderot escreveu ainda *O Sobrinho de Rameu*, *Jacques*, *o Fatalista e Seu Amo* e *As Joias Indiscretas*. Foi tão relevante a sua vida que os seus restos mortais repousam no Panteão de Paris. (https://www.ebiografia.com/denis_diderot/).

¹⁷¹ Apesar de não ser da mesma Ordem, não impede que possa pensar como seria a vida dentro deste convento, pois era, igualmente, de clausura.

Convento de Chelas durante essa época, do que, propriamente, uma tentativa de fazer teoria sobre esta matéria.

Consiglieri (1999), fez uma análise sociológica dos conventos portugueses, com mais particularidade nos de Lisboa, dizendo que seriam os locais excelentes para representar a sociedade. Dentro deles cada pessoa tinha o seu 'lugar' em função do estrato social de onde provinha, reflectindo os seus níveis culturais. A escrita e a leitura mantinham o nível educacional dentro dos conventos.

Se a estes elementos se acrescentar a estabilidade económica, quer pelos rendimentos das famílias das Irmãs, quer pela existência de produtos agrícolas e até avícolas que produziam, poder-se-á dizer que nos conventos havia toda a garantia de condições para que se realizasse o trabalho religioso de contemplação.

Da clausura em geral, durante aquele período, há notícia de que as regras mais rígidas foram muitas vezes quebradas pelas “infelizes” que eram 'enviadas' para os conventos, e ali ‘enterradas’ em vida, e colocadas à sorte dos seus galantes admiradores, sendo mais relevante e do conhecimento da história geral o caso do monarca D. João V e da Madre Paula de Odivelas.

Quanto às mulheres que foram viver conventualmente em regime de clausura e relativamente ao respectivo estatuto, Morujão foi precisa ao escrever que,

O séc. XVII abriu as portas à valorização da vida feminina intraclaustral e tornou natural a curiosidade pela vida destas mulheres que viviam retiradas do mundo. A proximidade com Deus e o estatuto de Esposas de Cristo [...] terão com certeza estado na origem do reconhecimento e da valorização destas mulheres, mais do que das outras, que, cumprindo os deveres protocolares que a sociedade lhes delimitava, falavam pouco, saíam menos [...]. (Morujão, 2011: p. 36)

Nem sempre a “vocação” foi motivo da entrega total ao serviço da religião. Na literatura da época iluminista, o romance *A Religiosa* (1760), de Diderot, conta a história de Marguerite Delamarre, que esteve, à semelhança na Marquesa d'Alorna, presa num convento contra a sua vontade.

Apesar de ser um romance, tal como os romances históricos, tem fundamento histórico. Na verdade, baseia-se em oito cartas adquiridas e lidas por Diderot. Por isso, apesar de não ser um trabalho científico, a fundamentação nestas cartas deu a capacidade narrativa para Diderot conseguir transmitir uma realidade – como se podia viver em clausura – durante aquela época.

Curiosamente o adágio português "só quem está no convento é que sabe o que vai lá dentro" é revelador, no entendimento da população comum, do secretismo da vida conventual. Por isso, não é vulgar encontrar-se participantes ou dissidentes dispostos a revelar os pormenores dessa sua vida.

Mas pelo pouco que se tem sabido sobre esta matéria, sempre se pode inferir que os dias deveriam ser marcados pela monotonia, com um horário rígido para as orações e com a assistência obrigatória às missas, criando, em quem lá estava dentro, gestos automatizados, como escreveu Diderot, "no convento habituei-me a certas práticas que repito maquinalmente. [...]. Faço o sinal da cruz e ajoelho-me. [...] Perguntam-me alguma coisa [...], dou sempre uma resposta que termina com 'sim' ou 'não', 'querida madre' ou 'minha irmã'". (Diderot, 1983: p. 196).

Tal como as moedas têm duas faces, ou seguindo a perspectiva da "dualidade da estrutura" de Giddens, que mostra que numa relação social, existe um jogo dialéctico de poder entre os agentes para se influenciarem mutuamente, este convento assim como os outros em regime de clausura, tem o lado "mau" e o lado "bom", que coabitando nos mesmos espaço e tempo, permitem a produção e a reprodução social, segundo os padrões que cada um pode seguir (regras) e os recursos que detém (recursos produzidos pelo ser humano e não da natureza).

Começando pela anuência para quem vai entrar para o convento, existem duas possibilidades que se encontram na história.

Em primeiro lugar, havia a vocação de quem tivesse motivações religiosas. Motivações para decidir que o resto da sua vida seria passado dentro do convento para, aceitando deixar a família e o conforto do seu lar, dedicar a sua vida completamente à prática do catolicismo, em resultado de um "chamamento divino", como resposta a todas as suas preocupações da vida num mundo e sociedade agitados, ganhando assim a possibilidade de retiro permanente para meditação, oração e entrega exclusiva a Deus. Visto este sentido, as paredes não eram para prender as devotas, mas tão-só para as defender da vida comum considerada hostil do exterior, garantindo-lhes, no interior, o silêncio e o recolhimento no espaço conventual.

Mas também havia quem fosse obrigada a entrar, "empurrada" para dentro dele a contragosto, por vontade dos pais ou pela economia de um dote, clamando, como se encontra em *A Religiosa*, "Ai! Não tenho pai nem mãe, sou muito desgraçada, odeiam-me e querem enterrar-me viva aqui!" (Diderot, 1983: p. 38). Também houve quem fosse obrigada a viver enclausurada por motivos diversos, nomeadamente por castigo dado pelos pais e, ainda,

motivos políticos, como no caso da Marquesa d'Alorna no convento de Chelas, ou sobretudo quando a rebeldia feminina ultrapassava os limites permitidos pelo poder paternal e do socialmente concebível para a época. Diderot descreveu esta dramática situação, colocando-se na pele da Marguerite Delamarre, dizendo que “[...] o convento é uma prisão; e o convento para mim é um cárcere mil vezes mais terrível do que os que encerram os malfeitores [...]” (Diderot, 1983: p. 91). Ou, como descreve a marquesa d'Alorna num dos seus poemas:

Naquele triste convento
Dobra o sino sonolento;
O ar cos sons esmorece.
O horizonte empalidece:
O vapor autumnal
Cobre-o de um véu fatal,
Sombrio.
Suspira o vento e nasce o calafrio
Que pavor
Espalha em todo o campo a minha dor!

(Alcipe)

Caracterizada pelo silêncio, interrompido apenas pelas palavras necessárias ao trabalho e às orações em grupo, a clausura conventual permaneceu até ao presente envolta num halo de mistério, de paz e de recato difíceis de imaginar. Não apenas pelo silêncio do tipo sepulcral que limita as vozes a murmúrios e impede que o ruído dos passos se repercuta pelos claustros, mas também pelo silêncio que envolve e nubla a vida de introspecção, de oração e de serviço das internadas, envolta em segredos que, longe de constituírem uma cobertura protectora, só acicatavam mais a vontade de o penetrar para conhecer o seu quotidiano. Como diz Morujão,

Esse silêncio acompanhava a mulher na vida de clausura, onde era valorizado como meio particularmente eficaz para a oração, a intimidade com Deus e a caminhada na vida espiritual. Os manuais sobre perfeição religiosa, as regras monásticas, os tratados de moral, a sermónaria e alguns escritores de um modo geral sublinhavam essa virtude no feminino, constituída pela escassez de palavras. (Morujão, 2011: p. 37)

O Convento de Chelas encerra muito desta revelação no quotidiano da realidade portuguesa, de cuja rotina pouco se conhece, mas que se pode pensar como seria com base no

que actualmente é, ainda que guardado em silêncio (segredo). Assim, a vida seria preenchida com o levantar cedo, mesmo de madrugada para a leitura de salmos, para as laudes¹⁷², depois na liturgia das horas, assistir à Santa Missa, ir aos ensaios dos cantos que se entoam durante as missas diárias e as orações obrigatórias, mas também, o dia seria preenchido pelas tarefas mais simples, como arrumar quartos, lavar a loiça usada nas refeições, ajudar a produzir as hóstias; dar formação de postulantes¹⁷³, fazer limpezas, trabalho de culinária, agricultura, lavandaria, passar a roupa a ferro, arear panelas, polir metais, jardinar e regar as flores e a horta.

Mas, a vida comum levava-as, também, quando não em jejum, à toma das refeições em horas determinadas, para além das abluções matinais com completa carência de instalações sanitárias adequadas, tal como hoje são conhecidas. Também comum era o cerimonial simples de vestir os hábitos ou das indumentárias civis, das ainda não noviças, com pouco tempo dedicado ao arranjo do cabelo tapado pela toca do hábito. As que haviam entrado sem a devoção e sem outra escolha possível tratavam das cabeleiras e do empoamento facial, eventualmente, com verrugas postiças e uma sombra ligeira a destacar a cor das faces.

Entre todas existiam tarefas distribuídas em conformidade com as suas posições sociais. Contudo, existiam situações conducentes a uma solidariedade intergrupala ou de elevação cultural e até de entretenimento. A importância no grupo e os gostos pessoais, tal como poderiam ter sido realizados antes da clausura e de algum nivelamento social, havia sido perdida, só a partilha da má sorte se mantinha regida pela madre superiora em todas as enclausuradas inteiramente destinadas às práticas da religião.

Todas estas actividades eram realizadas segundo

as regras monásticas [que] determinavam rigorosamente os momentos de recreação, nos quais as religiosas poderiam falar umas com as outras, como forma de quebrar esse silêncio que, sem essas rupturas que pontuavam o quotidiano da vida conventual, não saberia ser vivido com o devido apreço, respeito e benefício. (Morujão, 2011: p. 37)

Porém, tudo leva a acreditar que, as senhoras de posição mais elevada, ainda não noviças, as obrigatoriamente enclausuradas e consideradas de linhagem nobre, poderiam ir à tarde até ao centro do claustro. Sentavam-se naqueles belos bancos que envolvem o tanque, onde exibiam os seus vestidos, a forma como usavam os seus leques, os seus penteados, enfim, uma representação simbólica do seu lugar na sociedade ou, durante os tempos "livres",

¹⁷² Louvor da manhã.

¹⁷³ Esta formação é vitalícia.

dedicar-se-iam à leitura, pintura ou ao restauro de imagens. Por outro lado, no claustro superior, outras senhoras, mas de estrato inferior, observavam-nas e faziam os seus comentários, aproveitando o tempo livre para se dedicarem a actividades como os bordados, o desenho, a pintura, etc. Outras haveria que não teriam direito a essa liberdade e mordomias, como as aias e as escravas forçadas a entrar no convento em companhia das suas amas e donas.

Das não voluntárias, poucas se entregariam à leitura e à escrita de diários ou de outros textos, como o fez a Marquesa d'Alorna, pois o acto de passar ideias ao papel era em si mesmo revolucionário e considerado “muito perigoso”, pelo risco de registar momentos, hábitos e fraquezas que não deveriam transpirar para o exterior, porque as voluntárias, assim se crê, foram, aceitando tacitamente as regras do convento.

A atribuição das celas far-se-ia, igualmente, tendo em conta os mesmos critérios da estratificação social, como foi referido para quem pode frequentar o claustro superior e quem pode estar no piso inferior.

Tendo em conta que as janelas do Convento, pelo menos as dos dois pisos superiores, são dez de cada lado, perfazendo o total de quarenta, deveriam corresponder a igual número de celas. Todas estariam separadas umas das outras, por paredes laterais e por um corredor ao meio de cada nave. Se assim fosse, cada uma delas teria um reduzido espaço para conter algum mobiliário e pertences de quem as habitava. É possível que só habitasse uma mulher por cela. Mas, mesmo assim, as condições de intimidade deixariam, já naquela altura, muito a desejar, como referiu Maria João Lopo de Carvalho, no livro *Marquesa d'Alorna - Do cativo de Chelas à corte de Viena*, num trecho que diz respeito às condições de habitabilidade, quase desumanas, o que reflecte convenientemente como ali se vivia, referindo que, numa das cartas da Marquesa, ela dizia que vivia num corredor escuro e sórdido e que as celas eram “tocas”. Que o ar que circulava era fétido e “venenoso”; que da sua janela sentia o cheiro nauseabundo que vinha do cemitério localizado nas traseiras do convento, mesmo diante da sua cela, entre outras descrições impressionantes. O que permite imaginar-se como seria o Convento de Chelas naquele tempo.

A Marquesa d'Alorna, num dos seus poemas demonstrou bem essa realidade, dando referência da sua cela.

Aqui, onde a matéria me circula

E o curto espaço quase me sufoca

Fechando os olhos, triste, ao negro objecto

Que os grilhões me apresentam [...]

(Alcipe)

Se durante o dia, as tarefas atribuídas a cada uma estariam de acordo, também, com o seu estrato social, a socialização seria permitida comedidamente. No fim de cada dia, cada mulher, recolhida na sua cela de onde sairia horas depois, quiçá, só para a primeira oração da manhã¹⁷⁴, realizada em grupo na igreja, deveria ser acometida por um enorme sentimento de solidão. Que pensamentos poderiam ter durante essas horas, sem fim? Quantas insónias as deixariam a sós com os seus mais íntimos pensamentos? Quantos sonhos impossíveis ou de pesadelo o sono lhes poderia ter trazido? A Marquesa d'Alorna tinha, assim se crê, por companhia, os seus livros.

Nas traseiras, no lado ocidental, situavam-se o pomar e as hortas, produzindo muito do que se comia dentro do convento, até porque naquele tempo, e mesmo posteriormente, os conventos dependiam dos alimentos que produziam. Neles cultivavam também flores para a ornamentação dos altares e, quiçá, plantas para chás que faziam parte da botica. O pomar e a horta deveriam ser tratados, regados e colhidos diariamente pelas mulheres, escravas ou as agora noviças ou freiras, da classe mais baixa, a quem também seriam atribuídas a limpeza da cozinha e a arrumação do refeitório após as refeições. Em tarefas mais rudes não entrariam, seguramente, as delicadas mãos de quem nascera em berço de ouro.

Em Chelas, e uma vez que do lado oriental, nesse tempo, passava um esteiro navegável do rio Tejo, por onde chegavam e partiam embarcações com produtos hortícolas, acredita-se que este convento fosse também um fornecedor desses bens, de onde lhe adviriam alguns proventos para fazer face a despesas ordinárias.

Deveriam ser poucas as freiras que poderiam contactar com o mundo exterior, talvez apenas uma ou duas freiras escolhidas segundo critérios especiais; e, esses contactos para as respectivas trocas e compras seriam feitos através do túnel que passa sob as grandes naves, ligando o lado oriental ao ocidental, e o exterior ao interior, que seria, para além da entrada do convento, o único ponto de contacto entre os dois 'mundos'.

Que bens poderiam comercializar, para além de hortaliças, frutos e chás? Talvez as rendas e doçaria produzidas pelas enclausuradas, que seria a forma de passar o tempo livre. São conhecidos de todos os conventos as rendas e bordados ou trabalhos de lã, a manufactura

¹⁷⁴No citado programa da SIC, uma Irmã afirma que a primeira oração se realiza às seis horas da manhã, havendo sete durante o dia. (<https://sicnoticias.sapo.pt/vida/2010-03-07-Voto-de-clausura-Reportagem-SIC-esteve-2-dias-com-freiras-do-Convento-das-Carmelitas-em-Beja>).

de terços, imagens e escapulários e, sobretudo, da doçaria¹⁷⁵. A palavra doçaria foi aqui repetida porque este convento está situado em Lisboa, cidade que tinha uma vasta doçaria conventual, pelo que não será descabido pensar-se nessa actividade como forma das freiras ocuparem o seu tempo, e ter resultados económicos.

É crível que as sobras de comida, por não haver forma de os conservar, seriam usadas para alimentar animais para uso no convento ou distribuídas pelos pobres ou oferecidas às pessoas que viviam nas redondezas, igualmente através desse mesmo túnel. Contudo, é igualmente possível que uma rigorosa administração doméstica e a severidade de vida não desse origem a sobras, antes gerasse alguma carência nas que seriam as últimas a comer e até jejuar. Aliás, sobre as condições de vida, numa das descrições do Padre D. Nicolao de S. Maria, quando fala de algumas Donas, disse que, por exemplo,

a Madre Sòr Felipa do Espirito Santo. Foi ela grande serua de Deos natural de Lisboa filha de Ioaõ de Frias, & irmã do Padre Antonio de Frias Pior de Vnhos [...] entrou tam moça na Religiaõ, que não tinha mais de 15 annos [...]. Diligentissima em acodir ao coro [...]. O seu jejum era muy estreito, as disciplinas muy continuas, & asperas; o sono quasi nenhum, porque passado hum breue espaço, que tomaua pera repouzar sobre hũa cortiça (Maria, 1668: p. 565).

A direcção das orações estaria a cargo das Irmãs e, na igreja, competiria à madre superiora, eventualmente a priora/abadessa responsável da ordem ou, quiçá, ao padre que vinha ao convento celebrar as missas, dirigir as ladainhas, os terços e as novenas, em que todas responderiam em surdina, fazendo passar os dedos pelas contas dos rosários. Até nestes objectos de culto se podiam distinguir as damas dedilhando terços de oiro e pedraria, das plebeias roçando os dedos endurecidos pelo trabalho pelas contas de osso ou de madeira.

Sendo este convento vocacionado para a clausura, qualquer maleita teria de ser tratada internamente, por alguma freira mais conhecedora, pelo que, como foi referido noutra capítulo, havia uma enfermaria onde se recolhiam as doentes e até as que sofriam de algum desequilíbrio emocional. Neste aspecto emocional, pode imaginar-se o que seria passar a toda a vida a ver sempre as mesmas caras e os mesmos espaços e a fazer sempre as mesmas coisas. Não será de excluir, como foi mencionado à solidariedade, a criação de um ou outro laço mais profundo de amizade, lançando pontes entre diferenças sociais e culturais. Quem sabe ainda até que níveis de intimidade poderiam evoluir essas ligações espúrias, que jamais ocorreriam

¹⁷⁵ A doçaria foi objecto de investigação e de elaboração de uma obra denominada *A Tradição Conventual Na Doçaria De Lisboa* de Consiglieri e Abel, onde, na sua primeira página de introdução, pode ler-se que "Os conventos foram - não há dúvida - os grandes responsáveis pela difusão de receitas (ou de nomes) que circulam no nosso quotidiano".

fora dos muros do convento. Diderot narra um desses possíveis episódios. (Diderot, 1983: pp. 141-150).

A Marquesa d'Alorna, por exemplo, talvez o expoente máximo das condenadas ao internamento – pelo menos é a mais conhecida ou a que “por obras valorosas se foi da lei da morte libertando” – esteve encerrada no Convento de Chelas desde 1758, com a idade de oito anos, até 1777, porque o seu pai foi acusado de participar no atentado ao rei D. José.

Para ocupar o seu tempo ou porque tinha uma propensão pessoal para as letras, dedicou-se ao estudo de línguas, de poesia e de música. Da sua vasta obra literária, destacam-se as *Poesias de Chelas* onde se reuniram alguns dos poemas realizados durante o seu cativeiro¹⁷⁶. Relacionava-se com o Padre Francisco Manuel do Nascimento, mais conhecido pelo seu pseudónimo Filinto Elísio¹⁷⁷, que lhe deu lições e o nome arcádico de "Alcipe", que significa filha de Ares, na mitologia grega e com o "Frei Alexandre da Silva [...] (1737-1818), que Alcipe designa poeticamente por Sílvio" (Anastácio, s/d: p. 3).

E todas as outras, que não tinham um berço semelhante nem assim um tal estro literário, morreram inéditas e ignoradas, e desceram à tumba no cemitério contíguo ao convento, que durante a sua vida de clausura visionavam das parcas janelas e aonde não raro se deviam dirigir, para uma meditação breve sobre a condição humana ou para uma oração, por alma de quem tenha partilhado consigo a clausura e, naturalmente, para depositar algumas flores em memória das que ali tinham vivido e morrido no ambiente cinzento das impenetráveis paredes.

O simples facto de permanentemente se pisar o mesmo espaço, como é o claustro, cujo chão está repleto de campas de irmãs da fé e amigas, sabendo que um dia também um daqueles espaços seria a sua última morada, mesmo para as que se tivessem enclausurado por devoção, não deveria ser muito animador.



¹⁷⁶ Há um livro, disponível e gratuito, na internet, que contém uma selecção de poemas da Marquesa d'Alorna chamado *Poesias de Alcipe*, da Luso Livros.

¹⁷⁷<http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2015/04/leonor-de-almeida-portugal-marquesa-de.html>.

2.5 - Património Militar

Por este espaço, onde se encontram o convento e os seus terrenos envolventes estiveram também em funcionamento, desde os anos finais do século XIX até ao presente, algumas instituições militares, que aqui serão apresentadas por ordem cronológica da sua presença. Umas já não existem e a última, o Arquivo Geral do Exército, ainda desenvolve as suas actividades no interior do convento. Aliás, actualmente é a única instituição militar a ocupar as instalações daquele antigo convento e a fruir do seu espaço.

A distinção entre Património Religioso e Património Militar não pretende afirmar que há dois tipos de património, mas tão-somente que há duas formas de olhar e usar o mesmo património. Por isso se referiu acima como o convento foi e é palco de manifestações religiosas, (com que se pode concordar ou discordar, mas não ignorar) e se vai agora falar do importante papel que o convento tem desempenhado no campo militar e, logo, na Defesa Nacional. Também esta vertente militar pode ser discutida, na utilização que o Exército tem feito destas instalações que foram criadas para a finalidade espiritual; mas não se pode ignorar que a utilização existiu e existe, nem os benefícios que tem trazido para o monumento.

Assim como a actual presença da igreja ortodoxa tem garantido a conservação do edifício de culto, bem como o serviço da população vizinha, também a ocupação do espaço conventual pelo Exército tem garantido a conservação das instalações e o serviço de todo o país.

2.5.1 – A Fábrica da Pólvora Sem Fumo

Para falar em pólvora sem fumo, há que falar, obrigatoriamente, em Paulo Vieille. Foi um químico francês que nos anos 80 do século XIX criou uma pólvora que ardia sem fazer fumo, composta por enxofre, salitre e carvão, chamada pólvora branca, por oposição à pólvora negra que fazia muito fumo, inventada pelos chineses por volta do ano 1000. Esta pólvora 'branca' foi melhorada por um químico sueco de nome Alfred Nobel¹⁷⁸ que, além do estudo dessa pólvora, inventou a dinamite que teria o nome de Pólvora Dinamite Nobel. Em

¹⁷⁸ Alfred Nobel (1833-1896) foi o criador do Prémio Nobel.

1888, Nobel gelatinou o algodão-colódio¹⁷⁹ com nitroglicerina¹⁸⁰, dando início à produção das pólvoras nitroglicéricas e nitrocelulósicas.

Por essa altura, Francisco de Sales Ramos da Costa, Coronel de Artilharia, fundador da Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata e reorganizador do Arsenal do Exército, fez diligências para que fosse criada uma pequena fábrica que produzisse pólvora sem fumo.

[O] General de Divisão João Manuel Cordeiro, Director-Geral da Artilharia, incumbiu em 1889 o então capitão António Xavier Correia Barreto de estudar o fabrico duma pólvora sem fumo para as armas portáteis e bocas-de-fogo de artilharia, de forma a ficarmos autónomos neste campo (Pinto, 2009).

A fábrica foi implantada em 1898 em edifícios simples na cerca do Convento das Religiosas Donas de Santo Agostinho, no “formosíssimo e fértil vale de Chelas” (Pinto, 2009) com o nome "Fábrica da Pólvora sem Fumo. [...] Esta unidade industrial [...] esteve aqui instalada, [...] anos mais tarde foi transferida para Braço de Prata"¹⁸¹, mas apenas a parte respeitante à fabricação de armas ligeiras, porquanto a pólvora e os cartuchames continuaram a ser produzidos aqui.

Teve então como seu primeiro director o Capitão de Artilharia António Xavier Correia Barreto¹⁸² que era o responsável pelos estudos e experiências previamente efectuados em Portugal, sobre a chamada pólvora sem fumo, com base nas descobertas de Vieille, tendo publicado um trabalho sobre a Química e as Pólvoras. Daí que o ministro da Guerra, já em 1885, o tenha encarregado de criar um tipo de pólvora sem fumo para o Exército Português, a então denominada Pólvora Barreto, uma pólvora de óptima qualidade. De facto, já se fazia o fabrico da pólvora desde o tempo de D. Manuel II em Barcarena, para abastecer o Exército Português, mas tratava-se da pólvora negra, menos eficaz do que a sem fumo.

A fábrica foi "inaugurada em 14 de Março de 1898 e passou a partilhar as instalações conventuais com o então Arquivo do Ministério do Exército que ali já se

¹⁷⁹ É o mesmo que algodão-pólvora, uma substância explosiva.

¹⁸⁰ Este líquido, mais explosivo que outro qualquer descoberto até àquela data, foi responsável pela morte do irmão do Nobel quando, em 1864, destruiu completamente a sua fábrica. Após estudos, descobriu-se que se for adicionado com argilas, que são porosas, diminui a os seus perigos, tendo recebido o nome de dinamite (dinamite, em português).

¹⁸¹ <http://www.jf-beato.pt/beato/patrimonio/>.

¹⁸² Este Capitão viria a ser General. Desempenhou o cargo de Director do Arsenal do Exército, foi Comandante da 1.ª Divisão do Exército, Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Ministro da Guerra e Presidente do Senado e do Congresso. (Rosado, 2010: p. 4).

encontrava desde 1889¹⁸³. O Major-General Marques Pinto, confirmou, num artigo seu publicado na Revista Militar nº 2495, de 2009, que esta fábrica teve início em 1898.

Já em 1902, foi regulamentado o funcionamento dos diferentes estabelecimentos que constituíam o chamado Arsenal do Exército, por decreto real de 18 de Dezembro daquele ano, que integrava a Fábrica de Pólvora sem fumo no Arsenal do Exército com a sua respectiva regulamentação. Nesse decreto pode-se ler, no seu artigo 17º, que "[...] Esta fabrica é destinada ao fabrico de polvoras chemicas e de cartuchame para armas portateis e seu carregamento com polvora sem fumo"; e no seu artigo 18º diz que haverá também “n’esta fabrica as secções que forem julgadas necessarias, pelas quaes se dividirão as officinas destinadas ao fabrico dos componentes das pólvoras chemicas, á preparação d’estas, ao fabrico dos fulminatos, capsulas, cartuchame e respectivo acondicionamento.”¹⁸⁴ Dois anos mais tarde a fábrica expandiu a sua produção passando também a fabricar munições, pelo que teve de ser dotada de maquinaria para esse efeito¹⁸⁵, tendo terminada a sua produção de munições "por volta de 1947 [...], mantendo-se ainda em Chelas [...] o fabrico de pólvora, [...]" e, segundo ainda o Major General Marques Pinto, a Fábrica de Chelas manteve-se em funcionamento até 31 de Outubro de 1981, por força do artigo 1º, nº 1 do decreto-lei 571-A quando foram extintas a Fábrica Militar de Braço de Prata e a Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras.

Durante os anos em que laborou, a Fábrica foi sendo sempre ampliada e ocupou os dois Prédios Militares (PM), (Figura 53), PM 19 e PM 20 que envolvem o convento.



Fig. 55 - Imagem do Google Maps

¹⁸³ http://arquivo.presidencia.pt/report/?p=%2FArcheevo4_DSDA%2FFrontOffice%2FPublic%2FMiscellaneous%2FDescriptionItemPublicReport&f=3&ID=33806&Locale=pt.

¹⁸⁴ In Ordem do Exército de 1902.

¹⁸⁵ "Eram produzidas grandes quantidades de pólvora sem fumo e cerca de 60.000 munições/dia para espingardas de infantaria e outras armas portáteis". In Arquivo da Presidência. (http://arquivo.presidencia.pt/report/?p=%2FArcheevo4_DSDA%2FFrontOffice%2FPublic%2FMiscellaneous%2FDescriptionItemPublicReport&f=3&ID=33806&Locale=pt).

O PM 19 é limitado a ocidente pela linha de comboio, a sul pela calçada da Picheleira, a oriente pela estrada de Chelas e largo do mesmo nome¹⁸⁶ e pela quinta das Conchinhas e a norte pelo bairro do Armador, desde o Largo do Broma, passando pelas azinhagas do Armador e da Maruja. O PM 20 está limitado a ocidente pelos mesmos limites do PM 19, a sul pela Calçada do Perdigão, Alto da Conchas, a ocidente pelas quintas do Marceneiro e do Alfredo Douro e a norte pela Azinhaga do Baptista.

Esta fábrica produzia para além da pólvora sem fumo, armamento ligeiro e munições. Aliás, a fábrica tinha também o nome de Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras (FNMAL), designação que se manteve até finais do século XX, e ocupava as partes situadas mais a norte dos dois prédios.

De todo o complexo edificado que constituía a fábrica de pólvora sem fumo já pouco subsiste. Da fábrica, situada no lado norte do convento, no Prédio Militar 19, actualmente só é possível verem-se os pavilhões de paredes em alvenaria, com o telhado em *shed* e em estrutura de ferro, dispostos ao lado uns dos outros que, posteriormente, foram casernas do Batalhão dos Serviços de Transportes.

Actualmente, das oficinas que ali funcionaram, restam apenas alguns vestígios no solo, o que em arquitectura se chamam negativos de edifícios.

As demais construções que faziam parte da Fábrica foram sendo demolidas ao longo da segunda metade do século XX, com excepção de uma chaminé, tronco-piramidal, com cerca de 15 metros de altura, de base quadrangular com 4 metros de lado, por onde se escapavam os gases do gerador.



Fig. 56 - Chaminé da Fábrica para o gerador (Foto do autor)

¹⁸⁶ Actualmente há uma estrada que liga o largo de Chelas à Avenida Santo Condestável e que divide um dos prédios militares.

Segundo declarações do Sr. Raul, entre estes pavilhões, há um, o que está mais a ocidente, que era armazém de cunhetes, logo seguido pelo da 'embalagem de balas'. Depois vinha a oficina de mecânica e o seguinte seria a central termoelétrica, que ainda mantém bem visível a sua estrutura metálica. É onde está o gerador de energia eléctrica Krupp-Bosch da Thyssen Krupp AG, a força motriz que servia para alimentar de energia todas as oficinas da fábrica como também alimentava o casario do pessoal que habitava na área fabril, após a substituição da energia a vapor¹⁸⁷. Desse casario, que durou até ao final do século passado, já não sobra nenhum exemplo.

Havia uma oficina que preparava a mistura do algodão-pólvora para fazer a nitroglicerina; outro para laminação e granulação das pólvoras; havia também uma serralharia e uma carpintaria.

As paredes de estuque deste pavilhão, pelo lado interior, estão revestidas de azulejos simples brancos, o que devia ser para facilitar a limpeza já que, sem esta protecção, o estuque das paredes facilmente enegreceria por acção dos gases do motor do gerador.

Justifica-se a existência de um conjunto electromecânico desta envergadura para complementar a grande necessidade de utilização de energia eléctrica no fabrico da pólvora e das munições, tanto mais que, naquele tempo, a potência eléctrica da rede geral era manifestamente insuficiente para alimentar a maquinaria fabril. O ambiente oficial deste compartimento, a 'casa da máquina' como referiu o Sr. Raul, revela-se ainda pela exposição das ferramentas de manutenção do gerador, a par de quadros eléctricos com aparelhos de medida e o depósito de combustível. Tudo num ambiente opressivo e pesado, como se o ar do pavilhão ressumasse ainda o fedor do óleo queimado.



Fig. 57 - Gerador de energia eléctrica Krupp-Bosch (Foto do autor)

¹⁸⁷ O Sr. Raul, diz recordar conversas de antigos operários em falavam das caldeiras e da máquina a vapor, mas que ele não tem ideia nem como era essa máquina a vapor nem onde estava, mas que seria por ali, onde está a Krupp-Bosch.

Em relação a este gerador que, de facto, é o que mais significativo permanece como património industrial da Fábrica, deve referir-se que, segundo as declarações espontâneas proferidas por uns visitantes, talvez há dezoito anos, numa altura em que se estava longe de se imaginar que ainda se viria a precisar de dados sobre esta fábrica, se ficou a saber que existem apenas dois geradores Krupp-Bosch deste modelo em todo o mundo, mas que só este ainda está montado e até, se necessário fosse, trabalharia.

Este visitante, que lamentavelmente já partiu para o além, disse que esta máquina poderia trabalhar durante todo um dia de trabalho normal sem necessidade de interrupções.



Fig. 58- Chapa de matrícula do gerador Krupp nº 2766 (Foto do autor)

A placa acima apresenta dados relativos à sua instalação em 1922 com o seu número de máquina 2766, revelando uma potência de 400 Cavalos-vapor¹⁸⁸.



Fig. 59 - Ferramentas de manutenção do Gerador (Fotos do autor)

Nas paredes, estão ainda expostas as enormes ferramentas usadas na manutenção do grupo electromecânico. De facto, para o gigantismo de um gerador com aquela dimensão, só mesmo com ferramentas como estas, que chegam a pesar dez e mais quilos, era possível fazer-se a sua manutenção.

¹⁸⁸ Cavalo-vapor é uma unidade de origem inglesa que não é usada em Portugal e que corresponde a 735,4987 W (Watt) no Sistema Internacional de Medidas.

A título de curiosidade, sempre que há uma visita a este gerador, há sempre alguém que deseja pegar numa das maiores ferramentas para apreciar o seu peso e para tirar uma "selfie".



Fig. 60 - Ferramenta de manutenção do Gerador, com uma moeda de 1 euro para comparação (Fotos do autor)



Fig. 61 - Painel de controlo de corrente eléctrica (Foto do autor)

Pela sua raridade e pela sua qualidade de fidedigno testemunho histórico, e também por ser o que resta do antigo complexo industrial militar, é que se reconhece ser muito importante preservar este 'documento' e o espaço que o envolve.



Fig. 62 - Vestígios da Fábrica¹⁸⁹, área das escorvas (Fotos do autor)

¹⁸⁹ As duas hastes que se vêem na imagem são o mastro da bandeira e um poste de iluminação de rua, uma vez que a foto foi obtida de um lugar privilegiado do convento.

Actualmente, ainda se encontram alguns vestígios da Fábrica (Figura 62) que, inicialmente se pensava tratar-se de resquícios que estavam naquele estado de ruína por serem o resultado de alguma demolição ou por qualquer outro motivo normal de desgaste. Todavia, no dia 2 de Julho de 2018, o Sr. Raul, nas suas declarações, disse que ali foi onde se deu um rebentamento de material explosivo nos anos cinquenta do século passado.

O Sr. Raul referiu-se a esta explosão, que não tinha assistido, mas que sabia que se tinha propagado até à igreja. Esta questão visava confirmar a data do incêndio. Questionado sobre qual a data em que teria ocorrido, repetiu apenas que foi nos anos cinquenta. Disse também que o Sr. Armindo, outro funcionário, que controlava a estufa das pólvoras, faleceu em consequência da grande pressão resultante da explosão que o esmagou entre uma porta e a parede, naquela área que se chamava “área de fabrico de escorvas” que, sendo a parte da munição que dá origem à ignição da matéria explosiva, é bastante mais potente, sensível e instável do que o explosivo normal. E depois, quando a fábrica já estava encerrada, durante as limpezas do estabelecimento, deu-se outra explosão, mas sem consequências como esta.

Perpendicularmente a estes pavilhões há um outro pavilhão que era a secção dos electricistas. No solo, junto aos pavilhões do lado ocidental, ainda se encontram uns carris que, como dizia o entrevistado, serviam para levar os cunhetes com munições já prontos para um outro local da fábrica, que disse não se recordar onde (dada a grande mudança de visual do terreno), e para trazer matéria a ser transformada.

Recorda ele que no seu tempo de miúdo, metia-se dentro das 'vagonetes'¹⁹⁰ para fazer pequenas viagens e, quando estava quase a chegar ao fim da linha, num local onde havia no chão um placa circular que fazia a mudança de direcção¹⁹¹ das vagonetes, ele e os outros meninos saltavam em movimento para fugir dos responsáveis e não ouvir os ralhetes deles.¹⁹²

O Sr. Raul, cujos pais eram funcionários da fábrica, declarou que quando era criança brincava com outros meninos filhos de militares e civis trabalhadores da fábrica, praticamente em todos os lugares, mas que esta zona, pela sua perigosidade, era-lhe interdita pois "o Sr. Fonseca, que era o encarregado da fábrica, não os deixava passar para a área das escorvas".

Dada à perigosidade, compreende-se também o seu relativo afastamento da zona operacional, como se pode ver da sua construção (Figura 63), em que os paióis se encontram rodeados de espaldões de formato sinuoso para os isolar uns dos outros como determinavam as regras de segurança deste tipo de armazenamento. Nesta imagem, obtida por digitalização

¹⁹⁰ Era uma espécie de vagão em forma de caixa para transporte de materiais.

¹⁹¹ Em linguagem ferroviária, chama-se agulha.

¹⁹² O Sr. Raul dizia isso com um ar de saudade daquele tempo. Que eram "coisas de miúdos".

parcial da planta produzida pelo Desenhador Guilherme Gomes em Dezembro de 1983¹⁹³, pode observar-se o convento a verde, e os edifícios da fábrica dispersos pelos prédios militares 19 e 20 e Quinta das Conchinhas, que constituía a então servidão militar, espaço cativo que envolve todas as instalações militares, principalmente aquelas onde se guardam materiais perigosos.



Fig. 63 - Mapa dos PM 19 e 20

Tratando-se de um trabalho que pretende que no futuro seja adoptada a museologia social, é pertinente repetir aqui uma história deste entrevistado, que demonstra que os meios de segurança que a fábrica tinha, apesar de muito rigorosos, apresentavam falhas.

Disse que um dia por semana, que não conseguia precisar qual, saía da fábrica uma carroça carregada de resíduos de pólvoras para levar até a um largo situado no final do convento, do lado oriental, onde hoje ainda existe um serviço de oficinas, mesmo no enfiamento da calçada da Picheleira. E aí, o Sr. Manuel da Fonseca, encarregado dessa missão, depositaria o 'lixo' e acenderia um rasilho para dar início à destruição daquele material por incineração. Ora o então jovem Raul, um dia encontrou naquele 'lixo' uma bolsa em serapilheira que continha uma espécie de algodão que de imediato foi queimar e ... teve, como resultado, as duas mãos queimadas. Foi socorrido na enfermaria da fábrica e o pai, mal soube da 'brincadeira' com o fogo, acorreu em pânico; e todo o pessoal da fábrica experimentou as reacções que se podem imaginar, tementes dos terríveis resultados que o caso poderia ter dado. Se isso serviu de ensino e emenda para o Sr. Raul e seus amigos, ele já não quis contar, escudando-se atrás de um sorriso comprometido; mas decerto que o Sr.

¹⁹³ Documento à guarda do Arquivo Geral do Exército.

Manuel da Fonseca, como pessoa responsável que era, deve ter-se prevenido de maiores cuidados nas futuras incinerações do lixo químico.

A construção de uma fábrica de explosivos era geralmente feita em lugares ermos, por exigências de segurança, e por isso não seria suposto ter esta ficado junto de um convento. Mas para este caso, atendendo às necessidades da Defesa Nacional e à penúria do orçamento de Estado, que aconselhava a ocupar as instalações devolutas pelo fim das ordens religiosas, deve ter sido escolhido este lugar por estar fora da malha urbana de então e preencher os demais requisitos de espaço livre circundante. Uma vez escolhido este lugar, logo se procurou dotá-lo de medidas de segurança mais apertadas, principalmente sobre os lugares mais sensíveis, havendo inclusive um posto de polícia e um pequeno quartel de bombeiros, onde estava o Sr. Fernando 'Bombeiro', mesmo junto à zona das pólvoras. Como a fábrica ocupava cerca de um hectare, as instalações eram distribuídas com relativo afastamento e por funções como secretaria, laboratório, depósitos (paióis), maquinaria, etc.

Ora, se havia segurança apertada por um lado, por outro aconteciam estes casos, que hoje seriam impensáveis por constituírem atentados ecológicos, e deixavam-se os materiais perigosos considerados lixo, a arder livremente, abandonados e ao alcance dos moradores.

Aos olhos das normas de segurança actuais, esses materiais jamais poderiam estar disponíveis para que alguém, principalmente que tivesse conhecimentos e os pudesse usar como arma de ataque ou sabotagem contra até a própria Fábrica. Tal como, mesmo naquele tempo, nunca poderiam ser deixados ao alcance de pessoas curiosas e incautas e muito menos de crianças. Nem tão-pouco deveria a fábrica ter sido construída junto ao convento, por muito isolado que este estivesse do tecido urbano, o que teria evitado que o tal incêndio destruísse a igreja e que outro incidente de idêntica gravidade pudesse provocar a morte aos directamente envolvidos no fabrico da pólvora ou aos assistentes a um qualquer ofício religioso.

Um outro aspecto que parece interessante apresentar é a forma como os funcionários eram pagos pelos seus serviços, as diferenças dos vencimentos que auferiam, não só balizados pela categoria da função exercida, mas também pelo género, masculino ou feminino.

Foi feita uma análise a documentos individuais (folhas de matrículas) dos então funcionários da Fábrica, quando esta ainda estava unida à de Braço de Prata, que estão à guarda do ArqGEx.

Este estudo é lateral aos principais objectivos da presente tese mas, ao integrar-se aqui o quadro com estes dados, para além de se divulgar a informação inédita colhida nos documentos consultados, pretende-se também demonstrar a importância e a potencialidade do

acervo documental que o ArqGEx preserva e, assim, explicar um dos benefícios que a ocupação militar do convento traz para a história e o património imaterial do mesmo.

Foi, então, construída uma grelha, onde se reproduzem apenas as colunas que não violam a privacidade e a memória das pessoas, que demonstra claramente que na fábrica havia pessoas a trabalhar em diversos sectores, com categorias profissionais distintas às quais correspondiam valores monetários distintos.

A grelha apresenta, portanto, funcionários civis, dirigentes e operários, que prestavam serviço nesta fábrica e que, em conjunto com o pessoal militar, garantiam a segurança e a gestão do estabelecimento militar. Em anexo, encontram-se digitalizadas cerca de 30 fichas individuais de funcionários da fábrica, 25 das quais foram usadas neste breve levantamento de categoria, género e vencimento, sendo-lhes igualmente retirados todos os elementos que possibilitassem a sua identificação, a fim de cumprir o preceituado na Lei de Protecção de Dados Pessoais.

Ora, pela análise de alguns desses documentos de matrícula, do período de 1930 a 1965, foi possível construir-se uma lista em que, a par da dimensão do leque salarial, se verifica também uma nítida discriminação de género, o que ainda se verifica na actual sociedade, quase 100 anos volvidos. Aliás, também os vencimentos se mantiveram praticamente inalterados ao longo do período coberto pelos documentos consultados.

Estes documentos eram escritos à máquina e a lápis, devendo as partes a lápis destinar-se às actualizações de, por exemplo, categoria e salário. Há dois modelos de documentos de matrícula: uns são de uma página simples e mais escuros, os impressos mais antigos; e outros, mais claros e desdobráveis, que são os mais recentes. Nestes mais recentes, há um espaço, em baixo e à esquerda, destinado a mencionar se o funcionário, sendo masculino, cumpriu serviço militar. Este é um primeiro sinal de falta de paridade de género, uma vez que, naquele tempo, as mulheres estavam impedidas de entrarem nas fileiras castrenses e, logo, não faria sentido anotar se tinham cumprido ou não o Serviço Militar Obrigatório.

Comece-se pelo caso em que na ficha individual não consta qualquer valor remuneratório.

Foram encontradas fichas individuais de uma engenheira e de dois outros funcionários que eram médicos, sem terem qualquer valor de vencimentos, talvez porque deveriam receber o seu vencimento por outra instituição do Estado, encontrando-se aqui apenas em comissão de serviço. Outras fichas que também não apresentam vencimentos são daquelas pessoas jovens que tinham idades entre os 11 e os 14 anos e eram aprendizes de um

ofício, não tendo direito a ordenado. Acredita-se que essas fichas individuais eram elaboradas para, em caso de acidente, estar justificada a presença do jovem ali e ter direito a assistência médica como se de um funcionário se tratasse, mesmo com pouca idade o que, no fundo, o era. Este é um subterfúgio com que as empresas, (até esta que era empresa estatal), se justificavam e não se inibiam de utilizar o trabalho infantil, ainda que isso só fosse legalmente possível a partir dos 14 anos de idade.

Ano de nascimento	Data de admissão	Categoria ¹⁹⁴	Ano do vencimento	Homem	Mulher	Habilitações literárias	salários	ordenados
1938	1964	Eng ^a 2 ^a cl	1964		X	Lic Eng ^a Química	---	---
1925	1962	Médico	1962	x		Medicina	---	---
1925	1962	Médica	1962		X	Medicina	---	---
1894	1935	Ch contab 1 ^o cl	1962	x		Curso Industrial	5400\$00	
1923	1958	Ch grupo 2 ^o cl		x		Curso industrial	2300\$00	
1901	1920	Aux contabilidade	1962		X	1 ^o grau	2000\$00	
1929	1961	Aux. Escr. 1 ^a classe	1963	x		1 ^o ciclo liceus	1400\$00	
1937	1964	Ag Tecn Eng ^a 1 ^a l	1964	x		Ag Tec química.	3600\$00	
1947	1962	Aprendiz 1 ^a classe	1965	x		3 ^o ano Ind.		20\$00
1945	1962	Aprendiz 3 ^a classe	1965	x		4 ^a classe		20\$00
1945	1962	Aprendiz 3 ^a classe	1963	x		4 ^a classe		22\$00
1945	1959	Aprendiz	1959	x		2 ^a ano ind.	---	---

¹⁹⁴ Havia mais categorias profissionais do que as constantes neste quadro.

1932	1961	Op. Sec. Mec 2ª cl	1966	x		1º ano Ind.inc.		68\$00
*1937	1964	Op. Galv 4ª	1964	x		2º grau		56\$00
1933	1958	Op. Ser. civil 2º cl	1958	x		2º grau		66\$00
1905	1928	Operário verif. 2ª cl	1964	x		Ler e escr.		66\$00
1896	1960	Op Serra 1ª cl	1964	x		2º grau		58\$00
1917	1958	Ope. serra. civil 2ª cl	1958	x		2º grau		68\$00
1906	1936	Serv Esp. 1º cl	1936	x		analf		54\$00
1927	1958	Servente 2ª cl	1958	x		2º grau		44\$00
1941	1959	Servente 2ª cl	1959		X	2º grau		30\$00
1936	1961	Servente 3ª cl.	1962	x		2º grau		40\$00
1942	1961	Servente 3ª cl.	1962		X	2º grau		32\$00
*1938	1964	Serv 4ª cl.	1964	x		4ª classe		36\$00
*1934	1964	Serv 4ª cl.	1964	x		4ª classe		26\$00
*1939	1964	Serv 4ª cl.	1964	x		4ª classe		36\$00
1946	1964	Serv 4ª cl	1964		X	1º ciclo liceal		26\$00
1940	1964	Serv 4ª cl	1964		X	4ª classe		26\$00

* Estes funcionários foram admitidos à Fábrica após cumprimento do serviço militar

Na tabela estão patentes duas colunas destinadas a salários e a ordenados. Os salários correspondem a valores diários que não variavam, só variando o total consoante os dias de trabalho, era a fêria semanal, e os ordenados eram valores mensais, assim definidos pela legislação na altura.

Pegue-se num exemplo, só para compreender quanto receberia, por mês, um funcionário que trabalhasse os 26 dias úteis, pois naquele tempo, apenas o domingo era considerado como o dia de descanso semanal.

Um Operário Serralheiro de 1ª classe, homem, com habilitações literárias da 4ª classe, auferia 58\$00¹⁹⁵ por dia que, multiplicados por 26 dias, corresponderia a 1.508\$00 (7,54 €), ou seja, sensivelmente o mesmo do que auferia um Auxiliar de Escriturário de 1ª classe, pago ao mês: 1.400\$00, (7,00 €), com o mesmo tempo de serviço, uma pequena diferença nas habilitações literárias e uma grande diferença na idade.

Um caso curioso encontra-se num destes documentos individuais, onde uma senhora com habilitações literárias do 1º grau – correspondente à 3ª classe – exercendo o cargo de Auxiliar de Contabilidade, auferia 2.000\$00, quase tanto quanto um Chefe de Grupo com o Curso Industrial e, naturalmente, com outras responsabilidades profissionais. Esta proximidade pode ter-se ficado a dever aos muitos anos de serviço que a senhora tinha a mais relativamente ao chefe de grupo: 38 anos de diferença, o que pode provar que a antiguidade tinha bastante importância e reflectia-se no ordenado.

Há também o caso de duas senhoras que venciam 26\$00/dia, em que mais nova tinha o 1º ciclo liceal e a outra a 4ª classe, sendo ambas Serventes de 4ª classe, com o mesmo tempo de serviço e com as habilitações literárias um pouco diferentes o que, provavelmente, pouca importância teria na definição dos salários.

Perante um outro olhar, verifica-se que no ano 1964 houve uma grande admissão de funcionários. A razão da necessidade de se produzir muito mais que no passado foi o início da Guerra Colonial, já tendo uma grande expressão depois da queda do Estado da Índia, em 1961.

Portanto, mesmo nesta pequena amostra, muitas outras relações sociais e políticas podem ainda ser retiradas, não só na hierarquia das categorias que existiam naquele tempo, como também na tenra idade com que alguns elementos foram admitidos. Muitos deles sem direito a receber vencimento, mas que, mesmo assim, eram considerados legalmente operários do estabelecimento fabris, a fim de lhes ser garantida protecção em caso de acidente.

Naquela altura, a idade mínima para se iniciar a vida profissional era de 14 anos. Esta convenção era paulatinamente violada na maioria dos casos, sobretudo fora dos grandes centros urbanos, onde não existia muita fiscalização das condições do Trabalho; contudo, seria de admitir que no acesso a estabelecimentos fabris do Estado, o recrutamento de menores fosse mesmo rigoroso. As fichas também permitem que se veja o baixo nível de escolaridade dos funcionários, aliás, um pouco a imagem do próprio país de então onde o analfabetismo era enorme.

¹⁹⁵ Esta notação do dinheiro deve-se ler, neste caso, cinquenta e oito escudos.

Portanto, um futuro estudo nesta área, pela documentação disponível, poderá ser uma hipótese de trabalho a ser equacionada.

2.5.2 – O convento como Lar

No espaço envolvente e junto ao edifício, onde estava a Fábrica da Pólvora, havia algum casario que serviu como apoio 'social' às viúvas de militares (Caeiro, 1989: p. 47) e aos órfãos dos oficiais mortos no Ultramar, nos últimos anos de monarquia, e da I Guerra Mundial, assim como para albergar famílias pobres da freguesia, no que seria designado como o Lar das Viúvas e Órfãos, que Caeiro havia referido que funcionava como forma de apoio social. Num 'sítio' da junta de freguesia do Beato – Lisboa, há uma referência a esta utilização do convento, dizendo que

durante o liberalismo, o convento foi profanado, perdendo o seu interior o aspecto religioso, uma vez que foi adaptado a outros fins.

As viúvas dos oficiais mortos no Ultramar, nos últimos anos de monarquia, foram aqui recolhidas. Do mesmo modo, o velho convento de cor parda, pertença do estado, serviu de residência a outras famílias pobres e aos operários da Fábrica da Pólvora.¹⁹⁶

Mas onde ficava exactamente esse Lar? Foram feitas pesquisas quer na área envolvente ao terreno e nos mapas que se conseguiram obter, quer no monumento para se encontrar o local onde funcionava o Lar, mas nada indicava a localização dele. Felizmente, durante a entrevista ao Sr. Raul, este recordou ter havido operários da fábrica a morar nas duas naves inferiores do convento, como o electricista, de que não disse o nome, que era encarregado da secção eléctrica e o Sr. José Manuel, ambos no rés-do-chão; o Sr. Barroso (encarregado da fábrica), o Sr. Araújo, mestre geral da fábrica, a Sr.^a Clarinda, o Sr. Rego e o Sr. Victor, que eram os que pagavam aos funcionários (contabilistas), todos no 1º andar; o Sr. Alípio que era o Chefe da Secretaria da Fábrica¹⁹⁷. Dada a quantidade de pessoas a residir naqueles pisos, depreende-se que havia ali espaços para quartos ou apartamentos, que permitiam a sua utilização como habitação. Logo, não é difícil de se acreditar que estas instalações, por já existirem antes dos operários da fábrica as ocuparem, bem poderiam ter sido as instalações do Lar, até porque há portas em ambos os lados, na rua e nas traseiras, que

¹⁹⁶ <http://www.jf-beato.pt/beato/patrimonio/>.

¹⁹⁷ Essa Secretaria estava onde é actualmente o refeitório e bar. Para se chegar lá havia uma escada que agora só há vestígios no solo, em frente à saída do convento.

não seriam normais para um convento de clausura, mas para quem faz uma vida normal de entrada e saída de casa.

Parece, portanto, que a utilização deste espaço como Lar, veio no mesmo sentido do convento de Runa, monumento setecentista que, nos finais do século XVIII, foi aberto pela proprietária, Princesa D. Maria Francisca Benedita de Bragança¹⁹⁸, para acolher militares pobres e inválidos. Actualmente continua em funcionamento ao serviço social das Forças Armadas para servir de Lar não só aos militares como aos seus familiares, sendo conhecido como o Centro de Apoio Social de Runa e constitui mais um exemplo de como a gestão militar de monumentos é um caso de simbiose bem sucedido, com benefício para todos, ainda que os militares sempre tenham ansiado por instalações próprias, construídas de raiz. Há outros casos idênticos como o "Convento Arrábido de S. Pedro de Alcântara que passou a albergar as meninas órfãs da Santa Casa da Misericórdia ou o Convento Jerónimo de Santa Maria de Belém" (Matela, 2009: p. 34).

2.5.3 – O Batalhão de Serviço de Transportes

Desta Unidade, obviamente, será maioritariamente apresentada a parte que diz respeito à sua presença nas instalações que pertencem ao convento, uma vez que esta prestigiada Unidade presta serviços que ultrapassam em muito a mera utilização que fez de alguns espaços anexos ao convento.

O Batalhão do Serviço de Transportes, começou por ser a Companhia de Automobilistas situada em Lisboa, no ano 1918. Poucos anos depois mudou de designação para Batalhão de Automobilistas, o que indicia, desde logo, um aumento do volume de tropa para cerca de três vezes mais¹⁹⁹ e foi mudando de nome ao longo do século até chegar a Regimento de Transportes em 2006²⁰⁰, designação que mantém nas suas actuais instalações, junto ao Aeroporto Humberto Delgado. É curioso atentar nestas mudanças de nome e de volume, para se aquilatar de como o transporte rodoviário se tem desenvolvido desde o início do século passado o que, em simultâneo, pode dar uma ideia sobre a evolução social que tem atingido o país e também, forçosamente, esta Unidade, que esteve situada no Convento de Chelas nos alvares da sua existência.

¹⁹⁸ Foi a quarta e última filha do rei D. José e de D. Mariana Victória de Bourbon. Nasceu em Lisboa no dia 25 de Julho de 1746. Teve a coragem de optar não ter mandado construir um convento na capital, mas em Runa para estes valiosos fins humanitários.

¹⁹⁹ Em termos militares, um batalhão é composto por três companhias.

²⁰⁰ Da mesma forma, um Regimento é composto por três Batalhões.

Era da responsabilidade desta Unidade, efectuar reparações em todos os carros do Ministério da Guerra. Mais tarde, reduziu a actividade para apenas reparar as viaturas do Ministério do Exército. Durante esse período, teve na sua constituição diversas Companhias, dispersas por vários lugares, de que se destacam duas: uma destinada a carros pesados situada no Campo Grande, onde actualmente está instalada a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; e, outra, a Companhia de Instrução de Condutores Auto, mais tarde a Companhia de Formação de Praças (C.F.P), a funcionar no recinto militar de Chelas, com a missão de dar instrução de condução e de manutenção auto, às Praças que iriam ser distribuídas pelos diversos Órgãos, Estabelecimento e Unidades do Exército.

Como é natural, dada à missão desta unidade ser completamente diferente da missão da Fábrica de Pólvora Sem Fumo, as instalações foram sendo alteradas e adaptadas às novas necessidades, pelo que muito do que até então testemunhava a existência da instalação fabril desapareceu, mantendo-se, mesmo assim, inalterado no seu interior, o bloco de edifícios que foi apresentado na imagem retirada da *google maps* (Figura 55). Tem o telhado a branco, onde funcionaram, durante alguns anos, as casernas de Praças e que agora são salões enormes que abrigam temporariamente muita da documentação do Arquivo Histórico Militar²⁰¹.

Até há bem pouco tempo ainda habitavam nessas instalações os netos do pessoal civil da fábrica, que tiveram de sair, não porque o Exército os expulsasse, mas porque as casas foram mandadas demolir, por força da sua acentuada degradação que não garantia a segurança dos seus inquilinos, e porque colidiam com a nova rua que a Câmara Municipal de Lisboa abriu no sentido de facilitar a mobilidade nesta parte oriental da cidade.

Até este casario ter sido demolido, toda a manutenção do espaço utilizado era a cargo do Regimento de Transportes, incluindo aquelas velhas casas dos operários.

E, como já não ocupava o terreno, a sua missão e vocação já não se coadunavam com o papel de gestores de património social, o Regimento de Transportes libertou-se deste espaço e, com o realojamento dos inquilinos e a demolição das casas, a responsabilidade de gerir o espaço foi entregue à Direcção de História e Cultura Militar através do ArqGEx, que assim viu aumentada a sua zona de influência.

A atestar a permanência da Companhia de Formação de Praças, em condução de automóveis, há uma placa em mármore alusiva àquela Companhia, (Figura 64), junto à

²⁰¹ Este Órgão do Exército mudou de instalações para próximo da Igreja de Santa Engrácia, em Lisboa, estando a concentrar os seus fundos arquivísticos nas novas instalações, pelo que a documentação que estava à guarda naqueles pavilhões está a ser retirada e os pavilhões praticamente se encontram vazios.

entrada do que hoje é a Casa da Guarda, que se pretende manter para que fique como memória futura.



Fig. 64 - Brasão de Armas da Companhia de Formação de Praças C. F. P. do Batalhão do Serviço de Transportes (Foto do autor)

2.5.4 – O Arquivo Geral do Exército

O Arquivo Geral do Exército é o maior Arquivo Público Nacional, logo a seguir ao Arquivo Nacional Torre do Tombo, com cerca de trinta e sete quilómetros de prateleiras ocupadas. Detém à sua guarda mais de oito milhões de Processos Individuais de ex-militares que serviram nas fileiras do Exército desde o início do século passado até quase ao seu final. Daí que, neste capítulo, se pretenda dar a conhecer também o ArqGEx e a sua importância para a sociedade, em geral, e para o próprio Exército, em particular, porquanto se trata de um arquivo militar pouco conhecido, mesmo no meio castrense, que tem vindo a recolher e conservar um acervo com valores muito importantes, sempre ligados ao património e à identidade.

2.5.4.1- Bosquejo histórico

Para se entender como surgiu o primeiro arquivo militar português, independente de outros ministérios, crê-se que tenha sido o do Conselho da Guerra, em 1736, parece ser interessante aqui recordar que o reino de Portugal, desde que se tornou independente de Castela a 5 de Outubro de 1143, com a assinatura do Tratado de Zamora, assim se manteve por cerca de quinhentos anos, até que voltou a ficar sob o domínio espanhol desde 1580 até 1640, período em que foi governado, sucessivamente por Filipe I, Filipe II e Filipe III. E

porque a guerra e a diplomacia tinham de andar de mãos dadas, numa altura em que Portugal iniciava a guerra para se libertar do domínio espanhol, também procurava obter apoios estrangeiros para a sua pretensão e para a defesa da emancipação que acabara de conquistar, no dia 1 de Dezembro de 1640, quando Portugal restaurou a sua independência e aclamou D. João IV, o Duque de Bragança, como rei de Portugal, com o cognome de “O Restaurador”. Por isso o novo rei procurou, desde o início, tornar o reino credível e responsável aos olhos do estrangeiro, reformando, organizando e dinamizando a máquina do Estado.

Dada a importância que D. João dava à documentação, dez dias após a restauração da independência, elaborou um decreto a respeito de arquivos, em que “Considerando El-Rei que muito importava ao seu serviço e á defesa de seus Reinos e Vassallos, signalar Ministros que, com particular obrigação, tratassem das cousas tocantes á Guerra, [...] resolveu que se formasse um Conselho de Guerra [...]”. Naquele tempo, o rei ordenou que as Secretarias fossem organizadas segundo a natureza dos assuntos a tratar²⁰² e este Conselho de Guerra tinha como função, “[...] coordenar o trabalho dos diferentes organismos encarregues de gerir o Exército português, assim como a diplomacia portuguesa, o que reuniria num mesmo arquivo toda a documentação militar e diplomática.

Esta ligação entre as relações exteriores e os assuntos militares foi mantida quase inalterável até 27 de Setembro de 1820, data em que se operou a separação definitiva da “Repartição da Guerra da Repartição dos Negócios Estrangeiros”²⁰³. O curioso é que, de alguma forma, esta separação já se tinha dado, uma primeira vez, em “1801, devido à declaração de guerra espanhola”, quando “os assuntos militares foram entregues exclusivamente a uma Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra”²⁰⁴. No entanto, tomando consciência do “erro” que tinha sido cometido, pela “Carta régia de 6 de Janeiro de 1801”, esta reforma foi logo anulada pelo “Aviso de 28 de Julho de 1801”, tendo estado em vigor apenas por cinco meses e meio, tempo em que os arquivos destas secretarias andaram num desassossego.

Em 27 de Setembro de 1820, finalmente, uma Portaria da Junta Provisória do Governo ordenou a separação dos Negócios dos Estrangeiros dos da Guerra, o que foi confirmado por Carta de Lei de 12 de Junho de 1822 e por Alvará de 30 de Setembro de 1828”²⁰⁵. Em 7 de

²⁰²<http://legislacaoregia.parlamento.pt> e <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=216>.

²⁰³<http://www.arqnet.pt/exercito/secretaria.html>. Segundo o Alvará de 29 de Novembro de 1643, reforçado pelo diploma semelhante de 1736, o rei mandou efectuar “a repartição das duas Secretarias de Estado” e que “os negócios do governo dele, assim a paz, como a guerra, corram todos pela Secretaria de Estado” da Guerra. (<http://legislacaoregia.parlamento.pt>).

²⁰⁴<http://www.arqnet.pt/exercito/secretaria.html>.

²⁰⁵<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4227811>.

Setembro de 1899²⁰⁶, “usando da autorização concedida ao governo pela Carta de Lei de 13 de Julho de 1899”, o rei decretou a organização do exército em que, no seu Título I artº 3º, atribuiu “Os serviços gerais do exército: A secretaria d’estado dos negócios da guerra”. Assim, o ‘Arquivo’ de Estado, que se incluía nos Serviços Gerais, esteve situado na Praça da Ribeira, Belém – Lisboa, com o nome “Arquivo Gera do Ministério da Guerra”, criado pelo citado decreto de 7 de Setembro de 1899, tendo como função: “Artº. 83º – O arquivo geral é destinado à guarda e conservação de todos os diplomas e processos findos do ministério da guerra, [...]”²⁰⁷.

Portanto, o “Arquivo Geral do Exército” teve origem no Arquivo de Estado, como parte integrante da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, nos termos do alvará de 28 de Julho de 1736, no qual essa Secretaria foi “[...] criada [...] para coordenar o trabalho dos diferentes organismos encarregues de gerir o Exército português, assim como a diplomacia portuguesa”²⁰⁸.

Desde esse ano e até 1899, data que passou para Lisboa, ainda com a denominação de Arquivo Geral do Ministério da Guerra, foi recebendo os diversos ‘Arquivos’²⁰⁹ que faziam parte da Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra e estavam distribuídos por Belém²¹⁰, Lisboa²¹¹; Porto²¹² e Angra do Heroísmo²¹³. Em Lisboa, esteve instalado no Largo de Santa Clara até Fevereiro de 1982, passando para Chelas, onde agora se encontra na dependência da Direcção de Documentação e História Militar (DDHM).

Em relação ao seu actual nome, o Arquivo Geral do Exército existe apenas desde a data da publicação do Decreto-lei de 7 de Outubro de 1959²¹⁴, quando foi colocado na dependência da Direcção do Serviço Histórico Militar. No artigo 157º alínea a) aquele diploma determina que lhe compete “Estudar, propor, difundir e fiscalizar as normas a adoptar em todas as unidades e estabelecimentos do Exército relativamente ao sistema de arquivo

²⁰⁶ Decreto de 7 de Setembro de 1899.

²⁰⁷ Publicado em OE nº 9 – I Série de 11 de Setembro de 1899: p. 260.

²⁰⁸ <http://www.arqnet.pt/exercito/secretaria.html>.

²⁰⁹ ‘Arquivos’ como instituições e não fundos que também são vulgarmente conhecidos. E estes com os seus fundos, até ser uma instituição única, o Arquivo Geral do Exército.

²¹⁰ Situado onde era o mais recente e já extinto Hospital de Doenças Infectocontagiosas e posteriormente, Hospital de Belém, desde 1736 até 1899, data que passa para Lisboa, ainda com a denominação de Arquivo Geral do Ministério da Guerra.

²¹¹ Pensa-se que esta dependência estava no então Quartel-General, em São Sebastião da Pedreira, então Arquivo do Conselho de Guerra, (integrado em 1640 e, mais tarde em 1834).

²¹² Arquivo da Secretaria dos Negócios da Guerra, (integrado em 1832-1834).

²¹³ Arquivo da Secretaria Militar, Arquivo da Terceira (integrado em 1829 e 1834).

²¹⁴ Decreto-Lei nº 42564 de 7 de Outubro, publicado em 19 de Novembro de 1959 com a organização geral do Ministério do Exército. Disponível em <http://www.exercito.pt/sites/DORH/Historial/Paginas/default.aspx>, Acesso em 23 de Outubro de 2013, sendo também publicado em OE nº 8 – I Série de 19 de Novembro de 1959: p. 663.

[...]”. Ainda no mesmo ano, foi publicado em Ordem do Exército²¹⁵ o decreto lei nº 42564 relativo à Organização Geral do Ministério de Exército, cuja regulamentação remontava “a Setembro de 1929”, o qual pretendia que aquele Ministério acompanhasse “as realidades presentes dos problemas da defesa militar”, cabendo ao Chefe do Arquivo “superintender e orientar directamente todas as actividades do Arquivo Geral, bem como fiscalizar o cumprimento das normas relativas ao sistema de arquivo nas unidades e estabelecimentos do Exército”.

A missão actual do ArqGEx consiste na recolha, tratamento e conservação dos documentos produzidos pelas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, de acordo com a regulamentação estabelecida para o efeito²¹⁶. Mas também é ‘missão’ implícita deste Órgão o atendimento ao público e a elaboração de respostas aos diversos pedidos que lhe são dirigidos.

Como já foi referido, o Arquivo Geral do Exército recebe todos os dias, presencialmente²¹⁷, cerca de trinta clientes²¹⁸, que solicitam certidões para efeito de reforma, aposentação, autorização de residência e de naturalidade, que lhes são graciosamente fornecidas. Também são procurados por estes clientes, os documentos individuais de personalidades importantes no país, por parte de historiadores e outros investigadores, para elaboração de teses de mestrado e de doutoramento de várias universidades. São ainda feitos

²¹⁵ OE nº 8 1ª Série de 19 de Novembro.

²¹⁶ Despacho de 07JUN93 do General Vice-chefe de Estado-Maior do Exército. Para cumprir a sua actual missão, segundo o Dec-Lei 50/93 de 26 de Fevereiro, o Arquivo Geral do Exército está composto por uma Chefia e por várias secções. Secção de Apoio geral, Secção técnica e de assuntos Gerais, Secção de processos Individuais, Secção das ex-Províncias Ultramarinas, Secção de Documentos Administrativos e, uma Comissão de Classificação de Documentos que se reúne uma vez por mês para definir os destinos da documentação que foi sendo produzida pelo Exército.

²¹⁷ Porque também recebe pedidos por carta, mail e fax, em cerca de 150 diários.

²¹⁸ Este termo poderá parecer estranho quando se trata de quem visita um arquivo ou um museu ou mesmo biblioteca, mas de facto, actualmente está a ser muito usado nesses serviços de informação. Em boa verdade, este termo tem sido muito discutido e controverso, ora bem aceite por uns ora mal aceite por outros.

Por exemplo, Maria Alexandra Lourenço et al., numa comunicação subordinada ao tema “*Indicadores de desempenho em serviço de documentação, informação e arquivo: uma experiência*” (<http://www.apbad.pt/Edicoes/EdicoesCongresso9.htm>), referiu-se aos utilizadores como clientes. E Pedro Penteado, numa outra comunicação realizada no mesmo congresso, subordinada ao tema “*A nova arquitectura da Administração Pública, os serviços e o papel da DGARQ: Como transformar ameaças em oportunidades*”, igualmente se referiu aos cidadãos como clientes. E em museologia, Martha Marandino, refere-se aos visitantes dos museus como “O cliente [...] [que] é livre e passageiro” (Marandino, 2005: p. 3) assim como Mário C. Moutinho, num artigo de nome *Os museus como instituições prestadoras de serviços*, “procura esclarecer o papel dos museus como entidades prestadoras de serviços” (2005: p. 36), dizendo que “Julgamos possível que os museus só têm a ganhar se assentarem a sua atuação numa atitude mais comprometida com os seus utilizadores/clientes/públicos, criando finalmente um espaço de diálogo e de troca. (2005: p. 43). E, Vera-Cruz Pinto, no resumo da sua dissertação, fala no “papel importante do bibliotecário e dos restantes profissionais de biblioteca, pois são eles os intermediários entre os clientes e as suas questões [...]” (2016: p. X). Portanto, o termo cliente, que pode ter outros qualitativos como potencial, interno e externo, pendular, flutuante, etc. é aquele que, neste caso concreto de museu, manifesta interesse nos serviços prestados por aquelas instituições.

outros pedidos que, por vezes, nada têm a ver com a missão do ArqGEx, mas que igualmente lhes são dados esclarecimentos e orientações.

Apesar do arquivo militar estar a desenvolver a sua actividade no monumento, e obviamente estes clientes não o procuram como monumento, mas sim o arquivo militar, pelo que, obviamente, não lhes tem sido solicitada a sua opinião sobre o monumento.

2.5.4.2 – Acervo da Memória e da Cidadania

Como é natural quando os militares se envolvem em guerra, há sempre quem se distinga nos actos de serviço e quem, infelizmente, morra no cumprimento do seu dever; e é justo que, por qualquer meio, se procure reconhecer a gratidão que a Pátria lhes deve.

Ao longo destes últimos anos têm sido feitas algumas diligências para demonstrar o reconhecimento a todos em geral, com actos simbólicos, como por exemplo, a entrega de medalhas das Campanhas aos que estiveram nas ex-províncias ultramarinas, no período de 1960 a 1974, e em particular, aos que, por força das suas missões, perderam a vida, com “pensões de preço de sangue” aos familiares que ficaram sem marido ou pai; enfim, um sem número de situações, umas dramáticas, outras felizes, mas sempre, sempre, complexas.

Por se tratar de “dívidas de honra”, têm sido estes aspectos os que mais se realçaram ultimamente e aqueles em que o ArqGEx mais se empenhou no sentido de os satisfazer, com justiça, verdade e oportunidade.

A natureza do seu fundo arquivístico assim como a riqueza informativa nele contida, faz com que este arquivo seja também procurado para outros anseios, de cujos pedidos se destacam a documentação do período da 1ª Guerra Mundial que, ao longo destes últimos cinco anos, tem sido muito requisitada, atendendo ao facto de se ter estado a comemorar o primeiro centenário de 1ª Guerra Mundial (1914-1918). Os pedidos incidem, sobretudo, na consulta de Processos Individuais, quer de familiares combatentes falecidos em combate, quer dos que regressaram vivos das campanhas em França e em África, solicitando informações sobre variados aspectos humanos daquele período conturbado da história do país e da história universal, a fim de lhes serem feitas homenagens públicas, nomeadamente pelos concelhos de naturalidade ou simplesmente porque alguém queria refazer a história.

Em anexo encontra-se um exemplo, semelhante a tantos outros com os mesmos propósitos, na declaração do Major Marine Leonardo, dos Estados Unidos da América, que agora reside na ilha de S. Jorge, Açores, onde apresentou esta iniciativa de homenagem que foi possível graças ao fundo arquivístico do Arquivo Geral do Exército.

Estes pedidos denunciam a vontade de serem feitas públicas homenagens aos combatentes, muitas vezes materializadas em monumentos construídos pelos concelhos de naturalidade, erigidos normalmente em jardins e praças, contendo os nomes de todos quantos serviram a Pátria e por ela morreram, o que constituem lugares de memória que se pretende manter.

A satisfação destes pedidos ultrapassa as competências normais do ArqGEx²¹⁹ e onera, em muito, a carga de trabalho que pende sobre o pessoal que ali trabalha; mas, mesmo assim, justifica-se que seja feito e até se estimula os trabalhadores, dada a honrosa finalidade da informação pedida que, muito naturalmente, não só contribui para o prestígio do ArqGEx e para a satisfação do dever cumprido, por parte do seu pessoal, mas também para a preservação do sentimento patriótico da sociedade.

E, como é obrigação de qualquer arquivo responder a iniciativas de mérito, mormente quando elas pretendem recordar aqueles que em nome da nação tombaram em batalha, é adequadamente permitido, como forma de manutenção de memória, identidade e dever patriótico, às Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Associações Diversas e às Ligas de Combatentes, entre outras instituições, disponibilizar-se a leitura da documentação relativa àqueles períodos.

Também se está a assistir a uma demanda de documentação que permita aos interessados construir ou reconstruir a sua genealogia. São idosos decididos a ocupar o seu tempo na pesquisa da história da sua família, mas também jovens curiosos, por vezes de famílias perdidas, que buscam uma raiz ancestral como meio de se “reencontrarem”²²⁰.

Realmente, a forma rápida como as fronteiras dos países europeus foram abertas para a livre circulação de pessoas, bens e serviços, pois antes cada um era isolado dos outros, mas que agora formam a actual Comunidade Europeia, teve como implicação a darem-se profundas mudanças sociais. Fizeram com que se tivesse a sensação de perda de identidade. Daí, como diz a expressão popular, ‘só se sente a falta daquilo que não se tem’²²¹. Um exemplo desta sensação de perda de identidade, aconteceu nas antigas possessões portuguesas espalhadas pelo mundo, e mais concretamente em Macau, quando de um dia para o outro, o autóctone daqueles territórios deixou de ser português, nascido sob a bandeira lusa, para passar a ser estrangeiro no lugar onde sempre viveu, como aconteceu há vinte anos, em 1999,

²¹⁹ Este tipo de pedido e de consequente resposta faz parte da missão do Arquivo Histórico Militar (AHM), que tem a competência para preservar os documentos deste período. Porém, como já foi referido, encontra-se a fazer a transferência para outro local, pelo que tem mantido provisoriamente no Arquivo Geral do Exército parte dos seus fundos, de finais do séc. XIX e início do séc. XX.

²²⁰ Reencontrarem aqui significa acentuar o interesse de conhecer com a sua identidade.

²²¹ Também se sente falta do que vemos que os outros têm.

o que teve como consequência para si próprio conflitos identitários de tal sorte que qualquer um se sentiria ali perdido e “desenraizado”²²².

Obviamente que a principal procura daqueles serviços prestados pelo ArqGEx, e que se constituem como a tarefa de maior volumetria e, por assim dizer, a mais elementar, é a passagem de certidões para efeitos de Reforma e Aposentação. Documentos estes que são elaborados com base nos processos individuais dos ex-militar e dos civis que prestaram serviço nas fileiras do Exército.

É importante também para o próprio Exército conseguir, com a informação contida nesses documentos, fazer prova de eventos passados quer com Unidades quer com militares e ex-militares, a fim de certificar a verdade necessária à reparação de injustiças ou ao desmascaramento de fraudes.

Por exemplo, pelo processo individual do militar que solicita a abertura ou reabertura de um processo de doença ou acidente em serviço, pode certificar-se se ele teve realmente um acidente em serviço ou em que medida esteve envolvido no teatro de guerra a tal ponto que tenha sido conduzido a uma situação que o caracterize como Deficiente das Forças Armadas, por acidente ou por *stress* pós-traumático de guerra. Este tema, aliás, foi trabalhado em 2009/2010 por uma equipa multidisciplinar, da qual o autor da presente tese fez parte, num Relatório para o Ministério da Defesa Nacional, com o nome de *FERIDAS DE GUERRA: (IN) JUSTIÇA SILENCIADA - Estudo da deficiência de guerra no Exército*²²³. São trabalhos como este que permitem extrapolar e criar cenários para o futuro relativamente às novas Forças Nacionais Destacadas que prestam serviço, por esse mundo fora, em missões internacionais de apoio à paz, o que demonstra também uma outra vertente da sua importância, porquanto serão estes homens do presente os futuros utentes que solicitarão os mesmos ou semelhantes serviços do ArqGEx amanhã.

Ultimamente, o ArqGEx tem sido visitado também por outros cidadãos que procuram a documentação para, além dos motivos humanos e sociais que acima foram descritos, contarem a história das suas terras. Nesta senda, foram já escritos livros dos quais o Arquivo tem recebido alguns exemplares de que se destacam *Homenagem aos Militares do Concelho de Alcoutim que combateram na Guerra Colonial* editado pelo Município de Alcoutim em 2017 de Alexandra Gradim et al.; *VALE (S. COSME) - Memórias de um Passado* editado pela Junta de freguesia de Vale (S. Cosme) - Vila Nova de Famalicão em

²²² Declarações obtidas em conversas ocasionais, nos finais do ano 1999, pouco antes da passagem do poder português para o chinês, por vários macaenses que tinham vindo para Portugal, para não assistirem lá à transição.

²²³ Disponível na ‘net’ com o mesmo título.

2009; *Esposende a barra, o porto e a navegabilidade do Cávado - Projectos e Memórias*, editado pela Câmara Municipal de Esposende em 2015; *Os Forjanenses e a Guerra Colonial - Memórias e histórias dos que viveram o conflito (1956/1975)* com edição da Junta de Freguesia de Forjães em 2018; *Amarrenses - Na 1ª Grande Guerra 1914-1918*, edição da Câmara Municipal de Amares em 2017, todos da autoria de Manuel Albino Penteado Neiva; 1. *Os Lousanenses e a Primeira Grande Guerra, Companhia Colonias 1914-1919*, 2. *O Ultramar*, autoria de Vitor Maia Costa e edição da Câmara Municipal da Lousã em 2018; *Rio Lugenda*, autoria e edição de António Manuel de Moraes em 2016; *Regimento de Guarnição nº 1, Uma Herança Gloriosa - Séculos XV a XXI*, de José Manuel Salgado Martins (coronel Art^a), edição de Nova Gráfica, Lda., Ponta Delgada; *LOURES no despertar da República - Exposição*, edição e autoria da Câmara Municipal de Loures em 2011; *O Concelho de Murça na Grande Guerra* de 2017, edição de Lema d'Origem da autoria de Dinis Serôdio Lopes da Costa.

Há um livro em particular, de João Figueira, publicado nas Actas do II Congresso Internacional do OBSERVARE, cujo texto da introdução do seu trabalho relativa ao soldado António Silva é obrigatório ser aqui apresentado:

António da Silva, soldado português integrante do contingente do Corpo Expedicionário Português, morreu em combate em finais de Agosto de 1917, no Norte de França; tinha 23 anos, era analfabeto, deixava “viúva” e um filho.

Destinado a ter uma vida demasiado comum e anónima, “igual aos seus iguais”, acabaria por ter uma vida curta, seguramente mais agitada do que teria imaginado, mais aventureira do que poderia ter sonhado, conheceria um “pouco de Mundo”, e morreria na frente de combate, cumprindo o seu dever e os designios que, porventura, nunca terá sabido quais eram ou de quem eram. António da Silva era um homem simples cuja vida se poderia confundir com a de milhões de outras suas contemporâneas e, nesse sentido, a sua vida é também um pouco a de todos eles; o que torna relevante o seu percurso é o de ser resgatado do anonimato normalmente reservado aos soldados que travam as guerras no campo de batalha, ao mesmo tempo que se celebram aqueles que as provocam, os que as comandam e a que, normalmente, a elas escapam com vida; ao António da Silva e a todos os outros “Antónios” está reservado o esquecimento, a invisibilidade ou, no limite, a “identificação” com o «soldado desconhecido»; António da Silva “poderia ser” o «soldado desconhecido» (Figueira, 2014: p. 1).

São exemplos como estes que têm motivado todos quantos trabalham no ArqGEx a dar o melhor a fim de responder a estas solicitações que têm contribuído de sobremaneira para conhecer aqueles que ficaram anónimos, que morreram em nome da Pátria e que são exemplo de valores que todos os cidadãos devem defender.

2.7- O valor do património para os visitantes do Convento

John Maynard Keynes²²⁴ apresentou uma teoria, denominada “Teoria do valor utilidade” que, em breves palavras, quer transmitir a ideia de que o valor de um bem cresce com a sua procura, isto é, o valor de algo é aumentado pela satisfação que representa para quem o procura.

Também para se conhecer o valor deste monumento, na sua vertente de convento, importa conhecer a satisfação que ele representa para quem o visita e, para que seja visitado (ou mais visitado), há que promover diligências para que ele seja conhecido. É o que tem sido feito com os visitantes que solicitaram autorização para visitar o convento e cujas respostas foram positivas com vista também a incentivar cada visitante a divulgar o convento e a voltar com um amigo para nova visita.

De igual forma, para se compreender o valor da Procissão da Nossa Senhora da Atalaia, que também é parte do património do monumento, na sua vertente religiosa e cultural, é imperioso conhecerem-se as motivações dos peregrinos, mormente daqueles que desejam transportar o andor com a imagem da santa e a satisfação que lhes traz esse acto para, assim, se poder criar melhores condições, que lhes proporcionem experiências satisfatórias.

De facto, importa aqui conhecer estas duas vertentes do património pois não existem nem agem separadas. Como Keynes dizia: funcionam da mesma forma que uma tesoura, que não consegue cortar o papel utilizando apenas uma das suas lâminas.

Neste sentido, foram elaboradas entrevistas aos peregrinos que transportaram o andor na peregrinação de Nossa Senhora da Atalaia em Agosto de 2018, actividade de tradição centenária e, aplicados questionários de satisfação a quem visitou o convento de Chelas, para que se conheçam as suas motivações e interesses. As entrevistas e os questionários são, portanto, duas ferramentas que permitem averiguar o valor deste património, de cujos resultados se obtêm os indicadores do interesse que o convento desperta neles, o que permite, ao serem avaliadas, que se encontrem formas de os melhor servir. Aliás, é nesse sentido que quer a museologia como a sócio-museologia apontam como metodologia de trabalho museológico.

Para além destes dois casos distintos, o da procissão e o dos visitantes organizados em grupos, que desejam conhecer o Convento de Chelas, há outros pontuais que são igualmente dignos de registo aqui, apesar de não lhes terem sido feitos questionários nem entrevistas.

²²⁴ Economista britânico que nasceu nos finais do século XIX.

Um exemplo desses casos ocorreu numa manhã de Novembro de 2017, em que o Subchefe do ArqGEx, pessoa que habitualmente acompanha as visitas, foi surpreendido por um grupo de estudantes de arquitectura que se encontrava reunido na galilé do convento, observando cada pormenor da pedra lavrada e esboçando nas suas pranchetas o que achavam de importância para o seu curso.

A sua surpresa derivou de não ter qualquer visita agendada para esse dia e, por isso, dirigiu-se ao grupo de jovens para os indagar sobre que estavam a fazer e se careciam de alguma informação. Apurou que eram mestrandos de arquitectura acompanhados pelo seu orientador, o Professor Doutor Miguel F. Faria, que simpaticamente lhe explicou que estavam ali apenas para visitar o monumento pelo lado de fora e que iria ainda visitar outros monumentos da zona oriental de Lisboa, com estes alunos, em que alguns eram estrangeiros que estudavam em Portugal ao abrigo do programa Erasmus.

Tanto bastou para que o militar anfitrião correspondesse à simpatia e à curiosidade dos estudantes, convidando-os a entrar para conhecerem também o claustro e o interior da igreja. Depois de concluído todo o percurso que habitualmente é apresentado às visitas do monumento, conduziu-os ainda ao espaço onde está o gerador de energia eléctrica porque, quando se referiu ao seu gigantismo, sentiu que lhes abria o apetite para conhecer mais esta faceta histórica do complexo.

Ao longo do resto da manhã, foram trocadas ideias mutuamente enriquecedoras sobre a idade dos diversos edifícios que compõem o convento, falaram sobre os projectos que os alunos estavam a desenvolver para apresentar no final dos seus mestrados, nas suas dissertações e foram trocados contactos e agendada uma visita mais pormenorizada, pois ficou no ar a possibilidade de se estabelecer um intercâmbio de conhecimentos.

De uma parte, o Subchefe do Arquivo, daria as informações que lhe fossem solicitadas e aquelas a que ele eventualmente soubesse responder e, da parte da escola e das alunas de mestrado, tudo o que produzissem seria posteriormente partilhado com o ArqGEx.

No dia 28 do mesmo mês de Novembro, estiveram de volta, apenas o Professor e três alunas que comunicaram o que iriam fazer. Cada uma com o seu projecto de arquitectura, do qual sairiam maquetas que, eventualmente, poderiam vir a ser expostos no Convento.

Foi-lhes sugerido que além de expor, poderiam até fazer as suas defesas de dissertação no próprio convento, prevendo-se que isso venha realmente a acontecer, pois a promoção de intercâmbios com a sociedade civil tem sido apanágio desta chefia militar. Foi uma porta que se abriu e é mister que se mantenha aberta.

Por outra porta aberta, no pretérito dia 12 de Dezembro de 2017, a Dr.^a Ana Costa, do Museu de Almada da Câmara Municipal de Almada, utilizou este espaço para entrevistar um Capitão do Quadro Permanente, na situação de reforma, de nome Edmundo da Costa Borges, sobre a sua passagem pela Casa de Reclusão de Lisboa²²⁵, situada na Trafaria no período quente da revolução de Abril de 1974. Esta entrevista da Câmara aqui é denotativa de que este espaço, como social que é, serve os objectivos da sociedade e corresponde às solicitações do meio envolvente. Destes casos apresentados, emerge o sentido, preconizado também pela sócio-museologia, de se colocar o património ao serviço da comunidade, não obstante deste espaço ainda não ter sido musealizado.

Outros eventos

Têm sido aqui relatadas algumas visitas recentes com finalidades lúdicas e educativas, mas a verdade é que este lugar, no século passado, ainda no tempo da Fábrica, teve um centro desportivo, cujo presidente era o então Capitão Raul Simões Cabrita. Recorda o Sr. Raul, que naquele Centro Desportivo, os funcionários residentes passavam o seu tempo livre em convívio. Disse também que havia noites de fados onde fadistas famosos cantaram, nomeadamente a Amália Rodrigues, o Fernando Sardinha (ou talvez quisesse dizer Farinha) e a Ivone Silva. Recorda com manifesta saudade, que o refeitório situado no 1º piso foi o local onde ele realizou o 'copo d'água' do seu casamento.

No dia 2 de Junho de 1943 realizou-se no claustro do convento, um "Serão de Arte" que foi organizado pela "Emissora Nacional em colaboração com a Fundação Nacional da Alegria no Trabalho", tendo sido convidados para o evento, o Director e o pessoal da Fábrica de Pólvoras Físicas e Artíficos de Barcarena, assim como os seus familiares.²²⁶

Muito recentemente, já no mês de Maio de 2018, o convento, desta vez como Arquivo Geral do Exército, foi visitado por sua Excelência o Ministro da Cultura. O ArqGEx fez uma pequena exposição de documentos, que são uma demonstração das memórias que este Órgão guarda.

²²⁵ Presídio militar.

²²⁶ Informação amavelmente cedida pela mestrandia de Arquitectura Camila Oliveira baseada em documentos, à guarda do Arquivo Histórico Militar. Que contém a correspondência trocada entre Centro Desportivo e a Fábrica da Pólvora de Barcarena.



Fig. 65 - Visita de sua Excelência o Ministro da Cultura (Fotos do autor)

Sua Excelência e a sua comitiva tiveram a oportunidade de apreciar alguns dos livros produzidos por vários autores com base na documentação do Arquivo, folhas de matrícula de ex-militares e ex-milícias de Guiné, Angola e Macau assim como a de um Capitão, avô do Sr. Ministro e ainda a folha de matrícula do primeiro militar português a falecer no campo de batalha na Primeira Grande Guerra.

Para essa visita estavam expostos dois Livros de Recenseamento onde constam os nomes do Sr. Ministro e o do seu pai, um mapa de Ponta Delgada, e uma coleção de Ordens de Serviço do início do século XX, onde se mostra que durante a Primeira Guerra Mundial Portugal teve prisioneiros de guerra alemães. Enfim, um pequeno resumo dos documentos que são passíveis de serem consultados no Arquivo Geral do Exército e que aqui vale a pena mencionar como argumento avalista da importância arquivística e museológica da parte militar do convento de Chelas.



Fig. 66 - Mesa com exposição documental do Arquivo Geral do Exército (Foto do autor)

2.6.1- Análise de conteúdo das entrevistas

Foram realizadas entrevistas a três peregrinos e aos sacerdotes da Igreja Ortodoxa em Chelas e do Santuário da Nossa Senhora da Atalaia, no Montijo.

Nas entrevistas feitas aos três peregrinos que, por coincidência, tinham sido militares, dois dos quais até prestaram serviço no ArqGEx, a intenção era a de se conhecerem as suas motivações para terem aderido à procissão e, sobretudo, para averiguar a razão para se disponibilizarem para transportar a imagem sobre o andor, tendo-lhe sido colocadas as seguintes questões:

- Porque é que aceita participar na procissão da Senhora da Atalaia?
- Por que motivo se disponibiliza para transportar o andor com a imagem?
- Quais são as suas visões sobre o futuro do convento?

A estas questões foram obtidas respostas, que estão em apêndice com a descrição na íntegra, mas cuja análise de conteúdo é aqui apresentada, a fim de não separar o aspecto puramente religioso da questão relativa ao estudo e à conservação do património constituído pelo monumento como um todo, o que inclui a parte conventual e a igreja.

No conteúdo directo da mensagem, pode identificar-se que todos os entrevistados enfatizam o significado religioso da Procissão da Senhora da Atalaia, pois todos eles participam do transporte do andor que leva a santa. É um acto que os move, apesar de viverem a religiosidade de forma diferente, sendo praticantes ou não praticantes, mas reconhecendo-se todos eles como católicos, como referiu Miguel Baêna, "sendo eu católico e muito devoto de Nossa Senhora" (Entrevista nº 1, em Apêndices – E1, 2017), e Pedro Machado, que diz "apesar de ser um católico não praticante" (Entrevista nº 3, em Apêndices – E3, 2017).

Eles também vêem nessa procissão um facto socializador que lhes permite relacionarem-se; e vão mais além da sua opinião sobre o convento, destacando o seu vínculo com o convento e a amizade que alcançaram e mantiveram ao longo dos anos de convívio, o que significa que o valor sentimental é extremamente importante para essas pessoas.

O conteúdo subliminar que se pode observar é que todos querem que a procissão seja mantida para que, por sua vez, a tradição também seja mantida, porque eles vêem nela um acompanhamento da história do país, como referiu Pedro Machado, "entendo porque a procissão é um elemento fundamental para a recordação de que somos o povo que somos e de que nos devemos orgulhar por ser" (E3, 2017).

Foi interessante auscultar os seus sentimentos pela importância que o convento teve nas suas vidas, podendo-se verificar que todos, sem excepção, se entristecem com a possibilidade de se deixar degradar o convento. É um lugar emocionalmente importante para todos.

A tendência que os três aduzem é o sentido religioso e emocional que este lugar, chamado Antigo Convento das Chelas, tem para cada um deles.

O tipo de comunicação é falado e escrito, o que permite nuances da linguagem que manifestam a aplicação da observação da linguagem corporal, com uma elevada importância nas palavras.

As características comuns dos comunicadores são o senso religioso e o facto de pertencerem ou terem pertencido à esfera militar, o que lhes permite conhecer o local do ponto de vista do militar, que coincide com as características actuais do seu fruidor, o ArqGEx.

Os valores implícitos dessas pessoas: amigos de confiança, pessoas capazes de dar a sua opinião a partir de seus respectivos níveis de ensino superior e dos seus diferentes graus na carreira militar.

A análise das entrevistas, também pode ser feita sob o ponto de vista das funções da linguagem, pois permite que se veja o tipo de oração; se é emocional, expressiva ou sintomática. Cada remetente faz referência ao que ele sente de forma subjectiva, expressa sentimentos, emoções e humores: "Os anos que trabalhei no Arquivo Geral do Exército estão entre os melhores anos da minha vida" (E1, 2017) ou "me motiva muito reencontrar e conviver com velhos amigos [...] pois sinto ser uma forma intensa de honrar a nossa Mãe [e] isso por si só já me deu gozo" (E2, 2017) ou "E o facto de voltarmos a fazer algo grande juntos foi um prazer [ou] sempre que pensava nesse evento, senti-me atraído" (E2, 2017), "é motivo de orgulho para quem o pratica [e] uma oportunidade de consumir não só a minha vontade de participação em eventos religiosos como também de cumprir, [...] com o aproximar da procissão as emoções começam a vir ao de cima" (E3, 2017).

Da mesma forma, encontra-se a função interpessoal expressa nos diferentes papéis sociais para alcançar uma melhor comunicação, que permite manter as relações sociais. "Estive [...] a prestar serviço, [...] era o meu amigo, ainda Capitão. [...] a amizade que se criou e que se mantém entre nós desde aquele tempo" (E1, 2017); "só algumas pessoas têm o privilégio" (E2, 2017); "ambiente era mais emotivo do que eu pensava" (E3, 2017).

Todos eles utilizam um nível de linguagem culta e um mecanismo coerente, com uma estrutura sintetizadora.

Eles apresentam a sua história pessoal e a sua relação com o lugar. Argumentam com exemplos, experiências pessoais e causas. Observa-se uma atitude psicológica para expressar, ordenar ou desabafar os seus sentimentos, onde avulta claramente a religiosidade com que se disponibilizam para participar e a satisfação com que participam na procissão da Senhora da Atalaia, mas também a vontade com que querem manter viva a memória do passado tradicional que lhes transmite a identidade do que são, portugueses.

Há, assim, um sentimento especial que envolve um devir histórico que pretendem conservar com a satisfação das exigências presentes da fé que seguem; e nada há de mais bonito do que unir passado e presente num único gesto que, ao mesmo tempo que homenageia a memória dos ancestrais, refrigera a alma dos que tomam o encargo de perpetuar a tradição, com que se identificam, que os criou e por eles vai sendo criada, na vivência do dia-a-dia e, anualmente, nesta manifestação de louvor à Virgem Maria.

É relevante para os três o culto da amizade, da solidariedade e do sentimento de pertença a um grupo onde se sentem confortáveis, amantes e amados, tolerantes e tolerados, compreensíveis e compreendidos. Também se encontra nas suas palavras, o sentimento bem português da saudade dos tempos idos, que podem não voltar historicamente, mas que podem ser revividos e recriados sempre que se queira, em eventos como este que se tem vindo a estudar.

No que ao monumento diz respeito, nota-se como lhes interessou conhecê-lo para além do seu aspecto físico actual e como recordam ainda os pormenores da arquitectura e da vida vivida dentro destas vetustas paredes, a que aliam também a própria missão do Arquivo Geral do Exército e a acção missionária da igreja cristã.

Sobre o que julgam poder vir a ser o futuro deste monumento, não foram particularmente loquazes, mas, lê-se nas entrelinhas dos seus testemunhos, o quanto gostariam de o manter imaculado na sua simplicidade original e, embora louvem o progresso que a área tem vindo a registar, temem que um desenvolvimento desmesurado possa asfixiar este marco da identidade ou pior ainda, que o desinteresse humano possa vir a reduzir a escombros o que já resistiu à fúria telúrica e ao fogo, mas talvez não consiga resistir à cupidez dos interesses imobiliários. Note-se na afirmação e a preocupação de José Coelho sobre a possibilidade do convento poder transformar-se num hotel ou numas ruínas, dizendo que

temos a sorte em estar lá a funcionar o Arquivo Geral do Exército, aliás que é testemunho e serve de pista para investigação cultural, da existência de milhares de pessoas de cá Portugal e territórios portugueses de África e Oceânia, quer em nomes e filiação entre outras valorosas informações, pois se não estivesse talvez o convento hoje fosse um hotel ou uma pré-ruína ao abandono como infelizmente

vemos por esse país todo. Também temos a sorte de ele estar entre Chelas e Picheleira, consideradas zonas marginais, de fraca especulação imobiliária, que não é considerado 'IN' senão poderia, eventualmente estar vendido (E2, 2017).

E na preocupação relativa à preservação do convento, de Pedro Machado quando diz "faço votos para que estas paredes deste tão antigo monumento transmitam aos que virão depois de nós quem nós somos e que eles continuem a ser o que nós somos" (E3, 2017) onde, nitidamente é abordada a questão do '*patris mónio*'. Estas duas declarações reflectem a mesma ideia que, como já foi apresentada por Matela, quando disse que ao “serem considerados como extintos os conventos de freiras, muitos [...] foram abandonados e pilhados” (Matela, 2009: p. 34).

Em relação às entrevistas, que estão em Apêndices como E4 e E5, ambas de 2018, feitas aos reverendos Padre Andrei Ciobanu e Padre Miguel d’Aguiar, em que cada um dissertou sobre temas diferentes, pode dizer-se que enquanto o Padre Andrei versou sobre as semelhanças e diferenças entre as duas igrejas, a católica romana e a ortodoxa e sobre os pontos que as afastam e os que as unem, o Padre d’Aguiar fez uma apresentação da história do santuário de Nossa Senhora da Atalaia, sita no Montijo, da qual ele é o Reitor, assim como sobre a história dos Círios que participam desde há séculos na “Grande Festa” (E4, 2018), estando entre eles o Círio de Chelas.

O Padre Andrei diz que, “as duas igrejas continuaram e continuam a realizar as suas missas, e em ambas se celebra e se renova o sacrifício de Jesus no Calvário” (E4, 2018) e que apesar da sua igreja não celebrar procissões como os católicos, respeita e até apoia, dizendo que são cristãos, irmãos, que são devotos à Mãe de Jesus Nosso Senhor (E4, 2018).

O Padre d’Aguiar refere-se ao Círio de Chelas, dizendo que esteve muito tempo considerado extinto, mas que regressou e que está activo desde 2005 (E5, 2018).

Portanto, sobre a procissão, por um lado, há um sacerdote que apoia e, por outro, um que revela satisfação com a presença deste Círio; e, ainda por outro lado, há os peregrinos que desejam vivamente participar nesta manifestação que é, indubitavelmente, importante que se mantenha, pois é garantia de um reviver de memórias e tradições antiquíssimas que reflectem a identidade de um povo que se afirma como cristão católico.

2.6.2 - Análise estatística e de conteúdo dos questionários

O objectivo do questionário de satisfação, como o nome indica, é avaliar a satisfação que os visitantes experimentam quando visitam o convento, enquanto monumento e não enquanto Órgão do Exército, pela sua auscultação sobre as impressões que podem ter

relativamente ao que viram e ouviram, o que permite que no futuro se possam organizar as visitas por forma a serem mais apazíveis e apelativas. Deste modo e para o efeito, foi elaborado o questionário que foi aplicado a cada visitante, sobre o qual é possível fazer-se um estudo estatístico e uma análise de conteúdo.

Recorde-se que o questionário apenas foi aplicado aos visitantes do monumento. Pois, e apesar do Arquivo Geral do Exército ser dos Órgãos do Exército o que mais contacto tem com a sociedade, a par do Arquivo Histórico Militar, pelo que seja através dele, que o Exército passa para o exterior uma grande parte da sua imagem, não foi aplicado a quem visita como na qualidade de arquivo.

O questionário de satisfação visa também conhecer os diferentes públicos e, desta forma, saber o que no futuro deverá ser apresentado aos grupos que venham visitar o Convento, constituindo-se como metodologia adoptável num possível Serviço Educativo que eventualmente venha a existir.

O modelo do questionário, que se encontra em apêndice, é composto por algumas questões passíveis de análise estatística e por outras de resposta aberta sobre as quais se pode fazer, à semelhança das entrevistas, análise de conteúdo.

A análise estatística foi feita por duas formas diferentes: uma por grupo e outra na globalidade, isto é, com a união dos questionários todos, onde se poderiam estudar, por exemplo, as médias das idades – que serão apresentadas em valor natural, isto é, em número inteiro - ou a percentagem relativamente ao género.

Fez-se o apuramento percentual das respostas mais significativas às questões de satisfação da visita, de aquisição de conhecimentos quer sobre a história do monumento quer sobre a parte simbólica; da mesma forma sobre a importância da presença do ArqGEx no monumento; e também sobre a sua vontade de voltar a visitar o monumento.

A análise de conteúdo foi realizada sobre as respostas de cada grupo, pela procura de palavras com maior repetição ou das ideias com maior expressão, pelas preocupações que cada visitante apresentou relativamente aos diversos assuntos apresentados, onde se inclui a resposta à questão 7, que solicita sugestões ou comentários a cada visitante.

De vez em quando, na análise de conteúdo das respostas, serão colocadas entre aspas citações que vieram expressas nos questionários. No entanto, essas citações não poderão corresponder a pessoa alguma porquanto o questionário foi criado para ser anónimo. Também serão descritas algumas opiniões do autor deste trabalho, sendo sempre precedidas da palavra 'Nota:'.

Quando alguma resposta suscita dúvida, se o visitante ao responder estava ciente que seria aquela que realmente desejava, é verificada a sua folha de respostas para se tentar compreender o porquê desta resposta e não de outra que eventualmente seria mais expectável.

Refira-se desde já que tanto a Junta de Freguesia de Marvila como a Câmara Municipal de Lisboa, têm solicitado a realização de visitas guiadas e, até ao presente dia, ainda nenhuma foi recusada.

De facto, ao longo dos anos, várias pessoas, individualmente ou em grupo, têm visitado o convento e, apesar de não ser costume antigo o solicitar-lhes a opinião quer sobre o monumento quer sobre as visitas em si ou sobre a importância da existência do ArqGEx naquele lugar, alguns visitantes foram publicando, na *internet*, relatos com as suas opiniões, como foi o caso do Sr. Coronel Aniceto Afonso, antigo Director do Arquivo Histórico Militar, que publicou na rede (net)²²⁷ alguns comentários a propósito de uma visita de estudo que aqui realizou.

Do mesmo modo, no final, os visitantes costumam manifestar a sua opinião junto do 'guia'. Porém agora, por motivos académicos, achou-se importante auscultar as suas opiniões por escrito e, assim que terminam a visita, é-lhes dado um 'Questionário de satisfação'.

Durante a elaboração desta tese o Convento foi visitado por um grupo de vinte e duas pessoas da Associação de Moradores do Bairro da Amendoeira, que vieram visitar o monumento, inseridos numa actividade da Junta de Freguesia de Marvila; e ainda foi aqui recebido outro grupo também com vinte e duas pessoas da Câmara Municipal de Lisboa, pelo que se aproveitou a oportunidade para lhes auscultar as opiniões.

Para além dos grupos de visitantes enquadrados nas actividades das instituições autárquicas, ainda se realizou uma visita de outro grupo, que se formou *ad hoc*, no dia 19 de Maio de 2018, porque um dos visitantes que tinha participado numa visita anterior, questionou se, na 'noite dos museus', o convento estaria aberto a uma visita. A resposta foi positiva e a visita foi realizada com a participação de um grupo de oitos pessoas. Isto porque nem a Chefia do ArqGEx nem quem acompanhou a visita viu qualquer inconveniente para que se realizasse uma visita nocturna, o que evidencia a flexibilidade com que o ArqGEx acolhe os pedidos da população.

Embora o Arquivo Geral do Exército não esteja aberto ao público no período nocturno e apesar deste convento não ser um museu e, por isso, não se encontrar na linha de visitas, muito menos das nocturnas como foi a da 'Noite dos Museus', denota-se a existência

²²⁷<https://historiadastransmissoes.wordpress.com/tag/convento-de-chelas/>.

de uma vontade muito forte por parte da chefia do ArqGEx, de franquear as portas à comunidade, tal como foi preconizado pelo ICOM e de atender à necessidade de estreitar os laços entre o património aqui reunido e as pessoas em geral. A estes visitantes foi igualmente aplicado o questionário de satisfação apenas diferente numa oitava questão: 'Como soube desta visita? '.

Houve também a visita de um quarto grupo organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, inserido no seu programa "Visita Guiada ao Convento de Chelas - Abordagem Histórica e 'Simbólica'", composto por 23 pessoas.

Mais recentemente, já no corrente ano de 2019, receberam-se duas novas visitas, de um quinto grupo, da Universidade de Terceira Idade de Mafra, composto por trinta pessoas e de um sexto que terá o nome atribuído "do Coronel". Este sexto grupo não apresentou claramente um nome, nem tal foi importante para o efeito, pois o organizador já tem feito, nos últimos anos, algumas visitas a este monumento, sendo, portanto, conhecido da chefia do ArqGEx.

Análise de conteúdo das respostas abertas, por grupos de visitantes:

1º Grupo

O primeiro grupo inquirido era formado por vinte e dois visitantes, sendo nove do sexo masculino e treze do sexo feminino com a idade média de 57 anos. São membros da Associação de Moradores do Bairro da Amendoeira, situada na vizinhança do Convento. Todos aceitaram responder ao questionário, mas nem todos responderam às questões abertas, identificadas com as alíneas 5-a), 6-a) e 7), sobretudo às 6-a) e 7), que se encontravam no verso do questionário, o que foi um alerta para que, nas visitas que vierem a ser feitas, se informe os visitantes de que este questionário tem frente e verso e que é composto por sete questões.

Nos itens que foram respondidos, relativamente à questão 5-a) "Qual é a sua opinião sobre a importância do Arquivo Militar aqui instalado? Qualquer que seja a sua resposta, indique porquê", há a considerar que, a palavra mais repetida foi "História".

Os textos revelaram a existência de um sentimento de pertença e de patriotismo. Neles os visitantes deixam entender que se deve valorizar mais o espaço, pondo-o ao serviço da comunidade. Depreende-se também que é compreendida e bem aceite a relação estreita que existe entre o convento e a História do Exército, nomeadamente no que respeita àqueles militares que estiveram nas duas Grandes Guerras, cujos nomes (Processos Individuais) estão

guardados e repousam no mesmo convento, tal como as freiras, que ali ficaram sepultadas em solo sagrado.

O facto de tanto o Arquivo como o monumento estarem sob a direcção e gestão do Exército, também é referido pelos visitantes com satisfação já que, pelo facto de haver um serviço permanente de segurança realizado por militares, existe uma forma de resguardar o monumento contra possíveis roubos, nomeadamente de azulejos ou até de vandalismos; e, pelo facto do Arquivo estar em funções, está garantida a preservação do Património.

À questão 6-a), "Voltaria a visitar este Monumento? Porquê?" A resposta foi unanimemente positiva, sendo o termo mais repetido "Conhecimento". Alguns disseram que havia muito para aprender, uns em relação à história do espaço e outros em relação à simbologia e à sua interpretação.

Na questão 7), "Sugestões/Comentários" a palavra de maior realce foi "Divulgação", sugerindo que esta seja maior e feita junto das escolas e de instituições da freguesia de Marvila, pois permite que os residentes possam conhecer o que há de belo em Marvila e, conhecendo, contribuir para não se perder o legado.

Nota: A divulgação deste espaço, conforme os visitantes revelaram desejar que seja feita, está dependente da missão atribuída ao Órgão do Exército ali colocado que é de um arquivo público militar. Ou seja, embora alguma divulgação seja feita, ela não consta da missão do Arquivo Geral do Exército. Por isso, a divulgação a fim de que sejam feitas visitas, depende da boa vontade de quem ali presta serviço em se disponibilizar para as realizar. Todavia, já tem sido feita alguma divulgação pelo processo popular de boca-a-boca aos visitantes e destes a outros, através das suas colectividades culturais e clubes recreativos.

2º Grupo

No segundo grupo, formado pela Junta de Freguesia de Marvila, cuja visita insere-se no seu programa "Roteiro Turístico por Marvila", foi formado também por vinte e dois visitantes, em que dois não aceitaram responder.

Os que responderam, tinham idades entre os 50 e os 80 anos, excepto, obviamente, os elementos da Junta de Freguesia que organizaram a visita e que são bem mais novos, e um jovem com paralisia cerebral, que está a realizar um estágio na área do turismo (para conclusão do 12º ano); sendo cinco do sexo masculino e quinze do sexo feminino, com idade média de 57 anos.

Relativamente à questão 5-a), constatou-se que dez visitantes não deram a sua opinião sobre a importância do Arquivo estar instalado no convento, mas assinalaram com um X nas possibilidades 'Importante' e 'Muito Importante', revelando reconhecer importância sem que, no entanto, tenham explicado porquê. Há, inclusive, uma resposta que parece contrariar a marca de 'Importante' ao dizer que "O convento tem uma vida própria e não é valorizado com a presença do Arquivo". Perante estas respostas, poder-se-á pensar que o consideram importante, mas que se o Arquivo não estivesse lá, (ou se fosse transferido) o convento continuaria com a sua 'vida própria'.

Esta opinião, deixada no questionário, é curiosa porque parece indicar que, para este visitante, o arquivo militar estando ali nada acrescenta ao Convento e que até poderia ser importante, se fosse para outro lado, pois deixaria as naves do convento vazias, passíveis de serem utilizadas como espaços de exposições.

Nota: Durante a visita na zona onde seria a cela da Marquesa d'Alorna, um dos visitantes questionou se não deveria, o Exército, ter deixado pelo menos aquela cela, tal como era em vez de ter tudo ocupado com a "estantaria" (sic). Questionou se aqueles espaços, bem aproveitados, não poderiam ter outra utilidade que não fosse de 'guardar papéis'. Foi-lhe respondido que agora é um arquivo militar e não mais um convento de clausura; e que aqueles papéis são testemunhos indispensáveis de vidas verdadeiras, que assim podem ser estudadas e valorizadas, sendo pena que o mesmo se não possa fazer relativamente àquelas que tiveram vidas das reclusas, das quais aqui não existem documentos a elas atinentes que lhes façam justiça.

Dos outros visitantes que responderam a esta questão 5-a), as palavras mais repetidas são "História", "Memória", "Património" e "Informação". Pelo que, para estes, o Arquivo é importante pois preserva informação e, com isso, preserva a memória e a história.

À questão 6-a), "Voltaria a visitar este Monumento? Porquê?", oito visitantes não responderam. Analisados os questionários, são as mesmas pessoas que não responderam à questão anterior, embora nesta, dois deles tenham manifestado a sua opinião. Pode depreender-se deste 'silêncio' que as pessoas não estavam interessadas em escrever. Bastando-lhes assinalar as questões com X.

Das respostas dadas, a expressão mais repetida foi "porque gostei", sendo enriquecida por "há ainda muito para ver" , "para assimilar melhor a informação, não porque não tenha sido bem passada, mas porque é muita informação" e porque "fiquei com água na boca pelo tesouro que está aqui à mão e que merece mais atenção e investigação".

Portanto, conclui-se desta questão, que estes visitantes gostaram e querem regressar por sentirem que há muito mais para conhecer.

Em relação à última questão, a 7) "Sugestões/ Comentários", novamente se assiste a um 'silêncio' por parte dos mesmos que não responderam às anteriores, sendo, nesta de 11 abstenções. Confirma-se ainda assim a tendência dos nossos dias para não escrever ou usar apenas a linguagem sincopada das mensagens de telemóvel. Nas restantes 11 respostas, a palavra mais repetida foi, tal como no 1º grupo, a "Divulgação". Foi sugerido que se fomentassem visitas para valorização do espaço e para a preservação do património numa clara manifestação do desejo de ver o convento dinamizado.

3º Grupo

No grupo da 'noite dos museus', composto por nove pessoas, seis do sexo masculino e três do sexo feminino, com a idade média de 50 anos, apenas uma não respondeu porque, segundo disse, já tinha vindo a uma visita anterior²²⁸.

Assim, relativamente à questão 5-a) da importância da presença do Arquivo, houve apenas um que manifestou ser pouca a importância, dizendo que o "Exército não investe na recuperação/manutenção do Património" e que não é local para ter um órgão indicado para um arquivo militar, mas sim para "turismo de habitação".

Nota: Há que concordar que os órgãos militares ficariam bem melhor em instalações pensadas para as suas diferentes missões, em vez de se aquartelarem em imóveis antigos, na sua maioria confiscados ao clero no século XIX, cujas obras de adequação e de manutenção se revelam mais dispendiosas do que as construções de raiz; mas, também é verdade que é graças a essa ocupação e ao investimento na sua conservação, que muitos imóveis históricos chegaram aos nossos dias, escapando à ruína a que tantos outros estão votados. E a sugestão turística, que talvez venha a ser a maior dor de cabeça deixada à próxima geração, acaba reservando os espaços de memória apenas a quem os possa pagar, contrariamente ao objectivo deste trabalho, que é o de proporcionar a fruição de um monumento a TODA a população.

A esta questão, a palavra mais repetida foi "Preservação". Acrescentam que o Arquivo, pela sua presença, ajuda a preservar o monumento, porque para preservar documentos com memória, há também que preservar o monumento onde estão, que também tem memória e história.

²²⁸ De facto, este visitante, do sexo masculino, foi o elemento do primeiro grupo que questionou se poderia vir visitar o convento na noite dos museus.

Em relação à questão 6-a), de voltar a visitar o convento, é unânime a resposta em que se diz querer regressar por ser muito rico em informação e em história, apreciação extensiva aos documentos do arquivo que também estão peçados de história.

Quanto à última questão, a 7), foi sugerido que houvesse melhor iluminação e um parque de viaturas maior, bem como uma melhor acção de preservação dos azulejos.

Nota: Em relação à iluminação, de facto, como o Arquivo não trabalha à noite nem tem visitas nocturnas, esse problema da iluminação nunca foi equacionado, todavia, e obviamente, tem outro tipo de iluminação para garantir a segurança das instalações. Se a preocupação do inquirido se refere à segurança do prédio, das pessoas e bens, durante a noite, pode dizer-se que está assegurada com recursos e métodos que não cabe aqui divulgar; mas, se acaso a ideia é iluminar a fachada com projectores, tem de se reconhecer que isso pode vir a derivar da consagração do convento à museologia, se e quando ela se realizar, arrastando consigo, também, o restauro da azulejaria por técnicos especializados e a criação de um parque de estacionamento no amplo terreno existente nas traseiras do convento.

Em relação ao parque, o ArqGEx tem um para o pessoal que presta serviço nele, situado no lado ocidental, mas que há noite está encerrado.

Relativamente à questão extra, para este grupo da noite dos museus, em que pretendia saber-se como é que o visitante soube da possibilidade de visitar o convento na 'noite dos museus', a maioria declarou ter sabido por outras pessoas.

Houve também quem referisse que soube que seria possível fazer-se a visita num dia que veio tratar de assuntos militares, desconhecendo-se como a mensagem foi passada desde o interior do convento. A verdade é que a mensagem passou em menos de uma semana.

4º Grupo

O quarto grupo, que veio a pedido da Câmara Municipal de Lisboa, inserido no seu programa "Visita Guiada ao Convento de Chelas - Abordagem Histórica e Simbólica", era formado por vinte e três pessoas.

Deste grupo dezanove responderam ao questionário e tinham idades compreendidas entre os 50 e os 80 anos, com uma média de 67 anos, em que dez eram do sexo masculino e nove do sexo feminino. Os restantes quatro visitantes deste grupo não responderam porque, por motivos particulares, tiveram de abandonar a visita antes desta ter terminado.

É necessário dizer-se que, neste grupo, quatro dos visitantes que responderam ao questionário tinham dificuldades visuais, o que lhes dificultava a leitura, pelo que solicitaram que alguém lesse as questões e escrevesse as respostas por eles.

Destes dezanove visitantes e relativamente à questão 5-a), as palavras mais repetidas foram “Preservação”, “Memória” e “História”.

Falou-se em preservar a memória e o conhecimento do Exército e “preservar a memória passada para conhecer o presente e preparar o futuro”. Destes visitantes, três referiram a dimensão do arquivo (37Km); quatro falaram em vidas preservadas, querendo referir que a documentação sobre as pessoas que prestaram serviço militar está aqui bem preservada e disponível para se obter informações sobre elas e sobre o tempo delas; sete realçaram as memórias e a história do Exército e de quem nele serviu; e um colocou uma questão de carácter particular relativa à sua vida militar, assunto que deve ser tratado no Arquivo Geral do Exército nas horas normais de expediente e que para este estudo não tem qualquer interesse.

Em relação à questão 6-a), apenas duas pessoas decidiram não responder e a ideia principal comum a todas as respostas é haver “mais para aprender” e “há ainda mais coisas para aprender e conhecer”, seguida das referências à história e ao simbólico patentes a cada passo da visita.

E, relativamente à última questão, a 7), dez pessoas não responderam e as nove que responderam repetem as alusões à “História” acompanhada do “Simbólico” e do “Património”.

5º Grupo

O quinto grupo era formado por trinta visitantes, alunos da Universidade Sénior de Mafra, composto por cinco do sexo masculino e vinte e cinco do sexo feminino, com a idade média de 68 anos. Todos aceitaram responder ao questionário.

Das trinta pessoas, sete não responderam à questão 5-a) e treze não responderam à 7).

Quanto aos itens que foram respondidos, há a considerar que à questão 5-a), "Qual é a sua opinião sobre a importância do Arquivo Militar aqui instalado? Qualquer que seja a sua resposta, indique porquê", a palavra mais repetida foi novamente "História" em diferentes versões: história do país, história militar, história da Marquesa d'Alorna.

Nota: Na verdade, o Arquivo não detém documentação sobre a marquesa. Sem qualquer certeza, crê-se que o visitante se estivesse a referir que aquele Órgão, por estar ali, poderia possuir elementos que permitissem saber-se onde vivia a Marquesa. Mas essa resposta seria possível mesmo que fosse outra instituição que se preocupasse com este tipo de pesquisa, pois a resposta foi dada a todo o grupo.

As respostas reflectem, igualmente neste grupo, o sentimento de preservação do espaço, pois solicitam que se deve valorizar mais o espaço.

Pela quantidade de respostas “Importante” (dezasseis) e “Muito Importante” (oito) versus quatro “Irrelevante” e um “Não Importante”, depreende-se que este grupo entende que o ArqGEx é, pela sua presença, a garantia de preservação do Património.

Há um visitante que não marcou qualquer tipo de classificação, mas referiu “Possivelmente é importante, mas foi pouco aprofundado o que tem [...]”. De facto, nesta visita pouco foi falado sobre o ArqGEx. Apenas se referiu que era o maior arquivo nacional, a seguir ao Arquivo Nacional Torre do Tombo e que guardava cerca de oito milhões de processos individuais.

À questão 6-a) "Voltaria a visitar este Monumento? Porquê?" A maioria das respostas continua a ser “há muito para se conhecer e pouco tempo para tal”. Falam igualmente nos azulejos e a questão do simbólico é a mais referida como a preferida.

Na questão 7) "Sugestões/Comentários" as palavras de maior realce foram "Manutenção e Restauro". Uma das visitantes escreveu que “como sempre, nota-se que os governantes do nosso país estão pouco interessados no património do nosso país” e outra visitante disse que deveríamos “convencer entidade públicas e ou privadas adequadas para uma melhor conservação deste valioso monumento”.

Portanto, este grupo de Mafra, revela preocupação com a preservação do património azulejar que tem em si uma história a manter e que o aspecto simbólico é também necessário que seja falado.

6º Grupo

Este grupo, organizado por um Coronel do Exército, era formado por vinte e um visitantes, cuja média de idades foi de 67 anos. Como todos responderam ao questionário, excepto dois que declararam que já tinham vindo visitar o Convento de Chelas, e que, por esse motivo, não responderiam ao questionário, dizendo que “nós já viemos uma vez e

gostaríamos de ouvir outra vez a explicação da simbologia”. Pelo que quando souberam ou foram convidados, aceitaram voltar.

O universo de respostas foi de dezanove, sendo cinco pessoas do sexo masculino e catorze do sexo feminino.

Nota: Este oficial, como habitualmente faz, sempre que se vai dar início à visita, solicita a quem acompanhou a visita, o ‘guia’ do ArqGEX, para lhe disponibilizar uma sala para reunir o grupo onde ele possa transmitir informações históricas sobre o monumento, contextualizando-a com a história do país. Por exemplo, nesta visita, entre outros dados históricos, referiu que João Peculiar, um elemento do clero de relações muito próximas do rei D. Afonso Henriques, era irmão de Dona Juliana de Noronha, cuja sepultura se encontra no interior da igreja - como já houve oportunidade de se referir neste trabalho.

Três pessoas deste último grupo, não responderam à questão 5-a), duas não responderam à 6-a) e seis não responderam à 7).

Quanto aos itens que foram respondidos, há a considerar que, na questão 5-a), "Qual é a sua opinião sobre a importância do Arquivo Militar aqui instalado? Qualquer que seja a sua resposta, indique porquê", houve uma resposta “Muito Insatisfeito”, oito “Satisfeito” e dez “Muito Satisfeito”.

Cinco pessoas escreveram neste espaço algo que sugere que queriam explicar a sua opinião relativamente à segunda questão. Uma das respostas à questão “Como se sentiu com esta visita” foi, neste espaço, “Não fazia ideia da existência do convento. Aprendi e irei divulgar” quando respondeu à questão nº 2 como “Muito Satisfeito”; outro escreveu “Muito interessante tanto no plano social como religioso” e marcou na citada questão nº2 “Satisfeito”; “Pela informação transmitida” e, noutros 2, “Satisfeito”; “Porque tive acesso a um espaço que jamais poderia conhecer e porque as explicações que me foram dadas, a vários níveis, me satisfizeram inteiramente” e em 2 “Muito Satisfeito” e um outro que respondeu “Duma maneira geral não há conhecimento deste convento. Nem é demais tomar conhecimento de fontes históricas que definem a nossa nacionalidade” e em 2 marcou com “Muito Insatisfeito”. Se for esse o caso, de tentarem justificar a questão 2, então poder-se-á dizer que deste pequeno grupo, a maioria ficou “Satisfeita” e “Muito Satisfeita”, e há um só “Muito Insatisfeito”.

A palavra mais repetida foi novamente "História". Um visitante disse “Assim é preservado o convento e o arquivo”. As respostas reflectem, igualmente neste grupo, o sentimento de preservação do espaço.

Pela quantidade de “Importante”, seis, e “Muito Importante”, doze, versus um “Irrelevante”, depreende-se que este grupo entende que o ArqGEx garante a preservação da história e do Património pela sua presença.

À questão 6-a) "Voltaria a visitar este Monumento? Porquê?" As respostas são, maioritariamente, “para rever“, “para obter mais conhecimento“ e “completar informação“.

O mesmo visitante que ficou “Muito Insatisfeito” referiu que voltaria e escreveu que “há sempre assuntos que nos escapam e locais que, por falta de tempo, não foi possível visitar”; outro disse que voltaria “acompanhada de pessoas amigas para verem o nosso património tão esquecido e escondido”²²⁹.

À questão 7) "Sugestões/Comentários" as palavras de maior realce foram "manutenção" ou o par “divulgação e manutenção”. Uma das visitantes escreveu que “[...] abrir como espaço museológico, colocando painéis com factos importantes aqui passados”; outro escreveu que se deveria “dar sugestão a fazer projectos na univ d’arquitectura, restauro, história...” e um outro que “[...] a divulgação poderia ser feita na Agenda Cultural de Lisboa”²³⁰.

Análise estatística das respostas fechadas:

Das 127 pessoas que visitaram o Convento de Chelas, enquanto monumento, e a quem foi solicitado que respondessem ao questionário de satisfação, responderam cento e dezoito. Três, como já foi dito, não responderam por já terem respondido numa visita anterior, quatro outras por terem saído da visita antes desta ter terminado e duas que não aceitaram responder.

Assim sendo, responderam ao questionário 92,3% dos visitantes, atendendo que 2,4% não responderam por já o terem feito. Caso contrário, seriam 94,5%, uma vez que quatro pessoas saíram antes do final da visita, o que, em qualquer dos casos, constitui uma amostra significativa dos visitantes que demandam o convento.

Pela questão 1, foi possível apurar-se que nos 118 visitantes dos seis grupos, havia 39 homens e 79 mulheres. Ou seja, nestas visitas estiveram presentes 33,1% de homens e 66,9% de mulheres, com idades compreendidas entre os 58 e os 74 anos, excepto os dois

²²⁹ Apesar de não ser usual serem realizadas visitas a pessoas isoladas, este cidadão, de facto, regressou com a sua esposa e filho e mais dois amigos. E, excepcionalmente, foi realizada uma visita mais breve que as habituais.

²³⁰ Por enquanto esse tipo de divulgação não é permitida uma vez que este convento é um órgão militar e não um espaço museal, mas a ideia ficou registada para ser pensada no futuro.

elementos da direcção da Câmara Municipal de Lisboa e o jovem estudante de turismo que são mais jovens, mas que também foram contabilizados.

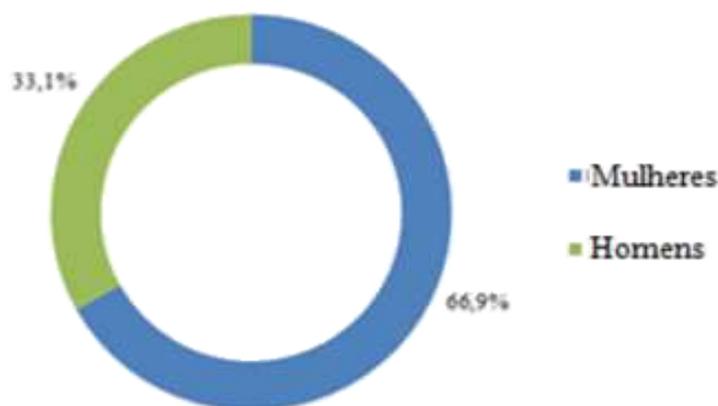


Gráfico 2: Percentagem de Homens e de Mulheres que responderam ao questionário de satisfação

De uma forma geral, os grupos são semelhantes quanto a idades, colocando-se na classe sénior, o que significa que, de futuro, deverão ser estudadas formas de atrair grupos de jovens.

Em relação à questão 2) “Como se sentiu com esta visita?”, constatou-se que havia 9 (7,6%) visitantes que se declararam “Muito Insatisfeitos”; 2 (1,7%) “Nem Satisfeito nem Insatisfeito”; 37 (31,4%) “Satisfeitos” e 70 (59,3%) “Muito satisfeitos”.

Pela análise dos questionários, na tentativa de se entender a razão porque 7,6% se sentiu “Muito Insatisfeito”, não foram encontrados quaisquer indícios conducentes a essa opinião, pelo que se pensa que a resposta foi ali colocada talvez por 'engano', até porque dois deles afirmam que voltariam, pois gostaram da visita e acharam que ainda havia muito por ver. Mas se, todavia, responderam que não lhes agradou porque desejariam mesmo ver mais, isso significa que há que repensar os percursos ou o tempo para cada visita. Seja qual for a razão, implica sempre que se deverá procurar forma de todos saírem satisfeitos das visitas.

Porém, os cerca de 90,7% dos que ficaram “Satisfeitos” e “Muito Satisfeitos”, deixam uma margem de conforto relativamente às apresentações.

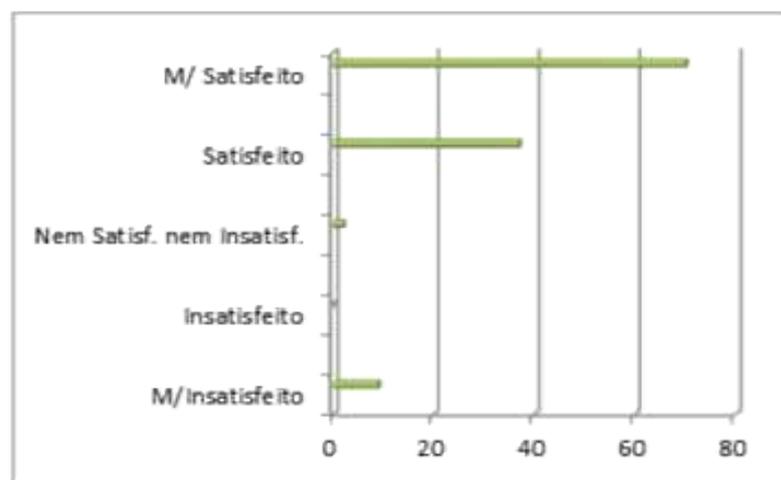


Gráfico 3: Questão 2 - Como se sentiu com esta visita?

Sobre a terceira questão “Sente que adquiriu conhecimentos sobre a história do Convento?”, foram obtidas 117 respostas de “Sim” e um “Não”, o que corresponde a 99,2%. Portanto, este ponto não deixa preocupações, bastando manter o que se tem vindo a fazer para cumprir este aspecto da apresentação do monumento.

Em relação à questão 4) “Sente que adquiriu conhecimentos sobre a simbologia do Convento?”, foram obtidas 116 (98,3%) respostas de “Sim” e 2 de “Não”, o que se assemelha ao caso anterior, mantendo-se a postura de não ser preocupante a quantidade de visitantes que não apreciou ou não adquiriu conhecimentos naquela área. No entanto, tentou-se entender porque estes visitantes declararam não ter adquirido conhecimentos sobre a simbologia. E, pelas suas restantes respostas, verificou-se que um destes visitantes também não respondeu a qualquer das questões de redacção livre, mas disse que voltaria a visitar o convento, sem se referir porquê. O outro, deixou entender que aquela área do conhecimento semiótica, era-lhe familiar, o que poderá ser uma explicação, até porque algumas vezes era ele que iniciava a explicação de uma ou outra imagem, como foi o caso das albarradas que estão nos bancos do claustro.

A quantidade de respostas negativas é pouco significativa, quaisquer que tenham sido as suas razões, correspondendo a 1,7% das respostas.

Relativamente à questão 5-a) “Qual é a sua opinião sobre a importância do Arquivo Militar aqui instalado?”), uma pessoa do segundo grupo respondeu “muito, sim e sim” em três espaços diferentes e, como também não explicou porquê, torna difícil saber-se qual é a sua opinião. Perante esta situação, optou-se por anular esta resposta. Assim sendo, então, 1 respondeu (0,9%) “N/Importante”, outra (0,9%) “Pouco Importante”; 7 (5,9%) “Irrelevante”; 36 (30,8%) “Importante” e 72 (61,5%) “Muito Importante”.

Em quase todas estas respostas os visitantes apresentaram uma explicação compreensível, o que demonstra a diversidade de opiniões que há sobre a importância da presença do Arquivo Militar no Convento, sendo que a mais votada foi a de que era “Muito Importante”, com 61,5%, num universo de 117 respostas. Se a esse registo se juntar o de importante, ter-se-á (92,3%), o que representa o reconhecimento que a presença do Arquivo é realmente uma garantia de preservação do monumento, enquanto património material que, segundo Coelho²³¹, "o Arquivo Geral do Exército [...] é testemunho e serve de pista para investigação cultural [...] se não estivesse talvez o convento hoje fosse um hotel ou uma pré-ruína ao abandono" (E2, 2017).

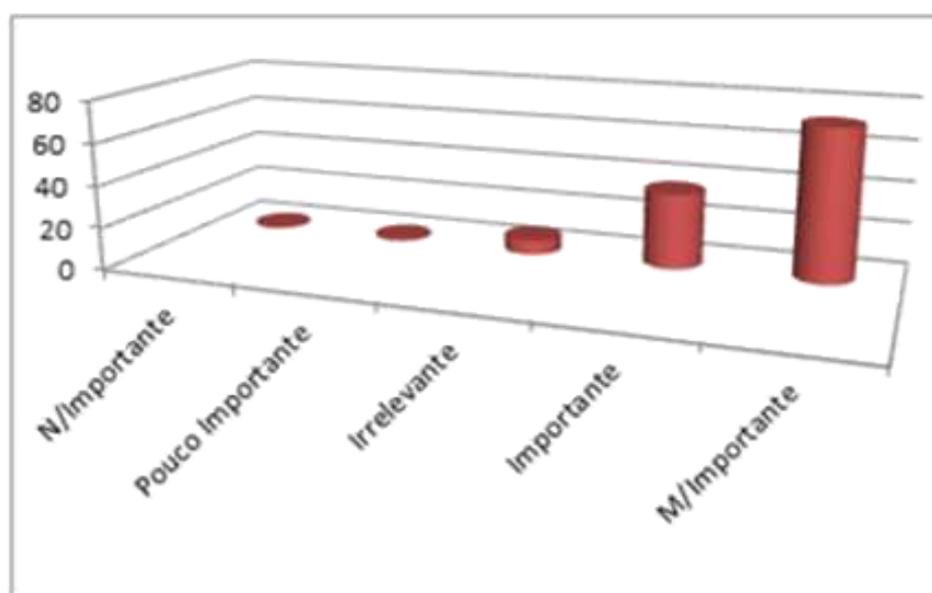


Gráfico 4 – Questão 5 - Qual é a sua opinião sobre a importância do Arquivo Militar aqui instalado?

Quando se questiona, em 6-a), se voltaria a visitar o Convento, constatou-se que 5 não responderam, e que verificada a sua folha de respostas, eram também aqueles que não preencheram o verso do questionário, sendo que uma delas escreveu num novo quadrado por ela desenhado a resposta “NIM”, daí esta resposta ter sido anulada; 3 declararam que não voltariam e 110 que voltariam a visitar o monumento.

Em suma, pelas análises de conteúdo e pelos indicadores e estatísticas, verifica-se o grande interesse, sobretudo pelos aspectos culturais, que as pessoas sentiram ao visitar o convento de Chelas, ao ponto de declararem desejar voltar a visitá-lo. Foi graças a esta vontade de regressar, repetindo o já citado, que um dos visitantes conseguiu que outros

²³¹ O seu depoimento à entrevista realizada em 2017, encontra-se em apêndice.

viesses participar na ‘noite dos museus’, o que revela que a comunicação oral funciona, para a população em geral.

Tendo então em conta o poder da palavra, há que ter em consideração o que se diz e como se diz, para que possa ser replicado, sendo, desta maneira, uma forma apelativa ao seu regresso.

Os visitantes, de todos os grupos, demonstraram ter visto o potencial cultural e histórico do monumento e ficaram satisfeitos com a aprendizagem recebida através da visita guiada, expressando mesmo que a entenderam completamente.

Outro aspecto importante a ter em conta foi a maneira como declararam as necessidades de conservação do lugar, indicando que alguns espaços necessitam de obras para preservar a história que se ‘vê’ nas suas paredes, onde se inclui a arquitectura e a simbologia. Tudo isso importa para dar a conhecer esta parcela de Chelas, porque em cada esquina existem testemunhos do passado e, graças a eles, mantêm-se as memórias gravadas que se podem disponibilizar a quem visita.

Através destes questionários, pôde igualmente entender-se como cada um dos visitantes foi capaz de compreender o património tangível que este lugar representa, quando, até agora, não estava familiarizado com ele, apesar de viver nas imediações.

Também se pode deprender, não só através dos questionários, mas também pelas declarações que vão sendo apresentadas ao longo das visitas, as diferentes motivações dos visitantes. Há pessoas que querem ver os claustros e a igreja, outras pretendem conhecer a arquitectura, outras preferem os azulejos, outras ainda a história do convento e mais particularmente a parte que se refere à estada da Marquesa d’Alorna; e, ainda, há as que procuram ver o convento sob uma perspectiva simbólica. Também há visitantes que procuram saber como e quando o ArqGEX se instalou naquele espaço que outrora foi religioso, e saber qual a missão do Arquivo e como está organizado. Portanto, apenas pelas declarações dos visitantes do monumento e não do ArqGEX, pode entender-se que elas procuram conhecer inclusive as potencialidades do arquivo militar além do monumento.

Em forma conclusiva, com o tratamento estatístico e com a análise de conteúdo do questionário e com a análise de conteúdo das entrevistas aos peregrinos, foi possível conhecer-se o público visitante e o valor que este público atribui quer ao monumento quer à procissão de Nossa Senhora da Atalaia. Isso é importante pois assim, para cada um dos públicos visitantes, pode ser definido um modelo de apresentação, que depois se deverá adaptar em questões de pormenor, tendo em conta as suas expectativas e o valor que este monumento tem, propondo-se previamente programas de atendimento diferenciado, a fim de

se dar respostas que aliem, a um tempo, a realidade histórica do local e a imaginação com a criatividade de cada visitante, para que se contribua para o enriquecimento e o reavivar de memórias.

E porque há uma nova realidade social da zona do monumento, que é parte da Freguesia da Marvila, impõe-se que não só se tente conhecer quem viveu durante o tempo de Marvila industrial, pois essas pessoas são testemunhos de um passado fundamental para a definição da identidade e narrativa da freguesia, como também conhecer-se os novos moradores a fim de se poder servir melhor a população.

É que, para além destas duas formas de análise aplicadas aos questionários e às entrevistas, há ainda outra fonte de informação não menos importante: o contacto directo com as pessoas, ouvindo as suas sugestões, comentários e desejos.

De facto, do contacto com as visitas realizadas ao convento de Chelas nestes dois últimos anos, foi possível verificar-se, relativamente aos grupos formados ora pela Junta de Freguesia de Marvila ora pela Associação de Moradores do Bairro da Amendoeira, que pertence à mesma freguesia, e que são do mesmo escalão etário, o sénior, que havia algo quase como uma constante: o total desconhecimento do interior do convento. Alguns conheciam apenas por fora, mas nada mais para além disso.

Verdade seja dita, que no passado houve visitas de alunos das escolas próximas. Tanto os alunos como os seus docentes deram mostras de que conheciam este monumento, mas não as suas potencialidades como lugar de memória. Aliás, tem havido professores que têm vindo ao convento, mais particularmente ao ArqGEx, por ser a instituição que faz a gestão deste espaço, para poderem, num futuro que se deseja próximo, agendarem visitas no âmbito dos seus programas escolares, nomeadamente de desenho, matemática, literatura e história.

O que se pode dizer, portanto, desta população envelhecida ou dos jovens que começam a aparecer através das suas escolas, é que demonstram sentir que há a necessidade de se dar mais a conhecer o Convento de Chelas. Algo que tem sido uma preocupação a ser correspondida por parte da chefia do ArqGEx.



III – Proposta de musealização dos espaços do Convento de Chelas

O futuro é construído pelas nossas decisões diárias, inconstantes e mutáveis, e cada evento influencia todos os outros.

(AlvinToffler)

Para a elaboração de uma proposta de musealização do Convento de Chelas é preciso que se tenha em consideração o seu contexto histórico, social e geográfico, que inclui as características principais da comunidade, para depois conjugar as potencialidades do monumento.

Já na segunda parte deste trabalho, na apresentação descritiva do monumento, foram apresentados estes elementos, nomeadamente as questões de demografia e do património cultural, que inclui o património religioso e militar.

Para uma proposta, neste caso, de musealização, importa pensar-se em algo para o futuro, tendo em conta que é importante saber-se como se poderá fazer a difusão do interesse deste monumento para a sociedade.

Se se tiver em consideração que, segundo os princípios da museologia, e como Rocha-Trindade referiu, para expor-se um objecto, este deverá, preferencialmente, realizar-se no local de onde é pertença, de onde serviu enquanto objecto de utilidade, e, quando tal não for possível, deverá esse objecto estar inserido no contexto com outros objectos, porque o deslocamento do lugar ou contexto pode significar o ‘desaparecimento’ do seu significado e da sua identidade. (Rocha-Trindade, 1993: p. 18), então, poder-se-á pensar que este monumento que se oferece a si mesmo como objecto a ser apresentado, a par da Fábrica de Pólvora, a qual contém, além do gerador de corrente eléctrica, todo um equipamento de ferramentas exactamente colocadas onde sempre estiveram, num testemunho de vidas vividas que parecem ter-se afastado por breves momentos, tal é o ambiente que ali se respira e que torna o objecto exposto num inquestionável lugar de memória. Daí que aqui se pretenda apresentar um estudo sobre a musealização do monumento, com a adopção de ferramentas do domínio da gestão, não só considerando o monumento em si, mas também o seu ambiente geossocial, a fim de se criarem raciocínios válidos que viabilizem o objectivo desta proposta.

1 - Preâmbulo

Sobre o património azulejar, o Professor Doutor Augusto Moutinho Borges²³² publicou um livro, em 2016, intitulado *O Exército e o Azulejo - Tradição e arte* onde deixa entender a sua preocupação com a conservação e salvaguarda do património cultural, artístico e arquitectónico à guarda do Exército Português. No mesmo sentido, Sua Excelência o ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, General Frederico José Rovisco Duarte, que prefaciou aquela obra, sublinhou a importância deste contributo para a preservação do património pela forma ampla e rigorosa como foi tratado

o vastíssimo património disseminado pelas diversas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, na esperança que o brilhante registo resulte para memória e divulgação desta manifestação artística, versátil e genuína, tão presente no património do Exército.

A riqueza e singularidade do património azulejar espelhado nesta obra, é um incentivo e um forte estímulo à descoberta renovada destes lugares e um alerta para a obrigatoriedade da preservação de tão importante acervo (Borges, 2016: pp. 5-6).

Este livro procura "contribuir para um melhor conhecimento das artes decorativas existentes nas Unidades do Exército de Portugal, as quais muito enriquecem os espaços e dão a conhecer momentos da história castrense às gerações vindouras" (Borges, 2016: p. 11).

O Convento de Chelas, onde está instalado o ArqGEx, está claramente reflectido nas palavras de Borges quando fala sobre o "património religioso de que o Exército é detentor [...] [que foi] entregue à Instituição depois de 1834, após a exclausuração das Ordens Religiosas [...]" (Borges, 2016: p. 137).

O General Rovisco Duarte prefaciou um outro trabalho de Borges (2017), relativamente à questão da identidade, referindo que

a História do Exército Português está directamente ligada à História de Portugal, desde a sua primeira hora, e [dizer] que as forças terrestres estiveram presentes na luta pela nossa independência contra leoneses e muçulmanos no século XII, é mencionar factos históricos que estão indissolivelmente ligados às origens da nacionalidade, (Borges, 2017: p. 5)

O facto de Borges não ter mencionado no trabalho de 2016 a igreja de Chelas pode ter-se ficado a dever a que, actualmente, a igreja estar desprovida de azulejos, que é o tema

²³²Investigador Integrado do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade de Lisboa.

do livro; e também não foi referida num segundo livro, de 2017 por não ser museu e por se ter apenas espelhado a vertente militar do monumento, facto que não diminuiu em nada a importância que esta igreja teve no cimentar de identidades, até porque, como já houve a oportunidade de se referir, anteriormente, todo o monumento começou pela igreja.

Assim, para este monumento, que alberga estas duas dimensões, e como Borges salientou, "Os edifícios são motivos de visita e despertar de atenções pelas artes decorativas [...]" (Borges, 2017: p. 10), pensar-se numa proposta de musealização deste espaço tão carregado de história faz todo o sentido e implica reflectir sobre quais os níveis de envolvimento do 'tempo presente' no 'tempo passado', quais as expectativas susceptíveis de serem satisfeitas e que impacto tal proposta, a ser viabilizada, progredindo para um projecto e, sendo concretizada, poderá ter no meio cultural em que o convento se insere.

Espera-se que esta proposta resulte numa participação colectiva na área cultural, no sentido de confirmar a existência de patrimónios culturalmente valiosos e de incentivar a continuidade de uma partilha destes entre o meio civil, o meio militar e o meio religioso, todos detentores, curadores e usufrutuários do edifício e do seu importante testemunho cultural, memorial e religioso.

Não obstante não ser um Museu, mas um arquivo público militar, a chefia do ArqGEx entendeu que este lugar, onde a história também teve lugar, tem oferecido a oportunidade de receber visitas de pessoas e de grupos interessados em estudar o Convento e a sua envolvência monumental.

A relevância deste capítulo reside, fundamentalmente, no facto de se ter por "objecto de estudo" o próprio Convento de Chelas, onde coexistem harmonicamente vários espaços diferenciados, bem como "práticas culturais" e atitudes aparentemente antagónicas e, contudo, todas com sentimentos e raízes comuns. Desde logo tendo a igreja como exemplo de mudança e continuidade, hoje de culto ortodoxo e que até há relativamente pouco tempo era católico romano; portanto, cristãos em ambos os casos, e propiciadores da paz e da reflexão sobre o sentido da vida.

A igreja, lado a lado com um estabelecimento militar, que já foi fábrica da pólvora e é hoje um enorme arquivo, ambos aparentemente dedicados a actos violentos mas, na realidade, também perseguidores da paz, nomeadamente o arquivo onde se conservam documentos que testemunham parte da vida de quem já passou pelas fileiras castrenses.

Além disso, as paredes de todo o claustro do convento estão forradas de azulejos impregnados de imagens simbólicas que pretendem transmitir mensagens, para reflexão, sobre o sentir e o pensar dos nossos antepassados. Esta mesma ligação, com as raízes

nacionais, continua pelo lado do património militar que está à guarda do ArqGEx, o qual encerra informação sobre todos os militares portugueses que cumpriram serviço militar no Exército ao longo do século XX. Património esse, no qual é possível recolher memórias que permitem estudar e compreender a identidade portuguesa em toda a sua extensão humana.

Como ponto de sustentação desta iniciativa, dever-se-á atender às palavras do General, ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, no prefácio do citado livro de Augusto Borges, quando diz que,

de forma a perpetuar a memória militar, o Exército desde sempre soube manter o seu património como um todo, preservando-o e conservando-o, em articulação com as metodologias museológicas e museográficas usadas para fruição pública. [...] Desde o século XIX - no longínquo ano de 1842, pela tenacidade do General-Barão de Monte Sobral, D. José Baptista da Silva Lopes (1785 - 1857), herói da Guerra Civil de 1832-1834 - até ao presente, a prática museológica tem sido uma constante salvaguarda do espólio histórico militar [...]. (Borges, 2017: p. 23)

Assim, e pelo respeito pelo passado, com as suas diferenças e semelhanças, o presente estudo, extravasa as paredes do arquivo militar e entra na observação das tradições religiosas cristãs hoje continuadas, na vertente católica romana, pela procissão anual da Nossa Senhora da Atalaia, onde se exhibe um estandarte e uma imagem que resistiu a um fogo ocorrido nos anos 20 do século passado e que, todos os anos, no último domingo do mês de Agosto, atravessa o rio Tejo juntamente com os peregrinos em embarcações à vela.

Pelo lado da Fábrica da Pólvora também há história para conhecer, inserida num contexto da arqueologia industrial em que, apesar de existirem poucos elementos para a apresentar, se reflecte, por si só, o tempo da indústria do século passado, cuja memória se pretende igualmente preservar.

Esta parte industrial da proposta é feita num sentido muito à semelhança ao que Jorge Custódio tem feito em Portugal no domínio do Património Industrial, com a criação de vários museus industriais, como o Museu dos Lanifícios (na Covilhã), o Museu da Cortiça/Fábrica do Inglês (em Silves) e o Museu da CIMPOR (em Maceira-Lis) e, por todo o conjunto electromecânico gerador de energia existente, não poderia deixar de estar incluída na proposta de musealização do monumento e, por isso, merece ser alvo da melhor atenção, no presente estudo.



2 - Objectivo da Proposta

Antes de se falar na Proposta, convém distinguir os termos proposta e projecto. Uma proposta difere de um projecto por não conter alguns elementos como a definição do início e do fim de algo “acordado”, a que normalmente se chama a “obra”; dos recursos financeiros e dos custos inerentes; das origens e aplicações das verbas que forem atribuídas; dos meios materiais e humanos disponíveis e necessários em número, das pessoas e das suas habilitações para guarnecer, gerir e manter os objectivos intermédios²³³, claramente definidos e inseridos num cronograma os quais contribuam para a realização do objectivo final.

Por outras palavras, um projecto corresponde ao documento final que se destina a facultar todos os elementos necessários à definição rigorosa dos trabalhos a executar e que deve ser revelador de que há garantias da exequibilidade da ‘obra’, pelo que contém toda a informação detalhada de execução. É, com base nestes elementos, que se descrevem os orçamentos. Por isso nele ficam expressos todas as fases de criação, incluindo estudos de viabilidade para que a idéia possa ser colocada em prática. Enquanto que uma proposta é somente uma intenção, uma sugestão, um conjunto de condições que se apresentam para se chegar a um acordo, a qual normalmente apresenta uma fundamentação para a sua importância e que objectivos visa atingir. E só depois desse acordo ter sido aceite, será então elaborado o tal documento que é o projecto. Posto isto, fica claro que a presente Proposta, que contém todo um Programa Museológico o qual, após reformulado e completado, para albergar os outros aspectos acima citados, poder-se-á então transformar num projecto. Projecto esse a ser posteriormente submetido à apreciação dos escalões militares superiores à Chefia do ArqGEx, actual residente e gestor da quase totalidade do edifício, uma vez que este espaço está sob a responsabilidade, sucessivamente, da Direcção de História e Cultura Militar, depois do Estado Maior do Exército e, no topo, do Ministério da Defesa Nacional, segundo as regras hierárquicas institucionalizadas.

O Convento está já há quase meio século a ser usado como Arquivo Militar, pelo que, naturalmente, não tem tido a necessidade de se debruçar sobre algumas dificuldades inerentes ao âmbito museal. No entanto, já têm sido equacionadas políticas de inclusão para este espaço, com vista a melhorar a acessibilidade de quem o visita²³⁴. De entre as preocupações a ter em consideração, encontram-se os casos das pessoas diminuídas

²³³ Os objectivos intermédios são as partes que compõem o projecto e que são, elas mesmo, pequenos projectos. Em gestão de projectos, essas partes normalmente começam um pouco antes da última ter terminado, ou seja, com alguma sobreposição, a fim de precaver eventuais atrasos.

²³⁴ Curiosamente, esta foi igualmente uma das preocupações manifestadas pelos visitantes no questionário de satisfação.

fisicamente, como os cegos, com ou sem cão de companhia; pessoas com fraca audição e as que têm mobilidade reduzida. Se acaso este espaço vier a ser musealizado, a questão das acessibilidades seria ainda mais fortemente agilizada.

A maior parte do monumento que tem potencialidades de ser visitável encontra-se no piso térreo, necessitando, por conseguinte e no imediato, que se dê uma atenção especial às pessoas com problemas de visão, desde a entrada do convento, onde há um grupo de quatro degraus até à entrada da igreja e mais outro grupo de três degraus e ainda um outro a meio caminho destes dois lugares.

Ainda para estas pessoas, há a questão de lhes facultar a percepção dos azulejos que, não possuindo qualquer relevo, não são susceptíveis de serem “lidos” pelo tacto. Todavia, poderão ser produzidas réplicas em material cerâmico ou metálico em alto-relevo, colocadas num suporte junto às paredes, o que, conjugado com a descrição oral do guia, pode permitir uma fruição melhorada dos painéis.

Em relação às pessoas com dificuldades motoras, há a necessidade de se elaborar um estudo técnico-arquitectónico das acessibilidades, sem beliscar a cantaria do edifício, uma vez que se pretende manter o monumento, tal como está, com as marcas e o aspecto da sua antiguidade.

Por enquanto, para esta Proposta de musealização do Convento de Chelas, há apenas que se ter em consideração, como limites institucionais, as pré-existências arquitectónicas conservadas, procurando integrá-las no espaço e no tempo, a fim de serem recriados os ambientes religiosos, militares e civis, de várias épocas sem, contudo, prejudicar ou interferir na fruição que actualmente vem sendo feita.

Também já foram iniciadas reuniões com a DGPC, por um grupo formado pela mestrandia em arquitectura Camila Oliveira e o seu Orientador, o Professor Doutor Miguel F. Faria, assim como pelo autor desta tese e do seu antigo Director²³⁵, Tenente Coronel Fernando Felício, no sentido deste espaço vir a ser classificado, havendo a possibilidade ou de ser considerado espaço de utilidade pública em toda a sua área interior ao cerco, ou o monumento e o que resta da fábrica serem classificados num conjunto como património nacional.

Devido às diversas utilizações que o edifício tem como arquivo militar, para além dos objectivos de natureza didáctica, pretende-se definir metas a atingir, como: i) a melhor divulgação do espaço, ii) a recolha e a organização da informação sobre os seus percursos

²³⁵ Este Oficial terminou funções em Dezembro de 2018, mas continua interessado na concretização desta ideia.

religioso e arquitectónica e, iii) sobre as diversas instituições que por este monumento foram passando desde o século VII a.C. até à actualidade. Tudo com vista a que as suas memórias possam materializar-se no próprio monumento, constituindo-se num lugar de memória, onde os objectos que guarda e que fazem parte dele, como os azulejos, o tanque, o gerador entre outros, são expressão material do passado que se deseja preservar para recordar. Isto significa que eles são o testemunho do passado, porque estão ali, no lugar onde sempre estiveram, fazendo parte da história. São 'objectos culturais' que são promotores de um discurso sobre esse mesmo passado e que importa manter.

Com esta Proposta visa-se, portanto, a criação de condições que possibilitem atender às demandas da sociedade em geral, de recordar e evocar os tempos idos e responder às necessidades lúdica e cultural, que cada vez mais os visitantes têm manifestado interesse de conhecer, neste local.

Esta preocupação pública com a memória vai para além das visitas ao monumento, pois constata-se também um *crescendum* na procura de documentação do ArqGEx, por parte de investigadores para a elaboração de livros e construção de monumentos evocativos da memória daqueles que deram as suas vidas pela Pátria.

A visão do convento, enquanto espaço museal, reflecte-se através das actividades que se podem organizar, com o intuito de dar a conhecer a sua história e de alertar a estrutura do Exército e da sociedade para a necessidade e importância da protecção do monumento.

No fundo, o que constitui também interesse desta proposta de musealização é vir potenciar a dimensão social de valores democráticos e de cidadania, pois são valores que promovem a igualdade de género e a consciência do meio ambiente, da convivência e da tolerância. São valores que incentivam e asseguram o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural; interagindo com a sociedade e procurando que esta participe nos eventos criados no monumento, nas suas diferentes formas e expressões, o que garante a salvaguarda e a valorização do património cultural, o qual é o elemento vivificador da identidade cultural tanto da zona de Chelas como do país. Deste modo, será criado um programa, composto por um plano de visita às instalações do espaço do Convento de Chelas, tendo sempre em consideração que este monumento ainda só é um espaço militar, mas que, mesmo assim, tem sempre por base o respeito pelas diversas motivações dos visitantes que por ali passaram ao longo dos últimos vinte anos, e as suas percepções expressas oralmente e por escrito.

3 - Fundamentação

Pelo facto de ser um monumento, com duas vertentes, a religiosa e a militar, todo o espaço onde se situa o convento de Chelas, pode ser pensado, relativamente ao seu património imaterial, como a história, as memórias e a identidade e relativamente ao seu património material, que é o próprio monumento.

1 - Em relação à vertente religiosa, enquanto lugar de crença ou de fé, o seu espaço de culto, de grande significado, guarda memórias de um passado onde, a cada passo, se reflecte a identidade do cristianismo português.

2 - No espaço envolvente ao convento, existe a possibilidade de se criar um núcleo relativo à Industrialização, baseado na Fábrica da Pólvora sem Fumo, pois ainda existem pavilhões, daquele complexo industrial e um gerador de energia eléctrica que era a sua principal fonte de energia, assim como a chaminé que, em conjunto, são considerados como os elementos estruturantes e simbólicos do processo de industrialização.

3 - Dentro do convento está a funcionar o ArqGEx, que é um arquivo intermédio militar, onde se guarda um vasto património material, os seus fundos arquivísticos que são um manancial de informação relativa a pessoas que foram militares ao serviço da Pátria, que fizeram história.

4 - Um público heterogéneo, com as suas próprias motivações, tem vindo cada vez mais a demonstrar interesse em fazer visitas. Conhecendo-se este público do tipo flutuante, em face de motivações variadas, tem sido uma fonte de informação que ajuda a decidir que tipo de visita ou de actividade pode ser criada para se lhe oferecer²³⁶. Do que já se conhece sobre quem tem vindo visitar o convento e o ArqGEx, constata-se que tem interesses variados, pelo que foram criados e postos em execução diferentes tipos de percursos baseados nas características dominantes de cada grupo, que mais adiante serão apresentados.

Assim, estes dois patrimónios, o material e o imaterial, para além de partilharem o mesmo espaço físico, e porque comungam e enriquecem o espaço cultural e identitário de nacional, conjugam-se harmoniosamente em duas valências distintas mas colaças, nos dois domínios. O domínio do arquivo militar, actual servidor do público em geral e o testemunho de uma presença industrial passada, em simultâneo com o domínio do culto religioso, nas suas duas denominações, que se completam pela e para a sua própria valorização já que, sendo estes domínios ramificações do tronco comum dos princípios e dos valores nacionais, devem

²³⁶ Foi com a intensão de obter esse conhecimento que foi aplicado aos visitantes o questionário de satisfação.

ser preservados e dados a conhecer aos diferentes públicos que se encontram na sociedade civil e militar, constituindo-se como motivo de orgulho.

4 – Construção do modelo de análise da potencialidade do monumento

As empresas no seu dia-a-dia têm a necessidade de estarem informadas da sua situação estratégica relativamente ao ambiente externo assim como sobre o seu ambiente interno. Uma das ferramentas fundamentais que os gestores utilizam como recurso de diagnóstico sobre a situação das empresas, é a análise *SWOT*. Esta sigla é composta pelas iniciais das palavras inglesas *Strengths* (Potencialidades, Pontos Fortes), *Weakness* (Fraquezas, Pontos Fracos), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Trata-se de uma ferramenta para análise das forças intervenientes, que permite aos gestores ter uma percepção dos dois ambientes referidos, ajudando-os na elaboração de propostas, e até de projectos, assim como na execução de tarefas. É um modelo que visa, portanto, o diagnóstico das forças e fraquezas da instituição como análise interna, e das oportunidades e ameaças como análise externa, com vista à formulação de uma estratégia que garanta o sucesso da empresa/instituição.

Muitos gestores normalmente usam este tipo de análise, *SWOT*, porque ajuda-os a encontrar informações relevantes, evitando correr riscos desnecessários e para fundamentar as suas, ou de quem de direito, tomadas de decisões de forma mais segura.

Uma outra ferramenta de análise empresarial que normalmente acompanha a *SWOT* é a *Cenarização* que, como o nome indica, se baseia na criação de cenários que pretendem antecipar acontecimentos que poderão afectar a instituição/empresa. Trata-se de um instrumento de enorme valor acrescentado para as organizações e para os seus profissionais. Esta ferramenta é também bastante utilizada no meio militar.

São, portanto, duas ferramentas que, em conjunto, dão uma visão da empresa, o que permite que se desenvolvam actividades para potenciar o seu valor. Simplificando, pelo mapeamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, verifica-se se há equilíbrio estratégico e, pela criação de cenários para um horizonte de médio/longo prazo, permite desenvolverem-se, com antecipação, estratégias para vencer as dificuldades futuras previstas.

Poder-se-á perguntar se estas ferramentas são exclusivas dos gestores e para empresas. Claro que não, na verdade cada pessoa, ao longo da sua vida, para tomar decisões, faz este tipo de raciocínio, apesar de muitas das vezes ser intuitivamente. Também podem ser

utilizadas em instituições que não visam o lucro, como é o caso do que se pretende para este convento. De facto, apesar deste lugar não se poder considerar como uma empresa, pois o arquivo militar instalado neste monumento não visa o lucro nem tão-pouco tem qualquer tipo de competição com outras instituições congéneres, e o mesmo se pode dizer do monumento como um espaço museal, porque ainda não o é, estas ferramentas podem ser usadas para estudar a sua situação em ambos os ambientes, interno e externo e para enfrentar as ocorrências futuras já prospectivadas.

4.1 - Análise SWOT

Sendo a análise *SWOT* uma ferramenta de gestão para o diagnóstico estratégico institucional/empresarial que tem em vista escalpelizar as relações existentes entre os pontos fortes e os pontos fracos, com as tendências mais importantes que se verificam no seu interior e no seu exterior, e conhecer quais são os riscos a ter em conta, assim como os problemas a resolver e, ainda, as vantagens e as oportunidades a potenciar e depois a explorar, é preciso que se subdivida a instituição a estudar em duas análises parciais e complementares entre si: a externa e a interna.

Com a 'análise externa', que corresponde ao meio envolvente, cujas circunstâncias estão fora do controlo directo da instituição, e das quais ou se deve tirar partido, com investimentos, ou criar protecções, construindo barreiras defensivas, procura-se manter o maior controlo possível sobre esse meio envolvente. Seriam exemplos de factores externos a existência de outras empresas competitivas; a sua localização, que tem implicações nos acessos para fornecedores, visitantes e funcionários; o poder negocial com os fornecedores, entre outros²³⁷.

Esta análise parcial é composta por '*Opportunities*', que patenteiam os aspectos positivos da envolvente e por '*Threats*', que são os aspectos negativos da envolvente.

Imagine-se que se quer implantar numa região do país uma fábrica de um novo tipo de queijo. O gestor deverá fazer um estudo da região para saber se tem condições para se implementar, nomeadamente se é o primeiro a escolher aquele lugar para aquele tipo de queijo, se tem por perto fornecedores dos leites que ele precisa e se tem boas vias de escoamento do seu produto. Estando na posse destes elementos e se se verificar que ali

²³⁷ Uma outra análise complementar desta, mas que não cabe aqui apresentar é a das 'Cinco forças' de Porter.

consegue contemplar estes requisitos, então a escolha do local é promissora. No entanto, imagine-se igualmente, que já existe uma outra fábrica do mesmo tipo de queijo naquela região. Essa fábrica é uma potencial competidora, sendo, por isso, uma ameaça ao sucesso da empresa que se pretende afirmar ali. Como “ameaça” pode-se considerar quando, por exemplo, os fornecedores da outra empresa trabalham em exclusividade para ela, sendo mais difícil fazer-se a aquisição daqueles bens. Portanto, é no balanço destes dois factores que o gestor deverá fazer as suas decisões que poderão resultar em sucesso ou falência.

A 'análise interna', que corresponde ao ambiente interno da instituição, que contém tudo que “está dentro”, todos os factores sobre os quais é possível intervir, pois já que se encontram sob domínio da instituição, como são o pessoal, o treino do pessoal, as crenças, que são consideradas adquiridas em relação à instituição e à natureza humana; os valores, materializados em princípios, normas e modelos importantes e os artefactos, como resultantes perceptíveis da acção da instituição que são apoiados pelos valores; o capital, nas suas diversas formas, os bens materiais e a cultura organizacional. Este ambiente interno contém os principais aspectos que diferenciam uma instituição de outra congénere.

Continuando como o exemplo da fábrica de queijos; imagine-se, agora, que esta tem um segredo no fabrico do seu produto que faz com que os seus queijos sejam mais preferidos que os de outras empresas e que, para além disso, tem um pessoal altamente especializado no seu fabrico. Estes dois elementos internos são potencialidades, pontos fortes da empresa. Todavia, se a empresa tiver maquinaria que não consegue reproduzir exactamente o queijo que se pretende ou ter alguém que possa conhecer o segredo e, eventualmente, fazer negócio de informações para a outra empresa, são elementos que se constituem em pontos fracos, fragilidades que importam ser colmatados pois deles também depende o sucesso ou insucesso da empresa. É, portanto, neste ambiente interno que se encontram as suas forças '*Strenghts*' e as suas fraquezas '*Weaknesses*'. Esta análise interna compõe-se, portanto das suas potencialidades, que consistem no que a instituição tem para oferecer e em que é boa nelas, e das fraquezas, que são as desvantagens ou os pontos fracos dela.

Mediante o estudo destes quatro pontos, os gestores são capazes de avaliar se a empresa/instituição tem condições para se impor no meio ambiente onde está inserida. Caso positivo, elabora propostas e propostas de projecto para serem utilizadas em prol da empresa/instituição.

4.2 - A análise SWOT para a proposta de musealização do monumento

Ao tratar-se de um monumento que se pretende tornar de visita pública, ou seja, musealizado, não se vislumbra qualquer tipo de competição. Um exemplo de não haver competição, é o caso do Museu Nacional dos Coches que é tão museu nacional como o Museu Nacional do Azulejo e, entre ambos, há diferenças patrimoniais significativas, começando pelos seus fundos. No entanto, não há qualquer forma de competição entre eles, antes pelo contrário, existe inclusive a possibilidade de serem feitos empréstimos mútuos de objectos de ambos, tal como se verifica entre todos os que pertencem à rede nacional de museus, para exposições temporárias. Nessa medida, hipotética e eventualmente, este convento poderá um dia vir a ter exposições de, por exemplo, azulejos do Museu Nacional do Azulejo, ou outro tipo de colecção de um qualquer outro Museu.

Para melhor entendimento desta análise, foi criada a grelha apresentada na figura 67 que contém a 'análise interna' e a 'análise externa'.

A grelha é constituída por quatro blocos e pode ser lida na vertical, com os blocos dos pontos positivos à esquerda (potencialidades e oportunidades) e negativos à direita (pontos fracos e ameaças); ou na horizontal em que o bloco superior, com os seus pontos fracos e fortes, permite fazer a análise interna, e o inferior, com as suas oportunidades e ameaças, permite a análise externa, fornecendo elementos de informação preciosa sobre o convento, como monumento a ser musealizado.

Essa informação, após ter sido trabalhada, permite a quem decide ou a quem propõe, elaborar um raciocínio consistente sobre as modalidades de acção e, conseqüentemente, é um precioso auxiliar para se decidir sobre a viabilidade do que se pretende implementar.

SWOT		Positivos	Negativos
A M B I E N T E	Interno Organização	<p style="text-align: center;">(Pontos fortes)</p> <p>Monumento antiquíssimo e rico em história;</p> <p>Referência nacional da indústria de pólvoras;</p> <p>A presença do ArqGEx, pela contribuição na preservação e manutenção do monumento;</p> <p>Existência de várias escolas na zona, que permitem a elaboração de protocolos educativos;</p> <p>Próximo do Museu Nacional do Azulejo, pelo apoio em conhecimentos de azulejaria;</p> <p>Próximo de várias igrejas católicas na zona, na difusão da procissão;</p> <p>Próximo da Junta de Freguesia, que pode apoiar a difusão de informação da existência de um monumento visitável e no apoio à procissão.</p>	<p style="text-align: center;">(Pontos fracos)</p> <p>O tempo (cronológico) e a humidade que degradam os azulejos;</p> <p>Os telhados de alguns edifícios necessitam ser intervencionados;</p> <p>Pouco conhecimento sobre a história e arquitectura por parte dos funcionários do Arquivo Geral do Exército;</p> <p>Dada à falta de pessoal, a zona ajardinada do claustro necessita de maior apoio.</p>
	Externo	<p style="text-align: center;">(Oportunidades)</p> <p>O monumento, como espaço museal, cria postos de trabalho;</p> <p>Exige que se aumente a manutenção do monumento;</p> <p>A reordenação da área aumenta a procura do espaço de lazer e de cultura;</p> <p>Pela musealização do espaço, garante-se a manutenção da história, das memórias e da identidade;</p> <p>Serve para que a população em geral ganhe acesso a mais um espaço cultural que testemunha a sua identidade.</p>	<p style="text-align: center;">(Ameaças)</p> <p>Poucos transportes públicos e o encerramento do apeadeiro de comboios, que diminui a quantidade de visitantes;</p> <p>População envelhecida que não procura este espaço para a sua fruição;</p> <p>Desconhecimento da sua existência, no âmbito dos sítios e monumentos por parte da população;</p> <p>Falta de reconhecimento do valor do monumento;</p> <p>A segurança da área poderá ser melhorada a fim de permitir mais vindas de pessoas para visitar o monumento;</p> <p>Necessita de estudos em arqueologia e antropologia aos terrenos envolventes;</p> <p>Falta de uma manutenção mais profunda, principalmente aos azulejos.</p> <p>Pouco comércio, que não atrai consumidores.</p>

Fig. 67 - Análise SWOT (Construção do autor)

i) Pontos Fortes:

De acordo com a opinião de muitos visitantes, expressa nos questionários de satisfação, este antigo monumento é considerado antigo e rico em história, desde a sua origem como casa religiosa até ao presente, com as duas utilizações que proporciona.

O gerador da antiga Fábrica da Pólvora é uma referência nacional, atendendo a ser o único exemplar montado.

O Arquivo Geral do Exército, com a sua presença no convento e pela sua actividade constante como órgão militar, tem garantido, não só a conservação do monumento, mas também a preservação do património imaterial que está encerrado nos seus documentos, que é a informação neles contida sobre vidas e instituições que estiveram e pertenceram ao Exército; e do património material dos seus documentos como do próprio monumento onde está instalado, com acções de manutenção e de preservação, seja directa ou indirecta²³⁸. De facto, nesse sentido de prevenção e de manutenção no ArqGEx, por força dos normativos que gerem os arquivos nacionais, existe um Plano de Emergência Interno. Esse Plano contém instruções para reagir a situações de emergência como para o combate a incêndios²³⁹; um Plano de Evacuação para diversas situações como sismos e inundações, tendo colocadas cópias em diversos pontos do edifício para que todas as pessoas, quer sejam da instituição quer não, tenham orientações para saírem do local onde se encontram e para serem evacuadas para pontos de reunião seguros²⁴⁰. Logo, a existência de um Plano de Emergência Interno é, por si só, uma potencialidade a ter em consideração.

No sentido da divulgação, a Chefia do ArqGEx, como arquivo público militar, pretendeu torná-lo ainda mais aberto, com acesso a um maior número de cidadãos de diferentes idades, formação académica, profissão e condição social, para cumprimento de um desígnio nacional de cidadania e de democracia, pelo que equacionou a criação de alguns projectos com vista à sua própria divulgação, para garantir o direito dos cidadãos ao acesso à informação, pela conservação e comunicação do seu património (arquivístico).

²³⁸ Preservação directa é feita, como o nome indica, directamente sobre o objecto. Por exemplo, nos documentos à guarda do Arquivo, são realizadas acções de higienização documental através de remoção de agrafos e clips, limpeza do pó, entre outros; e indirecto, quando se faz o controlo da humidade e da temperatura e as desinfestações regulares e extraordinárias, e no monumento, directa, com a limpeza das instalações, pinturas, e indirectas com o apoio de outras unidades militares no concerto de coberturas dos edifícios entre outros.

²³⁹ O ArqGEx dispõe de um sistema de detecção com alarmes ligado aos Bombeiros.

²⁴⁰ O pessoal que actualmente presta serviço naquele órgão militar conhece esse plano e ensaia-o periodicamente, pelo que as medidas de segurança que contém são suficientemente abrangentes para contemplar o espaço então musealizado que coincide com o do arquivo.

Estes projectos, com nomes atribuídos, podem ser encontrados numa dissertação de mestrado sobre arquivos da Universidade Nova de Lisboa, denominada *Arquivo Geral do Exército - Contributo para a Preservação do Património*, foram criados para a área de arquivos e têm a possibilidade de trazer jovens até à instituição “arquivo” e, consequentemente, ao convento. É, por isso, uma potencialidade a ser mais explorada para este objectivo de musealização, bem como para outros objectivos de valorização do espaço do monumento.

É facto que alguns desses projectos ainda não estão em execução, mas dos que estão, todavia, pode-se destacar o Dia da Defesa Nacional (*DDN*), que pretende despertar o interesse dos jovens de 18 anos de idade que, nos termos da Lei do Serviço Militar, terão de comparecer, no *DDN* na Unidade que lhes for indicada. Ora, se o ArqGEx entrar no roteiro das Unidades militares designadas para este propósito, os jovens a ele destinados terão a oportunidade de conhecer um arquivo com grandes potencialidades, detentores de muita informação cultural, simbólica e até histórica e um monumento igualmente rico em história e em aspectos simbólicos.

Um outro projecto, é o de '*As crianças vão à fonte*', feito com o estabelecimento de protocolos com escolas EB123 e secundárias, inicialmente da área geográfica do arquivo e, depois, da zona de Lisboa, com o agendamento de visitas ao ArqGEx para apresentar também as suas potencialidades e importância, onde é apresentado o que se faz e o que se tem ou, em alternativa, para os casos de escolas que não possuem meios de transporte ou económicos para fazer deslocar os seus alunos até ao convento de Chelas, podem ser feitas conferências por elementos deste arquivo nas escolas. Isto é importante pois, atendendo aos resultados obtidos no questionário de satisfação, em relação aos visitantes, cujas idades estão compreendidas entre os 58 e os 74 anos, pode-se inferir que as camadas mais jovens se encontram alheadas das capacidades deste monumento e, com estes projectos, no futuro, pode haver grupos de jovens a visitar o convento.

A existência de várias escolas na zona é uma potencialidade. São exemplos as Escolas Básicas nº 195 Aquilino Ribeiro e a Escola de Ensino Básico 2-3 de Marvila, a Escola Secundária D. Diniz, a ESAI - Escola Superior de Actividades Imobiliárias, o ISEL - Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, ainda a Universidade Autónoma de Lisboa que está a ministrar mestrados em arquitectura e também a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias que, apesar de não ser da zona, fica relativamente próxima e já conta com várias visitas realizadas.

Dentro desta óptica, podem ser pensados outros projectos que atraíam mais visitantes, como algo do género *Roteiro Literário* ou *Roteiro Iluminista* (séc. XVIII e XIX), uma vez que a poetisa Marquesa d'Alorna, fazendo parte dessa corrente literária, aqui desenvolveu alguns dos seus trabalhos. Também não será despiciendo considerar um *Roteiro da Cultura Medieval*, já que o convento mergulha as suas raízes na história muito antiga, como já ficou dito na segunda parte deste trabalho; e tantos outros projectos poderão igualmente ser pensados e realizados desde já, como, por exemplo, tertúlias de cariz histórico, religioso, militar e industrial, a serem levadas a efeito nas instalações do convento.

Outro ponto forte é o património azulejar que cobre as paredes dos claustros, inferior e superior, no espaço da escadaria, no piso superior, em algumas salas e na escada do edifício da Chefia, assim como na galilé e no exterior da igreja. Estes azulejos, de acordo também com os questionários de satisfação, são ricos em simbologia e tem sido muito apreciada pelos visitantes.

Rocha diz que "[...] os objectos sagrados ou litúrgicos, logo que sejam danificados, desafectados, ou retirados do culto, são implicitamente execrados e podem assumir outras funções, nomeadamente as de teor museológico" (Roque, 2011:70). Na realidade a igreja contém imagens do culto católico romano que estão guardadas por não serem usados no culto católico ortodoxo. Por isso, poderão vir a ser usadas em exposições que eventualmente venham a acontecer neste local.

A existência de igrejas católicas romanas nas proximidades, como a de São Maximiliano Kolbe, a de Santo Agostinho, a de Nossa Senhora da Conceição, constitui mais um ponto forte porque, havendo o conhecimento por parte dos responsáveis dessas igrejas da realização anual da procissão da Nossa Senhora da Atalaia, segundo os moldes tradicionais de travessia do rio Tejo em embarcações igualmente tradicionais, poderão difundir aos seus fiéis essa informação sobre a procissão e até sobre o monumento que é visitável, os quais poderão vir a participar nestes eventos, sendo, portanto motores de difusão e de preservação de tradições.

Outrossim, o Museu Nacional do Azulejo, que está situado a menos de um quilómetro, com o qual já houve partilha de visitantes, tem mostrado disponibilidade para receber visitas do pessoal que presta serviço no ArqGEx, assim como para dar instruções relativas à manutenção e restauro dos azulejos, sendo, por conseguinte, uma Instituição com a qual poderão vir a ser estabelecidos protocolos de cooperação o que constitui também um ponto forte.

Junto ao convento, encontram-se ainda instalações que eram da antiga Fábrica da Pólvora sem Fumo, onde existe um gerador de electricidade e uma enorme chaminé, que são uma referência nacional da indústria de explosivos e armamento.

A Junta de Freguesia de Marvila, situada a cerca de um quilómetro, tem um papel importante pois, em eventos como a procissão anual à Senhora da Atalaia, poderá disponibilizar meios de apoio, nomeadamente com viaturas para transporte da imagem e dos peregrinos, assim como fazer a publicidade do evento. Poderá igualmente colaborar na manutenção dos espaços verdes envolventes do monumento e, bem assim, desenvolver actividades sociais que divulguem este espaço e a ele tragam fregueses que, muito possivelmente e apesar da vizinhança, ignoram a existência do convento. Refira-se que em 14 de Julho de 2018, houve uma visita a este monumento, onde estava integrado o Exm^o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marvila o qual se prontificou para dar apoio na procissão a ser, então, realizada dia 26 de Agosto, assim como solicitou uma nova visita a qual foi realizada em Setembro último, prevendo-se que outras iniciativas que sugeriu possam vir a ser ali realizadas, como por exemplo uma noite de fados e outra de tertúlia literária, uma vez que neste convento esteve uma poetiza de referência incontornável, a Marquesa de Alorna.

A título de curiosidade, num passado recente, duas equipas de cinema estiveram no convento a fazer filmagens. O filme de uma delas já foi exibido, cujo nome é *O Livro do Desassossego*, de João Botelho, que é uma adaptação do livro como mesmo nome de Fernando Pessoa; e em breve estará outra equipa, a Rosa Filmes, para fazer outras filmagens.

ii) Pontos Fracos:

O tempo e a humidade têm contribuído para a degradação de alguns painéis azulejares, fazendo com que o que é um dos pontos fortes, os azulejos, se não receberem o cuidado que requerem e merecem sejam uma perda no património, transformando-se em ponto fraco.

No passado ano 2018, alguns painéis começaram a dar indícios de deterioração, nomeadamente os do piso superior do claustro que se estão a destacar da argamassa que é do tipo tradicional, de cimento, cal hidratada e areia, apresentando bolsas de ar. Esses azulejos, enquanto não tiverem uma intervenção técnica²⁴¹, estão firmados com fita adesiva larga para

²⁴¹Já se fez um contacto com a DGPC (Direcção Geral do Património Cultural) no sentido de serem dadas indicações de como se poderia resolver esta situação e evitar que outros azulejos, colocados noutros lugares,

evitar a sua possível queda. Entretanto e a lamentar-se, no passado mês de Agosto de 2018, um painel de azulejos, que já aparentavam alguma patologia, caiu e, conseqüentemente, alguns azulejos quebraram-se.

iii) Oportunidades:

A presença da igreja ortodoxa no monumento e o seu regular funcionamento atraem cada vez mais fiéis para o exercício da fé, permitindo, pela sua utilização, que se cuide da manutenção dela com alguns trabalhos de conservação como pequenas obras de restauro de algumas áreas degradadas.

Se, com apoios técnicos e financeiros, se alargarem estes trabalhos a outras áreas do monumento, será possível ocupar, num futuro que se deseja próximo, mão-de-obra local como pedreiros, carpinteiros, pintores, para além da criação de novos postos de trabalho no espaço museal para o desempenho das actividades a realizar no cumprimento da sua função, de forma a tornar este espaço mais apelativo às iniciativas culturais e de lazer.

O facto de se tornar o monumento mais apelativo, quer pela sua apresentação vista pelo exterior, como foram as obras de pintura das paredes exteriores e pela desmatação dos terrenos envolventes assim como pela difusão da sua existência e importância, poderá contribuir para a atracção do comércio que dá apoio aos visitantes e aumentar a percepção das pessoas para a segurança da área.

Uma outra oportunidade para dar a conhecer o monumento é o facto de se realizar a partir daqui a procissão católica romana, em que se apresenta não só o convento como a igreja, aos peregrinos e a toda a comunidade aderente, pois materializa a reinterpretação de tradições para que as memórias não se percam.

A musealização permite, portanto, que a população ganhe acesso a mais um espaço de memória destinado à cultura que testemunha a sua identidade.

possam vir a ter problemas deste género. Foi recebido neste Arquivo um orçamento para a manutenção e recolocação dos azulejos, o qual foi enviado para análise e decisão do escalão superior.

iv) Ameaças:

O facto de não haver ainda o merecido reconhecimento deste convento em ser um património que tem muito para revelar, em termos de memórias e de história, e que precisa de alguma intervenção de manutenção, principalmente nos seus azulejos, não alimenta o interesse da população para o ir visitar contribuindo, conseqüentemente, para que pareça não haver urgência que se façam os trabalhos de manutenção.

Um outro aspecto importante reside na necessidade de realizar uma exploração arqueológica, pois acredita-se que nos terrenos envolventes ao convento, principalmente os de Norte e Ocidente, haja material que deva ser resgatado do esquecimento, documentos esses que, possivelmente, permitirão conhecer melhor este local. Até porque foi naqueles terrenos que se encontrou a urna de mármore, contendo as relíquias do Santos Mártires e que, actualmente, se encontra colocada na igreja. Essa urna não tem tampa que, quiçá, poderá estar algures no mesmo terreno. Eventualmente, pode haver ainda mais objectos dignos de virem à luz como testemunho de um passado longínquo, pelo que um estudo aprofundado em antropologia e arqueologia pode ser uma boa aposta para este lugar.

No Museu do Carmo estão guardados muitos dos vestígios do templo das Vestais que existiu neste lugar, entre outros elementos decorativos do convento que, mesmo que não se opere o seu regresso ao local de onde saíram, pelo menos que se faça constar, neste lugar, o que aqui esteve e para onde foi.

Outro ponto fraco, está relacionado com a rede de transportes, pois há cerca de cinco anos, por motivos desconhecidos, a CP - Comboios de Portugal encerrou o apeadeiro de Chelas situado junto do convento, que outrora era muito usado para os transportes de material da fábrica da pólvora, e mais recentemente para o transporte de passageiros que vivem ou prestam serviço nas zonas de Chelas e Olaias²⁴².

Por esse facto, foi cortada a acessibilidade pela calçada da Picheleira, criando uma separação das populações de cada lado da linha de comboio, o que, por sua vez, limitou o acesso ao convento.

Actualmente a serventia, via caminhos-de-ferro, é feita pelo apeadeiro de Marvila que se encontra a quase um quilómetro. Mesmo esse já não faz serviço de apeadeiro para as composições oriundas da linha de Sintra, havendo a necessidade de se fazerem transbordos para quem deseja ir até ao convento, pelo que, aquilo que num passado recente necessitava

²⁴² Foi feita uma petição, por cerca de quinhentas pessoas que diariamente usavam o comboio, para que este apeadeiro continuasse a ser utilizado, mas não houve resposta alguma e o apeadeiro foi mesmo encerrado.

apenas de dois ou três minutos para ir do apeadeiro de Chelas até ao convento, agora demora mais de vinte, para chegar a convento, vindo de Marvila.

A zona onde está o convento é servida por um único percurso de autocarros da Carris, a carreira nº 794, que passam com grandes intervalos de tempo.

Há uma estação do metropolitano, a da Bela Vista, mas está situada a cerca de quinhentos metros do convento. Todos estes constrangimentos diminuem a procura do convento por parte de potenciais visitantes, principalmente daqueles que têm dificuldades na locomoção e não possuem transporte próprio.

Outro constrangimento surgiu quando a Câmara Municipal de Lisboa, há alguns anos, fez o realojamento das pessoas que viviam nas redondezas do convento, para lugares distantes, deixando esta zona despovoada e muito permissiva a actividades marginais. Verifica-se, no entanto, que a Polícia de Segurança Pública faz rondas, o que melhora o ambiente, mas não erradica o problema. Ora, a conjugação deste com os factores anteriores teve como implicação a diminuição do comércio; e esta diminuição, por sua vez, drasticamente a quantidade de pessoas que desejam vir visitar o convento ou mesmo passear-se pela zona.

Um outro ponto fraco, constatado nos questionários de satisfação, é o desconhecimento das potencialidades do monumento por parte dos visitantes, mesmo daqueles que sempre viveram na zona de Marvila e sabem apenas que há aqui um convento onde funciona um arquivo militar e nada mais.

v) Conclusão da análise *SWOT*:

Pela adopção desta ferramenta de análise e com a distinção, ponto a ponto das potencialidades e fraquezas, assim como das ameaças e oportunidades, pondo em evidência os aspectos mais relevantes, é possível conhecerem-se as seguintes peças que estão em jogo no sentido de se argumentar sobre a criação de um espaço museal onde está instalado o Convento de Chelas.

A musealização, permitirá:

- que se reflecta sobre a zona de Chelas a fim de ser integrada nos roteiros turísticos, o que garantiria a implantação à sua volta de estabelecimentos comerciais;

- que se equacione o aumento da frequência dos transportes públicos a fim de servirem os novos utilizadores;
- que surja a possibilidade de criação de novos postos de trabalho, como garantia de uma melhor qualidade de lazer e de vida de quem ali mora;
- que a população em geral ganhe acesso a mais um espaço cultural que testemunha a sua identidade;
- e que esta acção se reflita na conservação e divulgação dos fundos museológicos, materiais e imateriais para as gerações actual e vindouras.

Conclui-se desta análise *SWOT* que, se não houver uma aposta firme nos pontos fortes apresentados, e se se permitir que os aspectos de fragilidade aumentem, será inevitável uma perda progressiva da memória do lugar e dos valores, assim como do carácter histórico do monumento e das estruturas fabris que ali estiveram instaladas. Aliás, já pouco resta delas, como é o caso excepcional do gerador Krupp-Bosch, anteriormente citado, das próprias instalações onde ele está colocado e das outras anexas, onde estão ainda umas placas de cimento²⁴³, que se encontram no outro lado da rua, no prédio militar (PM 20), que eram de edifícios da antiga Fábrica da Pólvora e ainda testemunham a sua existência passada.

O monumento, com todas estas valências e com uma participação plural, apresenta a possibilidade da musealização do seu espaço não só como sendo possível, mas também como muito desejável e exequível.

Todas as potencialidades de manutenção e de preservação das memórias que o convento hoje tem, nas suas valências religiosa e militar, serão aumentadas de sobremaneira com a sua musealização, uma vez que se torna num espaço específico de manutenção de memória o que antes era apenas um espaço de passagem para as pessoas que trabalham no ArqGEx. E, enquanto lugar de memória, tal como qualquer outro espaço museal, sobretudo no âmbito da sócio-museologia, será um espaço que poderá servir a população, enquanto fonte de conhecimento e de cultura, e ir ao encontro das motivações do seu público alvo, o que inclui não só a população portuguesa como a estrangeira, radicada em Portugal ou mesmo a que está apenas de passagem, assim como de instituições e indivíduos que se deslocam ao ArqGEx e que tomam conhecimento da monumentalidade do convento e que manifestam o desejo de o conhecer mais detalhadamente.

²⁴³ Em arquitectura, chama-se a esses vestígios os negativos do edifício.

Para que nada disso seja perdido, torna-se imperioso que o espaço seja reconhecido como um importante lugar de memória a preservar.

4.3 - Cenarização

A cenarização, outra ferramenta importantíssima de gestão empresarial e militar que, segundo Porter, é "uma visão internamente consistente daquilo que o futuro poderia vir a ser, sendo de primordial importância o seu uso como um instrumento para o planejamento estratégico, facilitando o conhecimento das implicações das incertezas sobre o desempenho futuro de cada organização" (Porter, 1998: p. 412). O Homem ao longo dos tempos procura respostas para suas questões para minimizar as incertezas que o rodeiam a fim de garantir sua sobrevivência, sendo as maiores questões que levanta, aquelas que possuem também maior grau de incerteza, as que estão ligadas ao futuro e as de, igualmente, maior preocupação. A incerteza é realmente uma característica própria do futuro. É com base nessa incerteza que a cenarização, como ferramenta de análise empresarial, procura criar uma panorâmica da instituição, em termos de presente e de futuro, sendo por isso, tal como a anterior, imprescindível no apoio à decisão.

Esta análise é feita habitualmente como complemento da anterior. Baseia-se, como a palavra indica, na criação de cenários para o futuro, no sentido das propostas e dos projectos que venham a ter consistência, pois ela visa não só a descrição de "possíveis futuros", tendo em conta uma série de factores que podem influenciar a vida da empresa/instituição, como o clima, as mudanças de legislação, os desastres naturais, as políticas ambientais, as guerras, as eleições, etc. mas também compreender a evolução dos acontecimentos que levam a tais futuros. Os cenários são, portanto, criações intelectuais, que têm por base a incerteza e que apoiam quem decide na escolha da melhor modalidade de acção, face aos vários futuros possíveis.

Maquiavel escreveu que "é defeito comum dos homens não ter em conta a tempestade quando o mar está calmo", o que significa que é preferível estar preparado para algo que possa nunca vir a acontecer, do que ser apanhado desprevenido em algo que acontece. Frederico, o Grande, disse em relação a um combate, que "é perdoável ser derrotado, mas nunca surpreendido" e Alan Kay, um notável cientista de computadores, reforça a prática da cenarização, dizendo que "The best way to predict the future is to invent it". "Ver antes" permite evitar obstáculos e preparar o terreno para o sucesso das decisões estratégicas, através de modificação, aproveitamento ou indução de oportunidades.

Na cenarização, dependendo do plano teórico, são considerados alguns tipos de cenários: os possíveis, os realizáveis e os desejáveis. Mas há outras formas de cenarização para planejar o futuro como o Cenário Normativo e o Cenário Exploratório. Estes dois últimos caracterizam os futuros possíveis com o recurso à simulação de desdobramento de determinadas condições iniciais, sem manifestar preferência por qualquer desses futuros.

O resultado que se obtém com esta ferramenta chama-se "prospectiva", do latim '*prospicere*', que significa olhar para longe ou de longe, conseguir ver alguma coisa que não está logo ali à frente, algo no futuro, em oposição com a "retrospectiva" que diz respeito ao passado.

Uma vez que foi dito no subcapítulo anterior que se previa uma série de acontecimentos, convém esclarecer que este termo 'prospectiva' é completamente diferente do termo "previsão". A previsão (pré + visível) concentra-se em certezas, oculta riscos e favorece a estabilidade, enquanto a "prospectiva" se apoia nos cenários que contêm em si mesmos as incertezas de um futuro que está para vir, seja ele qual for; daí que se criem imagens sobre esse futuro segundo um raciocínio lógico e dinâmico.

Com a cenarização são criadas situações futuras hipotéticas, normalmente de médio prazo (espaço entre um a cinco anos), mas possíveis e viáveis, de forma a "visualizarem-se" os igualmente hipotéticos resultados e, por antecipação, prepararem-se formas de melhorar, defender, investir ou mesmo desistir. Ou seja, a criação de cenários, ou cenarização, permite fazer escolhas hoje, com uma compreensão sobre o que pode acontecer, com essas escolhas, no futuro.

Em suma, pode-se afirmar que a análise cenarização, assentando-se sobre as incertezas do futuro, complementa a análise *SWOT* com constatações do presente.

4.4 - A cenarização para a construção da proposta

Para a presente proposta, apenas será abordado o tipo de cenarização normativo, porque traduz futuros desejados os quais se aproximam das aspirações que se pretendem apresentar em relação a um resultado futuro que é técnica e logicamente considerado como viável.

A evolução da sociedade direcciona-se, cada vez mais, para a indústria do lazer, com a criação de espaços verdes e de eventos culturais centrados na monumentalidade herdada do

passado que, por sorte ou carolice, tem conseguido chegar aos ‘nossos’ dias com alguma apresentação arquitectónica e muita memória histórica que os povos, finalmente, estão a querer preservar.

Mercê dos anos em que o autor desta tese presta serviço na parte militar instalada no monumento, sem ter qualquer tipo de opinião de cariz político ou estabelecer alguma relação com a política, é-lhe possível vaticinar, face às experiências e particularmente às visitas que a Câmara Municipal de Lisboa tem feito, não só aos terrenos envolventes ao monumento como também ao próprio monumento, que a zona de Chelas pode vir a ter uma mancha verde que começará onde está o Parque da Bela Vista, terminando na calçada da Picheleira, pelo lado ocidental do convento. Essas visitas camarárias deixaram, inicialmente, transparecer uma vontade de se adquirir este monumento para a Câmara Municipal, o que poderá, eventualmente, acontecer a curto ou a médio prazo, em que o monumento e toda a área envolvente possa vir deixar de pertencer ao Exército, com a possibilidade do arquivo militar vir a ser deslocado para outro lugar. Repetindo, convém reforçar que se está a tratar de um cenário e não de um mero exercício especulativo.

Se assim for, e vindo de encontro aos pontos fortes da análise anterior, certamente que a zona próxima do convento será mais policiada, garantindo maior segurança a quem a visita e, eventualmente, será mais visitada, como lugar de lazer, principalmente pelas pessoas que vivem nas freguesias Olaias, Chelas e Marvila. Isso, por sua vez, será uma oportunidade de se instalarem novos pontos de comércio que, típicos de zonas verdes, num movimento espiral crescente, atrairão cada vez mais pessoas. Mas não é crível que se houver uma transferência do ArqGEx para outro local, se venha a apagar o rasto que este já gravou no convento, tal como não se apagaram as ‘pegadas’ da Fábrica da Pólvora, do Lar para as viúvas de Veteranos nem do Serviço de Transportes. Podendo todos eles continuar muito presentes e disponíveis para os visitantes, através de meios audiovisuais adicionados, em cada canto do convento, à grande história que estas paredes têm vivido e são testemunhas particularmente loquazes.

Há outras preocupações que se levantam com esta hipótese de mudança, pois recorde-se que neste monumento há ainda uma igreja em plena actividade, que tem demonstrado interesse em se manter naquele lugar, até pelas obras que tem feito a expensas suas. No caso, repetindo, baseada num futuro incerto, da igreja, igualmente ter de se deslocar para outro lugar, pode dificultar que se reconheça mais tarde como possível a coexistência num mesmo templo, de duas igrejas cristãs que estavam separadas desde o século XI e, actualmente, estão colocadas sob o foco ecuménico que os últimos Papas e Patriarcas tanto

têm acarinhado. É que neste templo estão vivas as duas crenças cristãs que, apesar das ligeiras diferenças processuais, litúrgicas, comungam dos mesmos princípios, dos mesmos conteúdos e dos mesmos valores. A igreja ortodoxa com os seus rituais regulares e a católica romana com a sua procissão anual, sendo esta, inclusive abençoada pelo padre ortodoxo, que também tem contribuído para que a procissão se realize.

Graças às visitas que tem recebido, o convento tem vindo a ser cada vez mais conhecido, nomeadamente pelas entidades públicas civis, como a Junta de Freguesia e a própria Câmara Municipal de Lisboa e outras Câmaras, que têm programas culturais, pelo que, a curto prazo, espera-se que venha a haver apoio na conservação dos azulejos por parte da Direcção-Geral do Património Cultural. Este monumento ou toda a área dele, poderá também vir a ser classificado como património nacional ou zona de interesse.

Acredita-se que a Associação de Moradores do Bairro da Amendoeira, que no passado dia 28 de Outubro de 2018, celebrou parcerias com outras instituições, onde se incluía o Agrupamento de Escolas de Marvila, possa vir a celebrar com este Arquivo uma parceria que contemple visitas com maior frequência²⁴⁴. Assim sendo, há que procurar mais meios que permitam a adesão dos visitantes, principalmente aqueles com origem naquela Associação.

Também, seguindo o exemplo daquela Associação, poder-se-á entrar em contacto com a Direcção do citado Agrupamento escolar para viabilizar a vinda de alunos e a ida de prelectores às escolas para apresentar este monumento.

i) Resultado da cenarização:

Com a utilização desta outra ferramenta, utilizada no sentido de se apurar a possibilidade da musealização do espaço, o que se vislumbra é que se aquela zona for alterada no seu aspecto de casario e de segurança, poderá ter um aumento de população que ali encontra um monumento, um templo, um estabelecimento militar mas, principalmente, um lugar em que se sente ser parte dele.

Igualmente, pelos mesmos motivos, haverá arranjo da estrada e parques de estacionamento destinados aos frequentadores desses espaços verdes, que contribuirão para outro acréscimo de visitantes. Com o apoio da Junta de Freguesia de Marvila, no sentido de se divulgar este lugar de memória, poderá também implicar um aumento de visitantes.

²⁴⁴ Apesar de não ter sido estabelecida qualquer parceria oficialmente, sempre que seja agendada uma visita, esta Associação é informada para poder participar.

Por tudo isto, que o futuro poderá trazer, é que se impõe que, atempadamente, se recuperem monumentos, se mantenham os que ainda se encontram em boas condições e que, com eles, se contribua para a manutenção das memórias, história e da identidade.

O Convento de Chelas, monumento usado pelo Arquivo Geral do Exército, tem potencialidades de ser um espaço museal visitável.

ii) Informação obtida da análise *SWOT* e da Cenarização:

Se a análise *SWOT* mostrou a situação da 'instituição'²⁴⁵ no presente, com as suas fraquezas e potencialidades, com as sua oportunidades e ameaças, a cenarização, que é um trabalho intelectual de prospectiva, permite, igualmente, que se vislumbrem cenários futuros e, com eles, que se ajude a 'instituição' a preparar-se para esses futuros.

Deste modo, apurou-se que há fortes razões para apostar numa proposta de musealização do Convento de Chelas, enquanto espaço visitável, muito embora sejam necessárias algumas providências para se manter o sucesso e, em termos de cenário, tudo indica que o panorama social e até político apontam para a possibilidade de preferencialmente se optar por um programa sócio-museológico realizável naquele espaço, igualmente com sucesso. Até porque, muito embora, actualmente seja uma zona onde se tem assistido a um despovoamento, que inicialmente foi rápido e agora mais lento, o monumento, como o património, militar ou religioso, é sempre um meio de manutenção e de apoio para a perpetuação da memória social, e tudo o que se possa fazer no convento, para quando for musealizado, implicará a presença e a participação dos habitantes da zona de Chelas. Por isso é que se torna imperioso a criação de actividades, baseadas na sócio-museologia, adequadas ao meio social envolvente, para serem realizadas com vista à promoção da imagem do monumento e à promoção de acções culturais dirigidas ao seu público vicinal, antes mesmo de se alargar a horizontes mais vastos.

Conclusão das duas ferramentas:

Em ambas análises constatou-se que, na *SWOT*, pelo lado dos pontos fortes presentes e, na cenarização, pelas possibilidades de futuro, é recomendável a execução do que a proposta defende e que aponta no sentido de se transformar aquele espaço num espaço museal

²⁴⁵ Está assim descrita 'instituição' porquanto ainda não é uma instituição museal.

que seja garante da preservação da história, religiosa, industrial e militar, da memória e da identidade. A análise interna da *SWOT*, conjugada com a cenarização, demonstram que o espaço tem potencialidades que se manterão no futuro, se não se permitir que se deixe degradar por falta de manutenção, que clamam por ser visitado e, quem sabe, alimentado pelas participações em histórias e descrições de ordem vária por parte dos potenciais visitantes, pessoas da zona de Marvila que, por via oral popular, as possam ter herdado dos seus antecessores.



5 - Visitas guiadas – programa dos percursos

Como tem sido apresentado, este espaço não é considerado como museal, antes pertence ao Exército, que aqui instalou o seu Arquivo Geral. Todavia, não sendo um espaço típico de visitas no âmbito da museologia, tem permitido que seja visitado e procura que estas visitas continuem no futuro, quer seja aceite a proposta de musealização e consequente projecto, quer não seja.

Não estando em causa o franquear as portas a todos quantos mostrem interesse em visitar o monumento e o requeiram à Chefia do ArqGEx, é normal que, nesta altura, já tenham sido criados e estejam em funcionamento alguns modelos de visitas guiadas, que poderão ser continuadas no futuro, tal como têm sido no passado, enquanto houver uma resposta favorável por parte dos visitantes e das entidades gestoras. Daí que haja algum interesse para este trabalho que se descrevam aqui os percursos das visitas guiadas. (Em boa verdade, todas as visitas são guiadas porque não pode admitir-se que os visitantes circulem sem controlo dentro de um órgão militar em pleno funcionamento).

Mas antes, entenda-se a *visita guiada* como sendo um percurso, físico, conceptual e emocional, realizado por um ou mais visitantes que são acompanhados por um guia, em que se privilegia o diálogo na promoção da interpretação de determinadas matérias; e entende-se por *guia* a pessoa que deverá ser conhecedora dos percursos, assim como do espaço que vai mostrar, ou seja, quem conduz o grupo ao longo da visita guiada.

As visitas devem ser organizadas no sentido de irem ao encontro das expectativas do público. Para tal é indispensável conhecer bem o monumento e também os diversos públicos e as suas motivações.

Destarte, o primeiro passo a ser dado, relativamente ao público é a classificação do público-alvo, pois esta delimitação é fundamental e norteia todas as opções futuras. Pois não basta dizer que o alvo é o público em geral, porquanto essa categoria é demasiado abrangente e imprecisa.

Qualquer intenção, a ser realizada, deve ser previamente planeada para se adequar a um público concreto, com um perfil próprio, para o qual devem ser propostos temas diferentes ou abordagens diferenciadas que procuram ir ao seu encontro.

Pelas visitas ao Convento de Chelas que têm sido feitas ao longo de mais de vinte anos e, principalmente estas últimas, em que preencheram o questionário de satisfação, é possível conhecerem-se os seus tipos, o que tem importância para a forma como deverão ser organizadas e realizadas as visitas, tanto ao monumento como ao ArqGEx.

Como constantemente se vai tentando compreender as motivações destes públicos a fim de no futuro se poder conjugar essas vontades com a capacidade de resposta da instituição, foi possível planear alguns modelos de visita guiada. Modelos estes em que, quando é adequado aos diferentes tipos de público e de percurso, se pode introduzir pequenas alterações de exposição, por forma a manter o desejo dos visitantes activo, estimulando inclusive os públicos a participarem com opiniões e diálogos.

Assim, pode-se considerar os seguintes tipos de públicos visitantes:

- o público em geral, quer venham em grupos organizados quer individualmente, quer sejam nacionais ou estrangeiros, quer compreendam português quer não e que procuram este espaço porque lhes foi dado a conhecer por outros que por aqui passaram;
- os habitantes locais, normalmente ligados a colectividades e associações culturais de Marvila, antigos trabalhadores e ex-militares do Batalhão de Transportes e do ArqGEx, pois estes têm a oportunidade de recordar os seus familiares e amigos que no passado trabalharam aqui.

Nota: Marvila, que já foi parte do concelho dos Olivais, é actualmente uma freguesia de Lisboa, com uma superfície com cerca de 6,3 km² e 38.000 habitantes, (censo de 2011), correspondendo a cerca de seis mil habitantes por quilómetro

quadrado. A sua população era oriunda do norte do país, de zonas essencialmente rurais. Actualmente é composta por gentes de todo o mundo, sendo, portanto, multicultural;

- o público escolar, de escolas secundárias e do ensino superior de Marvila e Olaias e outros grupos organizados com interesses específicos, que passam pela história, arquitectura, artes plásticas, entre outras, para os quais serão preparadas acções pedagógicas específicas;
- o público mais específico formado por militares e civis que buscam informação sobre a Fábrica da Pólvora, sobre as unidades em que prestaram serviço, sobre camaradas ou familiares que passaram nas fileiras e até sobre este arquivo militar, como é o caso de pessoas que se interessam por arquivística ou que estão a frequentar cursos que a incluem, por este ser um arquivo de referência a nível nacional.

Com base no conhecimento destes públicos, e para o caso do guia pertencer ao monumento, propõe-se aos visitantes um percurso que se chamará de genérico já que é aquele que é seguido quando os visitantes não manifestam qualquer preferência; e é também o mais abrangente, pois é um percurso que resume os outros tipos de percursos.

Este percurso genérico e mais outros três – o *militar*, o *religioso* e o *industrial* – serão descritos adiante, mais detalhadamente, admitindo-se ainda qualquer composição dos três e também a possibilidade de se criarem outros percursos à medida que se forem conhecendo as preferências e as motivações dos públicos. Estes quatro percursos foram idealizados com base nas experiências de visitas anteriores que têm tido sucesso, conforme opiniões manifestadas pelos visitantes em *blogs* e *sítios* e, mais recentemente nos questionários de satisfação que foram já apresentados.

Em todas as visitas guiadas, (que carecem de marcação prévia), o local de reunião para iniciar é sempre na galilé, junto à porta que dá acesso aos claustros, a porta de entrada do lado Oriental, porque o esquema de apresentação do convento está estruturado para começar logo num ponto onde o convento se encontra com a igreja e com a entrada para o ArqGEx, o que é motivo para uma breve dissertação sobre estas valências do monumento e serve de âncora a que, logo a seguir, se ligam os elementos da história do convento e do local religioso, da arquitectura e da interpretação simbólica dos elementos decorativos como os azulejos, a fonte, os bancos à volta da fonte e a sua distribuição espacial.

Nesse lugar, faz-se a recepção dos visitantes e confirma-se o objectivo da visita, de onde se estabelece qual dos percursos a escolher, se essa escolha não tiver sido feita previamente.

São dadas as boas-vindas e são feitas as recomendações de segurança dos visitantes e de salvaguarda do património. Também são apresentados alguns aspectos muito sumários da história do Convento ou do ArqGEx, ou de ambos, conforme o itinerário escolhido. Assim, foram criados os seguintes percursos:

Percurso genérico:

Este percurso da visita guiada é iniciado no piso térreo²⁴⁶ (ou piso 0), junto à recepção, pois é ali a entrada. Depois passa-se pelos portões de ferro para a galilé, à esquerda, sendo este o primeiro acesso ao claustro em porta dupla de madeira que está a Nascente do convento. Isto significa que a visita ao Convento de Chelas deve iniciar-se pela entrada da Porta Nascente, pelo facto de, simbolicamente, Nascente ser como o início, que se oporia a Poente, como o fim.

No claustro faz-se uma volta completa e só depois se realiza a aproximação ao tanque, no centro do espaço ajardinado. Neste claustro são transmitidas informações relativas às formas do tanque e dos bancos, aproveitando o momento para referir como no passado o conhecimento tácito era passado de freira em freira e os significados simbólicos das albarradas que estão nos bancos assim como o significado da locução latina relativa à Trindade.

Seguidamente, sobe-se ao primeiro piso do bloco de edifícios onde se insere o claustro (quarto piso em relação ao bloco das naves) com a sua mostra numa perspectiva, de cima para baixo, que permite ver todo o conjunto do jardim e claustro do piso 0. Aí é dito que a forma do claustro sugere a arquitectura do norte de África, com aqueles espaços amplos que permitem o constante arejamento do convento²⁴⁷. Também aí mostra-se que a forma do tanque é a cruz templária que os navios portugueses tinham nas suas velas no período da expansão marítima. Voltando a entrar nas naves, visita-se o local que foi a cela da Marquesa d'Alorna, confirmado pela leitura dos quatro elementos que ela declarou ver da sua janela.

²⁴⁶ Como referido, do lado do conjunto de edifícios onde se inclui o claustro, o piso 0 é o que fica junto ao solo, mas que, em relação às cinco naves, este nível será o terceiro, em virtude de existirem duas naves que lhe ficam em nível inferior, aproveitando o desnível do terreno.

²⁴⁷ De facto no Convento de Chelas, constata-se que a temperatura e a humidade mantêm-se estáveis durante todo o ano, caso contrário, não seria escolhido aquele espaço para arquivo.

Depois sobe-se ao piso mais alto do convento para visualizar o painel de azulejos que tem os três anjos, a coroa e as letras AM e faz-se a respectiva explicação do seu significado.

Regressando até ao piso térreo, ao claustro, mas agora com saída para as traseiras, pelo lado Poente, finaliza-se a visita ao edifício principal. No exterior pode-se ver o aqueduto, que fazia o transporte de água vinda do poço, que alimentava o tanque onde eram lavadas as roupas das residentes do convento e para regar as hortas.

Circundando o monumento faz-se a visita ao que resta da então Fábrica da Pólvora, onde se pode apreciar a grandiosidade do gerador Krupp-Bosch que fornecia energia eléctrica à Fábrica. Contornando o edifício pelo lado exterior, regressa-se à galilé e entra-se na igreja onde serão dadas referências sobre a sua história e utilização, do passado e do presente.

Percurso militar:

Depreende-se que este percurso vise apresentar o ArqGEx, com a integração facultativa do espaço industrial que se encontra no exterior norte do convento.

São normalmente visitantes aderentes a esta modalidade, os diversos cursos de formação militar como o Curso de Formação de Sargentos e os Cursos de Arquivos Correntes, alunos do Instituto Nacional de Administração, estudantes de licenciaturas em arquivística, entre outros.

Para estes visitantes, é escolhido o seguinte itinerário:

Entrada para o Arquivo pela porta de acesso ao claustro, onde lhes são ministradas informações sobre as características de um arquivo de tipo intermédio. Dentro dessa classificação geral de arquivos, encontra-se o ArqGEx. E, nesse sentido, serão explicadas as diferenças entre os três tipos de arquivo militar: o corrente, composto por arquivo em uso e primário; o intermédio e o histórico.

É-lhes dito que esse é o maior arquivo nacional, logo a seguir ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, face aos quilómetros de prateleiras ocupados com documentação.

É igualmente apresentada a missão deste Órgão e a sua localização na estrutura do Exército e a sua organização interna, com apontamentos sobre a missão de cada Secção.

Passando para a primeira nave, onde estão guardados cerca de oito milhões de processos individuais de ex-militares que passaram pelas fileiras do exército e de militares do quadro permanente que já faleceram, ser-lhe-á explicado o que é e como é composto um processo individual de um militar, as datas dos documentos individuais, como é localizável no vastíssimo acervo e como se faz o seu levantamento para consulta. Nessa altura será explicado o que a Secção de Processos Individuais produz a partir daquela documentação. A título de

informação e resumidamente, esta secção elabora certidões para diversos fins, nomeadamente para reforma e aposentação, obtenção de nacionalidade portuguesa ou estrangeira, para isenção de propinas, de habilitações obtidas no decurso da vida militar; abertura e reabertura de processos de doença e acidente entre outros.

Seguidamente visita-se a sala onde se produz toda esta documentação, que está situada no local que no passado era uma arrecadação da Fábrica da Pólvora, pelo que tem de se passar novamente pelo claustro.

Subindo ao piso imediatamente superior, por uma sala situada a norte do convento, pode-se visitar a Secção das ex-Províncias Ultramarinas. Nesta Secção faz-se exactamente o mesmo que na anterior, a de processos Individuais, diferindo apenas nos ex-militares a quem pertencem aqueles documentos, por serem nascidos e recenseados nas ex-Províncias Ultramarinas. Na nave daquele piso está a documentação pertença da Secção de Documentos Administrativos; e tem, também, os Livros de Recenseamento.

São chamados de documentos administrativos por conterem informação de tudo quanto envolve dinheiro, como por exemplo, registos de tesouraria, mapa diário, registo geral, etc. Os Livros de Recenseamento, estão neste piso, mas não pertencem àquela Secção, mas sim à do piso superior, a Secção de Documentos Gerais, dada à exiguidade de espaço no piso onde deveriam estar. Estes livros, com cerca de um metro de comprimento por meio metro de largura cada, são compostos por folhas onde estão inscritos todos os nomes dos mancebos recenseados por concelho e, dentro deste, por freguesias e por ordem alfabética. A cada nome corresponde uma série de informações a ele atinentes, nomeadamente o dia de nascimento, a filiação, valores antropométricos, habilitações literárias, profissão, resultado da inspecção militar, unidade onde foi incorporado e respectiva data; têm uma casa de observações onde são registados dados relativos a pagamento de taxas, adiamentos de incorporação, mudança de freguesia de recenseamento, entre outros. Cabe aqui dizer que estes documentos têm sido muito solicitados para efeitos de trabalhos académicos e para elaboração de livros assim como para a criação de monumentos de homenagem a ex-combatentes falecidos ao serviço da Pátria. Entre estes trabalhos, destaca-se uma tese de doutoramento em que o pesquisador procurou saber a evolução das alturas desde 1900 até 1990, constatando que a população masculina portuguesa cresceu, nestes noventa anos, cerca de um centímetro e meio.

Serão transmitidas informações relativas a outros tipos de documentos e o que neles pode ser encontrado assim como as potencialidades para a investigação académica com estes documentos.

Subindo ao último piso, onde está a Secção de Documentos Gerais, encontram-se, na sua maioria, Ordens de Serviço das diversas Unidades metropolitanas e ex-ultramarinas assim como Ordens do Exército, Diários da República e uma enorme quantidade de outros documentos.

Descendo e saindo para o lado norte do convento, poderão ser mostradas a chaminé da Fábrica da Pólvora Sem Fumo e o gerador de corrente eléctrica e, já próximo do portão de saída de viaturas mostra-se o brasão de armas do antigo Batalhão do Serviço de Transportes como evidência da passagem daquela unidade naquele espaço.

Percurso religioso:

Este tipo de visita é solicitado, normalmente, por pessoas que se dedicam a fazer visitas a monumentos religiosos. São pessoas que têm preferência por ver conventos, mosteiros e igrejas. São visitantes como os escuteiros, a "Associação Portuguesa Amigos dos Castelos", "Os Caminheiros de Lisboa", entre outros.

Após a reunião e recepção dos visitantes na galilé, o grupo dirige-se até à porta da igreja. Aí são mostrados os azulejos ponta de diamante, o portal manuelino e outros elementos religiosos como a sigla *IHS*²⁴⁸ e a pia para água benta que está junto da entrada principal. Entrando-se na igreja, são apresentados alguns dos objectos religiosos de origem católica romana que, apesar da igreja ser agora do culto ortodoxo, permanecem no seu interior como a urna de mármore dos Santos Mártires, a imagem de Nossa Senhora da Atalaia, o grande Crucifixo e a imagem do patrono da igreja, S. Félix. Aí são transmitidos alguns apontamentos da história da igreja e do Convento.

Seguidamente, passando pela galilé, os visitantes são conduzidos para o claustro do convento onde são apresentados elementos históricos do convento e referida a Ordem que esteve ao serviço da igreja; o chão onde estão sepultadas freiras, alguns nomes de freiras mais importantes, e, apesar de não ser do âmbito da religião, é feita uma breve referência à presença da Marquesa d'Alorna. Fala-se na arquitectura, nos azulejos, na disposição e forma do claustro e do tanque e fornecidos alguns apontamentos sobre os elementos simbólicos²⁴⁹, passando pelo número de colunas e o portal que tem a locução latina *GLORIA TIBI TRINITAS*, entre outros.

²⁴⁸ *Iesus Hominibus Salvator* – Jesus Salvador dos Homens. Esta sigla foi criada por São Bernardino de Sena, no século XV. Santo Inácio de Loyola, no século XVI, adoptou-a como emblema da Companhia de Jesus.

²⁴⁹ Porque normalmente este tipo de visitantes prefere e declara apreciar esta dimensão simbólica, a exposição é feita nesse sentido. Aliás, por análise dos questionários de satisfação, a interpretação do simbólico é a que melhor acolhimento tem recebido por parte dos grupos visitantes e, consequentemente, os tem atraído, pelo que voltam sempre que têm uma oportunidade.

Subindo ao piso seguinte, fala-se sobre a ara de mármore que está numa das paredes com elementos da Paixão de Cristo e procede-se à interpretação simbólica desses elementos.

Seguindo para a nave onde estava a cela onde viveu a Marquesa d'Alorna, é mostrada a sua janela, citando-se os tais quatro elementos que confirmam a sua localização e, já no claustro superior, podem ver o tanque e a sua forma, visto de uma perspectiva superior em que é possível constatar-se que este reproduz a cruz templária.

De regresso ao piso térreo, antes de se dar por terminada a visita, regressa-se ao espaço que dá acesso ao claustro, o qual tem no seu lado direito (Sul), a sala de atendimento cujo chão está revestido de mosaicos a branco e preto em xadrez que também merece alguma reflexão no âmbito da simbologia.

Já na galilé, no mesmo local onde foram recebidas as visitas, termina a visita guiada.

Percurso industrial:

Este percurso, que também está inserido no âmbito do militar, mas agora restringido à Fábrica porque os visitantes procuram conhecer como era e o que fazia e como ela funcionava, o tipo de pólvora que produzia, quem dirigia a Fábrica entre outros elementos, tudo mais centrado do processo de produção, armazenamento e distribuição fabril e sem muito interesse na vertente arquivística militar.

A visita inicia-se com origem na galilé e daí vai-se para o lado oriental do convento, entrando pelo portão de viaturas. Junto a esse portão, são apresentadas as diversas Unidades militares que ali prestaram serviço ao país, nomeadamente o Lar das Viúvas e Órfãos de militares da monarquia e da 1ª Grande Guerra; o que resta do Batalhão do Serviço de Transportes, os pavilhões que ainda existem da Fábrica da Pólvora sem Fumo, onde se mostra o enorme gerador Krupp-Bosch que fornecia energia eléctrica à Fábrica, dando-lhes informação do período em que funcionou, apresentados alguns dados técnicos. Os visitantes são convidados a subir as escadas do gerador e a pegar numa das ferramentas a fim de experimentar o peso que os operários lidavam diariamente. Depois, no exterior, é mostrada a enorme chaminé que servia para escoar os gases produzidos por aquele motor de combustão interna.

Eventualmente, e se assim houver interesse, é apresentado, de uma forma muito resumida, o ArqGEx, sendo explicada a sua missão e o que faz.

Nota: Este percurso, curto, muitas das vezes é acrescentado aos anteriores, quando solicitado pelos visitantes.

Para além dos percursos acima descritos, foram pensadas para esta proposta de musealização outras actividades que implicam a criação de serviços no espaço a musealizar.

Finalmente e para o caso da visita ser guiada por um guia exterior, o percurso a realizar dependerá dos objectivos de quem organiza ou faz de guia, que conhece os interesses do grupo, para além dos aspectos que mais se coadunam com os estudos que possam estar a fazer e com os conhecimentos, algumas vezes preciosos, que possam vir juntar ao que já sabemos sobre o monumento.

6 – Serviços museais

Como em qualquer espaço que seja lugar de memória, há a necessidade de se criarem diversos serviços com vista a melhor servirem a população.

6.1 – Serviço educativo

É indispensável que se admita a criação de um Serviço Educativo, como é apanágio dos lugares de memória, e até obrigatório para esses lugares, de acordo com o Despacho Normativo n.º 3/2006 publicado no DR I série-B, 25 de Janeiro. Tal Serviço possibilita receber em instalações apropriadas, tanto os grupos de alunos das escolas como outros grupos que tenham interesses específicos, desenvolvendo aí actividades que permitam compreender e sentir as diversas vertentes que o espaço disponibiliza, cumprindo, assim, as funções que foram sugeridas desde a Mesa-Redonda de Santiago do Chile em 1972, que aconselha a que se “reconheça o visitante/utilizador como sujeito pensante e actuante na sua própria formação e apreensão das referências patrimoniais” (Primo, 2000: 127) em que se lhe proporcionam os recursos para melhorar o seu nível de comunicação pela educação.

Essa dinamização é conseguida através da realização de actividades, oficinas e *ateliers*, que permitam a participação dos visitantes e, no caso de serem estudantes, que estejam em linha com o sistema de ensino. Ou seja, o Serviço Educativo é um espaço de ligação entre o monumento visitável e a sociedade.

Uma vez que ainda se trata de uma proposta, pode-se dizer que são exemplos de possibilidades e meios para suportar um Serviço Educativo no Convento de Chelas o estabelecimento de protocolos com outros museus que ministrem conhecimentos específicos das suas áreas e que se coadunem com o monumento. Por exemplo, o Museu Nacional do Azulejo poderá transmitir ensinamentos sobre as técnicas de criação de azulejos e a história dos azulejos em Portugal, onde os visitantes podem aprender não só como se faziam os azulejos e até o significado de cada exemplar exposto naquele museu, fora do seu lugar de

origem, reconhecendo épocas pelas suas características e, depois, virem observar os mesmos tipos de azulejos no seu contexto. Aliás, esta possibilidade foi objecto de um projecto de uma aluna do Instituto Politécnico de Lisboa, da licenciatura Animação Sociocultural, como estagiária naquele museu. Também já foram realizadas visitas ao convento de Chelas por visitantes daquele museu dentro do mesmo espírito de cooperação, daí que seria uma forma de retomar o acordo já existente entre as duas instituições, Museu e Convento de Chelas, ainda e apenas na condição de Arquivo.

Outras possíveis actividades a serem realizadas no âmbito do Serviço Educativo, poderiam contar com o apoio de professores de história e de arquitectura das escolas que estão nas proximidades e que ministram conhecimentos nessas áreas específicas, em consonância com os programas escolares, podendo valorizar a panóplia de actividades que oferecem aos seus alunos, com a recriação do quotidiano dos ambientes social, operário e empresarial, encenados nos próprios espaços em que ocorreram. A este respeito, parece oportuno referir como exemplo a seguir o Museu de Loures que, entre outros, tem realizado actividades com a recreação do ambiente do Conventinho (Quinta do Conventinho - local onde está instalado), como foi exemplo notável a actividade de 5 de Setembro de 2015 denominada "Uma noite no Museu, Histórias menos óbvias do concelho". Da mesma forma que este convento não tem objectos para expor, o Conventinho “apresenta ao público exposições de temática arqueológica e etnográfica, com o intuito de dar a conhecer a realidade e a vivência das populações rurais do município, assim como a história do concelho de Loures”²⁵⁰.

Outrossim, este monumento pode servir como local de estágio para os alunos de cursos superiores de Museologia, tal como poderá acolher estagiários de cursos superiores de Ciências da Informação e Documentação ou, para grupos de alunos em cursos da área específica de arquivística, para os quais poderão ser criadas visitas técnicas, assessoradas por pessoal especializado do ArqGEx e, futuramente, do espaço museal do Convento de Chelas.

Uma das estratégias preconizadas, no que respeita aos serviços educativos, é a visita guiada que percorre os diversos pontos que são visitáveis, apresentando o significado imaterial dos acontecimentos aí perpetrados. São acções capazes de proporcionar uma experiência que se deseja de recordação duradoura para quem visita o convento e acaba por reconhecer a relevância social deste monumento.

²⁵⁰ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-municipal-de-loures/>

6.2 – Outros serviços

Estão pensados para esta proposta, a existência de outros serviços com significativa importância, como o Serviço de Atendimento, pois é o ‘rosto personalizado’ do Convento de Chelas, onde são apresentados os seus serviços, individual ou colectivamente, procurando-se que quem ali preste serviço domine pelo menos duas línguas, uma o português e a outra ou inglês ou francês. Para os visitantes que querem apenas visitar o espaço ou mesmo aqueles que venham para tratar de assuntos militares, (uma vez que o Arquivo faz também atendimento ao público), serão acolhidos na Recepção, um local situado junto à entrada do convento, onde encontrarão alguém que lhes dará toda a informação que demandam sobre questões militares do seu interesse e/ou sobre os lugares conventuais e exposições abertos ao público.

O Serviço de Conservação e Restauro, que desenvolve os métodos e princípios conducentes a boas práticas de conservação e restauro do património. As intervenções de restauro que procuram, primeiro, estudar as técnicas envolvidas na construção, nomeadamente do tanque, dos azulejos, do monumento e de todos os elementos que compõem todo o espaço, e, em segundo lugar, procuram que sejam efectuadas mais e melhores acções que reduzam as causas da deterioração dos seus materiais constituintes, servindo-se de procedimentos que procurem sustentar os seus efeitos, restituindo a cada um destes elementos citados a sua estabilidade física assim como a sua aparência.

Outro serviço importante é o voluntariado, para o qual serão cumpridos todos os requisitos legais, que procurará envolver os cidadãos na participação cívica em torno de actividades a serem realizadas nas diversas áreas de acção dentro do espaço musealizado. São actividades que contribuem para a coesão social e, dentro deste espírito de participação, constituem-se como um acumulado de experiências enriquecedoras, que cada cidadão voluntário se disponibiliza em dar o seu tempo em prol do monumento. Este serviço permite-lhe o desenvolvimento das suas capacidades e competências sociais, como forma de aumentar o sentido de solidariedade.

Dentro do leque de actividades, que no imediato são pensadas, e em que os voluntários poderão participar activamente juntamente com o Serviço Educativo, são as visitas guiadas, direccionadas a todas as faixas etárias, no espaço conventual. Eventualmente, ainda nesta dinâmica de voluntariado, há a possibilidade de escolha de um espaço nos terrenos

envolventes ao monumento onde se podem fazer jardins ou uma horta pedagógica aberta à participação de todos quantos queiram dar o seu contributo²⁵¹.

O Serviço de Investigação e Documentação, que recolhe e trata da informação sobre a história e a arquitectura do monumento para apoio ao ensino e à investigação, tendo por finalidade facilitar o acesso quer da comunidade académica quer de outras instituições, aos recursos de informação científica, documental e informativa, necessários ao desenvolvimento delas.

Por fim mas não menos importante, refere-se o Serviço Administrativo, que faz a gestão da equipa do espaço museal e, bem assim, trata da sua logística funcional.

Naturalmente que, no trabalho técnico em museologia, o museólogo irá encontrar, ao longo do tempo, situações adversas que, à semelhança de todas as outras profissões, deverão ser dirimidas e reguladas por um código ético que o apoia, orienta e capacita como gestor do bem patrimonial que preserva, tornando-o num elemento que estabelece a ligação entre o convento, enquanto espaço museal e a sociedade.

7 – Estruturação sintética da proposta de musealização

Para que a presente proposta seja exequível é condição que nela estejam colocadas algumas preocupações que resultam dos seus objectivos. Quando se pensa numa hipotética transferência da responsabilidade de gestão deste convento, onde está instalado o ArqGEx, para outra entidade diferente, seja ela de propriedade pública ou privada e as repercussões que eventualmente possa a vir a ter.

Primeiro, se eventualmente tal vier a acontecer, colocar-se-ia em risco o futuro da comunidade ortodoxa que presta culto na igreja, porque esta comunidade tem efectuado importantes obras de manutenção com custos seus e porque a cedência do espaço foi patrocinada pelo Patriarcado de Lisboa e pelo Exército, com a mediação de um dos elementos da Chefia do Arquivo, que foi facilitador do processo, pelo que a hipótese de mudança de gestor, a ser viabilizada, é preocupante e de resultado dificilmente previsível.

Além desta igreja, a realização da procissão anual da Nossa Senhora da Atalaia poderá, pelos mesmos motivos, ficar comprometida, dando azo à perda de memória de uma tradição muito antiga.

²⁵¹ Inicialmente seriam dadas sugestões de se reproduzirem os mesmos tipos de jardim ou de horta que eram típicas dos conventos, mas qualquer actividade enriquecedora do espaço seria sempre bem-vinda.

Depois, e ainda por mera hipótese, a edilidade de Lisboa pode adquirir os terrenos envolventes ao convento para serem ajardinados e fazerem parte pública da cidade, o que, por um lado, é enriquecedor em termos de protecção do monumento e incentivo à implantação de comércio o que irá melhorar as condições da zona; mas, por outro, acredita-se que nos terrenos a norte e a ocidente do convento devem existir ainda testemunhos do passado a exigir exploração arqueológica que os tragam para o conhecimento público, tal como já aconteceu à colecção de peças em mármore que hoje se encontra no Convento Arqueológico do Carmo, mas que pertenciam a este local e que possivelmente poderão provar ter havido aqui um templo godo. Se a intervenção camarária não tiver o cuidado de explorar o subsolo, antes de ajardinar e cimentar o solo, podem perder-se para sempre vestígios desse passado longínquo que são também parte importante da identidade da sociedade.

Nesse tipo de investigação, realizado por equipas de arqueólogos e de antropólogos, quiçá, poder-se-iam encontrar mais vestígios que ainda podem permanecer nesses terrenos, pelo que, complementando os objectivos desta proposta de musealização, teria de se proceder a trabalhos arqueológicos que poderiam ser realizados, por exemplo, pelos estabelecimentos de ensino superior de Lisboa que ministram arqueologia, como são as Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa e Universidade Autónoma de Lisboa.

O que leva a pensar na existência destes 'documentos' arqueológicos é a questão das práticas dos conventos de clausura em que, quando alguém falecia, todo o seu espólio de loiça, os pratos e copos, eram quebrados²⁵², e, porque ainda não foram encontrados esses “cacos” é que se entende que a sua existência no subsolo é muito possível e seria interessante fazer-se essa pesquisa, até porque poderia levar à descoberta de outros artefactos, quiçá, bem mais antigos. Recorde-se que a urna de mármore, que actualmente se encontra na igreja, foi encontrada nesses terrenos onde, possivelmente, estará também a sua tampa.

Por tudo isto, é que se defende que os terrenos à volta do convento carecem mesmo de uma intervenção arqueológica.

Poder-se-ia igualmente dar início no levantamento das placas que estão à volta do claustro para identificação de quem eventualmente possa estar ali sepultado. Isto é, trazer ao mundo dos vivos os nomes daquelas freiras anónimas ali sepultadas para que a sociedade entenda o valor da vida, da fé, da missão e da dedicação.

Uma outra preocupação, está relacionada com o desgaste e deterioração dos azulejos do claustro do convento a que só respostas semelhantes às que foram apresentadas, mas

²⁵² Veja-se o exemplo do convento, Museu de Setúbal, que tem um departamento dedicado exclusivamente ao trabalho de restauro desses materiais.

apoiadas por programas de conservação e restauro sob orientação do DGPC²⁵³, e feitas por antecipação, poderão garantir que este património não se perca. Por isso, com a Proposta aceite, poder-se-á viabilizar um projecto de musealização com um amplo estudo do espaço, o que ajudaria a contornar estes obstáculos ou mesmo a eliminá-los.

Esta Proposta patenteia possibilidades de, no futuro, o monumento vir a ser musealizado. Caso se concretize, já estão estudadas modalidades de acção que viabilizam a elaboração de um projecto com vista à conjugação num mesmo espaço de duas realidades ligadas à memória como é o convento em si e o arquivo militar.

É um trabalho de prospectiva que se compõe de estudos a serem postos em execução, como os percursos de visitas, que já são usados e o serviço educativo, entre outros serviços relacionados com os lugares de memória.

Assim e concluindo, propõe-se mostrar que o convento, cumprindo a sua função pedagógica como um espaço museal, poderá criar e pôr em prática programas que realizem a difusão, a informação e a investigação do monumento, pelo que deverá ser considerado como um espaço digno de ser musealizado.

Os diversos públicos, sejam eles parte da população de habitantes locais, de alunos das diversas escolas e universidades, ou seja de quem for, deverão ser considerados como protagonistas das actividades criadas para eles. E estas actividades, que se podem realizar, são múltiplas e vão desde as visitas guiadas, comentadas e orientadas a grupos especiais, passando pela realização ciclos de conferências e palestras em cooperação com os programas escolares, até encenações 'teatrais' que reproduzam o "*modus vivendi*" do convento enquanto casa de clausura. Estas e outras actividades são perfeitamente possíveis, e até o próprio arquivo militar poderá contribuir com a disponibilização não só dos espaços como de documentação que tem à sua guarda.

A utilização deste espaço é fundamental para servir não só aqueles que procuram o Arquivo, mas também para aqueles que o procuram como monumento visitável, tornando-o mais abrangente.

Portanto, relativamente aos espaços visitáveis do Convento de Chelas e tendo em vista não perturbar o trabalho quotidiano do arquivo militar, deverão ser considerados, desde logo, os constantes nos percursos acima descritos ou, em alternativa, apresentar indicações para que o público os possa percorrer, tomando alguns destes espaços como uma Exposição Permanente, em regime de gestão integrada dos espaços e atendendo a que alguns terão de ser

²⁵³ Já foram encetados contactos com esta Direcção que deu indicação de uma equipa de manutenção de azulejos, tenda esta já apresentado um orçamento e levado à consideração da DHCM.

ambivalentes, para não prejudicar as actividades próprias do ArqGEx nem menosprezar a fruição museal devida aos visitantes e ao convento.

E tudo deverá ser organizado por forma a dar o melhor acolhimento a quem procura o convento, de acordo com uma atribuição equilibrada de missões que contemplará as duas vertentes: o espaço religioso conventual e, ao lado, as salas de trabalho do ArqGEx, onde poderão também estar instaladas a Recepção e a Biblioteca, para que os consulentes façam as suas pesquisas, os Serviços Auxiliares, compostos por uma equipa de limpeza e outra de segurança, mais uma possível loja de recordações²⁵⁴ e uma cafetaria com esplanada onde é possível aos visitantes não apenas beberem o seu café e lerem o jornal, mas terem o seu almoço e confraternizarem com os demais utentes.

Na esplanada pode ser apreciado o som da natureza bem preservada neste espaço museal.

Esta proposta tem, por conseguinte, como objectivo, que neste monumento seja admitida a possibilidade de partilhar num mesmo espaço um património, nas suas dimensões religiosa e militar.

Deste modo e para cumprir esse objectivo, devem-se seguir, em síntese, os seguintes passos:

- Estabelecer contacto com as escolas primárias e secundárias periféricas do monumento, a fim de se realizarem protocolos que estejam em linha com os programas escolares como forma complementar da sua acção educativa nas diversas áreas, nomeadamente, história, arquitectura, representações teatrais alusivas às diferentes épocas da nossa história, entre outras, pelo que serão elaborados projectos multidisciplinares, que permitam que neste espaço sejam realizadas actividades que procurem representar vivências de quem viveu em regime de clausura ou de quem trabalhou na fábrica, havendo a possibilidade de diálogo entre os representantes e os públicos;

- Estabelecer contactos com os estabelecimentos de ensino superior com vista a utilização deste espaço para estudos avançados de museologia, de arquitectura e de história;

- Estabelecer contactos com a Junta de Freguesia de Marvila²⁵⁵ e com a Câmara Municipal de Lisboa para divulgação de eventos a serem realizados pelo convento;

²⁵⁴ A venda de livros, de documentação e de 'souvenirs' também pode estar prevista num local próprio, situado no final do percurso e disponível a fornecer aos visitantes as recordações da visita.

²⁵⁵ No dia 14 de Julho de 2018, realizou-se uma visita a este monumento. Entre os visitantes, estava Sua Excelência o Presidente da Junta de Freguesia de Marvila com quem se iniciaram conversações no sentido de, primeiro, dar apoio às procissões e depois na divulgação deste espaço que é de todos.

- Estabelecer contactos com os museus mais próximos, no sentido de se constituir uma rede de museus rizomáticos, como é o caso do Museu Nacional do Azulejo, a fim de haver uma relação, por exemplo, da acção educativa daquela instituição, nomeadamente na preservação e restauro de azulejos e a disponibilização deste espaço para visitas técnicas com os seus estagiários;

- Manter a procissão que anualmente se realiza desde o convento até ao Santuário da Senhora da Atalaia, no Montijo, como exemplo das tradições que reflectem a identidade de quem aqui viveu, no convento e na vizinhança.

- Fazer-se a manutenção dos espaços, principalmente no que diz respeito à preservação do património azulejar.

Complementarmente, foi pensado como se poderia obter testemunhos daqueles que trabalharam na Fábrica da Pólvora como fonte de informação e como forma de disponibilizar o espaço museal segundo a óptica de ser ‘com’ as pessoas em vez de ‘para’. Todavia, não foi possível encontrar-se ninguém, o que é biologicamente natural porque, se se atender que o Sr. Raul, que era filho de um trabalhador daquela fábrica, tem actualmente mais de setenta e cinco anos, os trabalhadores já não estão entre nós, nem tão pouco se conseguiram localizar os familiares.

Face a tudo quanto foi exposto, propõe-se que o monumento, o Convento de Chelas e as suas áreas envolventes, consideradas no interior de toda a sua cerca, onde também existem testemunhos da antiga Fábrica da Pólvora, seja considerado como um espaço museal e, conseqüentemente, disponibilizado para ser visitado, contribuindo, deste modo, para coesão social local e nacional através da preservação deste património religioso e militar. Um património que, sem omitir o potencial interesse da população e respectiva acção, seja o garante das memórias que reflectem uma das parcelas constituintes da história portuguesa.



Conclusões

É longa e variada a história do Convento de Chelas como edifício vocacionado para o culto religioso, como casa de clausura e como reflexo de correntes arquitectónicas, o que obriga a focar a atenção. Mas para além disso, este monumento atesta ainda a acção do poder político, como espaço industrial, carreando vitórias e derrotas na produção de pólvora sem fumo e como quartel que foi, onde se ministrou conhecimento militar de condução auto, e onde actualmente se preserva e explora o acervo documental militar que aí se encontra reunido. Por isso, se torna numa missão imperiosa, esta demanda da possibilidade de o realçar, tornando pública e participativa a coexistência do património militar e religioso residente neste mesmo espaço físico.

É realmente notável a forma e a quantidade de saberes preservados dentro das paredes deste monumento que, pela sua leitura, podem potenciar o aparecimento de novos olhares sobre a realidade social, lançando luz, por exemplo, sobre os conflitos armados do século passado.

Meritório seria, igualmente, proceder-se a um levantamento sobre as vidas perdidas na explosão da fábrica de pólvora, e ainda sobre as vidas enclausuradas de quem entrava no convento, sabendo que não mais dali sairia. Parece importante que estas histórias de vida e estes conhecimentos embutidos no monumento não sejam apagados da memória que é de todos.

Todos os dias, a maré entra Tejo adentro, empurrando as popas dos navios fundeados na direcção de montante; e todos os dias reflui, virando as popas para a foz. Que seria dos navios fundeados a meio do rio se não fosse a estabilidade que as âncoras lhes conferem? Ora, no Convento de Chelas, está hoje um Arquivo instalado, tal como noutros arquivos, em que cada geração procura o conhecimento e neles adiciona os progressos obtidos. Por esta razão, cada documento é também um património cultural, insubstituível e único, cuja gestão e preservação garantem que as memórias individuais e colectivas não se percam, antes se mantenham disponíveis de geração em geração.

Em cada recanto do convento, gritam silenciosamente as vidas vividas em clausura que desejam ser recordadas; nos seus covais, jazem esquecidas tantas outras mulheres que, enquanto criadas ou escravas, foram obrigadas a partilhar o destino das suas amas ou "donas", permanecendo-lhes fiéis e serviçais, só saindo do cativeiro para as sepulturas.

Poderá pensar-se que, depois de um período de recessão e de alheamento dos valores culturais vem, inevitavelmente, um período de renovação, de ressurgimento, como o que a

Primavera sempre traz depois do Inverno, mas o renascimento não acontece só porque se anseia por ele. É preciso agir, saber “para onde vamos e de onde viemos”. Ter uma âncora bem cravada nos fundamentos históricos da nossa existência, que nos permita resistir aos maus períodos para nos levantarmos quando eles terminam.

Há relativamente pouco tempo, este esforço de “fixar a âncora” ressuscitou a antiquíssima tradição da Procissão da Senhora da Atalaia, no Círio de Chelas, inserido num outro maior, o Círio das Alfândegas, com a travessia do rio Tejo em embarcações tradicionais, que esteve ausente durante quase um século. Quer se queira quer não, foi a vetustez deste monumento que inspirou a sociedade presente a fazer reviver, não a cantaria das fachadas, mas os sentimentos da sociedade do passado, criando uma ponte entre elas.

Todos estes conhecimentos desempenham um papel de sedimento da cultura e de comunhão de gerações que não deve ser menorizado na evolução da sociedade.

E, se, por um lado, os documentos arquivados são fontes confiáveis de informação que testemunham acontecimentos relevantes e permitem não só julgar resultados de decisões passadas, como também planear acções administrativas, responsáveis e transparentes, esteio de toda a democracia e garantia segura da continuidade de uma sociedade; por outro, as paredes também o são pelas memórias religiosas ocultas que urge colocar à luz do entendimento da sociedade e pelas memórias dos espaços fabris que deram emprego a muitas pessoas, cada vez menos conhecidos até de quem por ali reside perto. É por tudo isto que todo este património identitário necessita ser recordado. Ou melhor, que merece e que exige ser recordado.

Acreditando que este trabalho possa despertar o interesse da comunidade científica para o valor do Convento de Chelas, que integra nos dias de hoje um órgão do Exército que, pela posição estratégica que ocupa, terá sempre utentes, garantindo assim a continuidade de um monumento que cada vez mais atrai grupos de cidadãos que buscam conhecer um passado que é de todos e porque, sem o interesse das pessoas, seria acabar com parte da História, já que a História se faz com seres humanos. Crê-se, portanto, veementemente, que urge direccionar forças para que ele se mantenha "vivo".

De facto, o ser humano tem a necessidade de conhecer as suas origens, de dar resposta às suas questões de identidade, de saber quem é e o que faz neste mundo, como forma de se sentir seguro no presente e no futuro sempre em mudança.

A musealização do convento e do espaço envolvente permitiria a investigação e a consequente compreensão dos comportamentos, valorizando a herança cultural, cimentando o

sentido de identidade da Nação e fornecendo alicerces seguros ao estudo dos momentos históricos assim vividos.

Este espaço musealizado deve fazer parte da dinâmica da sociedade em que está inserido para servir culturalmente as suas populações local e nacional. Para isso terá de ouvir, discutir e responder aos seus problemas e interagir. Este é o papel que um espaço conjunto museal tem: manter a sociedade segura relativamente a valores perenes, fornecendo o suporte do conhecimento antigo ao sedimento dos novos conhecimentos, sujeitos à mudança permanente e, apesar do aparente imobilismo, porque tudo muda e nada está verdadeiramente concluído, há que virar a proa dinamicamente no sentido de onde a maré está vindo para que permita ajustarem-se às necessidades dos cidadãos, com vista à promoção e garantia da democracia, pelo que deve procurar sistematicamente manter o diálogo com a sociedade, a fim de dar respostas aos novos desafios.

Daí que as opiniões de alguns visitantes do ArqGEx sejam, muitas vezes, exaradas sobre os mais diversos suportes como artigos de jornais, livros, teses e até em rodapés de lápides que os concelhos e as freguesias erigem em homenagem a militares, filhos da terra, falecidos nas frentes de batalha. Concretamente, isto só será possível com o acervo constituído pelas "vidas" de cidadãs e de cidadãos que fazem parte da História de Portugal.

E, se se levar em linha de conta a coexistência das valências militares instaladas no convento, desde finais do século XIX, como a Fábrica da Pólvora sem Fumo, o Lar de Recolhimento de viúvas de ex-combatentes, o Batalhão do Serviço de Transportes e, actualmente, o ArqGEx, que ali têm funcionado em simultâneo com a valência religiosa, numa simbiose accionalista difícil de imaginar, dado o aparente antagonismo das duas instituições e pela riqueza de informação contida no próprio Convento de Chelas, enquanto espaço de culto e de clausura, justifica-se a elaboração de uma Proposta de Musealização do Convento de Chelas, capaz de conduzir a um Projecto de Musealização baseado numa ampla investigação, em que se procure articular, desde logo, os elementos de natureza técnica da sua arquitectura e decoração, com o conhecimento histórico e social relativo à vida conventual e à presença de instituições militares.

Este é um bom ponto de partida para uma reflexão museológica sobre a coabitação de serviços que possam complementar-se, como modernamente tem vindo a ser aconselhado e adoptado em diversos campos sociais.

Uma proposta para se musealizar o monumento, de âmbito da museologia poderá potenciar a salvaguarda do património religioso e militar, actualmente presentes no espaço físico do Convento de Chelas, mas também existentes na história e na arquitectura deste

monumento, donde, por conseguinte, decorre a necessidade de musealização defendida neste trabalho, até porque, ao valorizar-se este convento e a sua área envolvente, implicará num bem-estar da população local, um aumento do fluxo de turistas, nacionais e depois estrangeiros, que conseqüentemente permitirá implantar comércio e outros serviços terciários na zona periférica.

Assim, e para que o fim pretendido possa ser atingido com maior segurança, é imperioso, primeiro, alicerçar o conhecimento criado na museologia, a qual postula que é indispensável seguir as antigas orientações da Declaração de Quebec – 1984, a partir das quais "deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios de desenvolvimento, estender suas atribuições e funções tradicionais de identificação, de conservação e de educação, a práticas mais vastas que estes objectivos, para melhor inserir sua acção naquelas ligadas ao meio humano e físico". Depois, adoptar políticas que facilitem e até estimulem a iniciativa privada, prevenindo a hipótese de descaracterização do monumento e o desvio do principal objectivo, no sentido que, em 1999, o Director-Geral da UNESCO e o Secretário Geral da Organização Mundial de Turismo registam no documento "O Turismo, factor de preservação do Património Mundial para o próximo milénio" para a necessidade de cooperação entre o sector privado e o Estado e de todas instituições intervenientes, por forma a maximizar os benefícios do turismo e reduzir ao máximo os seus efeitos nefastos.

É também obrigatório, conhecer a combinação, "arquitectura-mensagem", e cuidar dela, quer preservando o legado material (património) que chegou até hoje, quer recriando memórias para que o património imaterial se perpetue.

É, portanto, um direito e um dever de todos, enquanto cidadãos, contribuir para esta musealização, uma vez que ela assenta nas relações entre o património e a sociedade, na compreensão da Nova Museologia, em que o alvo é o comprometimento monumento-sociedade, por forma a que sirva a sociedade. Com uma capacidade de mostrar as memórias que identificam aquele lugar.

Assim, devem ser entendidas e atendidas as orientações apresentadas para serem profundamente reflectidas, uma vez que se pretende com a Proposta de Musealização do Convento de Chelas dar-se voz a um monumento enclausurado em si mesmo, no silêncio durante séculos, para que as suas memórias, que também pertencem ao todo social, sejam avivadas, prestando assim um serviço à comunidade. Comunidade que também tem de ser chamada a dar a sua contribuição com a sua acção, com as suas histórias e as suas interpretações.

É com base nesta orientação, que a tentativa de se criar um espaço museal no Convento de Chelas, se constituir então num objectivo, diríamos mais, num desígnio de revitalização do espaço, ou seja, o redescobrimento da História local e nacional, para que a memória não esqueça. Por outras palavras, pondo este espaço ao serviço da sociedade.

Na realidade, todos estes pequenos lugares de memória permitem, por um lado, que a população jovem de estudantes comece a ter um relacionamento com estas realidades e que se criem ligações entre o monumento e o indivíduo/colectivo, desenvolvendo-lhes o gosto pelo conhecimento histórico, indispensável para cultivar os valores pátrios que se reconhecem inseridos nos valores militares e religiosos.

Dar a conhecer aos cidadãos quem foram os seus antepassados, quem foram aqueles que moldaram os destinos da história recente, que valores defendiam, o que representam na nossa memória e como participaram para a manutenção da identidade portuguesa, é a missão de todos nós, baseada na preocupação de preservação que a sócio-museologia muito incisivamente propõe e disponibiliza meios, o que permite, de facto, dar continuidade (conjunta) ao património militar e património religioso, pela musealização do espaço.

E, uma vez que cada geração tem uma responsabilidade sobre a preservação do que virá também a constituir o seu legado para o futuro, importa, por isso, pensar hoje neste convento, que é um potencial espaço de relação com a sociedade a ser transmitido aos 'nossos filhos' e não um local de acumulação de objectos, como um espaço de união cultural intergeracional e não como campo de disputa entre o passado, o presente e o futuro. É crível que todas estas ideias e decisões recaem sobre as problemáticas do património e da identidade, para que a memória dos factos, vidas e conhecimentos se não percam na poeira dos tempos; que possam constituir, simultaneamente, a fonte onde se busca a história, a identidade e o destino, onde se acrescentam novos conhecimentos, factos e leituras sociais, que têm de estar sempre presentes no "espírito" de bem servir. De facto, preservar e dar "vida" a este lugar de memória, a este pólo de cultura nacional, como um elemento que também contribui para a economia da região e um gerador de um "sentimento de pertença" e de identidade da população, não só é necessário como "obrigatório".

Desta forma, e em síntese, revela-se a importância do papel de se ter um espaço musealizado para guardar e permitir que se divulguem aspectos da sua arquitectura e da sua azulejaria que, pelo seu simbolismo, remetem para o tempo passado, justificam o presente e orientam o futuro.

Quando se fala no Convento de Chelas e nos terrenos envolventes que outrora foram ocupados, não se resume o assunto aos pavilhões salubres, mas a um todo. Este monumento

de paredes azulejadas que se encontram peçadas de simbologia aberta à leitura dos visitantes letrados na iconografia dos tempos em que a obra se ergueu e, que por força da dominação das classes tenentes, também se podem encontrar mensagens subliminares, inseridas nas mensagens oficiais e de leitura directa, é uma fonte de água viva para leitores conhecedores de semiótica para quem a simbologia faz sentido.

Portanto, com a Proposta de Musealização do Convento de Chelas, seguida de um projecto para a sua concretização, espera-se que, não só e apesar de eventualmente vir a obter dividendos quer com as entradas de visitantes, quer com a venda de objectos em loja, a gestão deste espaço musealizado, que venha a ser um agente transformador para o desenvolvimento. Inicialmente, como motor transformador da comunidade local, como está espelhado na cenarização e na análise *SWOT*; e, depois, que sirva a própria sociedade, com acções evocativas de memórias, no sentido que os visitantes demonstram nas respostas dadas aos questionários de satisfação.

Estas acções realizadas através de histórias descritas e faladas nas visitas, nas descrições e representações dos objectos de exposições e nas actividades que o público venha a realizar neste espaço, alimentam o presente e projectam-se para o futuro num processo colectivo de reflexão e de autoconhecimento.

Procura-se, concluindo, com este trabalho, por conseguinte, despertar o interesse daqueles que buscam o conhecimento sobre espaços como este, para futuras pesquisas no âmbito das ciências para que sejam, igualmente, contributos não só para o conhecimento científico como para a manutenção das memórias que este património apela.

Para que esta proposta seja viável, a par deste trabalho, procurar-se-á desempenhar um papel activo na vida cultural da comunidade local através da motivação sobre a preservação do monumento, realçando-se o que existe sobre a Fábrica da Pólvora Sem Fumo, e promovendo a investigação com apoio a trabalhos académicos para além de proporcionar serviços a um público que se deseja crescente. Seria, de facto, uma mais-valia se ainda fosse possível encontrarem-se pessoas que trabalhariam na fábrica para darem o seu contributo, mas, como se viu, lamentavelmente já não é possível.

O importante é que se consiga trazer cada vez mais pessoas até ao convento para que nele se encontrem, partilhem e que todos enriqueçam mutuamente. Pois mais importante que a quantidade de pessoas que possam entrar nas visitas e nas realizações de tarefas, é saber-se como saem delas, o que ganharam e o quanto o convento as sensibilizou. É esta aposta na criação de um espaço que sirva para a vida que torna relevante a presente Proposta de Musealização do Convento de Chelas que, com cariz prospectivo, contém uma reflexão a

respeito da concepção da história do monumento sob diversas perspectivas. A sua leitura deve ser compreendida a partir de um discurso que traduza, com isenção, a lógica que se estabelece entre o passado e o presente apostado no desenvolvimento futuro.

Espera-se ter sido realçada a importância da interdisciplinaridade na tarefa de construção do conhecimento sobre o património cultural intrínseco ao Convento de Chelas e, sobretudo, a importância que este Monumento teve, tem e a que poderá vir a ter para o país.



Bibliografia

Livros, Revistas e Trabalhos científicos

- Afonso, Coronel Aniceto. (2014). *Visita da Comissão da História das Transmissões ao Arquivo Geral do Exército*, Acedido em 13 de Maio de 2017, https://historiadastransmissoes.wordpress.com/tag/convento-de-chelas_
- Álvarez, Fernando Areaán. (2018). O teorema de Fermat, o problema mais difícil do mundo. Lisboa: Ed. National Geographic, edição especial.
- Anastácio, Vanda. (s/d). *Biografia de Alcipe*. Acedido em 2 de Setembro de 2018, http://www.frenteira-alorna.pt/pdf/biografia_alcipe.pdf.
- Andrade, Maria Filomena. (1999). *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média: património e gestão*. Cascais: Ed. Patrimónia.
- Antunes, Manuel de Azevedo. (2015). Pelos caminhos da Museologia em Portugal. Revista Iberoamericana de Turismo, 5, 142-156. Acedido em 16 de Abril de 2018, <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/2013/1522>.
- Augusto, Sara Manuela Ribeiro Martins. (s/d). *No Reino da Ficção: o Espaço e a Literatura Conventuais*. Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Acedido em 13 de Maio de 2017, <https://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/4cb/pdf/Sara%20Manuela.pdf>.
- Bachelard, G. (1996). *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Ed. Edições 70.
- Bauman, Zigmund, & Tim, May. (2010). *Aprendendo a pensar com a Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Bauman, Zygmund. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- Bento, Carina Fabiana Henriques. (2009). *Azulejaria da Colecção Berardo Estudo, Criação de um Sistema de Inventário e Gestão da Colecção, e Proposta de Museu Virtual*, Vol III (Anexos). Dissertação apresentada na Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes para a obtenção do grau de Mestre.
- Berger, Peter, Luckmann, Thomas. (1976). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Blanché, Robert. (1988). *A Epistemologia*. Lisboa: Ed. Presença.

- Borges, Augusto Moutinho, Chaves, Luís. (2017). *Museus do Exército em Portugal, História Cultura e Memórias*. Lisboa: Ed. Edições Especiais Ltª
- Borges, Marcello. (2012). *Da Cimeira da Segurança à Segurança da Cimeira*. Dissertação apresentada na ULHT para a obtenção do grau de Mestre.
- Bourdieu, Pierre. (2001). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand.
- Bourdieu, Pierre. (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand.
- Brandão, Carlos Rodrigues. (1986). *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Bruce-Mitford, Miranda. (1996). *O Livro ilustrado dos símbolos & signos*. Lisboa: Ed. Reader's Digest.
- Bruno, Maria C. O. (2006). *Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados*. In *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 25. Lisboa: ULHT.
- Burke, P. J.; Stetes, J. E. (2009). *Identity theory*. New York: Ed. Oxford University Press.
- Caeiro, Baltazar Matos. (1989). *Os conventos de Lisboa*. Sacavém: Ed. Distri Editora.
- Câmara Municipal de Lisboa. (1995). *Lisboa Oriental, Quintas palácios Conventos*. Visita de Estudo Organizada pela CML.
- Campello, Bernadete Santos. (2006). *Introdução ao controle bibliográfico*. Brasília: Ed. Briquet de Lemos.
- Campos, Fernanda Maria Alves da Silva Guedes de. (2013). *Bibliotecas de História: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século XVIII*, vol. 2 (anexos). Tese apresentada na Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Doutor.
- Cardoso, Pedro Manuel. (2011). *A Estrutura do Valor Patrimonial*. *Cadernos de Sociomuseologia*, nº 41. Lisboa: ULHT.
- Carvalho, Ana. (2011). *Os Museus e o Património Cultural Imaterial - Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS - Universidade de Évora.
- Carvalho, Ana. (2015). *Decifrando Conceitos em Museologia: Entrevista com Mário Caneva Moutinho*. In *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. IV, nº 8. Acedido em 31 de Janeiro de 2019, <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/16523/1/Entrevista%20M%c3%a1rio%20C.%20Moutinho%20-%20Revista%20Museologia%20e%20Interdisciplinaridade%20n8%202015.pdf>

- Carvalho, Maria do Rosário Salema Cordeiro Correia de. (2012). *A pintura do azulejo em Portugal [1675-1725]. Autorias e biografias - um novo paradigma*. Tese apresentada na Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História para a obtenção do grau de Doutor.
- Cassier, Ernst. (1994). *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Ed Martins Fontes.
- Castaño, Inês Filipa Abreu. (2012). *São Tomé e Príncipe: Cultura(s) / Património(s) / Museu(s)*. Trabalho de Projecto de mestrado na Universidade Nova de Lisboa.
- Castells, Manuel. (1999). *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Castells, Manuel. (2000). *O poder da identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Certeau, Michel de. (1975). *L'écriture de l'histoire*. Paris: Ed Gallimard.
- Cervo, Amado Luis; BERVIAN, Antônio. (2002). *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall.
- Chagas, Mário de Souza. (2003). *IMAGINAÇÃO MUSEAL - Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Tese apresentada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para obtenção do grau de Doutor.
- Chagas, Mário de Souza. (2014). *Lugares de reflexão: museus como conectores de cultura, tempos, pessoas e grupos sociais*. In: VII Brazilian Meeting on Palaces and Historic House of Museums. São Paulo: DEMHIST.
- Mário Chagas, Mário de Souza. (1994). No museu com Charlie Brown, *Cadernos de Museologia* nº 2.
- Chagas, Mário, Heitor, Gleyce Kelly. (2017). *O Pensamento Museológico de Gilberto Freyre*. Recife: Ed. Massangana.
- Chevalier, Jean, Gheerbrant, Alain. (1982). *Dictionnaire des symboles*. Paris: Ed Roberte Laffont S. A. Et Editions Jupiter.
- Ciampa A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Cirlot, Juan Eduardo. (2006). *Diccionario de símbolos*. Barcelona: Ed. Siruela.
- Consiglieri, Carlos, Abel, Marília. (1999). *A Tradição Conventual Na Doçaria De Lisboa*. Sintra : Colares Editora.
- Correia, José Eduardo Horta. (1991). *A importância dos colégios universitários na definição das tipologias dos claustros portugueses*. In Actas do Congresso História da Universidade de Coimbra.

- Costa, J. Almeida, Melo, A. Sampaio. (1979). *Dicionário da Língua Portuguesa*. 5ª edição. Porto: Ed. Porto Editora Ltª.
- Cuche, Denys. (1999). *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. EDUSC.
- Deschamps, J. C. & Moliner, P. (2009). *A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais* (L. M. E. Orth, Trad.). Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- Desvallées, André e Mairesse, F. (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura.
- Diderot, Denis. (1983). *A Religiosa*. São Paulo: Ed. Abril Cultural.
- Dreher, Martin R. (2006). *A Crise E Renovação Da Igreja no Período da Reforma*, Volume 3. São Leopoldo: Ed Sinodal.
- Dubar, C. (1997). *Para uma teoria sociológica da identidade*. Em *A socialização*. Porto: Ed. Porto Editora.
- Elias, Norbert. (2002). *Teoria Simbólica*. Oeiras: Ed. Ceuta.
- Ferreira, Ana Rita de Almeida Araújo Francisco. (2012). *DO ESCONDIDO, Santo Agostinho e os limites da estética*. Tese apresentada na Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Filosofia para a obtenção do grau de Doutor.
- Figueira, João. (2014). *António da Silva, “o primeiro herói do concelho de Arganil”*. In: Actas do II Congresso Internacional do OBSERVARE, Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Fraga, Luís Alves. (2010). *Do Intervencionismo ao Sidonismo - Os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*. Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Giddens, Anthony. (2005). *Sociologia, O que é Sociologia?* Porto Alegre: Ed. Artmed.
- Goffman, Erving. (1982). *On Face Work. Na Analysis of Ritual Elements in Social Interaction; in Interaction Ritual Essay on Face to Face Behavior*. Victoria: Ed Penguin Books Ltd.
- Gil, António Carlos. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Ed. Atlas.
- Goffman, Erving. (1988.). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan.
- Goffman, Erving. (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Ed. Relógio d'Água.
- Gomes, Saul António. (2009). *Sagrados monumentos, relíquias de mártires e de santos em Portugal, Martírios & Massacres*. In *Revista Lusófona de Ciências e religiões – ano*

- VIII / n. 15 – 59-84. Lisboa: Ed. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Gracián, Enrique. (2017). *Os Números Primos, Um longo caminho para o infinito*. Lisboa: Ed. National Geographic, edição especial.
- Haguette, T. M. Frota. (1999). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Halbwachs, Maurice. (1968). *La mémoire collective*. Paris: Ed, PUF.
- Halbwachs, Maurice. (1992). *On Collective Memory*. Chicago: Ed. de University Chicago Press.
- Halbwachs, Maurice. (2004). *A memória coletiva*. São Paulo: Ed.Centauro.
- Halbwachs, Maurice. (2013). *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro.
- Hein, G. (1998.) *Learning in the Museum*. London: Routledge.
- Horta, Maria de Lourdes Parreiras. (1995). Semiótica e Museu. In *Cadernos de Ensaios: estudos de museologia*. 2. Ed. Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (*Iphan*), Rio de Janeiro.
- Ivo, Frei. (2010). *Diferença entre Convento e Mosteiro*. Acedido em 15 de Maio de 2018, <http://paroquiavirtualfreiivo.blogspot.pt/2010/08/diferenca-entre-convento-e-mosteiro.html>.
- Jacques, M. G. C. (1998). *Identidade*. In: M. N. Strey et al. *Psicologia social contemporânea* (pp. 159-167), Petrópolis: Ed.Vozes.
- Jammer, M. (1966). *The Conceptual Development of Quantum Mechanics*. New York: McGrall-Hill.
- Jung, Carl G. (1977). *O Homem e os seus Símbolos*. Rio de Janeiro: Ed Nova Fronteira.
- Lage, Maria Otília Pereira. (2002). *Abordar o património documental: territórios, práticas e desafios*. NEPS. (Cadernos NEPS; n.º 4). ISBN 972-98695-5-3, Guimarães.
- Leite, Pedro Pereira. (2014). Ecomuseus e Inovação Museológica. Ecomuseus, Museologia Informal. Acedido em 16 de Março de 2018, <https://globalherit.hypotheses.org/1250>.
- Lima, Felipe Nunes. (2014). *A Questão da Identidade em Psicanálise: Divisão e Identificação*. In: Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Lopes, Luís Carlos. (1997). *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Krippendorff, K. (1990). *Metodología de análisis de contenido*. Teoría y Práctica. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica S.A.
- Machado, Maria Beatriz P. (2004). *A gestão dos documentos públicos municipais do Brasil*. In *Métis: História & cultura* – v.3, n.5: 115-127, Jan/Jun 2004, Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Acedido em 16 de Junho de 2017, <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1147/786>.
- Marandino, M. (2005). *Museus de Ciências como Espaços de Educação*. In: *Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna*. Belo Horizonte: Argumentum, FEUSP.
- Maria, Padre D Nicolao de S. (1668). *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*. Lisboa: Officina de Ioam da Costa. Acedido em 16 de Outubro de 2017, <https://play.google.com/books/reader?id=nUb4TkJhHdcC&hl=pt-PT&printsec=frontcover&pg=GBS.PA555>.
- Marques, A. H. Oliveira. (1991). *História de Portugal*. Lisboa: Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Martín, Marcelo. (2007). La difusión del patrimonio Actualización y debate. Boletín nº1: Difusion. Estudios. Revista semestral Revista electrónica do Património (e-rph) Histórico. Granada: Departamento de Historia del Arte - Facultad de Filosofía y Letras - Universidad de Granada.
- Martins, Guilherme d'Oliveira. (2011). *Portugal: memória, património e cidadania*. In *Identidade nacional - Entre o discurso e a prática*. Porto: Ed. Fronteira do Caos editores Lda.
- Matela, Raquel Sofia de Pinto Lobo. (2009). *O Papel dos Conventos no Crescimento Urbano - Reflexões sobre Monumentos e Salvaguarda do Património - Casos de Estudo em Lisboa: O Convento de São Bento da Saúde e o Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco*. Dissertação no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre.
- McCracken, G. (1991). *The Long Interview*. 5ª edição. Newbury Park, Califórnia: Ed. AGE Publications.
- Medeiros, António José. (2002). *Ideias e Práticas da Cidadania*. União: Ed. Cermo.
- Méndez, R. (2007). El museo como fórum de ciudadanía en el mundo, in *Cadernos de Sociomuseología*, nº 28. Lisboa: ULHT.

- Meneses, Filipe Ribeiro. (2015). *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Lisboa: Ed. Dom Quixote.
- Montaner, Josep M. (1990). Museu contemporâneo: lugar e discurso. *Revista Projeto*, nº 144, São Paulo. Acedido em 16 de Setembro de 2016, https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11594/57540_9.pdf?sequence=1
- Nora, Pierre. (1993). *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. In: *Revista Projeto História*, n.10. São Paulo: PUC-SP.
- Morujão, Isabel. (2011). Entre a voz e o silêncio: literatura e espiritualidade nos mosteiros femininos. In *Revista de Estudos da Religião (Rever) Nº 01 da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*.
- Moutinho, Mário C. de Magalhães. (2007). Definição evolutiva de Socio-museologia, Proposta para reflexão. In *Actas do XII Atelier Internacional do MINOM / Lisboa. Cadernos de Sociomuseologia nº 28, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*.
- Moutinho, Mário. (2008). Os museus como instituições prestadoras de serviços. Lisboa: *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Estudos e Ensaios*, nº 8.
- Moutinho, Mário C. de Magalhães. (2009). Sobre o Conceito de Museologia Social. Lisboa. Ed. Edições Universitárias Lusófonas, *Cadernos de Sociomuseologia nº 1, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*.
- Nobre, Adolfo Samyn. (2009). *Cerzindo a rede da memória: estudo sobre a construção das identidades no Bairro Maré*. Lisboa: Ed. Edições Universitárias Lusófonas, *Cadernos de Sociomuseologia Nº 33, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*.
- Ortiz, Renato. (1996). *Mundialização e cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Pais, Alexandre. (2007). Inquietações da Alma, Reflexões sobre o simbolismo presente nos temas coadjuvantes de núcleos azulejares portugueses. *Revista de História da Arte. Revista Anual do Instituto de História da Arte/FCSH/NOVA*.
- Palmer, Richard. (1969). *Theory in Schleiermacher, Dilthey, Heidegger and Gadamer*. Evaston. Illinois: Ed. Northwestern University Press.
- Pinto, José Madureira. (1991). Construções sobre a produção social da identidade. In *Revista crítica de Ciências Sociais nº 32*. Porto: Faculdade de Economia do Porto.
- Pinto, Major-general Renato Fernando Marques. (2009). As Indústrias Militares e as armas de Fogo Portáteis no Exército Português. In *Revista Militar de Nº 2495*. Lisboa: Ed. Estado Maior do Exército.

- Pinto, Manuel Serafim. (2016). *Estado da Arte e Teoria do Conhecimento*. Lisboa: Ed. Fronteira do Caos.
- Pinto, Rooney Figueiredo. (2014). *A iconografia mariana no espaço jesuíta português: culto e devoção à Virgem Maria na Igreja do Colégio de Jesus de Coimbra*. Dissertação apresentada na Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Mestre.
- Portella, Viviane Portella de. (2012). *Difusão Virtual do Património Documental do Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre. Acedido em 06 de Abril de 2017, http://www.arquivopublico.rs.gov.br/arquivos/1360344101.6_Dissertacao_versao_final.pdf.
- Porter, Michael Eugene. (1998). *Estratégia: A busca da vantagem competitiva*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- Primo, Judite. (1999). Pensar contemporaneamente a museologia. In. *Cadernos de Sociomuseologia* nº 16. Lisboa: Ed. Centro de Estudos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Primo, Judite. (2000). *Museus Locais e Ecomuseologia - Estudo do Projecto para o Ecomuseu da Murtosa*. Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Quivy, Raymond; Campenhoudt, Luc Van. (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: 2.ª. Ed. Grádiva.
- Rêpas, Luís Miguel. (2005). Clérigos e religiosos na Sociedade Medieval. *Lusitania Sacra, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*. Tomo XVII, 2ª Série. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Acedido em 16 de Junho de 2018, https://books.google.pt/books?id=89TeAjJXgn8C&pg=PA72&lpg=PA72&dq=abadessa+e+prioresa,+diferen%C3%A7a&source=bl&ots=uQhSVTqTCq&sig=XCmWaIeOGlm5HpoRIwdFL_q2yz8&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwjYg5Gy7f7dAhUEliwKHVfUD9YQ6AEwDHoECAIQAQ#v=onepage&q=abadessa%20e%20prioresa%20diferen%C3%A7a&f=false.
- Richardson, Roberto Jarry. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas.
- Riviere G. H. (1981). *Muséologie*. Paris: ed. Dunod.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz, et al. (1993). *Iniciação à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Rodrigues, Olinda Maria de Jesus. (2010). *As Alminhas em Portugal e Devolução de Memória. Estudo Recuperação e Conservação*. Dissertação apresentada na Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes para a obtenção do grau de Mestre.
- Roque, Maria Isabel Rocha. (2011). Entre os sagrado e o profano: práticas museológicas de iniciativa eclesial. In *Anais do Museu Histórico Natural*, Rio de Janeiro.
- Roque, Maria Isabel. (2011). Sagrado e Modernidade - A exposição do sagrado no museu. *Revista de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa*. Lisboa: BonD – Bookson Demand.
- Rosado, David, Miguel Pascoal. (2010). *GENERAL ANTÓNIO XAVIER CORREIA BARRETO (1853 – 1939)*. Lisboa: Ed. Academia Militar.
- Sá, C. (2009). *A identidade em psicologia social*. Prefácio à edição brasileira. In J. C. Deschamps (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- Santos, Diana Gonçalves dos. (2011). *Albarradas setecentistas da produção azulejar coimbrã e a influência da obra de Florum Cultura de Giovanni Battista Ferrari (1633)*. In *População e Sociedade*, vol. 19. Porto: Centro de Estudos da População Economia e Sociedade CEPES.
- Santos, Luís Filipe. (2004). *Extinção das Ordens religiosas*. Acedido em 10 de Julho de 2017, <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/extincao-das-ordens-religiosas/>.
- Santos, Maria Clara. (2013). *O Boa Viagem, memória de uma Recuperação*. Moita: CMM/Departamento de assuntos Sociais e Cultura.
- Santos, Myrian Sepúlveda. (2002). *O Pesadelo da Amnésia colectiva: Um estudo sobre os conceitos de memória, Tradição e traços do passado*. Acedido em 10 de Julho de 2017, https://www.researchgate.net/publication/279415980_O_PESADELO_DA_AMNESIA_COLETIVA_UM_ESTUDO_SOBRE_OS_CONCEITOS_DE_MEMORIA_TRADICAO_E_TRACOS_DO_PASSADO.
- Santos, Myrian Sepúlveda. (2003). *Memória Colectiva e Teoria Social*. Universidade de Coimbra. Coimbra: Ed. ANNABLUME.
- Santos, Myrian Sepúlveda. (2012). *Memória Colectiva e Teoria Social* Universidade de Coimbra. Coimbra: Ed. ANNABLUME.
- Sarmiento, Adriana Godoy da Silveira. (2003). *Preservar para não restaurar*. In: Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e ética. Florianópolis: Ed. Anais eletrônicos: Associação Catarinense de Bibliotecários.

- Schwarz, Ferdinand. (2018) *Mitos, ritos e símbolos, Antropologia do sagrado*. Lisboa: Ed. Nova Acrópole.
- Silva, Ana Isabel Patrício Dâmaso. (2013). *A Primeira Guerra Mundial na cidade e distrito de Lisboa - Vivências e Percepções*. Dissertação apresentada na FCSH da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre.
- Silva, Teixeira da (2014). *Rio Trancão*. Acedido em 10 de Julho de 2017, <http://www.faroldanossaterra.net/2014/05/22/rio-trancao/>.
- Smith, Laurajane. (2006). *Uses of heritage*. Londres: Ed. Routledge.
- Soares, José Luís. (2015). Uma história na história. Acedido em 10 de Março de 2019, https://groups.google.com/forum/#!topic/tradicional/Ub_s_fCAXlo.
- Sobral, José Manuel. (2012). *Portugal, portugueses: Uma identidade nacional*. Lisboa: Ed. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sternberg, Robert J. (2000). *Psicologia Cognitiva*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul.
- Sucena, Eduardo. (2008). *A epopeia templária em Portugal*. Lisboa: Nova Vega Ltdª.
- Sucena, Eduardo. (2006|2007). O Vale e o Convento de Chelas. *Arqueologia & História*, vol. 58|59, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Teixeira, Sálvio de Figueiredo et. al. (2000). *Direito & medicina*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey.
- Tojal, Alexandre Arménio. (s/d). *O Arquitecto da Cidade: de Teodósio de Frias a Malaquias Ferreira Leal. Contornos de um cargo municipal*. Acedido em 27 de Setembro de 2017, <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/62.pdf>.
- Tolentino, Atila Bezerra. (2016). *Museologia social: apontamentos históricos e conceituais*. Cadernos de Sociomuseologia nº 8. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Valette, Jean-Jacques. (1973). *O papel dos arquivos na administração e na política de planificação nos países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Edição do Arquivo Nacional.
- Vera-Cruz Pinto, Adelina Filomena. (2016). *Oportunidades e Desafios do Serviço de referência - O Caso da Biblioteca do Tribunal de Contas*. Relatório de estágio apresentado Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, para a obtenção do grau de Mestre.
- White, Harrison. (1992). *Identity and Control. A Structural Theory of Social Action*. New Jersey: Ed. Princeton University Press.

Zanirato, Sílvia Helena. (2009). *Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural*. Brasil: Universidade de São Paulo.

Cadernos de Sociomuseologia nº 15 - 1999. Lisboa: Ed. Centro de Estudos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Cadernos de Sociomuseologia Nº 19. Lisboa: Ed. Centro de Estudos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Jornal Expresso do Oriente, nº 78 de Agosto de 2012: 11.

Legislação

Constituição da República Portuguesa.

Decreto de 7 de Setembro de 1899.

Decreto 17954 de 20 de Janeiro de 1930.

Decreto-lei 46758 de 18 de Dezembro de 1965.

Decreto-Lei nº 42564 de 7 de Outubro de 1959 - (publicado em 19 de Novembro).

Decreto-Lei 138 de 15 de Junho de 2009.

Decreto-Lei 149 de 4 de Agosto de 2015.

Despacho 6010 de 23 de Fevereiro de 2009. Lei 1700 de 18 de Dezembro de 1924.

Lei 107 de 8 de Setembro de 2001.

ICOM-PT, Código Deontológico do ICOM para Museus, 2009.

OE nº 9 – I Série de 11 de Setembro de 1899: 260.

OE nº 8 – I Série de 19 de Novembro de 1959: 663.

OE - 1ª e 2ª Série de 1902.

Despacho Normativo n.º 3 de 25 de Janeiro de 2006 – (publicado no DR I série-B).

Webgrafia

A Arte do Azulejo em Portugal. Acedido em 13 de Maio de 2017, <http://cvc.instituto-camoes.pt/azulejos/sec17.html>.

A Fé, o Tejo e as gentes O Círio de Chelas e a Procissão de Nossa Senhora da Atalaya. Acedido em 16 de Maio de 2017, <http://www.ancruzeiros.pt/Informacao2011/CulturaAvieiraFI-24-2011.pdf>.

A história de Ulisses. Acedido em 06 de Março de 2017, <http://www.olimpvs.net/index.php/mitologia/a-historia-de-ulisses/>.

- A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Acedido em 16 de Junho de 2017, <http://www.arqnet.pt/exercito/secretaria.html>.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo. Acedido em 17 de Maio de 2018, <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1437475>.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo. Acedido em 18 de Maio de 2018, <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1383576>.
- Arquivo da Presidência da República. Acedido em 10 de Julho de 2017, http://arquivo.presidencia.pt/report/?p=%2FArcheevo4_DSDA%2FFrontOffice%2FPublic%2FMiscellaneous%2FDescriptionItemPublicReport&f=3&ID=33806&Local e=pt.
- Arte e história do azulejo. Acedido em 7 de Fevereiro de 2018, <http://gesseiroemp.com.br/arte-e-historia-do-azulejo/>.
- Associação dos Amigos da Torre do Tombo. Acedido em 28 de Julho de 2017, <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=216>.
- Azulejo do século XVII, Museu Alberto Sampaio. Acedido em 23 de Junho de 2017, http://masampaio.culturante.pt/pt-PT/exposicoes_ev/ContentDetail.aspx?id=966.
- Centro Nacional de Cultura. Acedido em 21 de Junho de 2017, http://www.e-cultura.sapo.pt/patrimonio_item/6484.
- Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Acedido em 12 de Julho de 2017, <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/mosteiro-e-convento/818>.
- Cisma do oriente e a divisão do catolicismo. Acedido em 10 de Julho de 2017, <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/cisma-oriente-divisao-catolicismo.htm>.
- Comissário Científico do Instituto de Gestão do Património e Arqueologia, na Exposição “100 anos de Património, memória e identidade”. Acedido em 06 de Março de 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=FvTfPBW9Ytk>.
- Comunhão (Duas Espécies) - Concumitância. Acedido em 13 de Maio de 2017, <http://www.universocatolico.com.br/index.php?/comunhaoduas-especies-concomitancia.html>.
- Convento. Acedido em 4 de Abril de 2019, [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$convento](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$convento)
- Convento de Nossa Senhora do Couto de Gouveia. Acedido em 03 de Julho de 2017, <https://digitarq.arquivos.pt/DetailsForm.aspx?id=1375569>.

- D. Fernando - O Formoso. Acedido em 16 de Maio de 2017, <http://www.cunhasimoes.net/cp/textos/historia/LivHistoria06.htm>.
- Da Cidade Sacra à Cidade Laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX. Acedido em 12 de Julho de 2017, <https://institutodehistoriadaarte.wordpress.com/research/fctfunded/cidadesacra/>.
- De Chelas à Póvoa de Santo Adrião. Acedido em 27 de Setembro de 2017, <http://odivelas.com/2010/01/15/de-chelas-a-povoa-de-santo-adriao/>.
- Denis Diderot. Acedido em 10 de Outubro de 2018, https://www.ebiografia.com/denis_diderot/.
- Deus e a Matemática/Introdução. Acedido em 13 de Maio de 2017, https://pt.wikibooks.org/wiki/Deus_e_a_Matem%C3%A1tica/Introdu%C3%A7%C3%A3o
- Dia da Marinha do Tejo comemora-se no Cais da Moita este sábado. Acedido em 3 de Maio de 2018, <https://www.diariodaregiao.pt/2018/06/21/dia-da-marinha-do-tejo-comemora-se-no-cais-da-moita-este-sabado/>.
- Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Acedido em 14 de Junho de 2018, <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/enxilharia>.
- Diferença entre Convento e Mosteiro. Acedido em 3 de Abril de 2019, <http://paroquiavirtualfreiivo.blogspot.com/2010/08/diferenca-entre-convento-e-mosteiro.html>
- Direcção Geral do Património Cultural. Acedido em 03 de Julho de 2017, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70587>.
- Direcção Geral do Património Cultural.. Acedido em 15 de Abril de 2019, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-municipal-de-loures/>
- Direcção Geral do Património Cultural. Acedido em 7 de Fevereiro de 2018, <http://odivelas.com/2010/01/15/de-chelas-a-povoa-de-santo-adriao/>.
- Direcção Geral do Património Cultural. Acedido em 7 de Fevereiro de 2018, http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2518.
- ECIVIL, Decomplicando a Engenharia. Acedido em 23 de Junho de 2017, <http://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-claustro.html>.

- El simbolismo en la Arquitectura. Acedido em 13 de Maio de 2017, em <http://www.iiarquitectos.com/2010/01/el-simbolismo-en-la-arquitectura.html>.
- Exposição Permanente - Museu do Azulejo. Acedido em 20 de Junho de 2017, <http://www.museudoazulejo.pt/pt-PT/ExposAct/ExpoPerm/ContentDetail.aspx?id=889>.
- História e origem do azulejo em Portugal. Acedido em 31 de Julho de 2017, <https://www.vortexmag.net/historia-e-origem-do-azulejo-em-portugal/4/>.
- História de Marvila. Acedido em 12 de Julho de 2017, <http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/historia>.
- ICOM. Código de ética para os museus. Acedido em 31 de Julho de 2017, https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=c%C3%B3digo+de+%C3%A9tica+do+icom+para+os+museus.
- Igreja Católica na Idade Média. Acedido em 20 de Junho de 2017, <http://www.estudopratico.com.br/igreja-catolica-na-idade-media/>.
- Igreja e Convento de Chelas. Acedido em 7 de Fevereiro de 2018, <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/igreja-e-convento-de-chelas>.
- Igreja e Convento de Chelas / São Félix. Acedido em 25 de Setembro de 2017, <https://lifecooler.com/artigo/comer/igreja-e-convento-de-chelas-so-flix/350490/>.
- Inventário de extinção do Convento de São Félix de Chelas de Lisboa. Acedido em 22 de Julho de 2017, <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224429>.
- Itinerários das Vias Romanas em Portugal. Acedido em 25 de Agosto de 2017, <http://www.viasromanas.pt/>.
- Juliana de Noronha. Acedido em 10 de Outubro de 2018, <https://www.geni.com/people/Juliana-de-Noronha/6000000012824065174>.
- Junta de Freguesia de Marvila. Acedido em 12 de Março de 2019, http://www.jf-marvila.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=2.
- Legislação Régia - Assembleia da República. Acedido em 20 de Julho de 2017, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/>.
- Leonor de Almeida Portugal, Marquesa de Alorna. Acedido em 03 de Julho de 2017, <http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2015/04/leonor-de-almeida-portugal-marquesa-de.html>.
- Lxconventos. Acedido em 13 de Maio de 2017, <http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=609>

- Mártires do Japão. Acedido em 18 de Outubro de 2018, <https://martiresdojapao.wordpress.com/>.
- Mente Cérebro. Acedido em 25 de Agosto de 2017, http://www2.uol.com.br/vivermente/noticias/recontando_neuronios.html.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. Acedido em 16 de Maio de 2017, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4227811>.
- Mosteiro de Chelas. Acedido em 22 de Julho de 2017, <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1437475>.
- Mosteiro de Chelas. Acedido em 23 de Julho de 2017 <https://pt.scribd.com/document/188884675/2013-11-25-Mosteiro-de-Chelas-Arq-Nac-Torre-Do-Tombo-5p>.
- Náutica Press - Nossa Senhora da Atalaia, uma tradição antiga. Acedido em 12 de Julho de 2017, <https://www.nauticapress.com/procissao-nossa-senhora-da-atalaia-uma-tradicao-antiga/>.
- No Mundo dos Museus. Acedido em 27 de Setembro de 2017, <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/tag/funcao-social-do-museu> e <http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/tag/hugues-de-varine>.
- O signo: elementos semióticos de Peirce. Acedido em 20 de Junho de 2017, <https://ensaiosnotas.com/2016/11/08/o-signo-elementos-semioticos-de-peirce/>
- Os mosteiros medievais como edifícios do saber. Acedido em 27 de Setembro de 2017, <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium27/20.htm>.
- Parecer nº 1280-DRCC, da Direcção Regional de Cultura do Centro. Acedido em 27 de Agosto de 2017, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/despachosdeabertura/ERmissoesII.pdf>.
- Património Histórico. Acedido em 12 de Julho de 2017, <http://www.jf-beato.pt/beato/patrimonio/>.
- Património Histórico na freguesia do Beato. Acedido em 8 de Junho de 2018, <https://fr-fr.facebook.com/notes/junta-de-freguesia-do-beato/patrim%C3%B3nio-hist%C3%B3rico-na-freguesia-do-beato/294982333085/>.
- Portal e galilé da Igreja de Chelas. Acedido em 7 de Fevereiro de 2018, https://www.e-cultura.sapo.pt/patrimonio_item/6484
- Portugal navega no desconhecido. Acedido em 16 de Maio de 2017, <http://regalias.blogs.sapo.pt/183746.html>.

- Príncipe D. Henrique. Acedido em 20 de Junho de 2017, <http://www.conventocristo.gov.pt/pt/index.php?s=white&pid=223>
- Real de Lisboa visitou o Convento de Chelas. Acedido em 12 de Julho de 2017, <http://realbeiralitoral.blogspot.com/2013/12/real-de-lisboa-visitou-o-convento-de.html>.
- Ruas de Lisboa com alguma história: Estrada de Chelas. Acedido em 14 de Junho de 2017, <http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.com/2018/03/estrada-de-chelas-viii.html>
- Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Acedido em 23 de Julho de 2017, <http://www.arqnet.pt/exercito/secretaria.html>.
- Seminário de Cernache do Bonjardim classificado como monumento de interesse público. Acedido em 3 de Maio de 2018, <https://beiranews.pt/2015/02/seminario-de-cernache-do-bonjardim-classificado-como-monumento-de-interesse-publico/>.
- Seminário das Missões Ultramarinas. Acedido em 3 de Maio de 2018, <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/18044967>.
- Signo, significante e significado. Acedido em 16 de Maio de 2017, <http://uegsemiotica.blogspot.com/2013/03/signo-significante-e-significado.html>.
- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Acedido em 14 de Abril de 2017, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2518.
- Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA). Acedido em 27 de Setembro de 2017, http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4067/.
- Toponímia de Lisboa. Acedido em 8 de Junho de 2018, <https://toponimialisboa.wordpress.com/2016/04/11/o-largo-julio-de-castilho/>
- VERGA. Acedido em 16 de Abril de 2017, http://www.arkitekturbo.arq.br/dicionario_por/busca_por.php?letra=verga
- Vias Romanas em Portugal. Acedido em 06 de Março de 2017, http://www.viasromanas.pt/#braga_lisboa.
- Voto de clausura: Reportagem SIC esteve 2 dias com freiras do Convento das Carmelitas, em Beja. Acedido em 31 de Julho de 2017, <https://sicnoticias.sapo.pt/vida/2010-03-07-Voto-de-clausura-Reportagem-SIC-esteve-2-dias-com-freiras-do-Convento-das-Carmelitas-em-Beja>.
- UNESCO - Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Acedido em 16 de Junho de 2017, www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf.

9º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas em Actas de Congressos e Encontros 13Set2010 Associação portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Acedido em 13 de Setembro de 2017, <http://www.apbad.pt/Edicoes/EdicoesCongresso9.htm>.



Apêndices

Questionário ao Reverendo Reitor do Santuário de N^a Sr^a da Atalaia, Montijo.

1 - Há uma ligação entre os conventos e as populações, pois os conventos não viviam sozinhos nem as populações estavam de costas voltadas para eles. Como é que se dava a emergência dos conventos e essa ligação à população?

2 - Qual é importância da Santa (Sr.^a da Atalaia) na região do Montijo?

- Isto é, porquê esta Santa e não outra? (Critérios, motivações e outros)
- Qual tem sido o seu percurso da Invocação no tempo (história)
- É facto que ainda existe uma procissão no Montijo (800 anos, creio) e outras, em que uma delas vem de Chelas- Lisboa?
- Como se articulavam e se articulam os vários Círios que se juntam à Procissão no último domingo de Agosto?
- Existe uma razão desta data?
- E porque era e é realizada a procissão, com a travessia do Tejo, em embarcações?
- Qual é a sua opinião sobre a travessia do Tejo ainda ser em embarcações, excepto quando as marés não permitem?
- Havia algum motivo para que os peregrinos partissem de Chelas para o Montijo?

3 - Se bem que a primeira pergunta se encontre na generalidade do aparecimento dos conventos, no caso de Chelas, como se pode entender o Convento de Chelas?

- Refira-se, por favor, à importância deste convento na ligação Santuário da Nossa Senhora da Atalaia e para as comunidades de ambas as margens do Tejo.

4 - A Igreja de S. Félix, católica até há poucos anos, agora é ortodoxa. Como entende esta cedência em termos sociais?

5 - O espaço, hoje, ocupado pelo Exército tem vantagens para o espaço conventual?

6 - Na sua opinião, acredita ser possível vir a existir uma musealização do convento de Chelas que promova os espaços numa ligação à população (local, escolas, Junta de Freguesia, etc.)?

7 - Por favor diga-me outros temas relativos ao património e à religiosidade que queira falar.

Muito obrigado

Questionário de Satisfação

Este questionário está a ser pedido, de modo informal, pois procura-se averiguar as suas opiniões e, se possível, auscultar as suas sugestões.

Por ser um questionário unicamente para fins académicos, deve manter o anonimato, pelo que se agradece que não assinie nem deixe nele quaisquer marcas que o possam relacionar consigo. Agradecemos a sua disponibilidade.

1 - Idade _____ Sexo _____

Nas próximas questões, responda com um X na opção que achar correcta.

2 - Como se sentiu com esta visita?

Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito, nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito

3 - Sente que adquiriu conhecimentos sobre a história do Convento?

Sim Não

4 - Sente que adquiriu conhecimentos sobre a simbologia do Convento?

Sim Não

5 - Qual é a sua opinião sobre a importância do Arquivo Militar aqui instalado?

Não é Importante	Pouco Importante	Irrelevante	Importante	Muito Importante

5 a) Qualquer que seja a sua resposta, indique porquê.

6 - Voltaria a visitar este Monumento?

Sim Não

6 a) Porquê?

7 - Sugestões/ Comentários

Muito obrigado

Entrevistas

Entrevista ao Sr Dr. Miguel Baêna (E1, 2017)

Esta entrevista foi realizada no dia 27 de Outubro de 2017.

Sou Miguel Baêna, tenho 43 anos, sou pós-graduado em Arquivística e vivo deste lado de cá (margem sul do Tejo - comentário nosso) numa cidade aqui perto (Pinhal Novo - comentário nosso).

Durante alguns anos fui oficial contratado do Exército, com a patente de tenente, e estive algum tempo no Arquivo Geral do Exército a prestar serviço, ainda o Presidente deste Círio era o meu amigo, ainda Capitão¹.

Para além da amizade que se criou e que se mantém entre nós desde aquele tempo, tive o gosto de trabalhar no arquivo e no convento de Chelas que tinha, e que continua a ter, apesar de diferente, uma simples e bonita igreja e um espaço interior fantástico que leva à contemplação.

Soube, naquela altura, numa das primeiras vezes que se realizava o Círio à forma tradicional para aqui (para a Atalaia - comentário nosso) e sendo eu católico e muito devoto de Nossa Senhora, desde logo declarei ao Capitão que gostaria de participar na próxima procissão.

Assim foi, e desde então tenho vindo a todas. A pergunta não é porque aceito pegar no andor, mas porque quero pegar nele. Faço questão e tenho muito gosto de fazer o transporte do andor, pois sinto ser uma forma intensa de honrar a nossa Mãe, agradecer-lhe (a grande bênção que tem sido na minha vida) é também uma forma de além de dizer que sou Cristão, mostrá-lo; pelo meu lado, sinto-me honrado por esse privilégio. Na realidade, num grupo de várias pessoas (quer dizer peregrinos do Círio de Chelas - comentário nosso), e só havendo espaço para quatro poderem pegar no andor e ser eu um dos eleitos, é algo que me orgulha e sensibiliza, coisa que só poderia vir de um grande amigo.

"O que quer dizer à forma tradicional?" (Esta foi uma questão que lhe foi colocada pelo telefone).

¹ Nota: O ex-Tenente Baêna, por continuar a participar na procissão, acredita que o presidente do círio de Chelas de então era o actual, mas não é verdade. Nos primeiros anos que se começou realizar a procissão, até por iniciativa sua, foi o Professor Doutor Fernando Carvalho Rodrigues, quem merece o mérito desta iniciativa.

Quer dizer que as pessoas que participam, vêm a procissão com um espírito de missão, de peregrinos. Quer dizer que se mantém o andor levado aos ombros como era antigamente. Quer dizer atravessar o rio em barcos como era antigamente. Quer dizer, prestar culto a Deus e a Nossa Senhora, com a mesma fé que antigamente se fazia, porque, o que era bem feito e bom deve-se tentar sempre continuar a fazer.

Paralelamente à motivação de devoção religiosa, também me motiva muito reencontrar e conviver com velhos amigos ou camaradas em que esta é muitas vezes a única oportunidade de o fazer. O próprio ambiente de festa religiosa e num local tão bonito também são importantes.

Ouvi dizer que para o ano (2018) será um ano especial, pois será o 800º ano que se realiza aqui a procissão da Senhora da Atalaia ao que não poderei faltar e participar como sempre tenho feito, se Deus assim permitir.

Em relação à sua outra pergunta sobre o convento, tenho a dizer que quando fui colocado no Arquivo Geral do Exército, não conhecia Chelas antiga. Logo desde o primeiro dia que reparei ser um local muito degradado e até um bocado feio. Porém, esse senão é muito compensado pelo Convento de Chelas (o referido arquivo) um grandioso com um exterior simples e um interior alegre e agradável, com um elegante pátio e com painéis de azulejos pombalinos exuberantes e muito ornamentados. As traseiras, com o seu aqueduto e campo à volta mostram que o espaço serviu como exploração agrícola e dão um ar bucólico a todo o conjunto. Assim, fiquei interessado em saber mais acerca do convento, cujas características e história se podem resumir como abaixo.

O convento é dedicado a S. Félix e Santo Adrião de Chelas, uma vez que conta com as relíquias destes santos mártires. As primeiras provas de ocupação do espaço são do séc. X.

O convento teve obras ao estilo românico, gótico e manuelino, mas foram mais marcantes a reconstrução total do convento em 1604, e da igreja, após o terramoto de 1755.

Com a extinção das ordens religiosas o convento foi transformado em fábrica de pólvora e, a partir de 1898, passou a ser o Arquivo Geral do Exército.

Assim, o edifício, com origens tão antigas, consegue trazer beleza onde há fealdade,... alegria do campo onde há a tristeza da cidade. Que melhor local podia ter para trabalhar? Ainda tive a sorte de contar com uma óptima camaradagem, resultando em amizades que ainda perduram. Os anos que trabalhei no Arquivo Geral do Exército estão entre os melhores anos da minha vida.

Responder a estas questões é uma forma agradável de recordar o último domingo de Agosto!

Entrevista ao Sr. José Coelho (E2, 2017)

Esta entrevista foi realizada no dia 30 de Agosto de 2017.

Sou José Coelho, tenho 58 anos, sou funcionário da EDP e vivo em Santa Iria da Azóia. Entendo os fins a que se destina esta entrevista e autorizo o seu uso na tua tese.

Começo por explicar a quem te vai ler que a nossa amizade é antiga, desde 1982, quando fui prestar serviço militar como Oficial Miliciano no GAG1 em São Miguel. A nossa amizade nasceu e foi crescendo com o tempo desde que fazíamos serviço de graduados de dia em que passávamos as noites a falar disto e daquilo, mas sempre conversas interessantes.

Um dia, faz alguns anos, disseste-me que ias participar numa procissão com moldes invulgares, porque não era como as que andam na sua terra à volta da igreja ou algo assim. Não resisti e fiz-me convidado para participar. Como os preparativos iam ocupar-te muito do teu tempo eu resolvi também colaborar. Bem, isso por si só já me deu gozo. E o facto de voltarmos a fazer algo grande juntos foi um prazer.

Recordo que na primeira vez houve falta de oferecimentos para transportar o andor, e eu ofereci-me para colaborar, mas depois daquela experiência, fiz questão de fazer sempre esse 'sacro officio' todos os anos.

Desde a primeira experiência que tive, e que também foi a primeira procissão que se realizou com a Senhora da Atalaia, creio que nunca faltei a nenhuma. Isto porque, sempre que pensava nesse evento, senti-me atraído, com o desejo de compreender e até sentir o que sentiam aqueles que antigamente realizavam a procissão com fé, devoção e pelo respeito. Sinto-me curioso em compreender as suas motivações, pelo que experimento percorrer os mesmos caminhos de então. O facto é que estas experiências se tornam contagiosas.

Creio que existe, apesar do tempo que nos separa e que a procissão esteve interrompida, um cordão espiritual que nos une. Segundo, o facto de se atravessar o Tejo numa embarcação, à forma tradicional, em homenagem à Santa e que só se realiza uma vez no ano, é algo [que] só algumas pessoas têm o privilégio. Por isso, lamento que este ano não tenha corrido como habitualmente, mas teve um lado bom, pois mesmo assim não deixou de se realizar e, no fundo, teve o mesmo efeito espiritual de sempre.

Aproveito para te dizer que o facto de se realizar no rio e de barco é recordar a celebração do início das romagens em consequência das pestes no tempo de Dom Manuel o

que acaba por dar origem ao culto da Atalaia que continua a realizar-se. É um reviver a tradição.

Em relação à questão de transportar o andor, como disse, inicialmente foi para colaborar, ou seja, para fazer acontecer. Depois, porque uma grande viagem começa com um passo e porque sinto uma espécie de chamamento para esse, como referi, sacro ofício, pelo que estarei em todos os que conseguir estar. E em relação aos preparativos, já sabes, conta sempre comigo pois tenciono participar quanto mais não seja pelo sentimento de utilidade que o gesto inspira por isso.

Antes de falar na questão do monumento, no convento de Chelas, quero ainda dizer-te que contribuí para o fascínio que o Círio de Chelas possa ter sobre as pessoas, o paralelo que pode haver entre o mito da Fénix e a história recente da imagem por ter escapado ao fogo, contrariamente à hipotética opinião de muitos ou de todos os da época, que acreditaram ter sido consumida pelas chamas. Tal deveu-se a uma senhora ter entrado na igreja ainda em chamas e ter resgatado a imagem, guardando-a na sua casa enquanto viveu. Após a sua morte, a sua filha entregou-a, penso ser este o nome, à curadora da igreja. Daí que a imagem não tem Menino, que se perdeu no fogo. Esse facto (disse com um tom de voz bastante afirmativo) de não ter o Menino ao colo é como se fosse uma cicatriz que a imagem tem que a distingue de todas as outras que participam na procissão; faz dela, para além de ser a mais antiga, única!

Sobre o convento, temos a sorte em estar lá a funcionar o Arquivo Geral do Exército, aliás que é testemunho e serve de pista para investigação cultural, da existência de milhares de pessoas de cá, Portugal e territórios portugueses de África e Oceânia, quer em nomes e filiação entre outras valorosas informações, pois se não estivesse talvez o convento hoje fosse um hotel ou uma pré-ruína ao abandono como infelizmente vemos por esse país todo. Também temos a sorte de ele estar entre Chelas e Picheleira, consideradas zonas marginais, de fraca especulação imobiliária, que não é considerado 'IN' senão poderia, eventualmente estar vendido.

A igreja, na sequência do incêndio, por não ter havido dinheiro, não foi restaurada, o que a deixou com uma simplicidade que me impressiona, com um espaço convidativo à introspecção.

Se olharmos para as encostas da Picheleira e de Chelas, com casas populares, sentimos que elas nos sugerem uma unidade de vivência e de convívio que contrasta, por exemplo, com uma lindíssima catedral em Nova Iorque a qual está entalada e quase que apagada entre arranha-céus de betão.

O convento de Chelas traz-me recordações de infância. Quando chegava ao cimo da encosta onde está a Av. Santo Condestável, era um caminho de terra batida, só se via campos de trigo. Há ainda como que um eco do passado. Aliás, com pouco esforço de memória, quase que podemos sentir o espaço no tempo em que por ali andavam as freiras.

Entrevista ao Sr Mestre Pedro Machado (E3, 2017)

Esta entrevista foi realizada no dia 13 de Outubro de 2017.

Chamo-me Pedro Machado, sou Alferes contratado do Exército. Sou mestre em Gestão das Organizações com especialização em Gestão de Empresas e encontro-me a terminar o mestrado em Liderança de Pessoas e Organizações.

Entendi que estas questões que me foram colocadas se destinam à tese do seu doutoramento, pelo que tudo o que vou escrever pode ser usado livremente nesse trabalho académico.

Vivo em Lisboa, mas tenho raízes nortenhas, mais especificamente minhotas, onde a religião tem um forte impacto na cultura da região.

Apesar de ser um católico não praticante, existiram sempre eventos religiosos que me chamaram atenção, derivado ao ambiente que se gera em torno, refiro-me, por exemplo, às emblemáticas procissões sempre motivo de festa em que a monotonia do quotidiano é temporariamente quebrada e todo ou quase todo o povo vira-se para a realização dela.

De salientar, que na minha região de origem, que é na região de Barcelos, a participação em procissões, mais concretamente se poder levar o andor durante a procissão é motivo de orgulho para quem o pratica, existindo até uma competição “saudável” entre os locais para realizar essa missão.

Até lhe digo mais, há quem ‘pague’ para ter o privilégio de transportar o andor da nossa Senhora das Dores. Não me recordo de que a minha família tenha alguma vez conseguido participar nessa função, tal é a competição.

Assim, perante a minha curiosidade e interesse que renasceu aqui em Chelas em participar num evento religioso, surgiu com o convite do Major Borges, o qual me propôs que integrasse a equipa e, que eventualmente, até iria carregar o andor nas festas de “Nossa Senhora da Atalaia” o que foi para mim uma surpresa inesperada. Prontamente aceitei o convite, na convicção de que seria uma oportunidade de consumir não só a minha vontade de

participação em eventos religiosos como também de cumprir, à distância, um desejo antigo da minha família.

Chegado o dia da procissão, o cansaço que advinha da árdua semana de trabalho era ultrapassado pela ansiedade de dar início às festividades. Escondendo um pouco o nervosismo de que era alvo, dirigi-me juntamente com o grupo em direção ao local de embarque. Infelizmente, por motivos logísticos não pude acompanhar o grupo de barco através do rio Tejo, o que causou em mim um certo desalento.

Chegando à margem sul do rio Tejo, dirigimo-nos para ao local onde se iria realizar a procissão. Após nos organizamos a nível logístico e com o aproximar da procissão as emoções começam a vir ao de cima, por um lado o facto de não saber o que me esperava e por outro o facto de estar pela primeira vez a integrar uma equipa de peregrinos com o privilégio de transportar o andor, até porque queria deixar uma boa imagem, pois pedi que me tirassem fotos para mostrar lá em casa aos meus pais.

Após o início da procissão verifiquei que o ambiente era mais emotivo do que eu pensava. Confesso, que pensava que não se vivesse com tanta intensidade estes eventos religiosos nesta zona do país. Por isso foi uma boa surpresa!

Assim, e após findar a procissão, o balanço que faço é extremamente positivo. De facto é uma mistura de emoções positivas que senti. Gostaria de repetir a experiência e de conhecer igualmente outras realidades religiosas. São experiências a este nível que nos fazem crescer e aumentar a nossa bagagem culturalmente.

Um outro aspecto que acho ser relevante que vivenciei, foi a intensidade emocional que as pessoas, peregrinos, viviam. Na verdade, agora, com esta oportunidade, entendo porque se disputa lá na minha terra a posse do andor.

Agora em relação a este convento, só poderei dizer que antes de vir para o Arquivo como militar, não fazia a menor ideia da sua existência e por isso da sua história, que é de todos nós e que está aqui escondida. Que é um enorme convento que tem uma idade impressionante, pelo que deve ter mais histórias para nos contar e para serem descobertas para além da sua história natural. Gostaria que o problema destes belíssimos azulejos que estão a pedir que sejam atendidos fosse resolvido, senão um dia perdem-se desnecessariamente. E acho que as suas vistas devem continuar para que outros como eu que não sabiam que este lugar existia, possam ou passem a conhecer o que é nosso.

Para terminar, quero reforçar que também entendo porque a procissão é um elemento fundamental para a recordação de que somos o povo que somos e de que nos devemos orgulhar por ser.

Aqui, a quilómetros de distância, bendigo os meus familiares por se manterem firmes nas suas convicções como cristãos e continuem a participar na nossa procissão. E faço votos para que estas paredes deste tão antigo monumento transmitam aos que virão depois de nós quem nós somos e que eles continuem a ser o que nós somos.

Por último, quando me agradeceu por eu me disponibilizar para falar ou escrever, só lhe digo que quero ser eu a agradecer a possibilidade de dar o meu testemunho daquilo que senti e entendi sobre nós, portugueses.

Entrevista ao Reverendo Padre Andrei Ciobanu (E4, 2018)

Esta entrevista foi realizada no dia 13 de Março de 2018.

Sobre a primeira questão relacionada com modelo presentemente seguido pela igreja ortodoxa, respondeu que:

De facto, há muitas semelhanças e algumas diferenças, sendo a primeira grande semelhança, o acreditamos que Jesus é o Salvador da Humanidade.

Mas que para eu apresentar as diferenças entre ambas as igrejas teria de minimizar a importância das diferenças, face às semelhanças. Mesmo nas ortodoxas há diferenças entre si, nomeadamente das gregas em relação às russas, e nem por isso deixam de estar irmanadas no mesmo propósito de difundir a fé cristã. Por exemplo, os paramentos desta comunidade aqui em Lisboa são de tradição russa.

Falo apenas apenas do que é usado pelos padres celebrantes, o que exclui os bispos pois estes têm outras vestes, que habitualmente usavam o Rasson, que é de cor preta com mangas amplas; o Epitrachílion, que é uma estola que se coloca ao redor do pescoço, descendo sobre o peito ornada com várias cruces ou com a palavra “Santo” escrita três vezes.

Algumas igrejas, o uso do véu ainda segue a determinação do apóstolo Paulo, como as mulheres devem apresentar-se na igreja, descrita em (1 Coríntios 11:2-16), em que na igreja, apenas a mulher casada deve ter a cabeça coberta, e que esta tradição está a cair em desuso nas igrejas católicas.

Questionado sobre a principal razão para as diferenças, disse que:

Há diferenças e semelhanças e que alguns aspectos eram diferentes no raciocínio *à priori* e semelhantes na prática *à posteriori*. Ou seja, cada um tem uma razão de origem diferente, mas ambas caminham pelo mesmo caminho e para o mesmo destino. Se usarmos os termos cristãos de ovelhas, podemos considerar que, de facto, num rebanho, interessa pouco a cor da lã ou o caminho percorrido, desde que todas se dirijam ao mesmo redil. Podemos ver

isso nas Escrituras, a parábola do Bom Pastor, em que Jesus Cristo, referindo-se às ovelhas que se encontravam fora do seu aprisco, disse: "[...] é preciso que eu as traga e elas ouvirão a minha voz, e haverá um só rebanho e um só pastor" (João 10, 16). Este versículo do livro de João é tão abrangente e claro, que tem servido de ponto de partida para fundamentar a evangelização promovida por ambas igrejas.

Disse que, enquanto que a católica tem por base que Cristo, com aquelas palavras, ofereceu a Pedro o poder eclesiástico, exprimindo assim o Seu desejo de que todos se submetessem aos Seus ensinamentos, tendo a orientação de um só pastor, que seria Pedro, nós, os ortodoxos, dizemos que nas palavras de João, Jesus queria demonstrar que era Ele o cabeça da igreja e que, em Mateus seria o Paulo o líder da igreja. Para nós, foi a fé de Pedro que lhe deu o poder porque "Simão Pedro, respondendo, disse: Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo" (Mateus 16:16). Esse é um fundamento da sua igreja, pelo que Cristo lhe respondeu: "sobre essas palavras de fé vais fundar a igreja e ela não cairá", (Mateus 16: 18) "Pois também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela".

É provável que Jesus se referisse a si próprio, enquanto pastor no abrigo do Pai, e como apelo de que todos deveríamos andar unidos, sendo para isso necessário, antes de tudo, professar a mesma e única doutrina por Ele ensinada. Portanto, o caminho é convergente.

(Perante esta aparente contradição nos fundamentos das duas igrejas, o Padre Andrei, fez uma pequena pausa. Depois disse que seria mais simples explicar sob uma perspectiva histórica).

Desta forma, as Igrejas Ortodoxa e de Roma, até ao final do século X formaram durante os primeiros mil anos do cristianismo uma única comunhão eclesiástica, ou seja, eram só uma igreja; por isso é que existem muitas coisas parecidas entre as duas, ou seja, os católicos a professar na Europa Ocidental e os ortodoxos ao Leste, na Grécia e na Turquia. A católica pregava então a Palavra e o Cristianismo para Ocidente e a Ortodoxa fazia o mesmo para o Oriente. Todavia, e porque cada uma ia recebendo influências do lugar onde professava, (com o geodeterminismo e) com o passar dos tempos, as diferenças culturais reflectiram-se naturalmente nos rituais de cada uma, nomeadamente com o uso do latim no ocidente, do grego e do hebraico no oriente; mas mesmo depois de separadas, as duas igrejas continuaram e continuam a realizar as suas missas, e em ambas se celebra e renova o sacrifício de Jesus no Calvário.

(A respeito de sacrifício e antes de prosseguir a dissertação histórica, o Padre Andrei abriu um parêntesis para referir algumas diferenças).

Na igreja católica é percorrida a Via-sacra² na Páscoa (na sexta-feira Santa) com uma peregrinação composta por catorze estações, mais ou menos extensa conforme a vontade e a possibilidade da igreja (templo) que a realiza, mas que a igreja ortodoxa não realiza essa manifestação de pesar pela morte de Jesus, cantando apenas, com o mesmo sentido e o mesmo sentimento, "Santo Deus, Santo Forte, Santo Imortal tem piedade de nós" que é o *trisagion* (Τρισάγιον) em grego³, um hino modelo da liturgia ortodoxa.

Em 1054 deu-se a separação das duas igrejas no chamado Cisma do Oriente. Enquanto os católicos continuaram a seguir fielmente o Papa, nós não o aceitámos como líder da nossa Igreja, assim como não aceitámos nem aceitamos a sua infalibilidade, até porque entendemos que ele é um homem e, portanto, falível como os demais.

(Explicada a separação das duas igrejas e o conseqüente e progressivo afastamento entre elas, o Padre Andrei prosseguiu elencando algumas notórias diferenças e, bem assim, as semelhanças que lhes estão associadas).

A Igreja Ortodoxa realiza as suas missas segundo a tradição de S. João Crisóstomo e a Católica, é mais dedicada ao culto Mariano, nomeadamente quando se trata do Imaculado Coração de Maria, Senhora do Rosário, assim como mantém as comemorações do Corpus Christi e do Sagrado Coração de Jesus, que não existem na Ortodoxa. Por outro lado, os católicos dão mais ênfase à Tradição enquanto que os ortodoxos dão aos ensinamentos da Bíblia e à Tradição porque antes de haver Bíblia já havia sacerdotes que pregavam.

Mas ainda há mais outras semelhanças e diferenças podem ser verificadas na consagração do pão e do vinho em que, na liturgia católica, são repetidas as palavras pronunciadas por Nosso Senhor na última Ceia, sendo celebrada com vinho e com pão, a hóstia, que não tem levedura, ao passo que na ortodoxa se celebra com vinho e com pão com levedura.

Na Ortodoxa não existe o conceito de purgatório como é apanágio da Católica. O baptismo na Católica é feito com o derrame de água sobre a cabeça do neófito na pia baptismal, enquanto na Ortodoxa se baptiza por imersão.

(Durante esta entrevista viu-se sobre um dos altares uma cruz em tudo semelhante à dos católicos, quando a ideia que tinha era que seria diferente no número de travessas. Sobre esse facto folhe também questionado).

² A Via-sacra, que significa Caminho Sagrado é uma tradição católica que remonta ao século IV. Também é conhecida por Via Crucis, significando Caminho da Cruz.

³ No latim -Tresanctus, três Santos.

Em relação aos tipos de cruzes em uso, na tradição grega tem três barras: a de cima foi acrescentada por acreditarem que teria servido para a inscrição INRI (Jesus de Nazaré, Rei dos Judeus) e a terceira, em baixo, que teria recebido os pés de Cristo, pregados em separado e não juntos como é credo dos católicos. Todavia, esta comunidade aceita qualquer cruz, pois seguem o pensamento de São Basílio, o Grande, que disse que enquanto dois paus fizerem uma cruz ele lembrar-se-á do sacrifício de Jesus.

Nas igrejas católicas há o uso de imagens e nas ortodoxas o dos ícones. Uma outra grande diferença é a possibilidade de, por opção, os padres ortodoxos poderem casar, enquanto os católicos são celibatários.

Por último, na fórmula da absolvição dos pecados no Sacramento da Confissão, o sacerdote ortodoxo absolve não em seu próprio nome, mas em nome de Deus - "Deus te absolve de teus pecados"; na Romana, o sacerdote absolve em seu próprio nome, como representante de Deus, dizendo "Ego absolvo a peccatis tuis....".

Estas são apenas algumas diferenças e semelhanças mais notórias entre as duas igrejas; mas há mais detalhes, uns que as individualizam e outros que as unem no mesmo objectivo de louvar o Criador e de proporcionar a salvação dos crentes, pela graça da absolvição.

(Foi-lhe então pedido que contasse quais tinham sido as diligências para que a sua comunidade viesse a instalar-se na igreja de São Félix em Chelas; mas o Padre Andrei não mostrou vontade de desenvolver este assunto que decorreu com o alto patrocínio do Exército Português, do Patriarcado de Lisboa e da Igreja Ortodoxa e sobre a procissão da Nossa Senhora da Atalaia, que se realiza anualmente, disse entender, respeitar e apoiar os peregrinos, pois trata-se de crentes que têm devoção à Mãe de Jesus, mulher escolhida por Deus para trazer ao mundo o Seu Filho Unigénito, Jesus).

Entrevista ao Reverendo Padre Miguel d'Aguiar (E5, 2018)

Esta entrevista foi realizada no dia 14 de Junho de 2018.

Foi solicitado ao Reverendo Padre Miguel d'Aguiar que falasse à vontade sobre as questões levantadas, iniciando com a contextualização do lugar Atalaia do Montijo e do seu santuário. Perguntado sobre o lugar, disse:

- Começo por dizer que havia uma imagem que foi descoberta por uma rapariga numa fonte, a Fonte da Senhora, ali próxima, pouco depois da tomada definitiva de Alcácer em 18

de Outubro de 1217 e que foi trazida para aquele lugar, por isso a ideia de se comemorarem neste ano de 2018 os 800 anos do seu achamento, o que não foi possível concretizar-se.

Essa imagem foi trazida daquela fonte para as ruínas de uma casa que aqui existia. Ora, para que a casa ou o que quer que tenha sido, estivesse em ruínas, tivesse sido escolhido para receber a imagem, é porque certamente teria tido alguma importância.

Penso que essa casa, onde está o santuário, pela espessura das paredes e pela forma quadrangular deveria ter sido a atalaia, que deu origem ao nome da terra. Provavelmente demolida na 'operação' da 'terra queimada' de D. Afonso Henriques, que mandou deitar abaixo todas as atalaias, mantendo os castelos. Mas este lugar, esta atalaia, seria muito importante pois era a que estrategicamente tinha melhor posicionamento, em relação às demais, para a defesa do Mar da Palha.

Outros castelos, como os de S. Jorge, de Palmela e de Benavente, assim como a atalaia de Coima, que, estando longe demais, não conseguem ver o Mar da Palha.

Em relação aos conventos desta região, disse que:

- Estavam afastados uns dos outros e que o principal era o do castelo de Santiago em Palmela, que pertencia aos cavaleiros Monges de Santiago; e o mais próximo era o de S. Francisco, na Sabonha, dos Frades Menores; na Caparica havia o dos Capuchos; na Arrábida S. Pedro de Alcântara fundou o Conventinho; em Azeitão havia convento de Dominicanos e no Barreiro veio a haver uma cela.

Setúbal ainda tem um convento de Cistercienses, mas é mais recente que os citados. É do tempo de D. Manuel quando ele chama a si as ordens militares.

Já na margem norte do Tejo, em Lisboa, havia uma grande quantidade de conventos próximos uns dos outros, como eram os de Xabregas, Santos-o-Novo, Marvila, Chelas, Madre de Deus, Grilos, (Bernardos) Beato.

O Sr Padre Miguel d'Aguiar fez uma analepse e disse que:

- Quando se fez a reconquista cristã do território português, a norte do Mondego os conventos eram de ordens monásticas e a sul foram entregues às ordens militares que tinham uma componente conventual como a Ordem dos Templários, que teve alguma relevância, e que veio a dar, com D. Dinis, a Ordem de Cristo.

E a sul do Tejo, inicialmente havia os conventos da Ordem de Aviz e a Ordem de Santiago⁴. Depois iam surgindo vários conventos de outras ordens. A Atalaia é a mais antiga a sul do Tejo, mesmo em relação à do Cabo Espichel. Lamentavelmente, com as invasões

⁴ A Ordem de Santiago era praticamente toda costeira e a de Aviz raiana.

francesas e Guerras Liberais, o Santuário foi vandalizado e pilhado, tendo-se repetida esta prática com a implantação da República.

Questionado sobre as relações do povo com o santuário, começou por dizer que.

- A relação com um mosteiro é diferente da relação com um convento. Apesar de, em ambos, ser uma fonte de segurança, de trabalho e de apoio espiritual para as pessoas. Parece-me que falar e escrever sobre a história da vida conventual não é de fácil feitura devido às vicissitudes históricas, até porque, naquela altura, o mestre de Santiago tinha, predominantemente, jurisdição civil e canónica a sul do Tejo, daí que qualquer paróquia ou mosteiro ou convento a ser fundado teria de ter o seu aval, o que provocava conflito de interesses, por isso haver tão poucos.

Questionado sobre os círios, disse que:

- Do Montijo, ao longo do tempo, formaram-se quatro. De entre eles o Real Círio dos Pescadores de Aldegalega, do qual foi juiz perpétuo El-Rei D. Manuel I, mas todos eles já se extinguíram. De Alcochete, chegaram também a existir quatro círios, tendo-se todos fundido num único, e que mantém a sua romaria na Páscoa. De Setúbal novamente eram quatro e todos já extintos.

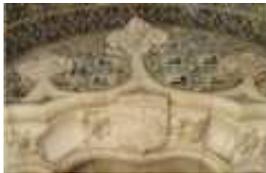
Outros círios foram organizados como os Círios de Alhos Vedros, Arrentela, Azóia, Barreiro, Cacilhas, Canha, Carregueira, Coima, Lavradio, Moita, Olhos d'Água, Palmela, Quinta do Anjo, Sarilhos Grandes, Sarilhos Pequenos, Seixal, Sesimbra, Vila Fresca de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão e, finalmente, o Círio Novo. Actualmente, destes, só sete se mantêm activos; outros círios de mais longe, se organizaram como os Círios da Herdade de Palma, de Cabrela e de Samora Correia, todos extintos. Há indícios da existência de romarias organizadas, vindas de Benavente e de Vendas Novas. E relativamente à outra banda, quer dizer, margem norte do Tejo, existiram os Círios de Oeiras e de Sacavém, e de Lisboa que chegaram a ser dezanove e estes também já extintos, com excepção do de Chelas, que esteve considerado extinto, mas que regressou e foi reactivado em 2005.

Também de Espichel, perante as várias pestes de séc XIII as pessoas vinham pedir à Senhora para serem livres delas.

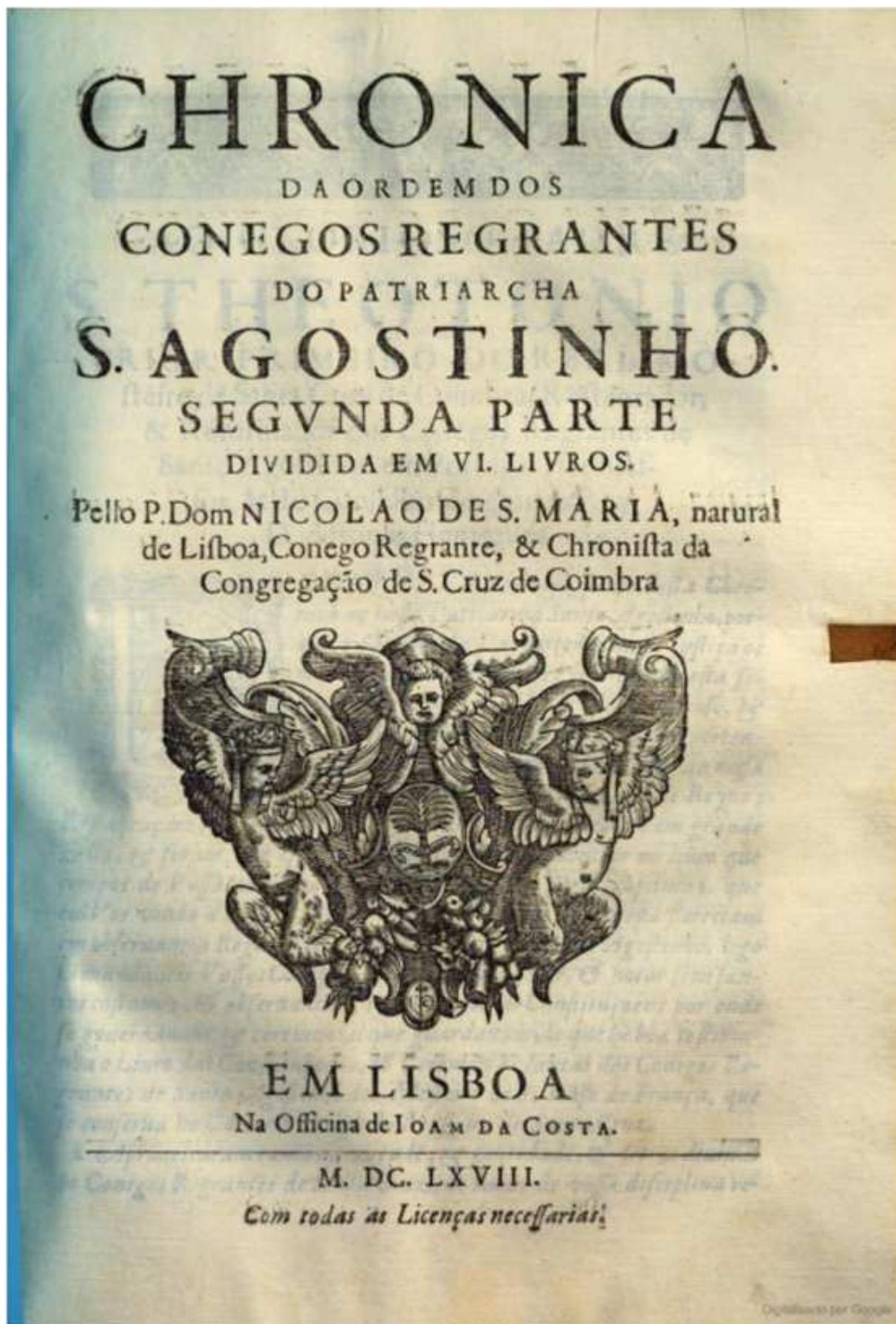
Portanto, Círios organizados que concorriam, em tempos, à Atalaia, eram, no mínimo, cinquenta e cinco. Isso para não falar de uma enorme multidão de peregrinos que aqui rumavam sem se integrarem em nenhum destes Círios.

Era por isto que a romaria do final de Agosto se chama Festa Grande. Não havia, até ao princípio do séc. XX festa maior em toda a Estremadura e Alentejo.

Muito semelhante a esta situação, um dia estava D. Manuel I no Terreiro do Paço e viu uma série de barcos a atravessar o Tejo. Mandou perguntar qual a razão daquela romaria. Um oficial da alfândega intercepta a romaria e veio informar o rei que era um círio vindo de Oeiras, o Círio de Oeiras. Ora, nessa altura estava a grassar a peste e a fome em Lisboa que matavam muitas pessoas, pelo que o rei mandou a alfândega acompanhar a romaria e é a partir daí que em 1507, não só o Círio da Alfândega de Lisboa como também a Atalaia ganham importância. Aliás, já o irmão de D. João V, o Infante D. Francisco foi benfeitor e devoto do Santuário. Há registo da rainha D. Maria II ter ido ao santuário da Atalaia rezar no dia 5 de Outubro de 1843.



Anexos



Formularios de identificação de cidadãos portugueses, datados de 1910, 1914 e 1917. Cada formulário contém dados pessoais, familiares e profissionais, além de uma fotografia.

Formulário 1 (1910):
Nome: [Redigido] nº 3778, E. Habitação de C. G. A. N.º [Redigido]
Data: 22 de Setembro de 1910
Localidade: Mira
Profissão: Cavaleiro
Idade: [Redigido]
Estado Civil: [Redigido]
Serviço Militar: [Redigido]
Fotografia: [Redigida]

Formulário 2 (1914):
Nome: [Redigido] nº 1581, E. Habitação de C. G. A. N.º [Redigido]
Data: 4 de Agosto de 1914
Localidade: Cantanhete da Foz
Profissão: Cantanhete da Foz
Idade: [Redigido]
Estado Civil: [Redigido]
Serviço Militar: [Redigido]
Fotografia: [Redigida]

Formulário 3 (1917):
Nome: [Redigido] nº 3572, E. Habitação de C. G. A. N.º [Redigido]
Data: 22 de Junho de 1917
Localidade: Sabha - a-Rosa
Profissão: Salvatierra do Estreito
Idade: [Redigido]
Estado Civil: [Redigido]
Serviço Militar: [Redigido]
Fotografia: [Redigida]

Formularios de identificação pessoal e profissional de três indivíduos, datados de 1944, 1946 e 1945, com campos para nome, data de nascimento, profissão, escolaridade e serviços prestados.

Formulário 1 (Top): Nome: [Redacted], N.º: 3044, 2.ª, Subseção de C. U. A. N.º: 32390. Data: 3 de Dezembro de 1944. Localidade: Viana do Castelo. Profissão: [Redacted].

Formulário 2 (Middle): Nome: [Redacted], N.º: 3074, 2.ª, Subseção de C. U. A. N.º: 32390. Data: 3 de Fevereiro de 1946. Localidade: Mirandela. Profissão: [Redacted].

Formulário 3 (Bottom): Nome: [Redacted], N.º: 3593, 2.ª, Subseção de C. U. A. N.º: 330160. Data: 4 de Maio de 1945. Localidade: Bousense. Profissão: [Redacted].

Os formulários incluem tabelas de serviços prestados e informações de contacto. O formulário inferior contém uma tabela de serviços prestados com os seguintes dados:

Idade	Profissão	Vencimento	Id. S. N.º	Idade no início do serviço
1: 30	aprendiz	10,00	59	3,30
2: 4	aprendiz	24,00	53	9,40
3: 5	aprendiz	28,00	47	1,20

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS

FICHA INDIVIDUAL

Serviços Industriais 2ª Secção

<p style="text-align: center;">DADOS PESSOAIS</p> <p>Nome: [REDACTED]</p> <p>Filiação e de: [REDACTED]</p> <p>Data de Nascimento: <u>12 / 7 / 1929</u></p> <p>Naturalidade: <u>Sabugal</u></p> <p>Estado Civil: <u>com M</u></p> <p>Habilitações Literárias: <u>1º Ciclo do 1º Grau</u></p> <p>Morada: [REDACTED]</p> <p>Profissões anteriores à admissão: <u>Emp. Comércio</u></p> <p>Filhos:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>DATA DE NASCIMENTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>[REDACTED]</td> <td><u>23/11/1957</u></td> </tr> </tbody> </table>	NOME	DATA DE NASCIMENTO	[REDACTED]	<u>23/11/1957</u>	<p style="text-align: center;">DADOS FABRIS</p> <p>Número: <u>22/5/E</u></p> <p>Categoria: <u>Emp. Tec. de 1ª Classe</u></p> <p>Vencimento da categoria: <u>5.400 \$ 00</u></p> <p>Vencimento no desempenho de funções: <u>3</u></p> <p>Data de admissão: <u>15 / 11 / 1961</u></p> <p>Situação perante o Estado: <u>Emp. Tec. Especial</u></p> <p>Baixa de ponto: <u>13/11/64</u></p> <p>Realizado: <u>1 / 1</u></p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="3">PROMOÇÕES</th> </tr> <tr> <th>A CATEGORIA DE</th> <th>EM</th> <th>C. A.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><u>Emp. Tec. de 1ª Classe</u></td> <td><u>11/12/61</u></td> <td><u>240</u></td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Desempenho de Funções</th> <th colspan="2">INÍCIO</th> <th colspan="2">TERMO</th> </tr> <tr> <th>EM</th> <th>C. A.</th> <th>EM</th> <th>C. A.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>	PROMOÇÕES			A CATEGORIA DE	EM	C. A.	<u>Emp. Tec. de 1ª Classe</u>	<u>11/12/61</u>	<u>240</u>	Desempenho de Funções	INÍCIO		TERMO		EM	C. A.	EM	C. A.					
NOME	DATA DE NASCIMENTO																											
[REDACTED]	<u>23/11/1957</u>																											
PROMOÇÕES																												
A CATEGORIA DE	EM	C. A.																										
<u>Emp. Tec. de 1ª Classe</u>	<u>11/12/61</u>	<u>240</u>																										
Desempenho de Funções	INÍCIO		TERMO																									
	EM	C. A.	EM	C. A.																								

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS

FICHA INDIVIDUAL

Serviços Industriais 1ª Secção

<p style="text-align: center;">DADOS PESSOAIS</p> <p>Nome: [REDACTED]</p> <p>Filiação e de: [REDACTED]</p> <p>Data de Nascimento: <u>17 / 11 / 1904</u></p> <p>Naturalidade: <u>Beja</u></p> <p>Estado Civil: <u>com</u></p> <p>Habilitações Literárias: <u>2º Grau</u></p> <p>Morada: [REDACTED]</p> <p>Profissões anteriores à admissão: <u>Serv. Alameda</u></p> <p>Filhos:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>NOME</th> <th>DATA DE NASCIMENTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>[REDACTED]</td> <td><u>17/5/1931</u></td> </tr> <tr> <td>[REDACTED]</td> <td><u>1/4/1933</u></td> </tr> <tr> <td>[REDACTED]</td> <td><u>18/7/1974</u></td> </tr> <tr> <td>[REDACTED]</td> <td><u>25/4/1975</u></td> </tr> <tr> <td>[REDACTED]</td> <td><u>1/10/1977</u></td> </tr> <tr> <td>[REDACTED]</td> <td><u>10/7/1979</u></td> </tr> </tbody> </table>	NOME	DATA DE NASCIMENTO	[REDACTED]	<u>17/5/1931</u>	[REDACTED]	<u>1/4/1933</u>	[REDACTED]	<u>18/7/1974</u>	[REDACTED]	<u>25/4/1975</u>	[REDACTED]	<u>1/10/1977</u>	[REDACTED]	<u>10/7/1979</u>	<p style="text-align: center;">DADOS FABRIS</p> <p>Número: [REDACTED]</p> <p>Categoria: <u>Emp. Tec. Especial de 1ª Classe</u></p> <p>Vencimento da categoria: <u>5.400 \$ 00</u></p> <p>Vencimento no desempenho de funções: <u>3</u></p> <p>Data de admissão: <u>22 / 7 / 1960</u></p> <p>Situação perante o Estado: <u>Emp. Tec. Especial</u></p> <p>Baixa de ponto: <u>1 / 1</u></p> <p>Realizado: <u>1 / 1</u></p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="3">PROMOÇÕES</th> </tr> <tr> <th>A CATEGORIA DE</th> <th>EM</th> <th>C. A.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><u>Emp. Tec. Especial de 1ª Classe</u></td> <td><u>11-8-60</u></td> <td><u>240</u></td> </tr> <tr> <td><u>Emp. Tec. Especial de 2ª Classe</u></td> <td><u>11-8-60</u></td> <td><u>240</u></td> </tr> </tbody> </table> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Desempenho de Funções</th> <th colspan="2">INÍCIO</th> <th colspan="2">TERMO</th> </tr> <tr> <th>EM</th> <th>C. A.</th> <th>EM</th> <th>C. A.</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>	PROMOÇÕES			A CATEGORIA DE	EM	C. A.	<u>Emp. Tec. Especial de 1ª Classe</u>	<u>11-8-60</u>	<u>240</u>	<u>Emp. Tec. Especial de 2ª Classe</u>	<u>11-8-60</u>	<u>240</u>	Desempenho de Funções	INÍCIO		TERMO		EM	C. A.	EM	C. A.					
NOME	DATA DE NASCIMENTO																																								
[REDACTED]	<u>17/5/1931</u>																																								
[REDACTED]	<u>1/4/1933</u>																																								
[REDACTED]	<u>18/7/1974</u>																																								
[REDACTED]	<u>25/4/1975</u>																																								
[REDACTED]	<u>1/10/1977</u>																																								
[REDACTED]	<u>10/7/1979</u>																																								
PROMOÇÕES																																									
A CATEGORIA DE	EM	C. A.																																							
<u>Emp. Tec. Especial de 1ª Classe</u>	<u>11-8-60</u>	<u>240</u>																																							
<u>Emp. Tec. Especial de 2ª Classe</u>	<u>11-8-60</u>	<u>240</u>																																							
Desempenho de Funções	INÍCIO		TERMO																																						
	EM	C. A.	EM	C. A.																																					

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

Serviços Indust. - Chelas 1ª Secção

DADOS PESSOAIS		DADOS FÁBRIS	
Nome: _____		Número: _____	
Filiação e de: _____		Categoria: <u>Engenheiro de 2ª Classe</u>	
Data de Nascimento: <u>3 / 4 / 1918</u>		Vencimento da categoria: <u>8</u>	
Naturalidade: <u>São Pedro - Vila Real</u>		Vencimento ao desempenho de funções: <u>8</u>	
Estado Civil: <u>solteiro</u>		Data de admissão: <u>2 / 3 / 1966</u>	
Habilitações literárias: _____		Situação perante o Estado: _____	
Morada: _____		Idade de posto: _____	
Profissões anteriores à admissão: _____		Realizada: <u>1 / 1</u>	
PROMOÇÕES			
A CATEGORIA DE		EM	O. S.
Desemprego de Funções		INÍCIO	TERMO
		EM	O. S.

Filhos:

NOME	DATA DE NASCIMENTO

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

Serviços INDUST-MOC. 1ª Secção

DADOS PESSOAIS		DADOS FÁBRIS	
Nome: _____		Número: <u>1362</u>	
Filiação e de: _____		Categoria: <u>Eng. Téc. de 2ª Classe</u>	
Data de Nascimento: <u>18 / 1 / 1921</u>		Vencimento da categoria: <u>15 8,60</u>	
Naturalidade: <u>Milhas</u>		Vencimento ao desempenho de funções: <u>10028,00</u>	
Estado Civil: <u>casado</u>		Data de admissão: <u>25 / 11 / 1946</u>	
Habilitações literárias: <u>2º Ano Industrial</u>		Situação perante o Estado: <u>Eng. Técnico</u>	
Morada: _____		Idade de posto: <u>13 2 163</u>	
Profissões anteriores à admissão: <u>Electricista</u>		Realizada: <u>1 / 1</u>	
PROMOÇÕES			
A CATEGORIA DE		EM	O. S.
Desemprego de Funções		INÍCIO	TERMO
		EM	O. S.

Filhos:

NOME	DATA DE NASCIMENTO
	<u>14 / 1 / 1951</u>
	<u>11 / 3 / 1954</u>

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

Serviços Industriais 2ª Secção

DADOS PESSOAIS		DADOS FÁBRIS	
Nome: _____		Número: <u>2270/8</u>	
Filiação e de: _____		Categoria: <u>Eng. Téc. de 2ª Classe</u>	
Data de Nascimento: <u>17 / 7 / 1929</u>		Vencimento da categoria: <u>6422 \$ 00</u>	
Naturalidade: <u>Sabugosa</u>		Vencimento ao desempenho de funções: <u>8</u>	
Estado Civil: <u>casado</u>		Data de admissão: <u>15 / 11 / 1961</u>	
Habilitações literárias: <u>1º Ciclo do 1º Ano</u>		Situação perante o Estado: <u>Eng. Técnico</u>	
Morada: _____		Idade de posto: <u>13 44 16h</u>	
Profissões anteriores à admissão: <u>Eng. Comercial</u>		Realizada: <u>1 / 1</u>	
PROMOÇÕES			
A CATEGORIA DE		EM	O. S.
Desemprego de Funções		INÍCIO	TERMO
		EM	O. S.

Filhos:

NOME	DATA DE NASCIMENTO
	<u>21 / 11 / 1957</u>

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

Serviço INDUSTRIAL _____ 28. Seção

DADOS PESSOAIS		DADOS FABRIS	
Nome _____		Número <u>1238</u>	
Filiação e de _____		Categoria <u>Arma de 22 chelas</u>	
Data de Nascimento <u>25 / 10 / 1914</u>		Vencimento da categoria <u>22.8.22</u>	
Naturalidade <u>Alca</u>		Vencimento no desempenho de funções _____	
Estado <u>casado com Maria</u>		Data de admissão <u>3 / 10 / 1963</u>	
Habilitações técnicas <u>24 Arm</u>		Situação perante o Estado <u>Armadado</u>	
Morada _____		Bolsa de ponto _____	
Profissões anteriores à admissão <u>Serrante</u>		Realidade _____	
Filhos:		PROMOÇÕES	
		A CATEGORIA DE	
Desempenho de Funções		INÍCIO	

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

Serviço Industrial _____ 29. Seção

DADOS PESSOAIS		DADOS FABRIS	
Nome _____		Número <u>1238/2</u>	
Filiação e de _____		Categoria <u>Serviço de 22 ch</u>	
Data de Nascimento <u>11 / 11 / 1911</u>		Vencimento da categoria <u>11.8.22</u>	
Naturalidade <u>Viana do Castelo</u>		Vencimento no desempenho de funções _____	
Estado <u>casado com</u>		Data de admissão <u>13 / 10 / 1958</u>	
Habilitações técnicas <u>24 Arm</u>		Situação perante o Estado <u>Armadado</u>	
Morada <u>pt. Sacoriz</u>		Bolsa de ponto <u>1.5.164</u>	
Profissões anteriores à admissão <u>aparelhista</u>		Realidade _____	
Filhos:		PROMOÇÕES	
		A CATEGORIA DE	
Desempenho de Funções		INÍCIO	

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

Serviço INDUSTRIAL _____ 31. Seção

DADOS PESSOAIS		DADOS FABRIS	
Nome _____		Número <u>1208</u>	
Filiação e de _____		Categoria <u>Arma de 22 chelas</u>	
Data de Nascimento <u>6 / 8 / 1917</u>		Vencimento da categoria <u>20.8.22</u>	
Naturalidade <u>Apoalente (Lameira)</u>		Vencimento no desempenho de funções <u>22.8.22</u>	
Estado <u>casado com</u>		Data de admissão <u>2 / 10 / 62</u>	
Habilitações técnicas <u>24 ARM</u>		Situação perante o Estado <u>Armadado</u>	
Morada _____		Bolsa de ponto _____	
Profissões anteriores à admissão <u>Operário</u>		Realidade _____	
Filhos:		PROMOÇÕES	
		A CATEGORIA DE	
Desempenho de Funções		INÍCIO	

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

Serviço: INDUSTRIAL (MONTADOR) 2ª Secção

DADOS PESSOAIS		DADOS FÁBRIS	
Nome: [Redacted]		Número: <u>1028/2</u>	
Filiação e de: [Redacted]		Categoria: <u>1ª Sec. Artil. de 2ª e 3ª</u>	
Data de Nascimento: <u>11 / 2 / 1911</u>		Vencimento da categoria: <u>628/11</u>	
Naturalidade: <u>Ilhas</u>		Vencimento ao desempenho de funções: <u>8</u>	
Estado: <u>paraná</u>		Data de admissão: <u>18 / 1 / 1955 7/20/1955 T. de 3º ano</u>	
Habilitações literárias: <u>2º grau</u>		Situação perante o Estado: <u>Reservado</u>	
Morada: [Redacted]		Data de posto: <u>1 / 2 / 1966</u>	
Profissões anteriores à admissão: <u>Serralista Con.</u>		Realizado: <u>1 / 1</u>	
Filhos:		P R O M O Ç Õ E S	
[Redacted]		A CATÓLICA DE	
[Redacted]		EM	
[Redacted]		D. A.	
[Redacted]		EM	
[Redacted]		D. A.	
[Redacted]		EM	
[Redacted]		D. A.	
[Redacted]		EM	
[Redacted]		D. A.	

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

Serviço: INDUSTRIAL (MONTADOR) 2ª Secção

DADOS PESSOAIS		DADOS FÁBRIS	
Nome: [Redacted]		Número: <u>1028/2</u>	
Filiação e de: [Redacted]		Categoria: <u>Artil. de 2ª e 3ª</u>	
Data de Nascimento: <u>9 / 9 / 1917</u>		Vencimento da categoria: <u>628/11</u>	
Naturalidade: <u>Arvidal da Beira - Oliveira de Hospital</u>		Vencimento ao desempenho de funções: <u>8</u>	
Estado: <u>Saltador</u>		Data de admissão: <u>19 / 1 / 50</u>	
Habilitações literárias: <u>3º ano Industrial</u>		Situação perante o Estado: <u>Reservado</u>	
Morada: [Redacted]		Data de posto: <u>1 / 1</u>	
Profissões anteriores à admissão:		Realizado: <u>1 / 1</u>	
Filhos:		P R O M O Ç Õ E S	
[Redacted]		A CATÓLICA DE	
[Redacted]		EM	
[Redacted]		D. A.	
[Redacted]		EM	
[Redacted]		D. A.	
[Redacted]		EM	
[Redacted]		D. A.	

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

Serviço: INDUSTRIAL 2ª Secção

DADOS PESSOAIS		DADOS FÁBRIS	
Nome: [Redacted]		Número: <u>682</u>	
Filiação e de: [Redacted]		Categoria: <u>Artil. de 2ª e 3ª</u>	
Data de Nascimento: <u>6 / 12 / 1906</u>		Vencimento da categoria: <u>628/11</u>	
Naturalidade: <u>Daluzim - Argemil</u>		Vencimento ao desempenho de funções: <u>628/11</u>	
Estado: <u>paraná</u>		Data de admissão: <u>1 / 8 / 1936</u>	
Habilitações literárias: <u>Ens. 1º grau</u>		Situação perante o Estado: <u>Reservado</u>	
Morada: [Redacted]		Data de posto: <u>18 / 7 / 1957</u>	
Profissões anteriores à admissão: <u>Dep. Artil.</u>		Realizado: <u>1 / 1</u>	
Filhos:		P R O M O Ç Õ E S	
[Redacted]		A CATÓLICA DE	
[Redacted]		EM	
[Redacted]		D. A.	
[Redacted]		EM	
[Redacted]		D. A.	

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

1.ª Secção

Serviço **INDUSTRIAL (MONTAGEM)**

DADOS PESSOAIS		DADOS FABRIS																
Nome: [REDACTED]		Número: 38-99																
Filiação e de: [REDACTED]		Categoria: <i>2.ª Classe</i>																
Data de Nascimento: 18 / 12 / 1965		Vencimento da categoria: 22 / 100																
Naturalidade: Lisboa		Vencimento no desempenho de funções: 8																
Estado: <i>Galiza</i>		Data de admissão: 4 / 7 / 66																
Habilitações técnicas: 4.ª Classe		Situação perante o Estado: <i>Reservado</i>																
Morada: [REDACTED]		Bolsa de ponto: 1																
Profissões anteriores à admissão: <i>Aprendiz</i>		Resultados: 1																
Filhos:		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="3" style="text-align: center;">PROMOÇÕES</th> </tr> <tr> <th colspan="3" style="text-align: center;">A categoria de</th> </tr> <tr> <th></th> <th>EM</th> <th>DE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><i>Aprendiz de 2.ª Classe</i></td> <td>19-66</td> <td>23-66</td> </tr> <tr> <td><i>2.ª Classe</i></td> <td>29-66</td> <td>23-66</td> </tr> </tbody> </table>		PROMOÇÕES			A categoria de				EM	DE	<i>Aprendiz de 2.ª Classe</i>	19-66	23-66	<i>2.ª Classe</i>	29-66	23-66
PROMOÇÕES																		
A categoria de																		
	EM	DE																
<i>Aprendiz de 2.ª Classe</i>	19-66	23-66																
<i>2.ª Classe</i>	29-66	23-66																
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Desempenho de Funções</th> <th colspan="2">INÍCIO</th> <th colspan="2">TERMINO</th> </tr> <tr> <th>EM</th> <th>DE</th> <th>EM</th> <th>DE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>		Desempenho de Funções	INÍCIO		TERMINO		EM	DE	EM	DE								
Desempenho de Funções	INÍCIO		TERMINO															
	EM	DE	EM	DE														

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

2.ª Secção

Serviço **INDUSTRIAL (MONTAGEM)**

DADOS PESSOAIS		DADOS FABRIS																				
Nome: [REDACTED]		Número: 320/2																				
Filiação e de: [REDACTED]		Categoria: <i>2.ª Classe</i>																				
Data de Nascimento: 25 / 12 / 17		Vencimento da categoria: 628																				
Naturalidade: Lisboa		Vencimento no desempenho de funções: 8																				
Estado: <i>Galiza</i>		Data de admissão: 22 / 3 / 1958 (11/11/1959) 3. de Ponta																				
Habilitações técnicas: 290221		Situação perante o Estado: <i>Reservado</i>																				
Morada: [REDACTED]		Bolsa de ponto: 4 / 5 / 66																				
Profissões anteriores à admissão: <i>Desarmador</i>		Resultados: 1																				
Filhos:		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="3" style="text-align: center;">PROMOÇÕES</th> </tr> <tr> <th colspan="3" style="text-align: center;">A categoria de</th> </tr> <tr> <th></th> <th>EM</th> <th>DE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>		PROMOÇÕES			A categoria de				EM	DE										
PROMOÇÕES																						
A categoria de																						
	EM	DE																				
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Desempenho de Funções</th> <th colspan="2">INÍCIO</th> <th colspan="2">TERMINO</th> </tr> <tr> <th>EM</th> <th>DE</th> <th>EM</th> <th>DE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><i>Amirante Florinda Mendes</i></td> <td>1/6/58</td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td><i>Carlos Alberto Florinda Mendes</i></td> <td>2/1/59</td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>		Desempenho de Funções	INÍCIO		TERMINO		EM	DE	EM	DE	<i>Amirante Florinda Mendes</i>	1/6/58				<i>Carlos Alberto Florinda Mendes</i>	2/1/59					
Desempenho de Funções	INÍCIO		TERMINO																			
	EM	DE	EM	DE																		
<i>Amirante Florinda Mendes</i>	1/6/58																					
<i>Carlos Alberto Florinda Mendes</i>	2/1/59																					

FÁBRICA NACIONAL DE MUNIÇÕES DE ARMAS LIGEIRAS
FICHA INDIVIDUAL

1.ª Secção

Serviço **INDUSTRIAL**

DADOS PESSOAIS		DADOS FABRIS															
Nome: [REDACTED]		Número: 1165															
Filiação e de: [REDACTED]		Categoria: <i>2.ª Classe</i>															
Data de Nascimento: 18 / 3 / 1929		Vencimento da categoria: 16 / 100															
Naturalidade: Lisboa		Vencimento no desempenho de funções: 2208															
Estado: <i>Galiza</i>		Data de admissão: 25 / 11 / 1946															
Habilitações técnicas: 29. Ano Industrial		Situação perante o Estado: <i>Reservado</i>															
Morada: [REDACTED]		Bolsa de ponto: 19 / 3 / 65															
Profissões anteriores à admissão: <i>Eletricista</i>		Resultados: 1															
Filhos:		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th colspan="3" style="text-align: center;">PROMOÇÕES</th> </tr> <tr> <th colspan="3" style="text-align: center;">A categoria de</th> </tr> <tr> <th></th> <th>EM</th> <th>DE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><i>2.ª Classe</i></td> <td>0-29</td> <td>18</td> </tr> </tbody> </table>		PROMOÇÕES			A categoria de				EM	DE	<i>2.ª Classe</i>	0-29	18		
PROMOÇÕES																	
A categoria de																	
	EM	DE															
<i>2.ª Classe</i>	0-29	18															
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Desempenho de Funções</th> <th colspan="2">INÍCIO</th> <th colspan="2">TERMINO</th> </tr> <tr> <th>EM</th> <th>DE</th> <th>EM</th> <th>DE</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><i>2.ª Classe</i></td> <td>1-46</td> <td>20</td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>		Desempenho de Funções	INÍCIO		TERMINO		EM	DE	EM	DE	<i>2.ª Classe</i>	1-46	20				
Desempenho de Funções	INÍCIO		TERMINO														
	EM	DE	EM	DE													
<i>2.ª Classe</i>	1-46	20															

Declaração do Sr Major Alberto Leonardo - Marine dos EUA

Para quem possa aproveitar.

Ao cuidado do Exmo. Sr. Major Borges:

Eu, Major Leonardo, ver anexo A, venho por este meio expor o seguinte:

Como consta no acima mencionado anexo eu levei uma grande parte da minha vida fora da terra onde nasci.

Após ter terminado a minha carreira militar nos " Marines" dissidi voltar para a minha ilha. Após de ter estabelecido residência em São Jorge e ter visitado outras ilhas do arquipélago dos Açores tomei nota que as outras já tinham lápidas/monumentos em memória dos militares que faleceram na guerra Colonial/Ultramar, menos São Jorge.

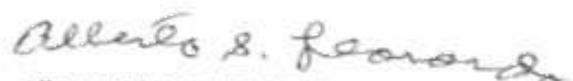
Eu como militar de carreira achei que era uma enorme "injustiça" de não haver " algo" aqui na ilha.

Como muitos eram da minha geração e por sentir uma "lealdade militar", tomei a iniciativa de pesquisar quem foram os "filhos" desta ilha que prestaram serviço militar e que faleceram ao serviço de Portugal nas ex-colónias. Ver anexo B.

Se não tivesse sido com um enorme apoio e colaboração e boa vontade do Arquivo Geral do Exército o acima mencionado anexo B, com tantos pormenores já mais teria sido possível.

A acima mencionada lápida, vai ser exposta ao meio da ilha num local bem visível.

Com os melhores cumprimentos


Alberto Silveira Leonardo
Major U.S.M.C. (Ret.)



MAJOR ALBERTO SILVEIRA LEONARDO, USMC

Biografia

O Major Leonardo nasceu no dia 8 de Março de 1949 na Presa do Cruzal, Santo Antão, Topo, São Jorge, Açores, Portugal, onde frequentou a escola local e ao mesmo tempo auxiliava com o trabalho da agricultura.

Em 1960 emigrou para a América com a família que se estabeleceu em Modesto, na Califórnia. Ali frequentou a Escola Primária, o Liceu e a Universidade, trabalhando ao mesmo tempo na leitaria da família.

Após receber a licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade da Califórnia de Stanislaus, foi admitido na Escola de Oficiais Aspirantes dos Fuzileiros Navais em Quantico, Virgínia, recebendo o grau de Alferes, em Dezembro de 1972.

Após completar o curso Básico de Oficial com Especialização em Infantaria, foi transferido para a Primeira Divisão em Campo Pendleton, Califórnia, onde serviu como Comandante de vários Pelotões de Infantaria e como Imediato de uma Companhia de Comando e Serviços e outra de Infantaria, e foi promovido a Tenente.

Em 1976 foi transferido para o Centro de Treinamento de Recrutas em San Diego, onde serviu como Comandante.

Em 1978 foi transferido para a Argentina, onde serviu com a Infantaria da Marinha Argentina e foi promovido a Capitão.

Em 1979 foi transferido para Okinawa, no Japão, onde serviu como Comandante de companhia.

Em 1980 foi transferido para a Segunda Divisão em Campo Lejeune, Carolina do Norte, onde serviu como S-4 (Logística) no Estado Maior de um Batalhão de Infantaria de Forças de Desembarque que inicialmente operou no Mar Mediterrâneo e mais tarde atravessou o Canal Suez onde também operou no Oceano Índico. Após esta comissão serviu como S-3 (Treino e Operações) no Estado Maior de um Batalhão, servindo depois como comandante de uma Companhia de Infantaria destacada para as Caraíbas e para o Canal de Panamá, e também comandou a companhia do Destacamento de Fuzileiros Navais da UNITAS.

Em 1982 foi transferido para o Brasil onde serviu com os Fuzileiros Navais do Brasil, e foi promovido a Major.

A seguir foi destacado por um breve período para El Salvador.

Em 1985 foi transferido para o Campo Lejeune, tendo ali servido no G-3 (Treino e Operações) do Estado Maior e depois como Comandante das Companhias Bravo e da Polícia Militar.

Em 1989 foi transferido para o Centro de Treinamento de Recrutas em Parris Island, Carolina do Sul, onde serviu a princípio como Oficial Encarregado de um Grupo de Treinamento que se deslocou para a Colômbia, e posteriormente no G-3 como (Oficial de Operações) no Estado Maior.

O Major Leonardo completou o seu Mestrado em Administração de Recursos Humanos com a Universidade de Pepperdine e graduou das seguintes escolas militares: Oficiais Aspirantes; Treino Básico de Oficiais; Guerra Anfíbia; Rangers (Comando); Paraquedista; Dobrador de Paraquedas; Mergulho; Tácticas de Guerra na Selva; Comando e Estado Maior; Paraquedismo de Queda Livre; Mestre de Salto e Academia de Polícia Militar.

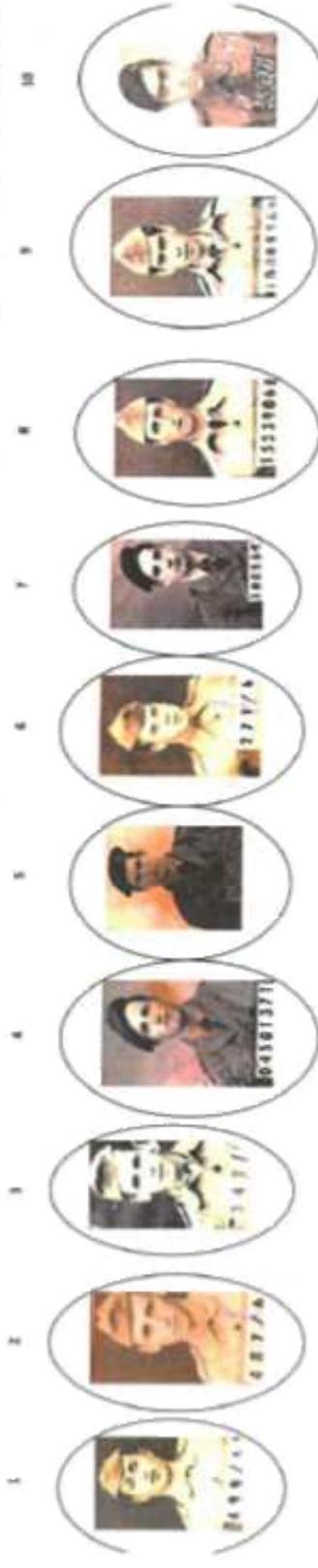
Condecorações Recebidas: Medalha de Mérito; Fita Conjunta de Unidade; Fita de Louvor de Unidade (quatro vezes); Medalha Expedicionária; Medalha de Defesa Nacional (duas vezes); Medalha de Serviços Humanitários; Fita por Destacamento em Serviço no Mar (duas vezes); Fita por Serviço no Ártico; Fita por Serviço no Estrangeiro (quatro vezes); Distintivo como Perito em Tiro com o Fuzil (cinco vezes); Distintivo como Perito em Tiro com a Pistola (sete vezes); Insignias de Paraquedismo e Mergulho.

Após mais de 20 anos de serviço, o Major Leonardo encerrou a sua carreira militar nos Fuzileiros Navais.



**EM MEMÓRIA DE TODOS OS MILITARES QUE MORRERAM AO SERVIÇO DE PORTUGAL,
AO LONGO DA NOSSA HISTÓRIA, E EM PARTICULAR AOS "FILHOS" DESTA ILHA QUE FALECERAM NA
GUERRA COLONIAL EM AFRICA
1961 - 1975**

Nome	Data de Nascimento	Lugar	Freguesia	Posto	IR	Mob	Teatro de operações	Un OP	Motivo	Data do óbito	Local de Sepultura
1 ANTONIO DOCELEHO BRAGA	25/06/1944	CANADA DA LIVOADA	TIPO	SM AI 491/65	E	BI 17	ANGOLA	CCAI 1437	COMBATE	05/10/1964	Novos Lusaes Campa 242
2 MANUEL GERALDO TEIXEIRA	29/12/1944	SÃO TOMÉ	SANTO ANTÃO	SM AI 487/65	E	BI 17	GUINE	CCAI 1438	COMBATE	09/10/1965	Rioar Campa 1965
3 JOÃO SILVEIRA VERTOSIMO	14/09/1929	ENTRE ABREJAS	SANTO ANTÃO	SM AI 443/60	E	BI 17	ANGOLA	CCAI 134	COMBATE	20/09/1962	Torre Fátima 4 Campa 1
4 MANUEL BRASIL	14/09/1946	PORTAL	RIBEIRA SECA	SM AI 04013/71	E	BI 17	ANGOLA	CCAI 3511	DOENÇA	01/06/1973	Santana Lusitana Campa 39
5 JOSÉ TOMAZ BRAGA DA SILVA	17/06/1951	PREZA	MALINDAS	S CA AI 05181/72	E	BI 18	MOÇAMBIQUE	BCAI 4811	COMBATE	26/12/1973	Vila Colar Fátima 5 Sepultura 513
6 MANUEL CORREIA PEIXO	15/09/1944	CANADA DO BICA	URZELINA	SM AI 271/65	E	BI 17	GUINE	CCAI 1438	COMBATE	27/11/1965	Bissau
7 ANTONIO CARREIRO CUNHA DE SOUSA	05/08/1913	CAMINHO DE CIMA	SANTO AMARRO	SM AI 10058/74	E	BI 18	ANGOLA	BCAI 2829	ACIDENTE	20/04/1975	Santo Anaco Quartel 3 Sepultura 35
8 JOÃO GABRIEL ARIEIRO DA SONGA E SA	21/03/1947	QUEBRADA	SANTO AMARRO	1 CA AI 11339/68	E	BI 17	ANGOLA	CCAI 2488	ACIDENTE	26/06/1970	Alvito Lisboa
9 MANUEL ALBERTO CAMARGO MACIEL	18/07/1947	CANÇELA GRANDE	ROSALIS	1 CA AI 00093/68	E	BI 17	ANGOLA	CCAI 2488	COMBATE	04/06/1969	Rioar Quarteirão 2 Campa 34
10 MANUEL EDUARDO DE OLIVEIRA	29/12/1950	IGREJA	ROSALIS	SM Comb 1506/71	E	BI 21	ANGOLA	BI 22	COMBATE	22/11/1972	Benguela Fátima 1 Campa 23



**HOMENAGEM DOS SEUS
"IRMÃOS" MILITARES
COM APOIO DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES
"QUE DESCANSEM EM PAZ"
2014**

formar — do qual elle usará, como se fôra possado em seu nome, porque assim é minha mercê.

Pelo que mando ás Justiças e pessoas a que o conhecimento d'isto pertencer, o cumpram e guardem, tão inteiramente como nelle se contém — em cujo registo dos Livros da Chancellaria, que está na Torre do Tombo, se porá verba do conteúdo neste — e a Chancellaria pagará o novo direito, conforme ao Regimento, devendo-o.

João da Silva o fez, em Lisboa, a 20 de Outubro de 1643 annos. Fernão Gomes da Gama o fez escrever. — REI.

Liv. XIV da Chancellaria fol. 102.

Decreto de 21 de Outubro de 1643 — Manda recensear, sem perda de tempo, a receita e despesa da nova imposição, que se pagava na Alfândega, das caixas do assucar e outros generos, com que os Mercadores e homens de negocio tinham servido a El-Rei; intervindo no mesmo recenseamento o Provedor da Alfândega, e um Conselheiro da Fazenda — e isto desde o estabelecimento da dita imposição:

Ind. Chronologico tomo III pag. 11.

Sou informado que alguns Desembargadores da Casa da Supplicação vivem em Quintas fóra da Cidade, em grande prejuizo da Justiça, vexação e danno das partes: e porque convem atalhar esta desordem, a que devêr ter acudido o Conde Regedor da Casa da Supplicação, lhe ordeno e mando que logo, logo, que receber este Decreto, faça pôr verba no ordenado dos Ministros, que não viverem e dormirem continuamente dentro da Cidade; e a verba durará em quanto se não mudarem, descontando-lhe o dia da verba até o da sua mudança.

E advertirá mais, que os Desembargadores são obrigados, por seu Regimento, a ir todos os dias à Relação, a horas certos; e que sou informado que o não fazem — assim devendo fazer-lhes guardar seus Regimentos, como é obrigado, e avisar-me dos que o não guardarem, e de como tem executado o conteúdo neste Decreto. Lisboa, 27 de Novembro de 1643. — REI

Liv. IX da Supplicação fol. 201.

EU EL-REI faço saber aos que este Alvará virem, que constando-me, pela experiencia de tres annos, que ha, que por mercê de Deus tomei posse desta Corôa, que os negocios do governo della, assim da paz, e guerra, correm todos pela Secretaria de Estado, sem distincção de qualidade, e substancia delles, com immenso trabalho do Ministro que me serve, e houver de servir n'aquelle occupação, e com menos distincção e clareza, do que é justo:

Querendo dar ao despacho a facil, e breve expedição, que convem ao serviço de Deus, e meu, e beneficio dos Povos; valendo-me dos exemplos dos outros Reis, e accomodando-me ao intento, e authoridade com que se creou a Secretaria de Estado, dividindo as materias, que conforme a isto lhe podem tocar, das outras, que, segundo sua natureza, e primeira creação, lhe não pertencem, ainda que o abuso dos tempos introduzisse outra cousa:

Hei por bem, e mando, que d'aqui em diante pertençam, e se expidam pela dita Secretaria, todas as materias, que tocarem a Estado, assim neste Reino, como em todos seus Senhorios, e Conquistas; para que juntas todas em um Ministro, applicado só a esta occupação, sem se divertir a outras, seja mais facil a comprehensão, e expedição dos negocios, que no tempo presente accresceram tanto nesta Corôa, como é notorio.

É bem assim toda a correspondencia, que eu tiver com outros Principes, em materia de paz, ou guerra, e qualquer tregoa, paz, ou guerra, que mande fazer, ou não fazer, contractos, casamentos, alianças, instrucções, avisos publicos, ou secretos, que se dêrem a quaesquer Embaixadores, Commissarios, Residentes, Agentes, e quaesquer pessoas, que, com qualquer nome, ou cargo, se despacharam, dentro ou fóra do Reino, a negocios, que forem da qualidade referido.

Quaesquer avisos de palavra, ou por escripto, que fizer, ou se nos fizerem, sobre materias tocantes a nosso Reino, ou ao estado de nossos filhos, e successores.

Todos os Regimentos, ordens, e Cartas, que se houverem de dar, e escrever, aos Vice-Reis, Governadores dos Reinos, Provincias, e Praças Ultramarinas, para bom governo dellas, e direcção dos negocios publicos, em paz, ou em guerra, assim no que respeitar aos Vassallos dos ditos Reinos, Provincias, e Praças, como aos Principes de Nações confinantes, de que se possa recear danno, ou qualquer interesse.

Mandar Armadas, ou Esquadras, assim para os mares do Reino, como para fóra delles: fazer Exercitos, ou facções por terra.

E nos actos publicos de Côrtes, ou semelhantes, fará o Secretario o que toca fazer ao Escrivão da Puridade, quando o havia.

Tomará os precitos, e homensgens, que se me fizerem, de qualquer Governo, Fortaleza, ou Capitain: despachará todos os provimentos dos Vice-Reis, Governadores do Reinos, Provincias, e Praças, assim do Reino, como Ultramarinas, Generaes das Armadas, Almirantes, e todos os Officiaes grandes, da paz, e guerra, pelos quaes, com alguma superioridade, se administra o governo publico, como são os Presidentes dos Tribunaes, Conselheiros, Secretarios, e Escrivões delles, Desembargadores, Ministros da Camara desta Cidade, e quaesquer outor de igual poder e jurisdicção.

Conquistas, e a todos os Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes, Justiças, Officiaes e pessoas destes meus Reinos e Senhorios, cumprão e guardem esta minha Lei, e a fação inteiramente cumprir e guardar, como nella se contem; e para que venha á noticia de todos, e se não possa allegar ignorancia, mando ao meu Chanceller mór destes Reinos e Senhorios, ou a quem seu cargo servir, a faça publicar na Chancellaria, e enviar o traslado della, sob meu Sello e seu signal, a todos os Corregedores das Comarcas destes Reinos e Ilhas adjacentes, e aos Ouvidores das Conquistas e aos das Terras dos Donatarios, em que os Corregedores não entrão por Correição; aos quaes mando que a publiquem logo nos Lugares, em que estiverem, e a fação publicar em todos os das suas Comarcas e Ouvidorias; e se registará nos livros do Desembargo do Paço, e nos da Casa da Supplicação e Relação do Porto e nos dos Conselhos da Fazenda e Ultramarino, e nas mais partes, aonde semelhantes Leis se costumão registrar; e esta se lançará na Torre do Tombo. Dada em Lisboa Occidental a 20 de Março de 1736. *REI.*

Liv. das Leis da Chancellaria mór fol. 72.

Liv. 5. do Desembargo do Paço fol. 261.

Alvará, pelo qual Sua Magestade foi servido crear tres Secretarias de Estado.

1736 **E**U El Rei faço saber aos que este Alvará virem, que, havendo-se estabelecido por outro Alvará de 29 de Novembro de 1643 a repartição das duas Secretarias de Estado, e das Mercês e Expediente, a que depois se acrescentou a da Assignatura, com o fim de

N.º 9

SECRETARIA D'ESTADO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

11 DE SETEMBRO DE 1899

ORDEM DO EXERCITO

(1.ª Serie)

Publica-se ao exercito o seguinte:

Decreto

Secretaria d'estado dos negocios da guerra—Repartição do gabinete

Usando da auctorisação concedida ao governo pela carta de lei de 13 de julho de 1899; hei por bem decretar a organização do exercito, que faz parte d'este decreto, e baixa assignada pelos ministros e secretarios d'estado das diversas repartições.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios d'estado das diversas repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 7 de setembro de 1899. = REI. = José Luciano de Castro = José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral = Manuel Afonso de Espregueira = Sebastião Custodio de Sousa Telles = Antonio Eduardo Villaza = Francisco Antonio da Veiga Beirão = Elvino José de Sousa e Brito.

ORGANISAÇÃO DO EXERCITO

TITULO I

Composição e organização geral do exercito

Artigo 1.º O exercito comprehende:

1.º O estado maior general e o serviço do estado maior.

§ 3.º O chefe de secção mais graduado ou antigo será o sub-chefe da respectiva repartição.

§ 4.º Junto à 2.ª secção da 6.ª repartição haverá um inspector do serviço veterinario, major do corpo de veterinarios militares, que substituirá o respectivo chefe na sua ausencia ou impedimento.

§ 5.º Farão parte da direcção geral 25 amanuenses do corpo do secretariado militar, sendo distribuidos pelas repartições segundo as necessidades do serviço.

Art. 81.º Um official reformado desempenhará as funcções de quartel mestre da secretaria da guerra.

Art. 82.º (transitorio). Dos dois actuaes primeiros officiaes da extincta repartição central do ministerio da guerra, um desempenhará as funcções de sub-chefe da repartição central e outro terá a seu cargo o archivo geral, continuando ambos a perceber os seus actuaes vencimentos.

Archivo geral

Art. 83.º O archivo geral é destinado á guarda e conservação de todos os diplomas e processos findos do ministerio da guerra, e estará a cargo de um official superior do quadro auxiliar ou reformado, que vencerá a gratificação mensal de 15\$000 réis.

§ unico. O official encarregado do archivo geral é responsavel pela boa ordem, conservação e classificação dos documentos n'elle existentes.

Pessoal menor

Art. 84.º Para o serviço geral da secretaria da guerra haverá o seguinte pessoal menor: um porteiro, oito continuos, tres correios a cavallo, dois correios a pé e o numero indispensavel de serventes.

§ 1.º Os logares de porteiro, continuos e correios serão providos por officiaes inferiores do exercito, nos termos da carta de lei de 26 de junho de 1883 e respectivo regulamento.

§ 2.º Os serventes serão cabos ou soldados das companhias de reformados.

Disposições geraes

Art. 85.º Os officiaes combatentes e não combatentes empregados na secretaria da guerra serão da escolha do ministro.

exercício de 1899-1900, pelo artigo 15.º da citada carta de lei de 26 de julho de 1899: hei por bem, tendo ouvido o conselho de ministros, determinar que no ministerio da fazenda, e devidamente registado na direcção geral da contabilidade publica, seja aberto, a favor do ministerio do reino, um credito especial da quantia de 2:500\$000 réis, saldo da verba de 4:000\$000 réis consignada no artigo 16.º do decreto com força de lei de 9 de março de 1895, para despesas de instalação dos serviços do real instituto bacteriologico de Lisboa.

A referida importancia de 2:500\$000 réis deverá ser adicionada á da auctorisação contida no artigo 20.º secção 3.ª da tabella da distribuição da despesa do ministerio do reino, no exercicio de 1899-1900.

O tribunal de contas julgou este credito nos termos legais de ser decretado.

O conselheiro d'estado, presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e o ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 7 de setembro de 1899. — REI. — José Luciano de Castro — Manuel Affonso de Espregueira.

D. do G. n.º 221, de 30 de setembro.

Com fundamento nos artigos 57.º e 58.º do regulamento geral de contabilidade publica, de 31 de agosto de 1881,

Mapa das importancias dos creditos autorizados correspondentes a despesas liquidadas e não pagas no exercicio de 1897-1898, que, por existirem em sobras, são transferidas por decreto d'esta data, para o exercicio de 1899-1900

Capítulos e artigos da tabella de 1897-1898	Designação da despesa	Importancias por artigos	Capítulos e artigos da tabella de 1899-1900
5.º - 18.º	Higiene publica — despesas	826\$190	5.º - 20.º
9.º - 23.º	Instrução secundaria — idem	94\$515	9.º - 31.º
13.º - 25.º	Empregados addidos e de repartições extinctas — vencimentos	27\$300	13.º - 33.º
		958\$005	

Paço, em 7 de setembro de 1899. — José Luciano de Castro.

D. do G. n.º 221, de 30 de setembro.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

Repartição do gabinete

Usando da auctorisação concedida ao governo pela carta de lei de 13 de julho de 1899: hei por bem decretar a organização do exercito, que faz parte d'este decreto, e baixa assignada pelos ministros e secretarios d'estado das diversas repartições.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios d'estado das diversas repartições, assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 7 de setembro de 1899. — REI. — José Luciano de Castro — José Maria de Alpoim de Cerveira Borges Cabral — Manuel Affonso de Espregueira — Sebastião Custodio de Sousa Telles — Antonio Eduardo Villaça — Francisco Antonio da Veiga Beirão — Elvino José de Sousa e Brito.

ORGANISAÇÃO DO EXERCITO

TITULO I

Composição e organização geral do exercito

Artigo 1.º O exercito comprehende:

1.º O estado maior general e o serviço do estado maior.

2.º As diferentes armas:

- A arma de engenharia;
- A arma de artilheria;
- A arma de cavallaria;
- A arma de infantaria.

3.º Os serviços geraes do exercito:

- A secretaria d'estado dos negocios da guerra;
- O serviço de administração militar;
- Os commandos de divisões e brigadas, commandos militares territoriaes e governos de fortificações;
- As escolas militares;
- As justicas e tribunaes militares;
- O serviço de saude militar;
- O serviço veterinario militar;
- O corpo de almoxarifes;
- O corpo do secretariado militar;
- O corpo de capellães militares;
- O corpo de picadores militares;
- Os officiaes do quadro auxiliar e reformados;
- As companhias de reformados e os invalidos militares.

4.º As tropas especiaes:

- As guardas municipaes;
- A guarda fiscal.

5.º As reservas.

Art. 2.º As tropas das diversas armas, formarão:

1.º Quatro divisões do exercito activo;

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Ordem do Exército

1.^a Série

N.º 8

19 de Novembro de 1959

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — DECRETOS

Ministério do Exército — Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 42 564

ORGANIZAÇÃO GERAL DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

1. A actual organização do Ministério do Exército é regulada por disposições legais que remontam a Setembro de 1929.

2. De então para cá criaram-se os departamentos da Defesa Nacional e do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, foi profundamente remodelado o Ministério da Marinha e estabeleceram-se as normas gerais da organização da Nação para o tempo de guerra.

3. Impõe-se, por isso, que a organização do Ministério do Exército acompanhe, em condições mais ajustadas, as realidades presentes dos problemas da defesa militar.

4. As novas prescrições legais sobre a organização geral e regime de actividade do Ministério do Exército são reunidas no presente diploma, de harmonia com a esquematização seguinte:

Título I — Disposições gerais.

Título II — O Ministério do Exército:

Capítulo I — Composição do Ministério do Exército.

§ 1.º As duas secções funcionam separadamente, mas, sempre que o presidente o julgue conveniente, reúnem em sessão conjunta.

§ 2.º As despesas com a manutenção do Conselho são custeadas pelòs estabelecimentos fabris do Exército.

d) O Arquivo Geral do Ministério do Exército

Art. 157.º Ao Arquivo Geral do Ministério do Exército compete:

a) Estudar, propor, difundir e fiscalizar as normas a adoptar em todas as unidades e estabelecimentos do Exército relativamente ao sistema de arquivo, por forma a assegurar unidade de procedimento, de harmonia com o classificador geral estabelecido para o Exército;

b) Verificar, classificar e catalogar todos os documentos recebidos para arquivo;

c) Guardar, conservar e reproduzir, quando necessário, toda a documentação — diplomas, livros e processos — que lhe seja remetida pelas entidades militares da metrópole e do ultramar;

d) Classificar em documentos históricos, documentos úteis e documentos inúteis, por intermédio da Comissão de Classificação de Documentos, toda a documentação com vinte anos de arquivo;

e) Publicar índices da documentação arquivada e relatórios do movimento e actividade do Arquivo.

Art. 158.º O Arquivo Geral do Ministério do Exército, na dependência directa da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército, compreende:

a) O chefe;

b) A Comissão de Classificação de Documentos;

c) A Secção Técnica e de Estudos Gerais;

d) A Secção de Documentos Gerais;

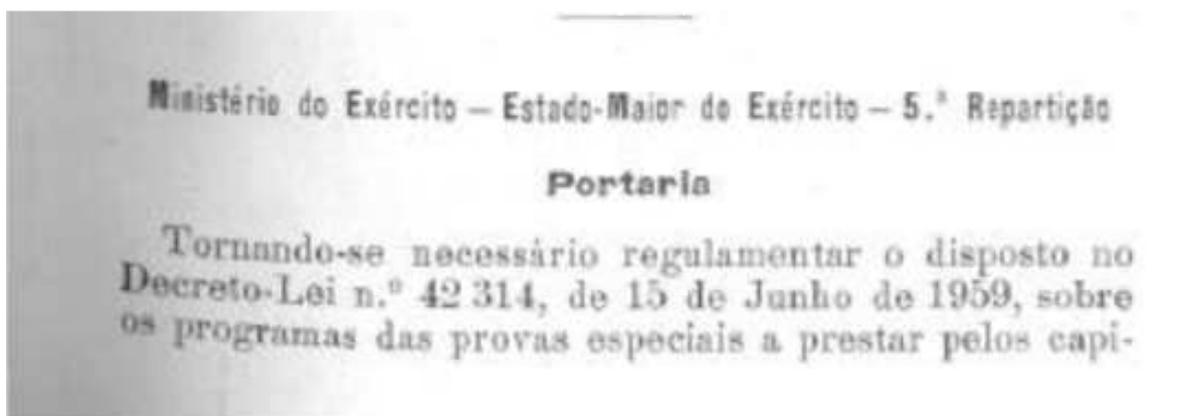
e) A Secção de Documentos Administrativos;

f) A Secção de Documentos de Expedições Militares;

g) A Secção de Expediente e Arquivo.

Art. 159.º Ao chefe do Arquivo Geral do Ministério do Exército compete:

a) Superintender e orientar directamente todas as actividades do Arquivo Geral, bem como fiscalizar o cumprimento das normas relativas ao sistema de arquivo nas unidades e estabelecimentos do Exército;



Art. 6.º A prova oral realizar-se-á três dias, pelo menos, depois da prova escrita e consistirá no interrogatório feito ao candidato por dois dos vogais de júri.

§ único. A duração desta prova é de 40 minutos.

Art. 7.º O programa sobre cujas matérias versarão as provas é o seguinte:

a) Organização e funcionamento do Ministério do Exército:

b) Organização e funcionamento das secretarias militares:

Finalidade. Correspondência ordinária: redacção, endereço e assinatura. Correspondência com o exterior. Correspondência em campanha: redacção e assinatura, forma (notas, officios, etc), registos e expedição. Correspondência confidencial. Organização do pessoal, sua classificação e arquivo.

c) Organização e funcionamento dos quartéis-generais:

Commando. Quartéis-generais — o serviço de estado-maior; a secretaria (suas repartições e secções); o arquivo geral; o conselho administrativo; a contabilidade; serviço diário.

d) Organização e funcionamento dos distritos de recrutamento e mobilização:

e) Estatuto do Oficial do Exército:

Classificação, hierarquia e situação dos oficiais, seus direitos e obrigações. Princípios e condições gerais de promoção; condições especiais de promoção — antiguidade, escolha e distincção;

Disposições relativas à antiguidade dos oficiais milicianos. Promoção em tempo de guerra. Pretensões e recursos.

f) Instruções para a escripturação dos registos de matriculas

Disposições gerais. Folha de matricula — disposições especiais e occurrences extraordinarias. Caderneta militar. Processos individuais. Folha e mapa sanitario. Folha de alterações. Registos dos números de ordem.

OE 1993

QUADRO I - ORIGEM DOS ÓRGÃOS

N.º do Órgão	Designação	Sedes	Linha Genealógica		Documentos Justificativos
			Origem	Evolução	
	Arquivo Geral do Exército	Lisboa (Chelas)	Arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra 1736 Belém	Arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra 1736 Belém	Alvará 28JUL1736 Arquivo Histórico Militar, <u>Compilação Legislativa</u> , Tomo 1, 3ª Divisão, 3ª Secção, nº 1/1, livro 16
				Arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra 1822 Belém (H.N.1)	Carta de Lei 20JUN1822 Arquivo Histórico Militar, <u>Collecção de legislação das Cortes de 1821 a 1827</u> , Lisboa, Imprensa Nacional, 1843, n. 110
				Arquivo Geral do Ministério da Guerra 1899 Lisboa	Dec. #75ET1899 OE 9, 1ª Série, 115ET1899 p. 260
				Arquivo Geral do Exército 1930 Lisboa	Dec-Lei #70UT1930 OE 8, 1ª Série, p. 604

QUADRO II - ÓRGÃOS COM INTEGRAÇÕES

Órgão Actual	Integrações		Documentos Justificativos
	Órgão	Evolução	
Arquivo Geral do Exército Lisboa	Arquivo Moderno da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra 1834 Lisboa	Arquivo Moderno da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra 1822 Lisboa	Carta de Lei 20JUN1822 Arquivo Histórico Militar <u>Collecção de legislação das Cortes de 1821 a 1827</u> , Lisboa, Imprensa Nacional, 1843, n. 110
		Arquivo Moderno da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra 1834 (Integrado) Lisboa	H. Medeiros dos Santos, <u>Catálogo dos decretos do antigo Conselho de Guerra</u> , vol. 1, p. 14

Órgão Actual	Integrações		Documentos Justificativos
	Órgão	Evolução	
Arquivo Geral do Exército Lisboa	Arquivo do Conselho de Guerra 1834 Lisboa	Arquivo do Conselho de Guerra 1640 Lisboa	Doc. 11DEZ1640 <u>Collecção chronologica da legislação portugueza</u> , 2ª Série, Lisboa, Imprensa de Francisco Xavier de Souza, 1856, p. 10
		Arquivo do Conselho de Guerra 1834 (Integrado) Lisboa	E. Madureira dos Santos <u>Catálogo dos decretos do estatuto Conselho de guerra</u> , vol I, p. 14.

QUADRO 11 - ÓRGÃOS COM INTEGRAÇÕES

164

Órgão Actual	Integrações		Documentos Justificativos
	Órgão	Evolução	
Arquivo Geral do Exército Lisboa	Arquivo da Secretaria dos Negócios da Guerra 1834 Porto	Arquivo da Secretaria dos Negócios da Guerra 1832 Porto	Disposição 11JUL1832 OO 188 - 1832 p. 1
		Arquivo da Secretaria dos Negócios da Guerra 1834 (Integrado) Porto	E. Madureira dos Santos, <u>Catálogo dos decretos do estatuto Conselho de guerra</u> , vol I, p. 14

QUADRO 12 - Integrações

Órgão Atual	Integrações		Documentos Justificativos
	Órgão	Evolução	
Arquivo Geral do Exército Lisboa	Arquivo da Secretaria Militar 1834 Angra	Arquivo da Secretaria Militar ("Arquivo da Terceira") 1829 Angra	Disposição 25JUN1829 OD 2. 25JUN1829 p. 1
		Arquivo da Secretaria Militar 1834 (Integrado) Angra	W. Madureira dos Santos, <u>Catálogo dos decretos do extinto Conselho de guerra</u> , vol. 1, p. 14

Oliveira Salazar — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marçiano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — António Augusto Peizoto Correia — Inocência Galvão Teles — Luís Maria Teixeira Pinto — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Francisco Pereira Neto de Carvalho — Francisco António das Chagas.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *Peizoto Correia.*

II — PORTARIAS

Ministério do Exército

Repartição do Gabinete do Ministro

Portaria

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Exército, aprovar e pôr em execução o Regulamento Provisório do Arquivo Geral do Ministério do Exército.

Ministério do Exército, 9 de Janeiro de 1964. — O Ministro do Exército, *Joaquim da Luz Cunha.*

REGULAMENTO PROVISÓRIO DO ARQUIVO GERAL DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

CAPÍTULO I

Órgãos e missões

Artigo 1.º Para cumprimento das missões estabelecidas no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 42 564, de 7 de Outubro de 1960, o Arquivo Geral do Ministério do Exército realiza as seguintes operações:

a) Verificação, registo e classificação dos documentos entrados;

b) Catalogação, organização de ficheiros e arquivo;
 c) Guarda e conservação dos documentos arquivados;
 d) Reprodução, cópia, extractos e consultas de documentos arquivados;

e) Recolha e catalogação de todas as publicações e disposições regulamentares de interesse para o Arquivo;

f) Estudo, propostas, difusão e fiscalização das normas da arquivologia, por forma a assegurar unidade de procedimento, de harmonia com o classificador geral estabelecido para o Exército;

g) Publicação anual de informações sobre a existência e movimento de documentos, bem como sobre as actividades do Arquivo;

h) Abate dos documentos considerados inúteis.

Art. 2.º Para execução das operações constantes do artigo anterior, o Arquivo Geral dispõe, além do chefe, dos seguintes órgãos:

- a) Comissão de Classificação de Documentos;
- b) Secção Técnica e de Estudos Gerais;
- c) Secção de Documentos Gerais;
- d) Secção de Documentos Administrativos;
- e) Secção de Documentos de Expedições Militares;
- f) Secção de Expediente e Arquivo.

Art. 3.º Aos órgãos constantes do artigo anterior compete:

a) A Comissão de Classificação de Documentos:

1) Proceder ao exame e classificação de todos os documentos recebidos no Arquivo, classificando-os em documentos úteis e inúteis e propondo o abate destes últimos;

2) Classificar os documentos úteis em históricos, gerais, administrativos e de expedições militares, propondo o envio dos documentos históricos ao Serviço Histórico-Militar;

3) Atribuir tempo de arquivo aos documentos gerais, administrativos e de expedições militares.

b) A Secção Técnica e de Estudos Gerais:

1) Proceder às operações constantes da alínea c) do artigo 1.º e colaborar, com o chefe do Arquivo, na execução das operações referidas nas alíneas f) e g) do mesmo artigo;

2) Elaborar e actualizar constantemente a relação de todas as variedades de documentos entrados no Arquivo.

c) As Secções de Documentos Gerais, de Documentos Administrativos e de Documentos de Expedições Militares competem as operações descritas nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 1.º, na parte respeitante aos documentos específicos de cada uma.

d) A Secção de Expediente e Arquivo:

- 1) Dar execução ao expediente do Arquivo;
- 2) As operações mencionadas nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 1.º, na parte relativa aos documentos não específicos de cada uma das Secções;
- 3) Elaborar a ordem de serviço do Arquivo;
- 4) Todos os serviços não especificadamente atribuídos aos restantes órgãos.

§ único. Para uma mais rápida apreciação dos documentos de carácter especial (históricos, musicais, etc.), poderá a Comissão de Classificação de Documentos ser assistida por um oficial com conhecimentos especiais do ramo respectivo, para o que o chefe do Arquivo, por proposta do presidente da Comissão, solicitará a necessária nomeação ao chefe da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército.

CAPÍTULO II

Deveres do pessoal

Art. 4.º O chefe do Arquivo Geral tem os seguintes deveres:

- a) Superintender e coordenar as operações a cargo do Arquivo;
- b) Propor as alterações que julgar necessárias para melhorar a eficiência dos serviços a seu cargo;
- c) Propor superiormente a nomeação do pessoal necessário e distribuí-lo pelos diversos órgãos de acordo com as exigências do serviço;
- d) Autorizar os pedidos de consultas de documentos ou submetê-los a aprovação superior quando se trate de documentos classificados;
- e) Fiscalizar o cumprimento das normas relativas ao sistema de arquivo nas unidades e estabelecimentos do Exército;
- f) Elaborar as instruções relativas aos serviços;
- g) Abrir a correspondência classificada dirigida ao Arquivo;
- h) Corresponder-se directamente, quando necessário, com os organismos militares e civis e com a Liga dos Combatentes.

§ único. O chefe do Arquivo tem sobre o pessoal seu subordinado a competência constante da coluna vi do quadro a que se refere o artigo 79.º do Regulamento de Disciplina Militar.

Art. 5.º Os chefes das secções e o presidente da Comissão de Classificação de Documentos são responsáveis, perante o chefe do Arquivo, pelo funcionamento dos órgãos que chefiam e poderão fazer parte das comissões de abate de documentos e de outras que forem criadas pelo chefe do Arquivo.

CAPÍTULO III

Normas de execução

Art. 6.º As principais manifestações da vida interna e de relação do Arquivo, principalmente no que respeita à sua actividade central — aumento, guarda e abate —, deverão ser objecto de cuidadas medidas de importância vital para uma boa organização e bom funcionamento de todos os órgãos e do conjunto em geral. De acordo com isso, os documentos são sujeitos às operações de verificação, registo, classificação, catalogação, arrumação, guarda e conservação, reprodução, cópia e consulta, abates, transferência e remessa, de acordo com as normas indicadas nos artigos seguintes.

Art. 7.º A verificação dos documentos entrados será feita pelas Secções de Documentos Gerais, de Documentos Administrativos e de Documentos de Expedições Militares, na parte que a cada uma respeita, através do confronto dos documentos entrados com as relações discriminativas que, obrigatoriamente, os acompanham.

Art. 8.º Os registos dos documentos são feitos pelos órgãos referidos no artigo anterior, na parte respeitante a cada um.

Art. 9.º A classificação dos documentos decorrerá em duas fases:

a) Na primeira, a cargo da Comissão de Classificação de Documentos, que poderá ouvir os chefes das secções ou solicitar a comparência de oficiais especializados, os documentos serão classificados em úteis e inúteis, de acordo com o artigo 10.º;

b) Na segunda, a cargo dos respectivos chefes de secção, e que é propriamente a classificação para fins de arquivo, os documentos serão distribuídos por classes.

de modo a serem facilitadas as procuras e as reposições nos lugares que lhes forem fixados. As normas de classificação a seguir serão alfabético-nemónicas, em que os títulos dos documentos são substituídos pelas respectivas iniciais (letras-símbolos), sendo a classificação atribuída registada nos livros classificadores.

Art. 10.º Inicialmente, a Comissão de Classificação de Documentos classifica os documentos em úteis e inúteis:

a) Ao primeiro grupo pertencem aqueles que representam qualquer utilidade individual ou geral, como sejam:

1) Os referentes a oficiais, sargentos e praças, com qualquer valor para os próprios ou para o Exército;

2) Os respeitantes a militares ou civis, com interesse consultivo: folhas de matrícula, boletins do Centro de Estudos Psicotécnicos, etc.;

3) Os relacionados com a ocupação de terrenos do Ministério do Exército, por aluguer ou autorização especial;

4) Quaisquer outros reconhecidos pela Comissão.

b) Ao segundo grupo pertence o remanescente dos documentos escolhidos anteriormente, sem valor reconhecido (boletins clínicos, guias de marcha, relatórios de oficiais de serviço, partes da guarda, circulares já transcritas em *Ordem do Exército*, etc.), o qual será abatido à carga do Arquivo e vendido ou destruído;

c) Os documentos úteis são classificados em documentos gerais, administrativos, expedições militares e históricos.

Os documentos históricos são enviados ao Serviço Histórico-Militar, por intermédio da Secção de Expediente e Arquivo, acompanhados de uma relação em duplicado, devendo o duplicado a devolver ao Arquivo Geral servir de recibo, depois de exarada a verba relativa ao seu recebimento.

Os restantes documentos, gerais, administrativos e de expedições militares, são seguidamente enviados pela Comissão de Classificação de Documentos às respectivas secções para as operações a seu cargo.

Art. 11.º Cada secção interessada elaborará e manterá em dia um catálogo dos documentos a seu cargo, com a indicação das suas qualidades, quantidades e localização no Arquivo, organizando, igualmente, ficheiros da sua documentação de acordo com as regras gerais estabelecidas superiormente.

Art. 12.º Os documentos serão arrumados em três posições:

a) Horizontal — com os volumes sobrepostos —, para processos grandes, pastas de estudo, desenhos gráficos, etc.;

b) Vertical — com os volumes lado a lado —, para os documentos em envoltórios (pastas, caixas, livros, etc.);

c) Vertical — com os volumes atrás uns dos outros —, para fichas, documentos delgados, etc.

§ único. Seja qual for a posição utilizada, devem ser sempre observados os seguintes imperativos: lugares fixos para cada volume e boa visibilidade das inscrições.

Art. 13.º A guarda e conservação dos documentos deverão ser constante preocupação de todo o pessoal do Arquivo. Os cuidados a ter com a conservação dos documentos constarão em detalhe de normas de execução a difundir por todo o pessoal.

Art. 14.º A reprodução, cópias, extractos e consultas dos documentos arquivados serão autorizados pelo chefe do Arquivo, no caso de se tratar de documentos sem classificação ou pelo chefe da Repartição do Gabinete do Ministro do Exército, no que respeita a documentos classificados.

§ único. Para efeito do disposto no presente artigo, cada secção organizará um registo cronológico da movimentação dos documentos (reprodução, consultas, etc.), do qual deverão constar a identificação dos documentos, data da saída, nomes dos requisitantes, data da entrada e assinatura do chefe de secção respectivo. Um exemplar de cada registo será entregue na Secção Técnica e de Estudos Gerais para elaboração do registo geral.

Art. 15.º Os documentos inúteis serão objecto de autos de abate, elaborados por comissões nomeadas oportunamente, e, como consequência, destruídos ou vendidos, devendo dos autos constar as datas do abate e da destruição ou venda, local da destruição e enumeração dos documentos. Os originais dos autos serão remetidos ao conselho administrativo de que depende o Arquivo e os duplicados arquivados pelo secretário da Comissão.

§ 1.º A destruição será aplicada aos documentos classificados. A venda a peso, para os restantes, será feita em hasta pública, de acordo com as formalidades regulamentares, devendo qualquer das operações indicadas ser assistida pela Comissão.

§ 2.º O produto da venda a peso dos documentos, acrescido de 3 por cento para despesas preparatórias, será destinado à aquisição de artigos de escrituração e correspondência, à renovação e aquisição de material de acondicionamento de documentos e à obtenção de artigos e publicações sobre arquivologia, para melhoria da organização e funcionamento dos serviços e para estudo de problemas próprios do Arquivo, e será entregue, mediante guia, no conselho administrativo de que o Arquivo dependa, o qual, a solicitação do chefe do Arquivo, nomeará um oficial para, como seu delegado, acompanhar as operações de venda dos documentos em hasta pública.

Art. 16.º As publicações e disposições regulamentares de técnica de arquivologia remetidas ao Arquivo, ou obtidas pelos seus fundos, para estudo dos problemas ou execução de determinações, serão relacionadas pela Secção Técnica e de Estudos Gerais, ficando à sua responsabilidade.

Art. 17.º Sendo o Arquivo Geral o organismo coordenador dos processos dos arquivos primários, a sua acção englobará o estudo das respectivas normas técnicas, a propor superiormente, a sua difusão aos organismos interessados e a fiscalização das normas impostas para garantia da unidade de procedimento.

Art. 18.º As informações sobre as existências do Arquivo serão dadas sobre a forma de índices e a movimentação dos processos por meio de mapas, gráficos, quadros ou similares.

§ único. As informações sobre as actividades do Arquivo englobarão alguns dos elementos resultantes das operações do Arquivo e, de um modo geral, todos os aspectos da vida interna e da vida de relação, com adequadas impressões críticas e conclusivas do chefe do Arquivo.

Art. 19.º Com relação à transferência dos documentos dos arquivos primários para o arquivo definitivo (Arquivo Geral), observar-se-á o seguinte:

a) Os documentos permanecerão nos arquivos primários durante o ano da sua elaboração, após o que serão transferidos para o Arquivo Geral até ao dia 1 de Março do ano seguinte, devendo, porém, antes da sua transferência, ser feita uma consulta ao Arquivo, para a eventualidade de falta de espaço de arrumação;

b) Todos os documentos, devidamente acondicionados, serão enviados ao Arquivo, tendo exteriormente uma eti-

queta onde, bem nitidamente, seja indicado o organismo expedidor, a natureza dos documentos, com a nomenclatura rigorosamente oficial, e a data a que respeitam;

c) Quando vários envoltórios contiverem documentos de idêntica natureza, serão numerados seguidamente e por ordem cronológica, repetindo-se o número de índice respectivo; os livros idênticos serão também numerados seguidamente;

d) Os arquivistas dos arquivos primários terão permanentemente organizados índices, em duplicado, junto de cada envoltório (caixa, pasta, maço), incluindo nestes os dos processos individuais. Um desses índices acompanhará os documentos remetidos ao Arquivo Geral, ficando outro depositado no arquivo primário.

Os livros que não contiverem termo de abertura e encerramento terão igualmente um índice, em duplicado, para o efeito referido;

e) Os livros enviados para o Arquivo Geral e, bem assim, os envoltórios com documentos serão sempre acompanhados de uma relação, em duplicado, que mencionará o seu número, natureza da escrituração a que dizem respeito e o ano ou anos correspondentes. Depois da verificação no Arquivo Geral, o duplicado das relações será devolvido com o recibo de entrega dos livros ou documentos;

f) O chefe do Arquivo Geral reclamará directamente do organismo expedidor o exacto cumprimento das disposições das alíneas anteriores, quando verifique que elas deixaram de ser observadas, dando conhecimento deste facto à Repartição do Gabinete do Ministro do Exército.

Art. 20.º As comissões ou entidades liquidatárias de organismos extintos, deverão transferir para o Arquivo Geral, dentro do prazo de oito dias, depois de ultimados os seus trabalhos, todos os documentos a seu cargo, devendo, porém, consultar previamente o Arquivo Geral sobre a oportunidade de tal transferência.

Art. 21.º Para efeito de transporte de volumes das estações terminais de caminho de ferro para o Arquivo Geral, deverão as respectivas senhas ser enviadas à Direcção do Serviço de Transportes — Repartição de Transportes — pelos organismos remetentes, os quais, simultaneamente, participarão o facto ao Arquivo Geral.

Art. 22.º Os documentos administrativos e a respectiva correspondência devem ser enviados ao Arquivo Geral — Secção de Documentos Administrativos.

Art. 23.º O Arquivo Geral elaborará e remeterá aos organismos interessados as instruções complementares necessárias para o detalhe e esclarecimento de dúvidas que porventura venham a surgir no cumprimento das determinações deste regulamento.

CAPÍTULO IV

Pessoal

Art. 24.º O quadro do pessoal do Arquivo Geral do Ministério do Exército é o constante do quadro anexo.

QUADRO DO PESSOAL
Anexo ao Regulamento Provisório do Arquivo Geral do Ministério do Exército

	Pessoal militar						Pessoal civil		Total
	Oficiais (a)			Sargentos	Praças		Contínuos de 1.ª classe	Contínuos de 2.ª classe	
	Major	Capitão ou substituto	Subalternos		Primeiros, segundos, terceiros ou terceiros	Primeiros e segundos			
Chefe do arquivo	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Seção Técnica e de Estudos Gerais:									
Chefe	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Amanuense	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Escriturário	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	-	1	-	1	1	-	-	-	3
Seção de Documentos Gerais:									
Chefe	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Amanuenses	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Escriturários	-	-	-	-	2	-	-	-	2
	-	1	-	2	2	-	-	-	5
Seção de Documentos Administrativos:									
Chefe	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Amanuenses	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Escriturários	-	-	-	-	2	-	-	-	2
	-	1	-	2	2	-	-	-	6
Seção de Documentos de Serviço Militar:									
Chefe	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Amanuenses	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Escriturários	-	-	-	-	2	-	-	-	2
	-	1	-	2	2	-	-	-	5
Seção de Expediente e Arquivo:									
Chefe	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Amanuense	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Escriturário	-	-	-	-	1	-	-	-	1
	-	1	-	1	1	-	-	-	3
Comissão de Classificação de Documentos:									
Presidente	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Vogais	-	(b)	-	-	-	-	-	-	-
Secretária	-	-	(b)	-	-	-	-	-	-
Amanuenses	-	-	-	(b)	-	-	-	-	-
	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Pessoal do serviço geral:									
Serventes	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Ordenança	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Contínuos	-	-	-	-	-	-	2	4	6
	-	-	-	-	-	5	2	4	11
	1	6	-	9	6	5	2	4	35

(a) De active ou de reserva.
 (b) Nomeados das seções.

12
 ORDEN DO EXERCITO N.º 1
 1.ª Seção
 1.ª Seção
 ORDEN DO EXERCITO N.º 1
 13

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**Resolução da Assembleia da República n.º 22/88****Viagem do Presidente da República à Grécia**

A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 132.º, n.º 1, 166.º, alínea b), e 169.º, n.º 4, da Constituição, dar assentimento à viagem de carácter oficial do Presidente da República à Grécia, entre os dias 12 e 17 de Dezembro de 1988.

Aprovada em 24 de Novembro de 1988.

O Presidente da Assembleia da República, *Vitor Pereira Crespo*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Decreto-Lei n.º 447/88**

de 10 de Dezembro

Encontra-se actualmente em curso a revisão global do regime jurídico dos arquivos. No entanto, parece premente alterar, desde já, as disposições legais relativas à publicação das portarias que orientam a avaliação, selecção e eliminação de documentação que deixa de ter interesse administrativo.

É, na verdade, indispensável que neste processo intervenham obrigatoriamente os serviços que superintendem na política arquivística, pois só assim se pode assegurar que o interesse histórico do material do arquivo seja correctamente apreciado e que, na avaliação, relação e eliminação dos documentos, se sigam critérios uniformes e tecnicamente correctos.

Tendo sido ouvidos os órgãos de governo próprio das regiões autónomas:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — São aprovadas, por portaria conjunta do ministro que superintende nos serviços e entidades envolvidos e do membro do Governo responsável pela área da cultura, as normas que regulam a pré-arquivagem da documentação na posse de:

- a) Serviços da administração directa e indirecta do Estado;
- b) Autarquias locais;
- c) Instituições particulares de solidariedade social;
- d) Pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- e) Outras entidades públicas ou privadas cujos arquivos sejam declarados de relevante interesse cultural por despacho do membro do Governo responsável pela área da cultura.

2 — O regime jurídico da pré-arquivagem da documentação na posse das regiões autónomas será fixado mediante despacho conjunto dos respectivos Ministro da República e Presidente do Governo Regional, precedido de parecer favorável do membro do Governo responsável pela área da cultura.

Art. 2.º As normas relativas à pré-arquivagem compreenderão, designadamente, os seguintes aspectos:

- a) Avaliação, selecção e eliminação dos documentos;
- b) Definição dos prazos de conservação;
- c) Elaboração das tabelas de selecção;
- d) Tipologia e formalidades da microcópia;
- e) Conservação de documentação áudio-visual e legível por máquina;
- f) Transferência da documentação de conservação permanente para arquivos definitivos.

Art. 3.º As cópias obtidas a partir de microcópia autenticada têm a força probatória do original.

Art. 4.º As portarias publicadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de Janeiro, devem ser reformuladas, nos termos do presente diploma, no prazo de um ano a contar da data da sua publicação.

Art. 5.º É revogado o Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de Janeiro.

Para ser publicado no *Boletim Oficial de Macau*.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 29 de Setembro de 1988. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Vasco Joaquim Rocha Vieira* — *Lino Dias Miguel*.

Promulgado em 28 de Novembro de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.

Referendado em 30 de Novembro de 1988.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Decreto-Lei n.º 448/88

de 10 de Dezembro

Na execução da sua política de liberalização do sector da comunicação social, o Governo procedeu recentemente à alienação do título do jornal *A Capital* e do respectivo estabelecimento, bem como à alienação do estabelecimento Conde da Ponte — Oficinas Gráficas, ambos integrados na Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital (EPNC).

O presente decreto-lei destina-se a alterar a denominação desta empresa pública, dada a sua inadequação à situação actual da mesma.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — A Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital (EPNC), criada pelo Decreto-Lei n.º 639/76, de 29 de Julho, passa a designar-se Diário de Notícias, E. P.

2 — Por força do presente diploma, a anterior denominação «Empresa Pública dos Jornais Notícias e Capital» ou, abreviadamente, EPNC, constante dos seus estatutos, considera-se automaticamente substituída pela denominação «Diário de Notícias, E. P.».

Art. 2.º O presente diploma é título bastante para todos os efeitos legais, incluindo os de registo, devendo quaisquer actos necessários à regularização da situação

Planta do Convento de Chelas

